

BOICOTE ÀS CPIS FACILITOU A CORRUPÇÃO

Só recurso ao STF
obrigou Senado a criar CPI dos Bingos



Senador Pedro Simon
(Pronunciamentos de 2005)



SENADO FEDERAL

Senador **PEDRO SIMON**

Boicote às CPIs Facilitou a Corrupção

Só recurso ao STF obrigou Senado a criar CPI dos Bingos

(Pronunciamentos de 2005)

BRASÍLIA – 2006

Ilustração da capa: “Tentação de Santo Antônio”, de Grünewald,
Museu Unterlindem, Alemanha

Simon, Pedro.

Boicote às CPIs facilitou a corrupção : só recurso ao STF obrigou Senado a criar CPI dos bingos: pronunciamentos de 2005 / Pedro Simon. – Brasília : Senado Federal, 2006.

565 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.
3. Simon, Pedro, atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

Sumário

Pág.

APRESENTAÇÃO	7
PRONUNCIAMENTOS	17
Funcionamento da CPI dos Bingos	19
Em defesa do Ministro da Previdência	27
Homenagem a Celso Furtado	29
Estiagem no Rio Grande do Sul	37
Propostas para minimizar efeitos da estiagem	43
Vinte anos da redemocratização do Brasil	50
Crédito para microempreendedores	56
Os 41 anos do golpe militar	60
Saudação ao Presidente Tabaré Vázquez	64
O pontificado de João Paulo II	66
Realização do Agita-Caxias	71
Falecimento de João Paulo II	74
Elogio ao Procurador-Geral	79
Criação da Brigada de Infantaria Leve	84
Críticas ao Presidente do Banco Central	88
Sepultamento de João Paulo II	92
Recordando Tancredo Neves	98
Escolha de Joseph Ratzinger	103

Protesto contra medidas provisórias	108
Centro Nacional Fé e Política	112
Decisão do Supremo sobre CPI	121
Cúpula América do Sul-Países Árabes	129
Críticas ao Ministro Jucá e ao Presidente do BC	133
Elogio a Cláudio Fonteles	140
Crítica ao rito de criação de CPI	154
Taxa de juros e dívida nacional	163
Pressão do Governo contra CPI dos Correios	171
Pressão do Governo contra CPI dos Correios (II)	176
Homenagem a Jeter Bertoletti	190
Busca da verdade na CPI dos Correios	192
Rejeição da França à Constituição Européia	202
Dificuldades dos orizicultores do Sul	208
CPI para apurar denúncias de corrupção	213
Ação mais enérgica contra a corrupção	218
Análise da atual crise política	225
Drama dos brasileirinhos	236
Homenagem à memória de Leonel Brizola.....	245
Os erros do Governo do PT	253
Lula precisa reagir diante da crise	262
Base Militar dos Estados Unidos no Paraguai	268
Novas denúncias agravam a crise	273
É preciso apurar a corrupção	281
Atraso na instalação de CPI agravou corrupção	289
Resposta aos Senadores ACM e Renan Calheiros	295
Necessidade de reforma política	301
Confirmação das denúncias de Roberto Jefferson	313
Sigilo fiscal do Presidente do BC	321
O depoimento de Duda Mendonça e a crise	326

Reflexões sobre a vida de Miguel Arraes	332
Aprovação da Minirreforma Eleitoral	348
Acervo da CPMI do Banestado	352
Homenagem a Erico Verissimo	355
A origem dos recursos do mensalão	363
Análise do funcionamento das CPI.....	366
Em defesa das CPIs	372
Um triste 7 de setembro	378
A urgente reforma eleitoral	387
Como será a eleição de 2006?	395
Manipulação do imaginário do eleitor	408
Ética na gestão pública e privada	413
A violência no Brasil	418
O déficit habitacional brasileiro	427
Convocação do Ministro da Agricultura	438
Referendo sobre comercialização de armas	446
Candidatura própria do PMDB	459
Análise do Sistema Educacional Brasileiro	469
Mandato do Senador Capiberibe	482
Memória de João Paulo II	484
Afastamento do Senador Capiberibe	493
Caixa dois é crime	496
Análise da Política Agrícola	508
Campanha eleitoral de 2006	516
O Congresso Nacional e as eleições	523
Encontro Lula x Bush	531
Criação da Super Receita	540
Resgate da ética e da dignidade	545
Votação do Orçamento da União	553
Um governo em permanente crise	562

Apresentação

Em poucas palavras: 2005 foi um ano de grave crise política. A partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson, em maio, sobre a existência de um vasto esquema de corrupção no Governo, vulgarmente conhecido como “mensalão”, teve início um grande imbróglio político que persistiu, em temperatura elevada, até a virada do ano.

Pedro Simon foi 86 vezes à tribuna do Senado Federal ao longo do ano. Em nada menos que 22 desses pronunciamentos, a grande maioria deles no segundo semestre, o Senador gaúcho tratou da crise política. Um outro tema, decorrente deste primeiro, que atraiu a atenção de Simon foi a necessidade urgente de uma ampla reforma eleitoral para balizar as eleições de 2006. Em oito oportunidades, o Senador se pronunciou a favor de mudança radical nas leis eleitorais, de modo a evitar os problemas resultantes das nossas eleições.

O falecimento do Papa João Paulo II e a posse de seu sucessor, Joseph Ratzinger, foram tratados em cinco pronunciamentos. O Senador foi à tribuna duas vezes para tratar dos graves problemas decorrentes da estiagem que assolou o Estado do Rio Grande do Sul no início de 2005.

No dia 6 de maio, o Senador Pedro Simon foi à tribuna para saudar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que obrigou a Presidência do Senado a indicar membros da CPI dos Bingos. A reação do STF foi provocada pelos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon, que recorreram àquele Tribunal quando, em meados de 2004, o então Presidente do Senado, José Sarney, se recusou a indicar membros para a CPI dos Bingos, depois que os líderes partidários haviam feito o mesmo. Ora, este atraso, segundo o Senador gaúcho, favoreceu, e muito, o agravamento da corrupção no Governo. Caso a CPI tivesse sido instalada

antes – ainda em 2004, logo depois das denúncias contra o então braço direito do Ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz, que fora flagrado achacando um empresário de jogos eletrônicos – a corrupção não teria se arraigado tanto no Governo do Partido do Trabalhadores.

Disse Pedro Simon naquela ocasião: “Vivemos um dos dias mais significativos na história do Congresso e na história do Poder Judiciário brasileiro. Não me lembro de decisão tão significativa, tão marcante e tão definitiva com relação aos rumos do Congresso brasileiro como foi essa decisão que está no Supremo e que teve o voto do Relator Celso de Mello, um voto de três horas, um voto de profundidade, que acolheu a tese prevista na Constituição, que estabeleceu que um terço dos Parlamentares é número suficiente para constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito”.

E concluiu: “Não agradeço ao Supremo Tribunal Federal, porque não agradecemos aquilo que se faz por obrigação, mas digo que me orgulho da decisão tomada, na pessoa do bravo Nelson Jobim, Presidente daquela Casa. Levo a satisfação, a alegria, o júbilo do Senado Federal e tenho certeza de que, ouvindo pela TV Justiça, muitos brasileiros se orgulharam e se emocionaram, na quarta-feira, com aquela decisão”.

No dia 25 de maio, o Senador voltou à tribuna para analisar as sucessivas manobras do Governo para evitar a CPI dos Correios, embora o seu pedido de criação tivesse obtido número mais do que suficiente de assinaturas. Ao examinar os problemas que as denúncias de Roberto Jefferson haviam acarretado para o PT, Pedro Simon disse: “Na última eleição, eu e o Senador Eduardo Suplicy fizemos uma palestra na PUC, de São Paulo, onde 95% dos alunos tinham roupa do PT, bandeira do PT, distintivo do PT e, quando eu entrei, eles disseram: ‘Senador, nós gostamos muito do senhor, mas não fale mal do nosso candidato’. Hoje, quando se entra numa faculdade, se encontrarmos um distintivo do PT, ele só estará do lado de dentro do paletó. A pessoa mostra que é do PT de forma escondida; abertamente não mostra. Essa gente foi a primeira que aderiu, que veio, que abraçou, que se agarrou à causa da bandeira do PT e do Lula e estão angustiados”.

Em pronunciamento no dia 13 de junho, o senador voltou ao assunto para exigir uma ação mais enérgica do Presidente Lula em

relação às denúncias de corrupção no seu partido. “Há uma grande expectativa hoje, porque eu quero crer que, ao longo da História, nunca, mesmo nos tempos da violência e do arbítrio, tivemos as manchetes das rádios, dos jornais, das emissoras de televisão e das revistas insuflando tanto um setor determinado, qual seja, a crise que vive o Governo. Eu acredito que levaríamos a tarde inteira, se fôssemos ler as páginas e páginas de pessoas, desde as mais ilustres, às mais conhecidas, analisando a crise no Governo brasileiro”.

Adiante, o Senador falou sobre o Ministro José Dirceu, da Casa Civil, que pediria demissão pouco depois: “Não vejo, até aqui, envolvimento da sua pessoa, mas ele é hoje uma figura controvertida, que, na verdade, deixa interrogação em cima da divisão interna dentro do próprio PT, da autonomia que ele tem, onde ele começa e onde começa o Ministro da Coordenação Política”.

Em outro discurso sobre a crise política, no dia 17 de junho, o Senador analisou a atuação do PT na crise: “O PT tem por obrigação iniciar uma nova caminhada, restabelecer que o PT é o partido da ética e da seriedade, como ele era na oposição, quando ele atirava pedras – foi o melhor atirador de pedras da história da humanidade o PT na oposição. Ele agora deve zelar, zelar para valer por seu nome e por sua honra”.

Em pronunciamento no dia 1º de julho, o Senador gaúcho disse que sua primeira surpresa desagradável com o Governo Lula ocorreu logo no início, quando o Presidente aumentou o número de ministérios e indiciou como ministros “companheiros que tinham perdido eleição para governador, para vice-governador, para senador. Essa não era a melhor forma de escolher o ministério, ainda que as pessoas fossem as melhores. A melhor composição para o ministério era aquela que eu propunha: escolher os maiores, os mais capazes e, como eu dizia, até porque hoje a Igreja é praticamente PT, a universidade, os intelectuais são praticamente PT, empresários têm PT por tudo que lado, é só escolher os mais capazes”.

No seu último pronunciamento de 2006, em 13 de dezembro, Pedro Simon voltou a abordar a crise política ao pedir que o Congresso continuasse a funcionar no final do ano, mesmo sem pagamento de salários extraordinários aos parlamentares. “Vejo um Governo em crise.

Crise essa resultante, diga-se de passagem, de fatos oriundos dentro do Governo e denunciados à Nação por integrantes do Governo. Começou pelo ex-Deputado Roberto Jefferson e vem-se repetindo até agora por vários representantes do Governo. Por isso é importante que o Senado e a Câmara estejam reunidos. Acho que é irracional perante a Nação que não se reúnam neste momento. É evidente que não vai ser numa hora desta, em que se discute tanto a crise quanto a corrupção existente na Nação, que nos vamos reunir recebendo uma contribuição extra, até porque não estamos em casa e seremos convocados extraordinariamente. Nós vamos continuar o nosso trabalho e não teremos nenhuma despesa a mais”.

A necessidade de uma grande reforma política para evitar os problemas decorrentes de uma eleição – o caixa dois, a corrupção, os favores, o empreguismo, o aparelhamento do estado – foi tratada pelo Senador em discurso no dia 5 de agosto. Disse ele: “Mas, hoje, não temos como não fazer a reforma política já, porque vai ser um escândalo, irmos para as eleições do ano que vem sem mexer na reforma política... Muita gente usava caixa dois, muita gente pegava dinheiro por fora e não apresentava conta. Mas ia se levando, fechava um olho, etc. e tal. Mas, agora, está escancarado. Como vai ser feita a campanha política? Como é que o empresário vai dar dinheiro? Como é que vai aparecer dinheiro? Como vai ser feita a eleição no ano que vem? Esta é uma batalha minha de 20 anos, que hoje não dá mais para discutir: tem que ser dinheiro público de campanha!”

Depois de dizer que recebeu muitas críticas por ter defendido o financiamento público, o Senador comentou que “toda corrupção começa na campanha eleitoral. A do Collor foi assim. E, agora, é assim. Restos de campanha. Gastos feitos em campanha porque se sabe que não se tem nada a perder. Dinheiro público na campanha! Temos de aprovar isso com urgência urgentíssima. A campanha tem de ser num espaço determinado”.

Em discurso no dia 18 de agosto, o senador analisou longamente a aprovação, pelo Senado, de uma minirreforma eleitoral apresentada pelo Senador Bornhausen, de Santa Catarina. “Primeiro, não teremos mais os Dudas Mendonças criando um Lula artificial, de paz e amor. As campanhas de televisão serão praticamente ao vivo, e os candida-

tos se apresentarão, falarão, exporão suas idéias, irão para o debate. Não será mais um programa em que são gastos 60% da receita que um partido político destina para uma eleição – e é um programa gratuito, imaginem se tivesse de ser pago! Mas fazem um programa tão espetacular que se gasta mais do que em um capítulo de uma novela da Globo. E fazem tudo isso para esconder o candidato, para você não saber quem ele é, o que pensa, qual a sua história e quais os compromissos que tem para com a sociedade. A nossa decisão, agora, é que a campanha tem de ser ao vivo – e acho que foi uma grande decisão. Serão proibidos camisetas, brindes e *showmícios*, em que cantores ganham uma fortuna para se apresentar e reunir multidões. Em Caxias, minha terra natal, o PT fez dois *shows* espetaculares em que dizíamos para a nossa gente: ‘Vão lá’. Diziam: ‘É a única chance na vida que tenho de ver o Fulano de Tal, e de graça’. Não vai ter mais *showmício*, nem camisetas, nem brindes. Isso foi aprovado também”.

Para Pedro Simon, o que foi aprovado no projeto de Bornhausen não era o ideal, mas o possível. Mesmo assim, destacou o fato de terem sido aprovadas importantes limitações na busca de financiamento. Disse o Senador: “Cada candidato tem de ter uma conta única. Não podem aparecer, como agora, restos de campanha. Não há mais restos de campanha. A campanha tem de ter naquela conta; o que entra é naquela conta e o que sai é naquela conta, e o candidato é responsável civil e criminalmente por aquela conta. Creio que foi muito importante essa decisão. Creio que a Câmara se reunirá e votará esse projeto e creio que o Congresso reagiu com altivez”.

Em 5 de outubro, Pedro Simon voltou ao tema. Numa análise aprofundada, disse o Senador: “O sistema eleitoral brasileiro atual é confuso e desagregador. Na última eleição para a Câmara dos Deputados, vimos, por exemplo, um só deputado federal – que teve uma eleição extraordinária – trazer consigo cinco outros companheiros, dois deles com menos de trezentos votos! Ora, um fato desses mostra que há grandes problemas com as nossas leis. Todas as nossas fragilidades políticas decorrem, a meu ver, da inexistência de partidos políticos sólidos. Temos, antes de mais nada, de encarar e resolver a questão da fidelidade partidária. É impossível manter um quadro de estabilidade e credibilidade política em que o “troca-troca” de parti-

do é visto como um procedimento normal. A facilidade com que se muda de partido – e isso se verifica de forma dramática neste momento – desprestigia ainda mais a classe política. Em início de governo, em troca de favores pessoais, ou em virtude de problemas partidários regionais, virou moda mudar de agremiação. Isso é inaceitável porque frustra o eleitor. Outro ponto fundamental diz respeito à questão do financiamento de campanhas. Acredito que a corrupção, em grande parte, começa na campanha eleitoral com o atual sistema de financiamento privado dos candidatos. É o que a nossa história política recente demonstra: vide as CPI Collor-PC, ‘Anões’ do Orçamento, Precatórios e, agora, o ‘caso’ Valdomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil. Se as verbas fossem públicas, com controle direto da sociedade, o resultado da eleição seria mais transparente. A manutenção do financiamento privado das campanhas eleitoral permanece como um vírus a correr nas bases da democracia”.

No primeiro semestre de 2005, o Senador Pedro Simon analisou a impressionante repercussão da morte do Papa João Paulo II, bem como da entronização do Papa Bento XVI. Ao falar do falecimento de João Paulo II, Pedro Simon destacou que, na era da comunicação instantânea, a humanidade inteira acompanhou, passo a passo, a lenta agonia do Sumo Pontífice e que, embora a morte fosse esperada, em função da evidente fragilidade da saúde do Papa polonês nos seus últimos dias, o mundo foi sacudido pela notícia de seu falecimento.

No dia 1º de abril, Pedro Simon foi à tribuna comentar as notícias sobre o precário estado de saúde do Sumo Pontífice. Desenhou, então, um retrato de Karol Woytila: “O Papa João Paulo II escreveu seu nome na História do nosso País, na História de muitos países, na História da humanidade. Um homem simples, não-italiano, vindo do mundo comunista, chegou ao Vaticano e estabeleceu o seu estilo de governar, o seu estilo de orientar a sua Igreja, o seu estilo de falar, não apenas aos seus fiéis católicos, mas aos seus irmãos do mundo inteiro, uma linguagem de paz, uma linguagem de respeito. Foi às Nações Unidas e lá falou ao mundo inteiro, disse que somos todos irmãos e que, como irmãos, devemos nos dar as mãos, que as grandes nações têm a obrigação de olhar para os que mais precisam, que os bens que temos na Terra são bens que Deus colocou à disposição de toda a hu-

manidade e que sobre eles há uma hipoteca divina. Podemos usá-los, sim, podemos buscá-los para o nosso bem, podemos crescer, podemos desenvolver, mas não podemos fazer isso à custa da fome, da miséria dos outros”.

Depois de relembrar a estada do Papa no Rio Grande Sul, mencionando o fato de o povo gaúcho ter-se apaixonado pelo Pontífice, o Senador Simon disse ser difícil encontrar alguém que tenha alcançado tamanha unanimidade em todo o mundo como Sua Santidade. “Duvido que alguém tenha uma palavra contra o Papa”.

No dia 4 de abril, o Senador Pedro Simon voltou à tribuna para tratar do falecimento do Papa. Falou do reconhecimento mundial obtido pelo pontífice, admirado por praticantes de todas as religiões. Disse também que não concordava com os que consideravam o Papa um conservador, e argumentou: “Se por conservador quer-se indicar aquele que não se afastou dos princípios tradicionais da Igreja, diria que sim, que Sua Santidade foi conservador. Mas, se quisermos empregar a palavra com o sentido costumeiro, de alguém acomodado, des preocupado com o conjunto do universo, este Papa jamais foi conservador. João Paulo II foi humanitário, um homem voltado para todos e, de um modo especial, para os que mais necessitavam”.

Segundo o parlamentar gaúcho, a grande bandeira do Papa era a defesa dos pobres, dos mais humildes. Lembrou que, numa Assembleia das Nações Unidas, onde foi aplaudido de pé, João Paulo II defendeu a tese de que Deus distribuiu as riquezas no mundo para que todos pudessem viver com dignidade, mas advertiu que havia uma hipoteca social sobre essas riquezas porque cada um de nós é responsável tanto quanto possível pela sorte de seu irmão. “Sua Santidade dizia não entender como algumas nações, riquíssimas, gastassem quantias fabulosas se preparando para guerra. Elas poderiam constituir um fundo para resolver o problema da fome com uma parcela dos recursos gastos com a guerra pelas grandes nações”.

No dia 8 de abril, Pedro Simon subiu à tribuna para registrar o impressionante sepultamento do Papa João Paulo II. Disse o Senador: “Chamou a atenção também o fato de ter sido talvez a maior presença de autoridades registrada – presidentes da república, primeiros-ministros, reis – na História moderna da humanidade. Nem na ONU nem em

outro lugar se encontrou uma manifestação tão intensa, de representações como a dos Estados Unidos, que é cristão, mas não é católico, como a de Israel, que não é cristão nem católico, como dos muçulmanos, como da Índia, como da China e da Rússia, países de certa forma adversos aos princípios da Igreja Católica”.

O Senador declarou-se impressionado com a participação de representantes de todas as crenças religiosas, desde as mais tradicionais, que têm sua existência ao longo dos séculos, até as que surgiram recentemente. E comentou: “Sejamos claros e sinceros, aquela imensidão que estava ali não cultuava o Papa católico-romano que morreu, mas o homem que encarnou em si as ansiedades de toda a humanidade, o homem que conseguiu se transportar acima de sua Igreja, acima de seus princípios da luta pela Igreja Católica, o que é importante e ele fez. Mas não foram sua luta e seu esforço na Igreja Católica que levaram o mundo inteiro a parar, assistir ao seu funeral na televisão ou ir a Roma. Foi a sua caminhada”.

No dia 25 de abril, o Senador analisou a escolha do Cardeal Josef Ratzinger para suceder Karol Wojtyła. Pedro Simon registrou que no seu primeiro discurso como Papa, o Pontífice alemão mostrou-se muito diferente do que aparentava anteriormente. “Uma coisa é alguém estar ali para julgar, com a responsabilidade de julgar, durante 20 anos, fechado na sua cúpula e vendo o mundo lá longe. Outra coisa é o homem ser Papa e olhar para o mundo, principalmente para os que mais precisam, os mais humildes. O Papa não tem obrigação de julgar, nem de decidir, mas de olhar para o contexto da humanidade”.

Pedro Simon destacou a humildade do novo Papa que disse que seu programa seria o pensamento do povo, dos bispos e que se mostrou aberto a escutar a todos os que estiverem a seu redor.

No início de 2005, o Rio Grande do Sul foi assolado por uma devastadora estiagem. Grande parte da produção agrícola foi perdida, o que acarretou uma série de outros problemas: nas cidades onde a economia é preponderantemente agrícola, todos os setores foram afetados.

Analisando essa gravíssima questão, o Senador disse que, desesperados, milhares de pequenos produtores e suas famílias tinham ocupado e bloqueado estradas na tentativa de alertar as autoridades para

a situação. Simon ressaltou que 382 municípios (dos 497 do Estado) decretaram situação de emergência. Nos quatro Estados mais ao Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul – os agricultores amargaram graves prejuízos em culturas de soja, feijão, arroz, milho, hortigranjeiros e criações.

Simon enfatizou que o Governador Rigotto, mesmo num quadro de dificuldades financeiras, liberou R\$3 milhões para o Programa RS Rural e buscou mais recursos junto ao Banco Mundial. “Registre-se, aliás, que o Governo Estadual recebeu o Programa RS Rural com uma dívida de R\$38 milhões, compromisso que foi renegociado com o Banco Mundial”, acrescentou.

Outro mecanismo acionado pelo Governo do Estado – disse Simon – foi o Seguro Agrícola Subsidiado do Milho, que protege agricultores familiares dos prejuízos causados pelas variações climáticas, entre elas a seca e o granizo. Lamentando as medidas paliativas de emergência anunciadas pelo Governo Federal, o Senador julgou insuficientes os recursos oferecidos, já que a ajuda federal de emergência foi limitada apenas àqueles que perderam mais de 50% da safra. Conforme dados do Movimento dos Pequenos Agricultores, apenas 64 mil famílias foram beneficiadas, num universo de trezentas mil em dificuldades. Comentou o Senador: “São medidas tímidas que pouco representam em termos de ajuda efetiva. Na realidade, estamos assistindo a um roteiro há muito conhecido. O Governo Federal está acostumado a atuar somente sobre as conseqüências, ‘correndo atrás da máquina’, quando deveria definir uma política preventiva, com programas ágeis e eficazes de assistência em situações de crise. Venho falando sobre esse tema da agricultura há muito tempo. Outra proposta minha para o setor, o Projeto de Lei nº 126/98, define uma Política Agrícola para o País e estabelece a concessão de crédito rural diferenciado aos agricultores familiares e aos produtores assentados em áreas de reforma agrária. O tratamento favorecido exige, no entanto, uma retribuição à sociedade. O produtor familiar será favorecido na medida em que melhorar seu desempenho em termos de produção de alimentos, proteção ao meio ambiente e geração de empregos”.

Lourenço Cazarré

Pronunciamentos

Funcionamento da CPI dos Bingos

(Pronunciamento em 17 de fevereiro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, parablenizo o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, a quem também parablenizo por permanecer na Mesa, coisa muito rara. O Senador Eduardo Siqueira Campos, pela sua liderança, pela sua capacidade, em seu primeiro mandato, foi o único que conseguiu permanecer. O Senador José Sarney tentou, outros tentaram, mas não tiveram o êxito que S. Ex^a teve.

Senhor Presidente, um dos últimos atos praticados pela Mesa anterior, sinceramente, deixou-nos boquiabertos. Ficou registrado nesta Casa o pedido de criação de uma CPI para investigar, após uma reportagem divulgada pela imprensa, um alto auxiliar da chefia da Casa Civil, que confessava abertamente sua ligação com o jogo do bicho, com uma infinidade de coisas absurdas. A CPI foi proposta. O Governo esforçou-se no sentido de impedir que ela fosse criada. Mas ela foi proposta. Alguns até retiraram suas assinaturas, mas ela foi proposta. O pedido chegou à mesa do Presidente José Sarney, que cobrou dos líderes que indicassem nomes. Os líderes da Maioria – PMDB, PT e outros – não indicaram os nomes. Não os indicando, foram além: disseram que só existirá CPI nesta Casa quando os líderes da Maioria quiserem.

Há um artigo da Constituição – talvez o mais fundamental para se dizer que há democracia no País e que o Congresso tem autonomia – que determina que a minoria tem condições de pedir uma CPI. A mi-

noria, um terço de parlamentares, tem o direito de constituir uma CPI, que deve ser instalada.

Pois os líderes do Governo determinaram que não há CPI se eles não quiserem. O Presidente José Sarney, que tinha o direito e a obrigação de fazer a nomeação, não a fez. E a tramitação do requerimento ficou parada.

Propusemos uma ação no Supremo, do meu bravo Presidente Nelson Jobim, onde, lamentavelmente, em algumas questões, o tempo se arrasta. O Supremo pediu informações à Casa e está para decidir a questão, podendo fazê-lo na semana que vem. O Relator da matéria no Supremo pediu à Casa que o informe da situação da CPI. Sobre um pedido de CPI que o Presidente José Sarney não instalou porque os líderes da Maioria não indicaram os nomes, a Mesa responde ao Supremo Tribunal Federal:

“Certifico, a requerimento do Excelentíssimo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, que a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 245, de 2004, no qual o Senador Magno Malta e outros senadores requerem, em conformidade com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, conjugado com o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 15 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com duração de 120 dias (...), teve seu prazo de duração encerrado em 2 de julho de 2004.”

A Mesa responde que a Comissão Parlamentar de Inquérito teve encerrado seu tempo de duração. Não foi instalada! O Presidente, numa omissão dolosa, não a instalou. Os líderes, numa ação dolosa, lançaram uma nota em que consta que só vai haver CPI quando eles quiserem. Entramos com uma ação no Supremo para mostrar que estava em risco um artigo sagrado da Constituição, que é o direito da Minoria, o sagrado direito que a Minoria tem de investigar. A Maioria tem maioria na Comissão; a Maioria indica o Relator, indica o Presidente; a Maioria conduz os trabalhos da CPI. A CPI vai fazer o que a

Maioria quiser. Quem é a Minoria para impor a sua vontade? Mas a Minoria tem o direito de criar uma CPI, tem o direito de fazer com que ela se instale, com que ela seja debatida, com que o assunto venha ao conhecimento da opinião pública. Se a Maioria quiser esconder, se não quiser convocar o Fulano, se quiser rejeitar por isso ou por aquilo deve pagar pelo que faz, mas não pode arquivar como arquivou.

Agora a Mesa, com a maior cara-de-pau, avisa ao Ministro do Supremo que se esgotaram os prazos, que passou o prazo da existência da CPI. Mas ela não existiu! Houve o pedido para sua criação, que foi para a mão do Presidente. O Presidente “sentou em cima”, pediu para os líderes indicarem, e eles não o fizeram. O Presidente não fez o que devia, que era indicar. Há uma decisão a ser tomada no Supremo. O Supremo está em vésperas de decidir. Na véspera de decidir, a Casa mandou para o Supremo o seguinte: o prazo da Comissão já passou; não há mais nada a fazer.

E ainda cobramos da Câmara dos Deputados a escolha do seu Presidente! Trata-se de um homem de bem, pelo que conheço. Estive analisando a sua biografia, o seu patrimônio, a sua longa atividade parlamentar.

Escândalo é este aqui. O que marca a história deste Parlamento é isto aqui. O que marca com gravidade o Parlamento brasileiro é isto aqui.

O meu querido amigo, ex-Presidente José Sarney, antes de sair, ainda permitiu que a sua Mesa enviasse ao Supremo esta afirmativa: não deixem criar CPI, “sentem em cima” da CPI. Mandou avisar ao Supremo que o prazo da CPI já se esgotou. Nem foi instalada, mas já se esgotou o seu prazo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido – AC) – Senador Pedro Simon, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido – AC) – Meu prezado amigo Senador Pedro Simon, enfim, V. Ex^a resgata um assunto que gerou preocupações, tristezas e decepções, particularmente a este seu amigo que vos fala. O curioso nessa história toda, Senador, é que

lembro a V. Ex^a e aos ilustres senadores presentes que, naquela oportunidade, inconformado com o fato de o meu partido ter participado da operação “abafa CPI, aborta CPI”, pedi minha inscrição avulsa, desconhecendo até se essa atitude teria guarida no Regimento. Mas pedi por uma razão muito simples. Antes de o Presidente Lula assumir o Governo, todos que faziam parte de um partido dito de esquerda neste Parlamento ou que eram democratas, deputados ou senadores que ilustraram essas Casas, quando ocorria um fato de repercussão nacional e de gravidade como o que envolveu o alto funcionário do Gabinete Civil da Presidência da República, no caso do Sr. Waldomiro, quando ocorria um fato dessa natureza no País, solicitavam ao Congresso Nacional a instalação de uma CPI. Tratava-se de pedido e exigência daqueles que fazem e faziam parte de partidos ditos de esquerda. Pois bem. Depois que assumiu o Presidente da República, minha expectativa era de que, agora, mais ainda, de forma mais intensa, de forma mais profunda, iríamos investigar, apurar e punir com transparência, com rigor. Era o que eu esperava, e creio que o que V. Ex^a sempre esperou. Para minha decepção, os nossos partidos – PT, PSB e partidos da base de sustentação do Governo – envolveram-se numa operação vergonhosa na tentativa de abafar um instrumento legítimo do Congresso Nacional, que é a CPI, por meio da qual poderíamos, sim, investigar um fato grave como aquele de um alto funcionário do Poder Executivo ir à televisão e se confessar ladrão e corrupto. Se esse não é um fato grave para o País, para esta Nação, para este Congresso Nacional, não sei mais o que é um fato grave que possa justificar a instalação de uma CPI. Portanto, parabênizo V. Ex^a por resgatar este assunto. Espero até que o Supremo possa decidir em consonância com a aspiração, com o anseio de muitos de nós que ainda não perdemos a esperança de ver esse instrumento instalado no Senado Federal, para que possamos prosseguir e resgatar a tempo e a hora esse fato que entristece a Nação brasileira e envergonha o País e o Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, nobre Senador, a V. Ex^a o importante aparte. V. Ex^a participou do movimento para instalação da CPI e deu o seu parecer como devia ser e como esperávamos. Mas, naquela ocasião, terminou se encontrando uma fórmula

de ele se perder no meio caminho, mas V. Ex^a e a comissão fizeram o que devia ser feito.

O ilustre jurista Dr. Werner Becker, advogado convidado por nós para defender a nossa causa, fará a defesa e tenho certeza de que ele levará essa situação ao ilustre Ministro Celso de Mello, um homem honrado, respeitoso sob todos os títulos. Quero crer que o Ministro Celso de Mello haverá de entender o grotesco da situação. Não creio que o Ministro Celso de Mello haverá de aceitar uma certidão enviada pela Secretaria da Mesa em que consta que o prazo da CPI já acabou – CPI que ainda não foi instalada. O prazo começa da sua instalação.

Imaginem se qualquer documento a que se desse entrada ficasse na gaveta do Presidente ou numa comissão e, de repente, se dissesse “passou o prazo”, sem que nunca o tivéssemos apreciado. A CPI é uma expectativa. Como diz muito bem V. Ex^a, lamentavelmente os fatos hoje são mais graves do que os daquela época, mas o Governo terá que aceitá-los.

O que ocorreu na Câmara dos Deputados com relação ao episódio da Mesa deve servir de exemplo para que o Governo entenda que é muito melhor agir de forma aberta, franca; que é muito melhor dialogar defendendo que buscar argumentos escusos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Há muito tempo estou na vida pública. Há muito tempo estou vendo vexames que ocorrem, mas esse das últimas 48 horas, de mudar como se mudaram os membros de bancada, de o Governo promover com os seus 11 ministros a retirada de não sei quantos de outros partidos para entrarem no PMDB e em outros partidos para ganhar a Presidência da Câmara, para ganhar a Liderança do PMDB, é um episódio triste, que, sinceramente, nem na época militar vi acontecer dessa maneira. Quando entramos com a candidatura do Djalma Marinho, extraordinário homem – essa foi a primeira vez que resolvemos enfrentar a ditadura, apresentando-o como candidato à presidência da Câmara dos Deputados –, os militares entraram, pressionaram, fizeram o diabo e ganharam, mas não foram pegos 10 deputados para botar aqui, mais outros tantos botar ali. Não houve uma tramóia de tudo que é jeito. Isso nunca tinha acontecido.

Acho que o exemplo vale, e a gravidade não está na pessoa que foi eleita, mas na forma com a qual se quis se intrometer. E que seja um bom exemplo, para que não se repita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, é o grandioso Líder do PMDB no Brasil. Somente se iguala a V. Ex^a aquele que está encantado no fundo do mar, Ulysses, mas, dos vivos, é V. Ex^a. Tenho o direito e a liberdade de escolher. V. Ex^a é um líder mesmo, é aquele que prende, o que atrai, é mais do que o sol no PMDB, que só fica de dia; V. Ex^a, pelas suas virtudes, coragem, honradez e honestidade nos ilumina dia e noite. Mas queria advertir para o Presidente entrante que na democracia há a minoria. Esta Casa viveu o maior drama na história do Império, quando a religião oficial era a Católica Apostólica Romana, e o senador tinha que jurar que o era, senão, não tomava posse. A partir daí foram sendo reconhecidas as minorais. As minorias têm de ser reconhecidas na democracia. A democracia é o governo da maioria com respeito pela minoria. É preciso respeitar as minorias, os negros, os índios, os homossexuais e também nós, parlamentares do PMDB, que aqui somos minoria. Quero dizer-lhe que essa minoria tem a maior voz da história da democracia: Pedro Simon, e eu estou aqui para acompanhá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, em primeiro lugar, ao companheiro pela amizade e pelo carinho. V. Ex^a vem se pronunciando a respeito e eu sou daqueles que diz que é muito mais interessante ver o Sr. Mão Santa alertando sobre o que está errado do que ver, por exemplo, a Senadora que saiu agora da tribuna bater palmas para tudo que está acontecendo. Ela disse que gostaria de saber onde estavam os homens do PSDB e do PFL durante os oito anos de Governo de Fernando Henrique, quando aumentaram impostos, porque eles não disseram nada. É verdade. O PT, naquela ocasião – eu posso dizer isso –, durante esses oito anos protestou. Mas eles também podem

perguntar onde está o PT agora, quando essas coisas estão acontecendo, quando tudo aquilo que o PT dizia que era equivocado hoje está acontecendo, e o PT silencia.

Por isso, quando V. Ex^a chama a atenção para esses fatos, é mais amigo do nosso amigo Lula do que aqueles que, a pretexto de bater nas costas, como hoje o Sr. Noblat publica – queira Deus que não seja verdade; acredito que não é verdade –, que alguém, por ser amigo do Senhor Lula, recebeu um telefonema para fazer uma transação com a Transbrasil absolutamente nefasta e absolutamente negativa.

Embora respeite o jornalista Noblat, acho difícil que o Presidente da República tenha dado o telefonema de que ele fala. Mas aconteça o que acontecer, o que está ali não pode ocorrer. A gravidade do conluio entre a Transbrasil e uma outra empresa, em que, terminando com a Transbrasil, decretada a falência, a outra continuaria, é algo muito grande. É uma denúncia muito séria feita pelo jornalista Noblat que, acredito, não acontecerá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas é muito mais amigo do Lula o Sr. jornalista Noblat – embora muitos possam não gostar dele –, que diz isso, do que aqueles que ficam esquecidos, que ficam quietos quanto à possibilidade de essa operação acontecer, e tomássemos conhecimento apenas depois.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Senador, a norma adotada pela Mesa, eu estou cumprindo aqui aquilo que o Senador Pedro Simon vinha fazendo, já...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerro e peço desculpa, Senador Eduardo Suplicy. Devo apenas dizer a V. Ex^a que...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma referência ao Presidente em relação às observações de V. Ex^a e prometo ser brevíssimo, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Senador Suplicy, V. Ex^a está inscrito. Se for concedido o aparte, os outros inscritos serão prejudicados.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerrarei, Sr. Presidente. Apenas farei uma proposta e peço que V. Ex^a a leve à Mesa.

Não pode acontecer o que está acontecendo. Ontem e hoje, nesses dois primeiros dias, falaram 20 líderes e apenas dois ou três inscritos.

Sr. Presidente, V. Ex^a poderia levar à Mesa – e seria uma decisão que me parece correta – a sugestão de que fale um líder e um inscrito. Até concordo que o tempo que hoje é concedido ao inscrito não precisa ser de 20 minutos, pode ser 10 minutos, mas não pode acontecer essa espera de três horas. Ontem, para falar, tive que esperar quatro horas. Cheguei aqui no início da sessão e fui falar no encerramento da mesma, e hoje a mesma coisa. Então penso que V. Ex^a poderia levar à Mesa. Penso que seriam duas decisões absolutamente corretas: a primeira, fala um líder e fala um inscrito; e a segunda, o inscrito, em vez de dispor de 20, teria apenas 10 minutos.

Obrigado pela tolerância e vejo V. Ex^a na Mesa realmente com muita alegria pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu na Comissão. Pelo heroísmo da sua atuação, é um homem que merece o nosso apreço e o nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em defesa do Ministro da Previdência

(Pronunciamento em 25 de fevereiro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, se há algo que a mim não soa bem é a imprensa querer “queimar” um Ministro e, diariamente, inventar coisas contra S. Ex^a.

Eu já estive nesta tribuna pedindo “a cabeça” de ministro. Quando tem, eu falo; acho que deve ser feito. Mas, quando vejo que é intriga, isso me deixa preocupado.

Há uma pessoa que se chama Amir Lando. Esse homem, nesta Casa, foi padrão de dignidade. S. Ex^a foi o co-presidente da CPI do *impeachment*; S. Ex^a teve coragem, uma coragem muito difícil, porque sofreu pressão de todos os lados. É fácil imaginar pressões de um lado e favores de outro dentro do próprio PMDB: “Não fale em *impeachment*; faça denúncia, mas não toque nesse assunto!” E S. Ex^a resistiu à bancada, resistiu a todo mundo, e levou adiante. Aceitou um ministério que, se dependesse de mim, não o teria aceitado. Mas aceitou! As informações que eu tenho são as de que S. Ex^a está tomando providências profundas, no sentido de chegar ao âmago da questão no ministério, que está cheio de corrupção. O problema é que o Ministério da Previdência Social é um queijo suíço, composto praticamente de corrupção em cima de corrupção. Haja vista os escândalos, por exemplo, o da construção de um novo cadastro à prova de fraude.

O cadastro atual dá margem a todo tipo de rapinagem: apagam-se dívidas; criam-se aposentados fictícios; ressuscitam-se mortos, entre outras mazelas.

Não se trata apenas de um recadastramento. Há de se construir um novo sistema mais confiável e que permita registrar as digitais de quem frauda.

Os números, no início da primeira etapa do novo cadastro, já são assustadores. Já se descobriu, por exemplo, vinte tipos de fraudes que atingem milhões de benefícios. Números preliminares dão conta de que se possa atingir, em um ponto, R\$10 bilhões anuais roubados da Previdência.

Por isso, Sr. Presidente, a cobrança de devedores contumazes, com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, obteve uma resposta na arrecadação já bastante visível: em 12 meses, o aumento nominal da receita atingiu 30%.

Vejo no Senador Amir Lando um homem de bem. Vejo no Senador Amir Lando um homem sério. Não posso admitir que brinquem com a sua honra. Não posso admitir que inventem – e parece que até dentro do próprio PMDB, porque algum outro do PMDB queria o lugar dele –, que façam esse tipo de coisa. Não. Venho aqui para dizer que conheço o Senador Amir Lando. Sei que é um homem sério. Sei que S. Ex^a está angustiado.

O Sr. Alexandre Dupeyrat, que foi Ministro da Justiça do Governo Itamar, está como seu coordenador. Não dorme noite e dia para buscar as coisas que estão acontecendo.

Por isso, digo ao meu Presidente Lula: se quer tirar, tire; se quer mudar, mude. Mas, nesse caso, não pode a imprensa brincar com a honra de um homem que, sei, é um homem de bem, é um homem sério.

Apenas isso, Sr. Presidente.

Homenagem a Celso Furtado

(*Pronunciamento em 2 de março*)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em junho de 2000, sugeri ao Senado Federal a realização de uma sessão especial em homenagem ao economista Celso Furtado. Eu pensava, à época, que uma sessão de homenagem seria uma oportunidade para que o nosso grande economista proferisse – diante dos senadores da República – uma palestra a respeito da conjuntura da economia do País.

Solicitei a homenagem porque, poucos dias antes, o *Jornal do Brasil* havia publicado, na sua coluna Informe Econômico, importante nota intitulada “Democracia”, a respeito de um pronunciamento do ex-Ministro Celso Furtado sobre os problemas brasileiros. Homenageado pela Universidade de São Paulo, pelo transcurso de seu octogésimo aniversário, o ex-Ministro Celso Furtado havia dito que o Congresso brasileiro deveria tomar a frente de um movimento para “salvar o País”.

Acrescentava a nota do *Jornal do Brasil* que o eminente economista brasileiro tinha sugerido um amplo entendimento nacional em torno de uma moratória negociada com os credores. Esse entendimento – uma moratória, na verdade – seria o primeiro passo para compatibilizar o pagamento da dívida externa pública e privada com a retomada do crescimento econômico, centrado no fortalecimento do mercado interno.

Ainda no ano 2000, tomei uma outra iniciativa em relação ao economista Celso Furtado. Requeri do Senado Federal um voto de apoio à sua indicação para o Prêmio Nobel de Economia.

Passaram-se os anos. A homenagem pedida por mim não foi realizada. No ano passado, no dia 21 de novembro, faleceu Celso Furtado.

Imediatamente, com o Requerimento nº 1.457, solicitei, com muitos outros senadores, à Presidência do Senado Federal a inserção de um voto de pesar pelo falecimento do Ministro. Na mesma ocasião, requeremos à Presidência do Senado Federal, com muitos outros senadores, a realização de uma sessão especial para homenagearmos o grande economista. Para minha felicidade, está sendo realizada hoje a sessão pedida naquela data.

Cito essas minhas iniciativas, porque penso que elas dão uma clara noção da grande admiração que eu sentia – e sinto – pelo brasileiro Celso Furtado.

Por ocasião de sua morte, manifestaram-se os mais destacados economistas do País e do exterior, integrantes das mais diversas correntes de pensamento. Todos destacaram a importância do trabalho precursor de Celso Furtado para a compreensão mais exata dos problemas brasileiros e também das mazelas latino-americanas.

Começo com o que disse o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, que conheceu Celso Furtado em 1981. Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, em 28 de novembro de 2004, escreveu Lagos:

“O neoliberalismo não é a resposta quando diz que o crescimento econômico, por si só, resolve as questões de longo prazo. É claro que o crescimento econômico é essencial, mas, como disse Celso Furtado, ele apenas nos conduz ao desenvolvimento se existem políticas públicas que levem esse crescimento em benefício daqueles que mais necessitam dele, assim criando uma sociedade com grau maior de coesão social. Como governante, sei que isso é fácil dizer, mas difícil fazer. Se o conseguirmos, será a melhor homenagem a Celso Furtado, esse grande brasileiro, grande latino-americano e grande pensador do século XX.”

Falando ao jornal *Valor Econômico*, disse o ex-Ministro Pedro Malan:

“Sua influência deriva não só de sua obra, mas também de sua atividade profissional, da maneira pela qual se portava. Celso Furtado era uma pessoa que transmitia muita seriedade, dignidade, serenidade

e uma vontade de ouvir e de explicar aquilo sobre o que estava pensando. E um pensamento que sempre reteve a capacidade de se renovar. É exatamente por isso que ele teve influência muito grande na sua própria geração – porque, pelos anos 50, já era uma pessoa razoavelmente conhecida no seu meio e estava com apenas 30 anos.”

Em texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, escreveu o professor de Economia Marcelo de Paiva Abreu, da PUC-RJ:

“O maior mérito da interpretação furtadiana do Brasil é a sua permanente preocupação em responder à clássica pergunta: *cui bono?* A quem beneficia? Essa preocupação com os aspectos redistributivos do crescimento econômico e o comportamento rentista das oligarquias é que confere grande vigor às suas interpretações.”

São depoimentos esclarecedores e verdadeiros.

Autor do clássico *Formação Econômica do Brasil*, que lançou quando tinha 39 anos, Celso Furtado gozou, a partir dos anos 60, pleno reconhecimento internacional como professor e ensaísta.

Quando teve os seus direitos políticos cassados, em 1964, foi para Paris, onde foi nomeado professor por decreto assinado pelo General Charles de Gaulle.

Celso esteve entre centenas de brasileiros colhidos pelas cassações, mesmo não tendo uma atividade política, uma militância partidária. Era um intelectual.

Hoje, passados vinte anos do fim do regime que lhe causou o afastamento do Brasil, Celso Furtado goza de pleno reconhecimento nacional e internacional. Mesmo assim, penso que, a partir de hoje, será ainda maior a valorização da obra desse que foi um dos mais destacados agentes da História recente deste País.

Sr. Presidente, Celso Furtado nasceu na cidade de Palma, no sertão da Paraíba, em 1920.

Para falar um pouco da infância de Celso Furtado, recorro a um artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, publicado pela revista *Veja*, em dezembro de 2004.

Escreveu Roberto Pompeu de Toledo:

“Para o menino Celso Furtado, a vida era uma sucessão de perigos. O perigo dos cangaceiros que vez por outra invadiam Pombal. Os cangaceiros avançavam pelas ruas em cavalgadas que espalhavam

poeira e terror. Uns queriam bancar os bem-educados e sentavam-se no bar, pediam café, respeitavam as senhoras. Ameaçavam, atiravam, agrediam, intimidavam, barbarizavam. Numa dessas ocasiões, o pai de Celso agarrou-o e levou-o a um esconderijo, onde ficaram até os cangaceiros irem embora. ‘Tantas vezes vi pessoas mortas na rua’, lembraria ele, anos depois.”

Prossegue o articulista da revista *Veja* falando sobre a infância de Celso Furtado:

“Havia a violência política, em acréscimo à dos fazendeiros. Todo mundo estava envolvido na ‘política’, mas não se pense que essa ‘política’ tinha a ver com o debate dos problemas do Município, do Estado ou das grandes questões nacionais. A ‘política’ se traduzia em escaramuças entre famílias rivais. Eram particularmente agudas em épocas eleitorais, e podiam degenerar em pequenas guerras civis. Num dia de 1930 alguém chegou correndo à casa de Celso: ‘Mataram João Pessoa!’. Não era um dia qualquer para o menino. Era o dia em que ele completava 10 anos, 26 de julho. Quem trazia a notícia era um empregado. João Pessoa, o popular Governador da Paraíba, fora emboscado por um inimigo numa confeitaria do Recife. Entre as pessoas simples do Estado, João Pessoa gozava de mística que tangenciava o sobrenatural. Celso ouvia da empregada da casa histórias como a de que o Governador se disfarçava de pessoa comum e saía ‘para fazer o bem’ nos bairros pobres. Era a mesma lenda que acompanhava os ‘reis bons’ da Idade Média. À noite, a empregada o levou a uma procissão encabeçada por um andor onde ia o retrato de João Pessoa, venerado como um santo.”

Celso Furtado emigrou para o Rio de Janeiro aos 19 anos, a fim de estudar Direito. Já formado, embarcou como oficial de ligação da Força Expedicionária Brasileira que foi lutar na Europa. Voltou ao Brasil ao final da guerra, mas em seguida retornou a Paris, onde, em 1948, foi o primeiro brasileiro a doutorar-se em Economia.

Quando a Organização das Nações Unidas, em 1948, criou a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, no Chile, foi o primeiro brasileiro a ser contratado. Lá, em companhia de jovens intelectuais de várias nações do continente, deu início a seus estudos científicos sobre a economia latino-americana.

Em 1959, voltou ao Brasil para ser o criador da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a instituição federal imaginada pelo Presidente Juscelino Kubitschek para centralizar os esforços para desenvolver a região.

Depois do golpe militar de 1964, exilou-se em Paris, onde desenvolveu carreira como professor e escritor. Viajou por diversos outros locais, da África, da América Latina, da Ásia – esteve na China –, sempre estudando os problemas do desenvolvimento econômico, sua especialização.

Com a redemocratização do Brasil, foi Ministro da Cultura no Governo de José Sarney, indicado pelo PMDB de Ulysses Guimarães.

Reconhecido internacionalmente como um dos mais destacados teóricos do desenvolvimento econômico de nações periféricas, Celso Furtado sempre lamentava que a política econômica seguida tradicionalmente no Brasil tivesse engendrado uma sociedade com chocantes desigualdades e sujeita a crises intermitentes.

Para comentar a obra de Celso Furtado, eu invoco aqui o depoimento do Prof. Theotonio dos Santos que, com Celso Furtado, integra a lista dos maiores 250 economistas da humanidade. Em depoimento a *IstoÉ*, em 2004, Theotonio dos Santos disse que o ponto mais importante do pensamento de Celso Furtado era a defesa do desenvolvimento.

Disse o professor Theotonio dos Santos:

“Estamos há 20 anos esperando o mercado fazer o crescimento, abandonamos o Estado e comprometemos os recursos públicos com o setor financeiro, que não investe em produção. Celso foi opositor sistemático dessa concepção e mostrou as causas do subdesenvolvimento da nossa economia. Seu livro sobre a formação econômica do Brasil é uma jóia de análise histórica e teórica... Há um preconceito acadêmico contra a teoria da dependência. O pensamento econômico latino-americano foi excluído da academia. Ele continuou sendo lido pelo peso de sua obra na questão brasileira, mas não no mecanismo global da dependência. É um fenômeno estranho. A maioria que defende políticas neoliberais não mantém cinco minutos de discussão com outras correntes porque não tem a mínima idéia do que sejam.”

Para Celso Furtado, a estratégia de estabilização adotada pelo Governo brasileiro, a partir de 1994, ignorou totalmente a profunda desigualdade reinante no interior da nossa sociedade. A estabilização, de fato, representou um certo favorecimento para a massa dos consumidores, mas teve pouca preocupação com os fundamentos econômicos.

Assim, acrescentava Celso Furtado, a precária estabilidade alcançada engendrou sem demora um grave desequilíbrio na balança de pagamentos, sustentado pelo endividamento externo de curto prazo, mediante a elevação exorbitante das taxas de juros. Em decorrência da política de juros altos, houve uma redução dos investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutivos.

No ano 2000, Celso Furtado ponderava que a periclitante situação da economia brasileira nos obrigava a buscar um entendimento – ou seja, moratória – tanto com os credores no plano externo quanto no interno. Os aliados potenciais internos para a moratória seriam os grupos industriais esmagados pelas taxas de juros e a classe trabalhadora, vítima do desemprego. No plano externo, caberia lutar por uma reestruturação do sistema financeiro internacional, no sentido de reduzir a dependência dos fluxos de capital a curto prazo.

Mas, para sair definitivamente da crise, dizia o economista, o Brasil deveria buscar, a longo prazo, uma reforma de estruturas. A primeira estratégia seria reverter o processo de concentração patrimonial e de renda. A segunda frente a ser atacada seria a do atraso nos investimentos no fator humano, atraso que se traduz em extremas disparidades entre salários de especialistas e do operário comum.

Reproduzo aqui trechos de uma entrevista de Celso Furtado à *Carta Capital*, em 2002, quando foi sabatinado por Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo.

Disse Celso Furtado naquela ocasião:

“Nada choca tanto o observador da economia brasileira como a contradição entre o formidável potencial de recursos do País e o baixo nível de desenvolvimento alcançado por este até o presente. O Brasil é um mundo totalmente criado pela expansão do capitalismo industrial; não é herdeiro de nenhuma velha civilização, como são outras grandes nações hoje denominadas subdesenvolvidas. Simplificando o quadro

histórico, singularizo duas tendências estruturais: 1. A propensão ao endividamento externo; 2. A propensão à concentração social da renda. Para explicar essa dinâmica perversa, nada me parece tão decisivo como o comportamento das elites tradicionais, que imitam os padrões de consumo dos países de elevado nível de desenvolvimento. Explicam-se assim a tendência à concentração de renda e a forte propensão a importar... Olhando para a frente, os dois pontos fundamentais a ser enfrentados por um próximo governo são: 1. Como elevar a taxa de poupança interna? 2. Como reduzir a propensão a importar dos grupos de alto nível de vida?”

Celso Furtado não acreditava, como os liberais, no “deus” mercado. Eis o que disse ele na mesma entrevista: “A ação do Estado tem sido essencial para a promoção do desenvolvimento. Este só se efetivou no Brasil como fruto de uma vontade política. Os mercados desempenharam sempre um papel coadjuvante”.

Celso Furtado entendia que os países subdesenvolvidos não avancem realmente, embora consigam acumular alguma riqueza, porque tentam reproduzir hábitos de vida e traços de culturas dominantes, ou seja, não são criadores de seu próprio destino. Foi isso que determinou o trabalho que ele acabou realizando.

Dizia Celso Furtado:

“Isso me deu a idéia de que o subdesenvolvimento merecia um trabalho de teorização própria, era preciso pensar o subdesenvolvimento como uma realidade histórica à parte e que exige um estudo, uma reflexão, uma criatividade. Mas não será seguindo os modelos conhecidos da história do desenvolvimento dos países desenvolvidos que se pode aprofundar no conhecimento desse problema. Isso até hoje me parece uma coisa definitiva: ou reconhecemos que somos uma coisa à parte, temos problemas que são criados historicamente no nosso contexto próprio, ou então caímos na irrealidade de dizer que somos países atrasados, porque estamos numa fase um pouco anterior à que os outros já estiveram. Os outros nunca estiveram onde nós estamos, essa é a diferença essencial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir, cito um trecho de artigo publicado pelo jornal *O Globo*, em 2 de dezembro de 2004

– assinado pelos jornalistas Gustavo Villela e Cristina Alves – que, de certa forma, consolida tudo o que se disse anteriormente:

“Para o menino que nasceu em Pombal, na Paraíba, e aos 28 anos tornou-se doutor na Sorbonne, na França, o modelo econômico brasileiro das últimas décadas foi excludente. A emergência de uma classe média afluenta, em meio à pobreza, quando não miséria, de praticamente um terço da população, é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida.”

Para Celso Furtado, se os 20 anos de regime militar agravaram o mau desenvolvimento, cabe-nos indagar por que, agora que a prática da democracia está incorporada à sociedade brasileira, ainda parece tão difícil promover mudanças nesse quadro.

Essa é a pergunta central que temos de responder: por que agora, que vivemos na plenitude democrática obtida pela Constituinte de 1988, ainda reproduzimos a desigualdade dos anos sem liberdade?

Por que a fome? Por que a miséria? Por que a injustiça social?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estiagem no Rio Grande do Sul

(Pronunciamento em 3 de março)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente o assunto trazido aqui pelo representante de Santa Catarina, apesar da veemência e do brilhantismo de V. Ex^a, teria de multiplicar por três para mostrar a situação do Rio Grande do Sul.

É séria a situação de Santa Catarina sim, mas é dramática a situação no Rio Grande do Sul. Há mais de trinta anos não havia uma seca igual. Parece mentira, mas em dez anos é o sexto ano que a seca atinge o Rio Grande do Sul. Cinquenta e duas cidades enfrentam racionamento de água para beber, problema que atinge um milhão e 346 mil moradores das zonas urbanas e rurais; 398 municípios decretaram situação de emergência, o maior número de cidades nos últimos 20 anos. Oitenta por cento dos municípios gaúchos estão sendo atingidos por essa seca. O volume previsto não vai recuperar o déficit hídrico do estado nem o mínimo necessário para repor as águas subterrâneas desde 2003. Seis bilhões e trezentos milhões é o prejuízo estimado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul em função da quebra da safra provocada pela maior estiagem dos últimos anos.

A essa altura, perdeu o Rio Grande do Sul 62% da cultura do milho, 75% da cultura do feijão, 35% do leite, 30% da uva, 30% do fumo, 40% da maçã, 40% na pecuária, 57% na soja. O prejuízo, só na soja, é de 2 bilhões, 555 milhões. Cinquenta e nove mil hectares da lavoura do arroz já estão perdidos; a piscicultura, assim como a criação de aves e suínos e outras culturas de subsistência também foram atingidas. O

Governo Rigotto, apesar das dificuldades financeiras, vem fazendo o máximo possível e tomando uma série de ações de Estado: abrindo poços e ajudando no que for possível. O Banrisul prorrogou o pagamento dos financiamentos dos créditos com o Banco do Rio Grande. A bancada gaúcha no Congresso Nacional, sob a coordenação de Alceu Colares, marcou reunião com o Presidente da República, para expor, e parece que hoje o Presidente da República dirá as providências que tomará no nosso Estado.

Falando com o Ministro da Agricultura, hoje pela manhã, S. Ex^a nos respondeu que reconhece a gravidade da seca. Fala na perspectiva de que, no futuro, é importante que a Embrapa realize estudo, com os órgãos específicos, sobre a questão climatológica do Rio Grande do Sul, porque, na verdade, o fenômeno vem repetindo-se de uma forma tal que alguma coisa também deve ser feita nesse sentido.

Meu amigo Paulo Paim estava lá conosco, junto com o companheiro Zambiasi. Mas o Ministro da Agricultura chama a atenção para o fato de que, se os créditos não vierem a contento agora, eles aumentarão, multiplicarão, duplicarão, e, se não pagar agora, vai ser muito mais difícil, daqui a dois, três meses, com o aumento dos juros, fazer com que alguma coisa realmente aconteça.

Aproveitamos essa reunião da bancada do PMDB com o Sr. Ministro da Agricultura para que S. Ex^a nos desse uma idéia sobre a questão do fumo, sobre o projeto que está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a respeito da eliminação do cultivo de fumo no mundo. S. Ex^a foi de uma clareza muito grande. Não podemos assinar o extermínio da produção no mundo enquanto não tivermos condições para isso. S. Ex^a teve a idéia de criar um fundo especial para garantir condições de subsistência e de transferência de produção para os que hoje produzem fumo.

Não podemos, pura e simplesmente, dizia-me agora o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o bravo companheiro Cristovam Buarque, a pretexto de combater o fumo – e devemos combatê-lo totalmente, mas sabendo que pelo mundo haverá gente produzindo fumo –, reduzir à miséria cerca de quase 300 mil famílias.

A criação desse fundo parece-me algo interessante e digno de ser analisado. Não sei se o companheiro Paulo Paim estará na reunião com o Presidente Lula hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço, com o maior prazer, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, ouço o seu pronunciamento e, como sempre, fico admirado. Tenho, aqui neste plenário, aprendido muito com V. Ex^a. Nessa questão específica da seca no Rio Grande do Sul, sou testemunha do movimento que V. Ex^a está fazendo, junto com toda a bancada gaúcha. Confirmando que a bancada do PT foi convidada para estar, hoje à tarde, a exemplo do que V. Ex^a fez com a bancada do PMDB, nas esferas do Governo e, provavelmente, com o Presidente Lula, a fim de dialogarmos sobre a questão da seca no Rio Grande do Sul. Pode ter a certeza de que, naquele espaço, levarei exatamente as mesmas propostas que V. Ex^a levantou no debate com a bancada e no plenário, por diversas vezes. Vou mais além: fiquei muito feliz com a informação que V. Ex^a me dá sobre a opinião do Ministro da Agricultura sobre a questão da Convenção-Quadro. Precisamos estabelecer um longo debate e lembrar que 40% dos países de Primeiro Mundo também não assinaram a referida Convenção. Por isso, a preocupação de V. Ex^a procede, assim como a precaução por parte do Ministro. Também sou testemunha de que o ex-Ministro da Educação, hoje Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Cristovam Buarque, deu esse mesmo depoimento na reunião do Bloco. S. Ex^a compartilha exatamente da mesma posição que V. Ex^a aqui expressou. Vamos olhar para o mundo e ver, primeiro, se há um fundo de compensação para podermos dizer, de uma hora para outra, que não será mais, em tese, produzido fumo no Brasil. O aparte é apenas para complementar o seu pronunciamento, Senador Pedro Simon. V. Ex^a pode ter certeza de que, se eu tiver oportunidade de estar hoje à tarde com o Presidente, expressarei a opinião de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Senador Paim, o Ministro também disse hoje que, graças a Deus, a Rússia liberou a carne brasileira. Era ridículo proibir que o Rio Grande do Sul exportasse carne para a Rússia por ter havido um foco na Amazônia. Eles reconheceram. E, a partir de agora, o Rio Grande do Sul e outros estados poderão exportar carne para a Rússia, o que me parece muito importante.

Ontem, houve uma reunião da bancada do PMDB com o Ministro da Fazenda. Tive uma impressão muito interessante de S. Ex^a. Achei-o muito competente, e fala com desembaraço. Disse-lhe que o achei parecido com o Ministro Malan, na maneira de falar e de expor seus pontos de vista.

Quanto ao Rio Grande do Sul, S. Ex^a manifestou a simpatia e o carinho que tem pelo Governador Rigotto, do qual se diz amigo pessoal, e falou da dívida que tem com o nosso Estado. Isso é muito importante. S. Ex^a disse que assumiu o compromisso com o Governador Rigotto de, nos próximos dias, dar uma resposta.

Quanto à chance da CE àquele projeto que aprovamos e o Governo vetou, falou da possibilidade de empréstimo do Banco Mundial de US\$400 milhões. Senti que o Ministro da Fazenda está atento à situação dramática do Rio Grande do Sul. Eu disse a ele que cobrei do Presidente Lula essa questão do Rio Grande do Sul – e V. Ex^a estava conosco na reunião. E que o Presidente disse: “Ué? Mas o Palocci ainda não resolveu?” Quando o Governador Rigotto cobrou do Presidente Lula: “E aí, Presidente?” Sua Excelência respondeu: “Ué? Mas o Palocci ainda não respondeu?” Eu disse isso pessoalmente ao Palocci, que me garantiu que irá equacionar esse problema do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, vou encerrar.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, foi citado hoje, na nossa reunião com o Ministro da Agricultura, como uma das pessoas pela qual S. Ex^a tem o maior carinho e respeito, pelo conhecimento que tem da matéria.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A ele, Senador.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Obrigado a V. Ex^a e também ao Ministro, de quem fui companheiro de trabalho há 30 anos. Aproveito o tempo de que ainda dispõe, Senador Pedro Simon – dois minutos –, para solidarizar-me com V. Ex^a sobre o que diz em seu pronunciamento, grande ex-Ministro da Agricultura, conhecedor profundo da matéria e, com certeza, como bom gaúcho, exportador de gaúchos pelo Brasil afora. Ontem, em Rio Verde, Estado de Goiás, numa reunião dos governadores do Centro-Oeste, eis que surge o Governador Germano Rigotto. S. Ex^a fez questão de ir, com todo o seu secretariado e com representantes das associações e federações como Federarroz, Irga, Farsul, a essa reunião, patrocinada pelos governadores do Centro-Oeste, para explicar a situação dramática por que passa o Rio Grande do Sul. Estamos solidários com o Rio Grande do Sul, apesar de o problema do Centro-Oeste ser diferente do seu Estado. Talvez o nosso seja excesso de chuva, estradas ruins e falta de ações que devem ser executadas pelo Governo. Um rabo da seca do Sul do País atinge um pouquinho os Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso não tem esse problema. Também se solidarizou com o Centro-Oeste o Estado do Tocantins, que esteve presente e tem os mesmos problemas que temos. Pois bem, é muito importante que todas as nossas bancadas comecem a trabalhar, se possível até fazendo reuniões de estados e de bancadas para acertarmos esses problemas dos nossos produtores rurais. Lamento apenas, Senador Pedro Simon, a atitude da Rússia, ao abrir o mercado de carne para o Rio Grande do Sul, o Paraná – o de Santa Catarina já estava aberto –, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Não abriu para Mato Grosso e Rondônia porque, segundo os russos, essa é uma zona tampão, para não deixar que a aftosa se alastre. A doença apareceu em Goiás, a 700km da divisa com Mato Grosso. Existem ainda o rio Amazonas e 700km de floresta. Querem impedir que o vírus – que vírus valente! – ultrapasse toda essa barreira. Portanto, Mato Grosso ficou como barreira para esses Estados. Mas os Governos de Rondônia, do Tocantins e de Mato Grosso têm pretensões de ir à Rússia e mostrar a geografia de onde surgiu a aftosa e onde

está Mato Grosso, o maior produtor bovino do Brasil. Obrigado pela concessão do aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, encerro agradecendo, na expectativa de que desta vez o Governo aja com a rapidez necessária e que o Rio Grande do Sul tenha o atendimento que realmente necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Propostas para minimizar efeitos da estiagem

(Pronunciamento em 11 de março)

Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, Senhoras e Senhores Senadores, mais uma vez, como o fizeram os Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, venho falar sobre a crise do Rio Grande do Sul, um grave problema. V. Ex^ª, Sr. Presidente, já se referiu ao Paraná, mas, em termos do Rio Grande do Sul, a dramaticidade é praticamente inédita na nossa História.

Nosso querido amigo, Deputado Odacir Klein, Secretário da Agricultura e Abastecimento, está reunido com todo o setor agrícola para avaliar a estiagem e dar oficialmente ao Presidente a confirmação dos números que, tanto pela bancada gaúcha quanto pelo Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, ele já deve ter.

A tentativa é fazer um documento único a ser entregue, ainda hoje, ao Governador, que deverá fazê-lo chegar à Presidência da República.

Os números que se apresentam até agora indicam que a perda da lavoura da soja já atinge aproximadamente 60% da estimativa inicial, e a do milho, 57%. Nos dois primeiros meses do ano, a venda do Estado de maquinário agrícola de empresas que são também exportadoras teve redução de 50%. Nas companhias que não exportam máquinas, a diminuição dos negócios é de 70% nesse período.

Até ontem, 417 decretos de emergência dos municípios do Rio Grande do Sul foram publicados.

Conforme afirma o Secretário Odacir Klein, os objetivos das discussões é definir uma linguagem comum em relação aos danos causados pela estiagem e, também, dar unificação aos pleitos que o Governo apresentará. Essa definição será importante, principalmente para o Presidente Lula que, no dia 16, deverá visitar o Rio Grande do Sul com sua equipe de ministros. Aliás, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a recém-criada Comissão de Agricultura do Senado Federal, a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, como também a Farsul e outras entidades ligadas à agricultura, na segunda-feira, às 10 horas, na Universidade Federal de Passo Fundo, farão a discussão e o debate desse documento que será entregue ao Presidente da República.

A produção gaúcha está sofrendo os efeitos da mais longa estiagem de sua história. Segundo os técnicos, as chuvas estão fora de sua normalidade desde janeiro de 2004. Desde janeiro do ano passado, as chuvas no Rio Grande do Sul estão fora da sua normalidade. Se observarmos, verificaremos que esta é a pior estiagem ocorrida nas últimas décadas.

Vejamos as perdas de grãos e como têm sido ingratas essas estiagens para o Rio Grande do Sul.

Na safra de 1985/1986, tivemos uma seca moderada. A perda foi de 2.600.000 toneladas; em 1990/1991, tivemos uma seca forte, com perda de 5.500.000 toneladas; em 1995/1996, a seca foi moderada, e a perda foi de 3.100.000 toneladas; em 1996/1997, a seca foi moderada, com perda de 2.300.000 toneladas; em 1998/1999, foi seca moderada – perda de 3.300.000 toneladas; em 2003/2004, houve uma seca forte, e a perda foi de 5.000.000 de toneladas; em 2004/2005, seca forte – a expectativa da perda é de mais ou menos 8.000.000 de toneladas.

Segundo o último levantamento da Emater/RS, as perdas computadas para as principais culturas de verão já superam a marca dos 50%. As principais culturas, como soja, feijão, milho, hortaliças e frutas, estão seriamente comprometidas. As perdas se refletem não apenas sobre a renda, mas também comprometem o abastecimento das famílias, se considerarmos que esses cultivos, em grande parte, também são aqueles responsáveis pela sua subsistência. O agravamento do quadro representa um maior endividamento da já comprometida

economia rural, que vem de uma frustração da safra 2003/2004, em função da estiagem ocorrida no período (como eu disse, com a quebra de cinco milhões de toneladas). As frustrações sucessivas têm levado ao desânimo muitas famílias, que vêm no êxodo uma saída para seus problemas, afetando principalmente os segmentos mais jovens da população rural, o que tem contribuído para um rápido envelhecimento da mão-de-obra hoje existente no meio rural.

Essa é uma questão gravíssima, difícil, que deve ser analisada. Os jovens saem do meio rural e ali ficam os velhos. O envelhecimento é cada vez maior na zona rural do Rio Grande do Sul.

Essa desestruturação afeta diretamente a economia de mais de 90% dos municípios do Estado, que tem sua base econômica fortemente vinculada ao desempenho da agropecuária. Muitos deles já declararam situação de emergência e, segundo os últimos dados da Defesa Civil, alcançam 406 municípios. Pode-se concluir que uma grande desestruturação desse segmento da sociedade implica sério risco de desabastecimento para as populações dos centros urbanos, assim como uma significativa redução no desempenho das exportações da agropecuária.

Esses prejuízos atingem de maneira indistinta todos os segmentos de produtores, desde os da agricultura familiar até os de produção empresarial, em todas as regiões do Estado.

Panorama atual e conseqüências na produção de grãos

A atual estiagem que assola o Estado teve início em meados de novembro de 2004, quando a safra de verão já se encontrava praticamente implantada em sua totalidade.

Segundo estimativas da Emater/RS, a área cultivada com os principais grãos (arroz, milho, feijão e soja) chegaria a aproximadamente 6,5 milhões de hectares. Estimativas preliminares indicavam uma produção total de 18,7 milhões de toneladas.

A continuidade do quadro de estiagem durante todo o período de desenvolvimento das culturas fez com que essas estimativas fossem alteradas para patamares bastante inferiores aos estabelecidos inicialmente. Levantamentos realizados indicam que, até o presente momento, as perdas médias consolidadas (irreversíveis) chegam aos seguintes índices: arroz, 11%; feijão, 37%; milho, 55%; soja, 60%.

Em produção, esses percentuais representam uma diferença de aproximadamente (em relação à expectativa inicial): arroz, 700 mil toneladas; feijão, 39 mil toneladas; milho, 2,5 milhões de toneladas; soja, 5 milhões de toneladas.

Projeções que levam em conta os prognósticos climáticos disponíveis indicam uma tendência de agravamento na situação dessas culturas, principalmente milho e soja, uma vez que as chuvas previstas para curto e médio prazos serão esparsas e de fraca intensidade, fato que, aliado à fase em que se encontram as culturas, aumentaria as perdas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Prossigo a leitura:

Segundo essas novas projeções, a produção esperada poderia ser de apenas 10,5 milhões de toneladas contra uma estimativa de 18,7 milhões de toneladas previstas inicialmente, ou seja, cerca de 8,2 milhões de toneladas de grãos a menos.

(...)

A produção média mensal de leite no Rio Grande do Sul, no mês de janeiro, nos últimos cinco anos (2000 a 2004), é da ordem de 182 milhões de litros e, em fevereiro, de 163 milhões de litros. Esses números incluem a produção formal e informal, sendo esta estimada em 31% da produção total.

Como a quebra da produção de janeiro foi estimada em 17%, deixaram de ser produzidos ao redor de 31 milhões de litros de leite naquele mês. Em fevereiro, a quebra na produção aumentou para 25%, ou seja, 41 milhões de litros.

Multiplicando-se essas perdas na produção pelo valor do litro de leite que está sendo pago ao produtor (R\$0,55/litro), constata-se que os produtores deixaram de faturar R\$39 milhões (nessa seca que estamos vivendo).

(...)

Efeitos sobre a pecuária de corte

Tomando-se os dados da Farsul e considerando-se apenas a diminuição da produção de carne que seria produzida e vendida este ano, mais a redução na produção de carneiros, em função da estiagem, são as seguintes as perdas na pecuária de corte (que são realmente consideráveis):

Redução na produção de carneiros (625.000 carneiros x 150,00 x R\$1,90): R\$93.750.000,00;

redução no peso dos novilhos invernados (95kg/cab. x 1.500.000 cab. x R\$1,90): R\$270.750.000,00;

redução no peso de desmame dos carneiros (50kg/cab. x 2.500.000 x R\$1,90): R\$237.500.000,00;

redução no peso das vacas (80kg/cab. x 500.000 cab. x R\$1,90): R\$76.000.000,00.

Total: R\$678.000.000,00.

Efeitos sobre a avicultura

A avicultura representa um segmento muito importante na economia do Estado, sendo preponderantemente desenvolvida no âmbito da agricultura familiar. Embora não quantificadas, são significativos os prejuízos à atividade, tendo em vista a falta de água para os aviários, o que impede que novos lotes sejam distribuídos pelas integradoras, situação essa que se reflete diretamente na arrecadação dos municípios.

As perdas e seu impacto na economia rural

Considerando-se os preços pagos aos produtores nas últimas semanas e tomando-se como factível os números projetados, o valor bruto da produção das principais atividades da agropecuária gaúcha que deixará de circular é de R\$4.392,2 milhões (só para a soja, esse valor é de R\$2,5 milhões).

As propostas que estão sendo analisadas e que deverão ser apresentadas ao Governador Germano Rigotto, para que as entregue ao Presidente Lula, têm mais ou menos as seguintes características:

1 – Ajuda-estíagem (bônus, bolsa ou auxílio) para 130.000 pequenos agricultores, que não receberão qualquer tipo de cobertura em relação aos prejuízos sofridos pela lavoura de verão, em cinco parcelas mensais de R\$300,00.

2 – Liberação imediata de recursos de pré-custeio e custeio para implementação da próxima safra de inverno.

3 – Prorrogação das parcelas de todos os financiamentos de investimento com recursos federais, incluindo o crédito fundiário, junto a todas as instituições públicas e privadas para o final dos contratos. Pleiteia-se a isenção das parcelas vencidas ou vincendas em 2005 nas linhas do Pronaf, Proger Rural Familiar e do Crédito Fundiário (Banco da Terra).

4 – Repactuação das parcelas dos custeios, sem amparo do Proagro, de produtores e cooperativas junto às instituições públicas e privadas para três parcelas anuais, com rebate proporcional às perdas, um ano de carência após o vencimento e congelamento dos encargos financeiros. A Farsul pleiteia anistia no custeio da lavoura de arroz de produtores que tiveram bombas de irrigação desativadas, embora licenciadas, priorizando o abastecimento das populações.

5 – Prorrogação de todas as parcelas dos financiamentos (securitização, Recoop e Pesa) já alongados, vencidas ou vincendas em 2005, para pagamento após a última prestação contratual.

6 – Alocação de recursos para as cooperativas e produtores referentes à complementação dos custeios ocorridos nas safras 2003/2004 e 2004/2005, no valor de oitocentos milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de apenas mais um minuto, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

7 – Recursos de até R\$2.000,00 por família, beneficiando 10.000 famílias, para possibilitar o acesso a redes d'água já existentes.

8 – Criação de uma linha de crédito emergencial para retenção de matrizes bovinas...

9 – Solicitar aos agentes financeiros crédito no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a comercialização das feiras oficiais de outono.

10 – Criação de um fundo de R\$1,5 bilhão para redesconto dos títulos não pagos do setor de insumos...

Acrescento dados sobre as obras que o Governo do Estado fez até agora, e peço a inserção nos *Anais* da Casa: 1.402 açudes, com 2.314 famílias beneficiadas em 57 municípios; 57 quilômetros de canais de irrigação, com 1.238 famílias beneficiadas em 30 municípios; redes de abastecimento total em 99 municípios, abrangendo 139 localidades, com 3.166 famílias beneficiadas, no valor de R\$2.924.998,00; poços artesianos em 213 municípios, 425 localidades, com 18.770 famílias beneficiadas, no valor de R\$1,9 milhão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vinte anos da redemocratização do Brasil

(Pronunciamento em 15 de março)

Senhor Presidente, distintas autoridades que compõem a Mesa – Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Ministro Aldo Rebelo; jovem amigo Governador de Minas Gerais, companheiro Aécio Neves; –, ministros, ex-Ministros, governadores, senadoras, senadores, senhoras e senhores, estamos aqui, vinte anos depois. Quero crer que, ao lembrar o que ocorreu no dia 15 de março, devemos lembrar a história toda, que começou com a derrubada do Sr. João Goulart, em 1964. Após longos anos de dor, de luta, de sacrifício do heróico povo brasileiro, muitos anônimos e muitos conhecidos, chegamos àquele dia 15 de março.

Foi uma luta de um povo contra o regime militar. Foi uma luta brava e corajosa, que, no início, parecia sem razão, sem expectativa de chegar a um objetivo. Aquele Governo era tão forte, tão firme, que parecia o Estado Romano. Parecia que aqueles que contra ele se levantavam não tinham significado maior. Na verdade, a luta era quase anárquica: cada um fazia o que achava certo e não havia um objetivo.

Lembro-me bem de que as oposições, sob o comando do seu extraordinário chefe, Dr. Ulysses Guimarães, reuniram-se e disseram: “Nós temos de ter uma estratégia para levar a nossa caminhada”.

E o esquema foi traçado. Foi lançada a chamada Carta de Porto Alegre. Decidimos que podiam fazer oposição como bem quisessem, mas o MDB entraria na luta com quatro objetivos: diretas já, anistia, assembléia nacional constituinte e fim da tortura. Nós entraríamos

na luta com essas quatro bandeiras. Fora disso, quem quisesse campanha de guerrilha, de luta armada, de renúncia coletiva, de dissolução de partido, podia ir nesse sentido. Nós não estaríamos naquela caminhada.

De saída, colocamos na rua a primeira das bandeiras: Diretas Já, proposta na emenda do nosso querido companheiro que aqui está, Dante de Oliveira.

No momento em que a Oposição se harmonizou e deu um sentido ao seu trabalho, ela se multiplicou. O povo passou a compreendê-la, e ela passou a avançar. A campanha das Diretas foi, talvez, uma das mais extraordinárias que o Brasil já conheceu. Foi uma campanha que levaria à vitória absoluta a Emenda Dante de Oliveira. Ela teria sido aprovada se não tivessem os militares, nas suas últimas chances de fazer algo, cercado o Congresso Nacional e lançado nota assustando os parlamentares, dizendo que tudo poderia acontecer se a emenda fosse aprovada. Houve ampla maioria, mas não foi obtido o *quorum* necessário porque mais de cem parlamentares ficaram com receio de chegar ao Congresso, que estava cercado. Faltaram oito votos para atingir o *quorum* necessário para aprovar a emenda constitucional. Ela foi derrotada. Parecia que o caminho seria o de sempre: uma anticandidatura, já que o MDB e os outros partidos não aceitavam o Colégio Eleitoral. Também nós não concordávamos com o Colégio Eleitoral porque ele tinha dado garantia à posse de cinco generais ditadores.

Desde o início, defendíamos a tese de que, se as Diretas Já fossem aprovadas, o candidato seria o Dr. Ulysses, mas se o Colégio Eleitoral fosse o caminho, o candidato seria o Dr. Tancredo. Então se levantou a tese de que não podíamos deixar assumir, ainda mais naquela ocasião. Teríamos de ir para o Colégio Eleitoral e derrotar o candidato do regime Paulo Maluf, o que foi feito. Para isso, muito importante foi o trabalho de José Sarney, então Presidente do PDS. Sarney rompeu com o PDS e assumiu o comando de alguns companheiros seus e, tendo à frente Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, o grupo discordou da candidatura de Maluf. E passaram a integrar o movimento a favor da campanha de Tancredo Neves.

E aquilo que parecia impossível deu certo.

E, apesar do medo, da campanha e da pressão no sentido de que não poderiam votar, de que o voto de arenistas em Tancredo não deveria valer, poderia acontecer isso ou aquilo, a verdade é que houve a vitória. Tancredo e Sarney foram eleitos.

Memorável dia, extraordinário dia daquela vitória, em que se sentiu realmente que aquela luta popular, aquele sentimento, aquela alma do povo que vinha angustiada pelas injustiças, buscando a democracia e buscando a liberdade sem sangue, sem violência, era vitoriosa. E o Dr. Tancredo Neves passou a organizar o seu governo. Um homem de coragem, com a sua história. Jovem Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, na hora em que, às vésperas em que Getúlio foi levado ao suicídio, traído pelo seu Ministro da Guerra, ele, Tancredo, tinha dito ao Dr. Getúlio: “Me nomeie ministro que eu termino com essa luta e Vossa Excelência ficará na Presidência”. Mais tarde, primeiro-ministro no regime parlamentarista imposto a João Goulart, iniciou um governo extraordinário. Mas, já estava em andamento a luta entre Juscelino e Lacerda para a sucessão presidencial, derrubaram o parlamentarismo e Tancredo não pôde continuar.

Governador de Minas, o seu preparo era imenso. E tenho certeza de que se preparou para fazer um excepcional governo.

Cheguemos no dia 14 de março de 1985. No Brasil, dezenas de delegações, reis, presidentes da república, primeiros-ministros, delegações dos mais variados países vinham, com alegria, ao Brasil para ver o grande País abrir as portas para a democracia. Naquela noite, todos nós, inclusive os ministros futuros, estávamos cada um com a responsabilidade de ir a uma embaixada, porque todas elas estavam fazendo recepções, homenagens, à vitória de Tancredo e Sarney.

Eram aproximadamente 22 horas e eu estava na Embaixada da Argentina, quando o Dr. Ulysses me telefonou, dizendo: “Venha já para o Hospital de Base!” Ele desligou o telefone, e fui sem saber o que iria encontrar. Quando cheguei lá, no último quarto antes da ala fechada, lá estava o Dr. Ulysses. Depois, chegou Marco Maciel; o então Presidente do Senado; o Sarney; e em seguida, o General Leônidas. E um grupo de pessoas estava ali debatendo e discutindo o destino do Dr. Tancredo. Aí é que soube que os médicos de Tancredo queriam operá-lo, mas ele dizia que não seria possível, pois, até as 10 horas do

dia seguinte, tinha a obrigação de ficar firme e assumir a Presidência, uma vez que havia recebido informações de que, se não assumisse, o General Figueiredo não passaria a Presidência ao Sr. José Sarney.

Houve essa discussão durante determinado tempo. Estávamos ali, e o Ministro da Fazenda, Sr. Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, fazia a ligação, era o único que entrava no quarto, falava com os médicos e vinha conversar conosco para ouvir o pensamento. Era ele que nos dizia: “Tancredo não quer a cirurgia. Acha que não pode, que ele tem de assumir”. Depois, voltou dizendo: “Mas os médicos acham que ele tem de ser operado, e ele vai ser operado”.

E vimos quando passou a maca, levando Tancredo para a mesa de cirurgia. Ficamos nós no quarto, e aí se perguntou: e quem assume? Assume o Dr. Sarney, Vice-Presidente da República, no impedimento do Presidente. Mas o Presidente ainda não assumiu, ainda não é Presidente. Assume o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara? Esta era a tese do jurista Sr. Leitão de Abreu: defendia que deveria assumir o Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara, porque o Dr. Sarney ainda não era Vice-Presidente. Se Tancredo não era Presidente, Sarney não poderia assumir.

Em meio a essa discussão entrou o General jurista Leônidas, que pegou a Constituição e disse: “Assume o Dr. Sarney”. Eu estava preparado para responder que divergia, quando o Dr. Ulysses disse: “Eu concordo com o General, assume o Dr. Sarney”. Realmente, assumiu o Dr. Sarney.

Mais tarde, falei com o Dr. Ulysses: “Mas por que isso?” Ele disse: “Se o General Leônidas, Ministro do Exército, que está coordenando todo o nosso trabalho, inclusive evitando as dúvidas que tem com relação aos focos de resistência militar, acha que esse é o caminho, eu vou ser contra? Vou criar uma crise? É esse o caminho”. E o Dr. Sarney, justiça seja feita, por ele assumiria também o Dr. Ulysses. Foi um gesto bonito que vi ali, onde os dois candidatos, despreocupados com a sua posição pessoal, buscavam a melhor saída para o País.

E fomos para a posse. Assumiu o Presidente Sarney, e fez um governo com o maior respeito e com muita dignidade.

O Dr. Sarney, é claro, teve de enfrentar o drama. Ele não tinha se preparado, ele não tinha organizado ministérios, não tinha planos

de governo, a sua expectativa era ser um bom vice-presidente, colaborando com o Presidente da República da melhor maneira possível. E, de repente, cai a presidência na cabeça dele. E ele agiu com grande dignidade, com grande capacidade, fez o que podia. É claro que não podia fazer o que o Tancredo faria porque não era o Dr. Tancredo, não tinha nem o passado, nem a biografia do Dr. Tancredo. Mas sou obrigado a reconhecer que o Dr. Sarney convocou a Assembléia Nacional Constituinte, abriu os partidos políticos, fez um governo democrático, tentou de todas as formas acertar e chegou ao Plano Cruzado – eu reconheço. Mas sinto que pagamos um preço alto com a morte do Dr. Tancredo, que era o homem que estava preparado, na História e no destino, para desempenhar o mandato, mas, lamentavelmente, assim não aconteceu.

Que história fantástica que nós não podemos deixar de esquecer! Dia 21 de abril é o dia de Tiradentes, é o dia que, esquartejado, Tiradentes foi morto por defender a independência do Brasil. Dia 21 de abril foi a data que, esquartejado por sete cirurgias, morreu o Dr. Tancredo e deixava a dor, a luta e o sofrimento no povo brasileiro.

Nesse cenário de lembranças dolorosas lembro, com profunda saudade, um homem extraordinário, um mártir, o grande Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que percorreu o País, empolgando e arrastando as multidões numa verdadeira pregação idealista e democrática. Ele foi nosso irmão e nos encorajou com seu exemplo. Saudades imensas!

Mas, hoje é um dia de festejar, sim. Vinte anos atrás, tínhamos um duplo sentimento. A nossa alma, a alma do povo brasileiro vivia a alegria, a felicidade do fim da ditadura, do início da democracia, mas vivia a dor e o sentimento da doença do Presidente.

Vinte anos depois, olhando para trás, creio que a nossa geração fez a sua parte. A nossa geração, que lutou contra o regime militar, que terminou com o regime militar, que assumiu com o Dr. Sarney, teve um papel importante na História do Brasil.

Hoje, tanto tempo passado, podemos dizer: a democracia está consolidada, sim. Vivemos um regime de plenitude democrática, sim. Mas somos obrigados a reconhecer que nós, da nossa geração, cumprimos a missão de entregar o Brasil livre, democrático, sem derra-

mamento de sangue em sua plenitude, mas até hoje temos a dívida do social. Até hoje, a nossa geração e o Brasil que aí está, e os homens que estão no Governo continuam com essa mesma dívida: a miséria, a fome, a dívida, as incompreensões, os graves equívocos que existem na sociedade brasileira.

Que hoje seja o dia em que possamos dizer, daqui para o futuro, os jovens que estão aí, tão apaixonados com a vitória retumbante que tiveram, e tão preocupados em acertar a escolha dos ministros para os cargos – cada vez mais numerosos – espero que eles consigam realmente, como prometeram, levar ao povo brasileiro, que já tem liberdade, mas que não tem pão e que não tem justiça, aquilo de que ele precisa. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Crédito para microempreendedores

(Pronunciamento em 23 de março)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, abordo, ainda que rapidamente, a questão do microcrédito. Tivemos, ainda hoje, um debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre esse assunto. Em primeiro lugar, creio que o Governo jamais poderia ter tratado essa matéria por medida provisória. Uma matéria que tem esse significado, esse valor, que tem essa repercussão política e social, como é que podemos imaginar que seja tratada por medida provisória?

Em segundo lugar, o Governo baixa uma medida provisória, que tranca a pauta, tratando de uma matéria importante: o crédito para o cidadão que não tem acesso a ele, o microcrédito para o consumo.

Tenho, todavia, um projeto que considero, modéstia à parte, mais importante do que o próprio projeto que o Governo mandou. Esse projeto, que há anos tramita na Casa, cria o microcrédito para a microempresa. Ou seja, o projeto visa desenvolver e dar chance para se criar e levar adiante a microempresa. Isso está sendo feito no Governo do Rio Grande do Sul, isso já está sendo feito na cidade de Porto Alegre. Esse é o projeto de Bangladesh, de que falou o ilustre colega que me antecedeu.

Crédito pessoal? Sim, R\$50,00, R\$500,00 para se comprar uma televisão ou algo de que se necessita, tudo bem! Mas creio que o importante é olhar para o Brasil e verificar as condições imensas que as pessoas poderiam ter e que não hoje têm. Com um capital inicial, uma

oportunidade inicial, o cidadão poderia começar um empreendimento, ir adiante, crescer e prosperar.

Na Itália, a sétima potência econômica do mundo, 70% da produção vem de indústrias familiares com menos de dez trabalhadores; empresas familiares com menos de dez trabalhadores são o grosso da produção italiana.

Por que não podemos dar essa chance à nossa população?

No Rio Grande do Sul, por exemplo – onde há zonas de colonização italiana, zonas de colonização alemã –, temos chances enormes de incentivar pequenos empresários; gente que tem a terra, que tem possibilidade de avançar, mas não avança porque não tem perspectiva de constituir a sua empresa.

O Governo manda uma medida provisória que tranca a pauta – estamos parados há um bom tempo por causa dessa medida provisória – e trata o microcrédito por medida provisória! Uma matéria que realmente é da maior importância, do maior significado, que consegue o quórum necessário, que é positiva, ser tratada por medida provisória!

A medida provisória deve ser usada em um caso urgente, um caso necessário, um caso fundamentado, para já, um caso para ontem! O microcrédito é matéria que exige um debate que vem de longe e vai longe. Não vi nem os senadores de Oposição, nem os do Governo preocupados em boicotar, em dificultar a matéria. Vejo, isto sim, preocupação em melhorá-la. Mas, quando é uma medida provisória, complica, porque não se pode apresentar uma emenda, um substitutivo. Então, ocorre o que está ocorrendo: ela não anda, não se desenvolve. Enquanto isso, projetos como o meu – modéstia à parte, melhor do que a medida provisória, porque beneficia a microempresa, facilita a criação da microempresa – são deixados de lado. O meu projeto atende não só à microempresa, mas ao que se chama “a rede de microempresas”. Hoje, para se criar uma microempresa, são necessários R\$5 mil ou R\$10 mil, para, daqui a um, dois ou três anos, vê-la desaparecer. Hoje, forma-se a “rede de microempresas”. De repente, em uma vila, em um bairro, os trabalhadores organizam dez, vinte, cinquenta microempresas em que vendem o mesmo produto. E elas vão ter uma rede, uma coordenação. Poderão ter até um professor universitário preparado para orientá-las: como fazer, como criar, como se organizar para ter um comprador só,

que possa comprar a um preço especial e, assim, também vender a um preço especial. Alguém que oriente para que possam traçar as diretrizes, para que realmente as microempresas avancem e não fiquem paradas; caso contrário, mais dia, menos dia, terminam quebrando.

Por isso, deixo nos *Anais* da Casa o meu projeto, que está nas gavetas das Comissões, porque só se fala na medida provisória. E a medida provisória trata apenas do crédito pessoal, não trata do crédito à microempresa.

É uma pena, Sr. Presidente, realmente é uma pena!

Venho dizer que, junto com o nobre Senador Cabral, do Rio de Janeiro, solicitamos a convocação do Ministro da Educação, Tarso Genro, para vir depor na Comissão de Educação. Há muito tempo tenho debatido no plenário do Senado o problema da nossa dívida. O Presidente Lula deveria ter uma proposta concreta e real no sentido de debater os valores da nossa dívida, os juros que estamos pagando e, de modo muito especial, abater, no pagamento da dívida, o que é aplicado aqui na infra-estrutura social. A Argentina está dando um grande exemplo nesse sentido. Conseguiu da Espanha milhões em abatimento no seu crédito externo naquilo que aplicar em educação. Diz o Ministro Tarso que pretende fazer algo semelhante: trocar a dívida por educação.

É interessante chamar o Ministro à Comissão e debater com S. Ex^ª. É interessante observar a sua proposta, a sua idéia, que, na verdade, é algo positivo, como é imensamente positivo tudo aquilo que mexe com o estrondo enorme da nossa dívida externa.

Ridicularizou-se a Argentina. Não se sabia como terminaria esse problema, mas a verdade é que, na Argentina, deu certo. Ela enfrentou os credores, bateu na mesa. É como diz o seu Presidente: “A Argentina não tinha outra saída, tinha que dar certo ou dar certo”. Os credores aceitaram e reduziram o pagamento da dívida em 25% do valor total.

Não acredito que se chegue a isso, mas penso que, se o Governo se sentar à mesa, debater e analisar a questão, tudo será diferente.

O Brasil é hoje a maior fonte de receita do Banco Mundial. Penso que, na história do Banco Mundial, não houve país que mais ajudou a aumentar a renda daquele banco do que o nosso.

Fernando Henrique Cardoso disse que ia privatizar as empresas em troca da dívida externa. Ao fazer isso, dizem que ganhou R\$90 bilhões. Não se sabe onde está esse dinheiro, nem para onde foi. O argumento é que esse valor seria abatido da dívida externa. Não se abateu um só centavo, e a dívida triplicou.

No Governo atual, que se pensou que seria diferente, a dívida está aumentando cada vez mais. A minha pergunta é exatamente esta: o que devemos fazer? Pagar, pagar, pagar? Está aí a nossa produção primária aumentando consideravelmente, assim como a miséria e a fome.

Por isso, é interessante se debater uma medida singela como a do Ministro Tarso, que entra na linha correta de discutir – e S. Ex^a, como Ministro da Educação, só poderia pensar na sua Pasta – a troca da dívida externa pela educação no Brasil. É o que vamos querer saber na próxima quarta-feira.

Agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Pedro Simon, sinto-me na obrigação de esclarecer ao Plenário que V. Ex^a, que participou da primeira reunião da Mesa, foi quem promoveu a principal alteração que fez com que não mais apenas cinco ou seis senadores, principalmente líderes, fizessem uso da palavra. Hoje, 15, 17 e até 20 senadores o fazem, graças à solicitação que fez V. Ex^a, em nome de todos os senadores e não apenas dos líderes.

V. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, o mais importante Senador integrante desta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Os 41 anos do golpe militar

(Pronunciamento em 31 de março)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tem razão o companheiro Mão Santa ao lembrar hoje mais uma passagem daquele dia trágico, 31 de março de 1964, quando a democracia foi extinta neste País. É verdade que alguns, como eu, acham que o dia exato de “festejar” é amanhã, 1º de abril, mas foi no dia 31 de março que as tropas chefiadas pelo General Olympio Mourão Filho, de Minas Gerais, se dirigiram ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente João Goulart, no sentido de depô-lo. Lembro-me, como se fosse hoje, dos trágicos dias que vivemos. João Goulart assumiu a Presidência da República após uma tentativa de golpe dos militares. Jango, que era Vice-Presidente de Jânio Quadros, estava na China, em missão oficial, quando Jânio Quadros renunciou, e assumiu o Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Ranieri Mazzilli. Assumiu interinamente, porque Jango, Vice-Presidente, então Presidente, estava em viagem. Designou seu ministério, mas os três ministros militares designados pelo Dr. Ranieri Mazzilli houveram por bem determinar que João Goulart não tomaria posse. E praticamente o golpe começava aí.

O Dr. Leonel Brizola iniciou, no Rio Grande do Sul, a chamada “Legalidade”, movimento que se espalhou pelo Brasil afora e teve o aplauso da Nação. O Dr. Brizola conseguiu uma grande vitória: a manutenção da democracia. Uma vitória que teve um preço, é verdade. O Congresso, com urgência e de madrugada, instalou o parlamentarismo. Lamentavelmente, o regime parlamentarista foi maculado, pela maneira abrupta com que foi adotado, uma maneira estranha, um minigolpe

de Estado para tirar o poder político do Presidente da República João Goulart – aquele regime ideal, que eu sempre defendi para o Brasil. Mas Jango assumiu como Presidente parlamentarista, nomeou Tancredo Primeiro-Ministro. Estava se fazendo um governo excepcional, diga-se de passagem, não fora a campanha de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que já estava nas ruas – “JK 65”, “Lacerda 65” –, e a união do PSD e da UDN no Congresso, para acabar com o parlamentarismo e derrubar o Dr. Tancredo Neves.

Então, o plebiscito terminou com o parlamentarismo, e João Goulart passou a governar como Presidente presidencialista. Estava fazendo um governo respeitável, é verdade. Mas é certo também que as forças da UDN, desde 1945, não admitiam a volta de Getúlio Vargas, mas tiveram que aceitá-lo pela força dos votos, em 1950. Queriam tomar o poder em 1954, mas o Marechal Lott, com firmeza, evitou o golpe e garantiu a posse de Juscelino Kubitschek. Com a saída de Juscelino, tentaram os udenistas novamente assumir o poder agarrando-se a Jânio Quadros, que não deixou e terminou por renunciar.

Finalmente, em 1964, essas forças chegaram ao poder pela violência e pelo arbítrio, é verdade. João Goulart estava enfraquecido pelo grande debate que se travava na Nação. De um lado, os homens de Esquerda indo para as ruas com as chamadas reformas de base: reforma agrária, reforma tributária, lei de remessas de lucros. De outro lado, as forças retrógradas, às vezes tendo a Igreja à frente, com “Deus, Pátria e Família”, movimentaram milhares de pessoas para exigir a deposição do Presidente. A imprensa nacional estava a favor do golpe, à exceção do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, cuja proprietária Niomar Moniz Sodré pagou um alto preço pela posição assumida, sendo levada à prisão.

Quando as forças de Juiz de Fora se dirigiram em direção ao Rio de Janeiro, o General Krueel, Comandante do II Exército, que tinha sido Ministro da Guerra do Presidente João Goulart, também amigo e compadre de João Goulart, telefonou a ele dizendo que seguia em direção a Juiz de Fora para derrotar as forças militares que de lá vinham; exigia porém que assinasse um manifesto, no qual dizia ser anticomunista e que não aceitava as forças sindicais. Era uma série de

exigências que o Doutor João Goulart preferiu não aceitar. “Não aceito isso porque seria a minha desmoralização”, dizia ele.

Então, o General Amaury Krueel saiu em direção ao Rio de Janeiro, enquanto Jango saía de lá rumo a Brasília e, daqui, seguiu para Porto Alegre. Lembro-me daquela madrugada, em 1964. No aeroporto, o Ministro do Exército nomeado por João Goulart reuniu-se no Comando do III Exército e preparava suas forças para resistir e vir a Brasília assumir a Presidência da República.

Naquela madrugada, o Presidente do Congresso Nacional decretou vaga a Presidência da República, dizendo que o Presidente João Goulart encontrava-se em lugar incerto e não sabido. Mas Jango estava em Porto Alegre, na casa do Comandante do III Exército, Laudário Telles, nomeado por ele Ministro da Guerra.

Daqui do plenário, Tancredo Neves aos berros protestava e gritava dizendo que era golpe, usando até palavras usualmente nunca pronunciadas por ele. E lá, em Porto Alegre, o Dr. Jango ficou. De um lado, Brizola exigindo que ele viesse, que resistisse, que lutasse. De outro lado, o Ministro do Exército designado por Jango, o ilustre general dizendo que lutaria ao lado dele, mas que era obrigado a reconhecer que até nas forças do III Exército já havia grande adesão ao golpe. E o Presidente João Goulart, ao invés de aceitar a luta, uma guerra civil que poderia levá-lo de volta à Presidência, imitou o Dr. Getúlio Vargas. Em 1954, o Presidente Getúlio Vargas poderia ter dito aos generais golpistas – ao General Zenóbio, o Ministro traidor – que ficaria e resistiria; preferiu o suicídio à guerra civil. O Presidente João Goulart pegou um avião e foi para o Uruguai. Preferiu aceitar o golpe e repudiar a luta armada.

Pensávamos nós que aquele golpe seria apenas para derrubar o Dr. Jango e que a vida continuaria dentro da democracia. Mas os militares estavam preparados. E o interessante é que deixaram inclusive os quadros da UDN boquiabertos, porque, na verdade, não entregaram o Governo nem ao Sr. Lacerda, nem ao Sr. Magalhães Pinto, nem a ninguém da chamada UDN. Eles ficaram no poder até que o Presidente Tancredo Neves ganhasse o Colégio Eleitoral tanto tempo depois.

Foi um golpe dramático. Foram momentos duros que nós vivemos nessa luta pela retomada da democracia. Festejamos aqui, outro

dia, numa homenagem bonita e justa ao Dr. Sarney, os vinte anos de retomada da democracia.

Sim, estamos há vinte anos, desde que o Presidente Sarney assumiu a Presidência da República num regime democrático. Mas não pensem que foram só flores e que a retomada da democracia foi apenas aquela luta no Colégio Eleitoral. A retomada da democracia teve sangue, teve suor, teve morte, os que sofreram, os que lutaram, os que tombaram no exílio; teve os líderes sindicais, os trabalhadores, os jovens universitários, proibidos durante anos de estudar, os professores universitários, cassados de seus empregos; teve aqueles que foram expurgados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; teve dezenas de levadas de cassações, mas teve os que resistiram, que lutaram e que, graças a Deus, sem a violência, sem a guerra civil, com homens como Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, o Dr. Tancredo Neves conseguiram trazer de volta a democracia a este País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero apenas cumprimentá-lo pelo extraordinário testemunho. V. Ex^a viveu tão intensamente todos esses episódios, cuja síntese significa sobretudo que nós, brasileiros, nunca mais deveremos permitir a interrupção do processo democrático. Essa é a lição principal que resulta de seu testemunho. Meus parabéns.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço por suas palavras finais, que são também as minhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saudação ao Presidente Tabaré Vázquez

(Pronunciamento em 1º de abril)

Senhor Presidente Tabaré Vázquez, o Senador Eduardo Suplicy falou a V. Ex^a em nome da Nação brasileira. Eu falarei em nome do Brasil, mas especialmente em nome do Rio Grande do Sul.

Nós, do Rio Grande do Sul, temos com o Uruguai uma relação de carinho, de amizade. Praticamente somos um Estado a continuação do outro. Nós, do Rio Grande do Sul, aprendemos a conviver com o Uruguai e a respeitá-lo; a ter um carinho tão intenso pelo Uruguai que muitos dos nossos símbolos e exemplos vêm daquela grande pátria. Pode acreditar: no Rio Grande do Sul, nós esperávamos há muito a vitória da Frente Ampla e a sua vitória. Pelo seu nome, sua biografia, sua dignidade, pelo que V. Ex^a representa, eu quero crer que a democracia haverá de se consolidar no Uruguai. Quero crer que a democracia haverá de se consolidar no Uruguai. Quero crer também que haverá mais justiça social. Assim V. Ex^a haverá de conduzir, tenho certeza absoluta, a nação uruguaia.

Para nós, o Uruguai é um grande exemplo, exemplo de um país pequeno, mas extraordinário, que espelha dignidade e honradez. Nós todos somos muito gratos ao Uruguai porque nas horas difíceis por que passou nosso País, ele acolheu os brasileiros exilados, principalmente os gaúchos. Muitos deles, anos a fio, como o ex-Presidente João Goulart, o Dr. Leonel Brizola e outros, receberam daquele povo o carinho, o afeto, que lhes faltavam em nosso País.

Acredite, bravo Presidente Tabaré Vázquez, nós rezamos e torcemos para que seja exitosa essa experiência nova do Uruguai, decorrente da grande vitória do seu Governo, e para que V. Ex^a corresponda aos anseios dos uruguaios e dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado

O pontificado de João Paulo II

(Pronunciamento em 1^o de abril)

Inicialmente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, Senador Mão Santa, que está presidindo esta sessão. Vossa Excelência é uma figura hoje, graças à TV Senado, conhecida no Brasil inteiro. No Rio Grande do Sul, muitos companheiros me perguntam: que tal é o Mão Santa? Dizem que V. Ex^a capta o sentimento popular, que fala o que o povo sente e diz o que o povo gostaria de ouvir. Respondo que o Mão Santa é uma das criaturas mais dignas, corretas e honestas que conheço. E perguntam: “Por que Mão Santa?” Mão Santa porque, antes de ser político, ele era médico, um médico tão extraordinário, tão competente, tão caritativo, cujas cirurgias salvaram tanta gente, que a população do Piauí lhe deu o nome de Mão Santa, que leva até hoje.

Sr. Presidente, vim aqui para continuar o discurso de ontem, pois não tive condição de, em dez minutos, fazer uma análise completa do Movimento de 1964. Antes, porém, de tentar fazer qualquer discurso, tenho de manifestar a angústia que trago no peito com as notícias que vêm de Roma. Na verdade, a última informação que recebi, antes de subir à tribuna, foi de que o cardeal encarregado de anunciar ao mundo a morte do Papa – que isto não aconteça – já estaria no Vaticano e de que as condições de Sua Santidade são realmente muito graves.

O Papa João Paulo II escreveu seu nome na História do nosso País, na História de muitos países, na História da humanidade. Um homem simples, não-italiano, vindo do mundo comunista, chegou ao Vaticano e estabeleceu o seu estilo de governar, o seu estilo de orientar a sua Igreja, o seu estilo de falar, não apenas aos seus fiéis católicos, mas

aos seus irmãos do mundo inteiro, uma linguagem de paz, uma linguagem de respeito. Foi às Nações Unidas, falou à ONU, falou ao mundo inteiro, disse que somos todos irmãos e que, como irmãos, devemos nos dar as mãos, que as grandes nações têm a obrigação de olhar para os que mais precisam, que os bens que temos na Terra são bens que Deus colocou à disposição de toda a humanidade e que sobre eles há uma hipoteca divina. Podemos usá-los, sim, podemos buscá-los para o nosso bem, podemos crescer, podemos desenvolver, mas não podemos fazer isso à custa da fome, da miséria dos outros.

Falou o Papa, e foi a primeira pessoa, a primeira autoridade que falou assim, e hoje já são muitos os que o repetem. Falou da obrigatoriedade das grandes nações, de as nações ricas se comprometerem com o problema da miséria, com o problema da fome, com o problema da injustiça social. Chamou ele a atenção para o absurdo de, em uma época de paz como a que estamos vivendo, terminada a Guerra Fria, gastar-se em armamentos. E aquilo que se gasta em armamentos seria mais do que suficiente para resolver o problema da fome no mundo. A grande verdade é que parece que os homens se esqueceram de Deus, parece que se esqueceram de olhar para os lados. A vida é tão agitada! É tão difícil para alguém da classe média e da classe pobre, com dignidade, que tem trabalho, ir à luta para se manter, para sobreviver, que às vezes não temos tempo de olhar para o lado, não temos tempo de ver que somos irmãos e que esta é uma caminhada que temos que fazer juntos para que tenhamos êxito.

Foi neste mundo cruel e injusto que João Paulo II desenvolveu o mais longo período de um papa, que, com bondade, com amor e com fé, governou para todos. Ele foi a Israel, foi ao Oriente Médio e apelou pela paz, que parece estar chegando agora. Falou aos árabes, aos católicos, aos maronitas, aos muçulmanos e aos irmãos israelitas, pedindo que Jerusalém fosse considerada uma cidade internacional, que Israel fosse respeitado em seu direito de liberdade e de soberania pelos países árabes, e que os palestinos também tivessem direito à sua pátria.

O Papa esteve no Brasil. É impressionante como o Rio Grande do Sul se apaixonou por Sua Santidade, que tomou chimarrão, colocou um pala de gaúcho e disse: “Tchê, o Papa é gaúcho”. E os gaúchos

enlouqueceram. É a figura mais marcante na História do Rio Grande do Sul.

Lembro-me também de sua visita à Esplanada dos Ministérios. Lembro-me de quando, Governador do Rio Grande do Sul, tive a emoção maior da minha vida. O Arcebispo Dom Cláudio convidou-me a acompanhá-lo em sua ida a Roma a fim de trazer a estátua de Nossa Senhora Mãe de Deus, que o Papa doava a Porto Alegre, para ser colocada no Santuário da Madre de Deus.

Sou muito sincero, não porque sou católico ou porque sou cristão, mas a fisionomia do Papa, a maneira de falar, a bondade de expressar, no momento em que benzeu aquela estátua, que a entregou, ele se lembrou: “Olha, o Papa é gaúcho, não se esqueçam!”

E falando com outras pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma audiência pessoal com o Papa, todos dizem realmente isso: “Ele tem os dons do Espírito Santo em si”. Ele é uma figura que está vivendo uma vida já espiritualizada. E é bom para quem sofre, é bom para quem tem uma dor, uma tristeza, uma mágoa, olhar o sofrimento do Papa. Um homem atleta, acostumado a nadar, esportista, um homem de uma saúde espetacular, que sofreu um atentado, e fez questão, depois, de visitar na cadeia quem cometeu o atentado, e de perdoar. Nunca mais foi o mesmo. Sua saúde foi decaindo, decaindo...

Ele poderia renunciar – há, dentro da Igreja, a perspectiva de uma renúncia –, mas responde que sua obrigação é, enquanto agüentar, ficar.

E é então que nós nos perguntamos: “Se Deus existe, se Ele é bom e se existe para fazer o bem, por que uma pessoa como Sua Santidade o Papa vive tremendo sofrimento, de tanto tempo?” É que temos de entender que nosso Deus nos reserva, efetivamente, uma vida além desta. E, muitas vezes, a vida, o sacrifício, a dor e o sofrimento são para que mais puros, mais transparentes na beleza e no brilho que transferem para fora, essas pessoas cheguem logo do lado de Deus.

Eu, que sou franciscano, sempre me comovo ao ver a vida de São Francisco, porque foi uma vida em que ele pedia para sofrer. Pediu as chagas de Cristo, e teve as chagas. E parecia que, por mais que sofresse, mais queria sofrer para ser digno de imitar a vontade de Cristo.

Acho difícil encontrar alguém que tenha alcançado tamanha unanimidade como Sua Santidade, o Papa. Podem os muçulmanos, os turcos, os árabes, os judeus, os israelitas e os maronitas estar em guerra total, mas duvido que alguém tenha uma palavra contra o Papa. Pode o governo americano ter restrições aqui e acolá, mas duvido que alguém tenha uma palavra que não seja de respeito ao Papa. Ricos e pobres, brancos ou negros, jovens ou velhos, aprendemos a conviver até com a imagem do Papa na cadeira de rodas, movendo-se dificilmente, mas falando. Falou o quanto pôde, inclusive entubado, falou até o momento em que a voz não saiu. Sua Santidade fez um gesto, e o povo que estava na praça sentiu o que o Papa queria dizer. E compreendeu.

Rezo para que Deus olhe para o nosso Papa, embora não saiba se tenho o direito de pedir para que o Papa continue no seu martírio. Deus é profético, poderia reduzir o sofrimento dele e dar a ele mais algum tempo de vida, porque o Papa não morre, o Papa não nos deixaria numa hora boa. Nunca o mundo precisou tanto de uma palavra de paz, de amor, de credibilidade, de firmeza como tem sido a palavra do nosso querido Papa.

Que bom, eu que passarei esta semana aqui em Brasília rezando, se segunda-feira eu puder dizer: o Papa se recuperou, o Papa melhorou. Deus assim quis. Mas seja o que for, o Papa fez por merecer a santidade aqui na Terra. Fez por merecer o respeito aqui na Terra, porque ter a autoridade, o poder, a credibilidade, a respeitabilidade do mundo e tudo isso não o abalar, e deixá-lo com a mesma simplicidade, fazer com que entendesse e desse prioridade ao que é importante... Nunca o Papa disse que havia algo mais importante do que resolver o problema das crianças que estavam morrendo de fome. Nunca o Papa achou que havia algo mais importante do que os países que vivem na fome e na miséria. Saber se conservar, saber ser o mesmo sempre, do início ao fim, essa é a missão de um grande homem, que está conosco não sei até quando, que estará conosco em pensamento pela vida afora.

Eu fico por aqui, Sr. Presidente. Não estou em condições de falar sobre 1964. Eu levo o meu abraço muito afetivo e também as nossas orações a Sua Santidade. E tenho certeza de que falo em nome de todo o Senado.

Ontem, V. Ex^a disse, desta tribuna, que se leva um minuto para rezar o Pai-Nosso. Que todos nós possamos, neste minuto, rezar um Pai-Nosso pela vida, pelo descanso e pela paz do nosso Papa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos o Senador Pedro Simon a rezar o Pai-Nosso, da tribuna. Nós o acompanharemos, de pé.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Rezemos o Pai-Nosso:

Pai-nosso, que estais no céu,
santificado seja o Vosso nome,
venha a nós o Vosso reino,
seja feita a Vossa vontade
assim na Terra como no céu.
O pão nosso de cada dia nos dai hoje,
perdoai as nossas ofensas,
assim como nós perdoamos aqueles que nos tem ofendido.
Não nos deixeis cair em tentação,
mas livrai-nos do mal.
Amém.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu relembriaria que o Piauí é abençoado, Senadora Heloísa Helena, pois, quando o Papa lá esteve, eu era Governador e fui convidado pela Igreja a receber em nome dos piauienses a benção papal. Acompanhava-nos o hoje Senador Eduardo Azeredo; naquela época, Governador do Estado de Minas Gerais.

Realização do Agita-Caxias

(Pronunciamento em 1^o de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho hoje a esta tribuna para destacar a realização – neste domingo, na minha cidade de Caxias – de um evento da maior importância social. Trata-se do “Universidade de Caxias do Sul – Agita-Caxias”, uma promoção de medicina preventiva e de responsabilidade social que tem como objetivo principal reduzir os fatores de risco para a população local. Estima-se que o público passe de vinte mil pessoas – tanto de Caxias quanto das cidades vizinhas – nesta iniciativa da Universidade de Caxias do Sul, que conta com a parceria do Círculo Operário Caxiense e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Basicamente, o “UCS Agita-Caxias” faz o conagraçamento da população em torno tanto de atividades médicas quanto de diversão. As pessoas participarão de apresentações de bandas musicais e eventos esportivos competitivos. Mas, como eu disse, o centro de tudo será a realização de exames ou de orientações que visam melhorar a saúde e a vida das pessoas. Para incentivar a participação popular, serão sorteados brindes entre os presentes.

Do evento, quero destacar, por exemplo, o módulo de Medicina. As pessoas que participarem do Círculo da Saúde poderão, gratuitamente, realizar exames de glicose, de acuidade visual, de pressão arterial, de medição do Índice de Massa Corporal; ou poderão obter orientações psicológicas ou de cuidados com a saúde, prestados por profissionais de reconhecido gabarito.

No módulo que se chama “Agita Ação Comunitária”, as pessoas farão exames para prevenção de câncer do colo do útero, de mama ou de próstata. Serão dadas consultas de pediatria ou de clínica geral. Haverá atendimento psicológico para trabalhadores desempregados e adolescentes. Também dá aconselhamento para pessoas que querem deixar o tabagismo e orientação aos que têm problema de obesidade, hipertensão ou diabetes.

No que se refere à atuação social, será realizado um casamento coletivo com mais de oitenta casais, bem como serão expedidas, também, carteiras de trabalho. O UCS Agita-Caxias também busca incentivar a inclusão.

Os cidadãos que participarem do evento poderão visitar, na Universidade de Caxias do Sul, o Museu, o Aquarium, o Centro Cívico, o Centro de Convivência e o Zoológico. Isso é da maior relevância: é preciso que haja acesso aos bens de cultura, que, em geral, ficam distantes do cidadão. No que se refere à parte musical, haverá exibição de uma escola de samba e de uma banda tradicionalista.

Já no que trata da atividade física, serão realizadas competições de natação e de ginástica. Haverá exibição de atletas de musculação, ioga, caratê, dança de rua e cama elástica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse evento é da maior importância porque tem como meta melhorar a saúde da população de uma cidade. Agora, está sendo realizado pela quarta vez. A cada ano é maior o número de participantes. Pode-se dizer que a cidade de Caxias já sentiu seus bons resultados. Esse é um programa que deveria ser copiado por outros municípios brasileiros.

Um dos mentores deste programa é o médico Jean El Andari, pós-graduado em Medicina do Trabalho e em Medicina do Esporte e professor da Universidade de Caxias do Sul. Procurando descobrir meios de reduzir os fatores de risco para a saúde da população, ele – que já ocupou cargo de destaque na Secretaria de Saúde da cidade – descobriu um programa que havia sido desenvolvido para o Governo do Estado de São Paulo em 1998. Era o programa Agita, desenvolvido pela Network Agita Mundo.

Victor Matsudo firmou um contrato para a realização do evento em Caxias do Sul. O Centro de Medicina do Esporte, da Universida-

de de Caxias do Sul e a Network Agita são membros da Rede de Atividade Física das Américas – RAFA. O primeiro UCS Agita-Caxias acabou sendo realizado em 2002.

Segundo o médico, o que o evento busca é reduzir os fatores de risco da população, avaliando periodicamente o estado de saúde das pessoas e dando a elas orientação pertinente. Os maiores fatores de risco, de acordo com ele, são o sedentarismo, a obesidade, o etilismo, o tabagismo, o diabetes, o colesterol elevado e a hipertensão.

A preocupação de quem cuida da saúde pública deve estar voltada principalmente para a prevenção. É muito mais barato prevenir uma doença. De outro lado, é extremamente caro tratar as pessoas depois de adoentadas. Evita-se, com programas como este, gastos com hospital, tratamento, auxílio-doença etc. Por isso, o UCS Agita-Caxias deve ser elogiado: porque se concentra no diagnóstico precoce de possíveis doenças.

Conversando com o médico Jean El Andari, ele me lembrou que o grande problema de saúde pública hoje é com as doenças não transmissíveis, em especial as cardiopatias e os acidentes vasculares. São doenças que têm sua origem no modo de vida das pessoas dos nossos dias. O homem de hoje se movimenta menos: anda de carro ou passa os dias parado numa fábrica ou escritório. A comida de hoje recebe muitos componentes químicos.

Um programa como o UCS Agita-Caxias adverte os cidadãos para os riscos que correm e os ensina como levar uma vida mais saudável. Isso, do ponto de vista da saúde pública, é fundamental. O Município gasta menos com um dos mais elevados índices das despesas públicas, que é o de saúde.

Encerro, Sr. Presidente, mais uma vez conclamando os administradores municipais brasileiros a seguirem o belíssimo exemplo do UCS Agita-Caxias. São idéias assim – simples, baratas e eficientes – que temos de implementar no nosso Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Falecimento de João Paulo II

(Pronunciamento em 4 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o mundo inteiro reverencia Sua Santidade o Papa João Paulo II. E é interessante notar que os sentimentos de pesar da humanidade vão muito além da Igreja Católica e das igrejas cristãs. Cultos os mais diferentes, adversários os mais radicais se reúnem numa espécie de abraço fraternal universal em homenagem ao Papa João Paulo II. É que ele, nesses longos 26, quase 27 anos de pontificado, foi bem mais que o representante maior da Igreja Católica. Ele cumpriu suas missões, sim.

Foi um período difícil. A humanidade, a modernidade e a falta de sentimento muitas vezes fazem com que a missão de quem determina o cumprimento da verdade, da justiça e do amor não seja uma missão fácil. Dentro da própria Igreja Católica encontrou problemas, dificuldades, divergências que teve de decidir. E decidiu como lhe dizia seu sentimento. Mas, quando se trata da figura humanitária, do homem do mundo que foi o Papa, quando se trata do cidadão na defesa dos grandes princípios da humanidade, aí Sua Santidade conseguiu unir todos, representar o sentimento de todos; foi muitas vezes a voz daqueles que não têm voz, daqueles pelos quais nunca ninguém falou.

A imprensa referiu-se ao Papa como conservador. Não consigo ver João Paulo II desta forma. Se por conservador quer-se indicar aquele que não se afastou dos princípios tradicionais da Igreja, diria que sim, que Sua Santidade foi conservador. Mas, se quisermos empregar a palavra com o sentido costumeiro, de alguém acomodado, des preocupado com o conjunto do universo, este Papa jamais foi con-

servador. João Paulo II foi humanitário, um homem voltado para todos e, de um modo especial, para os que mais necessitavam.

Sua Santidade, ainda que morando num palácio em meio a imponência e a pompa, olhava além: para todos os que dele necessitavam. Por isso, se disse e se repetiu que Sua Santidade foi a voz daqueles que não tinham voz, daqueles que na miséria, na fome, na injustiça se quedavam pelo mundo, desamparados. Lá, no interior da África, da Ásia ou do Brasil foi a voz que falou alto. João Paulo II fez questão de viajar, de percorrer o mundo várias vezes; quatro vezes, esteve no Brasil, cinco, no México, não sei quantas, na África. Por todos os cantos do mundo, em países não católicos e até contrários ao espírito cristão, como países comunistas e otomanos, Sua Santidade levou a mensagem de paz, de compreensão, de amor, de crença em Deus e que, em nome Dele, todos devem buscar o bem, a confraternização. Por isso, as manifestações vêm de todos os cantos.

Eu assistia na televisão a manifestação do representante da Igreja Israelita em São Paulo, e ele, chorando, dizia que o Papa tinha sido um grande amigo dos judeus, que tinha mostrado carinho, afeto pelos judeus, não só pedindo perdão pela Igreja Católica pelo que ela não fez, mas também pelo que ela fez de menos em defesa dos judeus à época de Hitler. De outro lado, os palestinos agradeciam ao Papa por ter chegado no meio deles, na hora mais difícil, para clamar a paz, o entendimento entre todos os povos e defender os direitos daquela nação.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um pequeno aparte? (Pausa.)

V. Ex^a não imagina a minha alegria, como católico, no dia em que vi o Papa pedir desculpas aos judeus, entre tantas outras atitudes. A humildade desse homem era imensa, Senador Pedro Simon. Era a humildade ao lado da grandeza. Realmente, foi uma personalidade inigualável.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele esteve na Argentina, certa vez, quando aquele País estava à beira de uma guerra com o Chile em razão do Canal de Beagle. A interferência dele impediu uma dolorosa guerra entre países vizinhos e irmãos.

A grande bandeira do Papa era a defesa dos pobres, dos mais humildes. Na Assembléia das Nações Unidas, onde foi figura máxima, aplaudida de pé, João Paulo II defendeu a tese de que Deus distribuiu as riquezas no mundo para que todos pudessem se locupletar e viver com dignidade, mas que havia uma hipoteca social sobre essas riquezas porque cada um de nós é responsável tanto quanto possível pela sorte de seu irmão. Sua Santidade dizia não entender como algumas nações, riquíssimas, gastassem quantias fabulosas se preparando para a guerra. Elas poderiam constituir um fundo para resolver o problema da fome com uma parcela dos recursos gastos com a guerra pelas grandes nações.

O Presidente Lula lembrou essa proposta de Sua Santidade, ano passado, quando esteve na ONU. Lula também defendeu a importância de seguir aquele conselho, para que nações ricas constituíssem realmente um fundo, para que, com ele, a ONU pudesse equacionar o problema mundial da fome.

Normalmente os papas não saem de Roma. Este, contudo, quase não parava em Roma. Percorreu o mundo várias vezes.

É impressionante. Até hoje eu tenho diante de mim a alegria e a emoção do povo de Porto Alegre com a figura do Papa, ainda jovem, radioso, quando aceitou a cuia de chimarrão e o tomou. Colocaram pala nos ombros de Sua Santidade e toda a população do Rio Grande do Sul começou a gritar: “Ucho, ucho, ucho, o Papa é gaúcho!” E ele repetiu, cantando junto: “O Papa é gaúcho!” Eu não me lembro de ter visto alegria, felicidade e emoção tão grande quanto aquela.

O importante é que ele era um Papa atlético, acostumado a praticar esporte, a natação. Era um Papa de físico avantajado. As viagens não o perturbavam. Mas, depois daqueles tiros, sua saúde ficou abalada e ele passou a sofrer cirurgia após cirurgia. Os médicos e os cardeais o aconselharam a descansar, a não mais viajar e exercer com serenidade a sua atividade em Roma. Sua Santidade não aceitou essa sugestão. De cadeiras de rodas, de muletas, rastejando-se às vezes, continuou a andar mundo afora.

Evidentemente, com o dom do Espírito Santo, o Papa aprendeu dezenas de idiomas; assim como desceu o Espírito Santo sobre os apóstolos, logo após a ascensão de Jesus, parece que também a Sua

Santidade foi dado o dom de falar várias línguas, porque com todos se comunicava em seus respectivos idiomas.

Tive a emoção de estar junto ao Papa ou próximo de Sua Santidade, especialmente quando fui Governador do Rio Grande do Sul. Eu e o Arcebispo de Porto Alegre, D. Cláudio Colling, fomos ao Vaticano porque Sua Santidade nos havia prometido entregar uma estátua belíssima de Nossa Senhora, Mãe de Deus, que hoje está em Porto Alegre, em um Santuário construído especialmente para ela. Tivemos a oportunidade de estar ao lado do Papa, que nos lembrou com alegria os momentos em que estive no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil. Sua Santidade disse que o Brasil era um país de grande futuro e que era a maior Nação católica do mundo, mas que devia praticar realmente a bondade e a justiça. Falando Sua Santidade, o seu olhar não era deste mundo; os seus olhos fitavam, cravavam na pessoa com quem falava, e nós ficávamos com uma emoção imensa. Nunca me esqueço do seu aperto de mão; eu senti como que uma eletricidade, como que uma força que me era transmitida naquele momento. E a sua palavra vinha do fundo, e continha uma meiguice e uma bondade muito grandes. O Embaixador que estava conosco percebeu o que eu estava sentindo e, como S. Ex^a já tinha estado várias vezes com o Papa, disse: “Olha, Governador, o que o senhor está sentindo, todas as pessoas que vêm aqui têm a sensação de ser um homem dominado pelos dons do Espírito Santo. É que, na verdade, é uma benção estar com Sua Santidade”.

E o Papa João Paulo II se manteve com sua fé até o fim; não quis ir para o hospital, permanecendo nos seus aposentos. E que cena dramática quando se abriram as janelas do seu quarto, Sua Santidade ali, com os microfones à sua frente, abençoando o povo, sem que sua voz saísse! Viu-se no rosto de Sua Santidade a vontade, o que queria dizer e não conseguia, e as lágrimas nos seus olhos. Aquele povo, aquela imensidão, quando as cortinas foram fechadas, aplaudia e chorava ao mesmo tempo.

Sim, morreu um grande Papa. Tenho para mim que, nesse século que passou – um século triste, muito triste –, em que houve duas Guerras Mundiais que praticamente traumatizaram o mundo inteiro, o Papa tenha sido a grande figura. Foi um século de grandes Líderes, como Winston Churchill e Roosevelt; mas acho difícil que um nome tenha

atingido, durante 26 anos ininterruptamente, a coragem e a bravura de João Paulo II.

Nós, católicos, ficamos a meditar e a rezar. Que fórmula estranha esta de a nossa Igreja escolher o seu chefe: reúnem-se os cardeais reservadamente na Capela Cistina e ficam lá fechados. A grande esperança de todos é que Deus os ilumine e fale por intermédio deles, escolhendo um nome que esteja à altura da hora que o mundo está vivendo. Hoje, mais do que ontem, o mundo precisa disso; talvez nunca como agora o mundo precise disso. Vivemos um tempo em que a humanidade tem referências tão pequenas, tristes, que deixam pouca esperança. Para onde vamos? O que acontecerá com esta globalização, que imaginávamos que equacionaria os problemas das injustiças e da fome? Pelo contrário. Que doutrina haveremos de seguir? Queira Deus que esses cardeais escolham um homem que, com as Suas bênçãos, possa ocupar o espaço de Sua Santidade, o Papa João Paulo II.

Como o mundo inteiro, nós, membros do Congresso Nacional, assim como todo o Brasil, trazemos a nossa mensagem de tristeza, sim, mas também de paz, de muito amor e de muita confiança porque Sua Santidade deixou seu exemplo, que haverá de ser seguido pelo seu povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Elogio ao Procurador-Geral

(*Pronunciamento em 5 de abril*)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao lado do pronunciamento do nobre Presidente da Comissão, temos de salientar as manchetes dos jornais de hoje.

Essa história de se dizer que a CPI termina em *pizza* não é bem verdade. Praticamente todas as CPI – a não ser a última a que pertenci – terminaram com relatórios conclusivos. A CPI do Collor terminou cassando-o; a CPI dos Anões do Orçamento terminou cassando muitos parlamentares.

Na célebre CPI dos Bancos Marka e FonteCindam, houve um imenso debate, neste plenário, com relação aos escândalos que aconteceram ali. Falaram até que o Senador Roberto Requião, hoje Governador do Paraná, como Relator, parecia um artista da TV Globo, porque as televisões transmitiam ao vivo reuniões enormes, que iam até a madrugada, quando provamos os escândalos do Banco Central e o auxílio fornecido ao célebre Salvatore Cacciola.

O Sr. Salvatore Cacciola veio do Rio de Janeiro, de manhã, e foi direto ao apartamento do Presidente do Banco Central tomar café com S. Ex^a. Marcaram uma reunião para aquele dia no Banco Central, quando resolveram o problema do banco do Sr. Cacciola.

Naquela CPI, provaram-se os escândalos do Banco Central. Provou-se que aquela senhora, que depois foi indicada Diretora do Banco Central pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e condenada pela nossa CPI, fez toda a costura, no sentido de que, em atas *a postero-*

ri, no dia seguinte, fosse apresentada uma verba de auxílio ao Banco FonteCindam.

Então, reparem, esta Casa cumpriu e cumpre as suas missões com relação às CPI. É que normalmente, quando as conclusões das CPI iam para o Supremo, o Procurador-Geral da República, que era o “engavetador-geral” da República, não fazia nada, e não acontecia nada. Nesse caso, hoje, com o PT, já não seria uma juíza que julgaria o caso, como aconteceu, porque tendo o Presidente do Banco Central *status* de ministro, este tem de ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, o fato de o Presidente do Banco Central ter sido condenado, juntamente com dois diretores daquele órgão e onze pessoas, no escândalo do FonteCindam, é uma demonstração de que realmente se pode buscar o resultado quando se quer. E, no caso da Procuradoria-Geral da República, hoje, não temos mais o engavetador, temos um Procurador, que tem tido a coragem de debater e de analisar todos os processos que chegam à sua mesa. Denunciou o Sr. Antonio Carlos, que foi absolvido no Supremo Tribunal Federal; denunciou o Sr. Jader, que está sendo julgado no Supremo. Agora, com relação ao novo Ministro, recém-indicado para a Previdência, baixou diligência para que o novo Ministro informe as acusações, porque está com um processo, que, conforme for, endereçará ao Supremo.

No caso da CPI mais triste e humilhante de que participei, que foi essa sobre a qual falou o Sr. Presidente agora, quero dizer que a decisão tomada foi, realmente, muito importante. Quando se sentiu que a Comissão não chegaria a conclusão alguma, quando o Relator pedia verificação de *quorum* para não deixar que se fizessem as convocações ou que se ouvissem as testemunhas, quando se sentiu isso, conseguiu-se aprovar, na Comissão, uma determinação de que aquelas caixas de documento enviadas pela Justiça americana – e, nos vinte e tantos anos em que estou nesta Casa, nunca se tinha conseguido isso, que viesse de fora o comprovante com as denúncias feitas aqui – seriam remetidas, em mão, ao Procurador-Geral da República, e assim procedeu a Comissão, nas pessoas do seu Presidente, do Senador Jefferson Péres e da minha própria.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Sr. Procurador-Geral da República enviou um ofício ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pedindo informações sobre essa matéria. E penso que a resposta oferecida pelo Presidente da Comissão é correta. Foi uma decisão da Comissão, aprovada por unanimidade, a entrega dos documentos não apreciados devidamente pela CPI, devido ao término de seu mandato, ao Procurador-Geral da República.

Entendo o ofício do Procurador-Geral, porque, pelas informações que se tem, em casos semelhantes, relativamente a documentos que chegaram às mãos da Procuradoria na hora da decisão, argüiu-se que eles tinham chegado de maneira ilegal, não regular, e por isso não foram considerados. O Procurador, evidentemente, deve estar querendo evitar que isso aconteça. Por isso, a questão de ordem levantada pelo Presidente da Comissão. Tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros haverá de responder ao Procurador-Geral da República, dizendo que, efetivamente, não tendo a Comissão conseguido chegar a um resultado final – eis que produziu dois relatórios, mas nenhum deles aprovado –, não permitirá que aquele material inédito, da maior importância, seja queimado ou relegado ao esquecimento, como imaginaram ou desejaram alguns, e que a sua decisão é no sentido de entregá-lo ao Procurador-Geral da República.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Pedro Simon, gostaria de apartear-lo em socorro, primeiro, dos argumentos de V. Ex^a e, segundo, de sua memória, com relação ao Senador Roberto Requião, que, na verdade, como bem disse V. Ex^a, foi o Relator da CPI dos Precatórios, que antecedeu a dos Bancos, da qual tive a honra de ser, junto com V. Ex^a, integrante. Portanto, a CPI que deu a condenação, a que V. Ex^a se refere, do ex-Presidente do Banco Central e de alguns diretores e presidentes de banco foi a dos Bancos, relatada pelo Senador João Alberto Souza, do Maranhão. S. Ex^a foi o Relator-Geral, e eu, do sigilo bancário. V. Ex^a foi um dos membros mais ativos, como sempre o é em todas as comissões de que participa nos trabalhos da Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a. Realmente, V. Ex^a tem razão: fiz confusão.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – E a nossa CPI – digo “nossa”, porque fizemos parte da CPI dos Bancos, que deu resultados – se socorreu muito da CPI dos Precatórios, cujo Relator foi o Senador Roberto Requião. Finalmente, Senador Pedro Simon, concomitantemente, funcionou a CPI do Judiciário, que fez com que um juiz...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – ...importante deste País estivesse hoje condenado. Portanto, este é o socorro que dou aos argumentos de V. Ex^a: as CPI dão, sim, resultados; eles estão aí.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Mas hoje é um dia importante, porque o Presidente do Banco Central à época, uma pessoa, inclusive, respeitável, pela qual eu tinha o maior respeito, foi condenado à cadeia e, junto com ele, oito representantes do Banco Central.

A coincidência se deve ao fato de essa discussão ser feita exatamente no dia em que estamos discutindo o destino de outra CPI, cuja conclusão não se tem, mas cujo Presidente e membros, em unanimidade, tiveram um gesto de inteligência: em vez de deixar os ratos comerem ou os gatos levarem ou queimarem a documentação, resolveram entregá-la nas mãos do Procurador-Geral da República, um homem da credibilidade, da respeitabilidade do Sr. Fonteles.

Nós ficamos machucados, magoados pelo fato de a CPI não ter feito o que deveria e o que gostaríamos, mas, lá no fundo da nossa consciência, estamos tranquilos: passamos a bola para alguém mais competente que nós, mais capaz, que, tenho certeza, levará o assunto adiante.

Por isso, feliz coincidência essa que aconteceu no dia em que, por meio do Presidente, comunicamos que os trabalhos da CPI não morrerão e manifestamos nossa confiabilidade absoluta no Procurador-Geral da República, na certeza de que ele fará o que é certo: se

arquivar é porque deve ser arquivado, se denunciar é porque deve ser denunciado, já que é um homem de bem.

Neste dia, estamos aqui não digo a festejar, porque não se festeja a condenação de ninguém, mas a receber com respeito a decisão da juíza que resolveu por bem aceitar, acatar as decisões da CPI e determinar a prisão de importantes membros do Banco Central, inclusive do seu ex-Presidente.

Criação da Brigada de Infantaria Leve

(Pronunciamento em 6 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, com base numa lei da qual só tomei conhecimento ontem, a Lei nº 117, de setembro do ano passado, o Governo do Presidente Lula criou a 11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem. Com sede em Campinas, essa brigada tem 13 unidades espalhadas por todo o interior paulista.

Alcançou muita repercussão essa decisão do Presidente Lula de criar uma unidade por meio da qual o Exército poderá intervir para garantir a lei e a ordem.

As tropas, segundo o seu comandante, mudarão o seu fito, porque serão treinadas para proteger a população. Até hoje eram treinadas para “matar o inimigo”, já que seriam unidades do Exército para a defesa do território nacional.

São sete mil homens que estão sendo treinados e equipados com cassetetes elétricos, bombas de gás, *spray* de pimenta indiana, balas de borracha e cães, além dos velhos urutus e de outros blindados sobre rodas. O objetivo é tomar as favelas do narcotráfico, conter rebeliões, desocupar terras, coibir manifestações populares ou distúrbios civis.

A assessoria do comandante do Exército diz que não há ilegalidade na medida, porque, na prática, ela vem sendo cumprida pelo Exército em missões como a do Pará, depois do assassinato da missionária Dorothy.

A grande verdade é que os juristas estão tremendamente preocupados com esse decreto. Segundo os juristas Dalmo Dallari e Fábio

Konder Comparato, a intervenção nos distúrbios sociais pode se transformar num desvirtuamento da Constituição, e eles alertam ainda para o risco de as chamadas emergências para uso do Exército não serem bem justificadas.

Pela Constituição, o Exército brasileiro só pode ser usado internamente em casos de absoluta emergência, com elementos de fato comprovados, para, segundo Dallari, não acontecer como o que houve com o Bush, que determinou o uso do exército americano na invasão do Iraque. Por isso, “é preciso definir muito bem o que são essas emergências para o Exército atuar”, diz Dallari. Segundo o jurista, é preciso também que seja feito um acompanhamento minucioso sobre a formação e o preparo psicológico desses soldados.

A 11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem tem sete mil soldados que começaram a ser treinados na sede, em Campinas, há menos de um mês. Serão treinados em equipamentos com armas, cassetetes elétricos e bombas de gás lacrimogêneo, além de terem blindados sobre rodas, como urutus e cascavéis.

Para Comparato, o uso interno das Forças Armadas só pode ser efetivado quando houver uma exaustão das corporações policiais, principalmente em caso de paralisações das forças policiais ou de comprovado descontrole. “Será sempre uma situação de exceção, o que precisa ser comprovado pelo Governo. No caso dos protestos sociais, não se pode usar o Exército. Seria voltar ao regime militar”, diz Comparato.

Reparem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a delicadeza da matéria. Lei complementar, decreto-lei. As melhores intenções em casos excepcionais.

Várias vezes, aqui do Congresso, fazemos apelos no sentido de que o Exército intervenha, como no caso do Rio de Janeiro em tempos passados. O que assusta os juristas e a nós todos é, de repente, saber que há uma força de sete mil militares com a determinação de poder intervir em qualquer lugar do Brasil por ordem do Presidente da República.

Quando a Revolução de 1964 começou seu trabalho, disseram que ela ali estava para garantir a lei e a ordem. Durante os vinte anos em que esteve no poder, esteve para garantir a lei e a ordem. E em

nome da lei e da ordem houve as intervenções, as mortes, a violência e tudo o mais.

Vivemos em um regime de plenitude democrática; vivemos em um regime de normalidade democrática. É verdade, não há como deixar de reconhecer, que vivemos situações quase dramáticas, como no Rio de Janeiro. A falta de segurança, a violência, a radicalização são quase que insuportáveis, mas mesmo assim, deixando a generalidade, a criação de uma força especial do Exército para atuar a qualquer momento, por determinação do Presidente da República... Confio no Presidente Lula e sei que se isso acontecer será em caso de extrema urgência, mas a lei é genérica, é permanente, não é para hoje nem para este Presidente, a lei é para ficar e é para isso que Comparato e Dallari, além de vários juristas e jornalistas em seus editoriais, chamam a atenção.

Um jornal de Porto Alegre fala disso: “Exército cria Brigada para Distúrbios Sociais. Jurista diz que seria a volta ao regime militar”. Reparem que a preocupação existe e é real.

Não sei se não será o caso de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania convidar o Ministro da Defesa para nos dar algumas explicações e deixar mais clara essa situação.

A lei foi votada, em tese, em setembro do ano passado, no período das eleições municipais e eu não a acompanhei. Lamento reconhecer, mas não estive presente, nem me lembro de como foi votada essa lei.

Baseados nela, agora saem o decreto do Senhor Presidente da República e essas notícias da preparação de tropas, de sete mil homens, em Campinas, para uma guerra interna, para entrar nos conflitos sociais. E fica-se a perguntar: que tipo de conflito social? Será que é conflito social uma greve de trabalhadores? Será que é conflito social aquilo que até ontem era conflito social? Aquilo que o PT, ao longo de 20 anos, dizia que eram conflitos sociais, que deviam ser respeitados democraticamente?

São essas interrogações que deixam os juristas profundamente preocupados e que me fazem vir a esta tribuna. Foram muitas as pessoas que me procuraram; foram muitos os juristas que me procuraram, estranhando que eu não tivesse condições de esclarecer. A lei, eu não a conheci, mas me pedem que eu solicite esses esclarecimentos para que

ela fique mais clara, para que esse decreto fique mais evidente e para que a Casa se aprofunde sobre a matéria.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, o Senador Pedro Simon dispõe de mais dois minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, a sua preocupação tem a maior validade. Todos estamos preocupados com acontecimentos como o massacre de 30 pessoas na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, a respeito de como será possível evitar que continuem a acontecer, quase que diariamente, semanalmente, eventos tão graves e de enorme repercussão nacional e internacional. Será que a melhor solução é o uso das Forças Armadas? Uma coisa é elas estarem atentas para fornecer suporte em algum momento, mas a ação de fato deve ser feita pelas Polícias Civil, Militar e Federal, que, conforme estabelecido na Constituição, são os órgãos que devem estar atentos para isso. Então, é importantíssimo que venhamos a esclarecer inteiramente o assunto. Talvez um debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fosse muito oportuno, seguindo a sua sugestão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu acredito. V. Ex^a fala em brigada militar e em Polícia Federal porque o Exército tem outra destinação. Chamarmos o Exército em casos especiais é uma coisa, mas ele já ter uma brigada preparada para fazer a intervenção é uma modificação completa, é voltar ao que era durante 1964.

Não vamos pensar: “Não, mas o Lula eu conheço, o Lula eu sei que não vai fazer isso”. O Lula é hoje; amanhã, não sei quem será. Então, com essa mudança que está acontecendo, de preparação do Exército para intervir nos conflitos internos, estou muito preocupado. Sinceramente, o Dallari tem muita razão em levantar essa pergunta.

Concordo com V. Ex^a que será muito interessante ouvirmos as autoridades, trazendo à Comissão o Ministro da Defesa Civil e o Comandante do Exército para debaterem essa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

Críticas ao Presidente do Banco Central

(Pronunciamento em 7 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, tivemos ontem uma notícia grave, a de que o ex-Presidente do Banco Central e sua diretoria, praticamente quase toda, foram condenados a mais de dez anos de cadeia. O que demonstra que a CPI funciona e aquela vez funcionou. E o Presidente do Banco Central, íntimo amigo do Presidente Fernando Henrique, pelo qual tínhamos a maior admiração – eu era um dos que o admiravam –, infelizmente equivocou-se, conduziu mal os acontecimentos e foi condenado.

Não sei, mas agora as manchetes do dia envolvem a figura do atual Presidente do Banco Central. Vejam que a revista *CartaCapital*, cujo responsável é uma das pessoas de quem se pode divergir, mas não se pode negar sua capacidade e seriedade, levanta uma série de suspeitas para as quais, realmente, é necessária uma resposta imediata. O Procurador-Geral da República – como é bom a gente ter um Procurador-Geral da República em que possa confiar, porque alguns, ao vê-lo apresentar acusações e denúncias, querem compará-lo a qualquer outro tipo de procurador – é um homem de bem, de paz, é um franciscano, é homem que, aos sábados e domingos, sai para fazer caridade pelos bairros da cidade de Brasília. É um homem de uma integridade total, cumpre a sua missão e a cumpre com dor, diz ele. “Como eu gosto quando tenho de arquivar. Não tem nada! E como me dói, como me machuca, quando tenho de fazer a missão e mandar que se cumpra”. Pois ele está pedindo que se abram as contas do Sr. Henrique

Meirelles. Ele quer saber todas as notícias que estão aqui, as quais transcrevo nos *Anais do Senado* e não vou lê-las, porque são imensas. Ele quer saber do sigilo do Sr. Henrique Meirelles.

Uma figura estranha. Em primeiro lugar, foi o primeiro estrangeiro no mundo a ser presidente mundial de um banco americano de primeira linha. Ele foi presidente mundial do Banco de Boston. Saiu de lá para ser candidato a deputado federal pelo PSDB. Recebe como aposentadoria, não sei, R\$700mil ou R\$800 mil, é uma montanha de dinheiro, e veio para cá. Dizem que vinha para ser candidato a presidente. Foi candidato a deputado pelo PSDB eleito em Goiás. Ninguém sabe como nem por que termina Presidente do Banco Central do PT, que já tinha dito horrores com relação aos presidentes anteriores do Banco Central do Governo Fernando Henrique. Indica um que não tem antecedente, da Presidência do Banco Mundial, do Banco de Boston. Vem para a Presidência do Banco Central do Brasil, Governo do PT. Quando aparece a suspeita, as notícias de que a CPI haveria de questioná-lo, que ele poderia ser processado e que já tinha sido encaminhada queixa contra ele ao juizado, o Governo Federal comete o absurdo de transformar o cargo de Presidente do Banco Central em ministro.

O Brasil é o único País do mundo em que o Presidente do Banco Central é ministro. Ministro-Presidente do Banco Central, cargo de confiança do ministro da Fazenda, porque a presidência do Banco Central é cargo indicado pelo ministro da Fazenda. Ministro só para ter foro privilegiado. Pois bem, tem foro privilegiado, mas se esqueceram de que, na Procuradoria da República, não está mais o engavetador, aquele que passou oito anos engavetando, escandalosa e imoralmente, todos os projetos. Este, agora, quando tem de processar, processa; quando tem de arquivar, arquivava.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Quanto ao caso do atual Ministro da Previdência, Romero Jucá, ele pediu tempo para explicar, diante das denúncias feitas, onde estão as fazendas, lá na Amazônia, que deu em garantia. Não sei se vai explicar, mas, se não o fizer, tenho certeza de que o Procurador vai denunciá-lo.

No caso do Presidente do Banco Central, não tenho nenhuma dúvida de que isso vai acontecer. O ridículo e grosseiro do Governo Lula é baixar uma disposição, criando o cargo de ministro do Banco Central, com o único objetivo de impedir que este seja processado no juizado comum, apenas perante o Supremo. Mas, com estas notícias veiculadas, ele vai ser processado perante o Supremo, porque o Procurador-Geral vai denunciá-lo, e a denúncia vai ser aceita.

Sr. Presidente, gostaria de ouvir o Senador Jefferson Péres, porque seu pronunciamento é importante. Se não fosse por S. Ex^a, não teria coragem de pedir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já prorroguei seu tempo duas vezes, mas vou conceder a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O pronunciamento de S. Ex^a consolida o meu.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – O que me preocupa, Senador Pedro Simon, é que o Sr. Cláudio Fonteles, esse homem ímpoluto, está com o mandato findando. Vem aí alguém da confiança do Governo, certamente seu sucessor. E as bases éticas deste Governo estão desmoronando: o Ministro da Previdência processado criminalmente, o Presidente do Banco Central, e até o meu respeitabilíssimo Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União, ocupando indevidamente o imóvel da Câmara dos Deputados. Daqui a pouco, não se salva nada neste Governo, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a abordou um tema importante: o Procurador afirma e confirma e reafirma que só vai ficar dois anos.

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não aceita nem pensa em recondução. E eu, que o conheço, tenho certeza de que vai acontecer isso.

Mas faço daqui um apelo: seria muito importante que ele continuasse. E digo mais: ele próprio afirma que não houve até hoje uma vírgula de interferência do Governo Federal. O Presidente da Repúbli-

ca, o Ministro da Justiça, em nenhum momento, interferiram junto ao Procurador, para fazer isso ou deixar de fazer aquilo. Ele tem autonomia absoluta.

Esse é um lado que faço questão de respeitar. Mas que bom seria se ele continuasse por mais dois anos, Sr. Presidente.

Sepultamento de João Paulo II

(Pronunciamento em 8 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, assisti, como muitos cidadãos pelo mundo, ao enterro de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Já se falou muito e já se conversou muito sobre o Papa, sua vida heróica e sua morte. O que me chamou a atenção naquele espetáculo, que foi considerado a mais fantástica manifestação popular dos últimos tempos – disseram que a população de Roma, que é de três milhões, aumentou para sete milhões com a chegada a Roma de mais quatro milhões –, foi que, quando se encerraram as visitas, as filas enormes saíram e, durante a noite inteira, ficaram numa procissão permanente com luzes por todas as ruas de Roma. E chamaram a atenção porque eram principalmente jovens, os jovens aos quais o Papa se dedicou muito. Sua Santidade realizou vários encontros mundiais com a mocidade. Esses jovens estavam ali.

Chamou a atenção também o fato de ter sido talvez a maior presença de autoridades registrada – presidentes de repúblicas, primeiros-ministros, reis – na História moderna da humanidade. Nem na ONU nem em outro lugar se encontrou uma manifestação tão intensa, de representações como a dos Estados Unidos, que é cristão, mas não é católico, como a de Israel, que não é cristão nem católico, como dos muçulmanos, como da Índia, como da China e da Rússia, países de certa forma adversos aos princípios da Igreja Católica.

Chamou a atenção também que ali estavam presentes representantes de todas as gamas e variações de crenças religiosas que hoje se

multiplicam pelo mundo, desde as mais tradicionais, as igrejas clássicas, que têm sua existência ao longo dos séculos, até as novas que estão aparecendo e surgindo; desde aquelas da África, com seus ritos diferentes, até as da China, com seus 5.000 anos de tradição, muito mais do que o próprio cristianismo.

Sejamos claros e sinceros, aquela imensidão que estava ali não cultuava o Papa católico-romano que morreu, mas o homem que encarnou em si as ansiedades de toda a humanidade, o homem que conseguiu se transportar acima de sua Igreja, acima de seus princípios da luta pela Igreja Católica, o que é importante e ele fez. Mas não foram sua luta e seu esforço na Igreja Católica que levaram o mundo inteiro a parar, assistir ao seu funeral na televisão ou ir a Roma. Foi a sua caminhada.

Sua Santidade voou milhões de quilômetros de avião, visitou quase 150 países em viagens e mais viagens. Foi um recordista mundial, entre os chefes de Estado, fazendo viagens pelo mundo inteiro. Ele não viajava apenas para colaborar com a Igreja Católica ou para dinamizá-la, como no Brasil, por exemplo. Fez viagens à África, onde há lugares em que não há o cristianismo, à Índia, à China, um país comunista, a Cuba, de Fidel Castro. Linda a declaração escrita por Fidel Castro no livro, quando assistiu à missa depois de não sei quantos anos, dizendo que o Papa era um amigo dos pobres e um amigo do mundo! É essa a figura.

Volto a esta tribuna, na minha ansiedade, na minha tentativa de expressar aquilo que sinto, mas que, infelizmente, a minha pouca capacidade e o meu entendimento não profundo não me permitem. E hoje, de madrugada, vivi isso. Ali se viu o momento em que se há de entender que, americano milionário e África pobre, Cuba comunista e Brasil democrata, igrejas variadas, brancos, pobres, há um entendimento, há uma fórmula por meio da qual temos condições de nos entender, de nos respeitar, de nos darmos as mãos e juntos partilharmos parte da colaboração para que a humanidade vá adiante.

Não é possível que este terceiro milênio, que nasceu com tanta expectativa de todos, com os votos e com a ansiedade de todos no sentido de que este seria o terceiro milênio da paz e da unanimidade universal, seja um milênio em que, até aqui – Deus me perdoe –, o único

acontecimento em que se viu a unidade, o entendimento, a fraternidade, o mundo em torno de uma causa foi ali, ao lado do Papa morto.

Fora disso, é a invasão do Iraque, são as guerras no Oriente Médio, os desentendimentos na Europa, as lutas, o aumento da mortalidade infantil, os dramas tremendos que a humanidade vive.

Fiquei a pensar: meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Hoje enterrou-se o Papa, que encerrou a sua trajetória. Se houvesse uma chance no espírito de hoje, que ali a gente sentia no ar, se aqueles Chefes de Estados, em vez de cada um voltar para o seu dia-a-dia, ficassem mais dois dias ali em Roma? Poderiam reunir-se para botar no papel uma tentativa de entendimento mundial, em que se analisassem as possibilidades e perspectivas para que esse mundo tenha um pouco mais de paz e de compreensão!

Mas, meu Deus, se isso fosse possível. Um milagre!

Se o Bush, que foi o primeiro a chegar, justiça seja feita, mas também o primeiro a sair; se o Lula, que teve de sair correndo em direção à África, porque lá o esperavam; se todos pudessem ter ficado, a ONU poderia ter convocado uma reunião extraordinária, e os chefes de Estado ficariam mais 48 horas. Poderiam pensar: vamos aproveitar que está todo mundo aqui, vamos para a sede da Unesco, vamos fechar as portas e vamos discutir. Vamos tentar fazer um documento, um documento singelo. Vamos ver o que nos une e vamos esquecer aquilo que nos desune. Vamos esquecer as questões que nos separam e tentar colocar no papel as questões em que somamos.

Há alguém, há algum país nesse mundo que não queira viver em paz? Será que a paz não é uma unanimidade? Há alguém nesse mundo que não reconheça que é uma crueldade milhares de crianças morrerem de fome diariamente, sabendo que sobra alimento, que o alimento apodrece, inclusive no Brasil, por falta de condições? Não seria possível fazer uma plataforma, uma proposta singela e simples?

Aquilo que o Papa disse na ONU: “O que as grandes nações gastam se preparando para a guerra...”. Para uma guerra que não existe, desnecessária, a invasão ridícula do Iraque pelo americano, que não foi nem sequer uma guerra. Não houve uma guerra entre o Iraque e os Estados Unidos. O americano foi lá, dominou, desmanchou e invadiu o Iraque. Não houve guerra. Hoje, ninguém está falando em guerra,

porque tem o senhor absoluto, que é o americano. Quem imagina que vai lutar contra o americano? Não há perigo de guerra. Então, para que as nações gastam fortunas se preparando para a guerra? Com o que se gasta mais hoje no mundo?

Saiu daqui a querida senadora do PT, falando no problema das crianças que morrem no seu estado por falta do pré-natal. Hoje, os gastos maiores não são com saúde, comida, construção, ciência ou pesquisa científica. Os maiores gastos no mundo, hoje, são feitos com a preparação para a guerra, com armamento. O déficit americano é fantástico por causa da fantástica verba destinada à preparação para a guerra.

E o Papa disse que, se a ONU pudesse tabelar, determinar um percentual dessa verba, sob a sua fiscalização e comando – não se proibiria a produção de armamento –, destinando-o para resolver o problema da fome, da miséria e da habitação no mundo, em 10 anos, isso estaria resolvido e sobraria dinheiro.

Será que somos tão insensíveis que não entendemos uma coisa dessas? Será que estamos tão fora da realidade e, de repente, nos transformamos em bestas humanas que não temos sensibilidade?

É verdade que cada um de nós, do mais pobre ao mais rico, passa a vida correndo atrás daquilo que considera importante. No caso da classe média, é a empregada, é a comida, é a conta de luz, de água, de telefone, é o filho, sua escola, é a doença, o trabalho, o emprego. Temos uma infinidade de problemas, e isso faz com que às vezes não tenhamos tempo de olhar para o lado e entender que não adianta se matar.

Por exemplo, um cidadão que vive no Rio de Janeiro, um cidadão que é o mais rico, o mais competente, o mais capaz, fez fortuna, pode viver tranquilo lá, pode morrer sossegado e dizer que está tranquilo com relação aos seus filhos? Não, porque, de repente, seus filhos podem ser seqüestrados, mortos, assaltados, como tem acontecido com tantas pessoas.

Hoje, ninguém pode dizer que está tranquilo. É aquilo que dizia Josué de Castro: há aqueles que não dormem porque estão com fome e há aqueles que não dormem porque têm medo daqueles que estão com fome. Hoje, o problema é exatamente esse. Temos nossos problemas,

temos de resistir a eles, ao desemprego, ao avançar da idade. Há mil coisas, mas, se cada um deixar sobrar um espaço de tempo para olhar em volta, para olhar para o conjunto... Se, de repente, todos nós olhássemos para o conjunto, o mundo mudaria, o Brasil mudaria.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio – PMDB – PA) – O tempo de V. Ex^a foi prorrogado por mais cinco minutos, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Apenas, Senador Pedro Simon, desejo dizer que V. Ex^a tem autoridade para fazer o pronunciamento que faz, e suas palavras são conseqüência da profunda religiosidade da sua alma. Ninguém tem mais autoridade do que V. Ex^a nesta Casa para fazer a abordagem que faz, buscando os exemplos do Papa e tentando refleti-los para que todos nós possamos, enfim, tê-lo como referência para a nossa atuação pública. Eu gostaria de destacar que considero o clímax da atuação do Papa o momento do perdão, quando ele, com humildade, pediu perdão pelos pecados cometidos pela Igreja Católica durante sua História. Quem não tem a capacidade do perdão não tem também o merecimento de ser perdoado. O Papa nos dá essa lição. Creio que todos nós devemos aprender inúmeras lições que o Papa nos lega, mas esta, para mim, é a lição superior que devemos recolher.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito feliz e oportuno o aparte de V. Ex^a. Realmente, o Papa teve a humildade de ir a Israel e lá, no Muro das Lamentações, colocou um bilhete escrito por ele, dizendo que a Igreja Católica pedia perdão por não ter dado a atenção que devia ao holocausto naquele momento.

De fato, o Papa teve condições de fazer isso. Teve a grandeza de reconhecer desde os grandes erros do passado na época difícil da Igreja, quando pediu desculpas àqueles que sofreram até a maldição da Igreja, e hoje sabemos que houve um erro. Que bom se conseguirmos, Sr. Presidente!

Eu queria acrescentar que foi muito bonito o gesto de Lula de se fazer acompanhar pelo Presidente Sarney e pelo Presidente Fernando

Henrique para se unirem ao Presidente Itamar, levando também as várias religiões, representantes de várias igrejas.

Depois de Roma, Lula irá à África pela terceira vez. É extremamente significativo o trabalho do Itamaraty de aproximação com os países da África, inclusive com o perdão de parte da dívida de alguns países daquele continente – é pouca coisa, mas também nós somos pobres; se tivéssemos percentuais semelhantes de nossa dívida perdoados, seria uma maravilha. É muito importante essa unificação que Sua Excelência está promovendo, essa valorização da identidade com os países africanos.

No mês que vem teremos aqui no Brasil uma reunião, coordenada pelo Itamaraty, entre os países do mundo árabe e os países da América Latina, com o objetivo de buscar o entendimento e o entrosamento, já que são países que têm muitas coisas a trocar, são países que têm muitas possibilidades para se acertarem e têm em comum o fato de serem países que vivem explorados pelos maiores. Ficou claro que essa reunião não terá nada a ver com os problemas entre árabes e israelenses, mas será uma reunião de grande entendimento.

Talvez seja utopia pensar assim, talvez possa ser visto como um risco, mas acho que o Presidente Lula poderia iniciar um movimento para tentar buscar, junto aos chefes das grandes nações, a criação de um fundo para salvar os milhões que morrem de fome e que dormem nas ruas. Se o Presidente Lula encampasse essa missão, com a credibilidade que tem hoje em nível internacional e com o apoio que certamente teria do povo brasileiro, obteria resultados muito positivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Recordando Tancredo Neves

(Pronunciamento em 20 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não há dúvida de que amanhã se comemora uma data muito importante para a História de nosso País.

Foi muito bonita a sessão realizada hoje pela manhã em homenagem a Brasília e ao seu fundador, Juscelino Kubitschek. Ontem, dia 19 de abril, seria aniversário de Getúlio Vargas. Creio que o Dr. Getúlio e o Dr. Juscelino foram os dois maiores vultos da História brasileira, os dois grandes Presidentes que tivemos.

Amanhã será feriado pelo aniversário de Brasília e em homenagem a Tiradentes. Mas, na verdade, embora o País não tenha oficializado, será também feriado em homenagem a Tancredo Neves. Assim como Tiradentes foi o protomártir esquartejado por defender a independência, a liberdade no Brasil, Tancredo Neves, pelo seu ideal de defesa da liberdade e da democracia, foi esquartejado com sete cirurgias e morreu em defesa de seu País. Não tenho dúvida alguma de que dificilmente se encontraria um homem que tenha sido tão preparado para chegar à Presidência da República quanto o Dr. Tancredo.

Tive quatro grandes irmãos mais velhos na política: o primeiro foi Ulysses Guimarães; o segundo, Tancredo Neves; o terceiro, Teotônio Vilela; o quarto, Mário Covas. Convivi com esses quatro vultos e creio que, na História do Brasil, pode haver iguais; melhores, duvido.

Quando se fala na história de Tancredo Neves – ouvi o discurso brilhante do Dr. José Sarney –, salienta-se, sim, seu heroísmo: o homem que escondeu a doença para garantir a posse; o homem que

tombou pela causa que defendeu. Mas nós, do PMDB, não podemos lembrar apenas do Tancredo Neves vitorioso; temos de lembrar a luta do velho MDB, a luta de 20 anos, que começou em 1964, quando derrubaram João Goulart; lembrar de Tancredo Neves protestando e gritando palavrões ao Presidente do Senado, dizendo que S. Ex^a estava dando um golpe ao afirmar que o Presidente da República estava no exterior, em lugar incerto e não sabido, posto que Sua Excelência estava na cidade de Porto Alegre.

A luta de Tancredo começou em 1954. Ele era um jovem Ministro quando houve o golpe que levou o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio. Antes, ele havia pedido: “Nomeie-me Ministro do Exército no lugar desse traidor que é o General Zenóbio. Garanto que o golpe não sai, e Vossa Excelência ficará na Presidência”. Dr. Getúlio, não querendo uma guerra civil, preferiu o suicídio.

A luta do Dr. Tancredo Neves continuou quando foi Primeiro-Ministro de Jango, com um trabalho excepcional, de primeira grandeza, que só não foi adiante porque as candidaturas de Juscelino e de Carlos Lacerda já estavam nas ruas, e o PSD e a UDN se uniram para derrotar o parlamentarismo.

A história de Tancredo continua quando, junto do Dr. Ulysses e do Teotônio, lutou pelo restabelecimento da democracia neste País. Sim, Tancredo era um conciliador.

Nunca vou esquecer que, às vésperas do AI-5, que fechou o Congresso Nacional, a razão era a reforma do Judiciário, que estava sendo discutida no Congresso. O Presidente Geisel exigia que ela fosse votada como veio. O MDB tinha um substitutivo e queria votá-lo. A bancada se reuniu. O Dr. Tancredo fez um discurso em que ele fazia um apelo para a bancada, dizendo que tinha informações e mais informações de que os militares queriam dar o golpe e fechar o Congresso e que era um pretexto a causa referente à reforma do Judiciário.

O Dr. Brossard, Senador do Rio Grande do Sul, fez um dos seus mais bonitos discursos, aplaudido e aclamado, dizendo que tínhamos de resistir, que tínhamos de votar a reforma do Judiciário, que o Congresso tinha de ir até o fim. Ganhou Brossard; perdeu Tancredo. Fecharam o Congresso no dia seguinte. Tancredo tinha equilíbrio, sim; tinha bom senso, sim; mas era um homem da hora, da definição; era

um homem de coragem e de luta. Por isso, ele participou, sob a liderança – façamos justiça – do Dr. Ulysses Guimarães, que podia ter sido o Presidente da República.

Na doença do Dr. Tancredo, o Presidente da Câmara é quem devia ter assumido a Presidência da República, por que, se Tancredo não tomou posse, como o seu vice poderia tomar posse no lugar de quem não tomou posse? Quem devia ter tomado posse era o Dr. Ulysses.

Quando, naquela reunião – eu estava lá –, o General Leônidas Pires tirou a Constituição do bolso e disse que quem tomaria posse era o Sarney, o Dr. Ulysses, numa rapidez fantástica, concordou: “Realmente é o Sarney quem assume”. Quando fui cobrar dele, porque eu já ia protestar, ele disse: “O que é isso, Simon? Se todo o nosso esquema de segurança está baseado no Leônidas, que é o Ministro do Exército, que está coordenando todo o esquema de garantia da posse de Tancredo, se daqui a pouco eu disser que não é o Sarney, sou eu, é o Leônidas quem vai assumir”. Gesto de renúncia e de grandeza do Dr. Ulysses Guimarães; gesto de grandeza do Sarney, que não se impôs. Em nenhum momento, ele disse: “Deve ser eu. A responsabilidade é do Ministro do Exército”.

É importante salientarmos o que significou a morte de Tancredo. Sempre reconheço que o Dr. Sarney desempenhou um papel muito importante. Na verdade, ele disse em seu pronunciamento, quando falava ao Tancredo: “Tancredo, eu serei um vice-presidente fraco de um presidente forte, que será você”. De uma hora para outra, assume a Presidência em definitivo, com um ministério sobre o qual não tinha dado nenhum palpite e em que não teve nenhuma participação; com um Partido, o MDB, amplamente majoritário, com o qual ele não tinha ligação, pois tinha assinado a ficha de filiação três dias antes, para poder ser candidato.

Ele fez o que podia, e acho que se saiu com dignidade. Quando ele disse que achava que a democracia cairia nas suas mãos, e não caiu, ele disse a verdade. Quando ele disse que era ele um dos presidentes que tinha assumido com a característica de que seria derrubado, e não o foi, ele disse a verdade. Foi um grande Presidente, mas não foi o Tancredo.

A verdade é que o destino foi cruel conosco. Quem estava preparado se chamava Tancredo Neves. O Dr. Ulysses Guimarães reconheceu isso, todos nós reconhecemos. Tancredo, Teotônio, Mário Covas, todos estavam se preparando em torno de um homem que o destino preparou, ao longo de toda uma História, ao longo de toda uma vida, ao longo de toda uma biografia, para chegar lá. Ele chegou lá e, na hora de sentar na cadeira, Deus disse “não”.

Que tristes desígnios são esses? Que caminhos? Nós, que somos pessoas de fé, temos de nos perguntar por quê. Por que isso ocorreu com um povo escravizado 20 anos, lutando contra a ditadura, contra as armas, contra a violência, suportando com paciência, fazendo autocríticas, baixando a cabeça, resignado, suportando humilhações, para que houvesse uma transformação pacífica, sem violência e sem radicalização?

Quando chega a hora, quando o homem está preparado de uma maneira democrática para, de maneira pura, sincera, fazer a transformação que este País precisava, o destino diz “não”, a natureza diz “não”, a História diz “não”.

Mesmo assim, Sr. Presidente, mesmo não tendo sido presidente, a História tem, no seu panteão, o nome de Tancredo, assim como a História tem no seu panteão o nome do velho Ulysses, que está no fundo do mar.

Encontraram o helicóptero, encontraram os pilotos, encontraram a mulher, encontraram os colegas que estavam com ele, mas não o encontraram. Mais de uma vez, estive caminhando no local e conversando com pescadores que viram o helicóptero cair. Se é lenda, não sei, mas eles contam que, em várias madrugadas, vêem um homem enorme, alto, magro, vindo do longe e partindo para o longe, caminhando. Olha para eles com um olhar indecifrável e um sorriso, dá um abano e continua a caminhar.

Na verdade, se Ulysses não tem um túmulo, Ulysses deixou um cravo no coração de cada brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Teotônio Vilela também foi um mártir. Com duas bengalas e quatro cânceres, arrastava-se em

cadeira de rodas. Quando os seus médicos disseram para ir a Paris descansar os seus últimos dias, ele falou que tinha de estar ao lado do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero falar sobre a história do dia de amanhã, em que se lembra de Tiradentes. O Presidente Tancredo Neves foi um grande homem. Devemos saudá-lo, sim, mas não vamos resumir a nossa História ao dia 14 de março, quando ele ficou doente, e ao dia 21 de abril, quando ele morreu. No dia 14, a sua doença foi uma tragédia. No dia 21 de abril, a sua morte foi uma tragédia. São 20 anos que a História do Brasil haverá de contar. Ao lado deles, tombaram mártires e mais mártires, heróis anônimos e mais heróis anônimos, lutando pela causa talvez mais bonita da História do Brasil.

A independência do Brasil deu-se de pai para filho. O seu descobrimento foi por acaso. A República foi um golpe de Estado. As conquistas sociais foram alcançadas por um ditador. Se houve um movimento que foi do povo, que veio do povo, que teve a alma do povo, que teve o cheiro do povo, esse movimento foi a retomada da democracia, que começou em 1964 e terminou no dia da morte de Tancredo.

Por isso, louvo.

Por isso, louvo todos os elogios feitos ao querido Tancredo. Não me refiro ao Presidente Tancredo, mas a toda a sua vida e aos irmãos que com ele batalharam pela mesma causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Escolha de Joseph Ratzinger

(Pronunciamento em 25 de abril)

Senhor Presidente, Senhores e Senhores Senadores, assisti, desde a morte de João Paulo II, à caminhada e ao esforço feito no Vaticano para a escolha do seu sucessor.

Trata-se de um momento bonito da Igreja. Independentemente dos católicos, dos cristãos, o mundo acompanha esse momento por se tratar de uma escolha que define os rumos de um grupo importante da humanidade, grupo formado por mais de um bilhão de pessoas.

Vi a chegada dos cardeais. Vi a beleza da despedida feita a João Paulo II, um homem que, muito além da sua religião, foi um cidadão do mundo, e o mundo lhe prestou homenagens, porque ele pregava o amor, pregava a paz, pregava a liberdade, pregava a unidade, principalmente aos mais pobres e aos mais humildes. E vi a angústia e a preocupação de quem seria o seu sucessor.

A escolha foi rápida, uma das mais rápidas que já houve. Foi escolhido um cardeal, se não me engano, o segundo mais velho, 78 anos, alguém que estava há mais de 20 anos no cargo mais difícil e, atrevo-me a dizer, mais antipático que pode existir em uma instituição: o de julgar. Deus já disse: “Não julgueis para não serdes julgados. Com a mesma força que julgares haveis de ser julgados”.

Se há uma profissão que nunca pensei em ser é a de juiz porque não teria condições de fazê-lo, e a minha índole é mais a de perdoar do que fazer justiça e impor o que deve ser feito. O seu cargo era difícil, muito difícil, e foi exercido por um longo período, muito longo. E o Cardeal, pelo seu estilo e comentários, era um homem simpático, com

uma extraordinária cultura, principalmente teológica, mas, quando se dirigiam a ele, era pessoa simples e encabulada.

Escolhido, eu não vim a esta tribuna. Fiquei esperando, porque não esperava que fosse ele quem ganhasse. E as críticas, acho que até exageradas, de alguns brasileiros, críticas inclusive ásperas, infelizes digo eu, fizeram-me ficar precavido e aguardar o modo como ele iria iniciar seu pontificado. É interessante salientar que o sermão que ele fez em homenagem a João Paulo II, na missa de corpo presente daquele Papa, pregando idéias firmes de uma igreja agarrada a princípios, foi um pronunciamento muito diferente do que ele fez ontem. Levantei-me às cinco horas da manhã para assistir. Na verdade, o que alguns diziam, entre os quais o Senador Marco Maciel, creio que começou a acontecer. O Papa Bento XVI fez o seu primeiro discurso, o primeiro como Papa, muito diferente dos que tinha feito anteriormente. Parecia outra pessoa. E, verdadeiramente, era uma outra pessoa. Uma coisa é alguém estar ali para julgar, com a responsabilidade de julgar, durante 20 anos, fechado na sua cúpula e vendo o mundo lá longe. Outra coisa é o homem ser papa e olhar para o mundo, principalmente para os que mais precisam, os mais humildes. O papa não tem obrigação de julgar, nem de decidir, mas de olhar para o contexto da humanidade. E ele fez o seu pronunciamento. “Não me perguntem o meu programa, nem o meu pensamento. O meu pensamento é o pensamento do povo, dos meus bispos. Eu quero ouvir o pensamento dos que estão em roda de mim. Não me abandonem!” – disse ele numa reunião inédita, pois, pela primeira vez, um papa, eleito, se reúne fechado com todos os cardeais, os que o elegeram e os que não o elegeram por terem mais de 80 anos, e pediu-lhes com piedade: “Venham falar comigo! Venham colaborar! Venham dizer o que pensam! Eu preciso de vocês!” E o que dizia Dom Cláudio Hummes aconteceu: o desejo de encontrar uma Igreja mais aberta, onde os bispos tenham mais presença e ela seja mais universal.

Eu creio nas forças do Espírito Santo e creio que essas forças agem, e estão agindo, no sentido de que aquele homem, naquela idade, assim como João XXIII, colocado numa transição, foi o Papa mais revolucionário dos últimos tempos, convocando o Concílio Vaticano II e fazendo as maiores transformações que tivemos na história da Igreja

moderna. Eu confio que esse Papa vai seguir o caminho, como disse ontem: “Vou falar com os meus irmãos de todas as religiões, inclusive os judeus. Vou falar com aqueles que acreditam em Deus e com aqueles que não acreditam. Vou falar com toda a humanidade e vou dialogar com todos em seu conjunto”.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, estou ouvindo, como toda a Casa, com muita atenção, o discurso de V. Ex^a. E V. Ex^a fertiliza a discussão que se abriu a partir da eleição do Papa Bento XVI. Eu começaria o meu breve aparte chamando a atenção para o fato de que V. Ex^a tem inteira razão. É que partimos do pressuposto de que o conclave que escolhe um papa não é dominado, como nos conclaves políticos, em nossas convenções, por temas mundanos, terrenos, circunstanciais, efêmeros muitas vezes, e sim que um conclave dessa natureza se reúne sob a inspiração do Espírito Santo e, portanto, há uma variável, que não é humana, que interfere na escolha de um papa, a quem incumbe o papel de continuar a pregação de Pedro, ou seja, de ocupar a cadeira petrina e não somente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – ...anunciar o Evangelho, mas também dialogar com outras confissões religiosas. João Paulo II nisso foi um Papa que teve presente essa preocupação, com a “inculturação” da fé, com o diálogo inter-religioso e com o convívio ecumênico. Foi o primeiro Papa a visitar uma mesquita, a estar com os muçulmanos; foi o primeiro Papa a ir a uma sinagoga conversar com os rabinos, os judeus – a quem ele chamava “os irmãos mais velhos na fé”. Esteve com a Igreja Anglicana e procurou estar com a Igreja Ortodoxa russa. Se isso não foi possível não foi porque ele não quisesse e, sim, por dificuldades que, na ocasião, foram oferecidas pelo próprio patriarca russo. Por fim, devo dizer que o seu sucessor, o hoje Papa Bento XVI, além de ter sido um operoso e diligente auxiliar de João Paulo II, é também um grande teólogo, o que está demonstrado em exposições que fez ao longo do tempo em que ocupou um dicastério extremamen-

te importante, a Congregação para a Doutrina da Fé; provou ser pessoa extremamente dotada, tendo inspirado João Paulo II em algumas de suas encíclicas mais relevantes, como por exemplo, *Fides et Ratio*, ou *Fé e Razão*. Nessa encíclica, de alguma forma, mostra que entre fé e ciência não há nada de intransponível, pelo contrário. Se alguém desejar apontar alguma contradição, essa será falsa contradição. Além disso, o Papa Bento XVI é, como era também o Papa João Paulo II, uma pessoa extremamente simples e humilde. Embora fosse dos mais cultos dos cardeais da Igreja, não se jactava disso. Daí por que não me surpreende que esteja agora, como salienta V. Ex^a, conduzindo-se muito bem e, de alguma forma, fazendo com que se renovem as esperanças, já que a Barca de Pedro está em boas mãos e, conseqüentemente, podemos esperar um excelente pontificado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a e digo que, se às cinco horas da madrugada, com angústia, acompanhei aquela missa, às nove horas, era com emoção, quase com lágrimas, que via o encerramento. Primeiro, o seu pronunciamento, trinta vezes aparteado com emoção, e depois o fato de ele andar, com seu carro aberto, ao lado daquelas 400 mil pessoas deixaram-me uma mensagem de esperança. A divisão entre a Igreja voltada internamente para seus pensamentos, seus sentimentos, seus dogmas e a Igreja voltada para o povo, para o social não pode ser colocada assim: essa ou aquela.

Creio que exatamente aquele que estava no lugar mais difícil e fechado da Igreja, como cardeal, vem agora como papa e fará completamente diferente do que fez como cardeal. Agora, Sua Santidade olhará para a humanidade, por todos, para os jovens e para os problemas e dramas que vive a humanidade; até para os problemas dos não-casados, para a questão dos nascimentos e tudo mais. É um papa que estará debatendo e discutindo.

O Cardeal de São Paulo desconfia que Sua Santidade convocará o Vaticano III. Para Sua Eminência dizer isso, deve ter sentido algo nessa direção, ou seja, que seria importantíssimo, em uma hora tão duvidosa, tão negra na humanidade, em termos de princípios, de valo-

res, de globalização, dos caminhos para onde se vai, se a Igreja fizesse uma reunião dessas para a sua profunda meditação.

Eu não sou ingênuo, nem tenho autoridade para dizer aqui o que vai ser, como vai ser. Mas tenho autoridade e sentimento para dizer que o primeiro passo, o primeiro dia, as primeiras medidas demonstram que não era aquilo que alguns que pertenceram à Igreja e hoje não pertencem mais afirmaram. Eles foram, na minha opinião, exageradamente ásperos, de uma falta de caridade, na análise de um homem que estava começando.

Creio que o início foi positivo. Que Sua Santidade, numa hora em que talvez o vazio esteja tão grande, possa ocupar esse lugar; que possa ser o mentor que dialogue com o mundo e busque o entendimento entre todos.

Que bom que o início tenha sido assim! E que nós todos possamos esperar, rezar e até torcer para que esse Papa, ao contrário do que alguns pensam, traga posições importantes para sua Igreja, para seu povo e para a humanidade.

Acho que a hora é difícil, triste, dura, com incógnitas enormes, interrogações permanentes, fome, miséria. Creio que a Igreja Católica tem condições e a obrigação de atuar no sentido de fazer efetivamente o que prega a sua fé, o que pregam os nossos princípios e a nossa doutrina. Uma Igreja de paz, de amor, voltada para todos, principalmente para os que mais necessitam.

Que Deus e que o Espírito Santo sejam, realmente, os grandes conselheiros e estejam ali a orientar e a determinar as decisões importantes que Sua Santidade haverá de ter nos próximos dias e no seu papado. Que Deus o abençoe e a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Protesto contra medidas provisórias

(Pronunciamento em 26 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em primeiro lugar, trago a minha solidariedade, já que não tive a oportunidade do aparte, ao pronunciamento feito pelo nobre Líder do PT sobre a extraordinária Ministra de Minas e Energia. A Ministra Dilma é um dos quadros mais competentes deste Governo, ela honra o Governo e o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Mas, Sr. Presidente, eu venho aqui falar mais uma vez sobre medidas provisórias. E falo isso porque, na quarta-feira passada, votamos um mar de projetos de lei, cerca de setenta, porque finalmente conseguimos nos libertar das medidas provisórias. Mas já hoje vem a notícia de que novas medidas provisórias entrarão em pauta na Câmara dos Deputados. Provavelmente, ainda esta semana, a pauta voltará a ser trancada pelas medidas provisórias. Eu não consigo entender. É claro que há uma diferença muito grande entre o que era o PT na Oposição e o que é o PT agora. Mas, neste aspecto, no aspecto daquela revolta que tinha o Congresso Nacional com relação às medidas provisórias, com o desastre que são e que se constituem as medidas provisórias, de repente, o nosso Governo atual edita muito mais medidas provisórias do que fez o Governo Fernando Henrique, do que todos os Governos anteriores. Houve praticamente o esvaziamento da medida provisória. Hoje, alguém me falou que constitui questão de honra, ou seja, se a matéria é importante, se o ministro tem prestígio, é medida provisória. Se não se edita medida provisória, se é um projeto de lei, é porque ele não tem o respeito do Governo, é porque o Lula não gosta dele ou acha

que não é importante. Editar medida provisória passou a ser critério para distinguir se o Governo considera importante, se o ministro tem prestígio perante as lideranças. Assim, mandou por medida provisória matérias sobre prêmios de futebol e outros assuntos mais ridículos. É uma pena, Sr. Presidente. Os números já foram apresentados, e a imprensa os publicou. Se há algo em que o Governo nos ganha de longe é quanto ao número de medidas aprovadas nesta Casa. Quem legisla hoje no Brasil é a Presidência da República. Legisla por medidas provisórias várias vezes mais do que a Câmara e o Senado legislam por reforma constitucional ou por projeto de lei. Os líderes se reúnem, os presidentes da Câmara e do Senado se reúnem, ameaçam tomar providências, ameaçam fazer alguma coisa de concreto, de objetivo, no entanto, nada acontece. Pelo contrário, cada vez mais, ela é mais banalizada. O assunto nada tem de extremo, de urgência ou de constitucional. É mero assunto de um simplório projeto de lei e se transforma numa medida provisória.

O que está acontecendo? É fácil entender. O Presidente Lula se reúne no fim da tarde com seus assessores. Esses lhe trazem um assunto, seja qual for:

“Olha, esta medida é muito boa. Esta medida é interessante. Vamos fazer? Vamos!” E eles decidem pela medida provisória. “Ah! Tinha de ser projeto de lei”. “Mas projeto de lei demora muito. Este Congresso é muito complicado! Tem de se votar na Câmara; da Câmara vai para o Senado; do Senado, volta para a Câmara. Na Câmara, tem veto. Se tem veto, o veto tem de voltar para a Câmara para ser votado. E medida provisória entra em vigor no dia seguinte”.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente! Estamos desmoralizando o Poder Legislativo! Estamos humilhando o Congresso Nacional! Duvido que haja um Congresso democrata no mundo com esse significado! Estamos vivendo hoje pior do que na ditadura militar. A ditadura militar tinha o decreto-lei. O decreto-lei vinha, e o Congresso tinha 60 dias para votar a favor ou contra. Mas o decreto-lei era uma vez só, não podia ser repetido, não podia ser alterado, não podia ser modificado. Votava-se, e estava votado.

A medida provisória, ao contrário, o Governo manda, manda outra, manda outra e mais outra, e mais outra, e elas entram em vigor

imediatamente. Eu não sei, mas digo com toda a sinceridade: esta Casa tem de tomar providências.

Está aí uma comissão de líderes reunida com o Presidente, líderes da Câmara e do Senado, Presidente da Câmara e Presidente do Senado, para tomar uma decisão. Acho que essa decisão deve ser tomada. O ideal seria que esta Casa rejeitasse uma série de medidas provisórias, para mostrar que tem coragem e que pode fazer. Mas acredito que a proposta que hoje se debate, de que a medida provisória, para entrar em vigor, tem de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para verificar se respeita a Constituição e se é urgente, creio que já seria uma grande saída.

Se a medida provisória não entrasse em vigor imediatamente, mas, se ela, vindo para a Casa, tivesse de passar pela Comissão para que a Comissão dissesse que ela tem a constitucionalidade, tem a importância e tem a urgência, aí ela entraria em vigor, creio que já era uma medida realmente muito importante. Volto a dizer que esta Casa não legisla, porque, com as medidas provisórias, o Governo é que faz o papel do Congresso Nacional. E agora também não fiscaliza, desde que os líderes decidiram que, para haver Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa, é necessária uma autorização deles para isso.

O artigo da Constituição que diz que um terço de parlamentares pode constituir e instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi rasgado pelos líderes. Não tem mais valor. Isso porque o Presidente não indica os membros da Comissão, os líderes também não indicam, e ela não se instala. A Comissão, para vigorar, para decidir, para votar, tem de ter maioria. Mas para ser instalada e desenvolver os seus trabalhos, basta um terço de parlamentares, diz a Constituição. Mas o Presidente e os líderes rasgaram a Constituição. Hoje não temos mais CPI. De um lado, não temos mais CPI; de outro lado, não legislamos mais. O que sobra para este Congresso?

Fomos avisados hoje que o Governo prepara uma avalanche de publicidade, a fim de fazer com que os planos sociais, que não estão alcançando resultados de ordem prática, alcancem um resultado de ordem emocional, por meio da propaganda pela televisão e pelo rádio.

Creio, Sr. Presidente, no que tange às medidas provisórias, no que tange às Comissões Parlamentares de Inquérito, que não pode esta

Casa ser omissa e ficar de cabeça baixa esperando que a solução venha do Presidente. Acho que o Governo Federal está numa boa situação com relação às medidas provisórias. Isso é mais simples, porque não é preciso negociar, não é preciso conversar com as bancadas, não é preciso ter maioria. É só enviar as medidas provisórias para cá, e o assunto estará resolvido.

Mas esta Casa não pode ser culpada por omissão e continuar com essa posição. Não pode continuar com essa posição.

Agora, no final desta semana, há mais nove medidas provisórias. Não sei quantas trancarão a pauta. Ficamos quinze dias sem votar nada e, em um dia, votamos 70 projetos, como ocorreu na semana passada. Ficamos vinte dias sem votar nada e numa tarde, até as 21h30, votamos mais de 50 projetos que estavam parados, à espera.

O Presidente do Senado chamou a televisão e o rádio e mostrou a fotografia de, se não me engano, mil quilos de projetos, uma montanha de projetos que estava parada por causa das medidas provisórias. Será que teremos de esperar outro caminhão de projetos parados para votarmos de novo medidas provisórias e resolvermos esse assunto?

O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, fez muito bem. Aquela fotografia e a imagem daquela montanha de projetos parados mostrada na televisão, que não eram votados por causa das medidas provisórias, repercutiu positivamente, esclarecendo a opinião pública. Mas não se pode resumir a isso. Não pode o Presidente Renan Calheiros esperar mais dois meses e uma longa montanha de projetos para fazer novamente o que fez: mostrar uma fotografia e votarmos mais 70 projetos correndo, sem ver, em um só dia.

Espero que esta Comissão, designada pelos líderes e pelos Presidentes da Câmara e do Senado, tome uma providência concreta e que essa questão das medidas provisórias seja resolvida em definitivo.

Era o que eu queria dizer.

Centro Nacional Fé e Política

(Pronunciamento em 28 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, lerei o pronunciamento, o que não é do meu feitio, mas considero importante fazê-lo dado o momento que estamos vivendo, pois não quero fugir à linha que tracei.

Toda vez que dedico algumas horas à leitura do noticiário, sinto-me um pouco amargurado, contrariado, deprimido mesmo, pelo tanto de problemas que encontramos nas páginas dos jornais brasileiros.

Dia desses, depois de uma dessas penosas leituras, vi-me, em silêncio, quase que conversando com Deus. Eu Lhe confessei que somente a minha fé inabalável continua a manter a minha crença na existência do homem. Pelo menos do ser humano criado à Sua imagem e semelhança. É que as notícias do dia-a-dia são os retratos mais que perfeito da distância, cada vez maior, entre o projeto divino da criação do universo e o que restou da humanidade depois da evolução dos tempos.

Sempre acreditei na teoria da Criação, segundo a qual o homem é o último e mais perfeito ato do Criador. Mas hoje sinto que esse homem mais parece ser o resultado de uma outra teoria, que eu poderia chamar de teoria da involução da espécie. É que o homem se distanciou do projeto com que foi criado. O homem se distanciou da vontade Daquele que o criou.

Dia desses, numa dessas minhas reflexões costumeiras, também depois de percorrer o noticiário do dia, eu me perguntei como poderia,

mesmo na minha pequenez, contribuir na reaproximação do homem com o seu projeto de criação, se é que isso ainda é possível.

Procurei, no meu redor, fatos que me inspirassem nessa vontade de transformar o mundo, para que ele se veja livre das mazelas que teimam em deixar, em nossas salas, a cor do sangue, o cheiro da pólvora e o gosto da morte.

Ainda hoje, bilhões de pessoas passam fome por todo o Planeta, apesar de os grandes celeiros continuarem abarrotados de alimentos. Passam os dias e persiste o drama das crianças sem teto, que vivem nas ruas, caminantes sem destino em cidades arrasadas pelo ódio e pela ganância.

No Brasil, de certa forma, vivemos hoje uma guerra não declarada, confirmada na violência que ronda nossas esquinas, ruas e avenidas. Acumulam-se as vítimas de balas perdidas e de balas com endereço certo. Como diz aquela música, todos podemos dizer todos os dias: está lá mais um corpo estendido no chão. Estou falando de uma guerra que ceifou a vida dos meninos da Candelária, dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, e da Irmã Dorothy, a missionária da Amazônia.

Confesso, sinceramente, que, ao folhear os diferentes cadernos que retratam o dia-a-dia deste início do terceiro milênio, pouco ou nada encontram de inspiração para, concretamente, transformar este mundo. Restam-me os meus sonhos. E eles não são poucos. E, apesar de tudo, sinto que eles são factíveis. Deus, na sua infinita bondade, traçou-me um caminho. Esse caminho foi pavimentado pela fé e sedimentado na atuação política. Fé e política: sem eles, eu vegetaria numa vida sem sentido, sem sonhos e sem utopia.

Tanto na fé como na política, acho que a serpente da tentação, nos nossos dias, é a relativização de Deus e dos mais belos projetos de uma sociedade mais justa, que são reduzidos a essas mesmas concepções políticas e religiosas.

Nunca se matou tanto em nome de Deus. Tanto o Presidente do país mais poderoso do universo, que procura demonstrar ter uma espécie de “telefone vermelho” com Deus, como o terrorista mais procurado, além dos homens-bomba do Iraque e da Palestina, que se ex-

plodem em nome de Alá, todos eles, inabaláveis em sua fé, matam e morrem “em nome de Deus”.

Sinto que, na área da ciência política, faltam estudos mais aprofundados sobre as correlações entre o pensamento de governantes dos dias atuais e as idéias que moveram os exércitos de Stalin, ou abriram as válvulas de gás de Hitler.

Alguns homens consideram-se quase deuses. Outros confundem Deus com uma concepção que fazem Dele. Os homens institucionalizam as religiões e as tornam inimigas entre si. Ao se tornarem deuses, os homens passam a falarem sozinhos e a não se entenderem. Talvez sem perceber, o mundo constrói hoje uma nova Torre de Babel. “Vamos fazer tijolos e cozê-los no fogo... Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu...”

É assim também na política: quando se cristalizam objetivos de luta com posições partidárias fanatizadas. Colhe-se confusão das línguas, em benefício dos interesses miúdos, que vicejam a sombra.

Tanto na fé religiosa, como na política, é impossível domesticar o absoluto. Deus está além das concepções que Dele somos capazes de fazer. O relativo não é um absoluto reduzido a pequenas proporções. Por outro lado, o risco de absolutização do relativo é perdermos o rumo, atarracados em nossas posições pessoais, perdendo de vista o imenso horizonte da utopia. Sem esse horizonte, fazemos apenas política de resultados, sob a pecha do “bem da Pátria e da Humanidade” e, pior, “em nome de Deus”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as novas gerações, principalmente depois do regime militar, não conseguiram ainda superar essa armadilha. A morte, sem substituição, das grandes lideranças nacionais e o fim das utopias levou os jovens à relativização dos seus sonhos: arquitetam projetos de vida que não ultrapassam desejos de consumo, alimentados pela mídia. Essa mesma mídia que substituiu o que era, antes, o esteio da formação ética e humanística dos meninos de então: a família, a escola e a igreja.

O círculo que unia pais, mães, professores e educadores, promovido pelo amor, deram lugar ao semicírculo, silencioso e apático, de frente para a televisão, patrocinado pelo dinheiro. Ainda sobre a juventude de outrora, mesmo os antigos militantes, a quem muito devemos

a democratização do País, hoje se contentam com miudezas, presos à lógica da política de resultados. Vivem no varejo, imaginando-se imperecíveis no que pensam e no pretendem fazer.

Enquanto isso vicejam outros sonhos, agora embalados e exacerbados por um *marketing* cada vez mais eficiente dessa juventude sem perspectivas e sem diálogo, além da linguagem da violência. E a grande maioria daqueles que se julgam acima do bem e do mal não se digna a assumir a sua responsabilidade e se protegem em torres de marfim. Como na Idade Média, constroem fortificações que se propõem salvadoras de suas próprias peles, mas que, cada vez mais, se parecem com prisões que sufocam.

Haverá ainda horizonte neste mundo de perda de valores básicos? Claro que sim. Se não, o que seria dos nossos sonhos, da nossa utopia? Ao contrário das religiões absolutizantes, não vejo, no horizonte, soluções apocalípticas. Estamos por demais presos ao varejo para imaginar que uma “tsunami” político irá nos arrastar para sempre. A expectativa de cinematográficos espetáculos apocalípticos escamoteia o conhecimento dos efeitos de nossas pequenas omissões do dia-a-dia.

A esperança é fundamental. Mas ela somente se tornará realidade para aqueles que saírem da floresta e tomarem a estrada. Só se vê o horizonte da estrada. Do caminho, que é travessia. Não importa a pequenez dos nossos passos, se conseguirmos olhar à frente. Lá estará, sempre, o absoluto. Esse absoluto não pode estar aprisionado em nossas palavras e projetos, por melhores que sejam nossas intenções. Não há esperança sem utopia.

O que fazer, então, numa época que já foi chamada de “era da incerteza”? Como mudar o rumo dos acontecimentos quando já se vaticinou o “fim da história”? Pois bem, neste liminar de novo século e milênio, as incertezas persistem e o noticiário parece demonstrar a idéia de que a história não tem fim. Guerras, fome, miséria, dor. Entretanto, esses fatos e acontecimentos já permitem destacar qual será a essência do contraditório e marcará a era que se inicia. Embora os mesmos conflitos de interesse, os mesmos movimentos libertários e as mesmas crises de toda ordem, a natureza do contraditório mudou. O processo que está em curso não mais opõe nações ou ideologia. O que

está em causa é um lento, mas indiscutível e inexorável, processo do conflito de valores.

Ao longo de milênios, a humanidade construiu uma base comum ética que poderíamos qualificar como uma conquista da civilização, do espírito humano. Foram, progressivamente, incorporados valores que se tornaram universais, algum tipo de compromisso comum com o aperfeiçoamento de um estado de coisas e de relacionamento entre os seres humanos que ainda se supunha a idéia da solidariedade.

Temos um destino comum e não é possível a sobrevivência de uns às expensas do sofrimento e do avassalamento de outros. O patrimônio comum da humanidade, seja ele intelectual ou material, não pode ser objeto de apropriação, nem deve ser colocado a serviço exclusivo e singular de uns poucos. Existem direitos humanos fundamentais que não podem ser violados e devem constituir o parâmetro básico para a estruturação e o funcionamento da sociedade.

Para a construção desse sistema de valores, é evidente a contribuição das diferentes religiões que dominam o cenário do planeta: cristãos, judeus, islâmicos, budistas e tantas outras que reconhecem a essência do valor da pessoa humana. É em torno desse dado básico que, supõe-se, devam as relações sociais ser, agora, organizadas e estruturadas.

Há, entretanto, um dado básico que coloca em questão todo esse patrimônio cultural da humanidade. As forças emergentes – ou que pretendem tornar-se como tais – aquelas mesmas que vislumbram o fim do processo histórico – caminham em sentido exatamente oposto a toda essa construção milenar.

A exacerbação do individual, o pretensão direito a uma certa concepção de liberdade, a busca da satisfação e do enriquecimento material pessoal acabam por contrastar frontalmente os valores que tínhamos como definitivamente incorporados.

Por isso, não é lícito falar em fim da história, pelo menos no sentido que querem dar à frase. Estamos, sim, no limiar de uma nova era, onde um novo tipo de conflito estará a opor pessoas, nações e povos.

Creio ser legítimo afirmar que um embate se avizinha. De um lado, está o patrimônio cultural e de civilização acumulado ao longo de milênios e que preza nomeadamente, o valor humano – seja porque

o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, seja porque o destino da humanidade é incompatível com um estado de busca incessante da riqueza pessoal. De outro lado, estão às forças que julgam legítimo prevalecer o direito do mais forte, daqueles que devem herdar e serem os beneficiários dos bens acumulados ou que vierem a ser produzidos.

O século que se inicia, de certo modo, pode ser visto como um tempo de grandes desafios. Desafios que envolvem a involução histórica da humanidade a um estágio de descompromisso com o semelhante *versus* uma evolução no sentido do aperfeiçoamento e aprofundamento de valores que marcam a civilização até aqui construída.

O desenvolvimento das técnicas nos campos da informática, robótica e comunicação têm sido colocados a serviço do aceleração da acumulação e concentração da riqueza no plano universal, acentuando o fosso que separa os ricos dos pobres. Isso significa que os avanços científicos acabam por resultar num incremento da exclusão social.

Paralelamente a esse fenômeno, as forças planetárias emergentes se empenham em restringir, cada vez mais, os poderes inerentes à soberania estatal. Com isso, enfraquecem o potencial de ação do Poder Público na promoção do interesse coletivo. O novo papel que se desenha para o Estado é o de um agente mantenedor da ordem, por meio da repressão, e promotores de medidas que transferem poder político e econômico para os grandes conglomerados empresariais.

Institucionaliza-se, pouco a pouco, uma ordem internacional, sobretudo no campo econômico, que impede a criação de medidas de defesa do interesse interno coletivo das nações, principalmente as menos desenvolvidas.

A desregulamentação do setor financeiro coloca os Estados à mercê de um frenético movimento especulativo mundial, tornando impossível qualquer medida política que preserve a verdadeira função do setor, que é a intermediação dos haveres e sua alocação prioritária em setores que promovam o desenvolvimento equilibrado.

O avanço sistemático sobre o patrimônio público, por meio das privatizações a qualquer preço, e a transferência da riqueza coletiva, enfraquece o Poder Público, transforma-o refém de forças que obedecem unicamente à lógica do lucro e à acumulação do capital.

A mídia como um todo perde, progressivamente, a sua função informativa, para passar a exercer o papel legitimador dos interesses globalizados.

O mesmo fenômeno alcança o meio intelectual e acadêmico, com o esvaziamento da universidade pública e a incapacidade do Estado de levar a termo uma política de pesquisa tecnológica e científica capaz de atender ao interesse comum.

Esse estado de coisas vai, sistematicamente, minando as convicções e os padrões éticos de comportamento social, passando a imperar uma situação onde a lei do mais forte e a defesa do interesse pessoal são os únicos padrões a serem observados. Com isso, tem-se aberto o caminho para práticas de corrupção generalizada e impune.

Como não poderia deixar de ser, o sistema emergente, cada vez mais, precisa recorrer à força militar e policial para preservar os interesses. Parcela crescente da riqueza acaba sendo destinada à sofisticação dos instrumentos de guerra e de destruição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas essas preocupações permitem deduzir que o século que se inicia está marcado por um novo tipo de embate e de conflito de interesses. As forças emergentes pretendendo implementar uma situação única onde a única ação legítima é aquela voltada para o enriquecimento pessoal de uns poucos. Do lado de fora, uma sociedade civil desestruturada e desorganizada, que vê a sua qualidade de vida sendo progressivamente minada e se sente incapaz de reagir, até mesmo por não possuir a exata consciência do processo em curso.

O que fazer afinal?

Tamanho tem sido o avanço das forças emergentes, tal é a sua penetração em todos os campos da vida do ser humano, que os homens parecem ter perdido a capacidade de entender o processo a que estão sendo submetidos.

Portanto, o primeiro passo da reação seria a participação ativa num processo de disseminação de tomada de consciência do que está efetivamente a ocorrer. Sem isso, não haverá a menor possibilidade de organizar resistência em defesa dos valores superiores que devem guiar os passos da humanidade.

Essa é a grande oportunidade de construirmos um novo tempo, alicerçado nos mais nobres valores da fraternidade, da cidadania e da soberania. Fé e política não se resumem a catedrais e gabinetes. A pretensão eleitos por Deus e a pretensiosos, mesmo que eleitos pelo povo. Não se deve orar de frente para os altares e de costas para o povo. Nem realizar a política de gabinete, longe do povo e de costas para Deus.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, por intermédio de sua Comissão Episcopal para o Laicato, veio a criar o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, que funcionará aqui em Brasília.

A criação do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara tem como seu objetivo primordial contribuir para a formação de lideranças inseridas na política. O que se quer é que, a partir daqui, as lideranças cristãs tenham uma mais profunda formação em teologia, doutrina social e conhecimento bíblico. No fundo, o que se pretende é que essas lideranças tenham papel de protagonismo na construção de uma nova sociedade, mais justa, democrática, solidária e plural.

Não pode haver objetivo mais nobre. Sempre achei que era preciso unir mais atuação política e o pensamento cristão, levando em conta os valores do Evangelho e a doutrina social da Igreja. Essa reflexão é fundamental para que, depois, coloquemos esse aprendizado em prática. Na política, são tantos e tão graves os assuntos a que nos dedicamos, que a nossa tendência é nos concentrarmos apenas no mais imediato, no mais concreto, no material.

Recordo que o grande líder cristão que foi Dom Hélder Câmara pregava não desejar “que a Igreja fique, apenas, no uso das palavras. O dividir o pão, do rito religioso, não deve ser apenas um discurso, mas uma realidade”.

Como disse também o Papa João Paulo II, “não pode haver, na sua existência, duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada ‘espiritual’, com seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida ‘secular’, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do engajamento político e da cultura”. Portanto, fé e política são elementos que se atraem.

A razão para a instituição deste Centro pode ser encontrada, quem sabe, no capítulo bíblico que trata da Torre de Babel. Os seus passos,

entretanto, como contraponto, podem estar num dos capítulos do livro “Atos dos Apóstolos”: “Quando ouviram o barulho, todos se reuniram e ficaram confusos, pois cada um ouvia, na sua própria língua, os discípulos falarem. Espantados e surpresos, diziam: esses homens que estão falando, não são todos galileus? Como é que cada um de nós os ouve em sua própria língua materna? Entre nós há partos, medos e elamitas; gente da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frigia e da Panfília, do Egito e da região vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes. E cada um de nós em sua própria língua os ouve anunciar as maravilhas de Deus”. Em contraponto a Babel, onde pequenos “absolutos” não conseguiam se comunicar porque falavam uma língua que era só deles, o Cenáculo dos Atos nos apresenta homens de fé que não se acreditam donos da verdade e, por isso, sabem se postar diante do Absoluto que os ultrapassa e os fazem falar a mesma língua. Mister se faz voltarmos a aprender e a ensinar esse antigo idioma.

Louvados sejam todos os participantes desse novo Centro. Haverá, certamente, aqueles que, de fora, caçoarão e dirão: “Eles estão embriagados com vinho doce”. Não se importem: doravante, as ações praticadas nesta nobre missão também serão atos de apóstolos.

Essa iniciativa da CNBB vem ao encontro do que defendi ao longo deste pronunciamento. Temos de, cada vez mais, refletir profundamente sobre a encruzilhada em que nos encontramos. De um lado, a espiritualidade, a solidariedade, o amor e a colaboração. De outro, a ganância, o ódio, a indiferença e a insensibilidade. Temos de trazer essa discussão para a arena política do nosso País. É isso que penso.

Venho, em grande hora, de um grande movimento, de um grande debate. Vamos nos reunir todos, independentemente de idéias, de religião, do partido político. Aqueles que crêem numa sociedade humana, de formação real, aqueles que são contra o absolutismo, aqueles que defendem a verdade estão convocados para fazer deste milênio um milênio de paz, de ordem, de respeito, de carinho, em que as misérias diminuam e o bem social termine por vencer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Decisão do Supremo sobre CPI

(Pronunciamento em 6 de maio)

Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, prezados colegas, na quarta-feira, vivemos um dos dias mais significativos na história do Congresso e na história do Poder Judiciário brasileiro. Não me lembro de decisão tão significativa, tão marcante e tão definitiva com relação aos rumos do Congresso brasileiro como foi essa decisão que está no Supremo e que teve o voto do Relator Celso de Mello, um voto de três horas, um voto de profundidade, que acolheu a tese prevista na Constituição, que estabeleceu que um terço dos parlamentares é número suficiente para constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Ministro Eros Grau pediu vista, disse que estava disposto a votar de maneira diferente, mas, impressionado com os argumentos do Relator e com a defesa do extraordinário jurista Werner Becker, companheiro do Rio Grande do Sul, deu a entender que votará favoravelmente. Apesar do pedido de vista, fizeram questão de antecipar seus votos os Ministros Marco Aurélio de Mello, Carlos Aires Brito e Sepúlveda Pertence. Um quinto membro do Tribunal, o Ministro Gilmar Mendes, queria fazer o mesmo, mas o Ministro Nelson Jobim pediu-lhe que deixasse para fazê-lo quando do retorno do pedido de revisão.

Essa decisão é muito importante. Tenho dito e repetido que, para analisarmos se há uma democracia plena e se a democracia funciona estritamente em todos os seus contextos, há de se examinar a possibilidade de a minoria estar presente – essa possibilidade é requisito básico para isso. E a maioria das constituições democráticas do mundo traz

isso. Não é que um terço vá decidir, não é que um terço vá condenar, não é que um terço vá tomar providências contra a maioria. Não é a ditadura da Minoria. Mas a Minoria, ou seja, um terço, pode constituir e instalar a CPI. Cabe à Maioria, depois, boicotá-la, não deixar convocá-la, não dar quórum e fazer o que bem entender.

Entretanto, o que ocorreu neste Senado é que mais de um terço – um terço equivale a 28 assinaturas, e havia 39 – pediu a constituição da CPI. Esse pedido foi levado ao Presidente, que solicitou aos líderes que fizessem a indicação dos membros de suas bancadas. Os líderes da Maioria, do PT, do PMDB e sei lá eu de mais qual partido deram uma nota, a mais trágica que já vi – e tiveram a coragem de escrevê-la, assiná-la e publicá-la –, segundo a qual, a partir dali, para se constituir uma CPI no Senado, só com a concordância dos líderes da Maioria. E não adianta pedir, não adianta recorrer, não adianta haver 30, 40 assinaturas. Se os líderes querem, cria-se a CPI; se os líderes não querem, não se cria a CPI.

Fico impressionado com o fato de um senador apor a sua assinatura numa nota como essa. Fico impressionado por esses homens, responsáveis pela Liderança, assinarem uma nota fascista, ridícula e incompreensível, que estabelece: “Há CPI quando nós quisermos. Quando não quisermos, não há. Que se dane o texto da Constituição”.

Mais grave do que isso, só o Presidente do Senado que acatou. Mais grave do que isso, só o Presidente do Senado que não quis fazer as nomeações.

O Regimento da Câmara diz que, nas comissões, se os líderes não indicarem os membros, caberá ao Presidente indicar. O Regimento Comum do Congresso Nacional diz que, não indicando os líderes, caberá ao Presidente indicar. O Regimento do Senado Federal é omissivo, mas tem um artigo que diz que os casos omissos serão resolvidos buscando a simetria com o Regimento Comum e o Regimento da Câmara.

Mas, segundo a análise do voto do Relator, nem importa isso. O que importa é que o Presidente do Senado tinha a obrigação de fazer cumprir a Constituição e instalar a comissão.

O nosso querido Procurador-Geral da República, por quem tenho o maior carinho e o maior respeito – se me perguntarem hoje quem

é o homem público mais digno, mais correto, mais sério na história da República, direi que é o atual Procurador-Geral da República –, lamentavelmente ficará no cargo apenas por dois anos e não voltará; ao contrário do seu antecessor, que ficou oito anos e queria voltar – oito anos engavetando requerimentos e processos. O atual Procurador cumpriu seu mandato com uma dignidade extraordinária e não voltará ao cargo. Desde o primeiro dia, quando foi examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, disse que só queria ficar no cargo por dois anos. E sempre repetiu isso. Estranho que, mesmo assim, até por gentileza, penso que o Presidente da República e o Ministro da Justiça deveriam convidá-lo para ficar. O que sentimos, no entanto, é que estão doidos para que ele saia; o que sentimos é que o Governo Federal está louco para que ele saia para vir alguém que eles consigam moderar, porque esse eles não moderam; porque esse, na hora de denunciar o Sr. Jader Barbalho, ex-Presidente do Senado, assim o fez; na hora de denunciar o Sr. Antonio Carlos, também assim o fez. O Tribunal não aprovou, mas ele denunciou. Na questão referente ao presidente do Banco Central virar ministro, também ele denunciou. O Tribunal analisou diferente, mas ele denunciou.

Nesse caso, no entanto, S. Ex^a se equivocou, defendendo a tese de que caberia aos líderes indicarem, e o nosso mandato teria que ser contra os líderes. Não, teria de ser contra o Presidente. Quem cumpre a ordem de decidir é o Presidente. Quem falhou foi o Presidente, quem não cumpriu a decisão de cumprir a Constituição da República foi o Presidente. E eles determinaram: cabe ao Presidente indicar. Um voto de três horas. Nunca vi um voto tão completo. Nunca vi um voto tão claro. Nunca vi um voto tão preciso. Analisou nos mínimos detalhes, vírgula por vírgula, demoliu argumento por argumento, deixou a nu a posição do Presidente do Senado, qual seja, que ele tem de integrar, que ele tem de fazer valer o texto da Constituição.

Foram quatro os votos. O Ministro Eros Grau, um homem extraordinário, diga-se de passagem, pediu vista, argumentando que vai estudar com mais profundidade. Quero crer – ainda mais o Ministro Gilmar Mendes deixando claro o desejo de abrir o seu voto – que essa questão será aprovada.

E, volto a dizer: na minha opinião, Senador, é a decisão mais importante do Supremo Tribunal Federal envolvendo esta Casa. É o momento mais decisivo. Reparem que nem discutimos, não entramos no detalhe daquela comissão, não entramos com liminar querendo constituir aquela comissão. Despreocupamo-nos daquela comissão; preocupamo-nos com o instituto da comissão. Vai valer que o Presidente não precisa nomear e que os líderes podem dizer que não nomeiam, que não indicam e está terminado?

Se o Supremo Tribunal Federal tivesse acatado a ordem do Dr. José Sarney, que diz que ele não pode nomear porque os líderes não querem, acabam-se as comissões de inquérito. Acabou! Não há mais comissão de inquérito de interesse do País. Cria-se, sim, comissão de inquérito como a de ontem, por exemplo, uma comissão de inquérito que todo mundo quer para ver a questão dos imigrantes brasileiros no exterior.

Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, até cheguei a conversar com V. Ex^a sobre isso, no plenário desta Casa. Tinha dúvidas sinceras sobre se a autoridade a ser coagida era a figura do Presidente da Casa ou a figura do líder partidário. O que eu não tinha dúvida era de que em qualquer casa legislativa, de acordo com a tradição secular do Parlamento anglo-saxônico, que é a que seguimos, em se tendo um terço de uma casa legislativa, tem-se o direito de automaticamente instalar uma CPI. V. Ex^a toca num ponto nevrálgico, porque já fui Líder de Governo, V. Ex^a já foi, e, portanto, já vimos muita coisa acontecer nesta República. Já vi, quinhentas vezes, quinhentos governos dizerem assim: esta CPI, tendo ou não Fulano de Tal culpa no cartório – não estou entrando nem no mérito da ética –, não me convém, vou ganhar um certo tempo e depois faço; ou ela cai no esquecimento; ou, ainda, faço mais adiante, fora do foco da mídia. Isso aconteceu no Governo passado do qual fui Líder. Portanto, quero falar a V. Ex^a com sinceridade: nunca ouvi ninguém dizer que, sem a Maioria, não se faz CPI. Ou seja, ganhar tempo, já vi muito, mas desafiar, tentar desmoralizar o instituto da CPI, tentando fazer ficar desvalida a Minoria, que protege, portanto, o direito supostamente até de uma po-

pulação majoritária, é a primeira vez. Ou seja, esse esgar autoritário, pela tendência que se vê no Supremo Tribunal Federal, está sendo esmagado pelo voto deste Ministro extraordinário, verdadeiro juiz, que é o Sr. Celso de Mello, e por uma Suprema Corte que nos dá orgulho. Afinal de contas, puxa vida, não estamos sós! O povo brasileiro pode olhar para cima e dizer mais: não pensem que quebrar etapas e fazer o Sr. Meirelles ser julgado lá em cima é ajuda para o Sr. Meirelles, não; ao contrário, vai ser julgado com todo o rigor pela Corte mais dura do País, que é precisamente esta que a todos nos enche de orgulho, que é a Suprema Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O máximo a que esta Casa tinha chegado – mas, aí, é, com todo respeito, culpa dos senadores e deputados – era retirar assinatura. Isso sim. Vi muitas CPI, criei CPI com imensa maioria, entreguei na Presidência e, dois dias depois, quando ia ver, não tinha mais assinatura. Essa pressão para um senador retirar assinatura é absurda, mas é correta. Quer dizer, é incorreta, mas é legal. Retirando a assinatura, não se alcança o quórum de um terço dos senadores e, logo, não pode criar a comissão.

No entanto, não retirar a assinatura, criar a comissão, mandar os líderes indicarem os membros, eles não os indicam e o Presidente acata uma nota dos líderes? Isso é demais. É a nota mais fascista que já vi. Não me lembro de algo parecido nem durante a ditadura. Na ditadura, criamos a CPI sobre o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha – e não foi brincadeira, o Geisel era descendente de alemão. A CPI foi criada e o acordo foi votado após ter sido discutida e criticada duramente sua importância e necessidade para o Brasil, pois era um acordo muito caro.

Ouçó o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, quero fazer apenas uma pequena observação sobre a repercussão, ontem, na Comissão que presido, da convocação do Ministro José Dirceu. Veja bem, são 10 horas e 31 minutos, sexta-feira, e nenhum senador do Governo, do PT, veio ao plenário se congratular com o hoje Ministro

do Banco Central nem comentar a decisão tomada pelo Tribunal. Será que o Governo não quer defender o Sr. Meirelles? Não estava na conta do Governo a aprovação da medida? É esquisito isso. Quero informar à imprensa que acabei de receber a informação de que a Assessoria do PT está enlouquecida, procurando, em Brasília, um senador que venha ao plenário. Vamos ver, Senador Pedro Simon, se até às 11 horas chega alguém.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo a V. Ex^a que o PT não fez questão da decisão grosseira de fazer o Sr. Meirelles Ministro. Isso é mais uma pílula que ele teve de engolir.

O Presidente do Banco de Boston ganha uma aposentadoria que até agora não nos querem informar. O Senador Antero Paes de Barros entrou com um requerimento pedindo para saber os termos, pois não tem nada demais sabermos os valores. É verdade que dizem que a aposentadoria dele é muito alta, não sei quantos mil dólares por mês. Mas essa parte não nos importa. O que nos importa é que dizem que, em função do ex-Presidente ganhar essa aposentadoria, a direção do Banco de Boston deverá concordar com qualquer função dele no futuro. Isso significaria que, antes de ser Presidente do Banco Central, ele consultou o Banco de Boston. É verdade? Não sei. É mentira? Não sei. Mas a resposta, até agora, não veio.

Eu confio no Supremo Tribunal Federal. Acho que essa Corte dirá alguma coisa com relação ao Sr. Meirelles. E eu confio no Procurador. Todos estão falando, cobrando, mas vamos fazer justiça: não dá para dizer que o que se fala do Ministro da Previdência, se fala depois de S. Ex^a ter sido indicado ministro. Não vi nada de novo. Tudo que se está falando agora se falava antes de S. Ex^a ser Ministro. Não foi a bancada do PMDB e não foi a Executiva do PMDB quem indicou. Foram o Sr. Presidente do Senado e o Líder do PMDB que indicaram. E o Presidente Lula aceitou.

É verdade que, depois, em vista de críticas e mais críticas, colheram assinatura na bancada – não sei quantos, eu não assinei – em solidariedade ao Ministro que estava sendo criticado. Mas, já que o Presidente Lula não quis tomar uma decisão, acho que o destino do Ministro também está nas mãos do Supremo. Acredito que o Procura-

dor-Geral da República vai decidir, e eu confio muito na decisão de S. Ex^a. Se o Procurador achar por bem arquivar, eu me curvo, porque, na palavra dele, eu confio. Mas vamos ver o que vai acontecer.

Sr. Presidente, que a decisão de criar a CPI sirva de exemplo ao Congresso brasileiro. Não tenho nada a favor e nem contra o atual Presidente da Câmara – nada. Eu o conheço e tenho respeito por S. Ex^a. Pode-se analisar a sua presença naquele cargo sob mil aspectos, mas falarei de dois. Primeiro, S. Ex^a só é Presidente porque o PT quis. Faltou competência ao PT, e faltou um ato de grandeza ao Presidente Lula, já que o Chefe da Casa Civil é quem deveria fazê-lo e não o fez: chamar os dois candidatos do PT e dizer: “Um de vocês vai ser e o outro não vai ser”. Isso porque a Oposição só apresentou candidato no momento em que o PT se dividiu. Segundo, pode-se dizer o que quiser do atual Presidente da Câmara dos Deputados, mas estava na hora de termos um Presidente com alguma independência. Faz muito tempo que o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado são praticamente os porta-vozes do Presidente da República. O que se vota, o que não se vota, quando vota, quando não vota é decidido por um telefonemazinho do Presidente da República.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um rápido aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, o que contraria o Governo na figura do Presidente Severino não é a tão decantada e tão propalada fisiologia; é a independência. É bom que isso fique claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso que quero dizer. Diga-se o que se quiser do Presidente da Câmara, mas, depois de muito tempo, lá está um Presidente que tem independência. Que bom! Espero que, sob esse ângulo, o nosso Presidente do Senado também seja independente. Mas independente para valer, não no sentido de ver o que é bom para o PMDB, se o PMDB vai ganhar vantagem, se terá uma participação maior ou menor no Governo, se alguém do partido

foi nomeado para algum cargo e, conforme isso, agir com rigidez ou facilidade. Não! Presidente é Presidente, deve agir com independência, fazendo aquilo que deve ser feito.

Não agradeço ao Supremo Tribunal Federal, porque não agradecemos aquilo que se faz por obrigação, mas digo que me orgulho da decisão tomada, na pessoa do bravo Nelson Jobim, Presidente daquela Casa. Levo a satisfação, a alegria, o júbilo do Senado Federal e tenho certeza de que, ouvindo pela TV Justiça, muitos brasileiros se orgulharam e se emocionaram, na quarta-feira, com aquela decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cúpula América do Sul-Países Árabes

(Pronunciamento em 9 de abril)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não há como deixar de reconhecer a grande importância do encontro que se iniciará amanhã no Brasil. O Itamaraty, que vem atuando com grande destaque e que merece respeito pela capacidade e competência dos seus quadros, realiza uma reunião que, me parece, marcará um fato muito importante no relacionamento internacional dos povos.

Reunir as lideranças da América do Sul com as lideranças do mundo árabe para debater, discutir, conhecer e estudar propostas de ação conjunta para o futuro é algo que não se poderia imaginar e que, no entanto, tem absolutamente tudo para dar certo. Um encontro em que o Brasil terá a capacidade de dialogar com os povos desses dois continentes e de reunir em torno de uma proposta positiva. Não há nada que se possa dizer que o encontro é para se tomar posição de independência com relação aos Estados Unidos ou coisa que o valha. Não há nada que tenha de se imaginar que é algo relacionado a Israel ou coisa que o valha. Não há nada disso. É uma reunião para confraternizar esses povos e buscar, repito, uma agenda positiva, para que se conheçam melhor, para que possam negociar melhor e se integrar melhor.

Nós, brasileiros, não só os brasileiros, os argentinos também e muitos países da América Latina, tenho certeza, muitos e muitos árabes, nesses últimos tempos, vieram para cá. Vieram em busca de oportunidades, chance, conhecimento e entretenimento. E posso dizer que a confraternização existente entre o mundo árabe e o Brasil, sei

que o mesmo acontece na Argentina, Colômbia, Uruguai e em vários outros países da América, formando uma integração, uma convivência fraterna que faz com que, por exemplo, a identidade, o intercâmbio, a confraternização entre os brasileiros e os descendentes de árabes aqui no Brasil com os povos que lá estão seja o mais intenso e o mais profundo.

Por isso, essa reunião não vai encontrar pessoas que possam parecer, pela distância, que são mundos que não se entendem, não se compreendem. Já existe uma imensa perspectiva dentro do Brasil e na América Latina para esse diálogo com o mundo árabe. E creio que fruto da recíproca dos sul-americanos, que têm visitado o mundo árabe, há uma imensa expectativa nesse diálogo. Há muito que nos une. A América do Sul é um continente rico em bens naturais, tem petróleo, tem minério, tem agricultura, um povo ótimo, todas as condições para crescer e progredir. No entanto, é uma zona pobre onde o índice de miseráveis é imenso, onde o seu desenvolvimento está muito aquém daquilo que necessita.

O mundo árabe é conhecido pela riqueza do seu petróleo, pelos bilhões de dólares que rolam em torno do seu petróleo, das guerras que são feitas em torno do seu petróleo, das disputas que são forjadas e das invejas internas por causa do seu petróleo, e por causa disso tem condições imensas de progredir, crescer e se desenvolver, mas, na verdade, não conseguiram esse estágio e são países caracterizados por uma diminuta porção que tem a riqueza detentora do petróleo e do poder e uma imensa maioria que vive num regime de muita injustiça social e muito distante daquilo que se preza para nações que mereçam respeito.

Então são dois continentes que têm condições de crescer, têm riqueza, têm gente, mas são dois continentes que têm miséria, que têm fome e têm injustiça social. Esse intercâmbio se dá no sentido de dialogarmos e de somarmos nossos esforços na busca de valorizar os países em desenvolvimento, de modo que essa aproximação, a chamada globalização, não seja feita somente pelos poderosos, pelos banqueiros, por aqueles que detêm o poder, mas que seja feita também – e esse é um exemplo claro – por aqueles que estão num nível intermediário, por aqueles que estão longe do poder e da força.

Vamos fazer essa globalização – é a proposta do Brasil –, uma globalização do entendimento, do diálogo, do respeito, do conhecimento, do entrelaçamento, favorecendo a ajuda mútua entre os povos.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a é também descendente dos levantinos. Manifesto minha satisfação de ver que, no Brasil, com dez milhões de descendentes de sírios e libaneses, há um clima de paz completo com outras nacionalidades. Louvo principalmente o espírito do árabe, do sírio, do libanês, pois chegam aqui e, na geração seguinte, estão inteiramente entrosados conosco, já são brasileiros, diferentemente de outras nacionalidades que aqui vivem, mas não se miscigenam nunca. Esses irmãos nossos, depois daquela viagem do Presidente Lula, em que foi feito o convite, estão muito mais entrosados conosco, e o nosso comércio mais do que dobrou. Na sua pessoa, Senador Pedro Simon, saúdo todos esses descendentes, que criam e geram riquezas no Brasil e que são brasileiros na construção de um Brasil maior. Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

As felicitações, eu as dirijo às cúpulas da América Latina e dos países árabes, que entenderam o fato e lhe deram importância.

É muito raro – não me recordo de um antecedente a curto prazo sem a intermediação da ONU, nem da FAO, nem dos Estados Unidos, nem dos grandes países – um encontro de duas comunidades tão importantes, como a da América do Sul e a do mundo árabe, reunindo-se dessa forma. E, repito, reúnem-se para o diálogo, para o entrosamento, para o entendimento; reúnem-se para, juntas, somar as suas potencialidades e diminuir as suas fraquezas.

O Brasil tem muito a receber do mundo árabe e tem muito a oferecer ao mundo árabe. Um país como a Argentina tem muito a oferecer e muito a receber. Muitos entendem que a nossa América Latina, a nossa América do Sul, é destinada permanentemente a uma posição terciária, como terciária também muitos acham que é a posição destinada à África. No entanto, creio e confio que, no mundo moderno, com os métodos de comunicação de que dispomos, com a liberdade e a valorização da pessoa humana atingindo todos os recantos, have-

remos de ver que não será um privilégio apenas das nações ricas e dos homens brancos a oportunidade de ser livre, de ter cultura, de ter capacidade, de ter saber e de progredir.

Este milênio haverá de marcar o desaparecimento dessas cruéis diferenças. Este século haverá de marcar a diferença estrondosa entre uns tão ricos e outros tão pobres. Fico contente com a presença do Presidente argentino a esta reunião, que, hoje, se inicia com um jantar entre o Presidente argentino, o Presidente da Venezuela e o Presidente brasileiro, com o objetivo de se entenderem, definindo caminhos e fórmulas comuns para a reunião que amanhã haveremos de travar. Considero esta a reunião mais importante de todas as que fizemos no Brasil em todos os tempos, a reunião mais corajosa e mais ousada.

Não me passa pela cabeça, como alguns possam estar a imaginar, que seja uma questão de hegemonia, de o Brasil querer ser mais. É uma questão, sim – isso vale como no tempo de Rio Branco – de termos coragem e disposição, o que vai ao encontro do espírito brasileiro, que é um espírito de paz, de respeito e de compreensão. Não estamos buscando a hegemonia, e enganam-se aqueles que pensam assim. O Brasil, ao longo da sua História, já demonstrou querer a igualdade; quer ser gente, mas quer que, ao seu lado, todos sejam iguais.

Não queremos ser um País imenso, forte e rico, cercado de uma América Latina pobre e injustiçada. Queremos que toda a América Latina progrida, que se desenvolva e avance, e nós ao seu lado. Dialogamos com o mundo árabe. Queremos que haja esse diálogo, que, agora, começa entre dois mundos, realmente com força, no que tange às condições materiais, mas sem o respeito da humanidade quanto a seus direitos e a seu futuro.

Esta reunião será um marco, e tenho a convicção de que continuará. Outras haverão de se fazer, pelo que ela significa.

Trago aqui o meu abraço muito fraterno ao Ministro das Relações Exteriores, por quem tenho o maior respeito e a maior consideração. Penso que S. Ex^a vem agindo com capacidade e competência. Meu abraço ao Itamaraty e minhas felicitações ao Presidente Lula, por ter aceitado uma proposta tão significativa e corajosa com essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Críticas ao Ministro Jucá e ao Presidente do BC

(Pronunciamento em 17 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ocupo esta tribuna para fazer um pronunciamento, dirigindo-me a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

Fui daqueles brasileiros que receberam com otimismo, alegria e vibração a vitória de Luiz Inácio da Silva. Fui daqueles que acreditaram que, ali, teríamos as transformações sociais que o Brasil defendia e faríamos isso pacificamente, pelo voto popular. E um Presidente digno, correto, decente, cujas origens sociais eram um atestado real de sua capacidade, comprometido com a Nação, faria o Brasil caminhar ao rumo que há tanto tempo desejávamos.

Ocupo a tribuna hoje, Sr. Presidente, para dizer ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que seu Governo vive uma situação séria. Não me identifico com o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que vai para as manchetes dizer que Lula vive uma crise institucional, que o Brasil está em perigo, igual ao de 1964. Não é verdade. Em 1964, houve um diabólico golpe de Estado preparado pela Direita, pelo governo dos Estados Unidos e pelo regime militar.

Hoje, não está acontecendo isso. Hoje, vivemos num regime que tem democracia, vivemos num regime que tem liberdade, e me atrevo a dizer que vivemos num regime em que praticamente todos torcem para que o Governo dê certo.

Meu amigo Lula, todos erram, e tu erraste ao escolher 19 candidatos a governos de Estado e ao Senado Federal, que não se elegeram,

colocando-os como ministros, em vez de escolher os mais capazes e os mais competentes dentro ou fora do teu partido. É uma coisa que passou.

Que tu acertaste na política internacional, aproximando-se da África, do Oriente Médio e da América Latina, tendo uma voz corajosa e respeitada, é verdade. Mas há algo, meu amigo Lula, com o qual tu não podes brincar, que é a arma mais importante, a força maior que tem o PT e tu, meu amigo Lula: a tua credibilidade, a tua honorabilidade, a tua seriedade, a tua dignidade, a confiabilidade que o País tem. Tu és um homem de bem, que faz o que deve ser feito.

A essa altura, perdoa-me. Primeiro, o Lula disse que as notícias com relação ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Previdência eram notícias de jornais e que não se conseguiria fazer nada a partir de uma notícia de jornal.

Agora não! Agora, o Procurador-Geral da República, depois de ter dado ao Ministro 15, 20 dias para se defender e apresentar as provas que quisesse, ofereceu a denúncia. E a denúncia foi aceita.

É o Tribunal que aceita que o Presidente do Banco Central tenha *status* de Ministro, e o Procurador-Geral da República denuncia o Ministro pedindo a abertura de suas contas. E ele continua no Banco Central.

Olha, meu amigo Lula, fui Líder do Governo nesta Casa durante todo o Governo do Itamar. Criamos uma CPI para apurar as crises no Orçamento, os chamados “Anões do Orçamento”. Muitos tinham sido contra a criação daquela CPI. Como? Tivemos uma CPI que cassou o Presidente da República. Agora, vão querer fazer outra? Agora que o Governo está começando? Fui eu quem defendi a sua instalação: se tem assinatura, é verdade, e os fatos existem, vamos fazer. E foi feita.

Lá pelas tantas, houve uma acusação contra o Chefe da Casa Civil do Governo Itamar Franco, convocando-o para depor na CPI. Reunimo-nos, o Itamar, o Chefe da Casa Civil e eu. E ele, por conta própria disse: “Como ministro, não vou depor”. Renunciou, entregou o cargo e veio depor como cidadão comum. Veio depor como ex-ministro. Não precisou o Itamar lhe pedir; não precisou a imprensa cobrar o que iria acontecer – o Chefe da Casa Civil está sendo chamado para depor na CPI. Ele, por conta própria, renunciou e veio depor aqui. Foi aplaudi-

do de pé na CPI, foi absolvido na CPI e voltou para a chefia da Casa Civil.

Primeiro, o Lula disse que notícia de jornal é notícia de jornal. Que não vai demitir ninguém por notícia de jornal. Tudo bem. Segundo, o Procurador aceita a denúncia, faz a denúncia. Hoje, temos um cidadão que é réu por parte do Subprocurador. O que é que o Lula vai esperar? Vai esperar que seja condenado e, então, quem demitirá será o Supremo? Vai esperar a condenação do Supremo para demitir ou vai ele mesmo pedir o afastamento? Não estou dizendo que ele é culpado. Não posso garantir nem que o Ministro da Previdência é culpado nem o Presidente do Banco Central. Ele ainda não foi julgado. Mas o que posso dizer é que o Presidente do Banco Central e o Ministro da Previdência têm de ser cidadãos acima de qualquer dúvida, com uma honorabilidade, com uma seriedade. E as manchetes diárias do jornal, e a acusação e a denúncia feitas pelo Procurador não tornam essas pessoas dignas de credibilidade. Há uma interrogação enorme em cima do nome deles.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte.

Poderão até voltar, poderão. O Tribunal poderá absolvê-los, e, se o Supremo absolver, o Presidente da República poderá reconduzi-los de volta com honra e troca de foguete. Mas enquanto não acontecer isso... Em primeiro lugar, o Ministro devia fazer como fez o Ministro Hargreaves, que foi lá e, quando começamos a fazer o que íamos fazer, antecipou-se: “Presidente, eu não vou à CPI depor como Ministro. Eu largo o Ministério e vou depor como cidadão”. O Ministro tinha de fazer isso. A não fazer, cabe ao Presidente da República.

Falando nisso, está aqui depondo, na Comissão do Senado, o Procurador-Geral da República. Tenho dito, querido Senador Mão Santa, que, neste Brasil de interrogações, de dúvidas, que faltam referências – não temos mais um Dom Hélder, não temos mais um Dom Evaristo, não temos mais um Presidente da OAB ou um Presidente da ABI como tínhamos antigamente –, a maior referência moral, ética e digna deste País é o Procurador-Geral da República. Ele disse, quando assumiu, que completaria dois anos no cargo e depois não voltaria. Agora

ele está dizendo que não vai voltar. Está limpando as gavetas para não voltar.

Mas eu não vi, até agora, uma palavra do Presidente da República apelando para que ele fique. Se me perguntarem quem foi que colaborou mais com o Governo do Lula, eu direi que foi o Fonteles, seja denunciando, seja assustando os outros. Por isso está todo mundo querendo andar direito, porque se não fizerem isso, está lá o Fonteles.

O que estranho, Sr. Presidente – mas acho difícil que S. Ex^a aceite –, é que não tenha saído uma notícia nos jornais, um pedido do Presidente para que ele fique. Parece até que estão loucos para vê-lo pelas costas. Talvez estejam pensando em trazer o Brindeiro de volta. Já não tem tanta gente do Governo Fernando Henrique que está no Governo! O arquivador-mor, Sr. Brindeiro, poderia até voltar!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, votei no Presidente Lula, ajudei o PT a vencer as eleições no Piauí e lembro que o PMDB fazia almoços. Lembro também que o Líder Mercadante – lá estava e eu, com a franqueza do Piauí – disse: se há uma pessoa que representa o PMDB e deva ser ministro é Pedro Simon. Esse tem de ser! Aí vieram as mágoas da derrota do PT no Rio Grande do Sul... Eles se esqueceram das virtudes do Rio Grande do Sul, de Bento Gonçalves, da Farroupilha, de Alberto Pasqualini, de Getúlio e o Pedro Simon...! Agora, o que tenho a dizer é o seguinte: Senador Pedro Simon, eu entendo que uma autoridade não pode ser suspeita! Ela tem de ser é acreditada, como V. Ex^a o é! E hoje eu sigo o encantado velho no fundo do mar, Ulysses, que disse: “Ouça a voz rouca das ruas!” E a voz rouca das ruas diz que não quer mais o PT porque este País está na desordem!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu dou um conselho ao meu bom amigo Presidente Lula, um conselho de irmão franciscano: “Pare para pensar. Olhe a sua história, a sua biografia, olhe as suas lutas, lembre de quem veio do Nordeste e de quem, em São Paulo, do nada construiu uma personalidade. Que, num País que nunca teve

um grande partido, construiu o primeiro partido de trabalhadores do mundo. E que perde uma, perde duas, perde três, mas vai adiante e ganha a eleição”. E a Nação inteira depositou a sua confiança em Sua Excelência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esse é um momento que o Presidente Lula não pode titubear, porque aí vão começar a aparecer... Já estou vendo o Líder do PT aqui no Senado dar a seguinte manchete no *Jornal do Senado*: é um fato isolado. E agora se referindo a outra no Correio, é um fato isolado e já foram tomadas providências.

De providência em providência, lá na Casa Civil, ali na Previdência, lá no Banco Central, aqui no Correio, de Previdência em Previdência, o Lula perde o seu patrimônio, que é o patrimônio moral, o patrimônio da dignidade, o patrimônio da seriedade que ele tem, mas que tem obrigação de botar em jogo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Apenas uma frase, Sr. Presidente, se me permite. Gostaria de transmitir ao Senador Pedro Simon que considero importante que o Presidente Lula possa ouvir a manifestação de V. Ex^a, hoje, como quem esteja ouvindo a reflexão de uma pessoa que, eu sei, tem o Presidente Lula como um amigo. V. Ex^a, Senador Pedro Simon, é uma pessoa que soube contribuir positiva e construtivamente junto ao Presidente, antes de ele ser Presidente e agora também como Presidente. É apenas isso que eu gostaria de lhe transmitir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente Lula, Sr. Presidente, está nas minhas orações diárias. Como um bom franciscano, é por ele, à noite, que rezo em primeiro lugar. Que ele acerte, que o Espírito Santo lhe oriente e que ele siga o bom caminho.

E digo para V. Ex^a, com toda sinceridade – e tenho dito isso por onde tenho andado –, ainda tenho credibilidade no Presidente Lula. Não vi nenhum fato que me diga que Sua Excelência... Vejo o seguinte, um cidadão que passou o que ele passou, veio de onde veio,

chegando a Presidente da República, acho normal que esteja pensando em reeleição. Não me passa pela cabeça que o Presidente Lula esteja preocupado ou queira que aconteça um escândalo, no Correio, na Petrobrás ou onde quer que seja durante o seu Governo. Essas coisas estão saindo à sua revelia, essas coisas estão acontecendo porque tem gente fazendo à revelia do Presidente. Está na hora de ele assumir o comando e dizer: na dúvida, caia fora. No momento em que ele disser o primeiro “na dúvida, caia fora”, tenho certeza de que as coisas vão mudar.

Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres. Será um aparte rápido e brilhante, diga-se de passagem.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, não poderia esperar outra atitude de V. Ex^a, pois V. Ex^a dispensa referência. Todo o Brasil o conhece. A preocupação sua e o sentimento seu são os mesmos meus. Não sinto nenhuma alegria quando vejo esse início de degrading moral do Governo. Espanta-me que o Presidente não reaja a isso. Ele está trocando o apoio das bases no Congresso pela ruína da sua base moral. Ele pensa que isso não tem um preço? Ele pensa que isso vai ocorrer sem que haja nenhuma consequência para o Governo e para o Brasil? Senador Pedro Simon, oxalá o Governo e o PT prestem atenção ao discurso de V. Ex^a, porque o que está acontecendo é muito grave. O Governo não percebeu que grande parte dessa base que o apóia é uma base podre e que ele não se sustenta num alicerce podre. Ele tem de se sustentar em suas bases éticas, com o respeito da sociedade brasileira, o qual o Governo está perdendo. Como é que os petistas honestos, como disse Clóvis Rossi hoje, não percebem isso? Parabéns, Senador Pedro Simon!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse fazer chegar ao Presidente da República uma cópia deste pronunciamento, dizendo que o mando do fundo do coração, mas com a alma aberta, rezando e pedindo a Deus que o oriente, para que Sua Excelência faça aquilo que deve fazer e que o Brasil espera. O Presidente terá de ser a grande liderança, porque, se o Lula der errado, vamos perder o direito de ter esperança, não

vamos ter nem o direito de ter esperança. Por isso, é importante para toda a Nação que o Lula dê certo e, se Deus quiser, dará certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Elogio a Cláudio Fonteles

(Pronunciamento em 19 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é normal – e que bom que seja assim! – que, depois da sessão de ontem, tenhamos uma sessão de paz, de concórdia, de reflexão, onde de certa forma nos perguntamos: mas eu estava lá mesmo? Por que não fiz alguma coisa para que aquilo não acontecesse?

A política é assim. Num determinado momento, pode ser o grupo social mais importante, o mais capaz, o mais competente, se perde o controle, ninguém mantém o equilíbrio.

Hoje estamos aqui. Ouvimos o excepcional pronunciamento do Senador Cristovam, uma das pessoas que merece respeito e admiração e que se tem mantido em uma posição impecável. É PT, mas todos sabem que a sua linha de ação e o seu pensamento não é isso que está aí. Vem o Cristovam dizer, embora brincando, que foi o único ministro demitido por telefone. O Presidente estava no exterior e lhe telefonou comunicando que ele não era mais ministro. Mesmo assim, ele mantém a serenidade, mantém o equilíbrio e a vontade de ajudar o seu Governo.

Acho que quando ele se dirige ao Presidente e chama a atenção do Presidente para aquilo que foi a bandeira de campanha do Presidente; quando ele chama a atenção do Presidente para a hora que estamos vivendo e para uma saída da crise que estamos vivendo; quando chama a atenção do Presidente para o fato de que as promessas de campanha merecem uma palavra do Governo, seja para cumpri-las, seja para

argumentar porque não podem ser cumpridas... Leia, Presidente, leia o discurso do Senador Cristovam.

O mal, às vezes, dos presidentes é que eles se cercam dos que estão em roda. Às vezes, eles não se cercam dos que estão em roda, mas alguns integrantes do partido rodeiam o Presidente, e ele não tem como sair do meio deles.

Eu tenho visto, ao longo da minha vida, que, nessas horas, as pessoas que deveriam dar um passo, avançar, ir ao encontro do Governo para orientá-lo, aconselhá-lo, debater com ele, esclarecê-lo, dar-lhe a sua opinião, esses ficam tímidos, discretos na sua posição, enquanto os outros, os ousados, os que nomeiam o certo e o errado, os que aconselham, que dão palpite, que estão nas páginas dos jornais, esses entram pelo gabinete adentro e enchem os ouvidos do Presidente. Muitas vezes, não sobra para o Governo a serenidade e a tranqüilidade para ver onde está a verdade.

Eu tenho, de política, a idade do Lula. E sou teimoso. Eu venho a esta tribuna, mais uma vez, para dizer ao Presidente Lula que a pessoa mais importante na vida política deste País hoje é o Procurador-Geral da República. Não é ninguém mais. Não é o Ministro da Fazenda. Não é o Presidente do Banco Central, processado no Supremo Tribunal Federal. Não é o seu Chefe da Casa Civil, que ainda não disse a que veio. A pessoa, neste Governo, que tem nota dez, que cumpriu integralmente a sua missão, o melhor amigo do Presidente, o que foi mais leal ao Presidente e a este País se chama Dr. Fonteles. É verdade que alguns poderão perguntar: “O senhor pensa que foi leal ao Presidente? Ele denunciou o Ministro da Previdência, que está sendo processado!”

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Permite-me V. Ex^ª um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei um aparte.

“Ele denunciou o Presidente do Banco Central, que está sendo processado. Ele denunciou o ex-Presidente do PMDB, o Deputado Federal pelo Pará, que está sendo processado!”

Sim, na verdade este é um Procurador que, ao contrário daquele do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ficou oito anos, com quatro reconduções, não é engaveteiro.

Fizemos CPI extraordinárias! Apontamos, neste Congresso, escândalos monumentais! E o Sr. Brindeiro os guardou na gaveta. A fama de *pizza* que tem o Senado Federal, ele não a merece, porque as nossas CPI concluíram os trabalhos, mas o Procurador os guardou na gaveta. Este, não. Este mandou arquivar porque não tinha nada contra, quando o PFL e o PSDB entraram com um processo-crime contra o Presidente Lula, pelo pronunciamento que ele fez, no qual teria dito que um membro do alto escalão do Governo ter-lhe-ia afirmado que nas privatizações havia grande corrupção, e o Presidente lhe teria perguntado se havia dito para mais alguém. O indivíduo teria respondido que não, mas o Presidente o teria advertido: “Não fale para mais ninguém!” E o PFL considerou que isso era crime, porque o Presidente tinha sido chamado à atenção sobre uma denúncia, um escândalo, e tinha mandado arquivar. O Presidente não cometeu o crime e o Procurador-Geral da República teve a capacidade de anotar que o Presidente da República ali não quis dizer que queria arquivar, não quis dizer que ia arquivar, que não queria buscar a denúncia; quis apenas dar a entender que aquela não era a hora. Tinha ali na hora o Procurador-Geral da República um argumento para fazer uma crise monumental, denunciar o Presidente da República porque, na verdade, ele falou na televisão e todo mundo assistiu. E poderia abrir um inquérito, iria abrir um processo de responsabilidade que estaríamos debatendo até agora. Mas o Procurador teve grandeza. Ele viu que ali o sentimento do Lula não era aquele, o pensamento do Presidente não era arquivar, e arquivou: “Arquive-se. Não tem nada que se possa levar adiante”.

Esse Procurador, digamos cá entre nós, meu bravo Líder, imagine se não fosse esse Procurador, imagine se fosse o Geraldo Brindeiro que tivesse arquivando, o que estaria acontecendo neste Governo? Lula tem de agradecer a esse Procurador pelo fato de ele estar denunciando, e não acontecem escândalos a mais neste País porque os ministros, porque os chefes das autarquias de sociedades de economia mista sabem: “Vou me comportar direito, porque, se alguma coisa acontecer com esse Procurador, sou processado”.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Pedro Simon, eu estava inscrito para falar, e o tempo não vai me permitir. Eu vou fazer um aparte a V. Ex^a e solicitar que a Mesa considere o meu discurso como lido. O meu pronunciamento de hoje era exatamente na linha do que fala V. Ex^a, no sentido de que o Dr. Cláudio Fonteles reconsidere uma decisão já anunciada, inclusive diante de apelo feito por V. Ex^a para que ele pudesse continuar na Procuradoria-Geral da República. Eu não tenho a menor dúvida de que um dos grandes acertos que nós, constituintes de 1986 e de 1988, fizemos foi conceder a autonomia, a independência funcional, ao Ministério Público. O Ministério Público já escolheu os seus nomes. Já elegeu os nomes em lista tríplice. O Presidente não é obrigado a seguir a lista tríplice do Ministério Público. S. Ex^a pode encaminhar ao Senado qualquer nome. Existem boatos que circulam nos corredores desta Casa – não são informações oficiais, e por isso, não dá para dizer que ouvi isso de alguém, desta ou daquela autoridade, ou seja, existem situações extremamente preocupantes. Existem situações, falando em português claro, que dizem que há influências de advogados, amigos do Chefe da Casa Civil, que querem indicar o futuro Procurador-Geral da República. Se o Dr. Cláudio Fontelles disser “sim” ao Brasil, essa situação não poderá se perpetrar. Essa indicação não pode ser do José Dirceu. Com muita sinceridade, um dos grandes males do Lula é que Sua Excelência não exerce a autoridade. Sua Excelência está na Presidência da República e não exercita a sua autoridade de Presidente da República. Sua Excelência chega a causar dúvida se é o José Dirceu que é *ad nutum* ou se é o Presidente da República que pode ser demitido pelo José Dirceu. Os Poderes da República dependem todos do José Dirceu. Os comentários são que o advogado, considerado como o primeiro amigo, como o maior amigo do Ministro José Dirceu, é que pode indicar o futuro Procurador-Geral da República. Ele vai ter de ser sabatinado aqui, vai ter de passar aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E pode cair aqui.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – E pode cair aqui. Quero engrossar o coro com V. Ex^a, no sentido de que o Procurador Cláudio Fontelles, por amor ao Brasil e ao Ministério Público, possa

repensar a sua posição. Repensando a possibilidade do “fico”, não tenho dúvida nenhuma de que o Senado da República respaldaria esse “fico”. Preocupa-me que essas ligações existam. Aí, não é o caso de colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, mas colocar o amigo da raposa para tomar conta do galinheiro. E uma das maiores conquistas da sociedade brasileira é o funcionamento do Ministério Público, que é criticado infinitamente mais por suas virtudes que por alguns excessos que possa cometer. Então, solicito à Senadora Heloísa Helena que registre o pronunciamento que eu faria nesta tarde nos *Anais* do Senado da República. Agradeço o aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Volto a repetir, nobre Senador, que o Procurador da República insiste em dizer que não aceita. Companheiro Mão Santa, quando ele esteve nesta Casa depondo para nós, na hora em que foi escolhido por unanimidade, ele disse: “Eu fico por dois anos, só por dois anos, porque acho que o cargo deve ser renovado”. E durante os dois anos, ele sempre repetiu que ficaria no cargo por dois anos. Até ontem, quando esteve no Senado, ele repetiu: “Fico até o dia 30 de junho”.

O nosso Procurador da República é um homem fora da média. Eu poderia dizer que ele é um franciscano, mas franciscano, católico, cristão ou seja qual for a religião, há homens bons e ruins. Isso não significa nada. Ele é uma pessoa excepcionalmente acima da média. É um homem que se decide ao bem comum 24 horas por dia. Na sexta-feira à tarde, no sábado e no domingo, ele faz obras de assistência social e dá aulas na Comunidade de São Francisco. Ele anda, permanentemente, com gente humilde, com gente simples. Ele não passa o tempo lendo livros nem conversando com colegas nem coisa alguma. O tempo que seria destinado ao seu lazer ele dedica, de corpo e alma, às pessoas que precisam.

Eu não sei, mas, apesar da enfática fórmula como ele diz “eu não fico, nada me fará ficar”, creio que, se o Lula o chamar e se o Presidente da República disser: “Olha, meu amigo, você, Fontelles, é a única unanimidade deste meu Governo. Eu preciso de ti; o Brasil precisa de ti. Eu preciso de ti porque você é a pessoa que tem a imparcialidade de ver todos os atos do meu Governo; preciso de ti porque quero ter mais

dois anos, e quero ser candidato à reeleição, e preciso de alguém que me oriente no sentido do que está errado, alguém que não precise nem falar comigo como você não tem falado. Você fala comigo na hora em que você está despachando processo, manda arquivar aquilo que não tem nada contra mim ou manda abrir o processo naquilo que acha que está errado”. Se o Lula fizer isso, se fizer esse apelo, tenho a convicção de que o Fontelles aceita.

O que me machuca, o que não consigo entender é o fato de o Lula não ter feito uma cena até agora, de o Governo não ter tomado uma providência até agora, não ter feito uma insinuação até agora de que gostaria que o Procurador ficasse. Pelo contrário, disse o nobre Senador, ele fez um trabalho normal. Já tem as três indicações, os nomes já estão indicados.

Mas não tenho dúvida alguma! Alguém poderá responder: “Mas já reunimos a classe!” A classe já escolheu os cinco nomes, e, desses cinco, três serão enviados ao Presidente para que escolha quem quiser.

Mas tenho certeza absoluta de que se o Presidente da República disser à classe: “Olha, estou com vontade de pedir ao Procurador atual que fique!” Os três primeiros são os primeiros a aceitar.

Pelo amor de Deus, que continue! Pelo amor de Deus, que fique! Porque a classe toda deseja que o Fontelles fique.

Se o Presidente Lula chamar o Procurador Fontelles e lhe fizer um apelo para que fique e ele não ficar, é outra questão. Isso soma para o Presidente Lula. O Presidente Lula mostrará à Nação que fez o que deveria fazer. Foi ao Procurador, fez um apelo a ele, dizendo: “Preciso que você fique”.

Creio que se fizer isso o Procurador fica. Se não ficar, o que não acredito, é problema dele. Mas o Lula teve um gesto excepcional de grandeza. Soma ao Presidente Lula o fato de pedir que a pessoa mais competente, mais responsável, de maior credibilidade no seu Governo fique. Mostra que tem grandeza o Presidente Lula, porque, se o Procurador denunciou o Ministro da Previdência, é porque tinha razões. E o Tribunal vai julgar. E, se denunciou o Presidente do Banco Central, é porque tinha razões. E o Tribunal é que vai julgar.

É difícil encontrar, num País como o Brasil, onde só vai para a cadeia ladrão de galinha, num País onde a corrupção anda por todos os lados, num País onde o próprio Presidente do Supremo Tribunal diz que a Justiça não funciona como devia, um procurador como ele. Numa hora como esta, depois de oito anos de Brindeiro, de gaveteiro, aparecer um procurador que é o máximo que se poderia imaginar na honra, na dignidade, na santidade, na honradez, na capacidade de fazer, na imparcialidade de fazer, e não aproveitarmos, e nos darmos ao luxo de deixar um homem desses ir para a casa, não nos esforçarmos e dizermos que esse homem tem de ficar! Eu não quero participar desse absurdo. Eu lutarei até o dia 30 para que o Presidente Lula faça o apelo para o Procurador ficar.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

Iniciei o meu discurso felicitando-o pelo excepcional pronunciamento que fez e que me emocionou.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado. Mas, aqui fora, senti-me muito honrado, assistindo pela televisão. Quero dizer, Senador Pedro Simon, que V. Ex^a está dando aqui hoje uma contribuição ao Presidente Lula que poucos talvez percebam. V. Ex^a está dando uma contribuição ao Presidente Lula, está inclusive fazendo um gesto que, neste momento, teria uma importância muito grande, quando tantas suspeitas estão existindo em relação a pessoas, eu não digo ao Governo, a pessoas do Governo dele. Ele estaria demonstrando que quer dentro do Estado uma figura com o prestígio do Procurador-Geral. Penso que a saída do Procurador neste momento, mesmo por sua própria vontade, vai ter uma repercussão negativa na procura de construir uma imagem de decência e de seriedade no Brasil. Penso que deveríamos secundar sua posição e fazer apelo, não somente V. Ex^a, mas muitos de nós, para que o nosso Procurador-Geral demonstre a sua disposição de ficar no cargo se for convidado, porque o Brasil, neste momento, precisa muito dele. Quando ele decidiu não ficar foi um desprendimento. Agora o desprendimento seria ficar no cargo porque o Brasil precisa dele.

Deus queira que o Presidente Lula receba a fala de V. Ex^a como uma grande contribuição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei um aparte.

Digo algo que me parece importante dizer agora. Quando o Procurador foi sabatinado e disse que ficaria somente dois anos, comprometeu-se a sair passados os dois anos, é porque naquela época o Brasil pensava que estávamos no melhor dos mundos com Lula. O Lula tinha entrado, estava iniciando o Governo, todas as palavras eram de otimismo. Então, foi um gesto de grandeza dele, porque o Governo era ótimo, era um governo da decência, da dignidade, da honra. Todos esperavam que seria um grande governo. Foi nesse sentido que, naquele momento, ele disse que ficaria dois anos e sairia.

Mas agora é diferente. Agora, o nosso Procurador, que é um cristão, um afeto, um homem que busca o amor, está vendo que a hora é diferente, que é difícil. O Senador Cristovam disse muito bem que a saída dele é altamente negativa no sentido, digamos, de que, no embate entre as forças do bem e do mal, as primeiras perderão bastante.

Concedo um aparte ao querido Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, começou V. Ex^a analisando o tumulto de ontem. Senadora Heloísa Helena, quis Deus que V. Ex^a estivesse na Presidência, representando a mulher. Nossa Senhora no céu e V. Ex^a nessa cadeira. Digo-lhes que o que falta é Deus. O Presidente Lula tem de ler a Bíblia. Ele não gosta de ler, já declarou. A Senadora Lúcia Vânia pediu a ele que lesse um discurso do Professor Cristovam Buarque. Não vai lê-lo, já declarou que não gosta, que não lê. Peço ao Divino Espírito Santo – já que estamos na semana de Pentecostes – que baixe no Presidente Lula e o indique aquele provérbio. Nunca vi um provérbio errado. Cito o número 15 para o tumulto de ontem. Diz assim: “A palavra branda afasta a ira; a palavra dura incita o furor”. Indicaria ao Presidente Lula o Provérbio de número 22. O número 22 – e o Senador Pedro Simon sabe – diz assim: a imagem, o que se é, vale muito mais do

que riquezas, do que ouro e prata. Tenho a certeza de que não querem o que presta, pois ninguém melhor do que eu devia ser ouvido porque ajudei o Lula a ser eleito. O Governador do Piauí é do PT. E eu disse para o Mercadante: você quer trair o PMDB? O PMDB tem história, tem dignidade, tem vergonha. Leve um homem de vergonha, Pedro Simon, e nós estaremos lá. E olhe o que ele levou, olhe o que ele levou do PMDB para lá.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, eu quero transmitir a V. Ex^a que a sua palavra, para mim, é sempre como se fosse de um irmão, e irmão meu e do Presidente Lula. V. Ex^a fala como um amigo sincero do Presidente Lula e V. Ex^a também é um amigo sincero do meu partido. Desde o primeiro dia em que estive aqui convivendo com V. Ex^a, a partir de 1991, no cotidiano, assim tenho percebido. Então, essas suas observações, sobretudo o que representa a vontade do Presidente da República de preservar a ética na vida política, na administração pública, é algo que precisa ser objeto de reflexão. É importante que o Presidente e os seus ministros todos o ouçam com atenção. Mas eu queria pedir uma licença a V. Ex^a, que hoje me ouviu fazer uma homenagem e um requerimento, saudando Lygia Fagundes Telles por ter recebido o Prêmio Camões. Acabo de receber um depoimento pessoal de Lygia Fagundes Telles e peço a sua licença para o texto que seja transcrito. Lygia Fagundes Telles escreveu “A Criação Literária – No princípio era o medo”. Trata-se de um depoimento pessoal sobre sua vida de escritora e sobre por que ela escreve as coisas, feito para sua amiga Ana Miranda, outra brilhante escritora. Ana Miranda, sabendo que eu faria esta homenagem, resolveu enviar-me este texto, feito para ela em uma dessas máquinas de datilografia. O texto compõe-se de quatro páginas, mas não vou ocupar muito tempo. Com a permissão de V. Ex^a e da Sr^a Presidente Senadora Heloísa Helena lerei apenas os parágrafos finais:

(...) Quando andei pela África, um dos homens da Unesco me disse: “Cada vez que morre um velho africano é assim como uma biblioteca que se incendeia”. Será que antes de chegarmos à solução

final do nosso problema indígena teremos tempo de captar um pouco da sua arte e da sua vida, nas quais o sagrado e a beleza se confundem para alimentar nossa cultura e nosso remorso?

E resistimos, testemunhas e participantes deste tempo e desta sociedade com o que tem de bom. E de ruim. E tem ruim à beça, assunto e inspiração para escritores é o que não falta. Falei agora numa palavra que saiu de moda e, no entanto, é insubstituível na terminologia da criação, inspiração. Algumas das minhas ficções se inspiraram na simples imagem de algo que vi e retive na memória, um objeto, uma casa, uma pessoa... Outros contos (ou romances) nasceram de uma simples frase que ouvi ou eu mesma disse e lá ficou registrada na minha natureza mais profunda. Um dia, sem razão aparente, essa memória (memória ou tenha isso o nome que tiver) me devolve a frase. Há ainda as ficções que nasceram no nevoeiro (ou claridade) de um sonho, fluxo de símbolos nas cavernas do inconsciente que de repente escancara as portas, saiam todos! A evasão. Há que selecionar. Interpretar e eis aí um trabalho que exige lucidez. Paciência. E paixão. Devo ainda acrescentar que a maior parte dos meus textos (os textos da invenção e memória) tem origens desconhecidas, que não sei explicar porque é inexplicável.

Em tantos depoimentos já tentei aproximar o leitor (que considero meu cúmplice) desse mistério, sim, tantas vezes me esforcei por esclarecer alguns pontos mais obscuros e confesso que acabei fazendo ficção em cima da ficção, ah, o inatingível mistério com seu grão de imprevisto e de loucura. Sei que a ficção vira realidade e a realidade vira ficção. Se inventei este depoimento essa invenção agora é verdade.

Senador Pedro Simon, sugiro possa V. Ex^a requerer a transcrição, na íntegra, desse precioso depoimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço a referida transcrição a V. Ex^a, Sr^a Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vejo o Senador Delcídio Amaral, que é o Líder do PT. S. Ex^a é um Líder que, pelo que senti-

mos, dialoga. A mim pelo menos sempre cumprimentou, e eu sempre cumprimentei S. Ex^a também.

Meu amigo Delcídio Amaral, ouça a sua bancada que está reunida, a angústia da discussão de quem quer ter o entendimento, de quem quer discutir. Leve essa bancada ao Lula e os faça debater e discutir para que pessoas como o professor Cristovam Buarque e como o bravo Senador de São Paulo Eduardo Suplicy possam dizer o que pensam, para que não pense o Chefe da Casa Civil e outros que são os donos da verdade.

Acredito que V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, pode fazer um grande trabalho. V. Ex^a já faz algo que considero muito importante: é o Líder da bancada, mas sinto que com V. Ex^a a bancada anda em um conjunto; todos falam e não é somente V. Ex^a que brilha.

Isso é importante. O grande líder não é o que tem dez quando o resto tem um; o grande líder pode sê-lo onde todos têm três, inclusive ele, mas a bancada toda sobe com ele.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Simon, primeiro quero registrar que esse é mais um pronunciamento competente de um grande brasileiro, gaúcho com muita honra, mas acima de tudo um grande brasileiro, um homem que tem uma vida ilibada, de grandes serviços prestados ao País, um nome que honra, acima de tudo, o Senado Federal e o Congresso Nacional, ativo, ágil, competente, atento a tudo o que acontece aqui no Senado. V. Ex^a é polêmico muitas vezes, Senador, mas os grandes líderes são polêmicos também. V. Ex^a enriquece o debate e honra a todos os seus companheiros de Senado, independentemente dos partidos. V. Ex^a é, efetivamente, uma grande referência para todos nós, tanto para aqueles que estão aqui no Senado e no Congresso há muito tempo quanto para aqueles que chegaram agora, como eu. Senador Pedro Simon, quero destacar as observações feitas por V. Ex^a de forma aberta, clara, transparente, muitas vezes com emoção, o que engrandece ainda mais suas palavras, que, acima de tudo, são de alguém que honra o Congresso, que está principalmente preocupado com os assuntos do Brasil, com a nossa democracia, com a legitimidade do Senado Federal e do Congresso Nacional. Tenha absoluta certeza, meu caro Senador Pedro Simon, de

que faremos um esforço conjunto, em um dia importante para todos nós do PT, para a nossa bancada. Neste momento somos presididos pela querida Senadora Heloísa Helena, com a presença dos Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy. Este é um dia importante para nós. Todos sabem as dificuldades e os problemas que temos enfrentado. Não é fácil, Senador! V. Ex^a sabe disso, com toda a experiência que teve como Governador, Ministro e Parlamentar, com toda essa linda história que V. Ex^a tem e terá. Estamos procurando trabalhar, Senador Pedro Simon, em equipe, ouvindo as pessoas, as nossas lideranças. Temos um senador com o padrão, com o perfil do Senador Cristovam Buarque, um senador com o perfil do Senador Eduardo Suplicy, e todos os senadores e senadoras da nossa bancada. O que é importante registrar, meu caro Senador, é a forma como temos trabalhado, mesmo diante dos obstáculos e desse quadro político que enfrentamos, com sinceridade, com amor no coração, com respeito a cada um e à história de cada um, e de uma maneira democrática, de uma maneira equilibrada, com bom senso, com serenidade e humildade. Construiremos essa harmonia, a despeito das divergências políticas, partidárias, do dia-a-dia de todos nós senadores. Construiremos efetivamente um projeto de País, sabendo entender as nossas divergências e procurando tirar de cada um aquilo que pode fazer de bom para o seu Estado e para o Brasil. Então, tenho a honra e um orgulho muito grande, Senador Pedro Simon, de, além de acompanhá-lo, ouvir essas palavras de V. Ex^a. Ao mesmo tempo, tenho uma honra muito grande de, em um momento difícil, conviver, discutir, avaliar, ouvir e acima de tudo usufruir dessa bancada séria, decente e importante que é a bancada do PT aqui no Senado Federal, que não nos tem faltado, que tem sido correta, séria e que nos tem ajudado muito nesse trabalho e nesses desafios diários que temos enfrentado. Temos de ser mais envolvidos naqueles temas e projetos que são debatidos nesta Casa, cada senador não somente do PT, como dos partidos da base, do PMDB de V. Ex^a, que V. Ex^a mais do que nunca representa. Se o PMDB tem um rosto hoje, é o do Senador Pedro Simon, como foi o do Ulysses. Precisamos levar as nossas experiências na educação, na infra-estrutura, nas ciências, nas ações sociais para o Governo. Precisamos fazer essa aproximação para aperfeiçoar. Assim como disse V. Ex^a, precisamos trazer essas expe-

riências todas. Ninguém é uno nas suas decisões. As boas decisões, as que funcionam no dia-a-dia das pessoas e melhoram o dia-a-dia da nossa gente, vêm das discussões abertas, francas, que, em função disso, levam a projetos transparentes, claros, que causam impacto. Por isso, meu caro Senador Pedro Simon, desculpe-me este aparte talvez emocionado neste final de sessão, numa semana difícil. É um aparte de coração, de alguém que o admira e que tem V. Ex^a como referência para, com democracia e humildade, conduzir a nossa bancada. Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está aí um grande Líder que honra a bancada do PT e outras nesta Casa. Está aí um pronunciamento que deve ser ouvido pelo Lula, se não quiser ouvir nem o pronunciamento do companheiro Cristovam nem o meu. Tenho certeza de que, se o nobre Líder Delcídio Amaral tiver o seu pronunciamento lido pelo Lula, Sua Excelência vai entender.

Que a imprensa, que o noticiário e que as manchetes da noite de ontem possam hoje se refletir na tranqüilidade deste final de sessão, com o discurso do Cristovam, com o pronunciamento profundo do Líder Delcídio Amaral, com o pronunciamento da nossa querida Heloísa, do Mão Santa, da Senadora Vânia e do ilustre Senador por São Paulo, nosso bravo e querido amigo de sempre.

Encerro dizendo isto: “Depois da tempestade vem a bonança”. Se a imprensa registrou o tumulto da sessão de ontem, possa ela ver que as mesmas pessoas, no mesmo local, podem serenar e podem ter grandeza e compreensão.

Deus foi muito amigo meu, ao me fazer ver o encerramento desta sessão, com o Cristovam ali, com o Delcídio lá, com o Mão Santa à Mesa e com a Heloísa Helena na presidência. A Heloísa Helena podia ser a Presidente do Congresso Nacional, eleita por todos, se a caminhada que imaginávamos estivesse em seu meio.

Minha querida amiga Heloísa Helena, digo a V. Ex^a que tenho paixão por Alagoas por causa de Teotônio Vilela. Não há ninguém parecido com ele na História deste País. Conheci Ulysses, Tancredo, Mário Covas, tantas e tantas pessoas, mas Teotônio era fora de série.

Teotônio percorreu o Brasil com seus quatro cânceres, embora seus médicos sempre dissessem para descansar na França, em Paris, onde havia métodos que podiam prolongar a sua vida sem dor. Ele andou pelo Brasil, buscando a liberdade que encontramos.

Você, minha amiga Heloísa, lembra-me muito Teotônio, pela sua garra, pelas idéias verdadeiras que defende e pela pureza das suas intenções.

Encerro, endereçando as minhas palavras ao meu irmão franciscano, o Procurador-Geral da República. Leiam São Francisco! Nas vésperas de sua morte, São Francisco chamou os irmãos franciscanos e disse: “Não fizemos nada? Temos muito por fazer. Vamos começar”.

Creio que o meu amigo Procurador não pode se dar ao luxo de dizer que já fez tudo e ir para casa. Há muito por fazer.

Meu bravo Procurador, vamos adiante, vamos continuar!

Muito obrigado.

Crítica ao rito de criação de CPI

(Pronunciamento em 20 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na legislatura passada chegamos a fazer, nas sextas-feiras, a transformação da sessão numa espécie de debate aberto. Na verdade, eram poucos os que vinham, mas não que viessem os da Oposição e não viessem os do Governo, não! Vinham os do Governo e vinham os da Oposição.

É uma pena que V. Ex^a não estivesse aqui, pois teria um papel muito especial. Naquelas sessões, debatíamos um determinado assunto e o levávamos ao esgotamento.

Agora não; agora parece que é uma deliberação do Governo não estar presente. Não consigo entender! Já fui governo; já fui oposição. A Oposição pode ir embora, desaparecer, não ligar, não dar quórum. Agora, o Governo tem a obrigação de ter um Parlamentar sentado aqui permanentemente quando o Congresso estiver funcionando.

Tudo bem que eles não queiram que funcione o Congresso. Tudo bem, pois, se o momento é tão pesado, se as manchetes são tão ruins, funcionar o Congresso para quê? Tudo bem; não dão *quorum*. Mas, no momento em que, mesmo não dando *quorum*, há Congresso, aqui tem de estar sentado um parlamentar do PT ou da base do Governo; alguém tem de estar aqui para responder, para tomar conhecimento. É o mínimo que tem de acontecer; é o mínimo que se possa imaginar.

Então, vem aqui o Líder do PSDB, levanta uma série de fatos, os mais duros, e não tem ninguém do PT para responder, para dizer: “Não; não é por aí. A questão é diferente!” Lamento isso.

Mas quero dizer, Senhor Presidente, que estamos às vésperas de ter uma decisão muito importante, com todo esse debate sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu concordo com o ilustre Líder do PSDB, pois acho que o parlamentar tem que ter o mínimo de bom senso, o mínimo de comportamento que o mantenha com direito a ter o respeito da opinião pública.

Se a CPMI solicitada tivesse quatro assinaturas a mais, retirar-se-iam as quatro e estaria resolvido. Vamos fazer um esforço e vamos retirar as quatro. Todavia, tem um número expressivo, uma maioria: aqui no Senado, quarenta e tantas; na Câmara, o dobro do necessário. E o Governo se expõe a sair por aí pedindo para retirar quatro assinaturas?

Então, pelo amor de Deus, será que as lideranças não entendem? Se fosse para fazer, como já aconteceu, o Governo entraria, colocaria a máquina para funcionar, um rolo compressor e derrubaria a comissão. É horrível? É horrível. Mas, agora, fazer o negócio e conseguir que quatro saiam e a comissão continue é falta de equilíbrio; é falta de lógica.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Simon, V. Ex^a me dá ensejo a fazer uma conjectura. Se o Governo consegue retirar, digamos, 50, 60 assinaturas, já temos aí provavelmente material para uma outra comissão parlamentar de inquérito: a comissão da retirada de assinaturas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pior é que é verdade.

Estamos às vésperas de um acontecimento muito importante. Considero a decisão mais importante deste ano no Congresso Nacional. O Presidente do Senado tomou uma decisão triste, melancólica. Com a solicitação de uma comissão parlamentar de inquérito, os líderes do PMDB, do PT e não sei mais quem não indicaram os nomes. E o Presidente do Senado, com a maior tranqüilidade, disse que também não indicava.

Estou nesta Casa – acho que sou o mais antigo, já fechando 24 anos – e cansei de ver criarem-se comissões parlamentares de inquérito, e onde uma bancada não indicava, o Presidente indicava. Baseado em quê? Baseado numa lacuna que tem no nosso Regimento Interno, lacuna esta que ninguém nunca se preocupou em resolver porque foi sempre resolvida com a aplicação de um outro artigo do Regimento, que dispõe que as lacunas do Regimento do Senado serão resolvidas com a aplicação subsidiária do Regimento Comum, o Regimento do Congresso Nacional ou com o da Câmara dos Deputados. E o Regimento Interno do Congresso Nacional e o da Câmara dos Deputados dispõem que, se os líderes não indicarem, cabe ao Presidente indicar. Isso foi sempre assim. Só o Dr. José Sarney resolveu não fazer isto.

Então, nós e vários do PSDB e do PFL entramos com vários pedidos para uma decisão no Supremo. Nós e o ilustre jurista Werner Becker e sua esposa, na nossa exposição, fomos muito claros. Nós não entramos com pedido de liminar. Por que não? Para mostrar que esse assunto é tão sério que não estamos preocupados com aquela CPI. Estávamos preocupados com o fato de que aquela decisão do Presidente Sarney estava matando o instituto da CPI. O que aconteceu? Os Líderes da Bancada de apoio ao Governo não indicaram os nomes e, pura e simplesmente, soltaram uma nota. Meu Deus, queria eu poder pedir para retirá-la dos *Anais*, porque é a nota mais vexatória de que me lembro de ter visto. Os líderes declararam que somente haverá CPI no Senado quando eles acharem que deve ter! O artigo da Constituição, que estabelece que a CPI é um direito das minorias, de que um terço dos membros podem convocar uma CPI, os líderes rasgaram. E o Presidente do Senado botou no fogo o que sobrou.

Quando a Constituição dispõe que um terço dos membros pode convocar – vamos esclarecer –, ela não quer dizer que o um terço vai convocar e decidir o que fazer, ou que a minoria vai condenar um determinado fato. É claro que não! Um terço convoca e instala a CPI. Ela funciona. Agora, o Governo tem a maioria. O Governo pode não convocar o Fulano; o Governo pode fazer o que bem entende com a sua bancada. Foi um dos votos mais bonitos que eu vi o Relator proferir até hoje. Foram três horas; mas três horas de conteúdo. O Relator não deixou pedra sobre pedra – Dr. Sarney não deve ter dormido aquela

noite –, mostrando a importância e o significado da CPI; mostrando que não era uma questão de Regimento Interno.

E até aí, meu nobre Líder, somos competentes; nós todos não entramos na questão do Regimento Interno, não falamos em Regimento Interno, dizendo que compete ao Presidente do Senado nomear baseado no Regimento Interno da Câmara e do Senado. Se fizéssemos isso, o Supremo iria dizer: é questão interna do Regimento Interno, não se toca. Não! Entramos com um artigo da Constituição que estabelece que compete a um terço, à minoria, criar; e há uma decisão do Presidente do Senado não criando. Logo, rasgando a Constituição. Então, o Presidente do Senado não cumpriu a Constituição e não o Regimento Interno. Foi isso que deu caldo. Um a zero com o relator; dois a zero; três a zero; quatro a zero. O ilustre Senador diz o seguinte: vim aqui para votar contra, mas o parecer do Procurador foi tão profundo e a análise do jurista Werner Becker foi de tanto conteúdo que peço vistas para analisar o meu voto, dando a entender com toda clareza que vai votar a favor.

Mas está passando o tempo, e eu pediria aos meus amigos, com muito respeito, a S. Ex^{as}, os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que decidissem logo essa matéria. No meio dessa confusão que está aí, que essa matéria fosse decidida de uma vez por todas, porque ela é muito importante. Eu diria que essas CPI que estão se constituindo são necessárias porque o Governo não tomou providências. Aquele caso grave do funcionário da Casa Civil, que apareceu na televisão – e apareceu de maneira clara, falando, contando o esquema de tudo o que estava acontecendo com o bingo. A única coisa que se poderia dizer é que tinha um revólver na sua sala e que o estava fazendo sob coação, mas não foi o que aconteceu.

O Governo disse que iria tomar providências, que a polícia iria agir. Vai fazer um ano, e que providência foi tomada? O Governo Lula poderia fazer isso.

Quando fui governador, saía uma denúncia no jornal, e eu mandava apurar. Na dúvida, afastava para ver o que estava acontecendo. Fiz isso mais de uma vez. E não precisava nem ir o deputado da Oposição para a tribuna. A imprensa publicava; se o fato parecia de suspeição, eu afastava o funcionário, fazia a investigação, e ele voltava ou não.

O Governo passou um ano e não fez nada. Vi na televisão os vice-líderes do PT. Tenho um carinho enorme por um deles, que apareceu dizendo que não precisava porque o Governo tomaria providências, e a polícia estava investigando. Com que autoridade eles dizem isso? Se lá naquela hora do Waldomiro, a polícia tivesse investigado, apurado e mostrado o inquérito, seria ótimo. O Governo está funcionando para quê? A comissão parlamentar de inquérito existe quando tem um fato que não está sendo investigado.

Tenho respeito e carinho pelo Lula. Mas quem está orientando o Governo Lula? Sei que, em termos de economia, é o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central.

Tenho um projeto de lei tramitando há dois anos, dizendo que é um absurdo que o Conselho Monetário Nacional seja composto de três pessoas: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Três que são duas, porque o Presidente do Banco Central é sujeito ao Ministro da Fazenda. Ontem, o Conselho da República se reuniu e reconheceu serem necessárias mais pessoas no Conselho.

Em matéria de economia, são o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central. Mas, no restante, quem orienta o Governo? Com quem o Governo se cerca? A quem o Governo escuta? Até o Sarney, no governo dele, volta e meia, reunia-se lá no Amazonas; levava seu ministério para ficar dois dias discutindo os planos. O Plano Cruzado, primeiro, deu certo; depois, deu errado, mas ele tentou fazer.

O Governo atual tem 35 ministros. Em primeiro lugar, 35 ministros não é ministério, é... Não sei que outro país do mundo tem um número tão grande de ministros; não sei. Quais são os conselheiros? Quem tem direito de opinar? Imagino que, antes de ter aumentado os juros, o Palocci deve ter falado: Presidente Lula, vamos aumentar mais uma vez os juros. A quem o Presidente Lula consulta para saber se está certo ou errado? O próprio Lula já deu uma declaração categórica à imprensa, com manchete, dizendo que reconhece que aumentar os juros não é a única fórmula que existe para terminar com a inflação. Ele já disse isso. A quem ele consultou?

Agora, nessa questão dos Correios, estão dizendo que o Fulano de Tal é amigo do Lula. Uma das coisas que me preocupa hoje, per-

doe-me, Senador Arthur Virgílio, também me preocupava no Governo de Fernando Henrique. Dizia que convivi com Fernando Henrique a vida inteira e não sabia que ele tinha tanto amigo. É claro que a maioria dos amigos apareceu quando ele se sentou na cadeira de Presidente. Aí os amigos aparecem, e com o Lula está sendo assim.

É o amigo tal, e o outro amigo, e aquele com quem ele passou as férias na praia. O Governo não é feito de amigos, e acho que a palavra amigo não deveria ser citada quando se fala no Presidente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nem parceiro.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Nem companheiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente considera todos companheiros.

Hoje de manhã... – desculpe, mas não sou disso. Sou um homem franciscano, mas detesto carola. Geralmente, os carolas que conheço, eram uma coisa por dentro e outra por fora. Tenho muita restrição a isso. Mas há um texto do qual nunca me esqueço. O extraordinário Deputado Brito Velho, uma das pessoas mais dignas, mais honestas e mais fantásticas que conheci, quando me elegi governador, estava na missa ao meu lado e disse: “Esse texto não é para ti. O texto para ti é este aqui”. E me entregou este, que, casualmente, é o texto da missa de hoje. Vejam se não é para pedir para o Lula ler. Livro do Eclesiástico:

“Uma palavra amena multiplica os amigos e acalma os inimigos; uma língua afável multiplica as saudações. Sejam numerosos os que te saúdam, mas teus conselheiros, um entre mil. Se queres adquirir um amigo, adquiere-o na provação [nas três vezes em que o Lula perdeu, e não na hora da vitória]; e não te apresses em confiar nele. Porque há amigo de ocasião, que não persevera no dia da aflição. Há amigo que passa para a inimizade, e que revela as desavenças para te envergonhar. Há amigo que é companheiro de mesa e que não persevera no dia da necessidade. Quando fores bem-sucedido, ele será como teu igual e, sem cerimônia, dará ordens a teus criados. Mas, se fores humilhado, ele estará contra ti e se esconderá da tua presença. Afasta-te dos teus inimigos e toma cuidado com os amigos. Um amigo fiel é poderosa proteção: quem o encontrou, encontrou um tesouro. Ao amigo fiel não há nada que se compare, é um bem inestimável. Um amigo fiel é um

bálsamo de vida; os que temem o Senhor vão encontrá-lo. Quem teme o Senhor, conduz bem a sua amizade: como ele é, tal será o seu amigo.”

Vejam que coisa fantástica. Que coisa fantástica para o Lula, Presidente da República, ler e pensar. Ele está com a caneta, ele é o Presidente da República. Daqui a pouco, vem alguém e diz que quer ser embaixador em Cuba e vai ser embaixador em Cuba. Daqui a pouco, vem alguém e pede não-sei-quê, e está lá não-sei-quê. Não pode ser assim. Não pode ser.

Eu diria para o Lula hoje – juro pelos meus filhos... Se me perguntassem, na minha opinião, quem considero hoje o melhor amigo do Lula, eu diria: o Procurador-Geral da República. O melhor amigo do Presidente da República, quem está ajudando mais o Presidente da República, quem está tentando salvar o Presidente da República é o Procurador-Geral da República. É esse. Na hora em que o PFL entrou com o mandado, que tinha conteúdo e lógica... Por que tinha conteúdo e lógica? O Presidente da República, em pronunciamento feito no Palácio do Governo, na frente de uma série de pessoas, disse que um importante homem do seu Governo, o Presidente do BNDES, informara que, lá no seu setor, foi investigar e verificou que houve corrupção muito grande nas privatizações. O Presidente da República perguntou-lhe se já havia falado para alguém sobre isso. Ele lhe respondeu: “Não, ainda não falei para ninguém. Estou falando para o senhor em primeiro lugar, Sr. Presidente”. E lhe disse: “Então, não fala para mais ninguém. Não quero tocar nesse assunto agora”.

O Nixon teve de renunciar. Quando descobriram a invasão e a gravação na sede do Partido Democrata, perguntaram se ele sabia de algo, e ele respondeu que não tinha tomado conhecimento, que não sabia de nada e que não tinha nada a ver com aquilo. Depois, verificaram que Nixon sabia. Pelo fato de ele saber, ele renunciou para não ser cassado.

O ato do Presidente é grave. Mas, cá entre nós, não passa pela nossa cabeça que o Lula queria abafar o assunto ou que fez o negócio de má-fé. Mas o fato era o fato. Se fosse outro procurador, podia apresentar a denúncia, e haveria agora um inquérito que sei eu lá como terminaria. O que ele fez? Arquivou, porque achava que não somava

para o Brasil. Ele entrou no espírito do Presidente e disse que não era a intenção do Presidente querer esconder ou encobrir, praticando um gesto de grandeza – não digo de amigo, pois um amigo não faria melhor.

Da mesma maneira que, quando manda dar 15 dias e depois denuncia o Ministro da Previdência. O Presidente do Banco Central e o Ministro da Previdência já tinham de ser demitidos. O Presidente Lula disse: “Não vou demitir ninguém pelo jornal, pela televisão. Vou ler jornais e vou demitir? Não faço isso”. Tudo bem, não faz isso. Mas, na hora em que o Procurador-Geral da República denuncia e na hora em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal aceita a denúncia, ele está sendo processado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que o Presidente está esperando? Que ele seja condenado? Então, quem vai demitir é o Supremo Tribunal Federal. Por amor de Deus! Já devia ter demitido. Amigo do Presidente Lula é o Procurador! E digo mais: quanta coisa não está acontecendo, quanta coisa pior não está acontecendo de medo do Procurador! Porque eles sabem que esse Procurador não é um “engavetador”, como foi Geraldo Brindeiro, que ele não deixa nada na gaveta. Se algo aparece, em jato ele denuncia.

Se o Presidente Lula não está tendo a coragem nem a força de demitir, de tomar posição, de mostrar que é a favor da ética, da moral e da dignidade e que não aceita as coisas erradas, quem está fazendo o papel do Presidente Lula, quem o está substituindo é o Procurador-Geral da República.

Muito ministro, muito homem de autarquia, muita gente no Governo não faz coisa errada por medo do Procurador, porque sabe que, para o Procurador, não há ninguém, nem chefe da Casa Civil nem nada. Se existe, ele denuncia. Por isso, o meu medo. A partir do dia 30 de junho, o que vai acontecer?

Volto a dizer o que disse ontem. Perdoe-me, Sr. Presidente, mas quero dizer apenas isto: o Procurador-Geral da República é franciscano. Quando São Francisco estava no fim da vida, reuniu o comando dos franciscanos, e o pessoal achou que ele os estava reunindo para dar

as últimas orientações, como ele iria querer o enterro dele. E disse: “Eu os reuni, porque temos de reconhecer que fizemos muito pouco; temos muito a fazer, vamos ao trabalho”. Levantou-se e saiu a trabalhar.

Ao franciscano que está lá na Procuradoria, que disse que não aceita ficar, eu digo: se Lula o convidar, ele é obrigado a aceitar, porque, como franciscano, ele não pode dizer “já terminei a minha missão, já fiz a minha parte”. Pelo bem da Nação, ele tem obrigação de aceitar.

Mas quero ver se, até o dia 30 de junho, o Lula vai ou não convidar o Procurador para ficar. É esse o desafio que tem. Pode até o Procurador não aceitar. Pode até depois dizer que ele combine, que faça um convite meio frio com o Governo. Mas, como amigo do Lula, eu digo: convide! Convide, para não ficar na desmoralização de dizer “tirei esse” sem saber quem vem depois.

Só vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa, Sr. Presidente, e termino.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Gostaria apenas de dizer que São Francisco está aí na tribuna, a reencarnação. E São Francisco disse: “Onde houver erro, que eu leve a verdade”. V. Ex^a trouxe a verdade da política brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Que o Lula entenda seus amigos!

Encerro dizendo: eu me considero amigo do Lula, gosto do Lula, rezo pelo Lula, quero bem ao Lula. Penso que, se o Lula for mal, o Brasil vai terminar perdendo o direito de ter esperança, e isso não é bom. Por isso, o Presidente Lula tem a nossa torcida.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Taxa de juros e dívida nacional

(Pronunciamento em 23 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho, hoje, a esta tribuna para tratar daqueles que considero os dois mais graves problemas brasileiros de nossos dias. Refiro-me à elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central, bem como à fantástica – poderíamos dizer, talvez, impagável – dívida brasileira.

Começemos pelos juros.

Como se sabe, a taxa de juros determina o ritmo da atividade econômica. Ora, com a atual taxa, muito elevada, os empreendedores relutam em contrair empréstimos para fazer investimentos produtivos em suas empresas. Temem ir à falência por não poderem enfrentar os juros cobrados pelos bancos. Mas a verdade é que os integrantes do Copom não se importam com esse clima de desestímulo ao investimento.

Falando em Copom, tenho um projeto de lei – e é o segundo tramitando na Casa – para terminar com o ridículo de haver um Copom composto de três pessoas: Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central e Ministro do Desenvolvimento. Apresento um Copom com quinze pessoas e vejo que o Conselho do Governo apresenta um com oito ou nove pessoas. Na verdade, como está não pode continuar.

Começo este pronunciamento com uma história retirada da Internet que dá uma boa idéia do descabro da situação do uso do dinheiro no Brasil:

Se um correntista [repare bem, Senador Mão Santa, V. Ex^a que é um homem entendido desta matéria] tivesse depositado R\$100,00

(cem reais) na poupança num banco, no dia 1º de julho de 1994 (data do lançamento do Real), ele teria hoje na conta a fantástica quantia de R\$374,00 (trezentos e setenta e quatro reais). Se esse mesmo correntista tivesse sacado R\$100,00 (cem reais) no cheque especial, na mesma data, teria hoje uma dívida de R\$139.259,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos e cinqüenta e nove reais), no mesmo banco. Ou seja: com R\$100,00 do cheque especial, ele ficaria devendo nove carros populares e, com o da poupança, conseguiria comprar apenas quatro pneus.

Resumindo: os bancos ganham uma enormidade, enquanto os cidadãos e as empresas pagam uma barbaridade.

O *spread* bancário brasileiro – diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que cobram dos seus clientes – é o mais alto do mundo. É isso que justifica, por exemplo, os lucros estratosféricos registrados nos últimos anos pelos bancos brasileiros. Aliás, diz-se que o único setor da economia que ganhava muito dinheiro no Governo Fernando Henrique Cardoso e que continua ganhando, talvez até mais, no Governo Lula é o financeiro.

Os bancos dizem que o juro é alto por causa da inadimplência. Não é verdade. Muitos economistas garantem que a média de atrasos no pagamento dos empréstimos fica em torno de 3% a, no máximo, 4%.

Como a rentabilidade dos bancos é muito superior à das empresas não-financeiras, pode-se dizer, há uma permanente transferência da renda da sociedade produtiva em geral em favor dos estabelecimentos bancários.

Segundo estudo de uma empresa de consultoria, entre 1994 e 2001, os dez maiores bancos privados do Brasil alcançaram aumento real de 180% em seus lucros.

Pois bem, o descalabro da taxa de juros praticada no Brasil foi denunciado recentemente por ninguém menos do que o Vice-Presidente da República, o Senador José Alencar.

Numa entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o meu prezado amigo Vice-Presidente José Alencar, hoje Presidente da República, fixou com precisão o quadro da atual situação. O Vice-Presidente José Alencar, como sabemos, é um grande empresário e conhece bem a

realidade dos empreendedores brasileiros, que têm de enfrentar, além da ganância tarifária do Governo, os escorchantes juros bancários.

Na entrevista, publicada na edição do dia 20 de março, o Vice-Presidente ataca principalmente as altíssimas taxas de juros praticadas atualmente. Disse S. Ex^a que o Brasil, entre 2003 e 2004, pagou R\$280 bilhões de juros contra um investimento de apenas R\$10 bilhões. Repito: o Brasil, entre 2003 e 2004, pagou R\$280 bilhões de juros contra um investimento de apenas R\$10 bilhões.

Sim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o número é realmente impressionante. O nosso País gastou com o pagamento de juros sobre sua dívida uma cifra vinte e oito vezes maior do que o total investido nos últimos dois anos.

Assim, é natural que seja como diz o Vice-Presidente da República: o Governo brasileiro não investiu nada em infra-estrutura e não fez nada de importante na área da saúde, não fez nada de importante na área da educação, não construiu um palmo de estrada, não recuperou portos ou aeroportos.

Trata-se de um depoimento muito importante, vindo de quem vem o Vice-Presidente da República, hoje no exercício da Presidência. O retrato é este mesmo: o País está de mãos atadas. Trabalhadores e empresários arcam com uma carga de impostos quase insuportável, e, mesmo assim, esse sacrifício é inútil. O dinheiro vai arder na fogueira dos juros.

Fiquei impressionado com outro fato. O Vice-Presidente se diz descontente com a atual política econômica e informa que, sempre que pode, reclama dos membros da equipe econômica. Mas diz também que nunca foi ouvido.

Eu também me sinto impressionado com a insensibilidade da atual equipe econômica para com os problemas da área social. Fala-se apenas em manter a estabilidade, o que sem dúvida é necessário, mas essa não pode ser uma meta única. Precisamos resgatar os milhões de cidadãos que vivem na miséria. Temos de abrir estradas e investir na infra-estrutura, para que o País possa seguir crescendo, sem falar, é claro, na necessidade inadiável de construir sistemas eficientes de saúde e de educação.

Como sabem todas as Sr^{as} Senadoras e todos os Srs. Senadores existem hoje, na Nação, uma indignação generalizada contra os juros elevados. Acadêmicos, economistas, políticos, dirigentes empresariais e sindicais – e até mesmo lideranças do Partido do Governo ou de sua base de sustentação – vêm alertando para os riscos da estratégia equivocada.

Aliás, é bom lembrar que, em anos recentes, todos os integrantes do atual Governo, quando na Oposição, não se cansavam de criticar a política de juros altos praticada por Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente Lula recebeu o Governo com juros de 25% ao ano, taxa determinada pela inquietação do chamado “mercado”, diante de uma primeira gestão de esquerda, que deveria ser, que se imaginava seria a gestão de esquerda do PT de Lula. Um mês depois, a taxa básica de juros da economia subiu para 26,5%, patamar em que ela foi mantida por quatro meses. Foi uma maneira, reconhecimento de o Governo Lula ganhar credibilidade diante do mercado e da sociedade, temerosos com seus discursos incendiários de eterno candidato da Esquerda à Presidência.

No entanto, a economia brasileira cresceu em 2004, motivo de festa para o Governo. Mas é preciso levar em conta que o Brasil foi beneficiado, naquele ano, pelo crescimento da economia mundial. Os países da América Latina e do Caribe cresceram em taxas semelhantes ou mesmo superiores às brasileiras. As grandes nações em desenvolvimento, como China e Índia, cresceram em taxas superiores a 5,2%, comemorados com grande estardalhaço pelo Governo brasileiro.

No entanto, especialistas têm advertido que essa bonança mundial pode não durar por muito mais tempo. A economia norte-americana terá que puxar o freio em determinado momento e o mesmo se dará com a China.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada elevação da taxa de juros, cresce a imensa dívida pública brasileira, bem como cresce o volume de recursos que será torrado na fogueira dos juros que pagamos por essa dívida.

Cabe, aqui, dar breves informações sobre a monumental – eu diria, mesmo, impagável – dívida brasileira.

O primeiro empréstimo externo do Brasil foi obtido em 1824, no valor de três milhões de libras esterlinas, e ficou conhecido como “empréstimo português”, porque era destinado a cobrir dívidas do período colonial. Na prática, ele significava um pagamento a Portugal pelo reconhecimento da nossa independência.

Cinco anos depois, foi contraído novo empréstimo, que serviu para cobrir parcelas não pagas do financiamento anterior. Do total tomado emprestado, o Brasil recebeu apenas 52%, pois o restante serviu para cobrir os juros da dívida anterior.

Dois outros empréstimos importantes foram realizados durante o Império – em 1843 e 1852 – e utilizados, ainda, para pagar débitos relativos ao primeiro empréstimo, que somente foi saldado em 1890.

O Brasil endividou-se ainda mais com a Guerra contra o Paraguai, quando a Inglaterra forneceu os navios e empréstimos ao nosso País para que lutasse num conflito que também interessava a ela.

Durante a “República do Café-com-Leite” – Minas e São Paulo –, o endividamento aumentou ainda mais, porém a idéia central ainda era a mesma: garantir os privilégios da elite. O Presidente Campos Salles, eleito em 1898, viajou à Inglaterra antes mesmo da posse, para renegociar a dívida com os banqueiros Rostchild, e firmou um acordo que suspendia o seu pagamento por um período de 13 anos, sendo que o pagamento dos juros seria realizado em três anos, em títulos da dívida pública, e obtinha um novo empréstimo. Como garantia do cumprimento do acordo, as rendas das alfândegas brasileiras ficaram hipotecadas aos credores ingleses.

A dívida externa deixada por Jango, em 1964, era de US\$3 bilhões. Lembro-me de que uma das causas que levaram à deposição de Jango foi que o Governo estava levando o País à bancarrota, pois a dívida pública brasileira havia alcançado a estrondosa soma de US\$3 bilhões – um, dois, três bilhões...

Em 1969, o estoque da dívida chegava US\$4,4 bilhões. Quando o Presidente Médici assumiu o Governo, em 1973, a dívida já era de US\$13,8 bilhões. Em 1978, ela chegaria a US\$52,2 bilhões, na administração do Presidente Geisel. Em seis anos, em 1984, ela atingiria US\$102 bilhões. Em 1989, no Governo Sarney, alcançaria US\$115,5 bilhões, passando para US\$136 bilhões em 1992, com o Presidente

Collor. Subiria para US\$148,3 bilhões durante a administração de Itamar Franco e, em 1998, na gestão Fernando Henrique, alcançaria US\$235 bilhões.

Vejam, agora, um quadro realmente estarrecedor: de 1989 a 1998 o Brasil pagou, como juros e amortizações, US\$255 bilhões. Ou seja, a partir de uma dívida que era de apenas US\$115 bilhões, acabamos pagando US\$255 bilhões. E, o que é pior, ainda ficamos a dever US\$235 bilhões.

Apesar de tudo isso, dizem os economistas que a nossa dívida externa é facilmente administrável. O problema real, segundo eles, é a dívida interna.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, solicitei à Consultoria Legislativa do Senado informações sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

Recebi Nota Técnica da Consultoria Legislativa informando-me que a fonte oficial de informações sobre a dívida pública federal é o Banco Central do Brasil e acrescentando que “por incrível que pareça, nenhum dos conjuntos de informações solicitados se encontra, de forma direta, entre as centenas de tabelas sobre a economia brasileira publicadas no boletim mensal daquela instituição”.

Prossegue a Nota Técnica, assinada pelo Consultor Petrônio Portella Nunes Filho: “Os juros nominais nunca apareceram em uma tabela específica, com o destaque que merecem. Quando não se apresentam na forma de juros reais, estão misturados com outros encargos da dívida”.

Para executar o trabalho pedido por mim, o consultor trabalhou com tabelas do Boletim do Banco Central. “Utilizamos a tabela IV-17, Necessidades de Financiamento do Setor Público, fluxos de 12 meses. Esses dados não são 100% precisos, mas representam uma aproximação aceitável”, afirma ele.

E prossegue a Nota Técnica: “Por algum motivo, o Boletim do BC tampouco inclui tabela sobre a dívida bruta do setor público. O Banco Central prefere trabalhar com o conceito de dívida líquida, talvez por ser um conceito econômico mais significativo”.

O consultor encerra seu trabalho dizendo que se eu quiser, mesmo, desvendar o mistério da dívida brasileira, deverei, talvez, fazer um requerimento de informações.

Com base nesse trabalho, vou mencionar apenas os dados que mais me impressionaram.

As despesas do setor público com juros dobraram entre 2000 e 2003, passando de R\$77 bilhões para R\$145 bilhões.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, gastou-se, com o pagamento de juros, 9,33% do PIB.

O Brasil é um País de extrema complexidade econômica. Por isso, não pode o Governo insistir neste remédio único – os juros elevados. Aliás, o Presidente Lula reconheceu isso em sua recente entrevista coletiva. Na verdade, a sua frase sobre a política de juros revelou que o Governo atual não tem um programa econômico. O Presidente Lula limitou-se a seguir com o programa econômico de Fernando Henrique Cardoso, utilizando para isso os mesmos técnicos do Governo anterior.

Devemos buscar alternativas. A Nação brasileira não pode existir apenas para pagar os juros de sua monumental dívida. Os cidadãos brasileiros não podem continuar existindo apenas para pagar impostos ao Governo, ou para pagar juros astronômicos aos bancos ou financeiras, quando necessitam de algum dinheiro para investimento ou compra de bens.

Sr. Presidente, anexo as duas Notas Técnicas e digo que, no meio das manchetes dos jornais e das revistas de hoje, nunca eu tinha visto uma segunda-feira tão sombria. O Presidente viaja para tão longe, lá para o Japão, e nós, aqui, vendo as capas da *Veja*, da *IstoÉ* e da *Época*, verificamos que talvez nunca tenha existido uma segunda-feira com tantas manchetes, com tantas crises, com tantos dramas e tantos problemas.

Creio que não será a melhor saída para o Governo querer fazer com que 66 deputados retirem assinaturas de um pedido de CPI, ou que 20 senadores façam o mesmo. Essa é uma questão que já está decidida. As CPI terão de existir e ser levadas adiante.

Sr. Presidente, tenho uma preocupação muito grande, quase que uma angústia, com relação a CPI. As duas que estão instaladas, do Ba-

nestado e da Reforma Agrária, estão fazendo um trabalho muito aquém daquele que deveriam. Lamentavelmente, na CPMI do Banestado, vejo dois grupos – PT e PSDB – se conflitando, cada um para atirar lama no outro, cada um para tirar os seus dos escândalos em que estão. Vieram – e nunca havia acontecido isso – dos Estados Unidos caixas e caixas, mostrando as contas e os números das contas fantasmas de pessoas importantes, membros deste Parlamento, políticos, empresários, gente muito importante e, por ser gente muito importante...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...não se deixou abrir aquela caixa e encerrou-se a CPMI sem que aquela caixa fosse aberta, a qual foi endereçada ao Procurador-Geral da República.

É lamentável que isso esteja acontecendo. Mas espero, Sr. Presidente, que possamos levar adiante essa questão e, principalmente no que tange à taxa de juros, espero que o Governo tome uma posição real, concreta, positiva. Afinal, a Argentina – nossa vizinha ali do lado, de quem se imaginava que terminaria de forma fatídica a decisão que tomou – tomou a decisão, foi firme, renegociou e teve o respeito de toda a sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Pressão do Governo contra CPI dos Correios

(Pronunciamento em 24 de maio)

Senhor Presidente, uma manchete na *Folha de S.Paulo* nos deixa muito mal no dia de hoje: “Pressionado por ameaça de CPI, Planalto libera 5% do total das despesas bloqueadas”. “Governo Federal desbloqueia R\$773 milhões”, destinados às pessoas que retirarem o voto que solicitaram para a criação da CPI. Acho que essa liberação vem exatamente quando um parlamentar, lá da China, diz que agora vai mudar: quem está com o Governo está com o Governo, quem não está com o Governo não está com o Governo, não tem mais vantagem, emendazinha e favor para quem não está com o Governo. E quem não retirar a assinatura da Comissão Parlamentar de Inquérito vai se haver, porque vai ficar na conta contra o Governo. Isso vem lá da China pela voz de um vice-líder. E aqui sai no jornal: R\$773 milhões estão sendo liberados hoje.

Sabemos todos que amanhã se esgota o prazo. Se até amanhã não forem retiradas as assinaturas dos parlamentares da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Presidente do Senado já advertiu que amanhã vai publicar a lista. Vai publicar e vai instalar a Comissão.

Eu não sei. Eu não fui um dos que mais se esforçou pela criação dessa CPI, porque estou muito mais interessado no resultado do Supremo Tribunal Federal na CPI dos Bingos. Naquela decisão do Supremo na CPI dos Bingos, nós vamos saber se a CPI é um direito da Minoria ou se é um favor da Maioria.

Hoje, o Senador Renan Calheiros, porque há assinatura sobrando – tem a mais assinaturas de oitenta deputados e de vinte senadores –, está dizendo que vai assinar e instalar a Comissão. Mas a instalação, na minha opinião, é um direito da Minoria. Por isso, não estou tão preocupado com essa, mas acho que o Governo está se colocando em uma posição tremendamente delicada.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso já aconteceu no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu entrei com um pedido de CPI contra os corruptores, consegui as assinaturas na Câmara e no Senado e o Governo do Sr. Fernando Henrique fez uma operação relâmpago, e as assinaturas foram retiradas. É verdade. Nunca se conseguiu constituir a CPI dos Corruptores, mas foi feita com uma certa – eu não digo categoria, porque o termo ficaria mal-empregado – rapidez e com agilidade necessárias. Aqui, não. Aqui o assunto vem crescendo, vem crescendo, vem crescendo, e agora, quando chega no último dia, quando o número de assinaturas vem aumentando, o Governo vem com a ameaça de que quem assinar deixa de ser integrante da Base do Governo.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Permita-me V. Ex^a acrescentar à manchete citada há pouco por V. Ex^a, do jornal *Folha de S. Paulo*, que diz que o Governo decide descongelar R\$773 milhões, mais outras duas do mesmo jornal. A primeira diz: “Governo ameaça retaliar, mas adesão à CPI aumenta”. E a outra: “Lula promete retaliar os aliados pró-CPI”. Agradeço pela possibilidade de apoio.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, custa crer! Meu Líder Ney Suassuna concorda que custa crer. O PT tem uma biografia. A história do PT é de causar inveja. Foram 20 anos de seriedade, de firmeza, de dignidade – é verdade que na Oposição, e

na Oposição é mais fácil. Mas eles nunca se curvaram, vamos fazer justiça. Eles foram firmes. Eu acho muito mais importante o PT, a essa altura, dizer “está consumado” e partir para a luta e para o debate dentro da Comissão. E é para esse debate e essa luta dentro da Comissão que quero chamar a atenção. Meu bravo Líder e companheiro Ney Suassuna, temos duas CPI, perdoe-me, Presidente Alvaro Dias, que estão prestando um trabalho complicado, delicado e que não estão à altura da tradição das CPI nesta Casa: a da CPMI da Terra e a do Banestado, porque formaram grupos que brigam, que se contrapõem. Na hora de votar a convocação de fulano, há um esvaziamento. Quer dizer, vi reuniões da CPMI da Terra, que trata da reforma agrária, em que não havia *quorum* porque membros haviam se retirado. E nós sempre sabemos que o *quorum* para se debater, em uma comissão, em uma CPI, é normal. O número só é importante na hora da votação.

E a outra Comissão, então, a do Banestado, foi mais importante. Nenhuma comissão conseguiu encontrar, conseguiu botar, conseguiu armazenar tantos dados que vieram de Nova Iorque. Vieram caixas enviadas pela Justiça Federal de Nova Iorque para o Brasil, informando os números, os nomes, as contas das “contas fantasmas” de dinheiro enviado para os Estados Unidos. Esses números com essas contas estão no porão da CPI e não se conseguiu abrir, porque, de um lado, há o PSDB, de outro lado, o PT, um não querendo abrir as contas do outro, um querendo pegar o Presidente atual do Banco Central, outro querendo pegar o Presidente anterior do Banco Central. E no meio dessa confusão, a CPI terminou – e não sei nem se terminou – não fazendo nada.

Então, o que me assusta hoje é como vão funcionar essas CPI. Eu acho que se elas forem funcionar, os Líderes têm que parar para pensar. Não podem convocar para a Comissão e ouvir, com todo o respeito, alguns que são os mais apaixonados, os mais briguentos, os que estão lá mais buscando fazer confusão, e despreocupados em buscar a verdade.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Nobre Senador Pedro Simon, é evidente que compartilho das preocupações de V. Ex^a em relação à preservação da credibilidade desse instrumento precioso que tem o Parlamento, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Relativamente à CPMI da Terra, discordo de V. Ex^a. Enfrentamos um momento difícil, de muita conflagração interna, mas não houve um requerimento de convocação que não tenha sido aprovado, não houve um requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico que não tenha sido aprovado, porque superamos as dificuldades.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas foram bravas. Levou tempo para se chegar a isso.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O debate se estabeleceu, foi difícil, foi complexo, mas superamos os obstáculos e estamos avançando. Após o discurso de V. Ex^a, ocuparei a tribuna a fim de relatar a reunião da Comissão, no dia de hoje, com revelações da maior importância, demonstrando que, realmente, comissão parlamentar de inquérito é indispensável para quem quer moralizar a atividade pública.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo com V. Ex^a. Mas V. Ex^a concordará comigo que foi uma guerra que V. Ex^a venceu. Mas que foi uma guerra, foi uma guerra. E que houve um momento enorme em que não havia *quorum* na Comissão e que eu era chamado correndo para tentar dar *quorum*, porque havia esse confronto, também é verdade. Foi superado? Graças a Deus. Que essa superação seja o início das que serão criadas aqui, para que não aconteça o que está acontecendo na Comissão do Banestado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É somente um segundo. Apenas para aplaudir V. Ex^a, que traz um assunto bastante sério. Hoje pela

manhã, participei da reunião da Comissão Parlamentar Mista da Terra. O Senador Alvaro Dias a presidia e, por condescendência, já que sou Suplente, S. Ex^a me permitiu o uso da palavra. Fala-se muito em desestabilizar o Governo com CPI. Penso o contrário, Senador. Eu disse também que o Parlamentar que faz parte de uma comissão representa o Partido, mas não a sua consciência. O parlamentar precisa ser independente na solução do problema para o qual foi designado, a fim de apurar a definição da comissão. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Quando somos indicados para fazer parte de uma CPI, precisamos lutar para buscar a verdade, porque a sociedade nos exige isso. A CPI do Banestado não terminou e foi arquivada sem conclusão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é muito importante o que disse o Senador Romeu Tuma. Precisamos entender que a CPI se divide em dois momentos: até a sua criação e quando começa a trabalhar.

No momento em que a CPI começa a trabalhar, é muito importante o que vou dizer. Deputados e Senadores que querem ser dignos do mandato, numa CPI, transformam-se em juízes de um tribunal. Eles se transformam em juízes de um tribunal. Devem buscar a verdade, e o voto deve ser dado de acordo com aquilo que consideram verdade. Não pode haver rixa, disputa, no sentido de estar um contra o outro. É muito importante que a CPI se transforme em tribunal. E creio que isso ocorrerá, Sr. Presidente. Algo me diz que a Liderança do PT vai, até o fim do dia, recuar. Deixará V. Ex^a, o Senador Paulo Paim e os demais parlamentares do partido assinarem o requerimento de instalação da CPI e levarem adiante esse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pressão do Governo contra CPI dos Correios (II)

(Pronunciamento em 25 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, passei o dia em silêncio, ouvindo, assistindo à televisão, recebendo e dando telefonemas. Não me lembro de um momento tão estranho como este que estamos vivendo agora: uma quarta-feira, véspera de um dia santo, colhem-se as assinaturas para se constituir uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o que é uma rotina; houve assinaturas bastantes; sobram deputados e sobram senadores; os fatos estão aí, reais, caiu na boca do mundo; pede-se para investigá-los. O que tem isso de mais? O que significa isso a mais na vida do Parlamento? Mais uma CPMI? E daí?! Se hoje, à meia-noite, for mantida a CPMI, vivemos um dia positivo; bom para nós e bom para o Governo. Mas, se o que se comenta acontecer e se se retirarem tantas assinaturas quantas forem necessárias para não se ter a CPMI, pobre do Congresso e pobre do Governo!

Se eu fosse de uma oposição, como aquela da antiga UDN, da calúnia, se eu quisesse desmoralizar, se eu buscasse o “quanto pior, melhor”, eu chuleava para não ter CPMI. Não tem CPMI. Caíram as assinaturas; derrubaram a CPMI. Se amanhã acontecer isso, o PT nunca mais será o mesmo! O Lula nunca mais será o mesmo! Porque aquilo que se diz, que se confia no Lula, que o Lula vai ter chance de mudar, de alterar, de se reencontrar com o seu caminho, com a sua biografia, com a sua história... O Lula ainda não cometeu nenhum pecado mortal. As pessoas que o cercam é que não lhe dão condições

para avançar. Mas, se essas coisas ocorrerem – e com as notícias de que o deputado que está lá com o Lula, na Coréia e na China, nos dizendo que o Lula mandou dizer que quem não retirar a assinatura da CPMI é inimigo, não tendo mais vantagem, não tendo mais verba, não tendo mais não sei o quê –, se isso acontecer, segunda-feira nós teremos outro Governo! E o Lula vai ver que aquilo que ele tinha de mais sagrado; aquilo que ele formou... E há os que formam o seu patrimônio cultural, como o Fernando Henrique, um grande intelectual; há os que formam o seu patrimônio financeiro, como Antonio Ermírio de Moraes, um bilionário, mas há os que formam o seu patrimônio ético, moral, cívico. O Lula é isso!

Lá de Pernambuco, depois de o pai ter abandonado a família, ele veio com a mãe e os nove irmãos. E, ali, jogado na floresta da miséria de São Paulo, conseguiu se manter, crescer, avançar, ser gente! Não tirou o primário, mas mesmo assim se tornou um líder sindical, criou um partido de trabalhadores, o único no mundo. Perdeu três eleições, ganhou a quarta, porque foi crescendo, crescendo, crescendo em credibilidade, em seriedade, em honorabilidade, que ele tinha e que todos reconheciam na presença dele. Todos sabiam que o Lula não era doutor, que o Lula não era gênio, que o Lula não era economista, que o Lula não era dessas pessoas sem cultura, mas de repente avançou, desenvolveu-se numa intelectualidade! Todos sabiam que o Lula era o homem sério, o homem correto! O homem que, como ele dizia, havia sentido no corpo e na alma o peso da miséria, da fome e da injustiça, que tinha caminhado pelo Brasil e trazia com ele o choro e as misérias dos brasileiros que ele tinha encontrado. Conforme ele dizia: “Se querem reforma agrária, votem no Lula! Se querem distribuição da riqueza, votem no Lula! Se querem um Brasil diferente, votem no Lula! Isso era ouvido e todo mundo aceitou. Isso chegou à classe média e até à elite. Cansados daquele Governo do Fernando Henrique, que não criava CPI; cansados daquele Governo do Fernando Henrique, que privatizou – e o dinheiro das privatizações não se sabe até hoje onde foi parar –; cansados daquele Governo, que é igualzinho ao Governo que o Lula está fazendo, votaram nele.

E o Lula ganhou, e a maior expectativa da vida brasileira foi a vitória do Lula. Ele tinha a Nação a seus pés. O Lula não tinha compro-

misso algum com os militares; o Lula não tinha compromisso algum com as classes empresariais; não tinha compromisso algum com os banqueiros nem com as empreiteiras; não tinha compromisso algum com o seu Partido, a não ser o compromisso moral e ético de fazer um governo.

Tive a oportunidade de falar com o Lula. Jantando na minha casa, eu disse a ele: “Tu, Lula, és a grande esperança do Brasil! Tu tens compromisso com a tua consciência e com o teu País! Faça um grande Governo, Lula! Escolha os melhores, os mais capazes, os mais competentes!”

E aí está: o Lula, cá entre nós, não poderia ter nomeado o Ministro da Previdência que aí está, porque o que se está dizendo agora a respeito de S. Ex^a todo mundo já sabia. Não dá para dizer que nomeou porque não sabia, que ficou sabendo depois. Não é verdade. Não há uma palavra nova, não há uma vírgula, não há uma denúncia nova contra o Ministro da Previdência. Todo mundo já sabia, e ele o nomeou. E depois, disse: “Manchetes de jornais! Eu não vou demitir por causa de manchetes de jornais!” Aí o Procurador denunciou; dando 15 dias para o Ministro se defender. S. Ex^a se defendeu e o Procurador, de posse da defesa, apresentou a denúncia. O Ministro do Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia e o Ministro está sendo processado. Quando é que o Lula vai demiti-lo? Agora que ele tem denúncia aceita no Supremo ou quando for condenado no Supremo? Quando for condenado no Supremo, o Lula não o demitirá mais, porque quem vai demiti-lo será o Supremo. Ele será demitido pelo Supremo Tribunal Federal!

Meus irmãos, o pior que pode acontecer para o Brasil, o pior que pode acontecer para o Governo Lula, o pior que pode acontecer para o PT, o pior que pode acontecer para as nossas esperanças é derrubarem a CPMI. Se derrubarem a CPMI, desmoralizam o Congresso. O povo vai olhar para nós – e não adianta dizer que assinou, que não assinou; que retirou ou não retirou –, para o conjunto, para o contexto e dirá: “E esse Congresso aí! O Lula tinha razão mesmo! São trezentos e não sei quantos canastrões que lá estão!” Vai ser uma humilhação para o Congresso, ridícula e grosseira.

Quando foi o Fernando Henrique, comprando votos para a renovação do seu mandato, a reeleição, quando deu dinheiro e tudo o mais,

o PT e nós berramos, discutimos e protestamos, estávamos numa posição, à época, em defesa da ética e da moral. Agora, vejo o Líder do PT e o Líder do Governo lá na Câmara defendendo a não realização da CPMI, usando os argumentos de Fernando Henrique, usando os argumentos do PSDB da época!

Se sair a CPI, pode acontecer como na do Banestado, dar a liderança a um membro do PT e a Presidência a um do PSDB. Eles brigaram o tempo todo e não concluíram nada. Foi um escândalo. Vieram provas das mais importantes dos Estados Unidos. Nunca na história das CPI conseguimos que viessem da Justiça americana provas das contas CC-5, das que foram enviadas, das “contas fantasmas” que estão aí nos cofres do Senado Federal. E as brigas entre Presidente e Relator não deixaram que se abrissem para se tomar conhecimento.

Por isso, digo eu, criada a CPI, não significa que ela terá um grande futuro. Não sei o que vai ser. Agora, se não deixarem criar a CPI, eu já sei que o PT será culpado, o Lula será culpado e o Governo será culpado, porque não querem colocar os corruptos no lugar que eles merecem.

Como eu gostaria que junto com o meu pensamento eu pudesse me transferir e estar com o Lula na Ásia, na China, em meio àquela filosofia, àquele conhecimento e àquela cultura milenar, para que alguém desse ao Lula o conselho de que ele precisa. É uma pena que ele esteja tão longe, que as pessoas que estão com ele, pelo que sentimos, estejam numa posição tão triste e que ele não se dê conta do que acontecerá ao seu Governo.

Sou do PMDB, do velho MDB, e houve um momento em que o Brasil todo era MDB. Quando o MDB fez a campanha das “Diretas Já”, quando derrotou a ditadura, quando conseguimos a anistia, naquele apogeu, era todo mundo MDB. Elegemos todos os governadores, à exceção de um. Fizemos dois terços na Constituinte, na Câmara dos Deputados e aqui, e aí? E aí o MDB começou a jogar fora o seu patrimônio. Começou a jogar fora, começou a desqualificar sua direção, ao arquivarem o Dr. Ulysses da Presidência, começaram a negociar cargos com o Sarney, brigando por cargos aqui e cargos acolá. Eu dizia que estávamos perdendo o nosso patrimônio e que não tínhamos como recuperá-lo. E não o recuperamos. O MDB tem história, tem

respeitabilidade popular e, agora, tem condições de vir porque o PT está saindo.

Na última eleição, eu e o Senador Eduardo Suplicy fizemos uma palestra na PUC, onde 95% dos alunos tinham roupa do PT, bandeira do PT, distintivo do PT e, quando eu entrava eles diziam: “Senador, nós gostamos muito do senhor, mas não fale mal do nosso candidato”. Hoje, quando se entra numa faculdade, se se encontrar um distintivo do PT, ele só estará do lado de dentro do paletó. A pessoa mostra que é do PT de forma escondida; abertamente não mostra. Essa gente foi a primeira que aderiu, que veio, que abraçou, que se agarrou à causa da bandeira do PT e do Lula e estão angustiados.

Quando vou a uma palestra com eles, fico com pena, não sei o que dizer. Estamos sem o direito de ter esperança. O que vamos dizer? Primeiro, vieram os militares. Uma ditadura militar de 20 anos, que podia, pelo menos, como Pinochet, ter feito alguma coisinha boa na economia, mas não fez nada; que podia ter feito algo normal pela moralização da administração pública, mas a desmoralizou. Aí vem o Sarney, coitadinho, sem estar preparado. Aí vem o intelectual Fernando Henrique Cardoso com a social democracia. Foi um fiasco! Aí, sim, aí o Brasil disse: “Dessa vez, chegou a nossa vez com o Lula”. Agora é a nossa vez; repito porque é importante repetir. Lula se elegeu sem ter um compromisso com militar, com a classe empresarial, com a classe financeira, com absolutamente nada. Lula ganhou e está aí.

Meu Deus do céu fui Governador do Rio Grande. Em meu Governo, reuni o secretariado e disse, na primeira reunião: “No meu Governo não há parentes”. Assumi o Governo do Rio Grande do Sul, que tinha 20 anos de Arena. Fui Líder, durante 20 anos, contra a Arena. Cheguei ao Governo e tive que tomar algumas decisões.

Veio o chefe da Casa Militar trazendo alguns nomes. Olho e digo: e este aqui? Era um nome igual ao dele. Disse-me: “É meu filho. Mas na Brigada é diferente. Há uma escala de promoções. É a vez dele. Não posso prejudicar meu filho”. “Por amor de Deus, o senhor não vai prejudicar o seu filho. O seu filho fica, o senhor sai”. Foi a única vez. Não houve mais nenhuma. No meu Governo, não houve mais ninguém, depois que tomaram conhecimento desse fato, que quisesse repetir. A notícia saiu no jornal. Era um compadre meu, um amigo.

Analisei, verifiquei, culpa ele não tinha. Mas eu não podia provar, nem ele poderia. Na dúvida, demiti. No meu Governo, na dúvida, eu demiti. Várias vezes devo ter cometido injustiças, mas demiti.

Um governo não pode agir assim. Se o Presidente Lula fosse fazer um Governo do PT como imaginamos, demitiria meia dúzia e mudaria o seu Governo. O resto se acomodaria. Seu Governo iria mudar porque o resto se acomodaria. Mas dizem que Lula não demite, não manda, é o Chefe da Casa Civil, é não-sei-quê. E aí fazem o que querem. É como eu digo: por amor de Deus, reconduzam o Procurador-Geral da República! Muita coisa não está acontecendo neste País por causa do Procurador-Geral da República, porque todo mundo sabe que esse não é engavetador. Esse, quando tem de denunciar, denuncia; quando não tem, não denuncia!

Se ele fosse homem que quisesse aparecer, um exibido, quando o PFL e o PSDB entraram com a representação, pedindo para enquadrar o Presidente da República... Cá entre nós, o Presidente foi infeliz no seu pronunciamento, fez um discurso no Palácio do Planalto, na frente de uma multidão de lideranças empresariais. Disse: “Eu estava lá, veio o presidente do banco e me disse que tinha havido muita corrupção nas privatizações e que o dinheiro do banco tinha sido envolvido. Aí, eu perguntei para ele” (isso é o Lula falando para o povo): “Você já falou com alguém?” “Não, não falei com ninguém, estou falando com o senhor em primeiro lugar”. “Então, não fale mais. Nesse assunto, não vamos tocar”. O PFL e o PSDB entraram com uma representação.

O Nixon renunciou à Presidência da República, porque ia ser cassado. Por que o Nixon ia ser cassado? Porque, no inquérito sobre a escuta na sede do Partido Democrata, quando foram entrevistá-lo, ele disse que nunca soube de nada, que não tomou conhecimento. Quando o Senado investigou, descobriram que ele sabia de tudo. Quando tomaram conhecimento de que ele sabia, ou ele renunciava ou ele era cassado. Ele renunciou.

Essa declaração do Presidente Lula foi muito grave. Mas o procurador teve a sensibilidade – dou nota dez para S. Ex^a – de dizer que não passava pela cabeça do Presidente Lula mandar engavetar a questão; que não era intenção de Lula evitar o combate à corrupção; que ele apenas disse: “Não fale, que não é hora de falar. Vamos conversar

adiante!” E foi infeliz na hora de expor. O procurador mandou arquivar. Mas, quanto ao do Ministro da Previdência, mandou a primeira, a segunda e a terceira; quanto ao do Presidente do Banco Central, mandou a primeira e a segunda, e está sendo denunciado agora.

Quanta gente não age direito, porque tem medo do Procurador-Geral da República! Pôr um novo Brindeiro lá?! Hoje se arquivava uma CPI. No fim do mês, volta um Brindeiro da Silva no lugar do Procurador. Não sei em que isso vai dar.

Não entendo como o Presidente da República não telefona para o Procurador e diz: “Você vai ficar!” “Mas eu disse que ia ficar só por dois anos”. O Presidente deveria dizer-lhe: “Você é franciscano? A hora é de luta. Você não pode deixar-me sozinho agora. Você tem de ficar onde está! Eu determino que fique, e você tem de ficar!” Duvido que o procurador não fique. Dessa turma aí, sei lá quem vai entrar!

E há gente festejando que retiraram as assinaturas. Será que o PSDB e o PFL vão chorar muito, não havendo as assinaturas? Será que a Senadora Heloísa Helena vai chorar muito, porque não há as assinaturas, não há mais CPI? Não, fizeram a sua parte. E vamos ter três meses de sofrimento, de luta, de batalha – e ninguém gosta disso –, que é uma CPI.

Mas o Governo, na segunda-feira, é outro. Não sei o que Fernando Henrique vai falar; na verdade, ele não tem autoridade para falar coisa alguma, porque também é um arquivador de CPI. Mas muita coisa vai ser dita.

Eu até proponho, Sr. Presidente, fazermos uma resistência física: ficarmos aqui até à meia-noite. Sei que a Taquígrafia já está me olhando; se pudesse, já estaria me comendo pelos olhos. Estou até estou fazendo sinal para isolar.

Não sei se, a esta altura, aquilo que se chama vigília cívica não seria um gesto vazio. Mas pode ser que, daqui a pouco, fiquemos sabendo de uma corrida atrás de A, B ou C, e, talvez, o fato de o Congresso estar reunido possa impedir que isso aconteça. Essa é uma proposta. É viável? Não sei. Mas é uma idéia.

Saio, Sr. Presidente, da tribuna. Foi um dia muito triste. Olho para o meu amigo Suplicy, que é uma dessas bandeiras que vêm de

tão longe. O Senador Eduardo Suplicy, desde o início, vem lutando, lutando, lutando... E, agora, vem o PT e diz que Suplicy não pode assinar. Como o Partido faz uma coisa dessa? Nem sei o que o PMDB pensa ou deixa de pensar, mas eu mereço respeito! A individualidade das pessoas merece respeito.

Talvez, Lula faça lá na China o que fiz, quando jovem, ao visitar aquele país. Era uma reunião de jovens estudantes do mundo inteiro. No final de vários dias percorrendo a China, quando chegamos à reunião de encerramento – havia os dirigentes cubanos –, indagaram se queríamos fazer alguma pergunta. Fiz a minha pergunta: “Por que há tanta gente de 70 anos nos cargos de comando?” E me responderam: “Porque os de 80 anos já morreram”.

Que Lula aprenda com a filosofia chinesa! Que aprenda, na China, a possibilidade e a grandeza de viver! Há um pensamento chinês, que nunca esqueci e que diz assim: “O homem vive. Vivendo, o homem sofre. Sofrer faz o homem pensar; pensar torna o homem sábio; ser sábio ajuda o homem a viver”. Quem sabe, no meio daquela cultura extraordinária, Lula tenha tempo para pegar o telefone e dizer: “Deixem a CPI ir adiante! Vamos levá-la adiante! Quando chegar ao Brasil, chamarei os Líderes de todos os Partidos...”

Lula está falando, hoje, no jornal: “Vou convidar a cidadania, para defender-se contra a corrupção”. Ótimo! Convoque a cidadania! Eu sou um dos que estarão na fila dos que defendem a cidadania contra a corrupção. Convoque-nos a todos! E faça um pacto de honra de transformarmos a CPI em um tribunal, como ocorreu no *impeachment* e com os Anões do Orçamento. Nós, Senadores, vamos agir como juízes, com a imparcialidade de julgar o que deve ser julgado.

Juro, meu Deus, que rezo pelo meu amigo Lula, que vive hoje o momento mais importante da sua carreira política. Ele já perdeu eleição; perdeu uma, duas, três. E já ganhou. Agora, a moral, a ética e a dignidade, nunca ninguém as tirou dele, e podem tirá-las, hoje, à meia-noite. Que Deus o abençoe, meu amigo Lula, e que você tenha tempo para pensar!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que é muito positiva a sugestão de que permaneçamos em sessão até à meia-noite, porque se trata de um dia de grande relevância para a decisão importante que o Congresso Nacional está tomando. Em segundo lugar, mais uma vez, gostaria de dizer que considero muito significativo que a voz, as palavras e o pensamento de V. Ex^a chegue ao Presidente Lula, mesmo que Sua Excelência esteja, na Coréia, tomando uma decisão, a exemplo do que ocorreu no Haiti, sobre a possibilidade de a Seleção Brasileira realizar um jogo de futebol, desta vez, com a seleção mista de ambas as Coréias. Essa proposição foi formulada, ao dialogar com o Embaixador da Coréia e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Reunificação do Parlamento Coreano, quando estiveram aqui, na semana passada. Haveria um jogo em Seul e outro na capital da Coréia do Norte, para, assim, promover a confraternização entre coreanos do norte e do sul. Isso seria muito importante para a paz, mas, em especial, para refletir sobre a nossa história, a história que V. Ex^a acaba de recordar do seu próprio Partido – o MDB, ao qual eu pertenci, e o PMDB até hoje. Houve muitos que alertaram, conforme V. Ex^a, que poderiam o MDB e o PMDB perderem força se não estivessem muito firmes naquilo que inclusive congregou tantos de nós na luta pela democratização do País. É muito importante o que V. Ex^a nos diz a respeito de quão seria coerente para nós, do Partido dos Trabalhadores, assinarmos o requerimento dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aceito a sugestão e pondero ao Presidente Augusto Botelho, que preside a sessão, que acredito seja positiva. Avalio que haverá um número de Senadores suficiente e necessário para mantermos a nossa sessão até a meia-noite. E digo mais, Senador Pedro Simon, aos Líderes do PT, o meu Líder Delcídio Amaral e o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, que continuo refletindo sobre tudo o que aconteceu hoje na reunião da nossa Bancada. Daqui a instantes, quando eu estiver com o direito de falar da tribuna, lerei a carta que enviei, ontem à noite, ao Presidente. Estou prestes a tomar uma decisão relativa à questão

da assinatura do requerimento da CPI, e o farei da tribuna do Senado. Estou recebendo muitas mensagens, uma após a outra. O diálogo com o povo brasileiro, o diálogo que encetei nos últimos dias, continua vivo. Portanto, a proposição de V. Ex^a é muito importante. Precisamos, como Congresso Nacional, como Senado Federal, no dia de hoje, estar abertos ao sentimento do povo, perceber como o povo está reagindo a nós; precisamos ser o verdadeiro pulmão que é o Congresso Nacional, quando o povo percebe e precisa que estejamos aqui refletindo e dizendo as coisas, tais como as que V. Ex^a há pouco disse. Congratulome com V. Ex^a e registro que as palavras de V. Ex^a estão tocando fundo o coração e a mente das pessoas, inclusive daqueles do PT que aqui se encontram, como os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e eu, que estamos refletindo, pensando e tomando decisões. Cumprimento-o, portanto, por suas ponderações, que são de grande relevância para o momento que vivemos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. E quero lhe dizer, Senador, que, nesses longos anos que o conheço, V. Ex^a é um homem de uma linha reta, da dignidade, da correção, da seriedade. V. Ex^a é um homem de princípios. Por exemplo, V. Ex^a defende o direito democrático de se expressar.

Houve um momento em que o Lula tinha de ser candidato, e V. Ex^a se apresentar para uma opção era um escândalo. V. Ex^a pegou a antipatia de muitos, mas manteve a sua palavra. V. Ex^a esteve sozinho aqui. O PT era V. Ex^a. E, muitas vezes, oitenta Senadores caminharam atrás de V. Ex^a, e para caminhos que não imaginávamos que iriam, e em uma época difícil. Não era a época da democracia. V. Ex^a possui autoridade e condições. Não há ninguém que possa existir e que possa não respeitar quem é V. Ex^a, que o Brasil inteiro conhece.

Ouç-o com o maior prazer, companheiro Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, quero dizer que, hoje à noite, quando o Senador Suplicy falar da tribuna do Congresso, ele o fará também em meu nome. Segundo, quero dizer que, de tudo, o que mais me preocupa hoje é que um discurso como o seu é visto por grande parte das pessoas que compõem o Governo como se V. Ex^a estivesse contra o Lula e contra

o Governo. Isso, a meu ver, é um equívoco total de entendimento das coisas. O discurso de V. Ex^a é o de quem quer que o Governo Lula dê certo. O seu discurso é o de quem deseja, apesar de ser do PMDB, que o PT dê certo. Agora, alguns acham que ser a favor de uma causa é compactuar com tudo, é ficar em silêncio, é ficar omissos, é bajular até. O que V. Ex^a está fazendo é um discurso forte, comprometido com seus princípios, mas, sobretudo, entendo que é um discurso que o Presidente Lula deveria ouvir, e sobre ele refletir, como se fosse de um aliado, como talvez ele não tenha muito, até mesmo dentro do nosso Partido. O senhor é um aliado das mesmas causas do Presidente Lula, e eu gostaríamos muito que ele tivesse tempo de escutar, refletir e entender aquilo que V. Ex^a disse aqui esta noite.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, que vem defendendo uma linha que admiro muito; os pronunciamentos de V. Ex^a são de alguém que é PT, que tem uma vida de cultura, de capacidade, que tem milhares de horas de leitura, de competência e de capacidade, e que fez uma opção pelo PT, que era aquele PT que ganhou as eleições. V. Ex^a se jogou, de corpo e alma – seu nome, sua biografia, sua história – naquilo que para V. Ex^a era o garantido, era o certo. No momento em que isso não está acontecendo, V. Ex^a, ainda mais da maneira elegante como o faz, vai, orienta, aconselha o Governo, mostrando que esse outro é o caminho. Pelo amor de Deus! V. Ex^a está fazendo da forma mais carinhosa, mais construtiva e mais serena. No entanto, ou V. Ex^a tem o silêncio – não lhe respondem –, ou tem um certo desdém – “é um intelectual, não está entendendo as coisas”. V. Ex^a pode ficar convicto de que ficará com a sua atuação e com o seu trabalho marcados. V. Ex^a está fazendo a coisa certa, na hora certa.

Pois não, Senador Antero.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Simon, primeiro, gostaria de cumprimentá-lo. Já assinei a manifestação que V. Ex^a fez oralmente na tribuna do Senado. Reputo, da mesma forma que V. Ex^a, a reindicação de Claudio Fonteles um bem para o Brasil e principalmente para este Governo. Entretanto, reporto-me a alguns detalhes da fala de V. Ex^a: a nomeação do Ministro da Previdência. Depois de tudo o que aconteceu, o próprio Presidente da República

disse, naquela famosa entrevista coletiva – uma entrevista que permitia tréplica, uma entrevista moderníssima...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não são notícias de jornal que...

*O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – ...o Presidente disse que sabia de tudo aquilo antes de nomeá-lo. Disse que, antes de ser nomeado, o Ministro não faltou com a ética, pois lhe contou tudo. S. Ex^a sabia de tudo, e disse isso. Sabia de tudo e, ainda assim, nomeou-o. Pelo menos, deveria ter evitado essas situações. Aliás, quem nomeia o que foi presidente do INSS também tem coragem. Nós, mato-grossenses, quando alguém é muito corajoso, falamos assim: “tem coragem para mamar em onça virgem no Pantanal”. Onça virgem ainda não pariu, e mamar em onça virgem é difícil. Essas coisas acontecem. Por quê? Porque não se faz um governo assim: esse cidadão é competente? É ético? Atende aos anseios da Nação? Atende aos compromissos da campanha? Atende aos compromissos do Governo? Então, vai ser nomeado. Não é assim. *Broadcast* de agora: o Líder do Governo, esperançoso, está convocando a Bancada de Deputados do PT para uma reunião para retirada de assinaturas e está cobrando do PMDB...*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A que horas?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Às 18 horas e 6 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, a que horas será a reunião da Bancada?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Está acontecendo agora a reunião da Bancada do PT. Estão reunidos, agora, para retirar assinaturas, e a Direção Nacional vai cobrar. Estão cobrando também do PMDB, que contribuiu com 37 assinaturas. Estão cobrando, mas estão encontrando uma certa dificuldade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se o PMDB não retirar assinaturas, eles vão demitir o Ministro da Previdência.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Pois é, além disso, há a requalificação da base. É a essa requalificação que o Genoíno se refere. Quem retirar a assinatura estará requalificado, passou no teste do Genoíno. Quem não retirar, não estará requalificado. V. Ex^a toca numa questão fundamental quando reverencia – eu também reverencio – o comportamento e a postura ética do Senador Eduardo Suplicy. Tenho uma pequenina divergência com relação a isso. Precisamos fazer a reforma política no Brasil, para que a fidelidade partidária seja fidelidade ao partido e não à cúpula dirigente do partido. Faz-se necessário um debate acadêmico para saber o que é partido e o que é governo; o que é partido no governo; o que é ser fiel ao programa do partido e o que é ser fiel ao que determina quem está no poder. Todos os partidos que chegaram ao poder se transformaram em partido de holerite. Nós acreditávamos que seria diferente com o PT. Senador Pedro Simon, sinceramente, sabe o que o Lula está fazendo? Está fazendo com que o medo derrote a esperança, embora tenha feito sua campanha eleitoral dizendo que a esperança iria derrotar o medo. Não tenho dúvida alguma de que, com esse comportamento, fará com que o medo de uma apuração de uma CPI dos Correios derrote a esperança. E só há um caminho: refundar o Governo: fazer com que todas as pessoas peçam demissão, porque não tem coragem de demitir ninguém – até o Waldomiro pediu demissão – e, depois, inaugurar um novo Governo. E não dá para ninguém da base do Governo ser cobrado quando assume uma postura ética. A nossa credibilidade já está no chão. Temos 87% de rejeição junto à opinião pública, e a retirada de assinaturas vai nos levar a 100%, Senador Pedro Simon. Cumprimento V. Ex^a por sua longa vida pública. Parece-me que é de Santo Agostinho a frase: “As palavras convencem, e os exemplos arrastam”. V. Ex^a, com sua vida pública, é um exemplo para quem quer e para quem insiste em tentar fazer política com ética neste País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

Sr. Presidente, como o Presidente Eduardo Suplicy está esperando para ocupar a tribuna, encerro dizendo que, se depender de nós, fi-

camos aqui, ainda mais porque se tem conhecimento de que a Bancada do PT está reunida e que está pedindo para que a Bancada do PMDB também se reúna. Acho que quem puder permanecer no Senado fará muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem a Jeter Bertoletti

(Pronunciamento em 25 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero registrar hoje, desta tribuna, um fato da maior relevância. Trata-se da indicação do brasileiro Jeter Jorge Bertoletti, natural de Caxias do Sul, para concorrer ao Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco, órgão das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura.

O Prêmio Kalinga destina-se a profissionais que tenham contribuído para a divulgação e interpretação das questões científicas mundiais e para o desenvolvimento cultural e econômico. Entre os vários organismos que indicaram o professor Bertoletti, citaremos aqui apenas três: Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Ministério da Ciência e Tecnologia e Academia de Ciências do Brasil.

A indicação do Professor Jeter Jorge Bertoletti deve-se aos seus grandes projetos de popularização da ciência e inclusão social. Dentre esses, podemos destacar a idealização e a fundação do renomado Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica, em Porto Alegre, unanimemente elogiado no Rio Grande do Sul.

Até hoje apenas quatro brasileiros receberam este importante prêmio: José Reis, em 1974; Oswaldo Frota Pessoa, em 1982; Ennio Candotti, em 1998; e Ernest Hamburger, em 2000.

Jeter Jorge Bertoletti bacharelou-se em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUC-RS, em dezembro de 1962. Licenciou-se em História Natural pela mesma faculdade em

1963. Obteve seu doutoramento pela mesma Universidade em 1977. É ainda livre-docente em Geografia Biológica.

Entre prêmios e distinções que recebeu, destacam-se:

Homenageado com a escolha de seu sobrenome para uma espécie nova de peixe *Diodon bertoletti*, 1979.

Homenageado com a Comenda Irmão Afonso, em 1987, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Recebeu homenagem pela organização da Feira de Ciência e Tecnologia do Cone Sul, em 1993.

Foi homenageado pela elaboração do Projeto Pro-Mata, pela Universidade de Tübingen, Alemanha, 1996.

Foi homenageado ao ser descoberta uma espécie nova de mosquito, chamada *Simulium (Thyrsopelmar) jeteri*, 1996.

Foi homenageado pela colaboração ao Núcleo Antártico/UFSM, 1997.

Foi homenageado em reconhecimento pelas suas atividades em Ciência e Tecnologia pelo Conselho Nacional da Unesco no Peru, 1998.

Foi homenageado com o Troféu Homens e Mulheres de Ouro do RS, 1999.

Recebeu medalha em homenagem aos 15 anos da Universidade César Vallejo, Peru, 2000.

Foi homenageado com o Troféu Guerreiro 2000 – Destaques do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2000.

Recebeu a Medalha “20 anos da Revista *Ciência Hoje*”, editada pela SBPC, por seu trabalho pela democratização e acesso ao conhecimento científico, Rio de Janeiro, 2002.

Era o que tinha a dizer.

Busca da verdade na CPI dos Correios

(Pronunciamento em 27 de maio)

Senhora Presidente, em primeiro lugar, pode parecer estranho que, estando presentes a Senadora Heloísa Helena e eu, dois senadores, tenhamos aberto esta sessão. Claro que nós sabemos que o Regimento Interno diz que é necessário que estejam presentes quatro senadores para se iniciar uma sessão. Então, como fizemos isso? Violentamos o Regimento Interno? Em parte. Na verdade, estamos dando uma resposta aos 79 senadores que poderiam estar presentes e não estão. De Oposição, poderia estar presente um senador e de governo, um senador que levantasse uma questão de ordem e dissesse que não pode ser aberta a sessão porque não há *quorum*, falta *quorum*. Mas não há nenhum desses representantes, não há nenhum senador para levantar a questão de ordem e dizer que está faltando *quorum*, vamos levar a sessão enquanto estivermos aqui e enquanto não aparecer um senador, alguém do PT, por exemplo, para dizer que estamos numa sessão que não tem *quorum*.

Penso que, de certa forma, estamos ajudando a imagem do Congresso Nacional. Seria estranho que entrássemos no feriadão. Ontem foi dia de *Corpus Christi* e hoje seguiremos o mesmo caminho? Não, não há feriadão. Estamos aqui. E os nossos irmãos senadores que porventura estejam em Brasília venham para cá! Existe tempo à vontade. Poderão falar, debater e discutir.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, eu li, com profunda expectativa, a nota que saiu no jornal, vinda do Japão, intitulada “Lula fará ‘choque ético’ no governo, afirmam aliados”.

Diz a nota:

“Aliados do Governo que conversaram com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por telefone disseram que ele, quando voltar no domingo de viagem à Coréia do Sul e ao Japão, promete adotar medidas para inibir a corrupção, endurecendo regras para compras governamentais (...).

‘Choque ético’ teria sido a expressão de Lula. O Presidente demitiria ministros, como Aldo Rebelo (Coordenação Política) e Romero Jucá (Previdência) e o presidente do Banco Central (...).”

Queira Deus que essa notícia seja verdadeira.

O Lula chega com muitas histórias que serão contadas a ele do que se passou aqui. Eu creio que quem vem de tão longe e viu uma civilização antiga e milenar, com tantas aulas a nos oferecer, uma nação que gosta de pensar, de refletir, de filosofar, onde há um respeito incomensurável às pessoas mais velhas – mais velhas ficam, mais carinho e respeito têm, porque se considera que mais condições tiveram de tornarem-se cultas e sábias. Estive lá e vi. Como é bonito ver, em qualquer lar, às vezes a velhinha ou o velhinho quase não enxergando, caminhando lentamente, mas num lugar especial! Todas as pessoas – os filhos, os netos, os bisnetos, os tetranetos – olhando com respeito, com carinho, com veneração, e não se faz nada ali sem primeiro ouvir a palavra do chefe, o que acha, o que pensa. De lá vem o Lula, 24, 30 horas de viagem, durante as quais poderá meditar, poderá ler, poderá sonhar, poderá rezar – e ele diz que reza. Peço a Deus que ilumine o Presidente Lula. Peço a Deus que, em regresso dessa viagem ao outro lado do mundo, ele tenha a chance, que Deus lhe abra os olhos para ver e que ele tenha a oportunidade de chegar aqui e não ligar para as manchetes de jornal em que o seu Chefe da Casa Civil exige punição de parte do PT. Não vá por aí, Lula! Não vá por aí!

Quando era jovem, criança, cometi um ato de vingança com alguém que tinha me feito algo. O meu pai me chamou. Embora o meu pai falasse árabe, falasse francês – e na escola do Líbano, que era colônia da França, falava-se o francês –, o seu português era bem arre-

vesado. Então, ele falava de uma maneira... e morreu falando daquele jeito. E, quando eu estava com aquela mágoa, com aquela revolta, querendo fazer algo para dar resposta àquilo que eu havia sofrido, meu pai me disse algo que nunca esqueci. Quando eu deixei o Governo do Rio Grande do Sul, foi a frase final que deixei com o Governador que assumia. Meus auxiliares fizeram um quadro bonito, com as rochas à beira-mar e aquelas frases escritas, e me presentearam.

Dizia o meu pai que um homem estava caminhando à beira-mar quando uns bandidos apareceram e o deixaram praticamente morto, roubando tudo o que trazia consigo. E ele, alquebrado, escreveu na areia: “Aqui Said quis matar o seu irmão”. Logo depois veio alguém e lhe deu apoio. Carregando-o nos ombros, ficou com ele, curou suas feridas e o salvou. Quando ele se sentiu salvo, saiu dali e escreveu em uma rocha: “Aqui Fulano salvou a vida de Elias”. Aí, o que o salvou, lhe perguntou: “Mas como? Escreves na areia o nome daquele que quase te matou e escreves na rocha o nome daquele que te salva. Por quê?” Ao que ele respondeu: “Porque as coisas que me fazem mal, eu quero esquecê-las; eu quero esquecer os males que me fazem; eu não quero que fique na minha alma. Eu quero que, assim como vem a água do mar e lava a areia e desaparece com as marcas, saiam também do meu sentimento o rancor e o ódio para que eu não viva no rancor e no ódio. Porém, aquele que me fez o bem, aquele que me salvou, escrevo o seu nome na rocha, porque quero que ele esteja inscrito no meu coração para que, pelo resto da minha vida, eu me lembre de que ele me fez o bem, que ele me ajudou e me salvou”.

Meu amigo Lula, você chegou à Presidência da República, vindo de tão longe... No mundo moderno, não há uma figura que tenha a tua biografia, meu amigo Lula, que tenha a tua história, que agora alguns querem tomar como se fosse deles, de A, de B ou de C. Estes fizeram parte do grupo, mas tu os conduziste com a tua palavra, com o teu exemplo, com a tua história, e chegaste onde estás hoje. Então, Lula, se é verdade o que a imprensa diz, ou seja, que tu, pelo telefone, avisaste a teus colegas que darás um choque ético, se isso é exato, meu bom Presidente Lula, que Deus te ajude, que tu medites e não te deixes levar pela mágoa nem pelo rancor. Que tu ouças as pessoas, Lula, não apenas aqueles que estão ali em roda de ti, não apenas o grupo que, di-

zem, tu deixaste – não sei se isso é exato – para coordenar a retirada de assinaturas; debes ouvi-lo, é claro, mas não fiques apenas nele, ouve mais, ouve a análise que deve ser feita do contexto. Se tu chegasses, segunda-feira, aqui, Lula, e os teus auxiliares tivessem tido êxito, tivessem conseguido a retirada das assinaturas de 120 deputados e 30 senadores, eles iriam ao aeroporto para esperar-te, dizendo: “Vitória! Foi espetacular. Desmoronamos aqueles que queriam a CPI”. Mas, Lula, será que essa vitória seria realmente uma vitória?

Meu amigo Lula, na tua biografia, que será escrita adiante, quanto tu estiveres mais velho, com teus filhos, netos e bisnetos, quando os historiadores escreverem a magnífica obra da tua vida, da tua história, será que essa página de não ter deixado criar uma CPI, com verbas, com favores, com cargos, com ameaças, seria uma página bonita na tua biografia, Lula? Será que os teus netos se orgulhariam dela? Será que tu recordarias com alegria isso? Ou será: “Que passado!” Porque, na tua vida, isso será algo que ocorreu em relação a uma comissão parlamentar de inquérito. Mais uma. Se tu tiveres a grandeza de aceitar e, aceitando, pedir aos teus líderes nesta Casa que indiquem os componentes... Porque tu sabes, meu amigo Lula, criamos a CPI. Mas a CPI é um direito da minoria – um terço a cria –, mas para funcionar tem a maioria. O Governo tem a maioria permanente, toda hora, para dar *quorum*, para concordar em convocar, para fazer as perguntas, para defender. O Governo não está exposto no banco dos réus, abandonado e esquecido. Não! O Governo, com a sua autoridade, terá condições de levar adiante.

E eu peço ao PMDB, ao PDT, ao PT, ao PFL, ao PSDB, a todos os partidos, principalmente aos parlamentares que vêm de mais tempo: vamos fazer dessa CPI a busca da verdade. Tivemos uma CPI procurando a verdade, a do *impeachment*; tivemos uma CPI buscando a verdade, a dos Anões do Orçamento. Não tivemos CPI – porque o Fernando Henrique não deixou – para apurar os corruptores. Tivemos CPI – e está tendo agora a do Banestado – dolorosamente com um trágico fim. Nunca, na história do Parlamento, tivemos uma CPI com tanta força, com tanta prova. Centenas de caixas vieram dos Estados Unidos, da Justiça americana para cá, contendo as contas fantasmas dos dinheiros enviados ilicitamente para os Estados Unidos. E ali não

se apurou nada, porque o PT e o PSDB, um defendendo o Governo anterior, e o outro defendendo o atual Governo, não deixaram abrir as contas, não deixaram se convocar nem o atual Presidente do Banco Central nem o anterior.

Que esta CPI siga um caminho reto, de busca da verdade! Que o Presidente Lula, chegando ao Brasil, talvez até nem precise chegar ao Brasil, possa pedir a página 10 da *Folha de S.Paulo* de ontem, com a entrevista do Procurador-Geral da República:

“Fontelles vê corrupção institucionalizada. Procurador-Geral diz que atuação integrada do Ministério Público com o Executivo cortou ‘aquele pus que estava represado havia décadas’.”

A 35 dias de deixar o cargo de procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, 58, compara o atual momento político do País, com várias suspeitas de corrupção no meio político, à ruptura de um tecido cheio de pus, em decorrência de uma infecção crônica.

Em entrevista à *Folha*, na última sexta-feira, ele disse que a corrupção não aumentou no Brasil: apenas está mais evidente, em razão da eficiência de investigações, que trazem os casos a público.

Para ele, há corrupção institucionalizada no País desde o regime militar, mas ela começa a ser controlada pela primeira vez com atuação integrada do Ministério Público Federal com órgãos do Executivo, como a Polícia Federal, a Receita Federal e o INSS (...) Nesses dois anos, iniciou-se um novo ciclo, que eu chamo de amadurecimento institucional. A sociedade passou a conhecer a instituição “Ministério Público”, e não os personagens dela.

É a resposta que ele dá, quando lhe perguntam sobre as críticas feitas ao Ministério Público. Reparem V. Ex^{as} que, nos dois anos, desapareceu aquela figura dos procuradores que eram manchetes de jornal, denunciando todo dia. Não! O que aparece é a instituição.

Com toda a lealdade, digo que, em nenhum momento, quer o Presidente da República, quer o Ministro da Justiça me insinuou qualquer coisa. Não houve nenhum laivo de pressão. Eu disse ao Presidente Lula, por mais de duas vezes, que essa atitude do Ministério Público, de independência com maturidade e consciência, é muito importante para a democracia brasileira, e posso dizer que ele concordou com isso. (...)

Eu entreguei a lista tríplice, da classe, com os três nomes.

O Presidente não lhe falou nada. Reparem a entrevista de uma pessoa que tem a paz de espírito. Aqueles procuradores que eram manchete no tempo do PT e que o PT abraçava e vinha todo dia à tribuna para contar as suas entrevistas não estão mais. Porque o Procurador, às vezes, agindo em conjunto com a própria Polícia Federal, denunciou o que tinha de ser denunciado. E o Presidente da República, quando chegar, chame o Fontelles, fale com ele e veja o que precisa ser dito. Se o Presidente da República chegar aqui...

Em primeiro lugar, concordo com o ex-Presidente Itamar Franco. O Ministro da Previdência e o Presidente do Banco Central tinham de ter o espírito público de solicitar a sua demissão, de renunciar. Eles tinham de ver o constrangimento que estão criando para o Presidente, a situação difícil em que está o Presidente, e deviam renunciar.

Se isso não acontecer, que o Presidente o faça. Que o Presidente aja para estabelecer o choque de ética que ele diz que quer para o seu Governo. Que seja um choque de ética no qual apareça o Lula, duro, às vezes, sim, mas com a sua personalidade, demitindo quando tem de demitir, nomeando quando tem de nomear, punindo quem deve ser punido.

O Lula tem muito ainda pela frente. Tive a honra de ser convidado pelo Ministro Ananias para assistir à assinatura de um convênio do nosso Governo com o Banco Mundial. O Vice-Presidente estava aí. E eu lhe disse, na oportunidade: o Brasil paga 180 bilhões de juros, por ano, e estava ali assinando um convênio de 15 bilhões para o problema da fome. E lhe disse que o Papa João Paulo II já defendia que as nações ricas deveriam dar uma espécie de moratória aos países pobres, e lhe disse que o Presidente Lula, quando estive na ONU, falou assim, de que as nações ricas, uma parte do que pagamos em juros... Imaginem se o Brasil, dos 180 bilhões que paga em juros por ano, metade, 1/3 disso, 50 bilhões, durante dez anos, pudesse utilizar na educação, na saúde, na fome, na infra-estrutura! Que país seria o Brasil! Essas eram as bandeiras que o Lula tinha de levantar e levava com ele o Brasil inteiro. O Brasil estaria coeso e unido em torno de uma bandeira como essa. Mais importante, na minha opinião, do que lutar e criar antipatia com a Argentina e tudo o mais para fazer parte do Conselho da ONU.

O Lula vai chegar aqui exatamente em meio ao seu Governo. Um pouco mais já passou, mas eu tenho a convicção de que talvez como nunca ele tenha ficado tanto tempo tão longe e num ambiente, caminhando, andando, vendo e conhecendo, Sua Excelência talvez possa refletir. Ninguém deixará de reconhecer a capacidade intuitiva do Presidente, ninguém poderá deixar de reconhecer a capacidade de análise, de debate, de tomada de posição do Presidente...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já o darei. O que a gente estranha é que Sua Excelência use isso com competência ao exagero na hora da política, mas, na hora da administração, na hora de tomar uma decisão enérgica no seu Governo, Sua Excelência titubeie, deixe para amanhã. Ele mesmo disse para a imprensa que lhe causa pena, que lhe causa dó, que é com sofrimento que demite alguém que é seu amigo, esquecendo que presidente não tem amigo. O Lula tem amigo; o Presidente Lula não tem amigo. O Lula poderia dar um cheque em branco para o Sr. Jefferson, tinha todo o direito; mas, o Presidente da República não tem o direito de dar um cheque em branco, nem para o Jefferson, nem para ninguém, porque ele é Presidente da República.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Pedro Simon, estava às 9h15min ligado na Rádio Senado ouvindo o discurso de V. Ex^a. A Presidência era da Senadora Heloísa Helena e V. Ex^a estava falando – falando e justificando que a sessão estava ocorrendo com a presença de apenas dois senadores; que não tinha ninguém do Governo ou da Oposição para contestar e, por conta disso, a sessão iria continuar, até que aparecesse alguém para contestá-la. Agora, já somos cinco, não há mais quem conteste. Eu quero dizer que a atitude de V. Ex^{as}, Senadora Heloísa Helena e Senador Pedro Simon, de chegarem aqui às 9 horas, em ponto, para abrir a sessão – e era minha intenção fazê-lo também –, demonstra o espírito de civilidade e de responsabilidade civil para com o País. Isso porque hoje não é uma sexta-feira qualquer. Não é um dia imprensado entre um feriado e um sábado qualquer. Hoje é o dia seguinte à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e é um dia de se debater, é um dia de se falar para a sociedade, é um dia

de se comemorar com a opinião pública um fato que ela aplaudiu na quarta-feira, à meia-noite. V. Ex^a está falando quais deveriam ser as preocupações do Presidente Lula. Eu não sei se V. Ex^a viu, ontem à noite e hoje pela manhã, declarações do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro José Dirceu, dizendo que o lugar dos que são contra o Governo é na Oposição. Ele se referia aos parlamentares que haviam assinado o requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeira constatação: quem assinou a CPI é contra o Governo, porque investigar corrupção é contra o Governo. Assim, essa é a primeira constatação que qualquer brasileiro comum faz após ouvir as declarações do Ministro José Dirceu. Segunda, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a não está mais só. A temporada de caça está aberta, mais uma temporada de caça. O Ministro José Dirceu disse que o lugar daquelas pessoas era o PSTU, era o PSOL. Ele citou o partido de V. Ex^a, nominalmente, textualmente. Prepare-se para receber adeptos novos, pela vontade e desejo do Deputado e Ministro José Dirceu. Mas a grande constatação que qualquer brasileiro de qualquer nível de instrução haverá de fazer, depois do que falou o Ministro José Dirceu: que lugar de quem é contra o Governo é na Oposição, é que lugar de “caça-corrupto” é fora do PT. Repito: lugar de “caça-corrupto” é fora do PT.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é V. Ex^a quem o diz.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Não. Falou o Ministro José Dirceu. Estou constatando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está interpretando a frase incluída no pensamento dele.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Exatamente. Qualquer brasileiro de mediana inteligência haverá de constatar, pela palavra dita ontem à noite e repetida esta manhã, que lugar de quem é contra o Governo é na Oposição – e ser contra o Governo, neste momento, é assinar a CPI dos Correios, é querer investigar a corrupção, que é um clamor não somente da Oposição, mas dos brasileiros de norte a sul. Então, evidentemente, lugar de “caça-corrupto”, daqueles que assinaram, é fora

do PT. Esse é o grande dilema do Presidente Lula. Penso que, acima de tudo, ele terá de se debruçar sobre este assunto: o que fazer com os “caça-corruptos” que estão instalados no Partido dos Trabalhadores, organização que, há tanto tempo, ele conduz?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a fala com muita propriedade o que eu tentei expor antes de V. Ex^a chegar. Eu dizia que o Presidente deveria solicitar, lá do Japão, que lhe fosse enviado um fax contendo essa entrevista do Chefe da Casa Civil, em que exige a punição daqueles que assinaram. E deveria ainda pedir que lhe enviassem a entrevista do Procurador-Geral Fontelles, onde ele analisa como tem sido a atuação dele e dos órgãos que ele representa no combate à corrupção.

Acho que o Chefe da Casa Civil não é o melhor conselheiro. Nas suas mágoas, nos seus rancores, ele – e não sei qual foi sua conversa com o Garotinho – tinha prometido não sei o que e recebeu um “não”. Ele, que achava que voltando para coordenar, teria uma grande vitória, não teve. E acho que foi muito bom que não tenha tido essa grande vitória. E ele não tem muita autoridade para chegar para o Lula e cobrar qualquer coisa do Lula. E eu tinha dito que saiu no jornal que o Presidente telefonou aos representantes, às Lideranças suas daqui dizendo que vai fazer uma reforma ética quando chegar aqui, começando com a demissão do Ministro da Previdência e o Presidente do Banco Central. E eu digo que peço a Deus que isso aconteça, e que ele realmente comece um novo Governo.

Acho que o Lula tem tudo para começar e fazer um grande Governo, porque, graças a Deus, não tem nada ainda marcado na carne do Presidente que não lhe dê o direito e a autoridade de falar e de agir com o respeito de toda a Nação. Mas ele está ali no seu limite. Essa é uma decisão que não é como as outras decisões que Sua Excelência tomou. Essa é uma decisão definitiva. Aceite o pensamento do Chefe da Casa Civil, faça as demissões, boicote a Comissão, e estará carimbado o Governo do Presidente Lula de uma maneira dramática e triste. Venha o Presidente, dê o choque de ética, aceite com respeito a CPI, peça aos seus Líderes que nomeiem pessoas capazes, responsáveis e

competentes para agir na CPI e buscar a verdade e Sua Excelência estará iniciando um momento de reencontro com a sua história.

Meu amigo Fontelles, a quem eu quero tanto bem – e espero que ele fique lá – está certo quando diz que a Procuradoria agiu, agiu; que a Polícia Federal agiu, agiu; que o Governo agiu, agiu. Só não agiu no caso do Waldomiro. No caso do Waldomiro, quando pedimos a CPI, o Governo disse que não precisava porque a Polícia ia agir, que era caso de Polícia. Até hoje o Waldomiro não foi demitido. Pediu demissão, foi demitido a pedido, e até agora não se sabe nada. Interessante como, nesse caso dos Correios, rapidamente o Governo agiu, e agiu bem. Mas no caso Waldomiro parece que os seus aliados são muito fortes, porque até agora não fez nada.

Encerro, Sr^a Presidente.

Felicito o Congresso Nacional. Seria hoje um dia muito triste, uma sexta-feira muito dolorosa se a CPI não tivesse sido instalada. Foi instalada, e estamos aqui serenos, tranqüilos, rezando para que esta seja uma continuidade daquelas anteriores, em que se busque a verdade e em que um membro da CPI seja um juiz que julga de acordo com sua consciência, e não de acordo com seu partido, que vota buscando a verdade.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Rejeição da França à Constituição Européia

(Pronunciamento em 30 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, sou daqueles que acompanharam toda essa caminhada desde o término da 2ª Grande Guerra, sucedida pela cruel Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, a ponto de com o tempo viver um estado de paz cheio de guerra. Acompanhei com emoção a unificação da Europa e ficava admirado, emocionava-me verificar que se dava entre aquelas nações com tantas guerras, algumas centenárias, como a Guerra entre a França e a Inglaterra. No século passado, após duas guerras mundiais, o ódio entre França, Inglaterra e Alemanha era brutal. De repente, essas nações começaram a se reunir, começaram a discutir, começaram a dialogar e, aos poucos, foram se achegando. E chegaram à conclusão de que deveriam deixar de lado o ódio, a malquerença, os séculos de lutas por divisas, por mil e uma razões, justas ou injustas, e se aproximar. Primeiro vieram as normas de mercado comum; depois, as normas de intercâmbio, as normas de diálogo cultural, a abertura de fronteiras, a unificação de linguagem, a criação do Parlamento – sem nenhum conteúdo, mas que reunia os representantes de todos os países. Isso foi crescendo, crescendo, e surgiu a União Européia, com moeda única e, agora, com uma Constituição, abrindo as portas a nações européias sem maior tradição e história, mais longínquas, algumas que durante anos tinham sido satélites da União Soviética. E assim se deu o surgimento desta grande comunidade: a chamada Comunidade Européia.

Acompanhei agora o plebiscito da Constituição da unidade europeia votada pelo Parlamento europeu. Para que ela possa ser aplicada é necessário que haja plebiscito aprobatório de todas as nações do Mercado Comum Europeu. Ontem, surpreendentemente para mim, exatamente a França, o país que mais havia tido atuação, participação na busca da unidade europeia; a França, que mais tinha sofrido na última guerra, e mesmo assim havia tido o gesto de grandeza de aproximação; a França que havia tido a atitude de aproximar inclusive inimigos como Inglaterra e Alemanha; a França que, aos que eram contrários à unidade europeia, fazia um mapa de como ficaria a Europa – a Alemanha unificada, enorme, no meio, cercada por dez países, praticamente o centro de tudo –; a França que praticamente coordenou sempre favoravelmente os passos dados até aqui, ontem, disse: “Não, esta Constituição o povo francês não aceita”. O argumento é o de que se dará muita ação para o liberalismo, que se abrirão as portas para que grandes empresas, com facilidade, se adonem de territórios. Por outro lado, as portas se abrirão em definitivo para que os imigrantes das unidades europeias mais pobres, que estão entrando agora, venham fazer concorrência à mão-de-obra francesa. Será preciso novo estudo. Anos passarão. O Mercado Comum Europeu, a Comunidade Europeia deverá fazer uma nova reunião, refazer a Carta e começar de novo.

Quando ouvi o Senador Marco Maciel, na sexta-feira, defender a importância do Mercosul e o esforço que devemos fazer para a sua consolidação, e quando vejo alguns se assustarem porque não se avança como deveria, fico refletindo sobre o ocorrido ontem, quando a França atrasou em não sei quanto tempo a consolidação da Comunidade Europeia.

As análises todas diziam que, se fosse aprovada ontem pela França, a Constituição praticamente passaria incólume pelos países restantes; mas, derrubada pelos franceses, terá de percorrer um longo caminho e deverá analisar as interrogações levadas pela França para ver qual será o seu destino.

Torço para que os equívocos sejam equacionados e para que a Comunidade Europeia seja uma realidade, assim como, desde o início, no Governo Sarney como Ministro e depois como Governador do Rio Grande do Sul, participei e trabalhei para que o Mercosul fosse

uma realidade. Porque vejo que a Europa unida será um fator de paz, entendimento e garantia de estabilidade. Com o Mercado Comum Europeu, a Europa está se unindo; a China está crescendo e a Índia está se desenvolvendo. Elas serão forças que participarão da organização mundial, dando equilíbrio, não permitindo, como hoje, a supremacia absoluta dos americanos, que praticamente são a única voz que fala e decide em âmbito internacional.

Recebo com mágoa a decisão da França, mas não acho que ela signifique um retrocesso, apenas a necessidade de parar, de fazer uma revisão naquela Constituição. O Presidente francês fez um esforço dramático à última hora. Parecia que aquela diferença de dez pontos havia sido tirada por ele. As pesquisas mostravam dez pontos de diferença; mas, nas últimas horas, apontavam um empate técnico. No entanto, o resultado foi de dez pontos de diferença. Nem a paixão com que falou o Presidente da França, apelando para que os franceses aceitassem a Constituição, foi o suficiente para que aquele povo deixasse de lado as dúvidas e as angústias que tem com relação àquela Constituição.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, escuto com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e devo dizer que, a meu ver, o povo francês, ontem, votou mais pensando nas questões internas do que nas questões externas. Acho que isso levou à rejeição da nova Constituição europeia pela França. A questão não vai afetar tanto – assim o desejo também – a consolidação da União Europeia. Acredito que a União Europeia vai continuar a avançar. É um projeto que não começou agora, já tem – podemos dizer – mais de 50 anos, se formos tomar a Comunidade do Carvão e do Aço, que é do início da década de 50, poderá ser talvez o instrumento mais significativo para a constituição da hoje União Europeia. Tenho a impressão de que a União Europeia vai continuar a avançar. E é bom que continue a avançar porque está construindo um modelo que serve de referência para o mundo todo, para nós aqui no Mercosul, inclusive. Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma outra observação. Vamos admitir que o exemplo da França venha contaminar – perdoe-me a expressão –, venha reverberar sobre outros países, e admitamos que a maioria, ao final, não venha ratificar a nova Constituição. Ainda assim eu diria que

nada de muito trágico teria ocorrido, porque continuarão prevalecendo as regras de Nice (França) que foi a última grande reunião, da qual brotou a idéia da Constituição européia. Essas instituições progredem entre avanços e recuos. Aqui e acolá, questões internas e externas afetam o desempenho das instituições. Mas acho que o resultado da França foi mais um sinal de advertência do que uma condenação ao modelo que se está construindo. Acho muito oportuno que V. Ex^a venha ferir essa questão hoje à tarde, porque o que se passou na França deve servir de exemplo para nós. Estamos fazendo um grande esforço para consolidar o Mercosul, mas é necessário que tiremos lições desses fatos. É fundamental que a União Européia realmente seja um concerto de êxito das Nações, que já a essa altura congrega um número muito significativo, 25 nações, chegando a quase se discutir um conceito novo de Europa. Com a própria incorporação da Turquia – a Turquia tem pequena parte de seu território na Europa –, e a de novos países, a União Européia está se convertendo em um modelo que não pode deixar de merecer muitos elogios. Isso vale de exemplo – perdoe-me prolongar um pouco – para o Mercosul. Eu acho que, para nós, não há outro caminho a não ser consolidar o Mercosul. A essa altura, eu nem chamaria de Mercosul somente os países do Prata, mas também os países da América do Sul. Porque este é o nosso destino: integrar todos os países da América do Sul. Felicito V. Ex^a pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe e concordo plenamente com V. Ex^a. Eu devia até ter citado: a impopularidade do Governo deve ter sido um fator importante. O próprio Presidente fez questão de dizer que não era o Governo dele que estava em jogo; o que estava em jogo era a França e o Mercado Comum. Mesmo assim, a impopularidade do Presidente deve ter deixado um efeito muito forte na opinião pública.

Também concordo com V. Ex^a que, entre avanços e recuos, a União Européia chegará lá. Também concordo com V. Ex^a que é importante para nós que o Mercosul, entre avanços e recuos, também chegue a uma posição daquelas.

Encerro, Sr. Presidente, dando as boas-vindas, em nome do Senado, ao Presidente Lula e à sua comitiva. Chegaram, e ontem descansa-

ram. E já ontem estava o Presidente reunido para ver as medidas que vai tomar. Sua Excelência deve ler os jornais. A manchete da *Folha de S.Paulo* falando em declínio ético; o *Correio Braziliense* dando a palavra ao Presidente da OAB, que pede uma faxina moral no Governo; e as palavras de equilíbrio de Cláudio Fontelles, do Ministério Público, sobre a realidade do papel daquela entidade.

Eu confio que o Presidente da República, como os jornais de sexta-feira noticiaram, falando aos companheiros do Brasil, lá do Japão, diria que haveria um choque ético no Brasil com a sua chegada. Não sei nem penso, mas acho que Sua Excelência deve refletir, meditar e não ficar apenas naqueles que o cercam, mas olhar por cima o contexto do Brasil inteiro. Hoje é o grande momento que vive o Governo Lula. Ou ele diz a que veio ou ele faz as transformações que lhe dêem condições de credibilidade e de respeitabilidade. Que o povo olhe e diga: “Não, as coisas vão acontecer”. Ou que siga o conselho daqueles que acham que o caminho é afastar parlamentares do seu partido, que o caminho é uma linha rígida de mostrar quem está com o Governo e quem não está com o Governo, e que parta para a ação.

Quantas matérias vi hoje, quantos telefonemas recebi, quantas correspondências dizendo exatamente isso! As pessoas que comigo se comunicaram diziam: “Que Deus ajude o Presidente Lula a entender que a hora é de grandeza e de humildade, a hora é de uma visão nacional, a hora é de estadista. A hora não é de picuinha, a hora não é das questões miúdas, a hora não é de fazer uma cobrança de contas de aqui e de acolá, a hora é de olhar para frente”.

Aquilo que o Lula não fez quando assumiu e que não tem feito nesses dois anos e meio, esta é a oportunidade de fazer, é a chance que ele tem, que a História lhe oferece. Tome ele as providências, mostre que o seu Governo tem uma grandeza de propósito, identificada com o futuro do País, e as dificuldades que estão aí serão superadas. A Nação lhe renderá homenagem, e o Congresso Nacional fará a sua parte com grandeza. Mas, se seguir o conselho daqueles cujas manchetes cobram ação rígida com relação a alguns subirem e outros serem afastados, eu não sei. O Governo já fez o afastamento de um grupo chefiado pela Senadora Heloisa Helena, e continuou. Mas não sei se ele tem condições e capacidade de repetir a atitude, porque lá o povo foi surpreendi-

do, não entendeu direito o que estava acontecendo. Aqui, o povo está entendendo até demais. Se alguém não entender, vai ser o Lula. Mas Deus queira que o Presidente entenda e faça aquilo que deva ser feito, lembrando-se sempre, Sr. Presidente, de que o Lula, o companheiro e líder sindical pode ter amigo de montão; pode ter amigo banqueiro, trabalhador, operário, empresário, intelectual, artista, seja o que for, mas o Presidente da República, esse não tem amigo, esse tem a responsabilidade de olhar a sociedade brasileira.

Que Deus o proteja, Presidente Lula, para que Vossa Excelência aja como deve agir, como já devia ter agido. Mas ainda é tempo. Aliás, o último tempo.

Dificuldades dos orizicultores do Sul

(Pronunciamento em 31 de maio)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, inicialmente, quero falar à nobre Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, sobre a Comissão Especial de Corrupção e Administração Federal Pública, criada no Governo Itamar Franco para investigar denúncias de corrupção. Naquela época, foram nomeadas pessoas, nenhuma delas ligada ao Governo, com a amplitude absoluta de se apurar o que estivesse acontecendo dentro do Governo. O gabinete era diretamente ligado ao Presidente da República, e todo ministro convocado era obrigado a comparecer. Feito o levantamento, as conclusões foram entregues em um dossiê ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. O que era normal, porque quem ajudou a eleger Fernando Henrique foi Itamar Franco. E entregamos o dossiê na garantia de que seriam tomadas providências. Há vários pedidos de informação meus aqui na Casa, sobre esse assunto. Onde está o dossiê? O que foi feito? Onde foi parar? Até agora não se sabe. Na verdade, o dossiê desapareceu.

Ainda no início do Governo Fernando Henrique e fui convidado por para ser seu líder no Senado. Não aceitei, com muito respeito, porque achei que a aliança PFL e PSDB não seria o que eu imaginava. Mas continuei gozando da amizade, da intimidade do Presidente e ia seguidamente ao Palácio. E um dia, no gabinete do presidente, mostrar o *Diário Oficial*. Tinham extinguido a comissão de investigação. O Presidente Fernando Henrique, dentro daquele seu estilo, arregalou os olhos. “Mas quem fez isso?” “Ora, Fernando, está aqui no *Diário Oficial*, extinta, com a sua assinatura!” “Mas eu não sei como aconte-

ceu isso, é uma barbaridade, pode deixar que vou refazê-la.” Passou o tempo, e ele não a refez.

Fiz um projeto de lei criando comissão semelhante junto à Presidência, e não deixaram aprovar a minha proposta, dizendo que ela era inconstitucional. Portanto, o que a Senadora falou, infelizmente, é a mais absoluta e dolorosa verdade. Uma entidade foi criada, ia muito bem, poderia ter sido levada adiante, e muito do que aconteceu nos oito anos do Governo Fernando Henrique não teria acontecido se essa comissão estivesse funcionando. Agora, cá entre nós, seria bom V. Ex^a ver onde está e seria muito bom se o nosso amigo Presidente Lula criasse alguma coisa semelhante.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Simon, V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pela história viva que é V. Ex^a, e pelo respeito que tenho por V. Ex^a, não foi à toa que fui lhe perguntar antes de ir à tribuna, porque efetivamente aquilo que trouxe à tribuna hoje é de alta relevância. Ninguém está querendo escamotear que a corrupção não seja um problema seriíssimo no nosso País. Seriíssimo. Temos tomado medidas, temos buscado, na condição de Governo, modificar o aparelho. Todavia, a tarefa de superar a corrupção não é exclusivamente de Governo. Não é. É da sociedade como um todo. Acho que, meio sem querer, acabamos de repente construindo uma alternativa bastante interessante, talvez mais interessante até do que as disputas político-partidárias em cima de uma investigação específica, transformando-a em debate eminentemente partidário que não leva ao combate efetivo da corrupção. Por isso vamos tentar localizar as caixas. Já lhe pedi o livro, se V. Ex^a o tem. Se possível, que seja com uma dedicatória. Ficarei muito feliz. Podemos trabalhar com muita seriedade dentro dessa lógica que construímos hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou lhe dar o livro hoje mesmo.

Mas eu dizia que seria uma grande saída se o Presidente Lula fizesse isto: convidar pessoas imparciais que não pertencem ao Gover-

no, de órgãos da sociedade, com autonomia absoluta, diretamente ligados ao Presidente, para fiscalizar o próprio Governo. Isso deu certo no Governo Itamar. Infelizmente Fernando Henrique mandou arquivar.

Senhor Presidente, passo ao tema que me trouxe a esta tribuna. Leio aqui no jornal *O Globo* de hoje, a manchete “Batalha de arroz”. Estamos vivendo um drama no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, o Governo Federal nos trata a zero. Não tem dinheiro, não pode ajudar, não pode colaborar. Em segundo lugar, o Estado gasta 18% do que arrecada para pagar a dívida com o Governo Federal. Vejo o Banco Mundial cobrar os juros do Governo brasileiro e penso que se pedirmos ao Governo Federal que trate os estados como o Banco Mundial trata o Brasil, já seria uma grande coisa. Imaginem se a União tratasse os estados como é tratada pelo Banco Mundial – e achamos um escândalo, uma imoralidade, não pode ser assim.

Pois o Rio Grande do Sul, que sofreu a pior seca dos últimos 40 anos, que sofre depois dessa seca, agora, enchentes em várias localidades, perdeu a soja, perdeu plantações de praticamente um sem número de seu produto agrário. O arroz que sobrou, o arroz que se tem está agora sem condições de ser vendido por causa da importação do arroz uruguaio e argentino. Importaram, e hoje temos um milhão e 500 mil toneladas de sacas de arroz sem condições de serem vendidas. Os produtores não têm a quem vender, não sabem o que fazer. A saída é uma só, não tem outra solução: ou esse arroz vai apodrecer, ou vai ser queimado em praça pública, ou será comprado pelo Governo, que sempre faz isso na época da safra. Para isso, o Governo tem o chamado estoque regulador.

Eu, quando Ministro da Agricultura, me lembro que foi a primeira vez que o Rio Grande do Sul fez o estoque, comprou soja, que era considerada dólar, porque era vendida a preço de dólar. De repente, houve uma superprodução, e o produtor ficou sem saber o que fazer com a soja. E o Governo teve de comprar para vender depois. Hoje, o problema acontece com o arroz. O Governo não vai dar esmola, não vai fazer favor, não vai fazer caridade; vai apenas adquirir o produto para que ele não desapareça; para, daqui a um ou dois anos, distribuir na hora oportuna. É o apelo que eu faço. Os arrozeiros estão em pé de

guerra. Estão indo em direção a Porto Alegre e em direção de Brasília.

Por outro lado, sempre fui defensor do Mercosul, o Mercado Comum do Sul. Como Ministro da Agricultura, comecei ao lado do Presidente Sarney, colaborando com Sua Excelência; quando Governador do Estado do Rio Grande do Sul, as iniciativas que deram origem ao Mercosul. Mas eu sempre advertia: “Nós temos de preparar o Mercosul para que, quando ele estiver grande e forte, haja um entendimento, haja um diálogo, por exemplo, para nós do Rio Grande do Sul”. Eu sei que o Rio Grande do Sul produz o que a Argentina e o Uruguai produzem: arroz, trigo, soja, carne, frutas, verduras, vinho. São produtos similares. Não é o caso de São Paulo, que produz manufaturados e açúcar, banana e uma série de produtos que poderá vender facilmente para a Argentina. O Rio Grande do Sul, não. Tudo o que a Argentina produz e vem para cá é concorrência nossa. Há 14 anos, quando se lançou o Mercosul, eu dizia que deveríamos nos preparar para quando chegarmos em determinado momento... e ele chegou.

Podemos seguir o exemplo do Mercado Comum Europeu. Lá existe o vinho da Itália, que é muito melhor que o de Portugal; o champagne francês, que é muito melhor do que a da Espanha; os carros, os ônibus e os caminhões da Alemanha, que eram muito mais potentes e tinham muito mais prestígio do que os da Espanha.

Houve um entrosamento, houve uma negociação, houve uma oportunidade de integração, eles se prepararam para esse mercado comum. Infelizmente, no Brasil, não acontece isso, não vem acontecendo, não está acontecendo e não aconteceu. Então, acontece esse fato. De repente, não mais do que de repente, o Brasil, com uma superprodução, enfrenta a concorrência que entra sem imposto nenhum ou como contrabando. Temos um milhão e 500 mil toneladas de arroz e não se tem o que fazer com elas. E só tem uma saída, Sr. Presidente: é o Governo, com seus estoques reguladores, comprar esse arroz. Ele não está fazendo caridade, não está dando esmolas, não está fazendo um mau negócio. Pelo contrário, está fazendo um bom negócio porque não está deixando os agricultores quebrarem, se arrebentarem. Está dando chance para que eles produzam e sigam adiante. E esse arroz

terá na mão o Governo para, no momento propício, distribuir ou vender quando achar necessário.

É o apelo que faço, Sr. Presidente. Deixo aqui a transcrição dessa manchete, dessa notícia enorme e dolorosa. Mostro aos senhores a gravidade e a dificuldade do problema.

Muito obrigado.

CPI para apurar denúncias de corrupção

(Pronunciamento em 7 de junho)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a Casa está cheia de vereadores do Brasil inteiro, que estão aqui na preocupação de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que envolve uma justa reivindicação deles, e assistem a este debate que, sinceramente, está avançando. Eu acho, Sr. Presidente, que agora chega ao seu final.

O Presidente da República não tem mais como adiar os fatos. Todas as interpretações – venham de onde queiram – deixam muito mal a situação de Sua Excelência e de seu Governo. A essa altura, se eu ainda posso estar convencido – e estou – de que o Presidente da República é um homem de bem, já está claro que ele sabia, que foi informado, que tomou conhecimento. Agora, vir um ministro dizer que era muito dinheiro e não poderia ser verdade, vir outro ministro dizer que ele não contou direito os fatos, como deveria ter feito? Não! A essa altura as coisas são claras demais. O PT até hoje estava nas manchetes, e o Governo queria dizer que não tinha culpa, que a culpa era do PT, porque o PT é que estava dando dinheiro. O PT quer é sair fora e agora está pedindo a CPI. E faz muito bem. Quem não pode ficar como está é o Presidente Lula. O Presidente Lula tem de tomar providências agora. Ele não pode esperar o Supremo Tribunal Federal julgar a ação do Procurador-Geral para demitir, como deve demitir imediatamente, hoje, o Ministro da Previdência; como deve demitir, hoje, o Presidente do Banco Central.

Eu acho que o meu partido e o nosso Líder Ney Suassuna podiam muito colaborar para o término dessa crise, pedindo pessoalmente que o Presidente da República demitisse os nomes que o PMDB tem neste Governo, para que ele possa começar do zero, para que ele possa se renovar, para que ele possa avançar e sair da dolorosa realidade em que se encontra. Demitir já o Ministro da Previdência! Demitir já o Presidente do Banco Central! Não pode o Procurador-Geral da República sair, ele é obrigado a ficar. O Presidente da República tem obrigação de pedir que ele fique. E nós vamos investigar, sim.

Mas o Presidente da República não precisa esperar a investigação. *In dubio*, o Senhor Presidente da República tem de demitir. Aliás, muitas vezes falaram para mim que aquele primeiro tesoureiro do PT viajava por tudo que é canto. Em tudo que era viagem do Presidente da República ele estava. Em tudo que era reunião que tinha empresário ele estava. Despachava no Palácio do Governo.

Ora, Sr. Presidente, o Presidente da República precisa afirmar a sua personalidade, mostrar que está em condições de governar, de recuperar a sua credibilidade, de fazer a limpa entre quem é e quem não é, e na dúvida, não é. No seu Governo, a essa altura, somente pode ficar quem ele tem confiança, quem ele garante, porque aqueles casos em dúvida é melhor estarem fora do Governo.

Ora, meus senhores, nós esperamos muito tempo. Lá se vão dois anos e seis meses. Esperou-se muito que o Governo começasse. Esperou-se muito que o Governo avançasse. Esperou-se muito que o Governo fosse em busca de fatos concretos para realizar o seu intento. Mas, o que está acontecendo, sinceramente, eu nunca vi. Eu nunca vi!

Olha, um dia eu trouxe um carrinho cheio de denúncias contra o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Mostrei aqui as denúncias que eram apresentadas e não resolvidas. Mas, com toda sinceridade, mesada eu não conhecia. Mesada eu não conhecia, com toda sinceridade! E ainda vem o Senhor Miro Teixeira – meu prezado e querido amigo Miro Teixeira – dizer que o que saiu no jornal sobre o Presidente do PTB é muito pouco em relação ao que S. Ex^a disse a ele, que é muito, muito, muito, muito mais grave. O que é que é isso muito, muito, muito mais grave, que o Senhor Miro Teixeira falou? Será que nós vamos esperar aqui uma CPI que pode ser igual à CPI do Banestado, que não apurou

nada, porque não a deixaram apurar nada? Botaram gente lá, como o Relator, o Sr. Deputado Mentor, para não deixar nada ser apurado. Será que o Presidente da República espera as conclusões da CPI para tomar as providências?

Excelência, 58% da pesquisa da *Folha* diz que há corrupção no Governo. É um índice impressionante, um índice que chega às raias do impossível. O Presidente Lula não pode ser refém de quem quer que seja. Não pode porque foi eleito por sua qualidade. A liderança é dele. Ele ganhou a credibilidade da Nação, a Nação confia no Lula, e o Lula tem obrigação de responder. Porque ou ele responde, ou inicia o seu Governo, ou dá um choque ético, ou mostra quem é, ou então ele é refém: refém das prestações, refém dos presidentes de partidos, seja lá que partido for; refém das situações, refém de votações, sejam elas quais forem.

É triste. É uma pena que o Presidente Lula não tenha sido feliz na escolha do alto comando que em roda dele figura. É uma pena que o PT, que tem quadros tão importantes e gente tão respeitável, na hora de fazer os quadros daqueles que realmente vão governar, que vão dirigir o alto comando, a central de comando do Presidente da República, não soube escolher, ou não souberam escolher junto com ele. Quando eu vejo um Cristovam Buarque ser demitido pelo telefone, e essa gente que está aí como o Presidente do Banco Central falando como fala!...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a, cada vez, nos faz lembrar Cristo e Francisco, o Santo. Eu sei que V. Ex^a está naquela “onde houver desespero, que eu leve a esperança. Onde houver dúvida, que eu leve a fé e a verdade”. Mas, atentai bem: a verdade é que nós aprendemos no Nordeste que “pau que nasce torto, morre torto”. Começou tudo errado. Duplicou os ministérios para os companheiros. V. Ex^a foi vetado. Eu levei o nome de V. Ex^a, simbolizando o PMDB que fez renascer a democracia. Aí está. É aquilo – algo de podre no “reino” do Brasil do Lula que nós estamos vivendo.

Senhor Presidente Lula, Vossa Excelência tem a inteligência suficiente para entender que existem coisas que não recuperamos. Vossa

Excelência chegou lá, representando as esperanças de um povo aflito. O Brasil todo olhou para Vossa Excelência e confiou. Se Vossa Excelência não der um choque ético neste País, se Vossa Excelência não sair batendo e mostrando que não tem nada a ver com isso, se Vossa Excelência não fizer uma limpa em quem está em sua volta, não vai ser mais possível.

Olha, eu me lembro do Alfonsín. O Alfonsín era um homem de bem, assinou com o Sarney a criação do Mercosul. O Alfonsín resolveu renunciar ao seu mandato porque não tinha mais a confiança da Argentina. Sentindo que não tinha mais credibilidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...que os fatos saíam do seu controle, ele próprio renunciou. Pense, meu amigo Lula. Vossa Excelência não pode perder o respeito, não pode perder a confiança, não pode perder a credibilidade, não pode perder a expectativa com que a Nação está olhando Vossa Excelência. Mas Vossa Excelência chegou há uma semana lá do Japão e já teve tempo para pensar, para refletir, para analisar. Vossa Excelência já viu os fatos todos acontecerem. Decida, Presidente. Está na hora de decidir. Que doa, sim. O PT não está dizendo, aqui no seu documento, “doa a quem doer”? Pois o Presidente da República tem de decidir, doa a quem doer. O Presidente da República não tem amigo. O Presidente da República é o homem que representa o País.

E a Nação olha para o Lula. E eu me pergunto: e se o Lula falhar, qual será a expectativa? Como é que haveremos de caminhar? O povo brasileiro, meio sonâmbulo, sem o direito de ter esperança, sem o direito de sonhar, buscando o quê? Para onde iríamos? Ninguém, graças a Deus, neste País, quer a radicalização. Eu não senti em nenhum canto nenhum movimento no sentido de colocar em crise a instituição. O próprio ex-Presidente Fernando Henrique, que, permanentemente vem criticando, criticando, foi o primeiro a chamar a atenção do seu partido: moderação.

Vi, ontem, o pronunciamento do Líder do PSDB: moderação. É porque, realmente, a coisa é tão grave, é tão difícil, que não dá para dificultar mais, não tem o que dificultar. Não dá para falar mais. Não

tem o que falar. Quem tem de falar é o Presidente. Quem tem de anunciar é o Presidente. Quem tem de decidir é o Presidente. Quem tem de dizer a que veio é o Presidente. E o Presidente Lula, a essa altura, vai mostrar se ele realmente é homem simples, mas é o homem que veio lá do Nordeste, que lutou, que venceu, que, sem instrução, chegou à liderança de um sindicato, que criou um partido, chegou à Presidência e está governando, andando pelo mundo afora e é um líder. Ou se, na verdade, é um homem que tem todas essas aparências, mas lhe falta o essencial, que é governar, que é decidir, que é saber olhar o que está certo e o que está errado e entender que olhar para frente o que está certo, o que é bom para o País é a sua responsabilidade.

Pelo amor de Deus, meu amigo Lula, decida, mas decida já! Decida agora! Não espere o Supremo Tribunal Federal condenar o Ministro ou o Supremo demiti-lo. Não espere uma CPI...

Faça, Presidente! Faça por sua conta, faça já! É o que o Brasil espera.

Ação mais enérgica contra corrupção

(Pronunciamento em 13 de junho)

Senhor Presidente, Srs. Senadores, não há dúvida de que ganhou um novo tom o pronunciamento que farei, após as palavras do nobre Senador Tião Viana e o aparte do nobre Senador Suplicy.

Há uma grande expectativa hoje, porque eu quero crer que, ao longo da História, nunca, mesmo nos tempos da violência e do arbítrio, tivemos as manchetes das rádios, dos jornais, das emissoras de televisão e das revistas insuflando tanto um setor determinado, qual seja, a crise que vive o Governo.

Eu acredito que levaríamos a tarde inteira, se fôssemos ler as páginas e páginas de pessoas, desde as mais ilustres às mais conhecidas, analisando a crise no Governo brasileiro. A CPI foi constituída. A CPI foi criada. Amanhã deverá haver a reunião de escolha de Presidente e Relator. Eu faria um apelo aos Líderes do PSDB, PFL e PT: não repitam nesta CPI o que ocorreu na CPI do Banestado, onde o PT indicou um Relator, o Deputado Mentor, e o PSDB indicou um Presidente. Passaram o tempo todo brigando e a CPI terminou sem relatório: cada um fez um e o distribuiu.

Talvez tenha sido a CPI mais importante, a que mais provas concretas tenha encontrado com relação a milhares de pessoas que enviaram dinheiro por meio da CC-5 para o estrangeiro. Conseguimos receber da Justiça americana dezenas e dezenas de caixotes com as cópias dessas contas, que estão aí parados. E não sei se o Presidente do Senado vai enviar o material, conforme pedimos, ao Procurador-Geral, para que ele faça aquilo que não soubemos fazer. O perigo é

que a esta altura tenhamos um presidente do PT e um relator do PFL, ou coisa que o valha, e que os dois entrem em rixa e não saia nada da comissão.

Que bom seria se como Presidente da Comissão ficasse o que a está presidindo como mais velho; que bom seria se as duas partes concordassem com a impessoalidade, com a seriedade e com a responsabilidade que tem o Senador pelo Amazonas para presidir a comissão. E se poderia escolher para relator alguém da área do Governo que tivesse a responsabilidade de defender o Governo, mas que, ao fazê-lo, entendesse que numa CPI o cidadão, ainda que seja parlamentar de um partido, ainda que esteja para defender ou combater uma causa, é uma espécie de desembargador. Ele é um juiz, ele está sentado como juiz, ele vota como juiz, porque uma comissão de inquérito é um tribunal de Justiça, em outras palavras.

Por outro lado, Sr. Presidente, vejo como muito importantes os próximos passos do Presidente da República. As manchetes são as mais variadas. Uma delas noticia que Sua Excelência vai agir, vai tomar providências as mais enérgicas. Sob um argumento que me parece lógico, na minha opinião, o Presidente da República não pode esperar o desempenho da CPI. O Presidente não pode orientar, como fizeram anteriormente alguns, que seus senadores e deputados estejam lá, defendendo o Governo, e Sua Excelência fique esperando o resultado. O Presidente não pode esperar que o Supremo Tribunal Federal decida as ações que estão em pleno andamento contra o Presidente do Banco Central e contra o Ministro da Previdência Social. Acho que o Presidente da República, que disse que cortaria na própria carne, poderia iniciar, tomando algumas providências importantes. O companheiro Senador Tião Viana, do Acre, falou em se fazer um esvaziamento dos políticos do PT que estão em cargos e colocar técnicos especializados. Isso seria pedir demais. Acho difícil que se chegue a esse ponto. Seria o ideal. Felicito o nobre Senador do Acre pela sua proposta. Não sei se ela será aceita. Mas seria muito importante se o Presidente da República desse um rumo novo ao seu Governo. É aquilo que dizem: o Presidente é um homem sério, é um homem de bem, mas não decide. Se ele decidisse...

Tenho o maior respeito pelo Chefe da Casa Civil, gosto dele, tenho carinho por ele. Não vejo, até aqui, envolvimento de sua pessoa, mas ele é hoje uma figura controvertida, que, na verdade, deixa interrogação em cima da divisão interna dentro do próprio PT, da autonomia que ele tem, onde ele começa e onde começa o Ministro da Coordenação Política.

Penso, Sr. Presidente, que se o Presidente da República fizesse uma mexida no seu Governo...

Sr. Presidente José Sarney, veja que maldade que fazem com o nosso partido: ontem, num jornal, havia uma notícia que dizia que o PMDB nomeou os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, colocando como um dos integrantes o suplente do Ministro da Previdência; colocou como membro o suplente do Ministro da Previdência porque não admite a demissão de S. Ex^a. E que, se o Ministro for demitido, virá direto para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Duvido que tenha passado pela cabeça da nossa liderança uma coisa como essa. É um absurdo total! Uma coisa como essa é irreal. Duvido! Compreendo e respeito os companheiros do PMDB no sentido de respeitarem o companheiro, colega a quem quero muito bem, por quem tenho muito carinho, tenho muito respeito. Mas penso e, como amigo, diria a ele que já deveria ter renunciado, que já deveria ter saído no momento em que o Procurador recebeu a justificativa dele e apresentou a denúncia. No momento em que o Ministro aceitou a denúncia do Procurador e começou o processo, o Ministro deveria retirar-se até por uma questão de isenção, para que possa ser apurado o caso sem que ele esteja no Ministério.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que o Brasil é o único País do mundo – pelo menos, nunca ouvi falar de outro – em que o Presidente do Banco Central tem suas contas abertas, seu sigilo está sendo quebrado para ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal e continua no exercício do cargo. O que é isso? Falam que há crise a mais ou a menos por causa do Banco Central; creio que essa situação não pode existir. A quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do

Presidente do Banco Central está sendo feita para serem investigadas pelo Supremo Tribunal Federal. Como essa pessoa está lá? Por que ela não se afasta? Não é preciso o Presidente da República demiti-la. Ela deveria licenciar-se obrigatoriamente.

Se o Presidente da República resolvesse afastar essas pessoas, se o Presidente da República resolvesse mostrar que, na verdade, começará a agir com a autoridade que tem – e sabemos que ele a tem –, deixando de lado as amizades, porque não se governa com amigos, mas com a consciência da busca do bem comum, se fizesse isso, creio que ele começaria a mudar a História. É verdade!

Digo, com toda a sinceridade, que se criticou muito o Governo do Presidente Sarney. A imprensa judiou de V. Ex^a, Presidente Sarney. Não provou nada, mas judiou. Judiou muito do Governo Fernando Henrique. Justiça seja feita. Presidente Sarney, V. Ex^a permitiu que se criasse aqui no Senado uma CPI para investigar a corrupção no seu Governo, e não houve nenhuma dúvida. O Presidente Sarney não interveio, não alterou, não modificou, não cobrou. A CPI agiu com a maior liberdade e não encontrou nada. No fim, acusaram o Presidente Sarney de ser responsável pelo aumento do custo de vida e da inflação; essas foram as maiores gravidades que encontraram.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, quero apenas corrigir que foi a imprensa que deu àquela comissão o nome de Comissão da Corrupção, porque, na verdade, ela foi criada para investigar irregularidades na administração pública.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não encontraram nada, e V. Ex^a não tomou nenhuma providência contra ela.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Absolutamente. Chegou à conclusão de que eu tinha aumentado o déficit público, tinha dado aumento aos militares sem base no Orçamento e que também tinha estendido aos funcionários civis um aumento sem ter crédito suplementar. De maneira que foram essas as conclusões da Comissão de Inquérito.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei.

A imprensa também bateu no Presidente Fernando Henrique, e o Presidente Fernando Henrique não deixou criar a CPI.

Penso que se pode querer investigar o Sr. Fernando Henrique no Governo anterior; penso que se deve investigar. Eu só me pergunto por que não fizeram isso no início. Já deviam ter feito isso no primeiro ano, que seria o ideal. Mas vamos mudar, vamos governar, vamos pacificar... E penso que foi o que se fez.

Agora, neste momento, em que estamos investigando as notícias que envolvem o atual Governo, querem dizer: vamos investigar o atual Governo e o Governo anterior. Aí concordo com o Líder do PSDB. Vamos investigar tudo. Mas a ordem cronológica não deve ser de Cabral até hoje; deve ser de hoje caminhando para trás. Porque temos de, a partir de fatos que estão aí, caminhar para trás até onde bem entenderem.

Ouçõ o aparte do Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, eu até já tive ocasião de expor da tribuna que o Governo passado conviveu com 32 Comissões Parlamentares de Inquérito. Nem todas para investigá-lo diretamente, mas a maioria sim. E a maioria por iniciativa de parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Somente no último ano do Governo Fernando Henrique, na Câmara, surgiram 19 Comissões Parlamentares de Inquérito. E eu queria chamar a atenção para um fato, ou seja, passaram o tempo inteiro dizendo que o Governo passado não convivia com CPI, e ele conviveu com 32. Mais ainda: V. Ex^a fala muito bem do Presidente Sarney. Eu queria ir mais para trás, ao tempo do Presidente Figueiredo: aquela CPI da Delfim-Rio/BNH – e tive a honra de integrá-la – teve como Relator nada mais nada menos que o atual Líder do meu partido na Câmara, Deputado Alberto Goldman. Vejam bem, Figueiredo, que era Figueiredo, conseguia tolerar Goldman como Relator da CPI. O Governo atual pensa que, como a CPI tem a ver diretamente com a sua reputação, tem de controlar, com mão de ferro, ilegalmente, acima da praxe da Casa, as duas posições estratégicas. Então, do ponto de vista da vontade de deixar investigar, este Governo está muito aquém do que revelou o Presidente Figueiredo, que era visto como truculento pela Nação. Ou seja, para

frente não andamos; estaremos andando para trás. Agradeço a V. Ex^a as palavras generosas e digo-lhe que, por outro lado, a determinação do meu partido é muito firmemente de se limitar a buscar a verdade, doa a quem doer. Mas não estabelecer falsas verdades e nem artificializar crises quaisquer. A crise está aí, não depende do PSDB, mas o PSDB pretende, ao lado do compromisso com a governabilidade, com as instituições democráticas, apenas algo bem simples: investigar a fundo as culpas para preservar as inocências e apontar os culpados.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e volto a repetir: estamos em vésperas de uma CPI que, pelo que sinto, pode se transformar num grande movimento sério e responsável de buscar a verdade. Mas pode se transformar num conflito, quase que no tapa, para esconder a verdade. Também pode. Isso dependerá muito do Presidente da Casa e dos líderes das bancadas. Como não faço parte – porque a Liderança da minha bancada me aposentou, tirou-me fora de CPI, e acho que ela tinha suas razões –, posso falar tranquilo: vai depender muito de se escolher um presidente e um relator que estejam isentos da paixão. Espero que o relator não seja como o Sr. Mentor, que, na qualidade de Relator da Comissão do Banestado, esteve ali para esconder, para boicotar, para dificultar, para complicar, para não deixar que se abrissem os documentos que vieram da Justiça americana, para não deixar que se convocassem pessoas. Ele estava ali para esconder a figura do Presidente do Banco Central e para que nada acontecesse. Deus me livre se a CPI tiver um relator como esse! Vai ser uma desgraça! Em contraprestação, o Presidente fazia a outra parte. Um ficava defendendo o Governo passado; o outro, defendendo o Governo atual; um, combatendo o Governo passado, o outro, combatendo o Governo atual. Penso que a CPI tem de mostrar isenção, autoridade, credibilidade, seriedade para fazer o seu papel.

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deixo registrado o meu apelo: Vossa Excelência deve ter notado que, quando se fala em prestígio, em credibilidade e até em corrupção no Governo, os índices dos jornais têm aumentado e que, quando se fala se já atingiu o Palácio, os índices têm aumentado. Vossa Excelência, Presidente Lula, que

é um patrimônio moral deste País e que tem uma biografia extraordinária a preservar, entenda que quem fala é alguém do PMDB que já viu o nosso partido no píncaro da glória, um heróico partido da resistência, com apoio de todo o País, elegendo todos os governadores, à exceção de Sergipe, e dois terços da Assembléia Nacional Constituinte no Senado e na Câmara, e que hoje está aí, dividido em quantas alas não sei, servindo a interesses não sei quantos, porque não teve, naquele momento, a credibilidade de manter o seu prestígio. Debochou, zombou da credibilidade popular e teve a resposta. Presidente Lula, não pense que a credibilidade que lhe deu aquela montanha de votos é eterna; ela está na mão de Vossa Excelência!

Não são os asseclas do Presidente da República, os que estão em volta de Sua Excelência, ocupando cargos de confiança, que estão em jogo; estes saem, entram, voltam, não estão em jogo; quem está em jogo se chama Presidente Lula. O Presidente Lula é que está em jogo. É ele, é a sua moral, é a sua história, é a sua biografia que o mundo inteiro admira. No mundo inteiro, ninguém sabe quem é chefe da Casa Civil, chefe da Casa Militar, quem é ministro disso ou daquilo; todo mundo fala no Presidente Lula. Que ele tenha a coragem e que ele tenha condições de vencer.

Espero que o Presidente Lula reúna as condições de exercer o seu papel. Rezo a Deus para que ele deixe o Procurador-Geral. Já há notícias de que não ficaria o Procurador-Geral, mas que seria escolhido o primeiro da lista dos procuradores, que é o Vice-Procurador. Manchetes de jornais dizem que sairá um representante exatamente dos funcionários, de uma ala antagônica à do Procurador-Geral. Não sei se é verdade; se for verdade, é uma pena muito grande. Eu deixaria o Procurador-Geral. E, se vai sair, se eu pudesse escolher alguém para colocar ao lado, para ser como um braço direito, levaria o Procurador-Geral para o seu lado. Pelo menos, teria a certeza de que o que assinasse teria o beneplácito de toda a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Análise da atual crise política

(Pronunciamento em 17 de junho)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, gostei muito do discurso do nobre companheiro que saiu nesse momento da tribuna. O nobre Senador do Acre, Senador Tião Viana, foi muito firme. Repete, com as conseqüências, o pronunciamento que fez uma semana atrás. Há uma semana, S. Ex^a alertava o Governo, dizendo que, na sua opinião, o Governo deveria fazer uma profunda reformulação e que os ministros deveriam colocar os cargos à disposição, para que o Presidente pudesse ter ampla liberdade para enfrentar as horas que está vivendo.

Hoje, S. Ex^a vem felicitar o Governo e dizer – faz isso com muita categoria – que o Governo e o PT estão preparados para enfrentar a hora que estamos vivendo. Que bom! Que bom que isso esteja acontecendo!

Venho aqui com um profundo sentimento de respeito, primeiro, ao querido Chefe da Casa Civil. Falei várias vezes, desta tribuna, que eu achava que ele deveria sair, mas sempre fiz questão de salientar o meu respeito pelo Presidente da Casa Civil. Eu não via e nunca vi nada que atinja a sua dignidade, honorabilidade, capacidade. Não, não vi nada a esse respeito. Quem tem de sair por isso é o Ministro da Previdência. Ainda não saiu e está na hora de sair, senão, daqui a pouco, o Tribunal o condena e é o Tribunal que vai demiti-lo.

Está na hora de demitir o Presidente do Banco Central, que está sendo processado. Nunca vi, na História da humanidade, um presi-

dente do Banco Central ser investigado. As contas estão abertas no Supremo Tribunal Federal. Já era hora de sair.

Mas o Ministro José Dirceu realmente tem condições especiais: a sua vida, a sua biografia, a sua história, desde o tempo da UNE. Fui presidente da junta da UNE e respeito os jovens que por lá passaram, principalmente a sua geração, que sofreu, tombou e lutou contra a ditadura. Lutou como estudante, lutou como líder, teve de ir para o exílio, voltou, mudou inclusive a sua face, lutou na guerrilha, até que se organizou a democracia e organizou o seu partido. E foi braço direito de Lula na construção do PT e no Governo.

Não se podem atirar pedras e, de repente, disse bem V. Ex^a, jogar às traças um homem como esse, porque ele prestou e está prestando serviços.

Mas a vida é muito triste. A vida é cruel. Se olharmos a História, vamos ver gente que até hoje não se sabe por que chegou tão alto, uma vez que não tinha biografia, não tinha história para ser presidente, como um Collor de Melo. E vamos ver gente com uma biografia fantástica, como o Dr. Ulysses, como Teotônio Vilela, mas que não teve nenhuma chance. Vamos ver, ainda, o Dr. Tancredo, que teve a chance, mas, na hora de sentar na cadeira, não conseguiu. A vida é assim.

A mim emocionou o discurso que pronunciou o Chefe da Casa Civil, ele mostrou a categoria de um líder. Mostrou ali que a hora não era de esperar. Poderia ter dito: “Vamos nos reunir e decidir que sai esse, sai aquele, sai A, sai B, sai C”. Não fez isso, preferiu sair. Saiu o mais importante, o mais respeitado, o mais significativo, o que nada tinha a dever. Saindo, ele entra: entra na História por sua grandeza – alguns ficam até o fim, chorando, choramingando, pedindo pelo amor de Deus para ficar. Ele sai pela porta da frente. E diz que vem para defender a si, o seu PT e seu Governo. Tenho certeza de que muita coisa vai mudar a partir de segunda-feira na Câmara dos Deputados. Que bom que isso aconteça!

O importante nisso, caro Presidente, é analisar a profundidade das coisas. Não podemos ficar nessa crise, querer fazê-la crescer, aumentar, dividir. Temos de entrar nesta crise com o objetivo de encontrar uma saída para ela. E uma coisa somos obrigados a dizer, meu Presidente: o culpado não foi o Fernando Henrique. Acho que Fernando

Henrique foi deselegante, não cumpriu a tradição dos ex-Presidentes da República, como Itamar Franco e José Sarney. O ex-Presidente da República deve observar a tradição de manter respeito ao governo que está no poder. Isso é assim nos Estados Unidos: foram cobrar do Presidente Clinton que dissesse palavras pesadas contra o Presidente Bush quando ele invadiu o Iraque, mas ele só respondeu que sabia que o presidente em exercício enfrentava dificuldades e que o respeitava. Não foi o Fernando Henrique nem as palavras dele que fizeram essa crise. Reparem que também não teve origem aqui a crise, não foi a Senadora Heloísa Helena, expulsa do PT, a culpada por essa crise. Não vejo nada que ela tenha feito que possa ter ocasionado isso.

Perdoem-me a sinceridade, mas há certas coisas que não consigo entender. Em primeiro lugar, temos um Presidente como o Lula. Não vou repetir aqui sua história, sua biografia, não vou repetir aqui a história do homem que veio do nada; que veio da miséria, da fome; que é um sobrevivente que tinha de morrer antes de completar dois anos de idade; o pai abandona a mulher e seus filhos, que vêm para São Paulo num pau-de-arara e são jogados naquela selva de miséria onde um mata o outro. Lula consegue vencer, faz um curso de mecânico, perde um dedo, entra num sindicato, vai à luta e consegue fazer uma greve sindical que empolga o País, cria um partido – o único partido de trabalhadores no mundo – e se elege depois de três derrotas. É um grande homem. Mas não existe um grande homem sozinho, mesmo sendo ele um herói, um cara que tem toda a capacidade, toda a credibilidade, toda a possibilidade de avançar. Lula não é Deus. Lula foi longe, longe, longe, e o mundo o respeita.

Cá entre nós, o Lula não é um tocador de obras, isso é simples. Pode-se dizer o que quiser do governador de Brasília, mas ele é um tocador de obras. Pode-se falar o que quiserem de Mário Covas, prefeito e governador, mas ele era um tocador de obras. O Lula não é. Ele é um homem de idéias, de pensamentos, de debater, de andar pelo mundo. Perdoem-me, mas faltou ao PT entender que um homem com a grandeza do Lula deveria estar em um pedestal para falar, para discutir, para debater e tinha de ter uma equipe embaixo dele para tocar obras. Até agora, não tem. Era para ser o Chefe da Casa Civil – pelo menos, quando criaram o Ministro das Relações Políticas, disseram que o Mi-

nistro das Relações Políticas ficaria no relacionamento político e o Chefe da Casa Civil seria o tocador de obras, seria o coordenador do Governo, seria o supersecretário. Isso não aconteceu, na verdade, não aconteceu.

Então, esta hora deve ser aproveitada para isto: primeiro, a moral. Olhem como o PT errou. O PT tinha de ser um partido que não se deixasse atingir por calúnia. Diante de uma acusação, deveriam dizer: “Nós sabemos que é calúnia. Afasta para ver e depois ele volta”.

Essa história, por exemplo, de o Presidente dizer que ainda não vai julgar... Primeiro, não julgava por manchete. Tudo bem. Mas o Procurador da República denuncia o Ministro da Previdência, o Supremo Tribunal aceita, o relator aceita: ele tem de ser afastado, porque o normal é que uma pessoa que esteja sendo acusada no Supremo Tribunal Federal não ocupe cargo, porque pode usá-lo para dificultar as investigações. Ele pode estar usando o cargo em que está para que as pessoas em volta dele não saiam para falar contra ele.

Nós temos um presidente de Banco Central que é ministro – é o primeiro presidente do Banco Central que é ministro. Ele está sendo processado no Supremo Tribunal, e as suas contas, a sua biografia, as suas contas bancárias, o seu sigilo fiscal, o seu sigilo telefônico estão sendo visados no Supremo. E esse homem é o presidente do Banco Central... Não é nem licenciado! Então eu digo aqui...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um minutinho só, já lhe concederei o aparte.

José Dirceu saiu num gesto de grandeza pois, se quisesse, poderia ter até ficado. O Governo agora tem de fazer uma limpeza, cortar na carne. E para cortar na carne, não precisa esperar a CPI, não precisa esperar a condenação do Supremo. Sou muito sincero: precisam sair o Ministro da Previdência, que é do meu partido, e o Presidente do Banco Central. Eles têm de ser afastados, pelo menos afastados temporariamente, enquanto durar o processo.

O PT tem por obrigação iniciar uma nova caminhada, restabelecer que o PT é o partido da ética e da seriedade, como ele era na oposição, quando ele atirava pedras – foi o melhor atirador de pedras da

História da humanidade o PT na oposição. Ele agora deve zelar, zelar para valer por seu nome e por sua honra.

O PT deve buscar agora escolher ministros que realmente queiram e tenham condições de fazer. Escolheu o Tarso Genro, um grande ministro; escolheu o ministro da Agricultura, um grande ministro; escolheu o ministro das Relações Exteriores, um grande ministro; escolheu o ministro da Exportação, um grande ministro; escolheu Patrus Ananias, um grande ministro. Mas há alguns que... Não dá. Se não dá, tira. O Dr. Lula, meu querido amigo Lula, não pode ter ministro porque é amigo. Essa tese que se espalhou pelo Brasil de que ele não tem coragem de mexer com amigo tem de ser derrubada. Presidente da República não tem amigo, não tem companheiro, não tem colega. O que vale é o interesse da República, doa a quem doer.

Se tiver de afastar, que afaste, e essa é a última chance, Sr. Presidente. Falo com a autoridade de quem viu e sofreu. Fui 1º vice-presidente e secretário-geral e, a quatro mãos, toquei dez anos com o Dr. Ulysses o MDB. Nas horas dramáticas estava lá o MDB à frente da sociedade brasileira, levando-a contra tudo e contra todos a estabelecer a democracia, e derrubando os militares sem nenhum golpe, sem nenhum tiro.

O Dr. Ulysses foi um herói. O MDB foi um partido fantástico. Ninguém mais deve estar na História do Brasil, no futuro, como o nosso MDB. Fizemos um papel excepcional. Na Constituinte, elegemos dois terços na Câmara e dois terços no Senado, e todos os governadores, à exceção de Sergipe, que não era do PMDB, mas do PFL, teve o apoio do PMDB.

O Brasil todo estava do nosso lado. O MDB era o Brasil. Mas não se deu conta. Chegou no Governo, morre o Dr. Tancredo e pagamos a conta. Sarney, que não era nosso, era o Presidente da Arena, que precisamos para fazer maioria no Colégio, assume. Penso que agiu com dignidade e respeito. Tenho o maior carinho pelo Presidente Sarney. S. Ex^a foi uma vítima da fatalidade.

Mas o MDB não teve competência nem de ficar no Governo e fechar do seu lado, nem de sair e fazer a sua vida. E fruto desse vai-não-vai, desse disse-não-disse, o Dr. Ulysses, herói da Pátria, termina com meia dúzia de votos na eleição. E um Collor, que nem sabia quem

era, nem de onde vinha, nem o que queria, terminou elegendo-se Presidente da República.

Esse exemplo deve servir para o PT, porque o patrimônio do PT não são os votos que o Lula fez, isso é passado. O patrimônio do PT é a credibilidade, a seriedade, a honorabilidade que tinha, tem, mas está em jogo, está em xeque. Ou diz que tem e se mantém, ou não tem e era uma vez. É isso o que o Governo tem de fazer.

Lamento profundamente a saída do Fontelles. Acho que é o melhor nome na História deste País, hoje. Mas reconheço que a escolha do seu substituto, Antonio Fernando, é um grande nome. Conheço o Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, um homem da mesma equipe que o Fontelles, e representa uma garantia de que será bem representado. Mas daria um conselho ao Lula: pega esse Fontelles e leve para dentro do Palácio. Fazer, por exemplo, o que fez o Itamar Franco, criou uma comissão ligada a ele composta de elementos da sociedade, para receber qualquer dúvida, qualquer interrogação, e fazer a fiscalização do seu Governo e levar diretamente ao Presidente. Acho que se ele fizesse isso, e colocasse o Fontelles, estaria resolvendo o primeiro problema, que é o da seriedade.

O outro, por amor de Deus, meu grande amigo Lula, não vá agora atrás de alguns líderes do partido A, do partido B, do partido C, que se querem apresentar para salvar a Pátria com nomes predeterminados. Ele tem de escolher os melhores; o Lula, neste momento, tem de escolher o que tem de melhor, de mais capaz, de mais competente, que resolva os problemas e, principalmente, se há uma “vírgula” de dúvida com relação a seu passado não pode colocar. Daria este conselho ao Lula: que ele arrume agora uma equipe que faça neste um ano e oito meses o que ele não fez até aqui. Isso é bom para nós, é bom para o Brasil.

É bom para todos nós que ele faça um grande governo. É muito melhor que a próxima eleição tenha o Lula de candidato, o PSDB com o seu candidato, que tenha a Heloísa Helena de candidata, que o PMDB tenha um candidato, mas que estejamos debatendo grandes teses para o Brasil, grandes propostas para o Brasil, do que estarmos enlameados. Quer dizer, o PSDB contando as coisas que aconteceram no Governo do Lula e o PT contando as coisas que aconteceram no

Governo do PSDB. E nós todos no chão, sem autoridade para nos levantarmos.

Temos dois caminhos e a verdade é esta: o Lula se reconfortando, o Lula crescendo, o Lula fazendo um grande Governo, não significa dizer que ele ganha, mas que é bom para o Brasil. E é bom para o Brasil no sentido de que nos compenetremos, pois está na hora de debatermos uma grande tese para a sociedade brasileira.

A Heloísa vai ter condições de discutir? O que ela diverge do PT? Nas grandes teses? Não, eu divirjo do PT porque, quando eu era do PT, defendia isso, mais isso, mais isso, e o PT fez aquilo, mais aquilo, mais aquilo. Não vamos baixar a lama, vamos ficar nas teses! Vamos ver o que o PSDB vai dizer. Olha, o Fernando Henrique fez isso e o PT não fez. Enfim, vamos discutir. Vamos fazer uma tese construtiva na hora da eleição e não uma tese destrutiva, que, parece, querem alguns que aconteça.

Dou aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o Brasil está ouvindo. Ninguém fala melhor do que V. Ex^a. Esse negócio de dizer que Cícero foi o maior orador, isso lá para os romanos e porque V. Ex^a não tinha nascido. Mas quero dizer: V. Ex^a é bíblico, é franciscano. Está escrito, Senadora Heloísa Helena, quem planta colhe. Lula plantou a sua vida, a sua biografia, colheu a Presidência, mas ele plantou a mais desgraçada equipe administrativa na História deste País. Aumentou de 16, num ato tresloucado, para 38. O melhor de ser Oposição, Tião Viana, é porque não sei nem o nome desses; são tão incompetentes, tão incapazes e nenhum brasileiro sabe o nome de meia dúzia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até porque são muitos, são 34.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, quem planta colhe. Eu aqui, com lealdade, e fui na busca da esperança – onde houver desespero, busque a esperança. Votei em Lula, Heloísa Helena. Não fomos ouvidos pelo núcleo duro. Tião Viana nos ouvia, mas de pouca influência. Eu levei aquele que ajudei a fazer, até levar o PT ao Piauí. Se arrependimento matasse, eu estaria aqui estirado, morto. Mas levei também, atentai bem, o Líder Mercadante naqueles banquetes, useiros

e vezeiros, dessa mordomia tresloucada. A do Fernando Henrique era moderada. Essa é cantada. Levei o nome de V. Ex^a para representar a grandeza do nosso partido, as virtudes, a honestidade e a seriedade. Aí, foi a diferença. O nome de V. Ex^a foi vetado pelo núcleo duro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A mágoa de V. Ex^a é compreensível. Não há dúvida de que, no momento em que Lula chegou na Presidência... Fui um dos que falou pessoalmente com ele: “Presidente, o senhor está no ponto mais alto em que um homem público chegou no Brasil, o senhor não tem compromisso com ninguém. Graças a Deus, o senhor não fez acordo com empresários, não fez acordo com banco nem com multinacional. O senhor pode fazer o governo que quiser”. Hoje, neste Brasil, todo mundo é PT. Fala-se com os empresários, todo mundo só fala em PT; fala-se com os homens das universidades, intelectuais, todo mundo é PT. Escolha o melhor para aquela posição. Ele me traz 19 que perderam as eleições no Governo do Estado. Isso não é argumento para fazer um governo. Pode até ter homem de muita capacidade, mas não é argumento para pegar 19 e colocar no Governo, não era isso que ele deveria ter feito. Aí começou: para colocar esses 19, ele tinha de aumentar para 34. O Collor que era o Collor baixou para sete. O Fernando Henrique já fez muita coisa: elevou para 19. Estamos com 34. V. Ex^a tem razão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Trinta e oito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso porque não se fala no Ministro do Exército, no Ministro da Guerra, no Ministro da Marinha, no Chefe da Casa Militar, no homem do SNI, que, nos outros governos, eram ministros, tinham cargo de ministro embora não fossem chamados de ministro, porque é um cargo muito alto; então, eles ficavam na posição deles. Mas V. Ex^a tem razão: isso é uma coisa que o Presidente deve ver. Agora é a hora de ele fazer aquilo que não fez quando assumiu: um governo de gabarito, sério, apresentando uma, duas, três, quatro, cinco, seis propostas. Isso é o que vamos fazer e tocar para frente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, não é novidade para V. Ex^a que sou seu fã de carteirinha, desde minha chegada a esta Casa. Aprendi muito com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que nós dois tivemos a sorte muito grande de conviver com Teotônio, Ulysses, Tancredo, Arraes. V. Ex^a era ainda um gurizinho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aprendi muito. Nessa época, mensalão, conchavo, acordos dessa natureza, nem pensar! E isso me marcou muito. Talvez o patrimônio que carrego na vida pública seja exatamente esse exemplo que aprendi, quando cheguei aqui, com esse grupo que V. Ex^a acaba de citar e mais alguns que deixamos de nomear, como Renato Archer e outros. Era um grupo grande. Mas fiquei muito feliz em ouvi-lo falar sobre um dos caminhos para a saída do Presidente Lula, que é exatamente a reforma do Ministério, colocando pessoas de qualificação na sua equipe. E pelo visto o Presidente está bem-intencionado. O jornal *Correio Braziliense*, de hoje, em matéria assinada por Eumano Silva, Rudolfo Lago e Denise Rothenburg, intitulada “De Volta ao Congresso” fala do desejo de mudança do Presidente, de retirar alguns Ministros e diz: “Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, é um nome que Lula gostaria de ver no seu Ministério”. Fico feliz porque, diante de tudo o que foi dito, V. Ex^a não poderá rejeitar uma convocação para servir não ao Governo Lula mas ao Governo do Brasil. Tenho certeza de que, se isso vier a acontecer, pelo menos na sua área de atuação, V. Ex^a fará uma limpeza em regra. Essa figura das eminências pardas, dos arrecadadores, dos tesoureiros que não ocupam função mas que têm sala ao lado, que mandam e falam em nome do Governo, não terá vez. Talvez seja esse um dos caminhos do Presidente Lula. Não sei se é especulação do jornal ou se essa conversa já anda nos bastidores, mas, de qualquer maneira, não para mim, mas para todo o Brasil, é um alento, um conforto e uma tranqüilidade, pois, se isso vier a acontecer, finalmente, o Presidente Lula vai começar a se aliar a homens de bem. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero dizer que, antes de Sua Excelência assumir o Governo houve uma sondagem nesse sentido, e eu, com toda a sinceridade, disse não porque criaria um problema muito grande com o PT do Rio Grande do Sul, e eu não tinha obrigação de criar um problema desses. Hoje, é a mesma coisa. Eu posso e quero ajudar, mas sou daqueles que pode ajudar nesta tribuna, debatendo, discutindo, analisando, sendo convocado para reuniões de colaboração. Mas não posso assumir um Ministério – não fui convidado nem sondado, isso é notícia que não tem significado –, porque diriam que “o Dr. Pedro Simon ficou três anos falando na tribuna para terminar ganhando o Ministério, que era o que ele queria”. Como V. Ex^a sabe, não aceitei ser ministro do Governo Itamar Franco porque coordenei a CPI, lutei na CPI, cassamos o mandato do Presidente, e eu não queria que colocassem na minha biografia: lutou para cassar o mandato e, depois, pegou um ministério. Assim foi feito com o Dr. Getúlio, quando o levaram ao suicídio. O pessoal da UDN, que fez a banda de música, que matou o Dr. Getúlio, foi para o ministério.

Então, a maneira de ajudar é a que estou fazendo. E o Lula sabe que estou fazendo de coração, que estou torcendo e que quero que ele faça um bom Governo. Se depender de mim, estarei, nesta tribuna, ajudando para que ele o faça.

O ato de ontem foi muito importante; um ato de grandeza. Depois do discurso do Deputado, que olhou para as câmeras de televisão apontando e dizendo que ele, o Zé, tinha que sair para não levar gente justa com ele, e ele sair é um gesto de humildade, um gesto de grandeza. O normal seria dizer: “Vamos esperar para sair todo mundo junto. Vamos esperar para que esqueçam esse discurso”. Mas ele saiu em 48 horas. Isso é gesto de grandeza, que merece ser respeitado. Isso é gesto de quem tem espírito público. Isso não é gesto daquele que teria toda a condição de dizer: “Presidente, agora, não. Depois que ele fez isso, vamos esperar uns dias”. Não. Foi o primeiro que fez e o primeiro que saiu. Começou bem.

Que o Presidente Lula entenda que deve escolher um grande Governo, mas que fique bem claro o que digo: o Lula é um homem excepcional, que tem mil qualidades. Não é à toa que é uma liderança que o mundo olha com expectativa, mas o Lula não é um tocador de

obras. Ele tem de ter uma equipe que coordene essa ação e execute esses planos do Governo. Até aqui não teve. Era para ser o chefe da Casa Civil, que não fez. Isto ele terá de fazer: reunir uma equipe que tocará as obras, porque, caso contrário, tudo ficará igual. Que Deus ilumine o Lula e o PT!

Para completar, apenas digo: está na hora de o PT e o PSDB transferirem sua sede nacional para Brasília e realizarem suas reuniões nacionais em Brasília. Chega de serem partidos paulistas. PT é só São Paulo; PSDB é só São Paulo. Nós, do PMDB, fizemos nossas reuniões em Brasília. O PFL faz suas reuniões em Brasília. Lugar de fazer reunião nacional é em Brasília e não em São Paulo. Está na hora de o PSDB e o PT fazerem as suas reuniões nacionais aqui, na Capital.

Drama dos brasileiros

(Pronunciamento em 20 de junho)

Senhoras e Senhores Senadores, fora do violento debate ético e moral, mas entrando no debate social, que também é ético e moral, saio das manchetes e mudo de assunto.

Um dia desses, um amigo me contou uma história que me fez refletir sobre a situação do País dos nossos dias e que me proporcionou também uma profunda reflexão sobre o nosso papel de parlamentares, eleitos pelo povo para representá-los num projeto coletivo de construção da democracia, da cidadania e da soberania.

Disse-me aquele meu amigo, que se encontrava no interior de uma loja especializada na venda de instrumentos musicais. Havia ali possibilidades de sons e acordes para todos os gostos e para todos os bolsos. Das flautas e das marimbas mais singelas aos mais sofisticados violinos, oboés, contrabaixos, harpas, pianos e vibrafones.

Ficou ele imaginando todos aqueles instrumentos tocados em conjunto, numa praça ao ar livre ou no palco mais requintado de uma sala de espetáculos. Sentia-se transportar a uma outra dimensão da vida, ao som de uma orquestra, com suas partituras criadas sob a inspiração divina. Mas, ali, só havia a imaginação fértil de um amante da música e de seu poder de elevar os homens a patamares quase transcendentes, de levá-los às proximidades de Deus.

Aqueles instrumentos, entretanto, estavam ali, mudos, sem as mãos e o dom dos homens criados à Sua semelhança.

De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arrebentada, olhos fixos nos instrumentos de corda – violas, violões e bandolins.

Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobremente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo nessas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que certamente incluiria seus amigos de relento. Talvez ele estivesse imaginando um solo ou um duo, ele e Deus, para mostrar o quanto um é semelhante ao Outro: criatura e Criador.

De repente, o menino maltrapilho reuniu toda a sua coragem e apanhou, com as suas mãos sujas do asfalto, aquele pequeno instrumento, reluzente e afinado. Agora, não só todos os olhos, mas todos os passos dos vendedores-seguranças se dirigiram para aquele fiapo de gente. Sairia ele correndo pela porta? Não. Certamente, tropeçaria numa rasteira que o jogaria de volta à calçada, já em posição de mãos à cabeça. Perguntaria ele o preço do seu sonho e devolveria à prateleira fria, até que outras mãos “mais limpas” detalhassem as cordas de aço?

Não mais que de repente, aquele menino maltrapilho deslizou os dedos sujos pelas cordas esticadas do cavaquinho e, olhos fechados como que em transe, encheu o ambiente com os acordes de “Brasileirinho”.

As pernas apressadas dos vendedores travestidos de segurança quedaram trôpegas. Os olhos de lince ficaram marejados. Aquele menino maltrapilho, quem diria, era um verdadeiro brasileiro. E “um brasileiro quando é do choro é entusiasmado, quando cai no samba não fica abafado, e é um desacato quando chega no salão”.

Fico eu, agora, imaginando o som daquele verdadeiro “hino nacional”, o “Brasileirinho”, dedilhado por um desses meninos para os quais fechamos, no nosso dia-a-dia excludente, os vidros dos nossos carros e as portas das nossas bem vigiadas casas. Quantos serão os brasileiros maltrapilhos, dedos sujos de terra, que saberiam – como

diz o poeta – fazer “todo mundo dançar a noite inteira no terreiro até o sol raiar?”

São milhões os brasileirinhos excluídos do nosso carro, da nossa casa, do nosso coração, da nossa vida, do nosso País! E quem são os maestros dessa orquestra excludente, cuja batuta teima em não aceitar artistas de dedos sujos? Somos nós, que teimamos em tocar, apenas, para um público refinado, nas mais requintadas salas de espetáculo. Esquecemos o ar livre, democrático e cidadão.

O povo pode até servir como inspiração para as nossas partituras, as nossas orações e os nossos discursos, mas ele está longe da nossa prática. Ele é chamado, apenas, para montar os nossos palcos, mas não participa nem da nossa orquestra, nem de nosso público!

É essa cruel realidade que mostra o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, chamado Radar Social 2005, recentemente divulgado. São quase 54 milhões de brasileiros em situação de pobreza, sobrevivendo de uma renda *per capita* que não passa de meio salário mínimo mensal. Imaginem: meio salário mínimo que, como se sabe, já nem honra o termo, porque, mesmo quando é inteiro, é insuficiente para uma vida digna!

São quase 22 milhões de indigentes, sobrevivendo com menos de um quarto de um salário mínimo mensal. Quatro, em cada dez brasileiros, já podem ser considerados em situação de miséria absoluta.

O Brasil tem algo como 15 milhões de analfabetos acima de 15 anos! São cegos do saber. De cada mil crianças nascidas vivas, 25 não completam o primeiro aniversário, morrem principalmente por causas decorrentes da desnutrição. São 6,6 milhões de favelados, 17 milhões moram em casebres abarrotados com mais de três pessoas por dormitório.

Já falei, nesta tribuna, deste País de verdadeiros clandestinos. São milhões os que não existem oficialmente. Nascem em manjedouras, fogem do Herodes dos nossos tempos, que é a fome, e morrem crucificados pelo desdém. Sobrevivem num país anexo. Não têm nome de registro nem sobrenome de fato. Têm idade apenas de memória. Aparentam ter “tantos anos”, embora o desgaste físico distancie o aparente do real. Na região Norte, a metade das crianças nascidas, quando sobrevive, não é registrada nos Cartórios de Registro Civil. Essa situ-

ação se repete em alguns estados do Nordeste, a despeito de termos discutido aqui, anos a fio, um novo Código Civil, a despeito também da gratuidade dos registros de nascimento.

O grande sonho desses brasileiros é o de serem migrantes. Para onde? Para o Sudeste, para as grandes cidades, para as fronteiras da Amazônia? Não importa, desde que seja para o país oficial!

Todas as questões detectadas no documento do Ipea e nos últimos trabalhos sobre a pobreza no Brasil poderiam dizer respeito a um país pobre em recursos materiais, mas não ao Brasil, essa verdadeira obra-prima da natureza.

É inacreditável que se possa conviver ainda com situações e números tão lamentáveis, num país que ostenta todos os microclimas do planeta, onde se podem produzir, no verão, produtos de inverno e, no inverno, produtos de verão; onde as terras são consideradas mais produtivas; onde se estende o rio mais caudaloso e a maior floresta; onde estão as mais belas praias, a mais rica variedade de pássaros e de animais silvestres, plantas que a ciência já demonstra ser o futuro da Medicina; onde estão recursos minerais dos mais nobres, indispensáveis na informática e na corrida espacial. Enfim, o Brasil é um paraíso terrestre aos moldes de uma loja de instrumentos de trabalho, prontos para a orquestração da produção, do emprego e da geração de renda.

Ocorre, meus irmãos, que todos esses instrumentos são tocados por poucos. Apenas 1,7 milhão de brasileiros abocanha 13,3% da renda nacional, percentual semelhante ao total correspondente aos 50% mais pobres, que somam 87 milhões de pessoas. Um milhão e setecentos mil brasileiros recebem o equivalente à renda de outros 87 milhões de brasileiros! Ou seja, os 10% mais ricos ficam com mais da metade de tudo o que é gerado no País.

Essa loja de instrumentos de trabalho e de produção chamada Brasil é excludente. Como o menino maltrapilho dos pés descalços, a população pobre do País não consegue ter acesso à terra, ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à renda, à vida, enfim.

Como aquele mesmo menino, os brasileiros pobres são vistos como um perigo à propriedade concentrada de tais instrumentos. Atribui-se à pobreza as causas da violência, e cria-se um verdadeiro muro da vergonha, a separar ricos e pobres, como que num *apartheid* social

que a História mundial tão bem conhece de outras terras, plena de sofrimento e morte.

Quando essa mesma população pobre se organiza e tenta obter instrumentos de trabalho, de renda e de vida, igualmente recebe olhares e atitudes de repressão, como se praticasse, na verdade, arrastões que surrupiam o direito exclusivo dos ricos à propriedade privada dos meios de produção.

Os sem-terra são vistos como vândalos, a despeito do latifúndio. Os sem-casa são considerados como se fossem animais de rua, apesar da grilagem rural e urbana. Os sem-saúde morrem nas filas dos hospitais públicos, embora a Constituição lhes atribua o direito à vida, na sua plenitude. São, no entanto, todos, meninos maltrapilhos capazes de abalar a ordem constituída, com seus dedos sujos. Se tocarem em algum instrumento de trabalho, mesmo que para perguntar o preço, receberão a rasteira e a ordem da “mão na cabeça”.

O que não se quer admitir é que essa mesma população pobre, tal e qual o menino maltrapilho, é capaz de tocar, com maestria, todos esses instrumentos. Sabem lavrar a terra, sabem deitar semente ao chão, sabem colher os frutos desta terra benfazeja, sabem produzir o tijolo e erguer as paredes da casa, mesmo que singela, sabem o que é o saber que liberta da escuridão do analfabetismo, sabem, enfim, que o conjunto de tais instrumentos forma a grande orquestra da cidadania. São pobres e analfabetos, não lêem partituras, mas a vida lhes ensinou a tocar de ouvido.

Quem são, afinal, os maestros dessa orquestra brasileira, hoje tão desafinada pela corrupção, pela fraude, pela dilapidação do patrimônio público, pela má distribuição de renda, pelo desemprego, pela miséria e pela pobreza, em um País abundante de instrumentos capazes dos melhores acordes de desenvolvimento social e humano?

Somos nós, que decidimos pela vida política, exatamente para melhor distribuir tais instrumentos, em nome da sonoridade que rima cidadania com democracia e soberania.

Fico imaginando o engenheiro no acompanhamento de sua obra: andar por andar, ele se satisfaz profissionalmente com a sua construção. Imagino o cirurgião que extirpa um tumor, devolvendo ao paciente a esperança de vida.

O agricultor vê a planta nascer, crescer, frutificar e alimentar seus semelhantes. O político, com seu trabalho honesto, provê, ao seu semelhante, a possibilidade de obter os meios necessários para a construção da cidadania coletiva.

Fico também imaginando o sentimento do engenheiro que observa sua obra sua ruir; o sentimento do cirurgião que assiste à morte do seu paciente; o sentimento do agricultor que não vê a sua semente prosperar e germinar; e, igualmente, o sentimento do político que vive num país mergulhado em índices de distribuição de renda no rodapé do planeta, pior que outras nações devastadas por sangrentas guerras civis e lutas genocidas.

É este o sentimento que deve povoar corações e mentes de políticos de trabalho honesto, frente aos números do documento do Ipea: uma sensação de inutilidade do discurso e da prática.

O Brasil buscou, para reger a sua grande orquestra, um maestro que, quando menino, era também maltrapilho, de pés descalços, que, certamente, quando entrava nas lojas de instrumentos de trabalho, no Recife, era visto como alguém que poderia causar danos à propriedade concentrada do Nordeste, terra de capitânias e de coronéis, da indústria da seca e do latifúndio.

Pendurado num pau-de-arara, numa viagem torturante, foi para São Paulo à procura de outros instrumentos de trabalho e de vida. Mãos sujas de graxa, dedo decepado nas lâminas da lida, era tido como um exímio encantador de turbas. Sabia que, sozinho, jamais seria uma orquestra. Organizou sindicatos, comandou caminhada da cidadania, fundou um Partido Político e foi eleito Presidente da República.

Portanto, como maestro, ele sabe do potencial de cada um dos instrumentistas dessa grande orquestra chamada Brasil, que já foi chamada celeiro do mundo.

Pois bem, o Brasil é essa orquestra formada por tocadores exímios, de afinados instrumentos, e um maestro que conhece perfeitamente todos os acordes. Entretanto, os tais números do Radar Social 2005 não são assim tão musicais para os ouvidos da platéia, dos músicos e do maestro. Da população, da sua representação parlamentar e do Presidente da República. Há certamente um problema da escolha

da partitura. A música que executamos nesse momento parece não ser a mais adequada para a apresentação da orquestra política brasileira.

Há que se tocar, de novo, o “Brasileirinho”. Um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, fundado em notas de autores brasileiros, que conhecem como o Presidente da República, a nossa realidade, as nossas diferenças e os nossos potenciais de desenvolvimento econômico e social. Que todos os brasileiros tenham acesso a instrumentos de produção e de renda, para que possam desenvolver, plenamente, as suas habilidades. Acesso a terra, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cidadania e à vida.

É preciso derrubar esse muro vergonhoso que divide o Brasil em dois. De um lado, o da platéia refinada, do requinte das salas de espetáculos. Do outro, como nas palavras do poeta, os ‘iguais em tudo na vida’, os que morrem ‘de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia’.

A partitura política dos últimos anos construiu um País *a late-re*, na Sociologia, na Antropologia e na Economia. Pior: no Direito, à medida que o conjunto de leis vale, em tese, para os dois lados de tal muro, mas a sua prática dependente das interpretações moldadas pela conveniência. Com esses dois países, um oficial, outro paralelo, criou-se, também, um Estado igualmente paralelo, marginal: o da corrupção, o da fraude, o do narcotráfico e o da violência.

Não é à toa, por exemplo, que, nas grandes favelas brasileiras, no país clandestino, a população, muitas vezes, dá mais valor ao traficante do que à polícia. É porque, ali, a educação, a saúde, a proteção e outros requerimentos de cidadania são fornecidos pelo tráfico, e não pelo Estado. O aparato policial é visto, deste lado do muro, como defensor do país da ribalta.

O Estado foi posto em segundo plano, também na economia. Houve um verdadeiro endeusamento mercado. E esse Deus-mercado, como se sabe, é, também, discriminador em nome do lucro e da ganância. Do outro lado do muro, o que os economistas dizem ser ‘o lado escuro do mundo’, o que não consome, o que retira do mercado os recursos ‘necessários ao investimento’, em nome de gastos que o mercado considera algo assim como ‘jogados fora’, como o pagamento de aposentadorias e pensões para a população mais idosa, mas que,

agora, ‘não contribuem para o lucro’, ou, para utilizar uma expressão marxista, deles não podem mais extrair a “mais-valia”.

Exemplo típico desse poder do mercado são os comentários que se ouvem nesses momentos de turbulência política, quando a corrupção desfila pelo noticiário. Recentemente, comentarista de renome da maior rede de comunicação do País afirmou que tal turbulência não afetará o País enquanto não atingir o Ministro da Fazenda. Não importa até mesmo se o maestro, o Presidente, errou, ou não, na regência da sua orquestra, ou que ele tenha desafinado. O que importa é que tal erro não interfira na performance do *spalla*. Como se sabe, na ausência do maestro, é ele, o Ministro da Fazenda, quem rege. Isso comprova um País comandado pelo mercado, cada vez mais forte, reverenciado e endeusado. Outro, dirigido pelo Estado, cada vez mais frágil, desdenhado e demonizado.

Portanto, meus irmãos, para que se inicie a demolição de tal muro da vergonha, que separa os dois Brasis, tal como detectado pelo Radar Social, do Ipea, é necessário que se resgate o Estado brasileiro como formulador de políticas públicas. E isso passa também pela revisão de nossa atuação no Congresso Nacional.

Nesta Casa, as questões nacionais são tratadas de forma estanque, isolada, com um viés puramente vertical, sem uma contextualização mais abrangente, compreensiva e horizontal. Nós, raramente, discutimos a lógica que alinhava a seqüência das matérias que nos são enviadas pelo Poder Executivo.

Na nossa analogia musical, tratamos cada músico em sua apresentação isolada, cada um com uma partitura diferente, sem uma visão de conjunto, de orquestra.

E, convenhamos, nos últimos tempos, o Congresso tem atuado muito mais como agente do mercado do que como formulador de políticas públicas no seu verdadeiro sentido. Por exemplo, votamos à quebra do monopólio do petróleo, a propriedade do subsolo, o conceito de empresa nacional e a lei de patentes, todos esses assuntos de forte interesse do mercado, sem levar em consideração a forte correlação que existe entre eles.

Um bom exemplo do que ainda virá é o caso da chamada reforma da Previdência Social. Fala-se em uma terceira edição, atingindo,

agora, o Regime Geral Público. Ora, não fora a Previdência Social nos moldes atuais, outros 18 milhões de brasileiros se somariam ao contingente revelado pelo Ipea, como sendo pobres absolutos.

Imagine-se, então, se a grande massa de aposentados e pensionistas rurais tiverem cortados os seus benefícios, o que acontecerá com a migração rural-urbana e o inchaço das grandes cidades. Hoje, em quase dois terços dos municípios brasileiros, o total de recursos pagos a aposentados e pensionistas é maior do que o valor que esses mesmos municípios recebem a título de repasse constitucional do fundo de participação. Esses custos e benefícios sociais têm, necessariamente, de ser discutidos por todos nós, quando votamos matérias de relevância para o País.

Como se vê, os instrumentos de produção, de emprego e renda no Brasil, tal qual a história da loja de instrumentos musicais, estão disponíveis, à espera de mãos hábeis que possam tocá-los. Há muitos meninos maltrapilhos e homens de mãos calejadas e sujas de terra que poderiam desenvolver o seu engenho e a sua arte nessa grande orquestra chamada Brasil.

O tal menino tocou “Brasileirinho” que, como se sabe, trata-se de um choro. Não sei se foi mera coincidência. Eu só sei que, lá pelas tantas, a obra musical de Waldyr Azevedo diz algo assim: “E quando o baile terminou/ a turma não se conformou/ Brasileirinho abafou”.

Se não há falta de instrumento e se os músicos são hábeis, é preciso assumir a batuta!

Isso é que deveríamos pedir ao Presidente.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo referência à música que ontem ouvi na Igreja:

Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar. Quando o povo nas ruas sorrir, e a roseira de novo florir, eu vou cantar. Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar. Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então, os jasmims vão perfumar. Refr.: Vai ser tão bonito se ouvir a canção cantada de novo. No olhar do homem a certeza do irmão. Reinado do Povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem à memória de Leonel Brizola

(Pronunciamento em 21 de junho)

Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estou hoje para homenagear um grande brasileiro, um excepcional líder político gaúcho. Refiro-me ao engenheiro Leonel de Moura Brizola, cuja morte aos 82 anos ocorreu exatamente há um ano.

Leonel Brizola, por sua vasta obra política, por sua visão aguda da conjuntura nacional e internacional, foi um grande estadista, um verdadeiro estadista, embora não tenha assumido, como se esperava, a Presidência da República. Reivindicou para si o título de herdeiro de Getúlio Vargas e de João Goulart.

Leonel Brizola foi um extraordinário comandante político numa geração que contou com outros homens de grande envergadura. Eu citaria, para exemplificar, apenas três dos seus contemporâneos: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Miguel Arraes.

Brizola é um homem político cuja biografia, com o passar do tempo, cada vez mais se engrandecerá. Julgado pela História, ele terá, enfim, reconhecida a sua grande colaboração a este País.

Início este pronunciamento relatando um episódio que ilustra bem a grandeza desse homem. Na eleição de 1989, passaram para o segundo turno os candidatos Fernando Collor, que teve 22 milhões de votos, que correspondiam a 28,5% dos votantes, e Luiz Inácio Lula da Silva, com 11,6 milhões de votos, correspondendo a 16% dos votos.

Em terceiro lugar, ficou Leonel Brizola, que recebeu 11,1 milhões de votos – ali, colado em Lula. Depois, em quarto lugar, vinha Mário Covas, que teve 7,8 milhões de votos.

É importante salientar que, exatamente em uma hora como essa, Brizola procurou Lula dizendo: “Você tirou o 2º lugar; eu tirei o 3º e o Covas, 4º. Ficaram você e o Collor, mas eu tenho a convicção de que, para ganhar do Collor, o homem é o Covas. O Covas tem todas as condições, porque contra você se levantarão muitas campanhas, muitas forças empresariais, de tudo o que se possa imaginar. Contra o Covas, não há nada”. O Lula reuniu o seu partido, e o PT não concordou. Eu até respeito que o PT não tenha concordado, mas acho importante destacar o mérito de o Brizola, àquela altura, procurar o Lula para encontrar o nome. E, a esta altura, nós sabemos, não há dúvida nenhuma de que o Covas teria ganho do Collor. O Covas estava mais preparado. O Covas não receberia – até digo, quase que ingenuamente – os ataques grosseiros por parte do Collor. E o Covas não teria um programa de televisão cruel, como a Globo fez sobre o debate entre Lula e Collor, que, na minha opinião pessoal, definiu a eleição. E um programa que não correspondia à realidade. Eu, governador, assisti até o fim, e acho que o Collor foi melhor, porque o Lula não respondeu como devia ter respondido. Quando se falou na filha dele, ele deveria ter dito: “Eu reconheci minha filha. Minha filha hoje tem o meu nome. Enquanto que você...” E aí, meu Deus do céu, o que podia ser do Collor!? Brizola teve essa grandeza.

Ainda há um outro episódio peculiar naquela mesma eleição e que mostra como o acaso pode ter influência na vida de um país. O então Senador Maurício Corrêa – que viria a ser, depois, Presidente do Supremo Tribunal Federal – quis reunir em Brasília, na casa dele, Brizola e Itamar Franco. Maurício Corrêa achava que, tendo Itamar Franco como vice na sua chapa, Brizola seria imbatível.

Houve um contratempo qualquer e o encontro entre Brizola e Itamar acabou não se realizando. Em função do desencontro e de outros acontecimentos, Itamar acabou sendo vice de Fernando Collor de Mello, e assumiu o Governo. Se Itamar fosse o vice de Brizola, provavelmente a chapa vitoriosa seria a deles.

O candidato a vice de Brizola, naquela ocasião, não representava nada, com todo o respeito a ele. E se Itamar tivesse sido o vice-Presidente, mudaria a situação de Minas Gerais.

Preciso mencionar aqui um outro fato extraordinário da vida desse grande líder político. Refiro-me ao episódio histórico da chamada “Legalidade”.

Naquele evento dramático, ocorrido num momento muito grave da vida nacional, Leonel Brizola mostrou-se disposto a um sacrifício ainda maior do que abrir mão de uma simples candidatura. Dispôs-se a lutar, e, se necessário, morrer debaixo das bombas que ameaçaram o Palácio Piratini. Mas ele disse que resistiria até o fim, lutando pela posse do Presidente João Goulart.

Em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, forças conservadoras tentaram impedir a posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart, que se encontrava em viagem à China.

Os golpistas pretendiam que uma junta militar assumisse o Governo do País. Para comandar a reação, Brizola requisitou uma importante emissora do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, cujos estúdios foram instalados dentro do Palácio Piratini. Aos poucos, outras emissoras do Brasil inteiro se juntaram à Guaíba e foi criada a chamada “Cadeia da Legalidade”. Logo as transmissões estavam chegando a todo o Brasil.

Diante da ação corajosa de Leonel Brizola, os golpistas recuaram. Em meio à crise, o Congresso Nacional achou uma fórmula intermediária para garantir a posse de João Goulart. Instalou-se o parlamentarismo. Em resumo, com um microfone, Leonel Brizola derrotou os militares com toda a sua força. Sua resistência foi essencial para que João Goulart assumisse a Presidência da República.

Leonel Brizola foi um homem de reconhecida probidade, dignidade e seriedade, assim como o foram também os grandes políticos trabalhistas do Rio Grande do Sul, como Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Salgado Filho.

Brizola casou-se com uma mulher extraordinária, Dona Neuza, que era proveniente de família abastada. Dona Neuza era irmã de João Goulart. Conta-se que, certa vez, Leonel Brizola herdou uma fazenda

da família da esposa e nela fez o seu pioneiro programa de reforma agrária.

É a única notícia que se tem de alguém que, tendo uma fazenda, fez questão de distribuí-la, realizando um autêntico projeto de reforma agrária, lá no Banhado do Colégio, em terras de sua propriedade. Uma herança que ele, nascido pobre, que praticamente nada tinha, poderia valorizar. Era a sua chance de transformar-se em fazendeiro. Não fez isso, e colaborou para a reforma agrária.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais tarde, como governador, tomou medidas concretas para que se iniciasse, por fim, o processo da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Leonel Brizola teve um início de vida muito duro. Seu pai foi assassinado brutalmente nas lutas entre Chimangos e Maragatos. Foi criado por sua mãe, mulher de grande valor. Garoto ainda, foi para Porto Alegre. Na capital, trabalhou como ascensorista e como engraxate, até conseguir uma vaga no Instituto Agrícola de Viamão. Formou-se ali e, a seguir, estudou engenharia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a, com prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Também peço um aparte, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, o tempo urge, mas gostaria de dizer uma frase. Pedro Simon, nosso Senador, V. Ex^a foi companheiro de Leonel Brizola nessa longa caminhada em defesa da democracia. Brizola lembra educação e lembra a questão da reforma agrária, como V. Ex^a cita. Mas V. Ex^a, que é um grande homem, de forma generosa, lembra nomes do Rio Grande: João Goulart, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas. Vou

terminar dizendo que, entre os grandes políticos do Rio Grande, quero que fique também registrada a figura de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Só isso. Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A amizade leva a gente a cometer equívocos. Mas agradeço a amizade de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, neste momento da solenidade, quero de público, em nome do PT, fazer também um agradecimento. Refiro-me àquele momento, em 1989, do segundo turno das eleições presidenciais em que Leonel Brizola e Mário Covas sobem ao palanque de Lula, em São Paulo. Naquele momento, a arrancada para o segundo turno fez com que essas forças chegassem a mais de trinta milhões de votos – o que não é um número pequeno. Além de tudo o que já foi dito por V. Ex^a e demais senadores em homenagem a Leonel Brizola, aquele momento precisa também ser registrado. Apesar de todas as críticas que já foram feitas de ambos os lados, na construção da virada de página do Brasil pela redemocratização, aquele momento é impagável. Por isso, agradeço a V. Ex^a, em nome do PT, e felicito V. Ex^a pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador.

Em 1945, juntamente com outros líderes sindicais, fundou o primeiro núcleo gaúcho do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro. Um ano depois, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte Estadual. Em 1954, tornou-se deputado federal, com a maior votação até então alcançada no Rio Grande do Sul. Um ano depois, deixou o mandato para assumir a Prefeitura de Porto Alegre.

Como prefeito de Porto Alegre, teve desempenho excepcional. Já naquela época, criou várias obras viárias que só bem depois tiveram seu valor reconhecido. Brizola tinha uma visão de futuro.

Depois, em 1958, assumiu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ali desenvolveu uma gestão de altíssima qualidade, que aca-

bou por destacar nacionalmente o seu nome. Mostrou que era, acima de tudo, um entusiasta da educação. Fez algo que até hoje impressiona: construiu 5.500 escolas no Rio Grande do Sul.

À frente do Governo gaúcho, enfrentou e venceu empresas multinacionais. Acabou encampando companhias que exploravam a telefonia e a energia elétrica. Com essas encampações, passou a ser conhecido internacionalmente. Temos aqui uma outra marca de sua atuação política: era um verdadeiro nacionalista. Levou adiante grandes obras: criou a Aços Finos Piratini; instalou a Refinaria Alberto Pasqualini.

Em 1962, ainda governador gaúcho, Brizola candidatou-se e foi eleito deputado federal pelo então Estado da Guanabara. Em 1964, novamente, tentou mobilizar a sociedade contra o golpe militar. Não conseguindo, exilou-se no Uruguai, de onde foi expulso com o golpe militar naquele país, em 1977, mudando-se, daí, para Portugal.

Depois da ditadura de 1964, sofreu um duro exílio que durou mais de 15 anos. Na verdade, Brizola quis reagir ao golpe. Insistiu com João Goulart para que não entregasse o cargo. Eu lá estava e me lembro muito bem quando Brizola dizia a Jango: “Me nomeie Ministro da Fazenda e nomeie o General Ladário Ministro da Guerra”. Lamentavelmente, o General Ladário dizia que já havia grandes deserções e que a resistência seria realmente difícil.

E João Goulart, evitando uma guerra civil, viajou para o Uruguai. E Brizola, no seu exílio, tentou, de todas as formas, criar um movimento de resistência aqui no Brasil.

Com a anistia de 1979, Leonel Brizola voltou ao Brasil e fundou o seu próprio partido. Nós, do PMDB, achávamos que a oposição deveria permanecer unida num só partido. Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Inicialmente, Brizola tentou recriar o antigo e querido PTB, mas a sigla foi apropriada por Ivete Vargas. Então, ele fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que comandou por toda a sua vida.

Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Brizola tentou criar o PTB, mas conseguiu criar o PDT.

Depois do retorno ao Brasil, Brizola elegeu-se duas vezes governador do Rio. Em 1982, elegeu-se após uma contagem paralela dos votos sob seu comando, porquanto foi constatada, logo em seguida, uma fraude enorme decorrente de programa adulterado usado pela Justiça Eleitoral. Em 1991, voltou ao Governo do Rio, onde permaneceu até 1994.

É extraordinário lembrar a administração de Brizola no Rio de Janeiro. Os Ciep são talvez a fórmula mais espetacular de educação que se conhece em toda a América Latina. Os Ciep que ele construiu ofereciam educação com tempo integral, pois não adiantava, segundo ele, manter a criança na escola por quatro horas, e, o resto do tempo, ela ficar na rua. Também não adiantava ir à escola com fome, não tendo o que comer. O Ciep foi uma organização extraordinária, talvez uma das mais bonitas criações do sistema educacional brasileiro.

Encerro este meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que Brizola foi realmente um verdadeiro estadista, um dos maiores políticos do século XX. Digno, de honestidade comprovada, sério, totalmente voltado para a vida pública, administrador de visão, gestor competente, corajoso, humanista e legalista. Esse era Leonel Brizola, um homem que merece o respeito de todos os brasileiros.

Leonel Brizola alinha-se entre os maiores políticos brasileiros deste último século, ombreando-se com Getúlio Vargas, Juscelino, Tancredo, Ulysses e Alberto Pasqualini.

Leonel Brizola deixou o exemplo de trabalho incessante e incansável a todos nós que nos dedicamos à vida pública, independentemente da linha política adotada por nós individualmente.

Aos integrantes do seu Partido Democrático Trabalhista, aos seus familiares envio as mais calorosas homenagens.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a compreensão do Senador Suplicy, pois não há mais possibilidade de apertes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A minha solidariedade ao pronunciamento do Senador Pedro Simon, cumprimentando-o

pela bonita homenagem que faz ao ex-Governador, Deputado Brizola. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, rapidamente, gostaria de solidarizar-me com as palavras de V. Ex^a a respeito do notável homem público que foi o Governador Leonel Brizola. Acho que a história fará justo reconhecimento de sua obra e, sobretudo, de sua conduta. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Os erros do Governo do PT

(Pronunciamento em 1^o de julho)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, estamos sendo convocados para, na terça-feira, votarmos o Orçamento, a Lei de Diretrizes. Não sei se, a esta altura em que vivemos dias realmente complicados e difíceis, estamos saindo de recesso ou não. Aliás, nunca vi, nos últimos dias de uma legislatura, funcionarem quatro ou cinco comissões parlamentares de inquérito e tantas notícias desabonadoras, infelizmente confirmadas, se repetirem.

Acredito que os brasileiros, como eu, não são daqueles que acham que quanto pior melhor. Faço política há muito tempo – lá se vão mais de cinquenta anos –, e o meu estilo sempre foi o de ajudar, colaborar, lutar para que as coisas dessem certo.

Deus me deu a felicidade de ter como mestre uma figura desconhecida, mas das mais extraordinárias da política brasileira, que é o Senador Alberto Pasqualini, um homem que publicou suas obras preocupado com a realidade do mundo. Já àquela época, quando ele começou, em 1947, colocava-se contra o capitalismo e contra o comunismo e falava no solidarismo, num movimento social comunitário no qual a base seria o povo – povo esse que poderia até ser detentor dos meios de produção, mas toda propriedade teria uma hipoteca social: em primeiro lugar, estaria o homem, com direito ao trabalho e, como fruto desse trabalho, o direito a viver com dignidade, ele, sua mulher, sua família.

Como estudante, lá na Junta Governativa da União Nacional dos Estudantes, como vereador, como deputado, como governador, como

ministro e como senador, aprendi a lutar por um Brasil melhor: para mim, o importante sempre foi cada um fazer a sua parte com o objetivo de buscar uma sociedade melhor.

Digo aqui mais uma vez: nunca o Brasil entregou com tanta esperança o seu destino nas mãos de um homem como entregou nas mãos de Lula. A vitória de Lula foi esmagadora nas urnas, embora ele tivesse a seu lado na disputa um grande companheiro, que é o Serra. Terminada a eleição, duvido que houvesse algum eleitor do Serra que não torcesse para que o Lula desse certo. Ele representava os anseios da Nação, uma Nação que já tinha tido um ditador civil durante quinze anos, que foi Getúlio Vargas; que tinha tido vinte anos de ditadura militar com cinco generais; que já tinha apostado num homem que parecia ser um gênio, que era Jânio Quadros, mas que era um louco que renunciou sete meses depois de assumir o poder; que depois da ditadura tinha torcido e apostado num jovem que aparecia como o grande salvador da pátria, Fernando Collor de Mello, que foi cassado pouco tempo depois; que jogou todo o seu destino na figura de Tancredo Neves, que, na véspera de assumir, infelizmente, morreu; que jogou a sua expectativa naquele intelectual considerado o homem mais culto e mais capaz culturalmente no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que também não deu a resposta que nós esperávamos.

Finda a eleição, ali estava o retirante do Nordeste, que foi salvo pelas mãos de Deus de morrer antes de completar um ano de idade; a criança que o pai abandonara com a mãe e mais sete filhos; criança que, num pau-de-arara, foi com a mãe e os sete irmãos para uma floresta imensa de edifícios, que é São Paulo. Lá, na luta pela vida, passou por várias profissões – de engraxate a não sei mais o quê –, conseguiu um curso de mecânico no Sesi e trabalhou na fábrica. E trabalhando na fábrica, mecânico de dia-a-dia, perdendo um dedo inclusive, transformou-se em líder sindical; de líder sindical, se transformou no maior líder sindical, que confrontou o regime militar com os trabalhadores.

Ele e muitos formaram um partido constituído de trabalhadores. Pela primeira vez no mundo, um partido de trabalhadores. Tem o Partido Trabalhista inglês, partidos socialistas em vários lugares, mas, de trabalhadores, foi o PT, no Brasil.

E, durante 25 anos, esse partido se transformou, cresceu e avançou, porque os seus representantes se transformavam praticamente em apóstolos de uma causa. Lembro-me do PT começando no Rio Grande do Sul, com os filiados dando uma grande parte do seu salário para o seu partido. E em tudo que era lugar, em tudo que era canto, em tudo que era greve, enfim, em tudo que era movimento lá estavam eles, com sua voz dura, combatendo as coisas erradas. Às vezes, mesmo na dúvida, eram homens radicais contra o erro e contra os equívocos.

No meu Governo, sofri com os quatro primeiros deputados que o PT tinha na Assembléia do Rio Grande do Sul. Eles estavam junto com os professores, em uma greve que durou não sei quanto tempo, na frente do Palácio; também invadiram cerca de 80 mil moradias que estavam anos e anos paradas, sem que fossem completadas. E eu, como governador, tinha conseguido que terminaria a construção daquelas moradias em seis meses. Mas eles fizeram uma verdadeira revolução: colocaram 80 mil pessoas naquelas propriedades. Levei um tempo enorme só para legitimar, porque, na verdade, não podia mais tirá-los de lá.

Enfim, eles eram duros e chegaram no Governo. Não há dúvida de que o Brasil todo aguardava a “Hora do Brasil” – chegou, a nossa vez! O Brasil, agora, com os problemas sociais sendo enfrentados de frente, o Governo enfrentando a dívida externa, exigindo a diminuição dos juros, com o dinheiro voltado para o social, para a educação, haveremos de ter o grande Brasil que todos sonhávamos.

Havia algumas dúvidas e alguns medos. Havia aqueles que tinham medo de que a reforma agrária seria muito radical e exagerada, que poderia haver um conflito entre os trabalhadores sem terra e os proprietários. Havia aqueles que tinham medo de que o Governo ia enfrentar os empresários, de tal modo que os empresários poderiam sair do País. Havia aqueles que tinham medo de que, conforme diziam na campanha, os banqueiros enfrentassem um regime muito duro e muito árduo, porque os juros cairiam a sua proporção natural.

Mas nada disso aconteceu. O Governo continuou a política neoliberal do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Para Presidente do Banco Central, nós, que criticávamos muito a figura de Armínio Fraga, Presidente do Banco Central de Fernando Henrique Cardoso, porque ele

era o homem que era empregado do maior aplicador de dinheiro do mundo, vinha para Presidente do Banco Central o único Presidente do Banco de Boston, o Presidente mundial do Banco de Boston estrangeiro. E as coisas foram andando. Mas o que não imaginávamos nunca é que este Governo seria atingido no ético. Não imaginávamos nunca que este Governo seria atingido na compostura de sua organização política. E é o que está acontecendo. E é o que está acontecendo dia após dia.

O primeiro equívoco do Presidente Lula – e falei para Sua Excelência, pessoalmente, antes de assumir, como amigo e como irmão: Lula, você é a pessoa mais extraordinária da história do Brasil. Não houve, na história do Brasil, um momento como este em que o Brasil todo olha para ti, torce para ti. Escolha um Ministério de gabarito; escolha os melhores, Lula! Tu não estás restrito a teu partido. Tu és muito maior do que teu partido. Faça um governo de união e entendimento nacional para que possamos avançar.

Minha primeira mágoa foi o Ministério, aumentou de 20 para 30 e tanto; e 19 eram companheiros que tinham perdido eleição para governador, para vice-governador, para senador. Essa não era a melhor forma de escolher o Ministério, ainda que as pessoas fossem as melhores. A melhor composição para o Ministério era aquela que eu propunha: escolher os maiores, os mais capazes e, como eu dizia, até porque hoje a Igreja é praticamente PT, a universidade, os intelectuais são praticamente PT, empresários têm PT por todo que é lado, é só escolher os mais capazes.

Apareceram as primeiras interrogações; apareceu o Sr. Waldomiro.

Fizemos aqui um pedido para constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Lá já se vão quase dois anos, ainda era início do Governo, aqui o Presidente José Sarney foi atrás dos líderes da maioria, do PT, do PMDB, do PTB, não sei lá mais quem. Decidiram não constituir a CPI. Não vamos indicar nome e ela não sairá. Só sai CPI quando nós quisermos. E o Presidente Sarney, que tinha a obrigação de nomear quando os líderes não nomeassem, arquivou. E há um ano e meio, o assunto foi ao Supremo para que o Supremo decidisse. Antontem, ela foi constituída.

Só que o tempo que passou para ser constituída foi responsável por esta série de irregularidades: apareceu o Sr. Jefferson, apareceu uma série de problemas, uma série de interrogações. Assim, ao invés de ter uma CPI que seria modelo, porque, se existisse, se fosse criada, teria servido de exemplo para que as pessoas se cuidassem e tomassem cuidado. No entanto, houve um abrir portas, e, hoje, estão aí os problemas.

Ontem, na CPI, quando vi os membros da liderança do Governo, dos partidos que apóiam o Governo querendo botar o Deputado Jefferson contra a parede, querendo buscar nele coisas erradas, equívocos, o que era o que não era, como era a sua vida ou coisa passada, disse: olha, meus amigos, estamos errados. Aqui, nesta CPI, a figura do Deputado Jefferson não é o réu. Quem tem de buscar, cobrar, ver a vida do Sr. Jefferson é a Comissão de Ética da Câmara, que já está fazendo. Aqui, o Sr. Jefferson é um colaborador, é uma testemunha, que deve ser olhada com muito respeito. E o que devíamos fazer é estimular o Sr. Jefferson para que ele conte tudo o que sabe, para que ele diga tudo o que sabe.

Lembrou-se na CPI, inclusive, que a legislação americana e a européia, nos grandes e mais graves casos, quando quer descobrir uma quadrilha determinada ou a máfia, na Itália, buscam dentro da própria quadrilha alguém que lhes dê auxílio, colaboração e informações e se faz uma negociação com essa pessoa para que possa fornecer auxílio e informações e, em compensação, ter diminuída a sua pena. A verdade é que o Sr. Jefferson, na *Folha de S.Paulo* de ontem, disse que havia irregularidades muito sérias em Furnas. E, ontem à tarde, o Presidente afasta os três diretores de Furnas. A verdade é que o Deputado Jefferson, ontem, às 7 horas, na Comissão, dizia que, além do dinheiro que o homem da empresa de publicidade de Minas Gerais retirava do Banco Rural em Minas Gerais, também a sede do Banco Rural aqui em Brasília, no 9º andar de um *shopping*, era muito visitada e também saía dinheiro.

O Jornal Nacional de ontem confirmava que isso realmente estava acontecendo e que, realmente, no 9º andar, as pessoas iam buscar parte do seu “mensalão”.

Então, o que está acontecendo é que as coisas que ele fala estão sendo confirmadas. Então, o que está acontecendo é que o Governo deve imediatamente entrar em ação, e não aquilo que está fazendo. O Governo errou no início. Errou quando fez uma aliança com o PTB, com o PP, com o Partido Liberal, e as bancadas desses partidos duplicaram, porque o PT foi buscar nas outras bancadas, e não botou no PT para deixar o partido a salvo, mas botou nos partidos asseclas. E agora sabemos como foi que aconteceu, como ele conseguiu aquela maioria e no que deu.

Agora quer fazer uma aproximação com o PMDB, que, no seu todo, diz o seguinte: “Nós vamos apoiar o Governo. Nós queremos dar apoio ao Governo. Nós garantimos a governabilidade do Governo. Nós vamos votar com o Governo. Só achamos que não devemos participar do Governo”. É uma das raras ocasiões em que o PMDB, às vezes um partido doido por cargos, entende a posição. E, em vez de o Governo entender que o PMDB não quer cargos, mas dá o apoio – e o apoio é total –, e buscar um acordo com a sociedade, trazendo, como trouxe, um Ministro da Agricultura nota 10, um Ministro da Exportação nota 10, um Ministro das Relações Exteriores nota 10, a Dr^a Dilma, nomeada Chefe da Casa Civil, que é nota 10, o Governo rompe com o partido e dá um chá de banco no Presidente do PMDB. Lula procurou Renan Calheiros e José Sarney, que não me parecem ser os mais indicados para representar o PMDB.

Não é por aí! Não se despreza um partido no seu todo, que quer o entendimento, quer está com ele, quer apoiá-lo, para buscar uma minoria eventual que, para cada votação, terá de novo de fazer as emendas tais, o favor tal e a coisa tal. Não é assim! Errou quando foi dobrar os partidos e ter uma maioria composta de eventuais. Erra agora ao querer fazer uma composição com um pedaço do PMDB.

Fernando Henrique errou realmente quando fez essas coisas, e o Lula não pode fazer o mesmo. Ele tem diante de si um tempo, mas esse tempo está chegando ao seu limite.

Hoje, a sociedade diz: “Mas o Lula é um homem de bem!” A sociedade nos pergunta com ansiedade: “Senador, e o Presidente Lula? Ele é um homem bom, não é?” Eu digo: “Ele é um homem bom.” Eles perguntam: “Ele não sabe dessas coisas, não é Senador Simon?” Eu

digo: “Ele não sabe”. Mas, daqui a pouco, não dará mais para repetir isso.

Quando os senadores foram anteontem à frente do Senado acalmar a multidão que queria avançar, e um líder eminente e ilustre do PT foi falar, o povo respondeu: “Fora, Lula!”. É um exemplo daquilo que nós não queremos.

O Lula tem diante de si a responsabilidade de terminar o seu Governo, que poderá terminar na reeleição, mas poderá terminar no vazio. E esse Governo tem de ser um governo com choque ético, mas um choque para valer.

O que ele está esperando para demitir o Ministro da Previdência? Tem uma Comissão de Ética no Governo que, por três vezes, disse que ele não pode ficar, não aceita as justificativas dadas por ele. Está no Supremo Tribunal Federal um processo contra ele e outro processo contra o Presidente do Banco Central. O Presidente do Banco Central está com sua vida toda se esvaindo na frente do Tribunal; estão investigando suas contas, sua correspondência, sua vida. E esse homem está na Presidência do Banco Central.

O Presidente Lula tem de fazer um limpa nisso. Ele tem de fazer o que fez na Chefia da Casa Civil, onde colocou uma mulher séria, uma tocadora de obra, porque alguém precisa tocar o Governo. Ela faz isso. Colocou ao seu lado – porque ela não é de política – alguém que tem capacidade de fazer a costura política. Não se pode mexer na costura política com o Governo andando. E ele fala bem. O Governo acertou, embora – lamento – não tenha deixado o Procurador que lá estava, o melhor homem neste País, mas colocou o segundo, um homem da mesma qualidade. Estavam pressionando para que fosse indicado um acomodador, que nem o Sr. Brindeiro, mas o Presidente Lula não aceitou. Ele apresentou o nome daquele que foi indicado pelo Procurador, um homem responsável.

Eu, se fosse ele, convidava o ex-Procurador para o Palácio, porque é o tipo de homem sério, santo, digno e correto, que poderia estar ali a sua direita, onde estava Frei Beto, para orientá-lo, ajudá-lo e colaborar com ele.

Faça isto, Presidente Lula, dê um choque ético, um choque de moralidade, um choque de seriedade. Faça transformações profundas,

modifique. Não precisa dizer que errou, mas pode dizer “vou mudar”, e faça aquilo que a Nação está esperando.

Tenho certeza de que ele terá o apoio da maioria deste Congresso, porque o Congresso terá contra si o povo, que cobrará de nós as atitudes necessárias para que o Governo possa avançar. É isso que se espera do Presidente Lula. É essa a sua biografia, é essa a sua história. Fazendo isso, por mais que fale, o Deputado Roberto Jefferson será passado, porque o futuro está em suas mãos, Presidente Lula, o seu futuro e o futuro do Brasil.

Digo isto com profunda convicção. Rezo, permanentemente, para que Deus abençoe o Lula, para que Deus lhe dê a visão do Brasil, para que Deus o faça retornar aos caminhos da sua caminhada: desde quando veio em um pau-de-arara de Pernambuco para São Paulo, desde suas lutas fantásticas e históricas, desde a sua vitória memorável. Que ele entenda que as viagens no seu avião especial que faz pelo mundo, que os tapetes vermelhos que o recebem, que a multidão que o aplaude, que ser um nome internacional, tudo isso, é passagem. Há um momento em que isso passa. O que fica é o que ele faz de concreto, de objetivo, de real.

Se, neste momento, fôssemos dizer o que foi o Governo Lula, seríamos obrigados a dizer que, na realidade, sob os aspectos econômico e social, foi uma continuidade do Governo Fernando Henrique. Não houve um fato distensor, não houve um movimento real nem no campo ético nem no campo social nem no campo moral e nem no tempo do patriotismo.

Que o Lula tenha a coragem de se unir, de chamar companheiros seus ou não, que traga o Frei Beto de volta.

Estávamos numa missa do nosso grupo, e o Frei Beto estava presente. Depois do sermão, ele disse algumas palavras e comunicou-nos que tinha deixado o Palácio, que continuava muito amigo do Lula, tinha muito carinho pelo Lula, mas razões especiais o fizeram afastar-se. E eu, numa atitude fora do normal para um missa, disse: “O senhor fez muito mal, o senhor não poderia ter saído. O que está acontecendo é que as pessoas que queremos que fiquem saem, e as pessoas que queremos que saiam ficam”. Na verdade, era o que eu pensava: ou

volta o Frei Beto ou coloca-se alguém que lhe diga as coisas que estão equivocadas, equívocos feitos e que devem terminar.

Que o Presidente Lula volte a ser o Lula! Que o Presidente Lula volte a ser o velho companheiro do Brasil! Que o companheiro Lula volte a somar à expectativa e a esperança do Brasil! Que o companheiro Lula possa fazer um governo à altura do que esperávamos!

Sabemos que o milagre não é possível. Sabemos que o Fome Zero não será realizado do dia para a noite, mas o Brasil tem todas as condições.

O Lula, que internacionalmente é nota 10, fez bem quando se aproximou da China, da Índia, da África do Sul, porque, realmente, esses serão parceiros para o mundo que está aí. Serão o Brasil, a Índia e a China que haverão de ocupar os seus espaços na grande sociedade internacional. O Brasil, pelo seu tamanho, pelo seu povo, pelas suas riquezas, as maiores reservas de terras agricultáveis do mundo, as maiores reservas de água doce do mundo, as maiores reservas minerais do mundo, as maiores reservas florestais do mundo, e um povo de paz, um povo tranqüilo, um povo que deseja e torce para que o Presidente assuma o comando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Lula precisa reagir diante da crise

(Pronunciamento em 5 de julho)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, saí nesta madrugada, às 5h30m, do Rio Grande do Sul, tendo conversado, no sábado e no domingo, com um sem-número de pessoas.

Fazia tempo que eu não ia ao Rio Grande, mais de vinte dias, e senti as reações do povo. É impressionante o sentimento de tristeza, de mágoa, eu diria até de dor.

Interessante que, em outras oportunidades, por exemplo, quando houve o *impeachment* do Collor, havia uma euforia na rua, os jovens vibravam e pediam a cabeça do Collor. Hoje, até mesmo as pessoas que nunca foram do PT estão machucadas, estão sofridas, estão doloridas. Acho isso muito interessante e tenho dito isso.

Em primeiro lugar, não vejo aqui no Senado; em segundo lugar, não vejo na imprensa e não vejo na sociedade ninguém que não esteja rezando para que o Lula saia dessa.

O PT, nesses vinte e cinco anos em que atirou pedras em todos, deve ter feito algumas injustiças; deve ter atingido alguém injustamente. Mas nem essas pessoas estão agora torcendo para que as coisas caíam e desapareçam. Eu sinto muito mais o movimento positivo do que o movimento destrutivo.

Agora, o que as pessoas se perguntam e o que as pessoas estão esperando, estão aguardando é uma ação do Governo no meio disso tudo que aconteceu. Que aconteceu, aconteceu!

Creio, embora muitos riam de mim, que o Lula não sabia! Aí, então, respondem: “Mas, se o Lula não sabia, então é mais grave; é

porque ele não enxerga"! Não. Penso que, num governo cercado de amigos e de companheiros da mais absoluta confiança, as coisas estão andando, e ele não sabia. Mas o problema é que agora ele sabe! E a questão é que ele tem de dar um rumo ao Governo dele! Tem de dar um rumo! O que aconteceu, aconteceu; o tempo perdido é tempo perdido! Pedimos a CPI do Waldomiro há um ano e oito meses; se tivesse saído naquela época, não estaríamos vivendo isso hoje. Se tivesse sido constituída a CPI e se ela tivesse apurado, não haveria o que há hoje, porque o povo se quedaria com medo. A equipe, essa gente que andou por aí pararia para pensar: "Olha, a coisa é séria"! Mas, como não aconteceu nada, como a CPI foi arquivada...

Mas, a esta altura, acredito que a Câmara não vá cometer o absurdo de não criar a CPI do Mensalão, porque, caso contrário, vai nos deixar numa posição incômoda – e tem razão o Renan –, pois ele terá de criar a CPI mista. E nós, do Senado, que não queremos nos intrometer, porque achamos que é uma questão da Câmara, se a Câmara não convocar, teremos de criar a mista!

Mas, nesta altura, com tanta comissão, o Presidente tem de tomar uma posição! O Presidente tem de falar à Nação e tomar realmente a posição de uma nova realidade: hoje, o Lula mudou – mudou, não digo; ele voltou a ser o que era. Quando vejo no jornal que ele convidou Antônio Ermírio de Moraes para Ministro da Saúde, dou nota 10. Quando fui líder do Governo Itamar Franco, também convidamos o Antônio Ermírio. Só que o convidamos para a Pasta de Minas e Energia. Ele foi ao Palácio – eu estava lá com o Itamar –, sentiu-se emocionado com o convite, mas disse: "Não posso aceitar, porque minha empresa trabalha muito com minérios, e quem orienta, quem dirige o setor de minérios é a Pasta de Minas e Energia. Vão dizer que estou lá para favorecer a Votorantim". Fez um gesto de grandeza e não aceitou. Mas o Sr. Antônio Ermírio, vinte anos depois, é um santo na Beneficência Portuguesa: chega lá às 6 horas da manhã de sábado e sai às 11 horas da noite de domingo. Ele conhece e tem condição de ser o ministro. E é um exemplo positivo do que pode ser o novo Governo do Senhor Lula. Acho que é por aí. Um governo constituído, preocupado com a Nação.

Uma hora ele deve se reunir, chamar o Líder do PMDB, o do PDT, os de todos os partidos e dizer: “Agora, até o meu partido que me perdoe, mas eu vou governar para a Nação, eu vou governar para a sociedade brasileira. Eu vou governar como tem que ser”.

E há nomes bons. Está aí o Ministro da Fazenda, um homem que todo mundo respeita. Os Ministros da Exportação e do Planejamento, todo mundo respeita. O Ministro da Agricultura todo mundo respeita. O Ministro das Relações Exteriores todo mundo respeita. E há do PT: o Ministro Tarso Genro todo mundo respeita pelo trabalho que vem desenvolvendo. O Tarso Genro está fazendo um grande trabalho no Ministério da Educação. Mas vamos trazer gente que soma.

Vamos desaparecer, mas desaparecer, neste ano e meio do Governo Lula, com a palavra corrupção; não vai existir. Não digo que se faça como no Oriente: cortar as mãos do que rouba. Mas quem rouba vai ficar com uma manchete tão ridícula e tão brutal que ninguém vai ter coragem de fazer. Mas ele tem que fazer. O Lula tem de iniciar. A impressão que se tem é que ele é tímido para dizer não; ele é tímido para decidir. Renunciou o tesoureiro do PT porque quis. Renunciou o secretário-geral do PT porque quis. Quanto aos diretores de Furnas, é o primeiro gesto que ele fez. Ele os afastou, é verdade. Mas Lula precisa traçar uma diretriz de guerra. Nós estamos numa guerra, a guerra está mal, o inimigo está nos rodeando, estamos cercados, temos que encontrar uma saída! Convocamos todos para sair. E a saída é por aqui. É isto que ele tem de fazer: vamos reunir, vamos fazer os planos prioritários, como é que podemos levar adiante para valer o Programa Fome Zero, como é que podemos levar para valer os planos para a educação. Traçar um plano e caminhar para frente. E tenho certeza de que, se ele vier e pedir uma reunião no Congresso e falar aqui, o PSDB, o PFL, como nós do PMDB, como todo mundo estará solidário a um governo de entendimento nacional, numa hora como esta. Temos de sair dessas manchetes dolorosas, que ficam mal para ele, ficam mal para o Congresso, ficam mal para todo mundo. Cá entre nós, fica mal para o Congresso. Lá no Rio Grande do Sul, ninguém quer saber quem está do lado de lá ou do lado de cá. É político? Logo, não é grande coisa. Há uma mágoa generalizada da classe política. Enganam-se aqueles que torcem para que o Lula caia, para que volte o PSDB ou entre o PMDB.

Não! Podemos ganhar, seja quem for, na normalidade. O Governo já teve o desgaste; agora, o baque é ruim para todos. Quando houve o baque no passado, nós, do PMDB, parecíamos uma maravilha. No entanto, nosso candidato, Ulysses Guimarães, teve 3% dos votos. Na eleição anterior, tínhamos feito todos os governadores menos um – o de Sergipe – e ainda fizemos dois terços da Câmara e dois terços do Senado. Aí nos preparamos para a eleição, e nosso candidato fez 3%. Por quê? O mesmo PMDB – veja o PT –, que vinha de uma euforia da eleição do Tancredo, das Diretas Já, de uma vitória espetacular, que era aplaudido por todo o povo, dois anos e meio depois, viu o seu maior líder, o grande, talvez um dos maiores políticos da História do Brasil, Dr. Ulysses Guimarães, ter 3% dos votos. Porque o povo é frio, o povo não olha para a história. O povo olha para a frente. E se isso acontecer hoje, se aprovar – dizem que a Câmara dos Deputados aprovou, não acredito – lista fechada nas eleições... Só que a lista é fechada com os nomes dos atuais deputados, mas vai ter 70% de votos em branco. É o que todo mundo diz. Em primeiro lugar, não consigo mais candidato a deputado. – “Não, você tem candidato a deputado. Eu vou entrar para quê? Para fazer papel de palhaço?”

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, agradeço o aparte que V. Ex^a me concede. Hoje tivemos uma daquelas excelentes aulas quando V. Ex^a vai à tribuna da Casa. Os temas são vastos. Muitos requerem, com certeza, alguns comentários, mas quero me centrar em dois. Primeiro, quero falar sobre a posição do Presidente Lula com respeito à rapidez das tomadas de decisão. Para quem o conheceu pessoalmente, como é o meu caso, pois o conheço desde 1986, sabe que ele é muito seguro das coisas que quer, mas sempre aposta muito nas pessoas que trabalham com ele. Sempre quer insistir em que todo o mundo é sério até que se prove o contrário, diversamente do que se diz costumeiramente no Brasil, que todo o mundo é errado até que se prove a seriedade de alguém. Com certeza, o Presidente está agora tentando formar uma equipe com a presença de pessoas apartidárias. Ele insiste também que é preciso ter a presença e a configuração dos partidos, para que cumpram a missão histórica de ajudar

na condução da Nação. Então, nesse chamamento, quero dizer a V. Ex^a que fico feliz, embora também concorde com o comentário sobre o atraso deste – poderia ter antecipado os fatos. Estou aguardando a decisão interna do meu partido quanto a isso. Também quero concordar aqui, conforme já foi dito pelo Senador Tião Viana, pelo Senador Delcídio Amaral e outros que nenhum de nós está incriminando as pessoas do PT que foram citadas, mas acho que elas deveriam ter pedido, de próprio punho, para sair, deixando o partido livre para a condução do debate político, fazendo a sua defesa no momento adequado. Quanto a isso, concordo com V. Ex^a que o pedido de afastamento veio atrasada e forçadamente, mas antes tarde do que nunca. Vamos aguardar o resultado dos fatos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Falando em afastamento, dou solidariedade ao companheiro Suassuna. Eu também acho que nosso líder na Câmara tem de se licenciar, tem de se afastar. Ele não pode esperar que amanhã a secretária venha à CPI e diga um milhão de coisas para depois ele se afastar. Ele tinha de se afastar agora. Isso não significa que ele seja culpado. Vamos supor que uma secretária diga um milhão de coisas em relação a mim; se eu não sou líder, agüento no peito; mas, se sou líder, não posso pôr minha bancada na jogada. Eu me afasto para me defender sozinho. O afastamento dele hoje não significa que seja culpado. Quero dizer que não interpreto assim; interpreto isso como a atitude de um homem de respeito, que se afastou para se defender e não atingir a sua bancada. Agora, se amanhã vier a secretária e disser um milhão de coisas – não sei se vai dizer, mas dizem que vai dizer – com relação a ele, aí ele vai ser afastado; não é ele que vai se afastar, ele vai ser afastado. Essas coisas são importantes.

Sr. Presidente, não sei se meu santo é forte, mas continuo rezando todos os dias pelo Governo Lula e para ele pessoalmente. Dá para vermos na televisão o sofrimento do Presidente. Realmente, só pintando de branco que ele podia ficar com o cabelo tão branco com uma rapidez tão grande. Dá para ver a amargura, o sofrimento que o Presidente está vivendo. Mas eu o vejo com toda a sinceridade. Não há com relação ao Presidente Lula um sentimento que não seja de angústia e de torcida para que ele saia dessa. Agora, ele tem de sair, Sr. Presidente.

Ele tem condições. Digo aqui com a maior tranqüilidade: ele tem condições. Que ele bata na mesa e escolha uma equipe de gabarito, escolha os melhores. Isso porque não será um governo PT/PMDB que vai resolver o problema que está aí. Isso é capaz de terminar pior do que está agora. Ele deve chamar o que tem de melhor na sociedade – pode ser dos partidos também –, e aí a situação muda de figura.

Essa é a grande saída e o grande apelo que eu faço ao meu Presidente e ao amigo, Lula da Silva.

Muito obrigado.

Base Militar dos Estados Unidos no Paraguai

(Pronunciamento em 7 de julho)

Senhora Presidente, Senhores Senadores, a Comissão de Relações Exteriores do Senado se reuniu hoje, pela manhã, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, para que discutíssemos internamente e estudássemos providências com relação às notícias saídas nos jornais, ultimamente, sobre a possível instalação de uma base militar dos Estados Unidos no Paraguai, exatamente ali na fronteira trinacional Paraguai, Argentina e Brasil.

Hoje mesmo o Presidente da Comissão pretende falar com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que ele, junto ao Embaixador do Paraguai e ao governo paraguaio, averigüe de fato o que está acontecendo em torno dessa matéria.

Inclusive o jornalista Mauro Santayana, um excepcional e extraordinário homem da imprensa brasileira, publica um artigo seu em que, de um lado, se fala que praticamente já estariam concluídos os entendimentos, e que os soldados americanos já estariam vindo rumo ao Paraguai; e, de outro lado, se afirma que não, que o Congresso paraguaio ainda não votou absolutamente nada nesse sentido, e o que estaria ocorrendo seria apenas um acordo de preparação de tropas – como o próprio Brasil tem – no Paraguai.

De qualquer maneira, o assunto é sério e é importante demais. É claro que se perguntará: mas o Brasil, o que tem de ver com o Paraguai, se o Paraguai é um país independente e com sua soberania?

Mas nós temos um grupo Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, que formamos o Mercosul. E o Mercosul tem um entendimento, tem um estatuto de sua formação que prevê o entendimento, o diálogo, as consultas feitas anteriormente aos membros da Comissão nos tratados que sejam feitos com outros países que possam interessar aos países componentes. Por isso, eu acho muito importante que tomemos conhecimento disso que vinha ocorrendo de uma maneira silenciosa e que só veio à tona com a publicação do artigo e que, posteriormente, se verificou que notícias sérias realmente existem.

Eu vejo, por exemplo, que o americano colocou no Equador uma base junto ao porto e, nessa base, o povo estava muito feliz porque o governo americano gastou US\$35 milhões e trezentos operários trabalharam, mão-de-obra que foi assegurada na construção disso.

Eu acho que, infelizmente, uma hora como esta em que nós vivemos, num mundo em o que não se pode falar é em perigo de guerra, o único perigo de guerra que existe é o das grandes nações, como os Estados Unidos, que fizeram com o Iraque não uma guerra, mas uma tomada. Na verdade, uma campanha pelo desarmamento deveria ser absolutamente significativa. E não se justifica que, a esta altura, os Estados Unidos continuem a estabelecer as suas bases pelo mundo inteiro, querendo ser aquilo que o Sr. Bush realmente pensa que é: o delegado do mundo, o chefe, o xerife de praticamente toda a humanidade.

Venham americanos, venham colaborar nos grandes problemas, nas grandes dificuldades, com a sua técnica, com os seus dólares. Mas botar base militar na América do Sul, que, graças a Deus, é uma América pacífica, tranqüila, ordeira? Nós não temos as agitações nem os tumultos que eles têm lá, criados por eles. Por que botar uma base americana aqui? Ali, ao lado das reservas fantásticas de água, do aqueduto Guarani, que o mundo inteiro olha com admiração, e vem o americano para botar a sua base a pouca distância? Por que isso?

Querer dizer que existem muitos muçulmanos ali que causam perigo? Por que têm pessoas que podem causar perigo para a humanidade? Pode ser, mas que se cobre das autoridades brasileiras, das au-

toridades paraguaias, das autoridades argentinas a fiscalização necessária. Acho correto que se tenha de ver isso. Nós mesmos, brasileiros, reconhecemos que, ali, não é a base americana que vai resolver, mas ali temos problemas. Por exemplo, as célebres contas CC-5, em que o governo anterior botou, não se sabe até agora por que, duas agências de banco ali só para fazer as transferências de dólar CC-5 para os paraísos europeus. Que o contrabando de armas por ali é grande, que o problema da droga também é grande e que o roubo de caminhões do Brasil transportados para lá existe, existe. Mas não vai ser uma base americana que vai resolver esses problemas – nem estão preocupados. Esses problemas nós temos de resolver exatamente no Mercosul, pois se trata de um problema de fronteira, de diálogo, de entendimento, de fiscalização. Agora, virem os americanos e botarem uma base aqui, ao lado do Brasil, da Argentina e do Paraguai, tentando criar uma cizânia dentro do Mercosul, exatamente ali com o Paraguai, é algo que eu não entendo.

Pareceu-me que não são as informações que se têm. E Deus queira que não seja isso! Ainda não conectamos a Embaixada brasileira, mas uma representação desta na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Uma nota envolvendo os primeiros acontecimentos dá a entender que isso não é real. Que bom que assim seja! Mas é bom agirmos, verificarmos, tomarmos conhecimento do que realmente existe, porque, com o Sr. Bush, as desconfianças devem ser permanentes em relação a sua ação.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Escuto V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a está sempre atento às questões nacionais, com muita inteligência, participando ativamente dos trabalhos do Congresso e defendendo os interesses da Pátria. Mato Grosso está preocupadíssimo com essas notícias. Senti isso nesta semana, em Campo Grande,

porque essas notícias não são boas. Como disse V. Ex^a, ali temos a grande usina hidrelétrica de Itaipu, temos o cobiçado aquífero Guaraní, a maior reserva de água potável do mundo, incluindo o Brasil, por meio de Mato Grosso do Sul, Paraguai e Argentina. E essa notícia que se veicula de algum tempo para cá, de que ali há focos terroristas, é como se já fosse uma preparação psicológica para que pudessem os Estados Unidos tomar posse de parte daquela área por uma iniciativa como essa. A preocupação é muito grande. Há uma tensão a respeito dessa informação. E V. Ex^a traz justamente para nós, não digo a tranqüilidade, mas a certeza de que estaremos, principalmente por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, atentos a esse perigo que ocorre na nossa República vizinha, que vai instalar essa base militar, a cinco quilômetros – dizem – da usina de Itaipu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a. Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem demonstrado, em relação à Amazônia, uma preocupação permanente com o abandono das nossas fronteiras, com a ação planejada estrategicamente com a criação de enormes reservas na linha de fronteira com países problemáticos, e esse assunto que V. Ex^a aborda agora, a criação de bases dos Estados Unidos no Brasil, é seriíssimo, porque não é só essa base, não. Inclui essa e mais duas que eles estão pretendendo criar no Brasil. Eles já têm base em praticamente todos os países limítrofes do Brasil. A Colômbia já é uma base total dos Estados Unidos. Em meu Estado, recentemente, depois da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, na fronteira com a Venezuela e a Guiana, um avião dos Estados Unidos passou voando baixinho, fora do alcance do radar, sobrevoou toda a região e depois pousou em Boa Vista para reabastecer, dizendo que iria voar com destino ao Sul do País. Mas passou horas sobrevoando aquela região. Assim, esse alerta de V. Ex^a acorda o nosso nacionalismo e a nossa preocupação com a integridade territorial, para não permitirmos que eles coloquem as botas aqui dentro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. As manifestações dos nossos ilustres dois senadores, lá do Norte e aqui do Mato Grosso, são uma demonstração de que realmente a questão é grave. Não custa vermos o que está acontecendo. Se não estiver acontecendo nada, melhor. O pior é ficarmos quietos e as coisas estarem acontecendo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Novas denúncias agravam a crise

(Pronunciamento em 8 de julho)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, assistimos estarrecidos ao depoimento da secretária do Senhor Marcos Valério. Imagino qual seria a impressão que um telespectador da TV Senado ao tomar conhecimento da existência de uma modesta secretária que aceita colaborar com o Congresso contar o que conhece sobre corrupção. Mas que foi tratada, na Comissão, como se fosse uma ré? As pessoas querendo investigar a vida dela, querendo saber que fotografias ela tinha tirado, que bilhete ela tinha dado para alguém, no qual falava em beijo. Ela era tratada como vilã, quando o tratamento tinha que ser o contrário.

Uma senhora como aquela secretária de ontem, como aconteceu na CPI do *Impeachment*, também com uma secretária... Aliás, ali, naquela CPI do *Impeachment*, quando os doutores, deputados, ministros, gente importante e os milionários não contaram nada, e estávamos chegando ao final e parecia que não teríamos nenhum resultado, foram uma secretária e um motorista que, por conta deles, foram à CPI, ninguém os procurou. E quando eles vieram depor, não estava na cabeça de ninguém que o Presidente seria afastado. O Presidente era o todo-poderoso. O motorista e a secretária trabalhavam no escritório do PC Farias, que era o poderosíssimo. Pois tiveram coragem e vieram depor. O motorista, simples, singelamente... “Quem o senhor é?” “Eu sou o motorista.” “Onde é que o senhor trabalha?” “Eu trabalho no escritório aqui.” “Do Sr. PC Farias?” “É, do Sr. PC Farias.” “Qual é o seu trabalho lá?” “De manhã, vou à secretária, ela me dá os cheques

e, aí, eu vou ao gabinete da primeira-dama, no Palácio da Alvorada, e, aí, a secretária dela me dá as contas para pagar, e eu pago.” “Que contas o senhor paga?” “Eu pago as contas da reforma, na casa da Dinda, eu pago as contas das compras da primeira-dama e da família, etc.; e compras gerais.” “Como gerais?” “Fui a Goiânia e comprei, por exemplo, um carro, Elba, em nome do Presidente da República.” “O senhor tem prova?” “Tenho.” E mostrou. Isso mudou tudo. Ali estava o símbolo de um homem que não tinha por que falar. Veio porque a sua consciência mandou. Ele veio depor contra ele, porque estava num emprego – num país cheio de desempregados – ele estava bem empregado. E homem que fazia ligação entre o todo-poderoso e o Palácio. A sua consciência pediu que ele falasse. E ele falou.

Com a secretária, ocorreu a mesma coisa. Uns queriam saber de onde é que vinham os US\$3 milhões, a chamada Operação Uruguai. Ele veio e contou absolutamente tudo como tinha acontecido.

Mas, naquela ocasião, parlamentares de todos os partidos ouviram com respeito, mas com respeito reverencial, o motorista e a secretária, entendendo os gestos de grandeza que ambos estavam fazendo, entendendo que era uma colaboração excepcional, e os dois decidiram o destino da Nação, um motorista e uma secretária. Até então, as pessoas vinham, depunham, mas não diziam uma palavra. Coisas que a gente sabia, tinha provas, eram concretas, mas ninguém abria uma palavra.

Pois ontem uma secretária dessas veio depor. Tenho notado que a atuação da bancada do Governo é demolir as pessoas que vêm depor aqui, como essa secretária. A Senadora de Santa Catarina entrou nos mínimos detalhes da vida dela: que ela tinha o irmão do marido dela... “O Fulano de tal é seu conhecido?” “Não sei.” “Mas tem seu sobrenome.” “Sim, é um parente do meu marido, que mora lá no interior.” “Mas ele foi eleito vereador.” “Eu não sabia.” “A senhora não sabia que o parente do seu marido foi eleito vereador?” “Não, não sabia.” Foi quando eu disse que achava equivocada a tática empregada pela bancada do PT, inclusive perante a sociedade. Quem está nos assistindo agora pela TV Senado, pelas outras TV que estão transmitindo, estão recebendo com um místico de espanto e interrogação essa grosseria de como a secretária está sendo tratada. Por que o PT tem obrigação, segundo diz o Presidente da República, de buscar a ver-

dade, doa a quem doer, mas não é o que está acontecendo. Acho um equívoco. Na primeira parte da reunião, quando falava o empresário de comunicação de Minas Gerais, o esforço todo era feito no sentido de facilitar sua passagem pela Comissão, despreocupado em buscar a verdade. Acho um equívoco da bancada do PT. Acho que ela tem que demonstrar a mais absoluta isenção.

Sou assim com meu partido. Vim a esta tribuna pedir a renúncia do Presidente Nacional do meu partido, que estava envolvido em processos e em denúncias na Justiça Federal, dizendo que nessas condições ele não poderia ser presidente do partido. Como lançamos uma nota agora quando o Sr. José Sarney e o Sr. Renan Calheiros fizeram um acordo em nome deles, envolvendo o nome do MDB no entendimento com o Governo.

Acho que a maneira de ajudarmos e fortificarmos, cada um de nós o seu partido, é dizermos as coisas francamente. Eu não acho que o PT esteja envolvido nos acontecimentos, mas a bancada do PT adota, na CPMI, uma tática que parece estar toda comprometida em defender atos que não têm defesa. Disse lá e digo aqui: essa é uma tática profundamente equivocada. Primeiro, porque quem está assistindo fica boquiaberto: o que é isso que está acontecendo? Esse é o PT que durante vinte e cinco anos foi a palmatória do mundo? Esse é o PT que ganhou essa credibilidade, esse apanágio de partido do bem, de uma ética insuperável, cobrando de todos? Dizia o PT: minha obrigação é cobrar aquilo que está errado. Se não está errado, ele que mostre que não está errado. Essa foi a sua tática.

Agora, com o PT no Governo, ocorre o contrário. As coisas estão erradas, estão ultra-erradas e eles têm de provar, quase com a água em cima da cabeça, que estão dizendo a verdade. Isso não fica bem.

Na CPMI, nós todos estamos envolvidos. O homem que assiste aos trabalhos, de casa, não faz distinção entre o que está certo e o que está errado, o deputado é este, o senador é aquele. Não, é a classe política. Ela é envolvida no seu geral.

Por isso, confesso, do fundo do coração, mais uma vez, que eu sou uma das pessoas mais surpreendidas com esses acontecimentos. Eu não as imaginava, eu não as imaginava. As minhas preocupações eram de outra natureza. Eu tinha a preocupação de que o Governo

fosse adotar uma prática de reforma agrária muito rápida, muito dura que atingisse uma briga entre sem-terra e proprietários rurais. Achei que teríamos que falar para que ele fosse mais devagar. Eu estava na interrogação, na expectativa de que, de repente, se o Sarney fez isso quando foi presidente, de repente o PT rompesse com o Fundo Monetário, e decretasse uma moratória, e levasse a questão adiante. Eu estava preocupado que, de repente, tivéssemos um Ministro da Fazenda durão que começasse a dizer: vamos fazer, quem está devendo na Previdência Social, quem está devendo não sei o quê... Nada disso aconteceu. Pelo contrário, os banqueiros estão mais contentes do que nunca. Nem o Fernando Henrique, nem ninguém, nem à época da ditadura o Brasil recebeu tantos elogios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional como o Governo Lula. É a época em que o Brasil é mais elogiado pelas entidades internacionais ligadas ao setor financeiro. E onde eu não tinha nenhuma dúvida de que o partido seria um padrão, um exemplo, que era na ética, na seriedade, na correção, na dureza, na fiscalização do gasto público, é essa liberalidade, que está, aos poucos, que não sei como vai contar, alguém me perguntou hoje numa rádio, pela manhã: mas, afinal, o problema não é fiscalização dos Correios, a CPI? É. Mas, agora, o senhor está falando num assunto que é o Banco do Brasil com relação a não sei o quê? É. Mas isso tem alguma coisa a ver com essa CPI? Não, não tem. E daí? É que os fatos estão se entrelaçando. Na verdade, nós tínhamos de mudar o nome da CPI. Tinha que ser CPI da Corrupção. E designar vários Sub-Relatores: um, para os Correios; outro, para o mensalão; um terceiro, para ver agora as questões dos fundos de pensão etc. e tal. Mas, na verdade, este é um assunto grave. Tenho dito – e até falo com muita sinceridade – que o PFL e o PSDB, talvez pelos fatos serem graves demais, estão tendo uma atuação que respeito: não estão querendo colocar fogo no circo. Só ouvi falar em radicalismo no PT, dizendo que “a Direita quer nos desestabilizar”. Não sei que Direita é essa. “A grande imprensa quer nos desestabilizar.” Não sei de onde, não vejo. Olha, nós sabemos o que é querer desestabilizar. Desestabilizar foi a velha UDN, com o Sr. Carlos Lacerda à frente, que levou o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio. Foi a velha UDN, com o Dr. Lacerda à frente, que colocou a correr um presidente legitimamente eleito, que era o

Presidente João Goulart. Ali, sim, o negócio era para demolir. Não estou vendo isso hoje. Em primeiro lugar, os fatos não são trazidos nem pelo PSDB nem pelo PFL nem por ninguém. Surgem de dentro do PT. Começou com um aliado, que era o Presidente do PTB, um homem da mais absoluta confiança do Presidente, um homem para quem o Presidente da República assinava um cheque em branco tal a confiança que tinha. Foi ele que surgiu, trazendo as primeiras denúncias com relação aos fatos. E essas denúncias estão sendo confirmadas. Essa secretária faz um montão de afirmativas que parecem até meio ilógicas, se não tivessem sido confirmadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, não é conveniente interrompermos o raciocínio de V. Ex^a, lúcido, claro, confiante. Nós estivemos aqui – V. Ex^a até mais do que eu –, mas estivemos juntos também aqui da outra vez, quando éramos menos. V. Ex^a sempre esse homem sério, competente, capaz, patriota. Não está na hora, Senador Pedro Simon, para que se diga aí fora que nem todo o Congresso está envolvido? Vamos formar aqui um grupo de trabalho e propor uma solução como a que V. Ex^a acabou de dizer: CPI da corrupção dividida em vários braços, em vez de CPI dos Correios, CPI dos Bingos, CPI não sei de quê. V. Ex^a, como sempre, com a lucidez e a autoridade moral que tem no País e na Casa, e eu me considero um companheiro seu, nesse mesmo estilo, pois queremos o bem do País. Não queremos derrubar nada. E os fatos estão saindo, surgindo e sendo comprovados, e nós ficamos de braços cruzados. V. Ex^a poderia comandar. Comande, em vez de apenas discursar! V. Ex^a, que já foi ministro e tem a autoridade para falar, proponha um grupo de trabalho de todos os partidos, e vamos ver se colocamos o Congresso na sua verdadeira posição. Apura-se tudo que está ali, mas o País continua. V. Ex^a concorda?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo plenamente, mas não para eu comandar, porque – coitado de mim! – nem fui indicado pelo meu partido para nenhuma das CPI.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Mas seremos, e faremos um trabalho para que V. Ex^a seja.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou lá na CPI como um senador que, pelo menos até agora, o partido não impediu de entrar naquela Comissão e de assistir. Mas eu acho que uma comissão com os líderes poderia fazer isso. Concordo com V. Ex^a. E o PT deveria ser o primeiro a querer isso, para ter uma coordenação de ação e uma unidade de exposição. Eu acho que seria importante.

Vejo, do fundo do coração – disse isso ontem e digo agora –, que o PT, que se vai reunir hoje ou amanhã, deveria fazer uma profunda reflexão no seu partido. O PT deveria entender que, a esta altura, ele tem de separar o joio do trigo. O PT pode cobrar do PMDB, da imprensa, pode cobrar até que haja uma operação maldita, pode cobrar o que quiser, mas quem tem envolvimento com a corrupção no PT tem que ser apontado e posto para fora. É isso que ele tem de fazer. Infelizmente, o Presidente Lula não entende.

Quando nós apelamos aqui para que o Presidente desse um choque ético, batesse na mesa e dissesse “agora o rumo é este aqui”, chamando os grandes deste País, parecia que isso aconteceria quando a imprensa publicou que o Lula teria convidado o Sr. Antonio Ermírio de Moraes para Ministro da Saúde. Volto a repetir – e pode parecer meio boquiaberto: o Sr. Antonio Ermírio de Moraes é talvez o homem mais rico deste País, o homem da Votorantim, mas é um homem que, todo sábado e todo domingo, há mais de 20 anos, passa 30 horas na Beneficência Portuguesa e transformou um hospital que estava em ruínas num dos mais modernos do Brasil. Essa seria uma grande escolha, mas caiu no vazio. O Presidente fez uma aliança, chamou o Sr. Renan e o Sr. Sarney. O Sarney já aproveitou, como sempre, colocou um afilhado dele, que não é do PMDB, diga-se de passagem. O Ministro de Minas e Energia é afilhado do Dr. Sarney, mas não é do PMDB, não representa o PMDB. O que muda isso? Pelo amor de Deus, tenho muito carinho pelo meu partido, mas não é colocando dois ou três que vai mudar numa hora como esta, que é de sacrifício, de posições reais e concretas, objetiva, uma hora de fazer um chamamento à Nação, uma hora de o Lula ir à televisão e dizer: é isso aqui, tenho 18 meses

de governo e, nesses 18 meses, o rumo vai ser por aqui. E pegar gente que desse confiabilidade para a Nação.

A coisa está ficando pior. Não quero nem falar, mas hoje um jornal fala do envolvimento do filho do Presidente com uma empresa não sei do quê. Não quero nem tocar no assunto, mas estou demonstrando como as coisas vão-se agravando se não houver uma posição. Faço esse apelo ao PT. Falo como amigo do PT, do qual sempre gostei e pelo qual sempre tive carinho e respeito – reciprocamente, eu com eles e eles comigo. Estou falando como irmão. E como irmão que lembra: nenhum partido até então tinha tido o prestígio que o MDB teve. O MDB, que contou com Tancredo, Teotônio, Ulysses, fez a caminhada das Diretas e terminou com aquela espetacular vitória de Tancredo, foi um partido que logo ali adiante elegeu, dos 27 governadores, 26, e na Assembléia Nacional Constituinte, dois terços na Câmara dos Deputados e dois terços no Senado Federal. O Brasil todo era PMDB. Na eleição seguinte, o Dr. Ulysses fez 3%. Três por cento! Vejam como a credibilidade, o prestígio, o endeusamento cai depressa! O PT levou 25 anos para crescer, crescer, crescer. O Lula perdeu três para ganhar na quarta. Agora, nesse caminho, ou se sobe, ou se desce, e, por enquanto, está numa posição difícil. O PT de hoje pode ser o PMDB de ontem, que estava lá em cima e não soube se firmar e, por não saber se firmar, caiu. Não desejamos isso. Não porque gostamos do PT ou de Lula, mas porque isso não é bom para o Brasil.

O Brasil teve uma ditadura militar de 25 anos, aí veio um jovem espetacular, o Sr. Collor, que saiu por corrupção. Aí veio um intelectual de primeiríssima grandeza, fez um governo que não resolveu nada; aí veio um líder sindical, um homem, um nordestino que, pelo tempo, pela capacidade, pela liderança, criou um partido e se elegeu Presidente. A Nação acreditou. Se esse homem resultar em zero... E fico pensando: um cara meio assim, tantã da cuca, já tivemos, foi Jânio Quadros, que renunciou. Ditadura civil, já tivemos: Getúlio Vargas. A militar, já tivemos durante 25 anos. O outro jovem intelectual e explosivo, o Collor, já tivemos. O homem das massas, João Goulart, já tivemos. O que está faltando? Está faltando um fanático religioso. Daqui a pouco vai chegar alguém aqui dizendo: “Deus me disse...” E

vai começar a botar todo mundo para se ajoelhar e rezar: “Jurem que vocês vão votar em mim!” O único tipo que falta é um fanático.

Por isso, não devemos jogar. Porque o Sr. Lula vai mal. Queremos ajudar, mas ele tem que se ajudar! Queremos ajudar o PT, mas o PT tem que se ajudar.

Muito obrigado.

É preciso apurar a corrupção

(Pronunciamento em 20 de junho)

Senhor Presidente, é compreensível o vazio deste plenário. Lá na CPI dos Correios o clima é de exaltação. Hoje é o dia do célebre depoimento do tesoureiro do PT. Armaram um esquema segundo o qual tudo o que aconteceu no PT foi o tesoureiro. Cento e tantos milhões de empréstimos dos bancos foi feito pelo tesoureiro. Ele e o empresário assumiram esses empréstimos, e a Executiva Nacional não sabe de nada.

Ontem, falou o Secretário-Geral, que tinha ouvido falar, e agora está lá o tesoureiro. O que aconteceu foram gastos de campanha. Muitos companheiros do PT tinham dívidas grandes da última eleição. E o tesoureiro, junto com o empresário, pegou uma série de empréstimos e distribuiu esse dinheiro. Para quem? Ele não fala. Quanto foi? Ele não fala. Quais são os seus bens? Ele não fala. O que o senhor possui? Ele não fala. Está ele com um advogado, que, como diz a Deputada Juíza Denise Frossard, é um dos mais caros de São Paulo. Traçaram uma tática. Não houve roubo, não houve falcatura, não houve nada. Não teve mensalão, não teve nada nos Correios, não teve nada. O que houve foi que o PT se utilizou do chamado caixa dois, dinheiro não regularizado. Nas campanhas políticas, o PT gastou e ficou devendo dinheiro não contabilizado. Para pagar, o tesoureiro e o empresário foram aos bancos e pegaram dinheiro fora do PT para pagar essas contas e não contabilizaram.

O que eles querem dizer é que o que aconteceu aqui foi muito simples, algo que geralmente acontece. Candidato a prefeito, a deputado, a senador, a governador, gasta muito mais do que se imagina na

campanha. Gasta! Gasta e não registra e fica por isso mesmo. É o que o PT teria feito e é o que ele agora está apresentando, uma tática que eu diria inteligente sob o ponto de vista jurídico. Os advogados orientaram para que o PT fique firme nisto, que não houve uma vírgula de irregularidade a não ser dinheiro usado para campanha. Eles acham que, assim, caem no crime eleitoral, e o crime eleitoral já passou, porque a eleição foi há dois anos e meio, já prescreveu e nada pode acontecer. Eles acham que toda essa confusão que está havendo no Brasil terminará zero a zero. Mas que ingenuidade é essa?

O advogado deles pode ser muito competente, pode entender, pode orientar no sentido jurídico, mas, no sentido político, ele não entende nada. Ele não entende o que dizer para um Secretário-Geral que vem aqui depor quando perguntado “quais são os seus bens? O que é que o senhor tem?” “Eu direi depois, na hora em que achar importante”. Como pode um Secretário-Geral do PT se esconder, não dizer o que tem? Onde é que estamos, meu Deus do céu?

Depois, ficamos sabendo que tem um carro último tipo, o mais moderno, e que uma das empresas que tem atuação lhe deu de presente. O Collor também ganhou de presente um carro Elba quando estava na Presidência da República. Aliás, o carro do Collor era bem mais simples do que esse que o Secretário-Geral ganhou.

O Presidente Lula disse: “Vamos investigar; não fica pedra sobre pedra. O que tem para se falar se falará, e se dirá a verdade”. E eles estão escondendo. Não está entendendo o PT que, só botando a nu a realidade, conseguirá vencer essa etapa.

O Brasil confiou no PT, foram 25 anos em que o PT semeou, plantou, teve uma obra excepcional, andou pelos bairros, pelas vilas, pelos operários, pelos trabalhadores. O povo confiou e deu uma vitória ao Lula, um homem do povo, um homem simples, que vinha das camadas mais humildes da população e chegou à Presidência da República.

Agora está aí. Agora está aí, meu Deus do céu! Agora está aí o Partido envolvido no caos e não quer sair. O PT só tem uma saída: botar a nu o que aconteceu e botar para rua os que cometeram corrupção. O PT ou faz isso ou sucumbe junto.

Volto a repetir: o meu Partido, o PMDB tem uma história mais espetacular que a do PT, porque o MDB foi o Partido da luta demo-

crática, que fez a democracia, que lutou contra a ditadura. Quando o PT entrou, já tínhamos a democracia. Mas nós, o PMDB, sustentamos os 20 anos da ditadura militar, defendemos, lutamos, esbravejamos e conquistamos a democracia.

O Tancredo Neves ganhou a eleição; morreu antes de assumir. Assumi o Sr. Sarney. E o MDB ficou naquela: um pé no Governo Sarney, um na Oposição. Nós tínhamos ganhado dois terços na Câmara dos Deputados, dois terços no Senado e todos os governadores, à exceção do Sergipe. Uma eleição depois, logo depois, o Dr. Ulysses entrou com 3%. O povo não aceitou aquela tibieza do MDB, o povo não aceitou aquela falta de capacidade de ação e de tomar posição do MDB. E não tivemos nada de envolvimento com escândalo, com imoralidade. Não chegamos ao Governo. O PT chegou e elegeu o Presidente da República. O povo confiou, está olhando para ele e vê esse espetáculo que a televisão está transmitindo. Há uma revolta geral.

Chego ao Rio Grande do Sul, e sobre todos os partidos estão dizendo “o que está acontecendo? Mas o que é isso, meu Deus do céu?” Estão enlameando nós todos juntos.

Agora vem querer dar um golpe: “Não, foi despesa de campanha”. “Olha, os partidos gastaram demais, e, como os partidos gastaram demais, tivemos que dar dinheiro para pagar as despesas”.

Quer dizer, o que se falou dos Correios não existe mais. As irregularidades, os ilícitos não existem mais. É isso o que o PT quer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, sempre tive V. Ex^a como um amigo não apenas pessoal, mas também do PT. V. Ex^a, às vezes, teve divergências no Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou fã do PT.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas poderia aqui recordar tantos episódios de que fui testemunha, inclusive diálogos que

V. Ex^a teve com o Presidente Lula, hoje, juntamente com José Graziano, e no tempo do Governo Itamar Franco, quando V. Ex^a era o Líder.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No seu gabinete.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No meu gabinete.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em nome do Presidente da República, convidava o Lula para trazer o PT para participar do Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Exatamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a participou do diálogo com o Presidente Itamar Franco a respeito de como iria contribuir para acabar com a miséria e a fome.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O PT apresentou uma proposta, e o Presidente Itamar a aceitou e a pôs em prática.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Essa foi uma entre dezenas de ocasiões em que estivemos juntos, inclusive tivemos participação e interação intensa tanto na CPI de Paulo César Farias quanto na CPI do Orçamento, pois ambos fomos os primeiros proponentes diante das irregularidades ocorridas. A sua palavra é de recomendação positiva. Nós do PT precisamos colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona. Esta é a minha recomendação a Silvinho Pereira e a Delúbio Soares: revelem as coisas tais como aconteceram, de acordo com a recomendação do próprio Presidente, nas suas últimas falas. Que se diga toda a verdade, não só pela metade; que não se diga a inverdade, porque tem pernas curtas. Esse foi o sentido maior da sua fala para o Fantástico, no último domingo. Vamos aqui colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona, e esse será o caminho para que a nossa instituição, o Congresso Nacional, e para que o PT se fortaleçam. Uma organização constituída de seres humanos, é claro, pode ter pessoas que cometam erros. Eu posso cometer erros. Mas é importante que essa organização saiba como corrigir os erros. É isso que precisamos demonstrar agora. A possibilidade de o Partido dos

Trabalhadores sair dessa situação, sobreviver e ainda se fortalecer no futuro dependerá muito de como vamos corrigir os erros, reconhecê-los, responsabilizar os que porventura tiverem cometido faltas graves e, com o Congresso Nacional e conosco mesmos, ver quais as medidas para caminhar na direção de nunca mais cometer essas impropriedades. Meus cumprimentos a V. Ex^a, que fala como um amigo. Sei que V. Ex^a respeita o PT e sabe o quanto, na sua terra, o Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores é forte, se fortaleceu. V. Ex^a, muitas vezes aqui elogiou as iniciativas do orçamento participativo e tantas outras, das quais foi testemunha na sua terra, em Porto Alegre, em Caxias do Sul e em outros municípios gaúchos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que me fez lembrar os tempos em que V. Ex^a estava praticamente sozinho aqui nessa bancada, em que V. Ex^a era o único representante do PT. Foi uma luta difícil a sua. V. Ex^a incomodava, um senador que, sozinho, parava este Senado, porque impunha respeito.

Gosto do PT. Meus companheiros do MDB me olhavam com um certo ressentimento, no Rio Grande do Sul, dizendo: “Mas por que você não vai para o PT?” “Eu não vou para o PT porque sou do MDB. Mas reconheço que o PT é um fator novo na sociedade brasileira. Representa uma verdadeira revolução social, sem a violência. E, com o Lula, ele tem todas as condições de fazer”. Eu acreditava. Eu acreditava!

Quando tive a honra de o Lula jantar em minha casa, eleito Presidente, antes de assumir, eu disse para ele: “Lula, o Brasil inteiro hoje é Lula: a universidade, os empresários, os intelectuais. Há uma torcida só para que o teu Governo dê certo. E você não tem compromisso com ninguém, Lula. Você não tem compromisso com militar, nem com empresários; você não tem compromisso com absolutamente ninguém a não ser com a sociedade brasileira. Escolha os mais capazes, os mais competentes, e faça um governo revolucionário que você tem condições de fazer.” E eu achava que era isso que ia acontecer.

Agora, nessa altura, eu concordo que temos que passar o Brasil a limpo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Eu concordo que nós temos de mudar profundamente esses vazios pelos quais saiu o dinheiro para as campanhas eleitorais. Eu concordo que tem de ser reformulado isso. Eu concordo. Mas ficar só nisso, não. Nós temos é de botar o dedo nas coisas que aconteceram. Nós temos é de chamar a atenção para os erros cometidos. E o PT tem de fazer a *mea culpa* dele. O PT fazendo *mea culpa*, ele e o Lula, afastando alguns que devem ser afastados. Por isso que eu não entendo. Demitiram o coitado do Olívio Dutra, e o Presidente do Banco Central está lá, ainda. O Presidente do Banco Central está lá, processado pelo Supremo Tribunal, processado por corrupção. E está lá o Presidente do Banco Central. Mas o que é isso, meu Deus do céu!? Como é que eles vão dizer que o Governo começou a se moralizar, se um presidente escandaloso, como esse do Banco Central, está lá no Governo? Ter coragem de mudar, fazer uma plataforma singela, falar à Nação, o PT pode dar a volta, e o Lula também. Agora, esconder para debaixo do tapete, querer encontrar uma fórmula jurídica e obrigar os jovens, os companheiros do PT, a votar numa fórmula dessas, é suicídio coletivo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a história se repete. V. Ex^a me lembra o senador...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, um instante. Senador Pedro Simon, V. Ex^a já tem 4 minutos de prorrogação. Peço ao Senador Mão Santa que seja breve no aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estamos há tão pouco tempo aqui, Senadora!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dez segundos para elogiar a Senadora Serys Slhessarenko, que fica muito bem na Presidência. Mas

a história se repete, Senador Pedro Simon. Havia em Roma um Senador, Cícero, brilhante como V. Ex^a. Dizem que foi o maior orador do mundo, porque V. Ex^a não tinha nascido. Mas, diante da corrupção que derrubava o Império Romano, César disse: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Lamento, Senador Pedro Simon, pois não se trata de apenas um Catilina; são muitos Catilinas abusando da nossa paciência.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Pedro Simon. Serei breve. Estou indo para a CPI, e não poderia deixar de fazer o aparte, de parabenizar V. Ex^a e de concordar com o que diz em relação à necessidade de o PT fazer o que tem que ser feito, de fazer a mudança que precisa ser feita no Partido. É por isso que apóio o Sr. Raul Pont para Presidente do PT e o fato de o Presidente Lula – já dissemos isso várias vezes – demitir não apenas para colocar pessoas de outros partidos. Considero legítimo que Sua Excelência coloque pessoas de outros partidos, mas que demita quem está sob suspeita e quem está sendo processado, como, por exemplo, o Dr. Henrique Meirelles, pois este já deveria ter saído há muito tempo, ou talvez nunca devesse ter entrado neste Governo. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a. Eu acho, Sr^a Presidente, que é uma hora em que todos devemos colaborar. Temos que dar força nesse sentido. Aquelas CPI que estão aí não devem ser feitas no sentido de tentar derrotar o PT, e muito menos tentar se fazer no sentido de atingir o Lula. Sou daqueles que defende que a pessoa do Lula é uma pessoa muito importante. E que, para nós, é muito importante que o Lula chegue até o final de seu Governo. Mas o Lula tem que dar exemplo para isso. O Lula tem que dar sinal para

isso. E, nessa altura, não estou aqui para dizer “sabia ou não sabia. Se sabia, era isso; se não sabia, era aquilo”. Estou para dizer que agora aconteceu, e todo o Brasil sabe. E se agora aconteceu, e todo o Brasil sabe, o Lula tem que tomar providência. E a sua bancada aqui no Congresso tem que ser a primeira a dar o exemplo.

Quando, há um ano e oito meses, Sr^a Presidente, pedimos a criação da CPI dos Bingos, que era o caso do Waldomiro, não tinha nada. Àquela altura, o Lula era Deus, o PT era Deus, o Governo era uma maravilha, não tinha nada. Foi o primeiro fato que aconteceu. Se tivessem criado aquela CPI, nós não chegaríamos aonde chegamos hoje, mas uns achavam que eram mais amigos do Presidente do que todo mundo, e boicotaram, não deixaram criar a CPI.

O Sr. Mercadante e os Líderes do PMDB e do PTB não indicaram os nomes. E o Presidente do Senado, que tinha a obrigação de indicar, não indicou. Engavetaram. O Supremo teve que mandar indicar. Se tivesse sido constituída lá, um ano e oito meses atrás, não estaríamos na situação em que estamos hoje. Estou dizendo isso para dizer apenas o seguinte: ser amigo não é esconder, não é botar o rosto no travesseiro para não enxergar. Ser amigo é ter coragem de dizer: isso é errado e isso deve ser modificado.

Acho que isso deve ser feito, Sr^a Presidente. Torço e rezo para que possamos ver o Presidente Lula e o PT reconduzidos à posição para a qual o País os escolheu.

Muito obrigado.

Atraso na instalação de CPI agravou corrupção

(Pronunciamento em 3 de agosto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, vivemos hoje num clima bastante conhecido na História deste País: Congresso agitado, salas das CPI lotadas, plenário vazio, medidas provisórias trancando a Ordem do Dia. No que terminará desta vez, Sr. Presidente?

É uma pena, porque, se a primeira CPI que solicitamos há um ano e meio, que envolvia o Sr. Waldomiro, Subchefe da Casa Civil, tivesse sido instalada naquela época, não teríamos hoje três comissões importantes funcionando: CPI do Mensalão e dos Correios, mais a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Mas, há um ano e meio, os Líderes da Maioria se reuniram e decidiram que não haveria CPI no Congresso, principalmente não haveria no Senado, a não ser que eles concordassem.

A nossa discussão foi longe, e precisamos, o Senador Jefferson Péres e eu, entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, que demorou, mas, finalmente, deu a resposta. Por 9 a 1, o Supremo concluiu o que já se sabia que ele ia concluir: a CPI é um direito da Minoria. Ou seja, se os Líderes dos partidos da Maioria não indicarem em tempo hábil, compete obrigatoriamente ao Presidente do Senado fazer a indicação dos membros. Aprovada a decisão do Supremo, ficou o Congresso numa situação mais agitada, e aí não se instalou apenas a nossa CPI; instalou-se a nossa CPI, mais a dos Correios, mais a do Mensalão, mais a das privatizações, e estamos vivendo a hora que estamos vivendo.

Tenho dito que o que chama a atenção hoje, com relação ao que nós vivemos no passado, em primeiro lugar, é a quantia. Na verdade, o PC Farias, a operação Uruguai, representava R\$3 milhões. Os grandes gastos que apareciam relacionados com o Sr. PC Farias e que atingiram o Presidente Collor eram as reformas na Casa da Dinda, era o pagamento das contas da primeira-dama, era um carro Elba comprado com um cheque-fantasma, em Goiás, em nome do Presidente da República.

Hoje – meu Deus! – o que está acontecendo em termos de pessoas envolvidas, a quantia de dinheiro! O Sr. Duda, R\$15 milhões, partidos em vários estados, personagens como o ex-Presidente da Câmara... Há um envolvimento em cascata com um partido político. O atual Presidente do partido, que merece respeito pela sua coragem, o ilustre Ministro Tarso Genro, está falando em recriar o PT. Na verdade, é incompreensível imaginar que o partido chegaria a essa conclusão.

É interessante observar que o ex-Ministro José Dirceu, ontem falando como ex-Chefe da Casa Civil – embora todos pensássemos que ele era o primeiro-ministro, que ele é quem mandava no Congresso – a grande verdade é que ele mostrou que era um primeiro-ministro meramente burocrata: as coisas aconteciam e ele não sabia de absolutamente nada. Ele fez questão de repetir dez vezes: “Não sou mais dirigente da Executiva do PT. Não assumo a responsabilidade pelo que a Executiva fez”. Chegamos à conclusão de que a culpa é do tesoureiro do PT.

Aliás, o Presidente Lula, numa declaração, disse que o tesoureiro tinha enterrado o PT. Será que uma crise desse tamanho e desse montante terá como personagem principal o tesoureiro do partido? Como se chegou até aqui? Esse era um elemento que não havia na época do Collor, porque o Collor não tinha partido, não tinha preocupação com partido político.

A segunda questão envolve a Administração Pública. O Sr. PC Farias andava por fora da administração pública e por fora dos partidos. Ele arrecadava o dinheiro com promessas, e agia, e funcionava, mas não dá para dizer que, naquela época, a máquina pública ficou contaminada com o Sr. PC Farias.

Agora, não. Agora não se sabe onde termina a máquina pública e onde começa o Sr. Valério. Por isso, é grave e séria a hora que estamos vivendo. Tem gente pensando em fazer um entendimento, um acordo, uma fórmula para parar com isso. Acho que seria a pior maneira. Acho que os Srs. Líderes, que estão reunidos agora, os Líderes do Senado, eles, os Líderes da Maioria, são os culpados por chegarmos aonde chegamos, porque, se eles tivessem deixado andar a CPI há um ano e nove meses, não chegaríamos aonde estamos agora. Estão agora reunidos no gabinete do Presidente e querem tomar decisões para abafar, para não deixar vir à tona, para não se esclarecer. Que se esclareça sim. É verdade, há coisas que já sabemos. Não consigo entender como um parlamentar, como um homem público sai de Brasília, do seu gabinete, vai ao nono andar de um *shopping center*, à sede do Banco Rural, ou vai a um andar de um hotel de Brasília para receber a mala de dinheiro da secretária. Mas isso aconteceu. É claro que não se vai poder colocar uma pedra em cima disso. É evidente que as cassações aparecerão. E não importa aqui dizer que foi dinheiro para pagar fundo de campanha. Não importa aqui dizer que resto de campanha sempre houve. E é resto de campanha que foi pago, porque aqui o importante é saber se eu, aberta e publicamente, tenho dívida de campanha e vou amealhar dinheiro para pagar dívida de campanha. Isto é uma coisa, mas ir a um quarto de hotel onde dizem que vou encontrar uma moça de blusa verde, vou pedir dinheiro para ela, e ela vai entregar... Onde estamos? Que dinheiro é esse? Como vou receber uma quantia que não sei de quem, como veio, e vou usá-lo na minha campanha política? Essa tese de fundo, de restos de campanha, não pega. Não pega!

Acho que o que tem que haver, e o medo que eu tenho é que o acordo de líderes deixa a nu o que já está nu, e não dá para voltar atrás. Não dá para dizer que o ex-Presidente da Câmara não foi lá, a mulher e mais não sei quem, e retirou R\$200 mil do Banco Rural. Não dá para deixar de reconhecer que o Presidente do PL foi lá e a gente dele retirou R\$300 mil ou R\$400 mil do Banco Rural. Isso não dá para esconder.

Agora, entrar nos fundos de pensão, entrar para ver de onde saiu o dinheiro, qual era o dinheiro público, isso tem gente querendo sufo-

car, e não pode sufocar. Tem gente querendo botar uma pedra em cima, e não pode botar.

Agora apareceu o PSDB. Não sei, não tenho idéia, posso garantir que o Presidente do PSDB, o nobre Senador das Minas Gerais, é uma pessoa da maior integridade, pela qual eu tenho o maior respeito, a maior admiração, mas apareceu o PSDB.

E tem gente querendo entrar – meu abraço a V. Ex^a – na pergunta: na compra de voto não estaria também a compra de votos da eleição, da aprovação da emenda da reeleição? Então, nessa mistura onde está o PT, o PSDB – e alguém do PMDB sempre está; infelizmente temos sempre gente para isso –, nessa mistura é que não querem entrar nos fundos de pensão, é que não querem entrar em outro tipo de verba porque pode ser muito mais grave do que imaginamos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, eu partilho da mesma preocupação de V. Ex^a. Mas acredito que chegamos a uma tal situação, dado o profundo interesse que a população brasileira está tendo por aquilo que o Congresso Nacional passou a examinar, que não haverá alternativa senão todos nós parlamentares como V. Ex^a irmos a fundo no desvendar de cada um dos episódios. Quando estamos caminhando por qualquer lugar do Brasil, hoje, Senador Pedro Simon, há o apelo da população, que inclusive acompanha pela TV Senado, pela TV Câmara, pelas emissoras que estão praticamente em linha direta, transmitindo o que se passa no Congresso, como em algumas outras ocasiões V. Ex^a bem acompanhou a CPI sobre os atos de PC Farias na CPI do Orçamento. Como naqueles tempos, hoje a população brasileira também o faz. Houve médicos, psicanalistas, dentistas que me disseram isso. Tenho um amigo psicanalista, cujo nome é João Batista Breda, que disse: Eu transferei todos os meus clientes para de manhã, porque de tarde queria ouvir o depoimento do Deputado José Dirceu e o embate dele com o Deputado Roberto Jefferson, e o fiz até a hora em que acabou. Ou seja, eu estou dando esse pequeno exemplo para verem como toda a população está nos acompanhando e querendo que realmente consigamos desvendar a verda-

de, como naquelas situações em que foi possível, com testemunhos aqui e acolá, mais a coleta de documentos e a comparação dos diversos testemunhos. É possível, Senador Pedro Simon, que tal como naquele caso – um dia Eriberto França, outro dia Sandra Fernandes de Oliveira – comecem a surgir as pessoas que dêem os elementos de complementação da verdade inteira, para que façamos aquilo que o povo brasileiro espera de nós: primeiro apurar – conforme disse o Presidente da República – com equilíbrio, com serenidade e com imparcialidade tudo o que aconteceu. Mas é uma exigência sobre a qual não há como voltar atrás. Cumprimento V. Ex^a pelo propósito de seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

Mas eu queria chamar a atenção do público brasileiro para algo que eu considero da maior importância. Renunciou o Presidente do PL. Renunciou! De acordo com a legislação, o parlamentar renunciando, não se pode mais cassar seu mandato, ele não tem mais mandato. De acordo com a legislação, cassando o mandato, ele perde os direitos políticos por oito anos, não pode ser candidato por oito anos a nenhum cargo. Renunciando, pode ser candidato daqui a oito anos. Quero me valer desse exemplo para chamar a atenção. Muitas vezes se diz que a CPI termina em *pizza*: não prende ninguém, não acontece nada, ninguém vai para a cadeia. É bom que se esclareça: a CPI pode cassar o mandato do Presidente da República, a CPI pode cassar o mandato de senadores e deputados, mas a CPI não pode colocar ninguém na cadeia, não pode nem processar para colocar na cadeia. Isso é o Judiciário. Compete ao Procurador-Geral da República denunciar e compete ao Supremo Tribunal Federal decidir. Durante os oito anos de Fernando Henrique Cardoso, tivemos um procurador que era o “Engavetador-Geral da República”. Fizemos CPI as mais importantes. A CPI do Sistema Financeiro atingia governadores, prefeitos, parlamentares, que foram ali condenados. O processo foi enviado para a Procuradoria e ficou na gaveta. E o Supremo Tribunal Federal nunca se preocupou. Espero que desta vez não aconteça isso. Creio que, no momento em que o Sr. Deputado renunciou e estando aprovado dossiê contra ele, o Procurador da República deve entrar imediatamente com a denúncia, processando-o criminalmente pelo crime cometido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E fazendo isso, processando-o, o caso servirá até para alertar os parlamentares para que não renunciem porque, se renunciarem, serão também processados. Isso é importante, porque tem acontecido. Nós cassamos dez parlamentares na CPMI dos Anões do Orçamento; cassamos o Presidente da República e, no entanto, ele não foi processado e nada aconteceu.

O Poder Judiciário não pode ficar dormindo, tem obrigação de dar a sua parte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só queria somar a inteligência de V. Ex^a à inteligência igual de Rui Barbosa. Justiça tardia é injustiça qualificada. Isso é que vive o Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, agora que o deputado presidente do PL renunciou e que a imprensa toda já disse “renunciou, abafou, foi para casa e daqui há dois anos volta”, digo ao Sr. Procurador-Geral da República: peça o dossiê dele que temos aqui e processe-o. Processe-o criminalmente para que – aí, sim – não possamos dizer que CPI termina em *pizza* e que rico não vai para a cadeia.

Terminou o meu tempo. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, esperando, primeiro, que os líderes que estão reunidos pensem na sociedade brasileira e não façam qualquer acordo que venha a tisonar ainda mais a classe política brasileira; segundo, que o Sr. Procurador-Geral da República, um homem honrado, que desde que assumiu está demonstrando a sua seriedade, a sua honorabilidade, a sua capacidade, honrando o Brasil e a Promotoria Pública, tome essa decisão de não deixar que, de repente, uma dúzia de parlamentares fujam da sua responsabilidade e não sejam processados aqui porque renunciaram, e renunciando não lhes acontece nada. É importante que isso aconteça porque verificaremos que em *pizza* não terminará a CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Resposta aos Senadores ACM e Renan Calheiros

(Pronunciamento em 4 de agosto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho a esta tribuna e comuniquei anteriormente ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros e ao Senador Antonio Carlos Magalhães que iria falar sobre os pronunciamentos que S. Ex^{as} fizeram abordando a minha pessoa.

Eu falei desta tribuna dizendo da minha preocupação e da minha angústia no sentido de que acontecesse o que se está propalando pela imprensa e pelos corredores do Senado de que um grande acordo, um acordão, estaria sendo feito no meio da CPMI. Disse eu que não acreditava que isso aconteceria porque, na minha opinião, o povo está acompanhando de cima a CPMI, e, sendo assim, os parlamentares estão acompanhando de corpo e alma o evento. Acho muito difícil, para não dizer impossível, que se queira fazer algum acordo no sentido de controlar os passos da CPMI.

O Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, disse ontem: “Há pouco, o Senador Pedro Simon fez uma intervenção, dizendo que a organização da proposição era uma tentativa de dificultar a investigação. Imaginem! Em todos os momentos, como Presidente do Congresso, dei força à investigação”. Que eu teria dito que a reunião dos líderes no sentido de compor as reuniões das Comissões Permanentes com a CPMI – acho normal que façam isso – estava sendo feita para dificultar os trabalhos da CPMI. Não. Há um equívoco de S. Ex^a. Tenho medo de que seja feito um acordo, como foi feito pelo Líder do PMDB, pelo Lí-

der do Governo e pelo Líder do PTB quando, há um ano e nove meses, impediram que se criasse a CPI dos Bingos, recentemente instalada. O Senador Jefferson Péres, nosso querido companheiro do Amazonas, e eu entramos no Supremo com um mandado de segurança para que a CPI funcionasse. A CPI – repito – é um direito da Minoria. Os líderes têm a obrigação de indicar os nomes de seus membros; se não o fizerem, cabe ao Presidente do Senado a indicação.

Os Líderes do PMDB, do Governo e do PTB fizeram uma nota, dizendo que não indicariam os membros da Comissão e que só haveria a CPI quando eles fizessem a indicação. Então, passamos a cobrar, o Senador Jefferson Péres e eu, do Presidente do Senado a indicação, mas ele disse que não tinha essa atribuição e que, se os líderes não indicassem, ele também não o faria. Desse modo, ingressamos com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal e, por nove votos a um, o Supremo mandou indicar. Essa decisão do Supremo ocorreu quando o Congresso Nacional já estava arquivando a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios, que, agora, está em pleno funcionamento. Quando estavam para arquivar esta, veio a decisão do Supremo mandando nomear os membros da CPI e dizendo que era obrigação do Presidente indicar, se os líderes não indicassem.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Pedro Simon, V. Ex^a, com a experiência que tem, é praticamente um farol nessas horas de crise. V. Ex^a aponta caminhos e quase sempre tem acertado nos caminhos que tem apontado. Se o Governo tivesse ouvido V. Ex^a naquela oportunidade, há um ano e nove meses, se aquela CPI dos Bingos tivesse sido instalada, hoje não teríamos as outras CPI. E o Governo não estaria na dificuldade que está, que é uma dificuldade que se irradia e fere o Brasil todo e fere os brasileiros todos. V. Ex^a vem agora e fala, muito nítida e claramente, como o Dr. Ulysses Guimarães, de S. Ex^a o fato. Quando o fato chega, não tem composição, não tem acordão; nada supera a força que o fato tem, principalmente hoje, com a TV Senado, com as TV todas transmitindo as reuniões das CPI. O

que o Brasil precisa, e é esse o caminho que V. Ex^a indica, é fazer o que está fazendo a área econômica do Governo. Ela está funcionando, o Banco Central está funcionando, o Ministério da Fazenda, o BNDES; o Ministério do Comércio Exterior está exportando, e o Brasil está batendo recordes, como se não houvesse problema político. Nós, aqui no Senado, devemos fazer o que começamos a fazer ontem, no fim do recesso: votar matérias, votar os projetos que estão na pauta, votar as medidas provisórias, e a Câmara fazer a mesma coisa. E o Presidente Lula – me desculpem, eu não devia dar conselho a um Presidente – devia voltar para o Palácio e governar, dirigir o País, colocar o País para funcionar efetivamente na área que compete, principalmente politicamente, ao Presidente da República, e administrativamente, como está acontecendo na economia. Se nós fizermos isso, a CPI caminha, apura, pune; o Judiciário prende, e as instituições funcionam e mostram a sua segurança, alicerçadas em uma Constituição que, até agora, tem conseguido superar todas as crises que apareceram. Esse caminho que V. Ex^a está indicando é o caminho que nós devemos seguir, que o País deve seguir, como disse no início V. Ex^a, que, nessas horas, tem sido um farol aqui do Legislativo a alumiar os caminhos do Executivo e da Nação. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a, muito obrigado mesmo.

Então, o que fiz, falando na televisão, no programa de televisão, e falando da tribuna, ontem, foi dizer que, como salientou bem V. Ex^a, Senador Camata, se tivesse saído a CPI, a primeira, dos Bingos, um ano e nove meses atrás, não teria ficado esse sentimento de impunidade, que levou as coisas a crescerem, a crescerem e a crescerem – e aconteceu isso tudo que tem acontecido.

Então, a culpa foi desta Casa, por não ter criado, na hora oportuna, a CPI. Isso é que eu digo; isso é que eu disse. Lamento que os líderes tenham tomado uma decisão que foi uma das piores decisões que eu vi. Nem na ditadura o Congresso fez isto: os líderes se reuniram e disseram que só teria CPI quando eles quisessem, eles, a Maioria. Se não quisessem, não teria. Disseram isso numa nota escrita e assinada.

Apoiados nessa nota, entramos no Supremo e ganhamos. Foi isso que eu disse. Com relação ao Presidente Renan, foi isso que eu disse. E com relação ao Sr. Antonio Carlos Magalhães, eu quero dizer a S. Ex^a: primeiro, para mim não há problema nenhum em pedir desculpas públicas se eu errei. Eu sou um franciscano humilde, que reconhece a sua fraqueza, e reconheço que devo ter errado muito.

Quando S. Ex^a diz que agredi o Presidente Sarney, S. Ex^a não está dizendo a verdade. E ele diz que assistiu. Se ele assistiu, ele assistiu eu dizer isto: que a CPI devia ter sido criada um ano e nove meses atrás. Lamentavelmente, não se criou, porque os líderes não indicaram, e o Presidente Sarney, que tinha obrigação de indicar, também não indicou – o que foi a decisão do Supremo.

Foi isso que eu disse. Eu não fiz agressão nenhuma. Eu não fiz agressão nenhuma. Então, eu não sei por que devo desculpas ao Presidente Sarney. Não sei onde o Sr. Antonio Carlos, Senador, descobriu que eu agredi.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pode até levar o discurso ao Presidente Sarney, que, poderá ler o discurso do Senador Antonio Carlos dizendo que ele assistiu, na televisão, agressões minhas ao Sr. Sarney. Isso poderá levar a uma coisa que não é verdadeira. Não é verdade! Duvido! Até porque não é do meu estilo. Eu sou duro, bato com energia, mas digo as coisas sem adjetivar. O que eu tenho com relação aos líderes do Governo e ao Senador Renan Calheiros, quando era Líder, é que eles fizeram uma nota proibindo criar a CPI. E o que tenho com relação ao Presidente Sarney, do Senado, quando era Presidente, é que em vez de nomear os membros da CPI, como era sua obrigação, ele arquivou o requerimento. E o Supremo mandou nomear.

Então, não sei qual é a desculpa que devo e não sei qual é a agressão que eu fiz ao Presidente Sarney, em que o Sr. Antonio Carlos baseia o seu pronunciamento. Lamentavelmente, ele não está aqui. Eu comuniquei ao Sr. Antonio Carlos e ao Sr. Renan que eu falaria respondendo aos dois.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Muito pequeno o aparte, apenas para dizer o seguinte: muitas vezes nós discordamos, por problema partidário, de V. Ex^a, mas com muito respeito sempre, porque respeitamos muito V. Ex^a. Eu não queria deixar de concordar com V. Ex^a que se aquela CPI tivesse sido feita, hoje não estaríamos passando pelo vexame que estamos passando. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Infelizmente, é a grande verdade. Lamentavelmente, nós temos de dizer isto: se tivesse havido a CPI, não teria esse sentido de impunidade. O Sr. José Dirceu e companhia, o Tesoureiro do PT, não fariam o que fizeram achando que não ia acontecer nada. Se o Subchefe da Casa Civil estivesse respondendo a uma CPI mudaria tudo. Lamentavelmente, aconteceu isso. Foi o que eu disse.

Agora, estou dizendo isso, Senador, porque aconteceu o mesmo no passado. Na CPI dos Anões do Orçamento, quando nós quisemos ir adiante, eu fiquei aqui dez anos gritando: a CPI dos Corruptores, a CPI dos Corruptores, a CPI dos Corruptores – e não deixaram criá-la. E, agora, a gente está sentindo que não querem deixar entrar nos fundos de pensão, porque, não há dúvida nenhuma, envolvendo parlamentares e discutindo para...

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC. *Fazendo soar a campanha.*) – Nobre Senador Pedro Simon, a campanha toca automaticamente. Vou prorrogar o tempo, como V. Ex^a tem direito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, digo que é importante não aceitar as provocações que estão aparecendo. Não porque vão botar uma pedra em cima. O que é botar uma pedra em cima? Claro que não dá para os deputados e senadores, que estão sendo atingidos, cujos nomes estão aí no jornal, voltarem atrás. Não dá para dizer que o ex-Presidente da Câmara não recebeu tanto, que a esposa dele não foi lá buscar. Não dá para dizer que, inclusive, o Presidente do PL, que renunciou, não pegou quatrocentos e não sei quantos milhões. Isso vai às últimas conseqüências. Queremos saber de onde foi a movimentação, quem é o Sr. Valério, de onde veio o

dinheiro, de onde veio a movimentação dos fundos de pensão, de onde veio toda essa montanha de dinheiro que aqui apareceu, que apareceu lá na CPI do *Impeachment* do Collor, e que não acontece nada, porque nunca chegamos na figura do corrupto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, não resta dúvida de que V. Ex^a é o mais brilhante orador contemporâneo. O político lê aquele livro, *O Príncipe*, mas gosto mais de *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, que diz que a linguagem é uma fonte de desentendimento. Agora, eu aprendi com o Líder do Piauí a não agredir os fatos. Petrônio Portella repetia, como um pai-nosso: não agredir os fatos. Os fatos estão aí, são vergonhosos. E quis Deus estar aqui com o livro de *Francisco, Instrumento de tua Paz*, que diz: “Onde há erro, leve a verdade.” V. Ex^a sempre traz a verdade. Onde há trevas, há luz. V. Ex^a tem sido a luz da política do nosso Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, é importante isso. Quero dizer ao Senador Antonio Carlos Magalhães que, ao contrário de muitos, reconheço a minha humildade, reconheço que cometo erros, cometo equívocos. E, quem me conhece, sabe que uma das coisas que me deixa satisfeito é reconhecer publicamente e pedir desculpas quando eu tenha cometido algum erro. Mas, com relação ao Sr. Sarney, não aconteceu. O que disse é isso que está salientando. Que pena que aconteceu aquilo, que foi uma página negra no Congresso Nacional: os líderes se reunirem, não ter mais CPI. O artigo da Constituição, que diz que a Minoria pode criar uma CPI, não existe mais. Os líderes do Governo e da Maioria têm que decidir. E ele, que devia arquivar, arquivou.

Então, mesmo assim, eu digo com toda a sinceridade ao Presidente Sarney que não tive intenção de ofendê-lo e ao Presidente Renan, muito menos. Agora, o Presidente Renan – eu repito – está se comportando realmente muito bem, está tendo uma atitude realmente positiva. Mas, por amor de Deus! Essa onda que está se criando, que está crescendo – a Comissão dos Correios está a manhã inteira discutindo isso –, a onda que existe de que não se vá adiante no debate da matéria, isso não pode continuar. Isso não pode continuar! Nós temos que ir às últimas conseqüências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Necessidade de reforma política

(Pronunciamento em 5 de agosto)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, esta sexta-feira, após uma semana realmente tumultuada, com o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e três Comissões de Inquérito funcionando ao mesmo tempo, no mesmo horário, é um desafio para o Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, de levarmos adiante essa missão difícil que o destino nos colocou e para efetivamente cumprirmos nossa missão.

Quero dizer com toda a sinceridade que saí muito machucado da CPI do Banestado, porque vi ali – e talvez pela primeira vez no Congresso Nacional –, os parlamentares não se movimentarem como magistrados, buscando a verdade, buscando apurar, mas na defesa: o PT, defendendo o atual Presidente do Banco Central e a política do atual Governo, e o PSDB, defendendo e não permitindo que se entrasse na vida dos ex-Presidentes do Banco Central.

Quanto ao Deputado José Mentor, Relator, a S. Ex^a eu fazia tremendas restrições, porque, como Relator, S. Ex^a não procurava, ao perguntar às testemunhas, buscar a verdade, mas buscava exatamente levar para o lado que queria. E em uma coisa, em seu parecer, em seu relatório – o qual não foi votado – ele não tocou. Foi o Banco Rural, que era exatamente o grande banco de escândalos, de imoralidades que havia ali. S. Ex^a, pura e simplesmente, não tocou nele.

E agora está se vendo que o nome dele está envolvido; e agora está se vendo porque ele não tocou. E ali naquela CPI nós tivemos, talvez como nunca, provas enviadas pela justiça americana com os

nomes das CC5 e da remessa do dinheiro para o exterior. Mas não se abriu, porque, conforme informações que tínhamos, era muita gente importante, porque políticos importantes estavam ali.

Preocupado fiquei com as atuais CPI, porque achei que aquele clima de fazer da CPI um confronto partidário é muito ruim. E soa mal para a consciência do Congresso Nacional. Quando começou a CPI dos Correios realmente havia isto: os parlamentares do PT querendo não deixar as coisas aflorarem.

Eu me lembro que quando veio a testemunha, a secretária demitida lá de Minas Gerais, contar as histórias de tudo aquilo que aconteceu, alguns parlamentares quiseram colocar a testemunha no banco dos réus, entrar na sua vida íntima, entrar em detalhes que nada tinham a ver com a busca da verdade.

Hoje – e eu quero fazer justiça – mudou o clima. Hoje com os fatos que aconteceram, com a bancada do PT surpreendida pelo que não imaginava – e eu respeito que não se imaginava, porque era para não se imaginar que essas coisas tivessem acontecido – a bancada do PT está agindo com frieza, com responsabilidade. Magoada, machucada, mas está buscando a verdade.

E a bancada do PSDB, então dona da verdade, de repente viu que o que está acontecendo começou lá atrás, envolvendo, inclusive, o PSDB de Minas Gerais. Então, a bancada do PSDB está numa posição mais serena e nós estamos conseguindo que na CPI não haja um clima de disputa política, mas que haja um clima que transforme a CPI numa câmara de justiça, transforme o parlamentar num juiz que tem que dar o seu voto, por mais apaixonado que ele seja politicamente, na verdade e buscar a verdade.

Acho que estamos conseguindo isso, com toda a sinceridade. E estou vendo agora na CPI do Mensalão, presidida pelo bravo companheiro Amir Lando, que tem uma longa experiência e uma longa história sobre isso; e estou vendo na CPI dos Bingos. Eu sinto que se está conseguindo esse clima de o Congresso entender a responsabilidade que tem numa CPI e transformar-se em um órgão do Poder Judiciário que vai analisar, julgar e ter a capacidade de esquecer a sua origem partidária na hora de votar e votar com a sua consciência, buscando a verdade. E eu imaginei que isso não iria acontecer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já darei a palavra a V. Ex^a.

Mas está acontecendo. Está acontecendo porque as coisas permitiram que isto acontecesse. Os fatos foram tão claros que a bancada do PT, com grandeza, bate no peito, reconhece os equívocos e quer buscar a verdade. Os parlamentares do PT, inclusive o nosso bravo Senador Sibá, que, no início estava revoltado na Comissão, protestando, gritando, hoje diz: “Eu quero a verdade, doa a quem doer, doa a quem doer”. Acho que é uma posição corretíssima, altamente positiva.

Pois não, Senador.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a aborda um tema atual, momentoso e, mais do que isso, de uma maneira séria e com acuidade. É evidente que, se há uma investigação parlamentar, ela deve perseguir a verdade; caso contrário, seria uma farsa, e não podemos admitir que o Parlamento se entregue a uma farsa. É por isso que, quando V. Ex^a destaca hoje que há um espírito de investigação, há de se registrar que o Governo está cooperando na busca da verdade. Isso ninguém há de negar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Está visível a disposição do Governo de colocar à disposição da CPI todos os dados necessários para que a verdade venha à tona. Isso mostra o caráter, mas, sobretudo, uma posição cívica do Presidente Lula. Temos que destacar esse ponto. Não quero dizer com isso que, amanhã, não possa haver qualquer fato diferente, mas, neste momento, temos que destacar a grandeza do Governo, especialmente do Presidente Lula. E V. Ex^a estava aqui lembrando o espírito da CPI. Tivemos oportunidade – V. Ex^a também presente – de participar da CPI do PC, onde todos se entregaram. Pessoas da grandeza de V. Ex^a e de Mário Covas fizeram diligências as mais singelas, mas que eram importantes na construção do mosaico da prova. É isso que temos que ter. Entendo que hoje estamos vivendo um momento ruim. Bom por um lado, mas ruim por outro. E vou-lhe dizer exatamente. Hoje, a transmissão direta – via todos os meios de

comunicação, rádio e televisão – leva um pouco as reuniões plenárias e os depoimentos, sobretudo, a se tornarem intermináveis. Não há a preocupação de fazer perguntas inteligentes para extrair a verdade, mas muito mais para manifestar um ponto de vista pessoal, contar a história pessoal. É importante que a Nação saiba a história de cada um, mas mais importante é que ela conheça a verdade. Para terminar, quero dizer a V. Ex^a que precisamos resgatar esse espírito da investigação e do despojamento pessoal para construção da obra coletiva de apurar os fatos e punir os culpados, se houver.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço V. Ex^a e nunca é demais repetir o papel fantástico que V. Ex^a teve na CPI do *Impeachment*. Sou testemunha de que houve um determinado momento, não do Governo – vamos fazer justiça que o Collor, embora fosse claro que ele não imaginasse que chegasse nele, ajudou no que foi possível –, mas no Congresso, em que havia muita gente assustada, com medo do *impeachment* porque se criaria um sentimento. O Dr. Ulysses era um que, no início, dizia: “Simon, tu tá louco?”

Logo tu do Rio Grande do Sul? Foi uma CPI como a que terminou levando Getúlio à morte, foi uma CPI que como a que terminou levando o João Goulart à deposição. Vocês vão fazer isso? Vai terminar caindo em cima de nós”. V. Ex^a agiu com muita firmeza, tanto que, quando pediram a V. Ex^a que, no seu parecer, contasse os fatos, mas não concluísse pedindo o *impeachment*, V. Ex^a disse: “Não, vamos fazer o contrário. Peço o *impeachment* e V. Ex^{as} o derrotam no plenário”. V. Ex^a pediu, e as pessoas pensavam em derrotá-lo no plenário e não tiveram coragem. Foi aprovado quase por unanimidade: houve três ou quatro votos contrários, e o restante favorável.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Eu gostaria apenas de fazer um registro antes de V. Ex^a encerrar, Senador Pedro Simon. V. Ex^a teve um papel fundamental. O gabinete de V. Ex^a era a sala de reunião e, eu diria, o coração da CPI. Todos os dias, antes de qualquer reunião de plenário, nós nos reuníamos no seu gabinete, onde estabelecíamos a estratégia. V. Ex^a foi o grande coordenador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. Foi a firmeza de V. Ex^a como Relator.

Lembro-me de que fizemos uma reunião na Presidência do Senado da qual participaram Deus e todo mundo para pressioná-lo, a fim de V. Ex^a emitir o parecer como quisesse, deixando a conclusão para a Comissão.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Lembro-me da resposta de V. Ex^a, que nunca esqueci: “Vamos fazer o contrário. Peço o *impeachment*, o impedimento, e vocês o rejeitam no plenário. Não há problema algum”.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Mas muitos não sabem de um fato que V. Ex^a agora citou, que talvez poderia ser mais bem registrado para a história: o convencimento do Dr. Ulysses no seu gabinete, onde expusemos todas as provas. V. Ex^a, conduzindo aquela reunião por várias horas, até que...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E ele se dobrou.

*O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) –... ele disse assim: “Não. Então, vamos ao *impeachment*”.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. Ele se dobrou e viu que era necessário pedir o *impeachment*.

Hoje, a situação é muito interessante. Está toda a imprensa cobrindo: vai chegar ao Lula, vai chegar ao Lula? É preciso que se analise essa situação. É obrigado que se analise. O momento que estamos vivendo é completamente diferente de 54 e de 64. Em 54 havia um movimento golpista no ar. A UDN golpista, o Lacerda golpista e brilhante, um grupo de generais golpistas, a grande imprensa golpista estavam tramando o golpe, nunca aceitaram a vitória do Getúlio em 50, nunca admitiram que o Dutra fosse eleito em 45, no lugar do Brigadeiro Eduardo Gomes, e eles levaram o Getúlio ao suicídio, e aconteceu aquilo que aconteceu. A UDN morreu; o Brigadeiro desapareceu; o Lacerda foi cassado.

Em 64 havia um movimento golpista contra João Goulart. Quando Jânio renunciou, não queriam deixar o Jango assumir. Quando Jango assumiu, foi com o parlamentarismo, e quando o plebiscito derro-

tou o parlamentarismo, iniciou-se o movimento para derrubar o Jango. A velha UDN golpista, os velhos generais golpistas, a velha imprensa golpista e o Lacerda lá adiante.

Agora, não. Eu sou obrigado a dizer, com a maior isenção: não há na imprensa, não há no PFL, no PSDB, não há nos militares, não há em lugar nenhum o sentido de apelar o Presidente do poder. Todo mundo está muito cômico de que nós pagamos um preço alto: vivemos uma ditadura de 25 anos; tivemos a experiência de um Collor, um guri metido a não sei o quê; do Jânio Quadros, o fantástico herói que renunciou sete meses depois; do Fernando Henrique, o intelectual mais inteligente da América, que deu no que deu. E agora é o Lula, um líder operário, com uma biografia espetacular, de um partido com 25 anos de história. E eu disse ao Lula, jantando na minha casa: Lula, o Brasil está contigo! Tu não precisas, tu não tens que ter preocupação com maioria parlamentar, tu tens que governar com o povo! Escolha os mais capazes, Lula! Escolha os mais competentes! Hoje, todo mundo é Lula. Você vai a uma universidade, todo mundo é Lula; você vai falar com os empresários, todo mundo é Lula; você vai falar com a Igreja, todo mundo é Lula! Escolha os mais competentes e faça um governo com o povo, Lula!

E disse uma coisa que repito aqui: fui governador e tinha a minoria. Governei só com o PMDB e com a sociedade. Quando tinha problema, ia à assembléia, falava com o PSDB, com o PT, com o PDT, com o PFL, dialogava e sempre consegui maioria para os projetos importantes. Quando fui líder do Governo Itamar, aqui, aprovamos o Plano Real, com 500 emendas do Congresso. Mas, no Governo do Itamar Franco, não demos um emprego, não demos um favor, não demos uma emenda, não demos um copo d'água, e, como líder, falo e desafio que alguém diga o contrário! Não colocamos banqueiro no Banco do Brasil, no Banco Central, na Caixa Econômica Federal, no BNDES, nem empresário, nem banqueiro! Funcionários aposentados! Não colocamos Ministro da Fazenda nem do Planejamento, de São Paulo, dos empresários da burguesia paulista. E, na hora de votar, vínhamos aqui, o PT votava a favor, os partidos votavam a favor, e não houve um copo d'água que alguém recebesse por causa disso.

Não sei quem o aconselhou a seguir o caminho que seguiu. Mas, hoje, entendo a posição do Lula. Está assustado. Não quer ficar sentado no Palácio esperando o Congresso avolumar, avolumar, avolumar denúncias e não fazer nada. Então está indo ao povo, que o está recebendo. Mas não é esse confronto que vai servir para nós nem para o Lula. O que vai servir para nós e para o Lula é o que ele disse: “Respeito as CPI, quero que elas apurem, e apurem tudo, doa a quem doer! Se for do meu partido, se não for, vamos apurar”. Nota 10. É isso que temos que fazer. E, ao lado disso, trazer a tal da proposta positiva, que não seja para esconder a apuração do que está aí. Temos que dar carta aberta para apurar o que tiver que ser apurado. E vamos aqui fazer uma pauta positiva. Qual é a principal pauta positiva? A principal é a reforma política, que o Lula deveria ter feito logo no início do Governo dele. Falou-se em reforma tributária, que não houve, foi só um remendo. Falou-se em reforma da Previdência, que houve, mas com desgastes enormes no PT, porque, na hora de votar, se esqueceu da sua biografia, da história e das promessas do Partido dos Trabalhadores. A Heloísa foi expulsa por quê? Porque defendeu o programa do partido. A Heloísa votou de acordo com a história do PT e foi expulsa do partido! Poderia ter deixado a Previdência para mais adiante e ter feito a reforma política.

Mas, hoje, não temos como não fazer a reforma política já, porque vai ser um escândalo, irmos para as eleições do ano que vem sem mexer na reforma política. Vai ser um absurdo! No ano que vem não sei nem como vai ser. Muita gente usava caixa dois, muita gente pegava dinheiro por fora e não apresentava conta, não fazia nada. Mas ia se levando, fechava um olho, etc. e tal. Mas, agora, está escancarado. Como vai ser feita a campanha política? Como é que o empresário vai dar dinheiro? Como é que vai aparecer dinheiro? Como vai ser feita a eleição no ano que vem?

Esta é uma batalha minha de vinte anos, que hoje não dá mais para discutir: tem que ser dinheiro público de campanha! Recebi milhares de cartas ofendendo-me, ridicularizando-me: “Ah, Senador, vocês estão aí roubando o tempo inteiro, não fazem nada e ainda querem dinheiro público para fazer campanha de vocês”. Mas essa gente não sabe que o dinheiro da campanha é todo público. Toda corrupção co-

meça na campanha eleitoral. A do Collor foi assim. E, agora, é assim. Restos de campanha. Gastos feitos em campanha porque se sabe que não se tem nada a perder. Dinheiro público na campanha! Temos que aprovar isso com urgência urgentíssima. A campanha tem que ser num espaço determinado.

Apresentei um projeto e vou reapresentá-lo no sentido de que a campanha política tem que ser em 90 dias. Qualquer coisa feita fora dos 90 dias é crime. Não pode ter *outdoor*, não pode ter propaganda, e tudo em 90 dias. Tem que ser uma campanha curta. O programa de televisão tem que ser ao vivo. Os partidos e o Sr. Duda Mendonça ganham uma montanha de dinheiro. Todos eles ganham. Vá ao Rio Grande do Sul. Qual é o maior gasto que você tem? É o programa de televisão, que é gratuito. À estação de televisão você não paga nada. Mas, para montar um programa, é como fazer um filho; é uma fortuna cada programa de dez minutos. O programa tem que ser ao vivo. Quem decide a eleição, nos Estados Unidos, são os quatro programas que os dois candidatos, frente a frente, de pé, falam perante a Nação.

O Bush ganhou a eleição, e o candidato democrata que estava eleito perdeu, porque, na hora do debate, o Bush tinha suas idéias meio malucas, mas tinha coragem de defendê-las de dizer o que queria. E o candidato democrata ficou tímido, não tinha coragem de dizer se era a favor ou contra o aborto, não tinha coragem de dizer se era a favor ou contra a guerra do Iraque. Então, o povo decidiu: “Prefiro esse que sei o que é àquele que não diz o que quer”. Mas a eleição é decidida ali.

Vamos fazer um programa de televisão ao vivo. No Brasil, o programa de televisão é feito para esconder o candidato. O programa é feito para o candidato não aparecer. Então, eles inventam, fazem uma imagem, fazem um personagem de novela que não tem nada que ver com a política partidária. A campanha tem que ser ao vivo. E aí 50% dos gastos com a campanha desaparecem.

Noventa dias, ao vivo. A cláusula de barreira tem de estar mantida, não podemos ter mais do que quatro ou cinco partidos. Podem existir. Nos Estados Unidos, há quatro ou cinco partidos comunistas, é uma montanha. Não há nada mais fácil, nos Estados Unidos, do que criar um partido; não há nem Justiça Eleitoral. Reúnem-se, “vamos ali no cartório”, criam um partido. Mas, daí a ter dinheiro público, daí a

ter programa de televisão, daí a ter parlamentar no Congresso Nacional... É preciso haver cláusulas de barreira, que eles não cumprem, não conseguem. Precisamos fazer isso aqui, para dar ao partido um conteúdo de seriedade.

A fidelidade partidária, por amor de Deus! Não pode acontecer o que aconteceu agora. E o PT, que era o grande Partido que combatia, exigia fidelidade partidária e a tinha, usou instrumento de captar deputado, dobrou a bancada do PTB, dobrou a bancada do PT, dobrou a Bancada do PL para conseguir uma maioria fictícia, comprada a peso de dinheiro, uma verdadeira legião estrangeira, que terminou fugindo das idéias, dos princípios e da ideologia do PT.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com o maior prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, ouvi atentamente o que V. Ex^a lembrou de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Fernando Collor. Desconheço os propósitos da época; não tenho elementos para examinar com tanta precisão o que de fato aconteceu sobre cada um deles. Sei um pouco mais sobre Fernando Collor, porque via pela televisão – na época, um membro popular, sindicalista, coisa parecida. Mas acredito que o Presidente Lula é distinto de cada um deles, e muito bem distinto. Tenho observado que há uma tentativa muito forte de se fazer uma ligação do Presidente Lula com o que aconteceu. E ontem, por incrível que pareça, ouvi do Roberto Jefferson uma avaliação – e quero lembrar que dizem que a verdade independe de quem a profere – no debate que me chamou a atenção. Disse que, no primeiro momento, parecia que o Presidente Lula tinha estabelecido um parlamentarismo não oficializado, em que ele faria o exercício de Chefe de Estado e alguém faria o exercício de Chefe de Governo, no caso, José Dirceu. Pensa que foi a partir disso que houve certa liberdade para que alguns membros do PT tomassem o rumo que tomaram; houve essa facilidade. E, tão logo ele tomou conhecimento, tomou as providências necessárias de demitir ministros, de pedir a intervenção no PT. De forma que Tasso Genro deixou o Governo para assumir a Presidência do Partido e está tomando gradativamente determinadas decisões que o levam de volta à história dos seus 25 anos e coisa pa-

recida. Com relação ao aspecto da reforma política, lembrado por V. Ex^a, eu acho que não tinha como o Presidente Lula fazê-la no primeiro momento. Na Câmara dos Deputados, os projetos, em sua maioria, estão trancafiados há mais de décadas. Então, é difícil para qualquer um pedir que se faça uma votação tão profunda da forma como V. Ex^a está convencido que deve ser e nos convence. Passei agora a fazer um estudo de outros projetos que têm por objetivo coibir e punir com maior veemência as pessoas que praticam a corrupção. Estou estudando isso. Já vi mais de trinta projetos da Câmara. Acho muito importante que, além da reforma política, possamos avançar nesses projetos de lei, que também colocam com maior rigor a punição para as pessoas que praticam a corrupção. Felicito V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e continuo aqui como simples aprendiz de V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Vou encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a sua tolerância. Mas antes gostaria de dizer que o nobre senador argumentou de forma importante. Ou seja, a gente faz a CPI, termina os trabalhos, se há parlamentares envolvidos a gente pode até cassá-los, mas a opinião pública nos diz: “Não foi ninguém para a cadeia! Não aconteceu nada!” A CPI trabalha com tanto vigor, com tanta garra, a televisão acompanha seus trabalhos e parece que, quando os trabalhos terminarem, vai mudar tudo. E não muda nada. A CPI não pode dar um dia de cadeia para ninguém. Só se pode colocar na cadeia por denúncia do promotor e decisão do Tribunal de Justiça.

Por isso, V. Ex^a tem razão, hoje estamos numa situação muito melhor, porque temos um Procurador da República, no Governo Lula – tanto o primeiro, pessoa extraordinária, quanto o atual –, que merece a nossa confiança. Ele merece a nossa confiança.

Eu propus à CPI que fossem ao Procurador-Geral da República falar do deputado que renunciou, entregar o dossiê que temos contra ele. O Procurador da República tem de decidir. Se não há nada, mande arquivar; mas, se tem, denuncie, em primeiro lugar, para mostrar que ele não vai fugir com a renúncia e, depois, para orientar outros a que não façam o mesmo porque serão processados.

O que acontece? Justiça seja feita ao Procurador do PT. O Senador Antonio Carlos Magalhães renunciou, mas foi denunciado no Supremo e absolvido. O Jader Barbalho renunciou, mas está sendo processado no Supremo – ainda não foi decidido. O Senador Romero Jucá está sendo julgado no Supremo. O atual Procurador está cumprindo a sua parte. Por isso, acho que a Comissão deve ir ao Procurador mostrar que o deputado renunciou, dizendo abertamente que o fez para fugir da cassação, para não perder os direitos políticos e voltar daqui a dois anos. O tribunal tem a obrigação. O Procurador pode até arquivar, por não haver nada contra ele. Se não há nada contra ele, o que vamos fazer? Ficou claro que o Procurador disse que não há nada contra ele. Mas se há, denuncie.

Aliás, tenho um projeto de lei nesse sentido. Mas acho que não precisa de projeto de lei. O Procurador pode fazer por conta dele, mas o meu projeto diz isso: se um senador ou um deputado renunciar enquanto estiver em andamento uma denúncia contra ele, temos que entregar o caso ao Procurador, e ele tem que decidir. Não se pode obrigar que o Procurador apresente uma denúncia se ele não quer apresentar, mas então archive. Ele tem que dar a posição dele e não deixar na gaveta.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, a propósito da apresentação de proposituras que acabem passando uma rasteira nessa estratégia malandra da renúncia, apresentamos, nesta semana também, a exemplo do que fez V. Ex^a, um projeto de lei que altera a Lei Complementar nº 64, acrescentando um item, tornando inelegíveis também para a eleição subsequente aqueles que renunciam. Creio que podemos aprovar esse projeto em regime de urgência aqui nesta hora da investigação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo plenamente. Agradeço, Sr. Presidente. Encerro, dizendo que sou favorável a que tenhamos uma pauta positiva, mas que ela seja ligada ao momento que

estamos vivendo. Acho que está provado que não fazer nada, cassar, prender, criar CPI... Termina a CPI e não se fez nada, depois também não se faz. O ideal é fazer agora, quando estamos vivendo o sentimento das coisas erradas, e tenho certeza de que conseguimos aprovar na Câmara e no Senado. Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Confirmação das denúncias de Roberto Jefferson

(Pronunciamento em 8 de agosto)

Sr. Presidente, V. Ex^a é uma figura muito respeitada no Rio Grande do Sul. É impressionante a audiência que a TV Senado tem no Rio Grande do Sul. E quem a assiste, digamos assim, é a elite política de qualquer município, por menor que ele seja. São os presidentes de partido, são os vereadores, é o padre, é o homem das outras igrejas, é o dono do boteco, do mercadinho – pontos essenciais das pessoas que fazem a opinião pública no município. Agora, com a CPI, a TV Senado chega a concorrer em audiência com as principais televisões do País.

Há muito tempo, eles se referem a V. Ex^a, perguntando: “Quem é aquele Mão Santa, que está todo dia...?” E eu respondo que é um homem muito sério.

– Por que Mão Santa?

– Porque ele era um médico muito humanitário e um cirurgião de muita competência, e o povão começou a chamá-lo de Mão Santa, pelas vidas que ele salvou.

Mas aí eles diziam:

– Ele é muito exagerado. Ele é muito contra esse Governo. Ele bate no Governo – e, naquele início, ainda havia uma expectativa com relação ao Lula, com relação ao Governo, e o PT do Rio Grande do Sul era um Partido muito forte, com muita credibilidade, com muitas lideranças.

E eles diziam:

– É, mas ele exagera um pouco. Não sei o que é. Ele tem algum motivo?

– Não, não tem motivo. Até ao contrário, ele foi eleito senador e ele elegeu o governador do Piauí, um homem do PT que não tinha nenhum prestígio, nenhuma credibilidade. E ele foi quem elegeu esse governador.

Agora, mudou. Agora eles afirmam: “Mas aquele Senador Mão Santa tinha razão. É. Ele tinha razão. E a coisa é pior do que ele falava”.

Faço questão de salientar isso, porque fico impressionado. Ontem estive em São Paulo com o Senador Jefferson, e eram a Senadora Heloísa Helena e V. Ex^a as figuras sobre as quais mais me perguntavam. E queriam saber como V. Ex^a já sabia dessas coisas:

– Mas ele devia saber alguma coisa.

– Sabia tanto quanto eu.

– E por que ele foi, e o senhor não foi?

– Porque ele é mais realista do que eu. Eu sou mais um sonhador. Enquanto pude pensar que o Governo desse certo, sonhei. Não sei se foi porque eu queria, eu rezava, e fui levando esse sonho até o último momento. Ele, não. Quando viu que a coisa estava dando errado, começou a mudar o discurso, até porque, falando com a gente, dizia que, denunciando, estava dando uma oportunidade para que a coisa mudasse.

Durante muito tempo, o discurso de V. Ex^a foi assim: “Ainda é tempo, Presidente Lula! Mude, altere, modifique!” Lamentavelmente, V. Ex^a tinha razão.

Outro comentário que geralmente tecem lá no Rio Grande do Sul e ontem o fizeram em São Paulo foi: “Tudo o que esse Deputado Roberto Jefferson diz acontece”.

Eu tive que falar sobre isso lá no Rio Grande, porque, na primeira vez em que o Deputado Roberto Jefferson falou, numa entrevista na *Folha de S. Paulo*, eu resolvi esperar pelo seu depoimento na Comissão de Ética. Eu imaginava que o deputado viria com gravações e mais gravações. Como ele era Presidente do Partido e convivia na intimidade do Governo, imaginei uma gravação aqui, outra gravação

ali, manifesto, nota, recibo... Pensei que ele apresentaria um dossiê do tamanho de um bonde.

Apareceu na CPI de mãos vazias, dizendo: “Eu não sou polícia, eu não gravei coisa nenhuma, eu não tenho prova nenhuma”.

E começou a falar. Eu imaginei que, no dia seguinte, as provas seriam desmoralizadas, que o Governo viria demolir com as provas dele. Qual não foi a minha surpresa com o fato de que o que ele falou tenha criado aquele impacto! E, à medida que os dias foram passando, tudo o que ele dizia era verdade. Tudo aconteceu, e quem confirmava que era verdade era o próprio Governo Federal. Ele falou de Furnas, e foram demitidos os diretores de Furnas. Ele falou dos Correios, e foi demitida toda a diretoria dos Correios. Vários setores que ele tocou... Ele falou no tesoureiro do PT, e foi demitido o tesoureiro do PT. Ele falou no secretário-geral do PT, e foi demitido o secretário-geral do PT. Ele falou no Chefe da Casa Civil, caiu o Chefe da Casa Civil.

E, no debate que ele teve com o Chefe da Casa Civil, falou sobre a empresa portuguesa de telefonia e falou que o tesoureiro do PT, e alguém não do PT e não do PMDB teriam ido lá pedir não sei quantos milhões. E eu achei que a reação do Chefe da Casa Civil foi dura ali, na Comissão de Ética, ao dizer: Não é verdade, V. Ex^a está mentindo, não aconteceu isso. Imagine, o Sr. Jefferson agora está dizendo que eu peguei o pessoal de Portugal e o levei ao Presidente da República. E fazer uma imoralidade dessa, de ir a Portugal e pedir dinheiro para o PT e para o PTB.

No dia seguinte, a Chefe da Casa Civil manda para a Comissão a agenda do ex-ministro. E lá estava o encontro dos homens de Portugal e do Sr. Valério com o Chefe da Casa Civil. Dois dias depois, vem o ex-ministro de Portugal e dá uma declaração de que realmente ele recebeu o Sr. Valério em nome do Presidente da República. Não estou entendendo mais nada!

Então, as coisas estão com uma gravidade de sintonia que nos angustia. E eu, que não sou como V. Ex^a, que está nesta briga desde o início; eu, que estava sustentando e lutando para buscar fórmulas para que chegássemos a um entendimento, vejo que, lamentavelmente, temos de agir para não irmos todos, de roldão, para o fundo do precipício.

Esta Casa passa a ter uma responsabilidade muito grande; felizmente, acho que está tendo. Eu vinha de uma experiência muito ruim na Comissão de Inquérito do Banestado. Ali houve uma briga entre o PSDB e o PT. O PSDB, com a Presidência, e o PT, com o Relator. O PSDB queria ir para cima do Banco Central e da atual administração e o PT queria levar tudo para o Governo passado e para a administração do Governo passado. Entraram numa briga e fizeram dois relatórios e nenhum foi aprovado. Receberam um dossiê da maior importância da justiça americana dando o nome dos homens da CC-5 e de quem havia enviado dólares para o exterior. Os nomes estão aí até agora e acredito que uma das atuais CPI deve buscar nos cofres do Senado esses nomes, mas o Relator, o Sr. Mentor, não deixava o negócio andar. Quando vinha uma pessoa depor, ele demolia essa pessoa e não a deixava falar. Cheguei a dizer que não entendia o esquema do Sr. Relator, que tinha a testemunha aqui para ouvi-la sobre o Banestado, sobre essa conta, e ele demolia a testemunha, impedindo-a de falar. Agora está provado. No relatório final dele, não aparece o Banco Rural, ele esquece o Banco Rural. É que o Banco Rural, onde ele tem as contas do dinheiro que ele recebeu também, ele tinha que esquecer.

No início da CPI, o ambiente não era bom. O PT, numa posição apaixonada de defesa do Governo – que respeito –, agredindo, de certa forma, as testemunhas, impedindo-as de falar, despreocupado com o que elas poderiam ajudar e preocupado em desmontar moralmente a testemunha, e o PSDB e o PFL batendo de todos os jeitos e de todos os lados.

Hoje, mudou. Quero fazer justiça ao PT, porque, quando sentiu o que está acontecendo e nas comissões de inquérito, está adotando uma posição de alta responsabilidade, buscando a verdade e não fazendo a defesa vazia, mas buscando ajudar, para chegar ao entendimento. De certa forma, quando se foi buscar em Minas Gerais que o PSDB mineiro teria algo já anteriormente com o Sr. Valério também nessas questões, também o PSDB está numa situação mais contida e busca encontrar uma verdade.

Por isso acho que algumas coisas devem ser feitas logo. É correta a decisão do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios de não esperar o final dos trabalhos, mas de antecipar o nome e os casos

sobre os quais já se têm certeza absoluta. É o caso que não tem o que discutir, em que não tem testemunha verbal, não tem testemunha que possa dizer o contrário, quando lá está o nome do fulano, quando ele já reconheceu que pegou dinheiro, sacou dinheiro. Não tem mais o que discutir.

No início, o Governo imaginou, e todo o Governo se atirou na tese – dizem que foi o Ministro da Justiça que a criou – de que era dinheiro para campanha, dinheiro que foi gasto em campanha. Aí, o Presidente Lula, lá de Paris, deu aquela entrevista estranha para uma jornalista dizendo que, lamentavelmente, é dinheiro para campanha, caixa dois. Isso é muito triste, dizia ele, mas, lamentavelmente, no Brasil, sempre aconteceu isso. Então, o deputado do PFL, que foi apanhado no caixa dois disse: “Eu peguei dinheiro. Atire a primeira pedra quem não pegou dinheiro em caixa dois”. É que o Governo queria ir para isso. É dinheiro para a campanha, um dinheiro extra, que não participou das contas legais; vamos reconhecer. Ponto. O crime eleitoral já estava prescrito e terminava por aí. Mas, na verdade, a mentira tem pernas curtas. E a mentira tem pernas curtas porque, mesmo nessa tese de fundo de campanha, o crime está na origem. Está certo que o PT arrumou dinheiro aqui, arrumou dinheiro lá, pegou e gastou na campanha e não disse nada à justiça eleitoral. Mas o cidadão, o deputado, o presidente do diretório do lugar vinha a Brasília e, no sexto andar de um apartamento de hotel, encontra uma senhora vestida com uma blusa verde. E ele entra na portaria e diz: “Vim receber a encomenda no quarto tal”. Sobe, pega a mala de dinheiro, não o conta e vai embora. Isso é um absurdo! E vai dizer que é dinheiro de campanha? Não dá para dizer que foi o PT que ajudou, o PTB não sei o quê. Isso mata a questão. E essas pessoas não têm defesa. Está certa a CPI em decidir esses casos que estão nessas condições e mandar imediatamente à Câmara dos Deputados e para o Senado, se aparecer alguém. O que não está certo é o Presidente da Câmara achar que deve julgar um a um, quando o caso é o mesmo, a questão é a mesma. Evidentemente, cada um apresentará a sua defesa, as suas testemunhas. Entretanto, não se pode esperar quatro meses para ouvir um, depois quatro meses para inquirir outro e mais quatro meses para interrogar outro. Estaremos aqui até 2010 discutindo essa matéria. Isso não tem nenhuma lógica.

O Presidente da Câmara pode até discutir quando um parlamentar entra com um caso diretamente na Comissão de Ética, mas ele não pode discutir os casos que a CPI concluir, votar e enviar. Ele tem que mandá-los, imediatamente, à Comissão de Ética.

Por outro lado, ficamos a nos indagar sobre o que fazer. Pretendo me candidatar, se o Partido quiser e deixar, ao Senado no próximo ano, mas fico a me perguntar: como vou fazer a campanha? Como vamos fazer a campanha no próximo ano? Como alguém vai colocar *outdoor*, aparecer na televisão? De onde virá o dinheiro? É uma interrogação cruel e brutal. Não sei, mas as lideranças e o Presidente do Senado – falo mais no Presidente do Senado, porque, com todo o respeito, é muito difícil imaginar que o Presidente da Câmara tenha a profundidade que tem o Presidente do Senado de fazer esse trabalho. Devíamos nos reunir e analisar alguns pontos independentemente de a CPI continuar. Não é “acórdão”, mas devíamos nos entender a respeito de medidas necessárias já para a eleição do ano que vem.

Defendo o fundo público de campanha. Chegamos ao fundo do poço; e há hoje, como resultado do que aconteceu, uma unanimidade no sentido de que isso é preciso. Quando apresentei o projeto pela primeira vez, foi uma guerra e recebi inúmeras manifestações, dizendo-me horrores: “Vocês roubam, não fazem nada e ainda querem, agora, o dinheiro do orçamento, do leite das crianças, para fazer campanha?”

Realmente, é compreensível e justa essa afirmativa. Mas hoje já está provado que toda corrupção na vida pública começa na campanha eleitoral. Venho dizendo isso há muito tempo. Ou encontramos, agora, uma fórmula que limite a campanha – ela não pode ter mais do que 90 dias –, uma fórmula que limite o dinheiro da campanha – tem que ser só dinheiro público, igual para todos –, uma fórmula que crie, de uma vez por todas, a fidelidade partidária. Aliás, a maioria delas nós já aprovamos aqui no Senado, está na Câmara.

A cláusula de barreira: nós não podemos ter trinta partidos que se vendem a cada eleição. Temos que ter a determinação do número de candidatos a cada campanha. É claro que está nos deixando muito mal uma proposta que teria sido aprovada na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação, e que vai para o plenário, que fala na lista fechada. Mas a lista fechada daria garantia

aos atuais parlamentares, que seriam os primeiros da lista. Isso é grosseiro, não tem como passar, é um absurdo. Não sei se lista fechada o Brasil tem condição de aprovar. Não sei se o voto distrital, mas alguma coisa deve ser feita.

Campanha de televisão ao vivo sem as fortunas que estão aí para o Sr. Duda receber, sem a montanha de dinheiro que se gasta num programa para esconder o candidato, para que o povo não fique sabendo quem ele é. Metade, ou mais do que metade, 60% do que se gasta numa campanha é no programa de televisão, é para montar o programa de televisão, que é de graça. Mas se faz uma montagem espetacular, como se fosse um filme para concorrer ao Oscar.

Programa de televisão ao vivo, em que não se gasta um centavo, em que o candidato fala e a sociedade está vendo quem é ele.

A fidelidade partidária. É uma vergonha. E quem diria que mais de cem parlamentares entraram para o PTB, para o PP, para o PL, patrocinados pelo PT! Alguns desta legislatura já estiveram em quatro partidos diferentes. A fidelidade partidária é fundamental, como é fundamental que se tenha cuidado para que as pessoas realmente sejam processadas e, se saírem antes, se renunciarem antes, que o Procurador-Geral da República faça denúncia para que não se diga que a CPI terminou em *pizza*. Já encerro, Sr. Presidente.

São três CPI. Nunca tinha visto três CPI funcionando ao mesmo tempo, com tanta coisa grave ao mesmo tempo. Não precisava ter sido assim, se a nossa primeira, a dos bingos, tivesse sido criada há dois anos. Mas o Governo e o seu Líder nesta Casa jogaram, de corpo e alma, para evitar que fosse criada, como as outras duas também não teriam sido criadas, se o Supremo Tribunal Federal não tivesse tomado a decisão de que a CPI tem obrigação de ser instalada e de que, se os líderes não indicarem os nomes, o Presidente tem obrigação de fazê-lo. E essa decisão do Supremo por nove a um chegou aqui quando o Governo já estava preparado com as lideranças para não deixar criar também as outras CPI, obrigando-os a criar as três CPI.

Por fim, Sr. Presidente, não pode haver o “acordão” no sentido de não se investigar fundos de pensão e outras instituições para sabermos de onde vem o dinheiro. Essa história de deputado, senador, fulano, beltrano, partido, recebeu, foi lá e pegou a mala, isso já está

esclarecido. Mas de onde veio o dinheiro? De que instituição veio o dinheiro? Isso é o fundamental, chegar ao corruptor, naquele que foi o responsável, que iniciou todo esse processo, que enlameou o PT, o Governo, o Congresso Nacional. Não podemos nos dar ao luxo de atingir alguns parlamentares, como já aconteceu na CPI dos Anões do Orçamento. Fizemos o que tínhamos que fazer com relação ao Congresso Nacional, mas não chegamos, como deveríamos ter chegado, aos corruptores.

Era isso, Sr. Presidente. Creio que, quando se fala que devemos ter uma agenda positiva, a agenda positiva é exatamente fazermos as reformas necessárias, para que possamos, com tranquilidade, ir para o pleito do ano que vem. Porque, se ficar como hoje, sinceramente não tenho a mínima idéia de como será o pleito do ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sigilo fiscal do Presidente do BC

(Pronunciamento em 11 de agosto)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, primeiro, faço questão de salientar a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, que não aceitou a solicitação do Procurador-Geral da República de abrir o sigilo bancário do Ministro Meirelles, Presidente do Banco Central. O Procurador denunciou o Sr. Meirelles por crimes de sonegação, formação de quadrilha e, para comprovar suas denúncias, pediu fosse aberto seu sigilo bancário. O Supremo Tribunal Federal negou.

Eu até não me surpreendo com a negação do Supremo Tribunal Federal. Imaginávamos – e cobrei muito isso desta tribuna – que o Presidente Lula demitiria o Presidente do Banco Central, o Sr. Meirelles. Se estava sendo denunciado pelo Procurador-Geral da República, que solicitou a abertura do sigilo de suas contas bancárias no Supremo Tribunal Federal, como esse cidadão poderia estar à frente do Banco Central? Pelo menos deveria ser afastado, quando não enquanto durasse a apuração. Como o Presidente Lula o manteve, deu-lhe firmeza. O Presidente mudou seu ministério, demitiu pessoas de sua intimidade, como o Sr. Olívio Dutra, mas deixou lá, como Ministro e como Presidente do Banco Central, o Sr. Meirelles, denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal abrir as contas do Ministro Presidente do Banco Central seria uma crise do tamanho do mundo. O que aconteceria se, ao invés de uma manchete de que se manteve o sigilo, ela fosse: “Abertas ao público as contas do Sr. Ministro do Banco Central?” Como ele ficou na presidência do Banco Central, ficou usando

a instituição que tem mais força no País no sentido de garantir que seu sigilo não fosse quebrado.

O Supremo Tribunal levou tempo, porque o pedido de quebra de sigilo foi feito ainda pelo Procurador anterior. Dois meses foi o tempo que o Tribunal esperou para ver se caía o Presidente do Banco Central. Como não caiu, o Supremo Tribunal houve por bem não abrir as contas do Sr. Presidente.

No entanto, não tenho a menor dúvida de que são fatos como esse que fazem com que a crise com o Senhor Presidente da República cresça a cada dia.

Hoje é um dia muito grave. Está convidada para depor na CPMI a sócia do Sr. Duda Mendonça. O Sr. Duda Mendonça, espontaneamente, por conta própria, fez um apelo no sentido de que fosse ouvido – e foi ouvido. E, de uma forma emocionante, nervos à flor da pele, olhos lacrimejando, S. S^a falou. Contou a sua história, contou a sua biografia e contou a sua situação com relação aos momentos que nós estamos vivendo.

Disse S. S^a que fez a campanha eleitoral do Presidente Lula e várias outras campanhas do PT pelo Brasil e que as dívidas que o Partido tinha com ele foram negociadas pelo Sr. Valério, que exigiu, diz ele, que ele abrisse uma conta no exterior – conta essa que o Sr. Duda coloca à disposição da CPMI para que sejam verificadas todas as remessas e quem remeteu do País para o exterior. E diz ele que, por conta de todas as contas que ele recebeu, o Sr. Valério e o PT não admitiam recibo, não admitiam nota, tinha que ser absolutamente sem nota. Essa é uma afirmativa realmente muito séria.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu não assisti a esse pronunciamento e por isso estou fazendo esta indagação a V. Ex^a: ele falou daqui pra lá ou falou de qualquer canto pra lá? Eu não entendi e por isso estou perguntando a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu entendi de vários lugares do Brasil pra lá. Várias vezes, várias remessas foram feitas do Brasil pra conta do exterior.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Foi claro?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi claro, sim.

Eu não sei, sinceramente eu não sei o que falará o Governo e o que falará o PT. Sou daqueles que desde o início tenho dito que devemos levar as nossas investigações na CPMI com a maior responsabilidade. Sou daqueles que tenho dito – e ainda ontem vim a esta tribuna para dizer – que não vamos nos limitar ao que já fizemos. Já fizemos, mas essa parte que já fizemos é a mais fácil. Ainda que signifique cortar na própria carne, apontar deputado e senador que colocou a mão no dinheiro – coisa de que o povo gosta – é a coisa mais simples. Pobre do deputado que é tão ingênuo a ponto de não entender que ir lá num banco, num hotel, e pegar dinheiro numa mala termina aparecendo! Isso já está esclarecido. O que temos que descobrir é de onde vem o dinheiro, de onde vem o dinheiro público. A CPMI tem que autorizar a fiscalização nas contas dos fundos de pensão. Temos que saber de onde vem esse dinheiro.

Estávamos preparados para isso, exigindo que isso acontecesse. Tenho dito à imprensa que não somos daqueles que estão cobrando, colocando o Presidente Lula contra a parede. Pelo contrário, estamos torcendo para que essa situação chegue ao final e, se possível, que o Presidente vá até o final. Mas a verdade é que hoje os fatos apresentados foram muito sérios, porque hoje o Sr. Duda Mendonça... E é a primeira vez que alguém vai à CPMI e se vê que ele está dizendo a verdade, porque ele não deixa o próprio lado de fora, ele está se incriminando – foi o PT ou foi o Sr. Valério que exigiu que ele abrisse uma conta lá fora, mas ele abriu; ele sabe disso, ele é responsável, ele é responsável por dinheiro que foi depositado na conta dele. Ele não escondeu, ele foi franco, aberto, contou o que tinha com relação a ele e o que tinha com relação ao geral. E o que ele tinha com relação ao geral é realmente muito sério.

Em primeiro lugar, o Sr. Valério não é responsável apenas pelo mensalão dos parlamentares, mas por contas gerais e amplas ligadas ao próprio Governo. Em segundo lugar, essa de se exigir uma conta no exterior, de se remeter para essa conta do exterior o dinheiro e não se exigir, não aceitar nota nem dar recibo...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, a sua experiência tem servido como exemplo para todos nós, senadores, e certamente para governantes. Quero só deixar registrado o seguinte: logo no início do Governo Lula, bem no início, três ou quatro meses depois de ter assumido o cargo de Presidente, quando nós estávamos nos tratando no hospital Sarah Kubitschek...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na piscina de hidromassagem do hospital...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – ... na piscina de hidromassagem do Sarah, V. Ex^a nos colocava com muita seriedade, com muita tranquilidade: “Estou vislumbrando coisas ruins para o futuro. O Lula não iniciou bem, não iniciou comandando. O Lula está viajando, está deixando a coisa correr muito solta. Eu estou preocupado com o futuro do Lula”. V. Ex^a colocava com muita experiência aquelas palavras, e hoje de quero apenas lembrá-las. Se V. Ex^a tivesse sido ouvido, talvez hoje o Lula estivesse caminhando com mais firmeza e segurança.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado pela generosidade, Sr. Presidente.

Obrigado a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Talvez hoje as coisas fossem diferentes se o Presidente Lula tivesse ouvido companheiros como Frei Beto, que está ao lado dele, companheiros que permanentemente falaram e saíram porque não foram ouvidos. Companheiros de primeira ordem, de primeira grandeza, que foram a origem do PT e estavam do lado dele e aos poucos foram se afastando.

Eu não sei, mas eu digo com toda sinceridade: esse depoimento do Duda Mendonça... O Governo vai fazer uma reunião amanhã com todo o Ministério. Está marcada uma reunião do Presidente Lula com seu Ministério para amanhã durante todo o dia. Será que não é hora de fazer a reflexão? Será que não é a hora de falar de forma transparente? Será que não é hora de fazer a mudança? Será que não é hora de o

Presidente Lula assumir a responsabilidade pelo erro e caminhar daqui para frente, marcar um rumo para o seu destino? Eu acho que sim, Sr. Presidente. Quisera Deus, queira Deus que isso aconteça!

O depoimento do Sr. Duda Mendonça mudou tudo. Se o Sr. Roberto Jefferson começou denunciando, e as coisas que ele disse foram se confirmando, uma após outra, agora é a vez do todo-poderoso Sr. Duda Mendonça, indiscutivelmente o mais competente homem de campanha neste País. S. S^a, com muita seriedade e muita responsabilidade, nos contou mínimos detalhes. O Senhor Lula deve responder. A hora é agora. A hora é agora com a reunião dos Ministros. Que o Senhor Lula fale à Nação – e está previsto que ele vai falar à Nação, Sr. Presidente –, mas fale à Nação, pelo amor de Deus, falando a verdade.

Muito obrigado.

O depoimento de Duda Mendonça e a crise

(Pronunciamento em 12 de agosto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não há dúvida de que a imprensa nacional dá a importância merecida ao depoimento prestado aqui ontem pelo Sr. Duda Mendonça.

Ontem foi o dia D da crise que estamos vivendo no Congresso Nacional. Pela primeira vez, houve um depoimento comprometido com a verdade. O depoente não foi convocado, mas se ofereceu espontaneamente para depor. Não buscou nenhum mandado de segurança e nem *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal e expôs a situação sob o seu ponto de vista. Começou reconhecendo a sua parte na culpa.

S. S^a tem uma conta no exterior, que teria aberto por determinação do empresário Marcos Valério, e fez isso para que pudesse receber as dívidas que têm a perceber da campanha do Presidente Lula, de várias campanhas feitas para o PT e de campanhas institucionais que fez para o Governo. Ao ser orientado de que, para receber o seu dinheiro, deveria abrir uma conta no exterior, ele assim o fez. E, no exterior, recebeu as importâncias oriundas de vários bancos também do exterior. Desse dinheiro que recebeu, o Sr. Valério não queria nota nem recibo. Como diz o Sr. Duda, ele não é ingênuo e sabe que era dinheiro fora do normal, mas essa era a chance que ele tinha de receber o seu dinheiro.

O problema do Sr. Duda, que merece respeito pela franqueza e pelos detalhes, é outro. Grave foi a afirmativa que fez de que recebeu

os pagamentos, inclusive contas da campanha do Presidente, de maneira irregular, numa conta no exterior, ou seja, dinheiro vindo lá de fora. Queiramos ou não, atingiu o Presidente Lula.

Tenho-me esforçado no sentido de que não devemos levar essa crise institucional às suas últimas conseqüências, o que não significa que não devamos apurar o que tem de ser apurado. Não é que não vamos punir quem deve ser punido. Não é que se vai jogar para debaixo do tapete as coisas erradas que se encontram.

Se fosse possível fazer tudo isso sem tocar no mandato do Presidente, seria muito bom, porque será muito difícil para a Nação querer atingir o Presidente Lula, quando ele já está preparado para posar de vítima e quando o PT quer sair da condição de réu, para fazer uma campanha institucional no sentido de que um Congresso desmoralizado, cheio de corruptos e de mensalão, tentou atingir um Presidente trabalhador, popular, para que ele não atingisse seus objetivos. Sei o que é isso. Venho de longe.

Tenho dito várias vezes que essa é uma campanha cuja crise se iniciou dentro do Governo. Desde a primeira hora, discordei quando o Presidente Lula falava das elites que estavam tentando atingir o seu Governo. Não vi elite, não vi partido de oposição, não vi imprensa. Tudo aquilo que vi, em 1954, contra o Dr. Getúlio e, em 1964, contra o Dr. João Goulart, eu não estou vendo aqui. Havia um partido como a UDN, golpista, mal-encarada, mentirosa, escandalosa, inventando, caluniando. A imprensa, no centro do País, era golpista. Os militares, à época, eram golpistas. O Sr. Carlos Lacerda comandava esse batalhão, numa campanha de mentira e de ódio, em 1954, contra o Dr. Getúlio Vargas e, em 1964, contra o Dr. João Goulart. Isso não acontece agora. Em 1954, em 1964 e na época de Collor, não havia crise dentro do Governo. Quando do Governo Collor, a corrupção do PC Farias era feita com empresários, mas não havia partido político; o Presidente não tinha nem partido político, e a máquina do Governo não estava dentro.

Então, não se diga campanha de A, de B, da elite ou de quem quer que seja! A crise nasceu dentro do Governo, nasceu com o pronunciamento do Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson, numa entrevista à *Folha de S.Paulo* e num pronunciamento à Comissão de Ética, que estranhei, porque ele não levou nenhuma gravação, nenhu-

ma prova, nenhum documento, só falou. Achei que ele seria derrotado, esmagado, e que, no dia seguinte, viriam os argumentos contrários, desmontando tudo aquilo que tinha dito. E, para surpresa da Nação, o que ali foi dito ficou, ponto por ponto, provado que era verdade. Sobre tudo aquilo que ele disse, o Governo se encarregou de mostrar a verdade: a renúncia do Chefe da Casa Civil, a renúncia do Presidente do PT, do tesoureiro do PT, do Secretário-Geral do PT, da Direção de Furnas, do Diretor do Banco do Brasil, da Direção dos Correios; os fatos vieram se acumulando, os números e as contas vindas dos bancos, mostrando o dinheiro, as malas, as retiradas, os nomes dos Parlamentares, os nomes das pessoas envolvidas. Está faltando agora à CPMI – acredito que ela vai chegar lá – entrar nos corruptores, nos cartões de crédito, nos fundos de pensão, em algumas contas do Banco do Brasil e da Petrobras e nesse Banco Rural, que não consigo entender como ainda está aberto.

Desde Collor, as falcatruas de PC Farias eram feitas no Banco Rural; de lá para cá, surgiram as falcatruas do Sistema Financeiro, dos Precatórios, feitas também no Banco Rural. Esse banco continua agindo escandalosamente, e não se vê uma atitude por parte de ninguém.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Na verdade, é uma banca, não é um banco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É uma banca mesmo. Pois não, Senador Rodolpho Tourinho, ouço V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, ouço, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a, aliás, como sempre. Quando V. Ex^a toca nessa questão do Banco Rural, o que mais impressiona – trabalhei, durante 20 anos da minha vida, no setor bancário – é que, pelo que imagino, o Banco Central já deveria ter tomado alguma atitude desde o tempo do Collor, porque existe uma série de requisitos para os bancos operarem, acordos internacionais, como o da Basiléia, que não permitem, em hipótese nenhuma, que

operações sejam refeitas sem agregação de garantias. Conforme esse mesmo acordo, que está dentro do Manual de Normas e Instruções do Banco Central, não se podem dar R\$50 milhões ou R\$100 milhões em operações chamadas “carecas” no mercado, só com o aval. É impossível isso ser feito dentro das regras do Banco Central, a menos que haja algum tipo de conivência ou falta de acompanhamento daquela instituição. Ao não-acompanhamento já assistimos em vários casos; o lamentável é que isso continue. Isso não pode acontecer. Há alguma coisa esquisita.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não vai ser o Banco Central, tendo como atual Presidente uma pessoa que o Lula já devia ter demitido há muito tempo, devido à denúncia de corrupção feita pelo Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, que vai tomar providência com relação ao Banco Rural. Trata-se do Banco Rural, citado na CPI do Banestado. Espero que uma das atuais CPI a ressuscite e traga os documentos que não foram usados, pois o Relator, José Mentor, na época, deixou de fora o Banco Rural, e agora estão provadas as ligações íntimas que tem com o Banco.

Mas digo, Sr. Presidente, essas coisas, por um objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – V. Ex^a tem cinco minutos ainda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Por um objetivo, Sr. Presidente: o depoimento do Sr. Duda Mendonça dá uma dimensão nova à CPI. Até então, eram mentiras, depoimentos falsos, hipócritas; era uma falta de sinceridade, de responsabilidade. Eu ficava com pena da sociedade brasileira, que assistiu pela televisão às pessoas mentirem deslavadamente, sem nenhum compromisso com a verdade. Ontem, o depoimento foi de alguém que disse o que está acontecendo, a começar pela sua parte. Ele começa o depoimento, incriminando-se, dizendo sua parte de culpa. Alguém lhe disse: mas o senhor está se incriminando; vai acontecer isso, vai acontecer aquilo com o senhor. Ele deu uma lição de moral lá na Comissão. Eu sei, mas há momentos em que temos de dizer toda a verdade, aconteça o que acontecer, e é isso que estou fazendo aqui.

O depoimento do Sr. Duda atinge o Presidente Lula. Estou aqui falando, porque, neste momento, deve estar reunido com Lula todo o seu Ministério, Trata-se de uma reunião prevista desde o início da semana. O Presidente convoca todo o seu Ministério, fica reunido durante toda a sexta-feira e pretende, ao final do dia, falar à Nação.

Digo ao nosso Presidente: hoje é o dia final. Hoje é o dia em que Vossa Excelência tem de falar. Vossa Excelência foi falar – e não sou daqueles que o criticam – com os trabalhadores do Nordeste e do ABC e recebeu os empresários. Não quero discutir isso. Mas hoje está na hora de Vossa Excelência falar ao Brasil. Está na hora de Vossa Excelência, com seu Ministério – ou, como quer o Presidente Tarso Genro, reunido com o Conselho da República –, falar ao Brasil. Se cometeu erros, deve reconhecê-los publicamente, dizer o que pretende fazer daqui para o futuro. Se for o caso, convoque as forças vivas, a Oposição, a sociedade brasileira, a OAB, a CNBB, empresários, trabalhadores, partidos políticos, para, neste momento que estamos vivendo, encontrarmos uma saída.

Achei excepcional a decisão do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. S. Ex^a convocou o Presidente da Câmara e os Líderes de Bancadas, a fim de que tentemos aprovar – penso que o faremos até setembro – uma miniproposta de reforma política, para atravessarmos as eleições do ano que vem. Nota 10 para o Presidente Renan. Como vamos para as eleições do ano que vem? Como vamos enfrentar uma campanha? Como vou candidatar-me ao Senado? De onde virá o dinheiro? Como vou fazer se não forem tomadas medidas realmente salutares e salvadoras, modificando isso que está aí e dando credibilidade à sociedade brasileira?

Eu confio em que chegaremos a um denominador comum, a uma média de pensamento, ou seja, em que votaremos e aprovaremos essa proposta – embora pareça mentira – até setembro.

Gastar menos na televisão? O próprio Duda Mendonça reconhece que como espaço político o ideal é o debate na televisão, que sai de graça – diz ele – e é o de que o povo gosta, é o que o povo entende.

Nós, Presidente Lula, fizemos a nossa parte. Acompanhando a CPI, tudo que está lá, estamos preparando o terreno para a eleição do ano que vem. Agora, Vossa Excelência Presidente Lula, tem de dar

uma resposta, tem de falar claro, tem de convocar a Nação. E é hoje, porque, na segunda-feira, com o depoimento do Sr. Duda Mendonça, a CPI tomará outro rumo, começando a buscar outras investigações. E já há pessoas falando em outro destino. É hoje, Presidente, porque Vossa Excelência fala com a iniciativa, por vontade própria. Falará ao seu Ministério, à Nação o que quer, o que pensa, a sua proposta, a sua idéia, a sua conclamação, com a autoridade de Presidente, por conta própria. Na segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – A Presidência concede mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro. Obrigado, Presidente.

Na segunda-feira, Vossa Excelência já não fará da mesma maneira. A CPI tomará novo rumo, e Vossa Excelência já falará por obrigação, respondendo à CPI, pautado por ela. Não terá a autonomia que tem hoje, não terá a liberdade que tem hoje, não terá o direito que tem hoje, não terá o respeito que tem hoje, não poderá indicar caminho, como poderá indicar hoje.

A partir de segunda-feira, o Presidente Lula terá de seguir os caminhos traçados pela CPI. E eu, como sou daqueles que rezo a Deus para que as coisas dêem certo, acho que o pior que pode acontecer é tentar se chegar ao mandato do Presidente, cassar o Presidente Lula. É o caos, é uma tragédia! Transformamos o Presidente Lula em vítima e o PT em herói. Vão sair por aí...

E fazer uma campanha institucional dizendo que um Congresso corrupto que nunca aceitou a vitória deles tramou isso. E vai ser uma briga e uma luta de conseqüências imprevisíveis.

Por isso, Presidente Lula, alguém como eu, que deseja ver V. Ex^a chegar ao final do seu mandato, lhe faz um apelo dramático, hoje que me parece o dia final. Aja, Presidente! Tenha coragem! Tenha a hombridade! Tenha o patriotismo de cumprir o seu dever, de falar à Nação e de fazer uma proposta à Nação, que eu tenho certeza de que haveremos de entender.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Reflexões sobre a vida de Miguel Arraes

(Pronunciamento em 17 de agosto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não podia deixar de vir a esta tribuna e trazer aqui o carinho da minha saudade à extraordinária figura de Miguel Arraes.

A morte de Miguel Arraes encerrou um ciclo neste País. Líderes como ele, como Teotônio Vilela, como Tancredo Neves, como Ulysses Guimarães, como Mário Covas, como Franco Montoro, como Leonel Brizola morreram e não deixaram sucessores. Esses homens viveram uma época extraordinária da luta e da resistência.

Arraes, o maior representante nordestino, o mais autêntico representante do Nordeste, que, desde o início, jovem Secretário de Estado, prefeito da capital, três vezes governador, sempre fez questão de ser um representante do Nordeste, um representante das classes sofredoras, dos humildes e dos trabalhadores; um homem que, quando governador, teve a capacidade, embora sendo um homem de Esquerda, com grande resistência às classes dominantes, de dialogar com os produtores de cana. E conseguiu, à época, um inédito entendimento, oportunidade em que os trabalhadores dos canaviais passaram a ter as suas primeiras garantias, pois eles deixavam de ser trabalhadores praticamente de um sistema feudal e passaram a ser trabalhadores com respeito próprio.

Foi impressionante ver, no domingo, a tristeza, a mágoa de um povo, de gente simples, vinda do interior de Pernambuco, gente que,

durante 24 horas, na fila, estiveram levando o seu carinho e o seu abraço ao grande pai Arraes.

Faço questão de dizer que é difícil encontrar na política brasileira alguém com a coerência e com a fidelidade aos seus princípios como Miguel Arraes.

Tive a felicidade de conviver com essa geração de políticos na direção do PMDB, do velho MDB, em que, na Executiva Nacional, Miguel Arraes era o símbolo. Nada se fazia sem ouvir o Arraes. E o Arraes, meio rabugento às vezes, era sempre fiel ao seu pensamento e aos seus princípios.

Dr. Ulysses, Presidente notável do nosso partido, às vezes se queixava: “Pedro, tu que és tão amigo do Arraes, vê se ele se acalma um pouco. Eu sou Presidente do MDB, mas tem uma ditadura militar ali fora. Eu não posso fazer as coisas como ele acha que eu tenho o poder de fazê-las”. Realmente, o Dr. Miguel Arraes era inflexível, cobrando posições e alinhamento.

Quando ele retornou do exílio – foi um dos episódios que eu guardo na retina da minha memória como um dos mais lindos a que eu assisti – lá no aeroporto do Rio de Janeiro, o Arraes chegando do exílio, e um mar de jovens à sua espera em frente do aeroporto. Quando chega a hora de o Arraes falar, não tinha alto-falante, não tinha microfone. Mas o Arraes falou. Falou ao vivo. E aquela multidão de jovens, à medida que ele ia falando as frases, uns se viravam para os outros e as repetiam para os que estavam atrás, que as iam repetindo para os que estavam mais atrás ainda. Formou-se um espetáculo, um círculo de vida: jovens, chorando, repetindo as frases ditas pelo Arraes; jovens, recebendo aquele seu líder, que, durante tanto tempo, lá na Argélia, tinha curtido seu exílio; aquele líder que resistiu à ditadura. Tiveram de tirá-lo do Palácio, preso, e levá-lo para Fernando de Noronha, onde longo tempo ficou recluso, até que, por um *habeas corpus*, viajou para o exterior.

Quando chegou, o Brasil inteiro esperava por Arraes. Qual era sua definição política? Para onde iria? O Dr. Brizola, que já havia seguido seu rumo, criando um partido próprio, fazia questão de que Arraes fosse para o seu partido. Ofereceu-lhe, inclusive, a presidência nacional, deu-lhe a perspectiva de ser candidato à Presidência da Re-

pública por essa nova legenda. Arraes, sisudo, duro, inflexível, ranzinza com o Dr. Ulysses e com o Dr. Tancredo, disse-lhes que ficaria no MDB. O MDB foi o partido que resistiu, lutou contra a ditadura, fez a sua parte. Creio que, agora, não é a hora da divisão; não é a hora de escolher o candidato, Ulysses; não é a hora de sairmos da Oposição. É a hora de estarmos juntos, de mãos dadas e de levarmos adiante a caminhada pela derrocada da ditadura.

Ele ficou no MDB como a figura do carvalho, que não se dobra. Houve aquele célebre debate em que o Dr. Tancredo disse: “O MDB de Arraes não é o meu MDB”. E ele respondia com grandeza: “Não sei qual é o MDB do meu amigo Tancredo; posso dizer qual é o meu MDB”. E começava a citar os problemas e as reformas sociais pelas quais lutava.

Nunca vi uma figura como o Dr. Arraes, que não se dava ao luxo de nada, a não ser da luta permanente e constante pela derrubada da ditadura. Não me lembro de ninguém como o Dr. Arraes, que tinha seus amigos espalhados – está ali o Governador Tasso Jereissati, por quem ele tinha um carinho especial, um respeito muito grande, embora suas idéias fossem diferentes. Era assim o Dr. Arraes.

Dona Magdalena era uma figura fantástica. Sua maneira de criar os dez filhos... E a orientação que ele tinha para a linha dos seus pronunciamentos... Dizia-me seu filho que ele não era muito dado à religião, mas que contava para os filhos que sua mãe lhe ensinara uma lição: “Olha, Miguel, quer acreditar, não quer acreditar em Deus, mas lhe dou um conselho: quando tiver um problema muito difícil, reze três ave-marias”. E o velho Arraes dizia que, nas horas mais difíceis, rezou as três ave-marias, que lhe fizeram muito bem.

Sinto uma dor muito grande ao falar aqui, porque Deus me deu a honra de conviver com esta gente todos os dias, de manhã, à tarde, à noite: Ulysses, Tancredo, Teotônio, Miguel Arraes, Montoro, Mário Covas. V. Ex^{as} já imaginaram: anos e anos, reunidos até madrugada, conversando, debatendo? Aquela gente com um ideal, com uma força de civismo, analisando, tendo como outro lado uma ditadura militar, brutal, violenta, que não perdoava absolutamente nada? E nos reuníamos, quando alguns defendiam a tese de que não poderia ser diferente. Tínhamos de partir para a luta armada. Era ridículo imaginar que o

MDB, um grupo de incautos e irresponsáveis, fosse resolver o problema de uma ditadura que tinha apoio externo, como o norte-americano, que também acontecia no Cone Sul, com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai. E imaginávamos que fôssemos derrubar esse regime: “Vamos para a guerrilha, para a luta!” Estava lá o nosso amigo José Dirceu, na luta, na guerrilha; o ex-presidente do PT, no Araguaia. Estavam lá as prisões dos embaixadores, trocados por presos políticos. Estava lá o Dr. Brizola, recomendando o voto em branco. Em 1970, a Arena tirou o primeiro lugar; o voto em branco, o segundo lugar; e o MDB, o terceiro lugar. Nesta Casa ficamos com sete senadores.

E vem o movimento para extinguir o MDB. “O MDB é um grupo de irresponsáveis. Vocês estão coonestando o regime. O que vocês têm de fazer é extinguir o MDB”.

E nós, reunindo-nos, resistindo, levando adiante. De um lado, Teotônio, com quatro cânceres, percorrendo o País, defendendo o fim da tortura, visitando as cadeias do Brasil inteiro. Ele dizia para os jovens: “Meu médico disse: vá para Paris; há meios de viver, de dar tranqüilidade à vida, de gozar o final de sua vida, desde que não a leve de forma maluca, andando de aeroporto a aeroporto, correndo para lá e para cá”. E acrescentava: “Tenho que morrer na minha caminhada, pela luta do meu povo”.

Esta geração, estes homens fizeram história: Tancredo, Teotônio, Ulysses, Covas, Montoro, Arraes. E como a vida é ingrata! E como a vida é injusta! Temos de nos dobrar aos desígnios de Deus, que assim o quis.

Eu dizia do Dr. Ulysses, em sessão especial em sua homenagem, que ele era como Moisés, que dirigiu o povo judaico, por 40 longos anos, pelo deserto, até que enxergou, do outro lado, a terra prometida, momento em que Deus lhe disse: “Você não vai. Você fica, vai ser enterrado aqui”. Com o Dr. Ulysses foi assim. Não foi nem enterrado; no mar está seu corpo.

Tancredo se elegeu Presidente da República e não assumiu. Montoro, nos seus gestos de grandeza podia ter sido candidato várias vezes, mas não o foi. Quanto a Arraes, vários partidos – a Esquerda, inclusive – muitas vezes se reuniram para que ele fosse o candidato. Ele gostaria de ter sido, mas não foi. Ficou até a implantação total da

democracia, enquanto o MDB era MDB, enquanto com o Dr. Ulysses o nosso partido era o partido; ficou ali, firme, defendendo as suas causas, a sua bandeira.

Olhem, meus amigos, vou dizer-lhes: Arraes, Brizola, Ulysses, Tancredo, Teotônio, Montoro, Covas, essa é uma geração fantástica. Por isso, derrotaram os militares, cinco generais ditadores, mesmo com toda a força, com todo o poderio, com a imprensa nacional, com absolutamente tudo a seu favor. Sem derramar uma gota de sangue, sem um tiro, essa gente conduziu o povo brasileiro. Assim como Gandhi fez a independência da Índia pelo amor, nós conduzimos o povo brasileiro pela liberdade, pelo respeito e pelo amor.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa geração termina com a morte de Arraes. Foi caindo um, outro e mais outro. Agora, com a morte de Arraes, somos órfãos dessa geração. É claro que virão outros – a vida está aí – mas esses homens deixaram grande exemplo. Nenhum foi Presidente da República. Presidente da República foi o Dr. Sarney. Tancredo morreu. Foi Presidente da República Collor. Numa eleição fantástica, em que concorriam Ulysses, Covas, Brizola, Lula, Aureliano Chaves, ganhou Collor. Fernando Henrique, um grande intelectual, foi um fraco Presidente. Lula, uma pessoa fantástica, de quem esperávamos tudo, pelas suas origens, pela sua biografia e história, hoje, está aí, e ficamos até com medo de dizer. Parece que estou sonhando um pesadelo e que vou acordar ali adiante, ver que está tudo errado, e alguém vai dizer algo diferente.

E essas pessoas não chegaram lá.

É a vida, meu bom amigo Miguel Arraes, ranzinza, duro. Arrancar um sorriso dele não era fácil. Aquele povo o amava, e vi isso no domingo. Que coisa fantástica! Era mais do que Antonio Conselheiro! Uma emoção vinha de dentro da alma daquela gente, e ele ali, sisudo, no caixão.

Meu bom amigo Miguel Arraes, você fez a sua parte. Você é uma dessas figuras que têm o seu lugar neste e no outro mundo. Você foi um homem de bem. Você foi um homem correto. Você foi um homem digno. Foi você um homem que respeitou a tudo e a todos. E você tinha

um ideal. Sim, você gostava dos pobres, dos humildes. Você achava que a sua grande bandeira era exatamente lutar para que essas classes conquistassem alguns degraus.

Ele não defendia a luta armada, nem a reforma, nem a formação de uma sociedade igualitária, mas defendia que os mais pobres, os mais humildes, pudessem subir alguns degraus na vida. E lutou por isso, a vida inteira.

Ganhou. Três vezes foi governador, foi prefeito.

Perdeu. Foi cassado, foi humilhado, mas seu nome está na hora dos heróis. Não tenho nenhuma dúvida disso. Se Deus me der a chance, escreverei exatamente este livro: o da biografia desses nomes, de nomes que não chegaram à Presidência e que viram pessoas bem mais sem conteúdo chegarem lá. No entanto, se não chegaram ali, chegaram muito mais adiante, nas páginas de edificação, de sacrifício ao seu povo e à sua gente; na consciência do dever cumprido, fazendo dia após dia o que era necessário, mesmo que, com o tempo, fossem deixando as páginas, os primeiros lugares, e sendo relegados a uma posição mais humilde. Humilde não era, porque onde ele estivesse ali era o centro das atenções e o centro da grandeza.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon, aproveito o discurso que faz aqui hoje, V. Ex^a que é testemunha dessa grande caminhada que o Brasil trilhou na volta à democracia, para prestar também a minha homenagem ao Governador Miguel Arraes. No início do regime militar, eu era ainda estudante, do segundo grau, e pude depois acompanhar todo o sofrimento dele quando estava no exílio e ver a sua volta ao Brasil. Eu já participava do MDB e via como era importante o trabalho de Miguel Arraes, homem extremamente coerente, muito coerente com as suas idéias. Depois, vim a encontrá-lo como Governador de Pernambuco – eu Governador de Minas, ele Governador de Pernambuco. Chamava-me muito a atenção a forma paternal até com que me tratava, sempre referindo-se, com muita simpatia, ao meu pai, ao meu tio, que foi colega dele no antigo IAA, e lembrando o que foi a luta pela democracia no Brasil. Neste momento, portanto, presto a minha homenagem sincera a esse que foi

sem dúvida um grande político brasileiro, homem público de caráter, que soube lutar pelas suas idéias. A minha convivência com ele como governador foi sem dúvida um ponto muito forte da minha vida pública até aqui. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo-lhe um aparte, meu amigo Tasso, que me acompanhou nos momentos mais importantes.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, tive o privilégio de conviver – quando eu era recém-entrado na política brasileira, eleito Governador do Ceará – com essa geração maravilhosa de homens públicos brasileiros. E aí incluo não somente o nosso querido e saudoso amigo Miguel Arraes, mas também V. Ex^a. Inclusive, tiveram a generosidade de acolher um jovem e inexperiente político, um governador que chegava. Acolheram-me com carinho, com amizade, à luz da sabedoria de todos vocês. Especificamente Miguel Arraes, àquela época, foi uma pessoa muito importante. Raras vezes, ouvi uma descrição tão bem-feita e feliz sobre o caráter e a personalidade do Governador Miguel Arraes como a que agora foi feita por V. Ex^a. Aquele era um homem forte, rude às vezes, fechado, sisudo, mas que tinha uma enorme capacidade de doar-se, principalmente à população mais carente do Nordeste brasileiro. A sua identificação com aquela população sertaneja do Nordeste brasileiro era algo fantástico, que nunca o largou, até o fim da vida. A tendência do crescimento da vida pública nacional, como V. Ex^a bem o sabe, ao chegar aqui em Brasília, é desvincular-se um pouco das raízes e encantar-se com esse novo cenário da política nacional. Arraes não. Ele sempre permaneceu aquele velho e rude nordestino, ligado às suas raízes, até na sua maneira de ser. Peço licença a V. Ex^a, que novamente incluo como um dessa geração, que, naturalmente, por modéstia, não citou. V. Ex^a é um dos homens dessa geração que levaram o Brasil à democracia, cujos passos eu, já de outra geração, vim tentando seguir. Peço permissão para, no seu

brilhante e perfeito discurso, inserir também a nossa homenagem à história de Miguel Arraes e a nossa saudade. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Ouçõ o Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Pedro Simon, sou pernambucano, e minha família era da antiga UDN. Meu pai era político da UDN – foi deputado estadual quatro vezes e federal também, presidente da UDN e adversário do Governador Miguel Arraes. E, apesar de adversário, convivia de forma absolutamente segura com Arraes, com o Arraes de 1958, de 1959, de 1960, de 1961, 1962, 1963 até 1964. Comecei minha vida pública muito tempo depois. Eu tinha tido uma relação profissional e pessoal muito ampla e muito próxima do ex-Governador Carlos Lacerda, com quem trabalhei na área privada, mas eu tinha uma admiração, que eu não decifrava, pela figura do Dr. Miguel Arraes, que, na época, estava no exílio. Tempos depois o conheci na minha primeira campanha de deputado estadual, quando fazia comício em uma pequena vila do agreste pernambucano. Dirigindo um carro, nem sequer motorista tinha, ele fazia uma campanha paupérrima. Nessa campanha, ele foi o deputado federal mais votado do Brasil, obteve mais de 330 mil votos, o que, do ponto de vista proporcional, quando comparado a qualquer outra situação eleitoral do País, era um exagero total. Depois, sem quê nem para quê, mas por conta dele, fiquei perto dele. Deputado estadual, fui logo depois de Líder do PMDB – ele era deputado federal por três anos. Estabeleci uma relação de amizade com ele. Nos seus dois governos, fui Secretário três vezes; depois, Líder do PSB aqui. Eu convivi com ele de forma muito próxima, mas não teria, como V. Ex^a, a capacidade de sintetizar a dimensão de seu papel da História do Brasil. Não fosse quem é Pedro Simon – ou Pedro, como dizia Miguel Arraes – seria impossível em poucas palavras alguém fazer um ajuste tão correto da personalidade dele no que é central. Eu o vi muito pelo ponto de vista gerencial, administrativo. Do ponto de vista humano, não era tão fácil, ele era muito mais velho do que eu e, apesar de gostar dele – e imagino que ele também gostava de mim –, havia sempre uma barreira. V. Ex^a

eliminou todas as barreiras com grande tranqüilidade, com clareza rara em qualquer discurso que tenha ouvido até hoje. Penso que o Tasso, o Governador Tasso, o Senador Tasso foi correto quando disse que não se pode falar do Brasil desse tempo e de agora sem falar de sua presença na vida brasileira e do papel que V. Ex^a desempenhou e desempenha nessa vida brasileira. É de extrema importância um discurso desses, nessa maré de pobreza e de precariedade que domina a vida pública brasileira, nesse exibicionismo elementar que está aí exposto, nessa enorme decepção em torno de um Presidente que alimentava esperança muito fundadas, muito consistentes. Chega Pedro Simon com a sua simplicidade, sem nenhuma ambição intelectual, e diz as coisas como elas são em relação à pessoa que conheci. V. Ex^a viu tudo sobre Arraes, viu – o inteiramente: na simplicidade do seu catolicismo; no seu conteúdo popular; na sua ligação com o País, que era muito forte; e na sua estranha coerência. A coerência dele pouca gente entendia, aparentemente não existia: juntava-se com a Direita, juntava-se com a Esquerda, começava para lá e para cá, dizia uma coisa e depois ficava calado; normalmente, ficava calado, administrava o seu silêncio com enorme competência. Tendo convivido com ele, sendo pernambucano, tendo trabalhado com ele, nada tenho a dizer além do que V. Ex^a disse. Seguramente, V. Ex^a fez hoje um discurso que honra e honrará este Senado por muitos anos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela generosidade de V. Ex^a.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Querido Senador Pedro Simon, gostaria sobretudo de agradecer a V. Ex^a. Tenho certeza de que D. Magdalena, os onze filhos de Miguel Arraes, o povo de Pernambuco, que recebeu a sua visita no domingo último vindo lá do Rio Grande do Sul, e todos os brasileiros gostariam de lhe agradecer por esse testemunho tão belo que fez sobre o governador, o deputado federal e o presidente do PSB, Dr. Miguel Arraes. Aprendi a admirá-lo quando, ainda jovem, no início dos anos 60, ele foi a São Paulo. Um grupo de juristas, preocupados com o que ele pudesse falar no programa Pinga Fogo, de Aurélio Campos, na TV Tupi Difusora, no Sumaré, o cercou como

que para hostilizá-lo, e eu, com um grupo de estudantes, fui para lá para exatamente procurar assegurar a todos o direito de ouvir a palavra dele, inclusive naquele programa que era um dos mais ouvidos da época, V. Ex^a há de recordar. Outras vezes estive com ele, nessas batalhas descritas por V. Ex^a, pela democracia, pela liberdade, pela justiça. Portanto, Senador Pedro Simon, muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, não tive oportunidade de conhecer na parte política o Governador Miguel Arraes, mas conheci e conheço dois de seus netos, Antônio Campos e o ex-Ministro Eduardo Campos. Senador Pedro Simon, tomei posse nesta Casa, como suplente do Senador Hélio Costa, no dia 11, e fiquei muito emocionado nesse primeiro dia, porque aprovamos algumas universidades, havia um clima maravilhoso aqui no Senado. Depois, caímos numa desgraça total. Vim atrás de discursos como o que V. Ex^a acabou de pronunciar, mas nunca mais os ouvi. Hoje até brinquei, dizendo-lhe que V. Ex^a estava precisando subir e fazer um discurso – nem sabia que V. Ex^a iria fazer esse discurso hoje. Estava realmente desanimado, porque, nesse mês que estou aqui, já fui delegado, inspetor e acusador nas CPI. Não era isso que esperava quando vim para cá. Vim para o Senado esperando participar de momentos como este. Mais uma vez, V. Ex^a não só contou a história de grandes homens, mas mostrou para onde é que temos de ir. Muitas vezes, em alguns discursos, não falo, porque estou chegando agora – é preciso, ao chegar, ter respeito, observar, entender como as coisas funcionam. Nesse um mês, fiquei como V. Ex^a falou: como se estivesse para acordar de um sonho que não acaba. Senti-me como V. Ex^a e me sinto bem por me ter sentido como V. Ex^a, por me ter sentido como alguém com a experiência que tem V. Ex^a. Muito me animou esse discurso, no qual V. Ex^a citou pessoas do passado que fizeram a história e que sempre pensaram no futuro do País de alguma maneira, não viveram este momento de acusação, de investigação, no qual bandido é primeira página e tem palavra mais forte do que as pessoas que pertencem ao Parlamento. Fui muito feliz em ficar até mais tarde para ouvi-lo, foi uma injeção de ânimo. V. Ex^a, realmente, mostrou-me

o que esta Casa tem a oferecer. Muito obrigado, Senador, por me ter dado essa oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e digo o seguinte. V. Ex^a tem razão, chegou numa má hora, mas, em compensação, terá uma grande vantagem: só poderá caminhar para frente, pior do que está não vai ficar. Fique tranqüilo que melhores dias virão para o Congresso, para a vida brasileira. V. Ex^a poderá até dizer: “Cheguei lá e estava muito ruim, mas, com a minha chegada, as coisas melhoraram”.

Ouçó o Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, já estava me preparando para me recolher ao meu gabinete e continuar com minhas atividades, como costumo fazer todos os dias quando estou em Brasília, atendendo as correspondências, os projetos, os pareceres, etc. Saltei do elevador e soube que V. Ex^a estava fazendo um necrológio de Miguel Arraes. Por duas razões, então, fiquei preso a esta sessão, para dar este aparte – talvez o último que V. Ex^a vai receber.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – O penúltimo.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Deus queira que ainda tenha uns vinte. A primeira razão: o homenageado, Miguel Arraes; e a segunda, V. Ex^a mesmo. Quantas vezes eu não tenho aqui ficado silencioso e atencioso, sobretudo ouvindo os discursos que profere, porque V. Ex^a é uma parte viva da história recente da política nacional deste País, não somente como testemunha, mas, sobretudo, como participante dos episódios mais graves, mais importantes da história recente do Brasil e sempre dando aquele exemplo de dignidade, de coerência e de firmeza nos seus pontos de vista. O PMDB – nosso Partido – sempre foi, Senador Pedro Simon, um celeiro de homens de bem, de políticos coerentes, de políticos que têm ideal na política, mas muitos passaram pelo PMDB como meteoro. Estes que passaram não deixam saudades, porque eles não têm nada em comum com a nossa história. De minha parte, digo que quem quiser sair do PMDB saia, eu não saio. Estou aqui não desde a redemocratização, porque considero a redemocratização a partir da primeira eleição, ainda que indireta, a

que elegeu Tancredo Neves, mas logo depois do golpe militar de 64, quando o MDB foi fundado. Fui cassado em 69, voltei para o PMDB, e vou ficar neste Partido, se Deus quiser, até o fim da minha vida. Não vejo razão para mudar de partido. Não sei por que esse troca-troca. Não me sentiria bem se o fizesse, quer pelas convicções que sustento, e encontro no PMDB a razão de ser da minha vida pública, quer porque não vejo partido melhor que o nosso. Desculpem-me os que não são do PMDB. Um dos homens que eu mais admirava na minha vida era o Deputado Miguel Arraes. Fomos amigos antes mesmo de ele ser Governador do Estado de Pernambuco. E ele era bastante mais velho do que eu. Essa amizade se consolidou, sobretudo a partir do seu exílio. Sempre nos correspondíamos, sempre mantínhamos uma relação, e essa relação foi constante. Durante o período em que estive no Governo do Estado da Paraíba, ele habitualmente, quase todos os meses, visitava-me. Chegava por volta das sete horas da noite, tomava duas doses de uísque e falava muito pouco. V. Ex^a, que o conhece de perto, sabe que ele falava mais pela expressão facial do que pelas palavras e tinha inclusive uma dicção...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Dr. Ulysses que dizia: temos de interpretar os silêncios do Dr. Arraes.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Isso mesmo. Ele tinha uma dicção difícil também. Uma vez, ele falou em um comício no sertão de Pernambuco. Ele estava muito rouco, por sinal, e essa dificuldade que ele tinha agravou-se. Eu, que estava em cima do palanque, não consegui entender uma palavra do que ele falava, mas o povo batia palmas freneticamente. E aí perguntei a uma pessoa: “Que fenômeno é esse?” Um amigo dele, correligionário, respondeu-me: “Maranhão, ele fala pela alma, e a alma dele são os olhos, é esse balbuciar”. Tudo isso mostra que Miguel Arraes tinha uma sintonia perfeita com o seu povo; as pessoas confiavam nele e confiavam verdadeiramente. Ele não precisava dizer frases bonitas, ele não precisava ser um orador eloquente, não era necessário falar nem baixo nem alto. Era bastante ele balbuciar uma palavra, e as pessoas estavam ali a aplaudi-lo e, sobretudo, para concordar, porque o forte no homem público Arraes – aventurei-me a dizer – era o exemplo de coerência. Todo mundo sabia permanentemente de

que lado Miguel Arraes estava, o que ele estava defendendo, porque ele nunca mudou. Era um homem de compleição muito rija e também um sertanejo daqueles de cara fechada, de cara dura, mas como amigo não existia pessoa mais terna do que Miguel Arraes. Tive o privilégio de ser amigo dele também e várias vezes soube que ele me tinha estima, que a minha amizade com ele era correspondida, por intermédio de terceiros, por seus filhos, por seus netos, por seus correligionários, por seus amigos, porque ele sempre se referia aos amigos como uma pessoa que gosta do amigo. Creio que boa parte do magnetismo que exercia sobre as multidões que o admiravam, que o respeitavam, que o seguiam sempre, estava ligado a essa capacidade de gerar confiança, de gerar ternura nas amizades. Não era preciso ouvir uma palavra de Miguel Arraes para saber se gostava ou não, seu olhar já dizia tudo. Estou de acordo com essa expressão do Dr. Ulysses. Miguel Arraes precisava ser compreendido. E, realmente, foi muito compreendido. Sempre foi um político vitorioso, inclusive quando o regime de 64, a Ditadura Militar, cassou seus direitos políticos, prendeu-o e o exilou durante muito tempo. A partir daí, se já era grande, ficou muito maior na admiração e no respeito de todo o povo brasileiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pelo carinho e pela manifestação de V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, ninguém com maior autoridade do que V. Ex^a para falar sobre a história recente da política no Brasil e sobre suas maiores lideranças. Entre elas desponta realmente o ex-Governador Miguel Arraes. Ninguém da nossa geração, Senador Pedro Simon, deixou de receber a influência de Miguel Arraes. Como Deputado Estadual, tive a oportunidade de me deslocar do meu Estado para o Estado de Pernambuco quando o exilado, Dr. Miguel Arraes, voltou do exílio e foi recebido pelos pernambucanos numa magnífica recepção. Isso nunca deixou de me impressionar, nunca esqueci o que vi nas ruas de Recife, quando se dizia: Arraes vem aí! Arraes chegou! Depois, fui Governador, assim como ele. Tive esse privilégio de conviver com ele, eu diante do mito da minha juventude, do início da minha vida política. Pude conviver

com Miguel Arraes, ele Governador e eu também. Então, quero dizer da minha admiração pelas qualidades que o Senador José Maranhão já destacou, sua coerência, sua absoluta fidelidade aos seus ideais e tudo isso que V. Ex^a está dizendo. Aproveito para prestar esta homenagem, não em meu nome, mas em nome da minha geração, a esse grande brasileiro que foi Miguel Arraes. Eu queria dizer isso a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O nosso amigo Heráclito Fortes conviveu – guri ainda, menino, embora já gordo como agora – muito com esse grupo todo e teve a oportunidade – lembro-me do carinho principalmente que o Dr. Ulysses tinha por V. Ex^a –, como eu, a grande chance de conviver com esse extraordinário formador de opinião pública, além dos Líderes a que me refiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Pedro Simon, comecei a ouvir o pronunciamento de V. Ex^a no meu gabinete. V. Ex^a se propôs a prestar homenagem ao ex-Governador Miguel Arraes e rendeu preito ao Brasil, nesse discurso lúcido, relatando e retratando episódios vividos pelo País nos últimos anos. Deu-me uma nostalgia muito grande ouvi-lo citar figuras fantásticas, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, uma infinidade de brasileiros importantes que marcaram época neste País. O último deles partiu agora: Miguel Arraes. Como era notável termos oportunidade de sentar a uma mesa e discutir política e Brasil com esses homens! Como saímos dali enriquecidos! E eu, como bem disse V. Ex^a, o mais novo de todos, era quem mais saía ganhando. Para mim, esses momentos eram fantásticos. A política brasileira, aos poucos, vai-se empobrecendo. A partir do momento em que perdeu Teotônio Vilela, Tancredo Neves, de um por um, o País, politicamente, ficou mais pobre. Tenho certeza de que, se ele estivesse vivo, não estaríamos hoje vivendo no Brasil a crise e as incertezas que estamos vivendo, porque eram homens que sabiam ser Governo quando estavam no Governo, mas sabiam ser Oposição com responsabilidade e, acima de tudo, com grandeza. Parabênizo V. Ex^a, que teve, mais do que eu, o privilégio de conviver e não só de aprender, mas também de ensinar esses que partiram e que deixaram uma fantástica lição a nós, brasileiros. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.
Ouço o companheiro Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, Deus escreve certo por linhas tortas. Acabei de chegar de uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, para encontrar V. Ex^a na tribuna. Arraes era um representante dessa grande geração que inspirou a todos nós, particularmente quando eu governava o Piauí e ele, Pernambuco. Em meu primeiro livro no Senado, V. Ex^a fez o prefácio; em meu livro escrito à época em que eu era Governador, o prefácio foi de Miguel Arraes. Naquela época, ocorreu um fato que vou confessar aqui, diante de Cristo e do Plenário: o único furto que fiz na vida pública. Eu ia inaugurar o Palácio da Cultura, era domingo, eu e minha Adalgisa estávamos ornamentando a festa. Eu estava na biblioteca pública do município – eu estava criando um palácio com museu, cultura, conselho municipal – e vi um livro grosso: *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, de Serge Tchakotine, traduzido por Miguel Arraes. Senador Pedro Simon, gosto de ler, como V. Ex^a, e enquanto Adalgisa arrumava o Palácio para inauguração no dia seguinte, comecei a ler. Gostei tanto, olhei para a biblioteca toda pronta, cheia de livros, e pensei: “Isso não é para estudante. Vou levar para casa”. Atentai bem! Aprendi com aquele livro, que me fez Governador. Mas tenho o hábito de estudante de medicina de riscar o livro, fazer anotações. Sempre que viajava, procurava o livro em livrarias, querendo repor aquele furto, dar um novo para a biblioteca, pois o meu estava todo riscado, anotado. Terminou o meu mandato na Prefeitura, e não consegui o livro. Quando Governador, em Recife, no Palácio, disse a Miguel Arraes: “V. Ex^a me fez cometer um furto”. E contei-lhe o ocorrido. Estava presente o Malan: “Ah, você tem aquele livro?” Digo: “Tenho”. contei que aquele livro tinha me ajudado. Ele disse que gostaria de vê-lo. Em outra reunião, eu o trouxe, ele pediu o original, tirou umas cópias e me devolveu. Miguel Arraes reimprimiu o livro, chegou a me pedir para apresentá-lo no Senado. Vou pedir outro exemplar para devolvê-lo. Então, é muito oportuno. E perguntei a Arraes: “Onde você traduziu o livro?” Ele disse: “Preso, no Corpo de Bombeiros, foram mais de 90 dias, tive maus pensamentos, humilhado, preso. Como

eu sabia francês, peguei um dicionário e fiz o trabalho”. O livro foi apreendido pela Ditadura, por isso era raro. Antes de morrer, ele o reapresentou. Queria dizer que o Miguel Arraes é essa figura que influenciou em todos nós. Sem dúvida, tenho a convicção de que, com a ajuda de Deus, exemplos de homens como Miguel Arraes e V. Ex^a levarão nossa geração a construir o País do sonho de Arraes, com uma sociedade mais justa, fraterna. Essas são as minhas palavras e os meus aplausos a V. Ex^a que, agora, além do seu papel, tem que continuar a liderança de Miguel Arraes, que influenciou muito todos nós.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e fico emocionado pelo tom dos apartes em homenagem a Miguel Arraes.

Encerro, Sr. Presidente, levando ao grande amigo Miguel Arraes, onde estiver, que sei que ele está com a consciência do dever cumprido. Nas últimas vezes em que falei com Miguel Arraes, não encontrei um homem amargurado. Tinha mágoa de ver o Brasil, inclusive o atual governo, diferente daquilo que ele imaginava, mas ele achava que tinha feito a parte dele. E ele fez a parte dele.

Rústico, humilde, do interior do Ceará, veio, avançou. Difícil de entender, mas para quem o entendia, Arraes era um homem bom, puro, digno, justo, que via no semelhante realmente um irmão. Era um homem que tinha preocupação com a busca do bem comum.

A luta de Miguel Arraes era que tivéssemos, no Brasil, o grande entendimento de que o próximo é nosso irmão e que quando ele cresce nós crescemos com ele, de que um Brasil justo é aquele em que todos têm condições de viver com dignidade. Ele morreu defendendo as suas idéias.

Por isso, meu irmão Miguel Arraes, onde estiveres, tenha a certeza de que sempre semeastes o bem e terás a compensação e a justiça que mereces na vida do lado de lá. Receba o nosso abraço, o nosso carinho, a nossa saudade. Tua amizade, tua imagem sempre estará conosco, com o povo brasileiro, que cunhou em ti o exemplo do homem bom e do homem justo.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente, principalmente pela tolerância, pela generosidade do tempo que V. Ex^a me cedeu.

Muito obrigado.

Aprovação da Minirreforma Eleitoral

(Pronunciamento em 18 de agosto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, parece importante salientar que, em meio a essa crise que vive o Brasil e o Congresso Nacional, houve no Senado, hoje pela manhã, um acontecimento da maior importância.

Os Líderes de todos os partidos, convocados pelo Presidente Renan Calheiros, elaboraram e votamos hoje pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma minirreforma eleitoral urgente, urgentíssima, que permitirá à Câmara votar – e tenho certeza de que votará –, para que, até o dia 30 de setembro, esteja promulgada e possamos fazer frente às eleições do ano que vem.

Essa série de denúncias e de fatos que apareceram na imprensa do Brasil inteiro exigem de nossa parte que, ao lado de se fazer o que está se fazendo, – diga-se de passagem muito bem – nas comissões parlamentares de inquérito, investigando e apurando, está claro que não podemos ir para uma eleição no próximo ano sem algumas modificações indispensáveis.

Não podemos fazer as reformas ideais, a reforma política como precisava ser feita. Eu dizia nesta tribuna, no início do mandato do Presidente Lula que, em vez de fazer a reforma da Previdência, o que ele deveria ter feito era a reforma política, era a mais necessária e deveria ser a primeira. E para fazer uma reforma política com sucesso, ela deve ser feita no primeiro ano do mandato do Presidente e do Congresso, porque aí haveria serenidade, independência, descomprometi-

mento com fatos daquele Congresso. Não saiu. Não fizemos a reforma partidária e estamos aí com 30 a 40 partidos.

Votamos no Senado, mas ficou parada na gaveta da Câmara, o financiamento público de campanha. E, hoje, com os escândalos que se repetem, entendemos como ele é necessário. O debate sobre a fidelidade partidária nunca foi tão significativo como hoje. Duzentos parlamentares por mandato de quatro anos, 40%, mudam de Partido. Dessa vez nós tivemos as transferências oficializadas. O partido do Governo bancou dobrar a Bancada do PP, a Bancada do PTB, a Bancada do PL. E dobrou a sua base parlamentar, e agora está se verificando de que maneira, com que dinheiro.

Aliás, falando nisso, com tudo que aconteceu, ontem, a Câmara funcionou no velho estilo: nós votamos um salário mínimo, considerado muito alto, de R\$380,00 – muito menor do que o que o Lula prometeu, que seria duplicar no seu Governo –, foi para Câmara e o que aconteceu?

Nós estamos pedindo por amor de Deus, com o excesso de arroz por causa da importação da Argentina e do Uruguai, para que o Governo compre o que está sobrando de arroz e não para jogar fora, seria uma aplicação, porque ele guarda e vende no ano que vem. Faz parte da política governamental uma política de estoque, de comprar na época da sobra e vender na época da falta. O Governo não tem dinheiro. Não tem porque não tem, porque não tem, porque não tem. Ontem liberou R\$1 bilhão para as emendas dos parlamentares e foi aprovado, a toque de caixa, não houve nem a possibilidade de votação nominal. Mas derrubaram, como queriam, o aumento do salário!

Então, reparem como tudo o que aconteceu ainda não fez o Governo entender que ele tem que parar para pensar. E nesse método e nessa forma ele não vai chegar a lugar algum. Derrotou o salário mínimo; não será R\$380,00, mas R\$300,00. Mas o preço foi muito caro. O preço de trocar meia dúzia de emendas para cada Deputado para que ele votasse a favor, não pedisse verificação de *quorum*, desse presença para manter o número necessário na Câmara dos Deputados, demonstra como é grave a nossa situação.

Por isso, a reunião de hoje de manhã foi realmente muito importante. Eu até mexi: o Presidente era do PFL, Sr. Antonio Carlos,

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o texto inicial, o projeto inicial, do ilustre Presidente do PFL, Senador Bornhausen, de Santa Catarina; e o Relator era do PFL de Pernambuco, Líder da Minoria, Senador José Jorge. Eu nunca vi o PFL tão “por cima”, comandando praticamente tudo. No entanto, a Comissão teve um belo desempenho, e conseguimos aquilo que muito dificilmente se consegue: o entendimento de todos os partidos. E votamos um projeto que vai melhorar a eleição do ano que vem.

Primeiro, não teremos mais os Dudas Mendonças criando um Lula artificial, de paz e amor. As campanhas de televisão serão praticamente ao vivo, e os candidatos se apresentarão, falarão, exporão suas idéias, irão para o debate. Não será mais um programa em que são gastos 60% da receita que um partido político destina para uma eleição – e é um programa gratuito, imaginem se tivesse de ser pago!

Mas fazem um programa tão espetacular que se gasta mais do que em um capítulo de uma novela da Globo. E fazem tudo isso para esconder o candidato, para você não saber quem ele é, o que pensa, qual a sua história e quais os compromissos que tem para com a sociedade.

A nossa decisão é que a campanha tem de ser ao vivo – e acho que foi uma grande decisão. Serão proibidos camisetas, brindes e *showmícios*, onde dois cantores ganham praticamente uma fortuna para se apresentar e reunir multidões. Em Caxias, minha terra natal, o PT fez dois *shows* espetaculares em que dizíamos para a nossa gente: “vão lá”. Diziam: “é a única chance na vida que tenho de ver o Fulano de Tal, e de graça”. Não vai ter mais *showmício*, nem camisetas, nem brindes. Isso foi aprovado também.

Foi aprovada uma maior transparência. Não é o ideal. O ideal – e ainda é possível a Câmara aprovar – é dinheiro público na campanha, que o Senado já aprovou. Isso seria o ideal. Mas, se não for isso, nós aprovamos limitações na campanha, limitações na busca do dinheiro. Cada candidato tem de ter uma conta única, uma conta para o candidato. Não podem aparecer, como agora, restos de campanha. Não há mais restos de campanha. A campanha tem de ter naquela conta; o que entra é naquela conta e o que sai é naquela conta, e o candidato é responsável civil e criminalmente por aquela conta. Creio que foi muito

importante essa decisão. Creio que a Câmara se reunirá e votará esse projeto e creio que o Congresso reagiu com altivez.

Há alguns dias eu estive nessa televisão dizendo que eu talvez seja candidato ao Senado no Rio Grande do Sul se meu partido me der legenda.

Mas eu me pergunto: como é que eu vou para a televisão? Falar o quê? Qual a propaganda que vou fazer, se há uma interrogação em tudo...? E eu argumentava: “eu vou, vou usar o programa de televisão, sentar, colocar atrás ‘Pedro Simon, Senado, nº 15’ e dizer: “olha, eu sou candidato, se quiserem votar em mim eu fico muito satisfeito”.

Qualquer coisa que fizer a mais será suspeito, porque isso que está acontecendo tisonou todo o Congresso Nacional, nós todos estamos marcados. Por isso, o esforço que se fez hoje no Senado foi muito importante e espero que a Câmara dê uma resposta também favorável. Não é possível que não tenhamos condições de fazer a reforma política por que o Brasil está esperando. Não é possível que tenhamos quarenta partidos aqui apenas para vender legenda.

Mas, se Deus quiser, repito, hoje foi um bom início.

Acervo da CPI do Banestado

(Pronunciamento em 19 de agosto)

Estou redigindo um requerimento, Sr. Presidente, endereçado ao ilustre Presidente da Comissão da Compra de Votos, o bravo Senador Amir Lando.

Talvez uma das mais importantes CPI de que participei foi a do Banestado. Eu nunca vi chegarmos tão perto dos corruptores como na CPI do Banestado. Pela primeira vez, conseguimos que a Justiça americana nos enviasse os dossiês de todas as contas CC-5 e das remessas fraudulentas de dólares para o exterior. Está tudo aqui, nos porões do Senado, e a CPI não os averiguou. O Relator, o ilustre Deputado do PT, Sr. José Mentor, boicotou de tudo que é jeito.

Olha, eu protestei. No fundo, eu acho que errei. Terminei não indo mais, e eu devia ter batido mais. Mas não houve jeito. O Sr. José Mentor, inclusive, no parecer, no relatório que ele queria concluir e que não houve conclusão, deixava fora o Banco Rural. E agora se está vendo, nessa nova CPI, que ele era o homem do Banco Rural.

Então, nós temos um dossiê enorme, como nunca tivemos igual, no porão do Senado Federal.

E estou fazendo um requerimento ao Presidente da Comissão, Senador Amir Lando. Espero, nobre Líder do PSDB, conseguir o apoio das Lideranças para que elas concordem com o requerimento que passo a ler:

“Requeiro, com fundamento do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, e com o art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 10-1-2001, bem como nos

termos regimentais, a transferência, a esta CPMI “dos Correios”, de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do “Banestado”.

Justificação

Durante os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito em curso no Congresso Nacional, ficou evidenciado que os artífices dos atuais escândalos lançaram mão de expedientes em tudo similares àqueles já investigados na CPMI “do Banestado” para realizar a lavagem de dinheiro oriundo de corrupção e desvios de recursos públicos.

A CPMI “do Banestado”, em virtude de problemas por todos conhecidos, não conseguiu lograr êxito em seu desiderato. No entanto, ao recolher um dos maiores arcabouços documentais de que já se teve notícia no Brasil sobre a evasão de divisas, pode oferecer relevante contribuição para as investigações.

Faz-se necessário saber se o Sr. Duda Mendonça utilizou-se de caminhos ilegais para movimentar seus recursos no exterior; se a empresa Garanhuns voltou a internalizar ou redistribuir os recursos que recebeu do Sr. Marcos Valério e para quem foi esse dinheiro; se a DNA Propaganda só fez remessas ao exterior para pagar fornecedores, como afirma seu sócio, ou utilizou-se desse caminho para beneficiar políticos indignos do mandato que ostentam.

Por tudo isso, e considerando a orientação jurídica da Consultoria Legislativa do Senado Federal, é que venho solicitar que o presente requerimento seja levado a votação nominal, a fim de que as bases de dados e os respectivos documentos comprobatórios integrantes do acervo da CPMI “do Banestado”, atualmente depositados no Arquivo do Senado Federal, possam servir para auxiliar os trabalhos desta CPMI.

Sala das Sessões,

Senador Pedro Simon”

Espero que o Senador Amir Lando leve a voto e que a Comissão aprove. Esse dossiê é um dos mais graves que conheço. Já se sabe que

há nomes muito importantes – por isso, não andou. Já se sabe agora que o Sr. Mentor, que estava por dentro do esquema, funcionava como Relator – e por isso não andou, acho que seria muito importante...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –... que, em vez de deixar no arquivo morto, o Sr. Amir Lando e a comissão trouxessem para o debate.

Claro que sim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Duas coisas. O Relator da CPI do Banestado se desnudou completamente pelos fatos que se sucederam àquela Comissão Parlamentar de Inquérito. A outra observação, na verdade uma comunicação, é que acabei de assinar o seu requerimento para nós tocarmos para frente, de maneira irreversível, essa busca pelos corruptores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Eu acho que, com isso, está garantido que sairá esse trabalho, e eu acho que é muito, muito, muito importante que façamos essas averiguações, e que aquilo que alguém imagina que é arquivo morto volte para nós fazermos as apurações.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Homenagem a Erico Verissimo

(Pronunciamento em 24 de agosto)

Exm^o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Embaixadores; Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Exm^o Sr. Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Antônio Hohlfeldt; Exm^o Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, representando a Presidência da Academia de Letras, Marcos Vinícios Villaça; Exm^o Sr. Luis Fernando Verissimo; Exm^o Sr. Evandro Krul, Presidente da Fundação Erico Verissimo; Exm^a Sr^a Elisabete Teresini, Curadora do Centro Cultural Erico Verissimo; Exm^o Sr. Michel Minnig, Diretor-Geral do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; Exm^o Sr. Reitor da Universidade de Cruz Alta; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr^{as} e Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores.

É com grande alegria que a representação do Rio Grande do Sul – composta pelos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e eu – teve a satisfação de ver aprovado, por unanimidade, nesta Casa, o requerimento solicitando a realização desta sessão especial em homenagem a Erico Verissimo, um dos mais destacados intelectuais brasileiros e um cidadão que honra, sobremaneira, o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Trata-se de uma homenagem mais do que merecida no transcurso do centenário do nascimento daquele que realizou uma das mais notáveis obras literárias da Língua Portuguesa.

Mesmo sendo um dos maiores escritores da Língua Portuguesa, Erico Verissimo sempre se apresentou, modestamente, como um contador de histórias. Acho que, com essa definição, o nosso Erico queria

fazer uma homenagem aos homens e mulheres que, no Rio Grande do Sul, ao longo dos tempos, contam e ouvem histórias ao redor de uma fogueira, numa roda de chimarrão, num galpão campeiro ou mesmo na sala de uma residência urbana.

Como ficcionista, Erico Verissimo colocou-se um enorme desafio, que era o de romancear a história do Rio Grande do Sul. Foi um trabalho sobre-humano do qual se saiu amplamente vencedor.

Entre 1947 e 1960, ele escreveu as milhares de páginas de *O Tempo e o Vento*. Nessa obra monumental, ele conseguiu descrever, com uma prosa envolvente, límpida e empolgante, a formação do nosso Estado e da sua gente, representada na saga da família Terra-Cambará.

O romance traça um amplo painel histórico, que começa com as Missões Jesuíticas e chega até a Era Vargas, em meados no século XX. Nele, assistimos às batalhas entre portugueses e espanhóis pela posse da terra nos tempos coloniais. Acompanhamos, depois, o surgimento e o desenvolvimento das atividades econômicas que fizeram a riqueza do nosso Estado. Também temos o desfile dos muitos conflitos armados que mancharam de sangue os nossos campos, como a Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista. Nas histórias de Erico podemos acompanhar o processo que levou à formação do patriarcado rural e proporcionou a ascensão da burguesia nas cidades então nascentes. Assistimos, ainda, à chegada dos primeiros imigrantes.

Na verdade, nos volumes que compõem *O Tempo e o Vento*, sob o olhar arguto de Erico, desfilam os gaúchos de todas as faixas sociais: os ricos, a classe média urbana, que aos poucos se formava, e os pobres, divididos entre os agregados e os escravos.

Disse que Erico pretendia registrar ficcionalmente a história do Rio Grande do Sul, mas, na verdade, acredito que realizou algo muito mais complexo do que faria o mais experimentado historiador: ele conseguiu um registro perfeito da alma do povo gaúcho.

Em vários diálogos memoráveis, travados em importantes momentos históricos, os personagens de Erico Verissimo apresentam a evolução do pensamento dos homens e mulheres do Rio Grande. Ao registrar as mudanças no interior dos lares, o autor termina por lançar luz sobre os eternos conflitos familiares. Coloca diante do homem pacífico e caseiro o homem afeito às aventuras. Ao lado das mulheres

fortes, mas que aceitam o papel que a sociedade da época lhes reserva dentro apenas do lar, Erico Verissimo mostra também, com Luzia, a mulher que se rebela e anseia por liberdade.

É comum dizer-se que Erico Verissimo é dos escritores brasileiros aquele que melhor soube interpretar a alma feminina, em especial com a construção de suas personagens de *O Tempo e o Vento*: Ana Terra, Luzia, Bibiana e Maria Valéria. É verdade. Ao centrar boa parte das narrativas no interior dos lares rio-grandenses, ele dá às personagens femininas um papel de destaque que elas raramente desfrutavam na literatura da época.

Do mesmo modo, são inesquecíveis os marcantes personagens masculinos, a começar pelo turbulento capitão Rodrigo. Eu destacaria ainda Pedro Terra, Juvenal Terra, Licurgo, Bolívar, Turíbio e Floriano Cambará. Pode-se dizer que, nesses homens, o nosso escritor exemplifica todos os temperamentos masculinos.

Fiz aqui referência ao fato de Erico Verissimo ter transposto a História do Rio Grande do Sul para a literatura. Mas a verdade é que ele sempre insistiu que não escrevia romances históricos. Dizia que seu objetivo era, sempre, criar personagens e elaborar tramas em que elas se manifestassem. “Sou apenas um contador de histórias”, disse ele em certa entrevista. E acrescentou: “O importante é o personagem. Onde o homem sofre e luta, aí está o assunto do escritor”.

Quero aqui recordar, brevemente, uma história contada por Erico Verissimo. Disse ele que, numa noite de 1916, em Cruz Alta, aos 11 anos, foi chamado à sala de curativos da farmácia de seu pai. Pediram-lhe que segurasse uma lâmpada enquanto tratavam os graves ferimentos de um homem que fora espancado violentamente pela polícia. Mesmo nauseado e horrorizado, o menino empunhou a lâmpada até o final. Mais tarde, Erico diria que “naquela noite nasceu em mim o sentimento de justiça, de repugnância pela violência, que me domina até hoje”. Com base nessa história, ele dizia que os que escrevem devem manter firme uma lâmpada para iluminar o mundo, “evitando que sobre ele caia a escuridão”.

Desde muito jovem, Erico teve pesados encargos sobre seus ombros. Aos 17 anos, assumiu o papel de chefe de família, trabalhando em um armazém. Transferiu-se, depois, para uma agência bancária.

Por essa época, sua vocação literária ainda não se firmara. Tinha também inclinação para as artes plásticas, pensava em ser pintor. A seguir, tornou-se sócio de uma farmácia. Dá início, então, ao namoro com Mafalda, com quem iria casar-se em 1931, e com quem teve dois filhos, Clarissa e Luis Fernando.

Em 1928, estreou com o conto “Ladrões de Gado”, publicado na *Revista do Globo*. Em 1930, transferiu-se para a capital e ingressou como redator naquela revista. Pouco depois, assumiu o cargo de Secretário do Departamento Editorial da Livraria do Globo, a convite do editor Henrique Bertaso.

Sua carreira literária se inicia, em 1932, com a edição de *Fantoches*, coletânea de contos. No ano seguinte publica *Clarissa*. Em 1934, conquista com o romance *Música ao Longe* o Prêmio Machado de Assis. No ano seguinte, publica seu livro *Caminhos Cruzados*. Mas, foi com *Olhai os Lírios do Campo*, em 1938, que seu nome tornou-se verdadeiramente popular em todo o Brasil.

Erico Verissimo dizia que, no começo da carreira, teve de tomar “sopa de pedra”. Já casado, trabalhava muito. Foi tradutor da Editora Globo, tendo vertido para o português mais de 50 títulos de autores que escreviam em inglês, francês, italiano ou espanhol. Além das traduções, escrevia programas infantis para o rádio e textos para as páginas femininas dos jornais, sem descuidar da sua própria produção.

Mas a verdade é que, ainda bastante jovem, Erico Verissimo conseguiu viver apenas de literatura. Ao lado de Jorge Amado, ele foi dos raros escritores brasileiros que desfrutaram de grande público, tanto no Brasil quanto no exterior.

Desde 1943, ano em que viajou pela primeira vez aos Estados Unidos, Erico esforçou-se em divulgar a literatura e a cultura brasileira no exterior. Fez palestras e ministrou cursos no México, Equador, Peru, Uruguai, França, Espanha, Portugal e Alemanha. Em 1953, por indicação do Ministério das Relações Exteriores, assumiu a direção do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos, cargo que exerceu por três anos, em Washington.

No Brasil, recebeu, entre outros, os prêmios Jabuti (1966), Juca Pato (1967), Personalidade Literária do Ano (PEN Club, 1972) e o

Prêmio Literário da Fundação Moinhos Santista (1973), pelo conjunto de sua obra.

Seus livros foram traduzidos e publicados em quase todo o mundo: Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Áustria, México, União Soviética, Noruega, Holanda, Hungria, Romênia, Argentina e outros países.

Os críticos viam na obra de Erico Verissimo três ciclos distintos. O primeiro, que vai de 1932 a 1940, de *Fantoches* a *Saga*, seria caracterizado por um certo intimismo e pela crônica da vida gaúcha. O segundo ciclo seria o do painel histórico do Rio Grande do Sul, com os tomos de *O Tempo e O Vento*. O terceiro ciclo – com obras como *O Prisioneiro*, *Incidente em Antares* e *O Senhor Embaixador* – seria marcado pela reflexão política e pela sua tomada de posição para os momentos que o Brasil vivia.

Em seu último romance, de 1971, *Incidente em Antares*, Erico Verissimo incorporou à literatura brasileira o “realismo fantástico”, traço marcante da literatura que se fazia nos países de língua espanhola da América. Publicado nos anos mais duros do regime militar, esse excepcional romance mostra um quadro sem retoques daquela época sombria.

Antares, uma típica cidade brasileira, de uma hora para outra, transforma-se em palco para um fato extraordinário: sete mortos – insepultos em função de uma greve de coveiros – saem às ruas. A arma dos mortos para atacar os figurões da cidade é a franqueza: sem temer represálias, eles podem falar a inteira verdade.

Senhoras e senhores, já que estamos no Senado da República, gostaria de falar brevemente de política. Reproduzirei aqui trechos de pronunciamentos de Erico Verissimo.

Numa entrevista concedida a uma emissora de rádio, ele falou sobre o que julgava ser a responsabilidade política dos escritores. Disse Erico:

“Acho que o escritor antes de tudo deve fazer o que entende para fazê-lo bem. Mas eu não vejo como um escritor, escrevendo sobre o mundo de hoje, pode se omitir da política. Porque todos esses problemas nos saltam a cara desde o jornal que você folheia pela manhã até o dia em que vê gente pobre na rua, deitada na calçada, pedindo esmola.

Mas o escritor não pode esquecer que ele é um artista e que, depois que os problemas sociais estiverem resolvidos ainda haverá necessidade de ler, de escrever livros, de pintar, de ouvir música.”

Em 1968, quando recebeu da União Brasileira de Escritores o Troféu Juca Pato, como intelectual do ano, Erico declarou:

“Nunca pertenci a nenhum partido político, mas jamais fui indiferente à política. Não vejo os problemas do mundo como uma luta entre o branco e o preto, o bem e o mal. Isso tem levado muita gente a achar incoerente ou contraditória a minha linha política. Uma coisa, porém, me parece fora de dúvida. É que tenho estado sempre ao lado dos oprimidos contra os opressores.”

Quero lembrar ainda um importante fato histórico do Rio Grande do Sul, que teve a presença marcante de Erico Verissimo. Nas eleições de 1974, uma carta do escritor praticamente decidiu a eleição a favor do candidato do MDB, Paulo Brossard. Era uma disputa renhida, difícil. O MDB tinha vindo de uma derrota fragorosa nas urnas de 1970, em que, em primeiro lugar, chegara a Arena, em segundo, o voto em branco e, em terceiro, o MDB. Ficamos reduzidos a sete senadores nesta Casa. Ainda havia a interrogação sobre qual seria o destino, sobre o que aconteceria, quando Erico Verissimo resolveu dar seu apoio ao nosso candidato. Mandou-lhe, então, uma carta que logo ganhou as ruas de Porto Alegre, do Rio Grande e do Brasil inteiro. Todos os candidatos do MDB reliam e repetiam aquela carta por todo o Brasil.

Estou certo de que aquele documento, datado de 5 de novembro de 1974, teve um papel decisivo na nossa vitória.

No início de sua carta, Erico diz que Brossard será no Senado “o defensor da nossa classe média, que se está proletarizando assustadoramente; do nosso proletariado que afunda cada vez mais na marginalização e dessas multidões de marginais que vivem num plano mais animal do que humano”.

Mais adiante diz que, eleito, Brossard não esquecerá de lutar pela juventude do Brasil, “que em consequência das leis vigentes se vai apagando na mais deplorável das alienações políticas”.

E acrescenta Erico Verissimo estar certo de que Paulo Brossard vai levantar sua voz no Senado Federal, para “atacar a censura e essa

vergonhosa Lei nº 477, bem como para lembrar que o Brasil é signatário da Carta dos Direitos Humanos da ONU”.

As esperanças expressas por Erico Verissimo naquela carta se concretizaram, porque Paulo Brossard foi, aqui no Senado – num tempo de medo e opressão! –, um dos poucos a se rebelar contra o arbítrio do Governo de então.

Meus irmãos, por fim, como homem de fé que sou, gostaria de transcrever aqui um pequeno trecho de uma fala de um personagem de *O Tempo e o Vento* sobre religiosidade.

Diz o Irmão Turíbio em “Reunião de Família”: “Nossa obrigação de cristão é a de estar presente em todos os esforços do mundo no sentido de construir uma sociedade mais humana. O verdadeiro cristão não terá de ser necessariamente contemplativo, mas militante”.

Acrescento ainda que o próprio Erico Verissimo, que se definia como agnóstico, disse certa vez: “Sinto grande afeição e admiração pela figura histórica de Cristo e acredito sinceramente que, se a ética cristã fosse realmente posta em prática, as criaturas humanas poderiam resolver os seus problemas de convivência num mundo que cada vez se complica mais e mais”.

Antes de encerrar, meus irmãos, destaco a presença entre nós do igualmente notável escritor Luis Fernando Verissimo, filho de Erico. Luis Fernando dispensa apresentações, mas, mesmo assim, gostaria de dizer algo sobre o excepcional trabalho que ele vem realizando, há mais de três décadas, na literatura e nos jornais brasileiros.

Luis Fernando Verissimo é, hoje, um dos maiores cronistas brasileiros. Seu nome certamente se equipara aos dos maiores cronistas que este País já teve, como Machado de Assis, Rubem Braga e Nelson Rodrigues. Luis Fernando Verissimo tem uma vasta produção, reunida em dezenas de volumes. Eu gostaria de destacar a obra intitulada *Comédia da Vida Privada*. Nesse livro, Luis Fernando Verissimo faz uma análise acurada da vida das famílias brasileiras.

Presentes nas páginas das publicações mais prestigiadas do Brasil, os textos de Luis Fernando gozam de um notável reconhecimento popular. Seus livros são caracterizados por grandes tiragens. Esse reconhecimento se deve, é claro, ao notável talento literário de Luis Fernando Verissimo. Mas eu diria que são também um resultado do

seu caráter, da sua integridade como escritor e da sua lucidez como analista da vida pública e privada deste País.

Meus amigos, o Rio Grande do Sul e o Brasil têm muito a agradecer à família Verissimo, pelos relevantes serviços prestados à cultura gaúcha e brasileira.

Gostaria de deixar aqui os meus calorosos agradecimentos a S. Ex^a o Sr. Presidente Renan Calheiros, às pessoas que no Senado deram seu apoio mais entusiasmado para a realização da exposição sobre a vida e a obra do nosso Erico Verissimo. Agradeço, realmente, Sr. Presidente. V. Ex^a não poupou esforços. Agradeço aos titulares das diretorias que trabalharam para a concretização deste evento, bem como aos funcionários envolvidos. Por fim, agradeço a presença dos estudantes brasileiros, lembrando-lhes que Erico Verissimo foi também autor de vários livros infantis e didáticos de altíssima qualidade.

É com muita alegria que trago o meu abraço muito fraterno a Erico Verissimo, à sua obra e à sua história. O Rio Grande do Sul tem muita honra de ver a sua História lembrada por Erico Verissimo. Feliz o estado que tem um homem de projeção mundial e que leva os seus feitos à credibilidade nacional e internacional.

Erico era um homem simples, singelo, tímido e modesto; a sua obra é uma obra extraordinária, monumental, realmente uma obra internacional.

Muito obrigado, Senhores!

(Muito bem! Palmas.)

A origem dos recursos do mensalão

(Pronunciamento em 31 de agosto)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as manchetes dos jornais, a começar pela manchete escancarada do *Correio Brasileiro*, falam em uma grande *pizza*, em um grande “acordão” que estaria sendo efetuado entre os líderes, no sentido de passar por cima da CPI e limitar suas conseqüências ao mínimo possível. Sei que isso não é a realidade. Sei que a reunião realizada ontem com as lideranças e com os presidentes e relatores das várias CPI é para chegar a um entendimento, a uma fórmula para que o processo ande mais rápido.

A verdade é que não podemos deixar que passe pela opinião pública uma imagem como essa. Cá entre nós, o pronunciamento do Presidente da Câmara dos Deputados não foi muito feliz ao querer contrastar com tudo que se vê e que se conhece já existente nas CPI com a informação de que ainda não há nada de concreto. Creio que há muito de concreto e que a parte primeira, exatamente a que se refere aos parlamentares que tomaram dinheiro e às verbas nos malões, que foram distribuídas, já está praticamente esclarecida. Eu não tenho dúvida alguma nesse sentido. A dúvida é com relação, por exemplo, ao Presidente do PL, que recebeu uma quantia enorme. E a informação que se tem é que a distribuiu entre os parlamentares do seu partido. E provar isso não é fácil, porque ele está argumentando que não diz os nomes, e, a não ser que se mexa nas contas particulares, é difícil chegar lá.

Mas eu creio que a CPMI dos Correios, agora com o diálogo estabelecido com a CPMI do Mensalão, poderá ainda esta semana en-

tregar à Câmara dos Deputados o nome dos primeiros parlamentares envolvidos.

A decisão do Sr. Presidente da Câmara de que enviará não para a Comissão de Ética, mas para o Corregedor da Câmara, é completamente irracional. Não há lógica nela. Então, vamos consentir na criação de uma CPI mista, que se reúne, debate, discute, chega a conclusões e, depois, elas vão para a Procuradoria da Câmara, para que seja feita a análise inicial? É claro que não.

Por isso, louvo a atitude do Sr. Roberto Freire, Presidente do PPS, que já decidiu que, se for o caso, ele, como Presidente do PPS, entrará com ofício diretamente na Comissão de Ética, fazendo a indicação dos nomes que forem aprovados pela CPMI do Congresso Nacional.

É uma pena que tenha de ser feito assim, mas é melhor ser feito assim do que o Corregedor ficar com uma série de nomes sem utilidade. Se já passou pela CPI, se a CPI já tirou uma conclusão e se mandou essa conclusão para a Câmara, é evidente que é para a Comissão de Ética, e não para a Corregedoria. O processo pode começar na Corregedoria, mas não é da Comissão de Ética que passa pela Corregedoria, para, depois, ir à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

Por isso, é muito importante que isso seja feito, e que seja esclarecido que não vejo absolutamente nada no sentido de um acordão feito aqui, nesta Casa, para se evitar que se apure o que deva ser apurado. Creio que isso será feito. O meu medo não está nessa parte, mas na segunda parte, quando vamos verificar não os corruptos, não os que pegaram o dinheiro, mas saber de onde veio o dinheiro, de onde veio essa montanha de dinheiro para o empresário de Minas Gerais. Foi dos Correios? Foi dos Fundos de Garantia? Foi do Banco do Brasil? Da Petrobras? De onde saiu esse dinheiro? Essa é a segunda obrigação que temos nas CPI.

Creio que conseguiremos chegar lá! Se temos coragem de apurar o que aconteceu de errado com relação aos parlamentares, não nos faltará coragem de achar o que há de errado com relação ao escândalo no uso de dinheiro público, nessa caminhada a que estamos dolorosamente assistindo entre o Governo e o PT!

Por isso, Sr. Presidente, não creio que possa haver um acordão na segunda parte, aquela que significa entrar lá nos fundos de pensão, que

são exatamente as verbas aos milhões usadas indiscriminadamente. Aliás, há muito tempo, tenho um projeto visando saber como movimentar esses fundos de pensão. O que é o fundo? É dinheiro público? É dinheiro do Governo? É dinheiro do povo brasileiro, que, ao ser aplicado, transforma-se em dinheiro particular?

Os responsáveis pelo fundo e, agora, elementos indicados pelo partido usam o fundo como se fosse *cosa nostra*. Averiguar, fazer o levantamento desses fundos de pensão, fazer o levantamento das contas nos Correios, fazer o levantamento do dinheiro de Furnas, fazer o levantamento do Banco do Brasil é importante, indispensável para quem realmente quer apurar.

Por isso, se, de um lado, a manchete do *Correio Braziliense* choca, atinge, de certa forma, os brios da classe política, de outro lado, creio que ela serve para nos chamar a atenção para o fato de que não podemos permitir que matéria dessa importância, dessa natureza, fique no meio do caminho.

Lamentavelmente, não sentimos, por parte do Governo, vontade de buscar a verdade. Foi lamentável, nesse sentido, o afastamento da candidatura do Sr. Tarso Genro. Não tenho nada a ver com isso. É um problema de economia interna do PT, mas o Sr. Tarso Genro, candidato à Presidência do Partido, apresentava como tese fundar novamente o PT, apresentava como proposta apurar o que tinha de ser apurado e a entrega, pela Comissão Executiva do PT, ao Conselho de Ética do PT, para averiguação interna, dos nomes que compunham aquele partido. Ele não ganhou e afastou-se, porque ganhou a corrente ligada ao ex-Chefe da Casa Civil, alguém que quer deixar tudo como está. Foi mal para o PT, foi mal para a sociedade brasileira.

A grande chance que tinha o PT de se recompor se daria com a candidatura do Tarso e com as bandeiras defendidas por ele. Continuar, deixar como está para ver como fica, deixar na chapa do PT o antigo tesoureiro, o antigo secretário-geral é algo que nos dá uma demonstração de que realmente o Governo não quer apurar.

Por isso, esta Casa tem a responsabilidade, a obrigação de apurar e de buscar a verdade, doa a quem doer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Análise do funcionamento das CPI

(Pronunciamento em 2 de setembro)

Senhora Presidente, Senhores Senadores, em primeiro lugar, é uma alegria falar com V. Ex^a estando na Presidência. É impressionante o carisma e a simpatia que V. Ex^a tem no Rio Grande do Sul. Quando me perguntavam: mas que tal é a Senadora? Eu respondia: é o Teotônio de saia. É um novo Teotônio Vilela que vem, com as mesmas idéias, com os mesmos princípios, graças a Deus, cheia de saúde. Na verdade, V. Ex^a está dando nessa hora um exemplo muito grande de espírito público. Eu me emociono ao ver o povo gaúcho me telefonar praticamente todos os dias, contando, nos mínimos detalhes, como foi o pronunciamento de V. Ex^a. Quando, mostrando V. Ex^a entrando na CPI e dizendo que ia quebrar os dentes do Relator, os colegas meus lá do Rio Grande do Sul me perguntaram: mas o senhor acha que ela ia fazer mesmo, Senador? Eu disse: Olha, não sei, mas a verdade é que o Relator foi muito infeliz, porque deu o nome de Heloísa Helena, e não tinha nada que ver com o nome dela, era um outro nome. E ficou no ar uma interrogação geral: mas a Heloísa Helena está na lista? Mas acho que ela não ia fazer não, porque ela é de uma bondade, de uma meiguice que para quem a conhece ela é completamente diferente do que aparenta ser. Até acho que ela demonstra aquela rigidez para não aparecer o seu carinho, seu afeto, que tem permanentemente.

Olha, minha querida Presidente, não sei o pensamento de V. Ex^a, mas o meu foi de que ontem esta Casa viveu um dia muito importante. Acho que foi uma decisão muito competente, muito séria, muito responsável do Presidente do Senado, dos líderes, dos presidentes, dos re-

latores e dos membros das CPI, quando chegaram à conclusão de que eram aqueles os nomes e que não tinham mais o que fazer. Primeiro, votar um primeiro parecer e, em segundo lugar, na reunião de ontem – olha que estava lotada de gente, de parlamentares –, concordar que, sem encaminhar, sem pedir vista, sem discutir, sem debater, votassem como votaram. Foi um dos atos mais importantes a que eu assisti neste Congresso, porque foi um gesto em que o Congresso mostrou a sua maturidade. E quando estão todos os partidos e todos os líderes, manifestou que havia um entendimento numa linha absolutamente correta.

Essa CPMI tem muito para discutir. Meu Deus, não sei qual a linha a seguir de tantas coisas que temos para apurar!

O Congresso fez o que tinha de melhor. Primeiro, cortou na própria carne. Primeiro, o Presidente Nelson Jobim disse: “Não, esse Congresso não tem autoridade, porque tem de primeiro resolver os seus problemas”. Pois nós resolvemos os nossos problemas. Saímos na frente, saímos com a rapidez necessária, dando oportunidade de defesa, o que eles terão ainda mais na Comissão de Ética.

Mas, na verdade, essa parte foi feita, e com o maior respeito. Vai para a Comissão de Ética, e eu tenho a convicção absoluta, aprovado por unanimidade que foi na Comissão Parlamentar de Inquérito, que a Comissão de Ética fará o trabalho que deve ser feito.

Resta agora às CPI continuarem seu trabalho. E acho que o trabalho das CPI vai ser muito mais tranqüilo porque não terão a ânsia dos vários membros que têm sobre si acusações “a”, “b” ou “c”. Agora a CPI vai analisar os fundos de pensão. Agora a CPI vai analisar os cartões de crédito. Respeito a Chefe da Casa Civil, que não está escondendo, está reconhecendo que foram apresentadas notas frias, notas absolutamente irreais, e ela é a primeira que está pedindo que isso seja apurado.

Vamos apurar o que aconteceu no Banco do Brasil. Vamos explicar como o Banco Rural deu aqueles créditos, aqueles empréstimos ao PT com dois avais que significam zero. Como um pedido de crédito de um banco passa pelo conselho do banco, que tem de fazer mil investigações para dar autorização? Como é que o conselho do banco deu autorização para dar um empréstimo daqueles, quando os avalistas não tinham dois mil réis para garantir? É porque parece que o banco não

tinha problema nenhum porque o seu dinheiro já estava lá fora, garantido. Aquilo ali não valia nada, era um esquentamento de dinheiro que já existia. E o banco não estava jogando nada, absolutamente nada daquilo que está ali. Isto vai ser verificado agora, isto vai ser analisado agora, o problema dos créditos de cartões, que considero um dos mais sérios que temos.

Tenho tentado estudar e apresentei um projeto que eu mesmo acho que não é correto, não é o melhor. Mas os fundos de pensão não podem continuar como estão. O fundo de pensão é um dinheiro público, é um dinheiro que tem a ver com o futuro dos funcionários do Banco do Brasil e da Petrobras. É dinheiro público, mas a sua administração é privada. Os membros diretores fazem o que bem entendem, emprestam para quem querem e como querem.

Nas privatizações, os fundos de pensão – isso se mostrou aqui – foram usados escandalosamente a favor de “a” ou de “b”. O ministro dizia: os fundos de pensão do Banco do Brasil vão ser entregues para a empresa tal porque ela é que vai privatizar; nós queremos que ela ganhe a privatização. Isso foi usado aqui escandalosamente. Infelizmente o Governo Fernando Henrique não deixou que se criasse a CPI, porque foi pedida a CPI para ver o escândalo das privatizações. Isso tem de ser visto e tem de ser agora. Vamos apurar agora. Esta é a oportunidade que se tem.

Nota 10 para as CPI. Elas decidiram mandar para a Comissão de Ética, mas decidiram também mandar para o Supremo e para o Procurador-Geral da República. E dizia eu aos Presidentes das CPI que eles devem levar em mãos. Os Presidentes do Senado e da Câmara, os Presidentes das CPI e os Relatores devem levar os processos em mãos para o Procurador-Geral. E dizer: o senhor é um homem de bem; o senhor e o seu antecessor, Sr. Fontelles, são Procuradores que honram a classe e dignificam o Brasil; os senhores, tenho certeza, estão aqui e vão levar adiante esses inquéritos contra as pessoas que estamos denunciando, vão levar às últimas conseqüências. Se tiverem de denunciar, denunciem perante o Supremo Tribunal Federal, para não acontecer como tem ocorrido até aqui. Temos a fama de que a CPI termina em *pizza* porque ninguém vai para a cadeia. Ora, a opinião pública não está a par de que o Congresso Nacional pode cassar um

senador, pode cassar um deputado, pode cassar um presidente, mas não pode botar por um dia na cadeia quem quer que seja. O máximo que podemos fazer, concluída a CPI, é pedir a cassação do parlamentar, isso podemos. Mas depois temos de mandar o processo para o Procurador. O Procurador é que pode impetrar uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo que o investigado vá para a cadeia, que seja condenado. E, em várias CPI realizadas aqui, o que ocorreu foi que condenamos e cassamos 14 parlamentares, cassamos um presidente da República, na CPI do Sistema Financeiro denunciámos três governadores e quatro prefeitos, mas tudo isso foi parar na gaveta do Procurador “arquivador” que tínhamos lá.

Entra agora em plenário o nobre Senador Delcídio Amaral, brilhante Presidente da CPMI dos Correios! Dizia eu, e repito a V. Ex^a, que penso que a decisão tomada foi nota dez, além do mais, por levar a concluir que se deve entregar os pareceres ao Procurador-Geral da República. No entanto, creio que V. Ex^a e o outro Presidente devem levar o relatório em mãos, entregá-lo na mão do Procurador-Geral da República, e dizer para ele:

“Sr. Procurador, está aqui, nós fizemos a nossa parte, agora é com V. Ex^a.” Isso para não acontecer como na época do Procurador Geraldo Brindeiro, quando o inquérito era feito, as coisas eram feitas, mas paravam na gaveta do Procurador. E a opinião pública dizia: “Terminou em *pizza*; ninguém foi condenado, ninguém foi para a cadeia, e não aconteceu nada”, pensando que nós parlamentares podemos fazer isso. O que podemos fazer é levar o parecer em mãos. E tenho convicção, pelo que conheço do atual Procurador, como de seu antecessor, de que agora a época é diferente. Esses têm condições, têm capacidade, dignidade e responsabilidade de levar o caso às últimas conseqüências.

Eu estava felicitando o nosso Congresso Nacional. Ponto número um: competência de V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, e do Presidente da outra Comissão de fazerem um trabalho conjunto. Ficou aquela história: vai ficar na CPMI dos Correios, vai para a do Mensalão, o que vai acontecer? Reuniram as duas. Nota dez.

Segundo ponto: a competência dos líderes e de todos os partidos de fazerem uma reunião altamente respeitável, em que as pessoas já sabiam o que queriam; uma reunião em que, se fossem partir para o

debate, estariam até agora discutindo, mas chegaram a uma conclusão e finalizaram.

Ponto três: enviar o relatório também ao Procurador. Podemos levar nossa conclusão ao Procurador e pedir que ele dê continuidade ao nosso trabalho, em respeito aos parlamentares. Se tiver de arquivar, archive; se tiver de continuar a buscar provas, que as busque; se tiver de denunciar ao Supremo Tribunal Federal, que o faça, mas que não se termine em *pizza*.

Depois, não tenho dúvida de que a Comissão vai debater, vai discutir. Aí, sim, vão analisar as três qual o trabalho de cada uma: os Correios, o Banco do Brasil, os fundos de pensão, os cartões de crédito, há muito a ser visto. E não apenas isso, e não apenas denunciar, e não apenas entrar lá no corruptor, de onde vem o dinheiro ou quem tirou o dinheiro. O que é mais importante – já tentamos e não conseguimos: vamos ver, vamos estudar uma fórmula, uma legislação. Talvez, embora já sentados em um mar de coisas erradas, possamos encontrar uma fórmula, uma legislação por meio da qual possamos impedir que isso aconteça no futuro.

Penso que V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, tem mérito nisso. E fico aqui lembrando como a vida deu voltas. V. Ex^a e o seu brilhante Relator foram considerados como formando uma “chapa branca”, oficialista para que a CPI não desse em nada. E, pelo contrário, em virtude do comportamento de V. Ex^a e do Relator, a atuação foi excepcional, e eu sou obrigado a reconhecer isso, pela minha idade, pelo meu passado e pela minha biografia, que passou por aqui. Vi a CPI no início e até me manifestei, chamando atenção: “Meus amigos, como está não vai continuar, porque estou vendo aqui paixão”. Quem era do PT, paixão para não deixar atacar o PT; quem era do PSDB, paixão para demolir o PT. Isso não é CPI! É claro que temos paixão, temos raiva, defendemos, temos amor, mas uma CPI é um tribunal. Nós somos juízes e temos de agir como juízes. Então, temos de ter essa paixão, mas temos de ter isenção na hora de decidir, para decidirmos com o que está certo.

E mudou com o tempo. É verdade que, de um lado, em termos de PT, apareceram fatos tão graves, que aqueles jovens do partido, que no início estavam alucinados e não acreditavam em nada, começaram

a baixar o tom, a ver que as coisas estavam acontecendo, e realmente mudaram. E os parlamentares do PSDB, que eram os donos da verdade, começaram a ver que também apareceram coisas envolvendo seu partido e que ninguém é santo neste mundo. Assim, criou-se o ambiente altamente positivo a que a CPI chegou no dia de ontem. A Comissão se realizou ontem com isenção, com unanimidade, todos preocupados com a instituição e não com o partido “a”, nem com o Governo, nem com a Oposição.

Acredito que essa foi uma etapa muito importante, mas, mais importante ainda é lembrarmos que, na outra CPI, em que cassamos os “anões” do Orçamento, chegamos lá e terminamos, mas o resto ficou na gaveta, e não se fez mais nada. Agora, não. Agora, a CPI vai começar uma segunda etapa, em que poderemos entrar nos corruptores e, inclusive, analisar uma legislação para que os fatos não se repitam.

Volto a dizer que ontem vivi um dia de muita emoção. Vi que realmente passamos uma etapa significativa e temos condições de avançar. Penso que, a partir de amanhã, o trabalho será mais fácil, porque, até aqui, havia a emoção das pessoas que estavam envolvidas; eram colegas nossos que estavam ali. Teremos muito mais tranquilidade, muito mais serenidade para julgar o pessoal que está lá nos Correios, nos fundos de pensão, na Petrobras, no Banco do Brasil, porque não temos nada com isso. Estamos todos isentos. Não importa se a pessoa foi indicada pelo PMDB ou pelo PT. Ninguém o indicou para fazer coisa errada; se o fez, teremos a isenção de levar o caso adiante.

Meus cumprimentos, Sr^a Presidente. Mais uma vez, é uma alegria estar aqui. Por mim, eu ficaria falando um tempão, mas está todo mundo com inveja de mim, por isso, vou terminar.

Muito obrigado.

Em defesa das CPIs

(Pronunciamento em 5 de setembro)

Senhor Presidente, Senhores Senadores creio que estamos vivendo um momento de grande definição com relação às nossas três Comissões Parlamentares de Inquérito. Repito que vi com angústia o início dos trabalhos dessas Comissões, vi um ambiente muito carregado de mágoa, de ressentimento, com apaixonados do PT e apaixonados do PSDB se digladiando.

Com o tempo, de um lado os nossos irmãos do PT, quando viram que as coisas realmente estavam acontecendo, mudaram a linguagem e em vez de, apaixonadamente, tentar esconder as coisas que estavam acontecendo, deixaram que as testemunhas falassem e as coisas fluíssem; por outro lado, repito, o aparecimento de casos análogos envolvendo o PSDB fez com que este, em vez de, pura e simplesmente, partir para atingir o PT, concordasse em recuar. Passamos a ter, então, um ambiente respeitável na CPI, buscando a verdade. Decisão inteligente da CPI. Primeiro, reuniram as duas, a dos Correios e a do Mensalão, porque já havia uma interrogação: a CPMI dos Correios é só para investigar os Correios? E a CPI do Mensalão é para investigar os deputados? Reuniram-se as duas, e as duas chegaram a um resultado comum. É importante salientar que, nesse resultado, houve praticamente uma votação por unanimidade. Não foi uma unanimidade fruto de um acordo, no sentido de buscar uma fórmula de saída; foi uma unanimidade que representava aquilo que hoje está acontecendo.

A imprensa tem publicado comparação entre a CPI que resultou no *impeachment* do Collor e essas CPI que estão aí, mostrando que,

a essa altura dos acontecimentos, já se estava em véspera de cassar o Presidente Collor e que agora praticamente não tem nada. Eu acho que a comparação não é feliz. E não é feliz porque, naquela ocasião, nós não procurávamos cassar o Presidente Collor. Estávamos investigando as denúncias do irmão dele, Pedro Collor, contra o Sr. PC Farias, Tesoureiro do Presidente. Em meio a essas discussões, surgiu a figura do motorista do Sr. PC Farias, que fazia a ligação com o Gabinete da Primeira-Dama e fazia os pagamentos da casa do Presidente da República – ele morava na sua casa particular, a Casa da Dinda –, das reformas lá feitas e das compras da Primeira-Dama. Ele ia lá, pegava as notas com a secretária da Primeira-Dama, ia ao Gabinete do PC Farias, pegava cheques fantasmas e fazia os pagamentos. Em meio disso, surge um cheque que apareceu de repente, um cheque fantasma endereçado a uma empresa vendedora de veículos em Goiânia, comprando um carro Elba em nome do Presidente da República. Foi aí que começou o processo de sua cassação.

Hoje não há intenção deliberada de atingir o Presidente, embora ele esteja sendo atingido praticamente todos os dias, por dentro do Palácio, pelos homens que integram o seu Governo.

Então, as coisas não estavam avançando. Feliz a decisão de apresentar o relatório parcial, no qual aqueles sobre os quais não há dúvida são denunciados ao Conselho de Ética para irem a julgamento. Não há por que esperar a conclusão da CPI para fazer-se isso.

Eu admiro e respeito os parlamentares que fizeram parte das comissões pela unanimidade encontrada, porque isso só foi possível pela disposição em se fazer, porque se fizessem pedidos de vista, se fizessem questão de ordem, se pedissem adiamento, se pedissem consultas, isso nunca chegaria a bom cabo. Mas houve tal entendimento e tal entrosamento que duas comissões, reunindo mais de 100 parlamentares, por unanimidade, chegaram a esse consenso. E isso é importante, pois se cumpriu uma etapa, a etapa que visa os parlamentares que receberam dinheiro e, por causa disso, são processados e serão julgados pela Câmara dos Deputados.

Mas a investigação não pode parar aqui, não se pode encerrar o caso. É importante que a CPMI dos Correios, a CPI do Mensalão e a

CPMI dos Bingos continuem a fazer o seu trabalho, que é muito importante. De onde veio o dinheiro? Que dinheiro é esse?

Achei os depoimentos dos representantes dos fundos de pensão uma reunião que me soou falsa. Não gostei daquela reunião. Não gostei das perguntas e não gostei das respostas. Foi uma reunião que pareceu mostrar que não sabemos a gravidade do que gira em torno dos fundos de pensão. Parece que a gente não sabe que em torno dos fundos de pensão estão os problemas mais graves e mais sérios que conhecemos.

Nos fundos de pensão giram bilhões, dinheiro exatamente dos funcionários do Banco do Brasil, da Petrobras e de outras companhias. É dinheiro público, só que na hora de funcionar, na hora de agir, na hora de andar, funciona como se fosse dinheiro particular, como se fosse um banco privado.

Eu me lembro que nas privatizações houve mais escândalo quando apareceu o dinheiro dos fundos de pensão. Lembro-me da célebre reunião que terminou com a demissão do Ministro. Ele, aqui do plenário do Senado, telefonou ao Presidente renunciando ao seu mandato, e que gravitava em torno de uma reunião feita no seu gabinete, onde estava a representação de duas das empresas que estavam brigando pelas privatizações; e os telefonemas a um presidente de um fundo de pensão para determinar que o fundo fosse para A ou para B: se fosse para A, ganhava A; se fosse para B, ganhava B. E as autoridades do Governo tomaram a decisão.

Temos de ver com profundidade os fundos de pensão. Mas acho que, agora, a CPI tem condições de investigar o dinheiro dos fundos de pensão; tem condições de investigar as verbas destinadas à publicidade; tem condições de verificar as verbas da Petrobras; tem condições de ver de onde saiu a montanha de dinheiro, que de dinheiro emprestado para o banco não tem nada!

Não se diga que o Banco Rural, que na minha opinião há muito já devia ter sido fechado, que desde a CPI do Collor já aparecia; na CPI do Banestado, houve a participação escandalosa do Banco Rural. Não se imagine que o Banco Rural esteja tranqüilo, sereno, não está nem um pouco preocupado com o dinheiro que emprestou ao PT. Não está, porque aquele é um dinheiro frio, aquele é um dinheiro que já

tem compensação lá fora, já tem garantia lá fora e, por isso, entregou aqui dentro.

A pergunta que se faz é em relação ao Conselho do Banco, que fiscaliza qualquer empréstimo a partir de determinada importância. Convoque-se essa gente, para ver se deram o parecer sobre esse empréstimo. Empréstimo não houve que não tenha garantia anterior com o dinheiro depositado lá fora.

Acho que a CPI tem condições de avançar. Eu pedi e a CPI concordou e aprovou porque a CPI do Banestado foi um dos grandes escândalos do Congresso Nacional. Nenhuma CPI conseguiu provas tão abundantes, tão claras, tão precisas como a do Banestado. Então, ali nos porões do Senado, estão as provas que vieram da Justiça americana, que mandou a cópia das CC-5 e dos dólares enviados pelo fundo de corrupção, cujas provas estão hoje nos porões da CPI.

O Sr. Mentor, Deputado do PT, então Relator, não deixou que se apurasse. E a coisa foi tão absurda, o seu parecer tão ridículo, que não colocava o Banco Rural, e não foi aprovado. E se encerrou a CPI sem parecer.

A CPI que está tratando dessa matéria, que trabalhou de uma maneira tão importante, a CPI dos Correios, aprovou. Faço um apelo e tenho certeza de que isto acontecerá: que entre as várias subcomissões que estão trabalhando ali, se crie uma especialmente para ficar com o acervo do Banestado. Que o acervo do Banestado não entre na vala-comum, mas que fique ali, que se convide alguém da Procuradoria-Geral da República, que acompanhou na hora, e que se faça dentro da CPI dos Correios o levantamento das conclusões da CPI do Banestado.

Acho que estão indo bem. No meio dessa tragédia que nós estamos vivendo, acho que o Congresso continua fazendo a sua parte. Acho que vamos adiante, cada um fazendo o seu papel. Acho, Sr. Presidente, que a Câmara não tem o direito de chegar ao dia 30 sem aprovar a microrreforma eleitoral que este Senado aprovou. Não tem direito. Será um absurdo! Será algo que não terá resposta perante a sociedade.

Se a Câmara dos Deputados vive as crises que bem entender, tendo os seus líderes envolvidos no escândalo, mesmo assim, deverá surgir no meio de lá um grupo de parlamentares com autoridade para

fazer com que se vote o mínimo necessário, que esta Casa aprovou, para a campanha eleitoral do ano que vem.

Acho que iremos lá, Sr. Presidente. Acho que a Comissão de Ética da Câmara haverá de receber as denúncias feitas pela CPI e haverá de julgá-las. Acho que a CPI haverá de continuar. E queira Deus que, nesta oportunidade, não aconteça como nas CPI anteriores, em que tivemos um trabalho muito bonito, muito positivo, muito concreto, mas, terminou a CPI, terminou tudo.

Acho que nós temos de ver na legislação onde podemos tocar para que as coisas que estão acontecendo, repetindo-se, repetindo-se – e lá se vão trinta anos –, não continuem, para que isso não se repita, para que alguma coisa aconteça.

E o que é mais importante: a decisão das Comissões Parlamentares de Inquérito foi no sentido de não apenas aprovar o processo contra os parlamentares, mas enviar ao Procurador-Geral da República a cópia dos dossiês, para que esses sejam examinados por S. Ex^a. Dizem os dois Presidentes, quer o da CPMI do Mensalão, quer o da CPMI dos Correios, que, juntos, vão entregar ao Gabinete do Procurador-Geral da República a cópia de tudo o que têm e pedir as providências. Há hoje a possibilidade de fazer isso. Lamentavelmente, nos oito anos em que o Sr. Brindeiro foi Procurador-Geral da República, isso não era possível, porque os inquéritos terminaram, as conclusões foram feitas, mas terminaram sempre na gaveta do Sr. Brindeiro e, por conseguinte, saiu a fama de que CPI terminava em *pizza*, porque CPI fazia um estardalhaço, manchete nos jornais e, na hora, não acontecia nada.

É difícil explicar para a opinião pública que uma CPI, que é uma grande instituição, uma instituição de respeito e de credibilidade, mesmo quando os resultados não aparecem tão concretos, não tem condições de botar ninguém na cadeia, não tem condições de fazer absolutamente nada que não seja apresentar a denúncia. Se for deputado, cassa; se for senador cassa; se for Presidente da República, pode demitir, mas se é um cidadão, não pode lhe dar um dia de cadeia, não pode lhe dar uma pena pecuniária para devolver o dinheiro. O que a CPI faz é finhar o seu parecer e enviar as suas conclusões ao Procurador-Geral da República. Este, sim, recebendo as conclusões da CPI, tem a obriga-

ção de olhar, abrir e examinar e, se for o caso, apresentar denúncia ao Supremo Tribunal Federal. É isso o que se está fazendo agora.

De um lado, o Congresso Nacional se reúne, pega o dossiê e vai levá-lo às mãos do Procurador-Geral da República. Espera-se que, se tiverem as provas – como achamos que têm –, o Procurador-Geral da República faça a denúncia ao Supremo Tribunal Federal para, então, poder-se dizer concretamente: não terminou em nada, não terminou em palavra vazia, mas se abriu o inquérito.

No atual Governo do Presidente Lula, justiça seja feita, se é algo que funciona exemplarmente é a Procuradoria-Geral da República. Quer o seu antecessor, quer o atual, estão agindo com muita dignidade e com muita austeridade. Já, ao contrário dos oito anos do Sr. Brindeiro, a Procuradoria-Geral da República, nos dois últimos anos, denunciou dois senadores da República, denunciou o presidente do Banco Central, denunciou um senador, ministro da Previdência. Vários casos estão sendo denunciados. Outros dois senadores estão sendo denunciados e estão sendo julgados no Supremo Tribunal Federal, porque na gaveta do Procurador não ficou: recebeu, fez a denúncia e o processo está andando lá no Supremo Tribunal Federal.

Tenho certeza de que acontecerá o mesmo agora. Haveremos de entrar com os processos à mão do Procurador. Este fará um estudo e, se entender que é conveniente, entrará no Supremo Tribunal Federal. Creio que esse é o caminho, Sr. Presidente.

Ao lado da crítica, da radicalização, do mal, da melancolia que significa para a Nação os dias que estamos vivendo, ao lado das profundas mágoas e críticas que se possa fazer ao PT, ao lado dos equívocos e erros que de todos os lados estão aparecendo, precisamos tirar conclusões concretas, objetivas, reais. Eu que sou um pessimista e que ocupei esta tribuna várias vezes para denunciar, para protestar, por não aceitar a impunidade, tenho a satisfação de dizer que, apesar de todas as dificuldades, estamos caminhando em um bom sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um triste 7 de setembro

(Pronunciamento em 6 de setembro)

Meu querido Presidente, Senador Mão Santa, estamos no final da sessão. A Mesa da Câmara e a Mesa do Senado resolveram fazer um feriado cívico durante a semana inteira. Esta semana, pelo Brasil afora, os parlamentares e os políticos estão levando a sua solidariedade ao Dia da Pátria.

Pela arrumação das arquibancadas que estamos vendo na Esplanada dos Ministérios, amanhã haverá um desfile realmente muito bonito ao qual iremos assistir. Que bom que, agora, o desfile é na Esplanada dos Ministérios. Na época da ditadura e durante muito tempo, o desfile era longe, no quartel-general, conhecido como “forte apache”, de onde o povo ficava distante.

O 7 de setembro haverá de ser, a cada dia que passa, realmente a festa do amor ao nosso País, um grande Brasil, que vence, a cada dia e a cada hora, os dramas da sua existência para rumar ao seu grande objetivo.

V. Ex^a falou no pessimista e no otimista. Sou um eterno otimista, embora não tivesse razão para ser. Em minha longa vida pública – lá se vão 50 anos –, vivi horas memoráveis, como os cinco anos de Juscelino Kubitschek.

Eu vi, criança ainda, no fim da guerra, a derrubada de Getúlio. Criança ainda, lembro-me da vitória de Dutra. Criança ainda, lembro-me da volta do Dr. Getúlio, em 1950, e de uma campanha de ódio, de rancor de Carlos Lacerda e da UDN contra o Dr. Getúlio. Lembro-me do povo nas ruas chorando.

Eu era criança quando acompanhei o corpo do Dr. Getúlio Vargas a São Borja, um homem que preferiu o suicídio a uma guerra civil.

Lembro-me de Juscelino. Eu era Presidente da Junta da UNE quando o conheci. Tenho uma foto que – eu, jovem estudante, representando a UNE e conversando com o Presidente –, para minha honra, está até hoje no Memorial. Vi o Governo fantástico, a alma extraordinária e grandiosa daquele homem, que realizou realmente cinquenta anos em cinco.

Vi a campanha cruel de Jânio Quadros e da velha UDN golpista, que elegeu Jânio, que empolgou o Brasil. Discursos memoráveis pareciam mostrar que era o homem certo no momento exato; sete meses depois, ele renunciava.

João Goulart estava na China. O filme que conta a vida de Jango mostra a sua passagem pela China como Vice-Presidente e o discurso que Jango fez no Parlamento chinês. Naquela época, 1961, em que a Guerra Fria estava no máximo e em que o ódio do mundo ocidental à China era total, Jango disse que a China teria o seu lugar como grande Nação e que China e Brasil, no final do século, haveriam de ser os países, juntamente com a Índia, que ocupariam posição de denodo na História da humanidade.

Os militares não quiseram deixar Jango assumir. Leonel Brizola precisou fazer a legalidade para que Jango assumisse. Mas todo o seu Governo foi um Governo entrecortado de ódio, de raiva, de uma campanha cruel de Lacerda, dos militares, da imprensa nacional.

E vi derrubarem o Jango.

E vi os anos da ditadura militar, os generais se multiplicando, cada vez mais radicais, mais duros. Militares do Brasil, e a ditadura que os americanos impuseram a todo o Cone Sul: Brasil, Chile, Uruguai – que nunca teve ditadura; sempre foi a Suíça brasileira –, Argentina, Paraguai. Foram anos dramáticos por que passamos.

E o velho MDB, com o povo nas ruas, reconquistou a democracia, com Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Mário Covas. E veio a democracia.

E, crueldade das crueldades, veio lá de Alagoas um jovem que parecia um sonhador, parecia um intrépido que vinha para desempe-

nhar um papel magnífico na História, e faz um papel cruel para nós, que lutamos tanto para fazer a democracia.

Não podemos esquecer a morte de Tancredo. Vitorioso nas Diretas Já, vitorioso no Colégio, Tancredo – tenho a convicção firme –, nasceu na cidade de Tiradentes e morreu, com sete cirurgias, esquartejado como Tiradentes. Morreu porque achava que, se não assumisse a Presidência da República, o Governo não daria posse ao Sr. José Sarney – como não deu. Só não imaginava, nem ele nem nós – eu me lembro até agora –, nós entrando no Palácio da Alvorada vazio, sem uma pessoa. Quem estava lá eram apenas os homens do Itamaraty designados por Tancredo, porque, pelo fundo, saía o Presidente e, pelo fundo, saíam todos os homens da ditadura.

Tive a honra de ser Líder de Itamar Franco, e foram dois anos importantes para este País.

Nunca fui um apaixonado pela candidatura de Fernando Henrique, não sei por quê. A minha paixão era por Covas. Eu achava que o homem ali era o Covas, e que Fernando Henrique era um homem que se adaptava a todo pensamento. Quando Fernando Henrique fez o discurso de posse aqui no Congresso, pois era suplente de Franco Montoro, que assumiu como Governador, foi um dos dias em que esta Casa mais lotou. Fernando Henrique tinha fama como orador, como conferencista, que era qualquer coisa de espetacular. E fez um discurso realmente muito importante. Belíssimo discurso. O que eu não conseguia entender – e me irritava até – é que eu falava com os comunistas, falava com os mais radicais de um lado e de outro, e todos achavam que o discurso de Fernando Henrique era uma maravilha. E era o que eles pensavam. Mas eu não conseguia entender como Fernando Santana, de um lado, como Osvaldo Lima Filho, de outro lado, e o Sr. Passarinho, de outro lado, todos achavam o discurso uma maravilha. E assim foi ele. Escolheu de aliança o PFL, e foi um Governo mais do PFL do que socialdemocrata.

Chegou a vez do Lula. Ah, como confiamos no Lula! E é isso que está aí.

Amanhã é o 7 de setembro. Amanhã é o dia da nossa Pátria. Amanhã é o dia do grito de protesto para muita gente, o grito dos oprimidos. E acho que é correto. Amanhã, no Dia da Pátria, é justo que os

oprimidos gritem, e gritem alto, protestem, lamentem, venham à rua manifestar seu descontentamento com as injustiças, com as crueldades, com a tremenda falta de conteúdo e de seriedade na vida brasileira. Mas todos temos de respeitar a nossa história naquilo que ela tem de bom.

Em primeiro lugar, sou um apaixonado pelo povo brasileiro. Darcy Ribeiro, em seu livro *O Povo Brasileiro*, faz uma obra fantástica, extraordinária e monumental em que fala da raça brasileira, em que mostra essa mistura do negro com o índio, com o branco, com o português, com o asiático. Mistura que não é como nos Estados Unidos, onde vemos agora o que está acontecendo na enchente, na cidade histórica e monumental. Lá está o bairro dos negros. Negros, nos Estados Unidos, que estão abaixo do nível da miséria. Estados Unidos que têm o bairro chinês, que têm o bairro italiano, que têm o bairro japonês, que têm o bairro latino-americano, onde eles se fecham e vivem cada um em seu mundo. Tem o bairro dos irlandeses, tem os irlandeses nobres, que praticamente não se misturam com ninguém.

No Brasil, não. No Brasil está se fazendo essa mestiçagem. Começou com o português e o índio; o português e o negro; o negro, o português e o índio. Mais tarde, vieram os italianos, e vieram os alemães, e vieram os árabes, e vieram os chineses, e vieram os latino-americanos. A raça brasileira está em formação, é verdade, mas é uma raça que tem qualidade, que tem conteúdo, que tem credibilidade, que tem seriedade.

Dou nota 10 ao povo brasileiro, à sua capacidade de resistência. Todos veriam isso se a imprensa e a televisão brasileira não fossem tão cruéis, não mostrassem apenas os exemplos do que é ruim, se no Brasil não fosse notícia só a desgraça, só o que há de cruel, só a morte, como disse a Senadora Heloísa Helena, quando mostrou aqui o exemplo do que aconteceu e do que acontece todos os dias no Brasil. Se vou a uma vila lá no Rio Grande do Sul, à favela, ao lugar mais simples, mais humilde, conheço gente simples e humilde, mas que tem honra, que tem dignidade, que tem seriedade, que tem caráter. São pessoas humildes, que trabalham com suas mãos calejadas, ganham o mínimo necessário, mas seus filhos vivem uma vida decente, uma vida honrada. Conheço muita gente, gente simples, sim, mas que tem honra de

seu nome, que tem honra de educar seus filhos nos princípios cristãos da seriedade, da dignidade, e que ensinam seus filhos a caminhar para frente.

O Brasil tem muito disso. Por isso, elaborei um projeto de lei que, um dia, haverá de ser lei. Defendo a tese de que toda televisão brasileira deve transmitir, durante uma hora por dia, em horário nobre, um programa voltado para o social, para a sociedade brasileira. Não me refiro a um horário oficial, ao programa A Voz do Brasil ou a outro programa de Governo. Seria, por exemplo, a Globo fazendo um programa espetacular, como ela sabe fazer, só que, em vez de voltar-se para a novela, em que vale tudo, que mostra tudo, que desmoraliza tudo, que ridiculariza a vida, a sociedade e a família brasileira, poderia fazer um programa, mostrando a dignidade e o caráter do povo, vendo a situação como ela sabe ver – quando quer – e como ela pode fazer.

Sou um apaixonado pelo povo brasileiro, mas reconheço: ô elitezinha vagabunda que tem o Brasil! Ô elitezinha! E é geral. Vamos dizer: nós, políticos, somos uma elitezinha vagabunda! Mas, cá entre nós, os empresários não são melhores, as lideranças sindicais não são melhores, as lideranças da imprensa não são melhores, até a elite religiosa, no seu contexto, não é melhor.

Temos grandes nomes em todos os lados. Temos gente fantástica na política, como Teotônio. Na imprensa. Empresários, como Antônio Ermírio. Na universidade, temos grandes nomes. Mas, lamentavelmente, não é a regra e não é o caminho que se impõe ao País.

Precisamos fazer profundas transformações. A ditadura veio para durar e mudou o Brasil de cima para baixo; os militares não tiveram coragem de fazer aquilo que podiam ter feito. Já que não havia liberdade, já que eles faziam o que bem entendiam, já que a imprensa não podia publicar nada, eles que fizessem as transformações. Em vez de cassar os políticos, os líderes, os intelectuais de primeira grandeza, cassassem os ladrões, fizessem a apuração das vigarices e das bandalheiras.

Ao contrário, a carreira final do militar não era como general quatro estrelas, era como presidente de comissão mista. Era como presidente de uma comissão tipo Petrobras, tipo Eletrobrás, onde ele terminava fazendo o seu outro salário.

Vivemos uma hora triste neste 7 de setembro.

Mas creio, Sr. Presidente, que a nossa mensagem ao povo brasileiro, mesmo assim, é uma mensagem de paz e de amor, é uma mensagem de confiança nestes jovens que estão aí trilhando caminhos, buscando escolas, estão aí aprendendo a viver! Este País que cresce e, apesar de tudo, é recorde mundial da má-distribuição de renda! Não há país onde a distribuição de renda seja tão cruel, onde a diferença entre o que ganha mais e o que ganha menos seja tão infinita como no Brasil! E ninguém admite fazer uma reforma. Estão aí os pobres sem-terra fazendo um negócio anárquico. Se tivéssemos feito uma reforma agrária tranqüila, pacífica, democrática, hoje o Brasil estaria produzindo alimento para o mundo inteiro. Com as terras agricultáveis que temos, com essa água potável da maior riqueza, com as maiores reservas do mundo, era para o Brasil ser o celeiro do mundo, e não ser o País onde houvesse tanta miséria. Mas caminhamos para lá!

Dizem que Deus é brasileiro. Deus me perdoe, mas não sinto isso, não! Se é brasileiro, quer judiar de nós para ver se chegamos lá. Porque são tantas as crueldades por que o povo brasileiro passa, são tantas as maldades que o povo brasileiro sofre que, na verdade, na verdade, não é difícil encontrar os caminhos que devemos trilhar!

Infelizmente, se a Câmara dos Deputados, até o dia 30 agora, cometer o absurdo, o escândalo e não votar a minirreforma eleitoral que votamos no Senado, vamos ter uma eleição no ano que vem suja, feia, ridícula, absurda, e a Câmara será a responsável. O Senado teve grandeza, seus líderes, justiça seja feita, se reuniram e fizeram o mínimo necessário, o mínimo necessário.

O nosso projeto, aprovado aqui por unanimidade, de fundo de campanha pública está na Câmara parado. O nosso projeto que termina com televisão, com seu Duda fazendo propaganda para esconder o candidato, está lá na Câmara parado. Mas esta Casa votou o que era necessário. Votou. Dinheiro público de campanha, não! Mas, em compensação, cada candidato tem de ter uma conta só e ser o responsável por ela, para que não aconteça o que está acontecendo agora e, de repente, aparecer dinheiro por tudo que é lado como dinheiro gasto em campanha, porque dinheiro que não foi gasto na campanha e não teve naquela conta do Pedro Simon é dinheiro que veio de fora, é dinheiro roubado, é dinheiro que não vale.

A Câmara deverá votar e, se votar, será o primeiro passo. Temos de fazer um sistema partidário onde a eleição tenha um pingo de seriedade. Não podemos fazer da eleição essa guerra cruel, injusta e desumana, em que irmão luta contra irmão. Uma eleição, hoje, é choque de dinheiro, choque de ofensas e não de idéias.

Está aí a Senadora Heloísa Helena, que foi expulsa do partido porque defendeu que os pensionistas tinham o direito assegurado na Constituição, assegurado no programa do PT, publicado na propaganda de Lula durante toda a campanha, que, depois de eleito, resolveu mudar. E ela, para não mudar, teve de sair. E o Lula, para mudar, ficou.

São essas coisas que fazem o sistema partidário tão cruel hoje, tão anárquico, legendas que se vendem. Vimos agora partidos que dobraram. Disse ao Lula, em um jantar que tive a honra de ter com ele antes de assumir a Presidência, quando falavam até sobre a possibilidade de minha candidatura a ministro, que ele deveria escolher os melhores, os mais capazes, e não se preocupar com a maioria.

Fui Governador. Governei com minoria durante os quatro anos. Não há um projeto que deixei de aprovar e que eu tenha de culpar a Oposição ou a Assembléia. A Assembléia votou o que tinha de votar sempre. Nunca dei um copo d'água, nunca me pediram. O meu tratamento foi de igualdade a todos, PMDB e adversários. Os adversários, batendo ou não batendo em mim, fizeram o que tinham de fazer. Buscar maioria não é o mais importante, meu amigo Lula. O importante é fazer aquilo que deve ser feito.

Lamentavelmente, dobrou a bancada do PP, dobrou a bancada do PTB, dobrou a bancada do PL, e depois se viu a maneira como dobraram. Por isso vivemos um quadro partidário anárquico, um quadro institucional-político anárquico. O que nos salva é que há um sentimento na Nação, e isso é muito importante, a favor do Brasil. Não vejo no PMDB, não vejo no PSDB, não vejo no PFL, não vejo na Senadora Heloísa Helena, magoada e machucada, enfim, não vejo em ninguém aqui o desejo de derrubar o Governo, o desejo de fazer o *impeachment*, o desejo de anarquizar, o desejo do quanto pior, melhor.

Aquilo que aconteceu no passado, graças a Deus, nesta véspera do dia 7 de setembro, não está acontecendo aqui. Podemos dizer que

amanhã festejaremos o Dia da Pátria, todos nós pensando no nosso País, pensando na nossa terra. O Lula e o PT achando que estão fazendo o certo. E a Oposição cumprindo seu dever.

Que o dia de amanhã seja um dia que marque, que o Presidente Lula entenda que ele tem de parar, que tem de demitir o Presidente do Banco Central. É uma vergonha que um homem processado, como ele está sendo, esteja no Banco Central. Ele nunca terá um Governo sério tendo como Presidente do Banco Central um homem que está sendo processado por corrupção, pelo Procurador-Geral da República, no Supremo Tribunal Federal.

Esta Casa está fazendo a sua parte, e muita gente achou que ela não ia fazer. Lá estão 18 parlamentares denunciados, não só pelo Conselho de Ética, mas a CPI vai entregá-los às mãos do Procurador-Geral, para que ele inicie o processo. Daqui a 10 dias, sai o segundo relatório parcial, onde a Comissão vai denunciar o Sr. Delúbio, vai denunciar os empresários, vai denunciar as pessoas que são ouvidas, que normalmente ficam na gaveta. Mas a CPI vai levar às mãos do Procurador-Geral da República essas pessoas para que elas sejam processadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, peço permissão para interrompê-lo, porque, regimentalmente, o tempo terminou para V. Ex^a. Mas eu quero aqui afirmar que, sem dúvida nenhuma, a maior homenagem à Pátria é o discurso de V. Ex^a. Eu já vi muitos discursos da História do mundo, da História universal. Um deles, um dos que mais nos emocionam é aquele de Abraham Lincoln ao prestar homenagem aos mortos, no cemitério de Gettysburg, pela guerra da unidade americana e pela democracia. Ele termina e diz: “A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Orgulhosamente, V. Ex^a, com o seu pronunciamento, se iguala àquele homem que fez a liberdade dos Estados Unidos. E que V. Ex^a, com sua inteligência cristã, inspire-se em Cristo, que, em um minuto, nos deu o Pai-Nosso. Cada vez que pronunciamos essa oração nos transportamos destas terras aos céus. Posteriormente, ouviremos a palavra da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Procurarei ser o mais rápido possível. Mas, em um minuto, só se eu repetir o Pai-Nosso...

Não vejo outra saída... Mas eu encerrarei, Sr. Presidente. Claro que encerrarei.

Apenas para desejar que amanhã seja um dia em que cada um de nós faça uma profunda reflexão. Reflexão no sentido de que cada um de nós faça a sua parte. Esta Casa está cumprindo a missão. Olha que eu sou um crítico! Eu não sou um apaixonado por esta Casa. Reconheço os trabalhos da CPMI; reconheço os deputados jovens, inclusive o ACM Neto, que, acredito, vai ser melhor que o avô. É um rapazinho excepcional, mas é um guri que está começando, e eu nunca imaginei que ele teria a competência que apresenta. Imaginei que a CPMI seria uma guerra entre PSDB e PT. Quem diria que, por unanimidade, todo mundo aceitasse votar, como o fizeram, e encaminhassem à Comissão de Ética! Esta Casa está fazendo a sua parte, Sr. Presidente.

Que tenhamos a felicidade de nos reunir e de fazer a segunda parte: esquecer de cassação, de corrupção; isso nós vamos fazer, vamos apurar! Mas vamos nos sentar à mesa e traçar rumos para um futuro. Perdoem-me, eu fiz isso. Desde 1964 estou vendo isso. Moralizamos, fizemos, mas as coisas continuam iguais porque não mudamos tudo o que deveria ter sido mudado. Creio que desta vez temos clima para fazê-lo.

O Lula terá de abaixar a cabeça e reconhecer os erros que cometeu. O PSDB não está assim tão por cima porque o PSDB do Sr. Fernando Henrique Cardoso não foi lá tão grande coisa para dizer que é o senhor da verdade. Vamos, todos nós, de cabeça baixa – não com cabeça tão mais baixa do que o outro – mantendo a altura do horizonte para nos respeitarmos reciprocamente, olho no olho e jurar – neste dia 7 de setembro – ao nosso País, à nossa Pátria, que faremos o nosso papel.

Dizem que este é o Congresso mais triste que tivemos. É este Congresso, o mais triste, que haverá de fazer o papel o mais bonito.

Feliz 7 de setembro! Que Deus nos dê as graças de que necessitamos e que agradeçamos a Deus a generosidade da imensidão da riqueza que temos e da qual ainda não sabemos tomar parte.

Obrigado, Sr. Presidente.

A urgente reforma eleitoral

(Pronunciamento em 28 de setembro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, terminou em empate o primeiro turno na Câmara dos Deputados. Vamos ver a expectativa do segundo turno.

Na verdade, eu imaginava que essa eleição na Câmara dos Deputados fosse o primeiro gesto do Governo Lula demonstrando uma nova maneira de agir, demonstrando uma fórmula de buscar maioria com entendimento, com diálogo. Aliás, a convicção que se tinha no início é que haveria um candidato único, um candidato do entendimento, que poderia até ser do PT, e vários nomes, como o de Sigmaringa Seixas, foram levantados. Lamentavelmente, ocorreu como ocorreu. Os candidatos do PTB, do PP, foram chamados ao Palácio e o Governo jogou, inclusive com as emendas.

No meio de três CPI e uma Comissão de Ética funcionando, o Governo vem e abre novamente o caderno das emendas, oferecendo-o a quem quer se vender.

Ora, Sr. Presidente, não consigo entender por que o Presidente já está dando a demonstração de como vai terminar o seu Governo. Na Executiva Nacional, na hora da escolha do Sr. Tarso Genro, que queria fazer uma eleição pela qual se fundasse novamente o PT, desse nova forma ao PT, em que o PT passaria a buscar cumprir os seus compromissos, refazer as suas idéias, deixaram o coitado do meu amigo Tarso falando sozinho. E o mesmo grupo se manteve e está no poder.

Agora, na eleição da Câmara, estamos às vésperas da sexta-feira, quando se encerra o prazo de votação da emenda que votamos aqui por

unanimidade e que está lá na Câmara para ser decidida, que é o mínimo necessário para que possamos ir para a eleição com um mínimo de dignidade no ano que vem. Nenhuma palavra. Passará o dia 30 e não votaremos absolutamente nada no que tange a dar uma expectativa de esperança, a termos um pleito um pouco mais sério no ano que vem. Vamos ter de aprovar, provavelmente, a emenda do Senador Tasso Jereissati empurrando para o fim do ano a possibilidade de emendar a reforma eleitoral, porque cumprir os prazos já não se pode.

Juro que não posso entender como o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e os Líderes da Câmara e do Senado não chegam a um entendimento em uma matéria como essa. Não consigo entender como se pode, na Câmara e no Senado, ver o tempo passar. As Comissões Parlamentares de Inquérito a cada dia trazem um escândalo novo e partiremos para a eleição no ano que vem sem as mínimas, das mínimas, reformas necessárias para darmos uma chance de um pleito com um mínimo de seriedade.

O projeto do Senador Jorge Bornhausen é infinitamente menor do que imaginávamos, mas é alguma coisa, é o que era possível a esta Casa. E o Senado Federal aprovou, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde muitos abriram mão, como eu, por exemplo, que sou favorável a uma série de propostas, inclusive de minha autoria, que foram votadas nesta Casa, por unanimidade, e estão na gaveta da Câmara dos Deputados. Concordamos em recuar para votar uma medida de emergência para as eleições no ano que vem.

E há uma coisa impressionante em relação à eleição na Câmara dos Deputados: o primeiro turno terminou às 17 horas. Oradores falaram e falaram para empurrar, tencionando, exatamente, terminar o primeiro turno às 17 horas e 15 minutos para sobrar pouco tempo. Assim, o Presidente não chamaria ao Palácio para comprar os que ficaram em terceiro e quarto lugar, para, depois, decidir entre o primeiro e o segundo lugar. E isso é contado com naturalidade... A imprensa está publicando isso com a maior naturalidade. O esquema da Oposição foi falar bastante, falar bastante tempo, empurrar o pleito, para que, em vez de terminar às 16 horas, terminasse às 17 horas e 30 minutos. E, assim, sobrou pouco tempo... Está o Governo, correndo, agora, no Palácio (do outro lado), chamando os líderes para ver o que é que dá

para fazer. Para ver os votos do Fleury, para ver os votos do cidadão do Maranhão, que ficou em terceiro lugar, e para ver o PMDB e o que acontece, depois da competente e genial intervenção do nosso querido Presidente Renan que deu uma demonstração, realmente, de estadista, saindo aqui do Senado, entrando lá na Câmara, pegando o seu partido e fazendo a jogada que, realmente, é a jogada mais mirabolante que eu vi ao longo da minha vida. O que é, sinceramente, não sei.

Mas no meio disso tudo, Sr. Presidente, o Governo joga do mesmo jeito. O que me impressiona é que não houve uma alteração, não houve uma vírgula, não houve uma modificação do Governo no sentido de dizer: agora vai ser assim! O mínimo necessário na reforma eleitoral: zero! Se depender do Governo, não sai nada, fica tudo igual!

Que se dê uma chance de ética, de moral ao permitir que a Câmara se recupere, se regenere! Que tenha a chance de aparecer com dignidade perante a sociedade! Zero. Chamou o Fleury, chamou o outro candidato, ofereceram céu, terra, ofereceram ministério, ofereceram 500 milhões de verba para repetir o que aconteceu na eleição anterior.

Este Governo merece o Severino e o Severino é demais para ele! O Severino está acima da média que o Governo merece!

Depois de amanhã, sexta-feira 30, é o último dia em que poderemos aprovar a emenda da reforma eleitoral e não há uma movimentação, não há uma palavra. Os presidentes da Câmara e do Senado não reúnem os líderes. Não há nenhuma movimentação. E a coisa mais singela é votarmos aquela emenda do Senador Jorge Bornhausen, aprová-la e levá-la ao Presidente para sancionar. É isso que tem de ser feito. Não tem o que pensar. Aquela emenda que votamos, é claro que é infinitamente menor do que se quer, mas é o máximo que se pode nessa altura dos acontecimentos. E vai passar, vai chegar o dia 30 e ninguém vai fazer nada. E ninguém vai fazer nada!

Imaginem se vamos para um pleito no ano que vem sem mudar, sem alterar nada. Mas o Governo está conseguindo algo importante, meus amigos: botou na cadeia o Maluf, vinte anos depois, quando o Maluf já devia estar saindo. Teria cumprido vinte anos de cadeia e devia estar sendo solto. Quando ele devia estar sendo solto, depois de cumprir os vinte anos de cadeia, ele está preso!

Agora, vai dividir as manchetes com os juízes de futebol. Um dia, vai ser o Lula; outro dia, vai ser o juiz que apitou o jogo do Corinthians contra o São Paulo. Então, o Governo não vai ocupar as manchetes todas sobre corrupção.

No Jornal Nacional de segunda-feira, 80% das manchetes foram sobre futebol. E o Governo respirou tranquilo: “Foi bom! Deixaramos de lado”.

As manchetes de hoje falam da disputa à Presidência da Câmara. As manchetes de sexta-feira serão: “Esgotou-se o prazo e não se votou nada com relação à reforma eleitoral”.

Senhor Presidente, sinceramente, o que me preocupa agora é que não estamos mais assistindo ao Presidente Lula, ao Governo Lula e às denúncias de corrupção. Estamos agora assistindo ao que é a segunda fase do Governo Lula, com as transformações, depois de tudo que aconteceu. E as transformações são zero. Não há um mea-culpa; não há um gesto de demonstração de altivez. Não se chamam os líderes da Câmara e do Senado para, em uma reunião, ver quem vai ser o novo Presidente da Câmara. Não há um gesto de chamar o Presidente do Supremo, da Câmara, do Senado e as Lideranças para discutir como fazer as reformas para a eleição do próximo ano. Não há um gesto, não há uma ação, não há uma movimentação. Pelo contrário, chama-se o Dr. Fleury, chama-se um outro candidato a Presidente, promete-se um Ministério para um, lança-se o Presidente do PMDB com um longo e veemente apelo para ele ser candidato a Presidente. Ele aceita e, quando aceita, deixam-no pendurado no ar, mudando o candidato do Governo, e os que estavam apaixonados pela candidatura do PMDB apóiam o outro.

O que o Governo quer, Presidente? Qual é a idéia do Governo? Qual é o simbolismo do Governo? Eu não sei. Sinceramente não sei.

Confesso que ocupei esta tribuna para elogiar o Sr. Tarso Genro, porque, quando ele teve coragem de renunciar a um Ministério em que se havia muito bem, o Ministério da Educação, e assumir a responsabilidade de pegar um “tijolo quente” na mão, que era a Presidência do PT, para recompor o PT, para reconstruir o PT, eu achei que era um momento histórico, importante e significativo.

E eu dizia: “O PT pode voltar por cima. Pode voltar por cima abrindo uma brecha naquilo que de mal e ridículo foi feito, recompondo-se, ainda que perdendo alguns ou até muitos, com a essência da beleza que foi a sua pregação, a sua vida e biografia”.

O PT está aí, com a mesma gente. Duvido que vença o Raul Pont, embora a nossa querida Senadora do Pará tenha certeza de que ele irá vencer. Queira Deus que ele ganhe! Acho difícil.

Mas não sei, quando olho de longe, com o carinho que eu tinha, alguns nomes saírem do PT – e, mesmo estando no PT, para mim, eram biografias de honra e dignidade. Quando vejo aquele professor, que foi Deputado Constituinte e que teve a humildade de se candidatar apenas para caracterizar o seu gesto, quando vejo ele sair e seguir outro rumo, eu não sei.

A nossa querida Senadora Heloísa Helena vai receber um contingente realmente de primeira grandeza; vai receber pessoas que têm história, que têm biografia e que, pelo gesto da escolha, percebemos que não fizeram a opção eleitoral do que pode ser melhor para eles. Não foi uma escolha, uma opção pessoal em nível de melhoria eleitoral na campanha, nem de vantagem de ordem pessoal. Foi um gesto de grandeza.

Realmente, como dizia meu amigo Eduardo Suplicy, que sofria com a saída dos seus companheiros e que dizia que hoje era um dia de luto para o PT, porque era o que havia de melhor dentro do PT, creio que sim. E essa gente sai sem uma lágrima, sem uma palavra de lamento. Parece que saem até com as pessoas dizendo: “Já vão tarde!”

Parece que essas pessoas, como a Senadora Heloísa Helena, ao querer lembrar, cobrar os princípios, a tradição, a biografia, a história, o programa, a luta, tornavam-se irritantes, um disco velho que não parava. Não entendiam que o mundo tinha crescido, tinha mudado.

Quando vejo grandes líderes do PT argumentando: “A Senadora Heloísa não entende...” Eu assisti a um programa de televisão em que se dizia isto: “O que o senhor acha da Senadora Heloísa?” E respondia: “Ela não entende. Ela parou no tempo. Lamentavelmente, ela não entende que o PT está no Governo. Ela não entendeu que o partido no Governo é outra coisa. O partido no Governo tem que fazer aquilo que dá para fazer. Os sonhos, as ilusões, as promessas, a gente faz quando

está na oposição; chegando ao Governo, a gente faz o que é possível e não o que a gente quer. “Eu não digo que se renuncie ao sonho” – diz ele –, “mas que se renuncie à execução do sonho, porque isso é impossível”.

Então, quem acha que essas pessoas fazem bem em sair, porque aliviam as pressões internas... Sobra quem? Sobra quem para fazer o quê?

Olha, o PT não calcula o mal que está fazendo. O Lula não tinha o direito de fazer isso que está fazendo conosco, porque, na História do Brasil, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha se alimentava a esperança de coisas maravilhosas, e o Lula e o PT, com a sua vitória, foi quando o Brasil sonhou mais alto. Foi quando a sociedade, a gente simples, esses jovens universitários, os trabalhadores, essa gente pura das várias igrejas, que têm sentimento e fé, jogaram mais alto. Essa gente acreditou que tinha chegado a vez deles.

Eu não nego que acreditei. Nos meus quase cem anos de vida, em que passei por todas as experiências, por todas as decepções, fracassos e erros, vi um quadro fantástico, um deus, um herói, que, sete meses depois, fez uma renúncia ridícula e estúpida. Collor, um guri que vinha levantando o povo, sonhando com ideais, logo depois deu no que deu. Depois, a fatalidade com o Dr. Tancredo na hora de assumir. No entanto, com o Lula parecia diferente, porque o PT era diferente, naquele seu exagero de cobrar ao máximo a dignidade, a seriedade, a correção.

Fui Governador quando o PT, pela primeira vez, fez quatro deputados estaduais no Rio Grande do Sul. Aquela gente cobrava, aqueles deputados agiam, como eles funcionavam! Eles iam aos mínimos detalhes! Às seis horas da manhã estavam lá para ver se a coisa acontecia ou não.

Eu achava aquilo bonito, eu achava lindo e dizia à minha gente do PMDB, que ficava brava, que queria brigar, que eles deveriam ficar com inveja, porque aquela gente ainda tinha sonho, tinha vontade, tinha garra, tinha capacidade de fazer. Eu dizia: “Eles vão longe”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei um aparte.

E realmente foram longe; foram longe semeando essa esperança. Olha, que o Lula perdeu uma, duas, três, quatro vezes e, no entanto, se manteve. E se manteve sem se dobrar. Ele chegou à Presidência da República sem precisar se vender. Ele não precisou dos banqueiros, ele não precisou dos militares, ele não precisou de ninguém. Ele chegou com a sua gente, com o seu povo. Chegou lá, e parece que agora é outro! Parece que clonaram o Presidente!

Onde está o nosso Lula? Onde o colocaram? O que fizeram do Lula? Que cientistas diabólicos são esses que transformaram o nosso Lula nesse “Lula paz e amor” que está aí?

Isso não pode ser só fruto do Duda Mendonça. Deve haver mais gente por trás.

Observamos, no PT, mesmo os que estão calados, o sofrimento dos militantes.

Eu digo, com todo o carinho, à minha irmã, à minha filha, à Senadora Heloísa Helena: que bom o seu ideal!

Com Teotônio também foi assim. Ele era sonhador, mas conseguiu menos que V. Ex^a, porque não consegui fundar um partido. Ficou no MDB e morreu sem ver o MDB ser um pouco daquilo que ele achava que devia ser.

Eu estava amargurado desde de manhã cedo. Tentei combinar com o meu partido: “Vamos falar com o Presidente do Senado para não fazer esse esquema, vamos promover um entendimento dentro do nosso Partido”.

Se é para retirar a candidatura, retira-se a candidatura; se é para apoiar, apóia-se, mas não se deve fazer uma coisa dessa natureza! O presidente do partido, de um lado; o presidente do Senado, do outro, numa atitude insólita que nos deixa mal perante a sociedade.

O Presidente vai até o fim. A sessão não vai começar às 18h. Podem escrever, porque, até às 18h, eles ainda estarão no Palácio, negociando. E, enquanto não terminarem as negociações, a sessão que dará início à votação não será aberta.

Não sei, mas acho que, quando a gente quer, a gente pode.

Vejo os líderes, aqui, com muito respeito, mas me parecem um pouco acomodados. Parece-me que o Líder do PT está naquela de “o que se conseguir aprovar, aprova-se; o que não se conseguir, deixa para depois”. O Líder do PSDB e o Líder do PFL são brilhantes: fazem as denúncias, mas ficam nas denúncias. Ninguém pensa em uma medida, por menor que seja, de ordem prática, no sentido de “vamos fazer alguma coisa, vamos fazer a nossa parte para equacionar o problema”.

Outro ponto: houve Presidência na Câmara mais ridícula do que a do Severino? A do Severino, pelo menos, alimentou a expectativa de alguém.

Sexta-feira encerra o prazo da reforma eleitoral, e ninguém diz nada, ninguém fala nada, ninguém toma providência, ninguém diz coisa nenhuma! É sexta-feira, depois de amanhã!

Se o nosso querido Presidente do Senado tivesse deixado um pouco de lado a eleição da Câmara e se tivesse cuidado um pouco mais da reforma eleitoral, da nossa emenda, teria agido melhor.

Por isso, agradecendo a tolerância, creio que o Presidente do Senado – seja quem for que ganhe a Presidência da Câmara hoje – deve reunir-se, hoje, com S. Ex^ª, chamar as lideranças e decidir sobre o que vamos fazer em relação à reforma eleitoral. Creio que, se se fizer isso, se se sentar à mesa, se se reunir as lideranças, haverá condições de, até sexta-feira, a Câmara dos Deputados votar a emenda já aprovada no Senado para podermos dizer: “Vai ser diferente. A eleição, daqui a dois anos, vai ser diferente”. Por quê? Porque votamos medidas realmente moralizadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como será a eleição de 2006?

(Pronunciamento em 29 de setembro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é importante V. Ex^a estar na Presidência do Senado, Senador Renan Calheiros, neste final de tarde. V. Ex^a acabou de dizer que não houve acordo de líderes e que, portanto, só haverá Ordem do Dia na próxima terça-feira.

Senhor Presidente, amanhã, 30 de setembro, encerra-se o prazo para qualquer mudança na legislação eleitoral a vigorar nas eleições do próximo ano. Pergunto à Casa e a V. Ex^a: como ficamos? Como ficamos para a eleição do ano que vem, depois de tudo aquilo que as três CPMI, além da Comissão de Ética da Câmara – portanto, são quatro Comissões – vêm mostrando de erros e equívocos graves que aconteceram e que, modéstia à parte, o Senado, por meio de várias reformas, mostrou que pode e deve ser feito, e que, no entanto, parado está na Câmara e não aconteceu nada?

V. Ex^a pode ser candidato, mas V. Ex^a é Senador e tem mais quatro anos de mandato. Mas as pessoas como eu, se quiserem ser candidatas, serão candidatas de acordo com que legislação? Vão se basear em que, com tudo o que aconteceu, com tudo o que se contou, com tudo o que se fala da eleição do ano retrasado?

Eu não sei, mas a Câmara dos Deputados tinha a obrigação de votar alguma coisa que significasse um fio de esperança com relação à legislação que está aí.

Votamos uma grande legislação, modéstia à parte, no ano passado: voto distrital, fidelidade partidária, verba pública de campanha, cláusula de barreira – que termina com os partidos anões, que vendem suas

legendas às vésperas da eleição –, a mais significativa. Uma profunda transformação nós fizemos, uma verdadeira nova legislação eleitoral! Está na gaveta da Câmara. Ficou na gaveta da Câmara sem substitutivo, sem modificação, sem alteração, sem absolutamente nada. Então, por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen – justiça seja feita –, esta Casa votou, e o Sr. Presidente reuniu os líderes e, por unanimidade, fomos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e conseguimos aprovar uma minirreforma. Não foi reforma política, como a imprensa publicou; não foi reforma eleitoral, mas foi uma minirreforma. Foi uma moralização de princípios que não poderiam continuar como estão agora. É uma satisfação que demos no sentido de fazer alguma coisa. Foi aprovada por unanimidade!

Pessoas como eu, que fui autor do projeto da verba pública de campanha – não que abrisse mão de que tem de ter a verba pública de campanha, mas concordamos com o fato de que, agora, para passar, teríamos de votar como votamos: limitar os gastos de campanhas, determinar a existência de alguém – o candidato –, e das verbas, que deveria ser em nome do candidato, em uma conta em seu nome. Não há paralelo, não há conta dois, não há conta paralela, não há ninguém por fora, não há gastos de campanha que se pague depois. É uma verba só, é uma conta só. Aprovamos que o programa de televisão tem de ser público, aberto, sem o coordenador político, sem o homem da televisão fazendo uma programação fantástica que gaste um mar de dinheiro para esconder a figura do candidato; proibimos o showmício, proibimos a distribuição de camisetas, de brindes e tantas coisas mais. Alguma coisa foi feita e foi aprovada, e está lá na Câmara. Amanhã é o último dia. Amanhã é o último dia! Se não votar amanhã, não vale mais nada!

Não sei, sinceramente, não sei. O Presidente da República reuniu, chamou os líderes, fizeram, elegeram, ganharam, mas ninguém teve uma palavra de entendimento no sentido de dizer: “Agora, vamos nos reunir para votarmos essa matéria”. Já não digo votar o projeto do Senado Federal, que há dois anos foi votado, que é uma reforma eleitoral de primeira grandeza, moralizadora, séria, responsável, e que o Senado aprovou por unanimidade, mas está na gaveta da Câmara. Há dois anos está na gaveta da Câmara!

Mas esse projeto, que é um projetinho, que é o mínimo necessário, mas que serve para mostrar que alguma coisa foi feita, está na gaveta da Câmara. Nem esse a Câmara vota! Sinceramente, não consigo entender.

Eu gostaria de ser candidato à reeleição ao Senado se o PMDB do Rio Grande do Sul me der legenda. O partido poderá querer fazer uma aliança e, nessa aliança, sobrar o Governo para o PMDB e o Senado para um outro partido. Mesmo assim, eu não sei se posso aceitar. Como vou fazer campanha? Tenho um nome, tenho uma biografia, tenho uma história! Como vou aparecer por aí, me voltando para um lado e para o outro? De repente, seu nome está envolvido e você não sabe nem como nem por quê. Como é que você vai fazer? Como as empresas vão poder dar um auxílio a um determinado candidato? Como é que vai ser catalogado esse auxílio? Como a imprensa vai receber uma campanha eleitoral feita nos moldes da anterior? Eu não sei. Eu não consigo compreender.

Acho que o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Lula, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados deveriam estar organizados, de mangas arregaçadas, reunindo os líderes de todos os partidos e chegando à conclusão de que esse projeto tem de ser aprovado. Isso é o mínimo que tem de ser feito. Isso tem de ser aprovado.

Em meio à tristeza dos dias que estamos vivendo, em meio ao resultado da eleição da Câmara dos Deputados de ontem... Quero dizer que tenho muito respeito pelo Deputado eleito, conheço-o de uma longa data, conheço sua biografia, conheço sua história, mas a eleição em si não foi um espetáculo que desse uma demonstração real de grandeza. Basta dizer o seguinte: são 20 os deputados ameaçados de perder o mandato, e a diferença foi de 15 votos. O candidato que perdeu por 15 votos era do PFL e estava na linha de que as cassações devem ser feitas; o candidato que ganhou foi, inclusive, testemunha de defesa do Sr. Chefe da Casa Civil; e o Presidente da República chama ao Palácio para conversar o Sr. Antonio Fleury e um outro candidato, o do PP, comprometendo-os para o 2º turno. Como vamos sair desse episódio?

Esse episódio é muito importante, porque há meses se cogita se o Presidente Lula sabia ou não dos fatos. As coisas aconteceram, mas se

dizia que o Lula não sabia de nada. O responsável seria o José Dirceu ou o Tesoureiro do PT ou o Secretário-Geral do PT, mas o Lula não sabia de nada. No entanto, ontem se via um novo PT. Não havia José Dirceu, nem tesoureiro, nem secretário-geral. Ontem se via o PT com a limpeza que teve; não havia o Fulano do Banco do Brasil, não havia o pessoal de Furnas nem os membros da Casa Civil, que também foram afastados. Ontem se via um novo PT.

O método de escolha do Presidente deixou muito a desejar: promessa de R\$500 milhões de emendas de parlamentares; garantia de que o PP vai ganhar o Ministério da Educação; promessas de troca entre o PTB do Sr. Antonio Fleury e o candidato que ficou em terceiro lugar, de que se daria apoio ao candidato oficial em troca sei lá do quê; e uma alegria enorme, estampada nas manchetes que a imprensa publicou, dos que têm seu mandato a perigo, com a vitória de Aldo Rebelo.

Que mensagem temos nós como fruto do que está acontecendo? Três CPI, Comissão de Ética, além da TV Senado e da TV Câmara, Globo News, Band News, transmitindo ao vivo o que está acontecendo nesta Casa. Qual a expectativa de todos nós, do novo PT, do novo Lula? Agora, as coisas não acontecerão sem ele saber. Ele está comandando. A imprensa fez questão de dizer que Lula chamou a si o processo da condução da eleição do novo presidente da Câmara.

Ganhou o Lula. Ganhou o PT. Elegeram o presidente. Mas não se lembraram de que amanhã é o último dia da microrreforma eleitoral. Não se trata da reforma política, nem da reforma eleitoral, mas de um processo que nos dê condições para aparecer de cara limpa na frente do eleitorado ano que vem.

O que faremos, Sr. Presidente? Pode-se aprovar o projeto do Senador Tarso Jereissati e prorrogar até o dia 15 de dezembro o prazo para a apresentação de emendas. É o que resta. Então, vamos nos agarrar como náufragos e prorrogar o prazo, que termina amanhã, para 15 de dezembro.

Nesse caso, não sei como ficarão – V. Ex^a pode me explicar – os prazos. Por exemplo: amanhã se encerra o prazo de mudança de partido; será prorrogado esse prazo? Amanhã se encerra o prazo para que o candidato a deputado esteja filiado a um partido; encerrar-se-á esse

prazo? Se mudarmos o prazo e houver essa prorrogação até 15 de dezembro, todos os prazos serão prorrogados até essa data?

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, pelo que li, a PEC do Senador Tasso Jereissati, a PEC exclui mudanças nos prazos de filiação partidária e de domicílio eleitoral. Gostaria de dizer isso a V. Ex^a porque creio que seria muito ruim se reabríssemos tais prazos. Qual foi o objetivo do legislador constituinte originário ao estabelecer que a lei que alterasse o processo eleitoral deveria entrar em vigor antes da data da eleição? Evitar o casuísmo, ou seja, alterações às vésperas do pleito para beneficiar um ou outro partido, para atender a interesse de um ou outro candidato. Então, o objetivo, a meu ver, do legislador constituinte originário foi evitar o casuísmo e consolidar algumas regras no campo eleitoral e partidário para ajudar a vertebrar os partidos. Considero que seria um grande retrocesso – porque não quero imaginar que isso venha acontecer – reduzirmos, por exemplo, o prazo de filiação partidária. Deveríamos fazer o contrário: ampliar o prazo de filiação partidária, aumentar o tempo de convivência do candidato no partido pelo qual disputa a eleição, além de outras regras, algumas das quais já consolidadas na legislação eleitoral e partidária. Penso que V. Ex^a tem razão quando demonstra certa perplexidade com o que está acontecendo, pelo fato de não termos avançado nas chamadas reformas políticas, embora o Senado tenha cumprido o seu dever e encaminhado os projetos tempestivamente à Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Enviamos os projetos, inclusive, com tempo suficiente para a Câmara reformá-los – porque tínhamos certeza de que haveria reformas – e devolvê-los para cá.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente. Então, sob esse aspecto, quero dizer que o Senado cumpriu o seu papel, mas fico muito triste ao verificar que deixamos de avançar em uma área essencial à consolidação institucional do País. E vou além – de alguma forma subscrevendo o que V. Ex^a acabou de dizer: penso que, se a reforma política tivesse sido efetuada antes, certamente muitos fatos que estão acontecendo agora não ocorreriam. A verdade é essa, na minha opinião. Aliás, para ser claro, sempre considereirei que a reforma política deveria ter sido a primeira das reformas, deveria ter precedido a todas

as demais. Até vou lembrar – desculpe interromper V. Ex^a, mas breve encerrarei o meu aparte – que, em 1994, logo após a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com ele conversei, e ele entendeu que este era o caminho correto: fazermos logo a reforma política. Chegamos a ter uma proposta mínima que seria submetida à apreciação do Congresso. Mas eis que veio, tão logo empossado o novo Governo, em 1995, um forte ataque ao real, feito por especuladores estrangeiros e nacionais. Isso fez com que o Governo tivesse de priorizar as chamadas reformas econômicas em detrimento das reformas políticas. Mas quero, para encerrar o meu aparte a V. Ex^a, dizer que lamento que a reforma política não tenha sido feita e que com ela não tenhamos conseguido avançar nesta sessão legislativa. Cumprimento V. Ex^a pelo seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É com alegria que vejo o ilustre Presidente deixar a Presidência para me honrar com o seu aparte. Muito obrigado.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a. A exemplo do Senador Marco Maciel, eu gostaria também de cumprimentá-lo. Entendo que a Câmara – tive a oportunidade de dizer isso ao novo Presidente da Câmara, eleito e empossado, o Deputado Aldo Rebelo, e o faço com a responsabilidade de quem preside o Congresso Nacional – perdeu hoje uma grande oportunidade para se afirmar perante o País. Ninguém entenderá o fato de avançarmos nas investigações – e vamos nelas avançar –, de queimarmos etapas, como quer a sociedade – e vamos queimá-las –, e de punirmos exemplarmente as pessoas que precisam ser punidas exemplarmente, sem aprimorarmos a legislação político-partidária. Vamos fazer uma nova eleição com a velha regra e com os mesmos erros. Não tem mais sentido, absolutamente nenhum sentido, o caixa dois, como não o tem o custo de R\$20 milhões, R\$30 milhões, R\$40 milhões para a produção de um programa de televisão de um candidato a governador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O preço de uma novela da Globo.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – São exatamente esses custos, essas coisas que fazem com que os candidatos, para serem competitivos, acabem tendo de ter acesso a todo tipo de financiamento, o que enseja oportunidade para que tenhamos de investigar no futuro. De modo que é uma pena. Concordo com V. Ex^a. Penso que o único caminho que nos resta agora é aprovar a emenda do Senador Tasso Jereissati. O Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, fez uma proposta sensata, para que votássemos hoje e para que os líderes da Câmara definissem o que era para ser vetado e sancionado, mas dando a resposta que a sociedade cobrava de todos nós com relação ao aprimoramento da legislação, quer dizer, do ponto de vista da necessidade da ética, da transparência, tudo isso que, mais do que nunca, o Brasil quer que aconteça. Parabenizo V. Ex^a. Um dos grandes erros desse Governo – e o disse hoje à imprensa – é manter essa passividade, ficar pautado permanentemente pela mídia. Se o Governo não cuidar da agenda do País, não colaborar para que a reforma política, a reforma tributária, a Lei Geral da Micro e Pequena e Empresa, as agências reguladoras – telecomunicações, transporte, saneamento básico – andem; se não criar condições para que essa chamada agenda estática ande – todo mundo sabe que ela é do interesse do País e que não caminha pela inércia, pela passividade do próprio Governo –, não vai sair das cordas e vai continuar sendo pautado pela mídia. Do ponto de vista do Congresso, vamos dar as respostas que a sociedade cobra, sim. Mas só vamos recuperar o respeito e a confiança quando cuidarmos da agenda do País. A Câmara dos Deputados, infelizmente, perdeu hoje uma grande oportunidade, sobretudo de concretizar a proposta do Senador Jorge Bornhausen. No Senado, votamos bastante, mas com a participação da Oposição. A correlação aqui é muito apertada também; o Governo não tem maioria sempre e, circunstancialmente, perde nesta Casa. Mas tivemos sempre a compreensão de trabalhar convergência, convergência, convergência, para que o Senado pudesse deliberar, com a participação decisiva da Oposição, sobre a reforma tributária, a reforma política e outras matérias que votamos, e que não tiveram

conseqüência na Câmara dos Deputados. Entendo que perder o encaminhamento sugerido pela Oposição, neste momento de crise política e de confrontação no próprio Parlamento, é perder uma oportunidade da qual vamos ressentir-nos demais no futuro. Parabéns a V. Ex^a. Tenho muito prazer em participar deste seu discurso, deste debate, neste momento em que o Brasil cobra realmente muita coisa de todos nós e tem muita razão de cobrar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Marco Maciel, porque acho que estamos tocando em um plano dramático. É quase incompreensível que nos tenha faltado a competência do diálogo para resolver essa questão.

Concordo com o Presidente, quando diz “o erro do Governo”. O Governo deveria ter feito primeiro as reformas política e eleitoral. Começou da pior maneira possível: com a Lei da Previdência, tomando providências e decisões contrárias a toda a sua vida. O PT e o Lula colocaram na reforma da Previdência princípios contrários aos 25 anos de luta e tradição do partido. Disso resultou uma crise enorme, que o dividiu, rachou. Se ele tivesse começado com a reforma política, se tivesse iniciado com a reforma eleitoral, em que poderíamos facilmente encontrar o entendimento de toda a sociedade, de toda a Casa – tem razão V. Ex^a –, estaríamos vivendo um novo momento, e talvez o PT, em vez de iniciar sua caminhada de reformas com um racha no partido, que não parou mais, teria começado com um ato de grande alcance político, e seria uma reforma política.

O Senado, modéstia à parte, conseguiu votar, praticamente por unanimidade, uma reforma político-eleitoral do maior conteúdo no seu primeiro ano. Votamos a fidelidade partidária; com grande dificuldade e esforço, votamos a limitação da cláusula de barreira, quer dizer, tivemos de resistir. Votamos a cláusula de barreira, o gasto público de campanha, uma série de artigos que transformaram e modificaram profundamente a vida brasileira. Lamentavelmente, na Câmara não houve interesse.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ficou nas gavetas e não foi aprovado.

Agora, a Oposição desdenha o Presidente. O Senador Jorge Bornhausen teve a iniciativa, mas ela era tão correta, que foi aprovada por unanimidade. Houve o trabalho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que modificamos aqui; todo mundo quis modificar para acertar. Por unanimidade conseguimos um borrão, um tapa-buraco, para apresentarmos um projeto que nos desse condições de ir para a opinião pública com dignidade. Nós o aprovamos tranquilamente, com o prazo necessário para ir à Câmara, e ele está na gaveta, naquela Casa.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, serei breve nesta segunda intervenção, para fazer dois registros. Em primeiro lugar, como o Presidente Renan Calheiros observou e V. Ex^a também, o Senador Jorge Bornhausen fez um projeto que ajudaria, e muito, a melhorar o processo eleitoral já no próximo ano, pela redução dos custos da campanha, pela transparência maior que as eleições teriam, pela simplificação do processo eleitoral, inclusive pela redução da duração das campanhas, que ainda são muito longas no País. Pois bem, este registro não pode deixar de ser dado: o Senado acolheu esse projeto com celeridade e o encaminhou à Câmara. Em segundo lugar, o Presidente Renan Calheiros, desde sua posse, teve um interesse muito grande no sentido de que avançássemos nesse campo; fez sucessivas reuniões, muitas das quais participei, não somente aqui, no Senado Federal, mas na residência do Presidente do Senado, com líderes do Senado e da Câmara e presidentes de partidos. Em que pese o esforço, o avanço foi pequeno. Enfim, não temos o que comemorar, quando já se aproxima o fim desta sessão legislativa. Agora, o que cabe a mim, talvez, lembrar é que o TSE fez uma comissão e concluiu seus trabalhos, com muitas propostas interessantes. Algumas não estão adstritas ao universo da legislação eleitoral e partidária, mas poderão ajudar a melhorar o processo, porque são mudanças no Código Penal. Por exemplo, uma das propostas do Tribunal Superior Eleitoral, se não estou equivocado, é a de que o candidato que tiver alguma

condenação em primeira instância confirmada em segunda instância não poderá candidatar-se. Eu recorro – vou dar apenas um exemplo – que o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Desembargador Marcus Faver, mostrou-me um recorte de *O Globo* sobre um levantamento que S. Ex^a tinha feito no Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2004. Nesse levantamento constava uma questão que mostra a necessidade de termos cuidado na escolha dos candidatos. Duzentos e vinte candidatos tinham anotações penais, e alguns desses, crimes de homicídio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu Deus!

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Crime de homicídio. Então, talvez essa alteração que o Ministro Carlos Velloso sugere – alteração do Código Penal, que não diz respeito à legislação eleitoral partidária, não se aplicando, portanto, a vedação do art. 16 da Constituição – possa ser votada aqui, visto que independe do prazo prescrito na regra constitucional. Agora, avanço um pouco mais no território que não nos pertence, do Tribunal Superior Eleitoral. O Presidente Carlos Velloso é uma pessoa muito preocupada com essas questões – se não estou equivocado, é a segunda ou terceira vez que S. Ex^a preside o TSE e, em todas elas, sempre constituiu comissões e operou mudanças aprimadoras em nosso processo político. Espero que o Presidente Velloso possa baixar resoluções que, de alguma forma, ajudem também a melhorar o processo eleitoral e partidário, isto é: resoluções que o Tribunal, a meu ver, está...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já que não fizemos a nossa parte.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente. E creio que o Tribunal pode fazê-lo, porque, quando se criou a Justiça Eleitoral, nos idos de 1932, entendeu-se que o Tribunal tinha a faculdade de legislar nos espaços em branco. Realmente, por um impasse aqui no Congresso, por exemplo, poderia não se fixar uma data de eleição e o Tribunal, por intermédio de resolução, pode regulamentar matéria, já que trata especificamente da questão eleitoral. Então, quem sabe o Ministro Velloso, isto é, o TSE poderia baixar algumas resoluções

que independam de aprovação de lei e que, indiretamente, vão ajudar a melhorar o processo político no nosso País. Mais uma vez, louvo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte, Senador Amir Lando.

Senador Marco, modéstia à parte, essa é uma das coisas de que me orgulho. Logo que cheguei aqui no Senado, foram anos de luta, mas conseguimos aprovar uma iniciativa minha que terminou com aquele escândalo de o Supremo pedir licença para processar um senador ou um deputado; o Senado e a Câmara não davam licença, não tinham coragem de negar e não queriam concordar. Então, ficava na gaveta. E o senador e o deputado, com crime de homicídio, crime de roubo, crime de vigarice, ficavam com os seus processos na gaveta. Nós aprovamos. Hoje, o Procurador-Geral da República entra no Supremo, e o Supremo inicia o processo contra o senador, contra o deputado federal, e não precisa de autorização nem da Câmara, nem do Senado. Acrescentaram um item ao meu projeto. Eu era contra, mas apresentaram: que a Câmara e o Senado podem, no decorrer do processo, sustá-lo, votando no Plenário o pedido para paralisar o processo. Até agora, nem na Câmara, nem no Senado, ninguém teve coragem de paralisar. O efeito não foi tão ruim como imaginava, e o efeito positivo existe. Imagine V. Ex^a como era. O cidadão com dois, três ou quatro processos tinha de ser deputado e dizia: “Tenho de me reeleger deputado. Se não me reeleger deputado, vou me submeter ao crivo do júri popular ou da polícia especial”. Isso, nós conseguimos. Agora tem razão V. Ex^a. Uma Justiça lerda, que não anda, um cidadão, que temos certeza absoluta de que é criminoso, de que cometeu o crime, tem seu processo em grau de recurso e fica em grau de recurso; e ele é candidato.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a aborda um tema muito importante. Diria, talvez, o tema mais importante para este momento no Congresso Nacional. Há poucos dias, talvez duas semanas, aqui, num lampejo de ingenuidade, propus ao Congresso Nacional...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a poderia ser ingênuo até quando pegou a relatoria da CPI do *Impeachment*; de lá para

cá não poderia mais ser. Com o que V. Ex^a sofreu e aprendeu lá, já tinha condições de...

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Mas o entusiasmo sempre anda de braços dados com a ingenuidade, e eu, num lampejo de ingenuidade, propus uma vigília cívica ao Congresso Nacional, para que, daquele momento, da semana seguinte, exatamente na segunda-feira que iniciava esta semana, fizéssemos aqui sessão permanente para apreciar a reforma política. Evidente que o fiz num vazio, no ocaso também da sessão daquele dia, sem repercussão alguma. Coloquei que, se não fizéssemos isso, a crise, a preocupação, todo o movimento político no Brasil não passaria de uma farsa visível e inquestionável. Por quê? Se estamos diante dos males, os remédios estão expostos e nada se faz, significa que toda essa luta política nada mais é do que uma luta pelo poder. Então, não havia um propósito verdadeiro de assepsia moral, de modificação na estrutura. Concordo com a proposta que V. Ex^a acolheu, em parte, no seu discurso, do Senador Marco Maciel, mas é pouco, porque algumas modificações só poderiam ser feitas pela lei, e não estamos fazendo isso. Exemplo: financiamento público de campanha. Esse era um tema fundamental.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que nós aprovamos no Senado e está na gaveta da Câmara.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – E começamos isso na CPI do PC, em 1992. Lembro que uma das questões que discutimos na sala de V. Ex^a foi o que poderíamos propor para mudar a cara do Brasil e toda fundamentação da corrupção. Seria o financiamento de campanha. Permanece, porque os que hoje estão fora do poder, muitas vezes, querem as modificações, mas eles terão as rédeas e os cordéis para procederem como procederam os anteriores. É uma sucessão de erros, de equívocos que, infelizmente, não tivemos a coragem de mudar. Como disse V. Ex^a, o Senado o fez, mas o Congresso como um todo, o Poder Legislativo não o fez. Portanto, em nada mudou. Tudo permanece a mesma coisa: as mesmas dificuldades, as mesmas facilidades para a delinquência, e o processo político eivado de ilegitimidade. Parabéns a V. Ex^a mais uma vez. Infelizmente, o que deveríamos fazer agora? Talvez sair em marcha cívica para exigir que, amanhã, a Câmara se

reúna e aprove essas medidas urgentes e inadiáveis, e a Nação não pode esperar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É, mas, na verdade, o que V. Ex^a disse era viável. A Câmara poderia reunir-se – tinha o espaço e o tempo disponível – e, amanhã, poderia votar. Muitas vezes, por matéria muito menos significativa, em que se resolvem interesses de A ou de B, desse estado ou daquela corporação, o Senado e a Câmara se reuniram correndo e votaram. Essa dava para fazer, mas eu não acredito. Lamentavelmente, eu não acredito.

Acho que vamos ter de esperar aprovar a proposta do Senador Tasso Jereissati e ficar aqui até o dia 15 de dezembro. Creio que, até o dia 15 de dezembro, vamos ter ainda de fazer uma pressão, uma pressão muito grande na Câmara dos Deputados, no sentido de que ela terá de assumir a responsabilidade se não votar, porque não votar significa um crime contra a coisa pública.

Agradeço pelos apartes e chamo a atenção de que, pelo menos nós, aqui, neste final de tarde de quinta-feira, estamos lembrando que amanhã encerra o prazo e que teremos, depois, de sonhar com uma possível emenda que abra o prazo até o dia 15 de dezembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Manipulação do imaginário do eleitor

(Pronunciamento em 5 de outubro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Congresso Nacional ainda não conseguiu votar nenhuma alteração, por mínima que fosse, na legislação eleitoral. Vencido o prazo para votação na Câmara dos Deputados da minirreforma aprovada no Senado, estamos diante da triste possibilidade de que possa ter o mesmo destino a proposta de emenda constitucional do Senador Tasso Jereissati. É a saída possível, uma vez que prorroga até dezembro a possibilidade legal de promover alterações na legislação eleitoral, sem casuísmos que possam beneficiar este ou aquele partido, mas seja capaz de atender à expectativa da opinião pública de moralização das campanhas eleitorais.

As mudanças, na realidade, deveriam ser votadas até o dia 30 de setembro deste ano, para que pudessem ser aplicadas nas eleições de 2006. Mas a Câmara enredou-se em problemas internos e de outra ordem, e a reforma mínima que votamos aqui neste plenário ficou na gaveta.

Em seus poucos artigos, o projeto de reforma aprovado no Senado, de iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, constitui um conjunto de alterações na legislação eleitoral que nos permitiria realizar campanhas eleitorais mais curtas e com menor custo.

Ficariam proibidos, por exemplo, os *showsmícios* com a contratação milionárias de artistas e a distribuição de brindes. Também não seriam permitidas as produções sofisticadas dos programas de TV, que constituem a maior parte do custo de uma campanha. Tais programas

vistosos, produzidos por especialistas contratados a peso de ouro, representam, na verdade, uma manipulação do imaginário do eleitor, despolitizando a escolha e amesquinhando a cidadania. Sou favorável aos debates diretos e ao vivo entre os candidatos, oferecendo ao cidadão a possibilidade de uma escolha realmente democrática, baseada em propostas, programas e idéias. Ao mesmo tempo, procuramos com a minirreforma, garantir total transparência nos gastos, tornando obrigatória a divulgação de todas as despesas na internet.

São mudanças pequenas em seu conjunto, porém de amplo alcance, pois colocariam um freio na influência crescente do poder econômico sobre as eleições, tornando o voto mais livre e democrático. Infelizmente, a Câmara Federal não conseguiu debater e votar o projeto.

Ao longo do tempo, diferentes projetos de lei e propostas de emendas constitucionais sobre o assunto tramitam no Congresso Nacional. Eu próprio sou autor de algumas iniciativas, sendo que uma delas, a do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, sem recursos privados, foi aprovada no Senado e está na Câmara. A cada eleição fica mais evidente a necessidade de mudanças urgentes, tornando mais angustiante a demora e a expectativa das mudanças.

O tema da reforma política freqüenta a agenda nacional e legislativa há muitos anos e mobiliza personagens e entidades de naturezas diversas. A preocupação comum a todos é com o aperfeiçoamento do nosso sistema representativo e da própria democracia.

Recentemente, no dia 12 de setembro, tive a oportunidade de participar de uma meritória iniciativa nesse sentido, promovida pela Federação das Indústrias de São Paulo. A entidade organizou um seminário que reuniu em seu auditório, em São Paulo, políticos, juristas e especialistas para debater a questão da reforma política. Devo ressaltar que a Fiesp, presidida com grande competência pelo empresário Paulo Skaf, vem ocupando importante espaço na agenda política nacional, prestando uma valiosa contribuição ao debate público e democrático. Skaf ampliou o espectro de ação da entidade empresarial, reunindo para compor os Conselhos Superiores da Fiesp, com a finalidade de oferecer idéias e propostas ao debate institucional, nomes da mais alta representatividade em suas respectivas áreas, como os juristas e ministros aposentados do STF Célio Borja e Sydney Sanches, o economis-

ta e deputado Delfim Neto e a empresária Viviane Sena, entre outras personalidades de competência reconhecida e com serviços prestados ao País. Senti-me honrado com o convite e com a oportunidade de debater questões relevantes num espaço privilegiado como aquele.

Senhoras e Senhores Senadores, os últimos cem anos da História política do Brasil foram conturbados. Na monarquia não havia um sistema de partidos amplamente representativo dos diferentes setores da sociedade. A República surgiu praticamente de um golpe de estado. Na verdade, vivemos curtos períodos de democracia, entremeados por longos períodos de arbítrio.

Na República Velha, as eleições se realizavam por meio de um sistema eleitoral restritivo da cidadania. Veio a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, que inaugurou o Brasil moderno. Rompeu com estruturas arcaicas econômicas e políticas, mas culminou, em 1937, com a instalação de um regime autoritário que durou até 1945. Em 1954, ocorreu a morte de Getúlio Vargas e sobreveio nova fase na política nacional. Mas, o sistema eleitoral não se alterou significativamente, embora nesse período o País vivesse um clima democrático e de liberdade de atuação partidária. Durou pouco. Em 1964, ocorre nova interrupção na vida democrática com o golpe militar.

O País só voltou à democracia em 1985 com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, depois de 21 anos de ditadura. Com a morte de Tancredo, sem que tivesse tempo de assumir, de fato, a Presidência da República, o País passou por um período de transição até as primeiras eleições verdadeiramente livres pós-64, realizadas em 1989. Em 1992, o primeiro presidente civil eleito pelo voto direto depois do regime autoritário, Fernando Collor, foi afastado por corrupção ao final de um processo de *impeachment* conduzido pelo Congresso.

Com um histórico desses, claro, nunca tivemos a oportunidade de criar e consolidar agremiações partidárias fortes, organizadas e enraizadas na sociedade. Inúmeros partidos políticos foram criados, no Brasil, ao longo desse tempo, mas acabaram banidos ou extintos por atos arbitrários.

O sistema eleitoral brasileiro atual é confuso e desagregador. Na última eleição para a Câmara dos Deputados, vimos, por exemplo, um só deputado federal – que teve uma eleição extraordinária – trazer

consgo cinco outros companheiros, dois deles com menos de trezentos votos! Ora, um fato desses mostra que há grandes problemas com as nossas leis.

Todas as nossas fragilidades políticas decorrem, a meu ver, da inexistência de partidos políticos sólidos. Temos, antes de mais nada, de encarar e resolver a questão da fidelidade partidária. É impossível manter um quadro de estabilidade e credibilidade política em que o troca-troca de partido é visto como um procedimento normal. A facilidade com que se muda de partido – e isso se verifica de forma dramática neste momento – desprestigia ainda mais a classe política. Em início de governo, em troca de favores pessoais, ou em virtude de problemas partidários regionais, virou moda mudar de agremiação. Isso é inaceitável porque frustra o eleitor.

Outro ponto fundamental diz respeito à questão do financiamento de campanhas. Acredito que a corrupção, em grande parte, começa na campanha eleitoral com o atual sistema de financiamento privado dos candidatos. É o que a nossa história política recente demonstra: vide as CPI Collor-PC, “Anões” do Orçamento, Precatórios e, agora, o caso Valdomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil. Se as verbas fossem públicas, com controle direto da sociedade, o resultado da eleição seria mais transparente. A manutenção do financiamento privado das campanhas eleitorais permanece como um vírus a corroer as bases da democracia.

Pessoalmente, acho que em grande parte esses problemas decorrem da inexistência de partidos políticos sólidos.

Temos de encarar e resolver a questão da fidelidade partidária. É impossível termos um quadro de estabilidade e credibilidade política em que o troca-troca passa a ser visto como um procedimento normal.

O partido e a ideologia partidária desaparecem, surge o inevitável e execrável balcão de negócios. Como os mais votados puxam votos para a legenda, os partidos acabam convidando artistas famosos, apresentadores de rádio e tevê e líderes religiosos para aumentar suas votações.

Assim, distorcem o princípio da representatividade política: as pessoas não votam em partidos, mas em pessoas que têm destaque na

mídia. A história fica sujeita, assim, aos interesses menores de alguns. O mandato tem de ser do partido. A delegação de poderes se dá para um sistema de idéias e não para idiossincrasias, sejam elas virtuosas ou não.

As pesquisas eleitorais divulgadas na reta final podem derrotar candidatos. Esse é um problema que a cada eleição mais se agrava. Antes da “ditadura” do *marketing* político, os partidos escolhiam seus candidatos e depois procuravam empresas de publicidade e comunicação para fazer a campanha.

Atualmente, os candidatos já são escolhidos ou vetados pelos “marqueteiros”, com base num suposto potencial eleitoral, antes de irem a exame das organizações partidárias. Há casos em que o escolhido é o candidato de menor estatura biográfica e o menos conhecido da população. O raciocínio é que, nesses casos, é possível, no esquema de *marketing*, construir, transformar e apresentar aos eleitores o candidato da forma que acharem melhor.

Diante dessas mazelas e já reconhecidos amplamente os riscos que apresentam de distorção da liberdade de escolha democrática do eleitor, veio o Senado cumprir a sua parte e oferecer ao País uma reforma eleitoral possível. É obviamente um lugar-comum insistir que é muito pouco diante dos desafios postos hoje perante o sistema representativo brasileiro. Mas era preciso começar, mesmo timidamente, e com o risco de que mesmo assim, é grande a dificuldade de avançar.

Muito obrigado.

Ética na gestão pública e privada

(*Pronunciamento em 6 de outubro*)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero, hoje, pedir que seja transcrito nos anais do Senado Federal a palestra que pronunciei, na manhã do dia 5 de outubro, no auditório Pedro Calmon, do Quartel General do Exército, em Brasília, para os participantes do II Congresso Nacional de Profissionais de Administração e Gestão. Trata-se de um texto que elaborei atendendo a uma solicitação para discorrer sobre “Ética na Gestão Pública e Privada”.

Participaram do evento profissionais de administração, gestores, executivos, empreendedores, consultores e representantes de empresas públicas e privadas, bem como profissionais que atuam em recursos humanos, finanças e *marketing*. Segue a íntegra da palestra que pronunciei:

“Senhoras e Senhores, é uma grande honra participar deste evento para falar sobre Ética na Gestão Pública e Privada. Este é, sem dúvida nenhuma, um assunto da maior atualidade. Eu diria mais: é o tema mais importante da nossa agenda nacional.

O Brasil vive hoje um momento muito grave. Sucedem-se as denúncias de corrupção em organismos públicos, mas surgem informações também sobre graves desvios éticos nas empresas privadas. Muitas delas que prestam serviços ao Governo. Os últimos quatro meses foram pródigos de exemplos. A Nação encontra-se estarecida.

A ética vem sendo muito debatida em nosso País nos últimos anos e esse debate se intensificou muito quando do afastamento por *impeachment* do então Presidente Fernando Collor. De lá para cá, o

País despertou para a discussão sobre os fundamentos éticos da vida social e política.

Meus amigos, inicialmente, quero tecer breves comentários sobre ética.

A ética é o que dirige as ações do homem, norteando a conduta individual e social. A ética define o que é virtude, o que é bom ou mal, certo ou errado, permitido ou proibido.

A ética é universal porque estabelece condutas morais válidas para todos os membros de uma sociedade.

A ética não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre discutindo aquilo que se considera ético.

Ético é tudo que ajuda a tornar melhor o ambiente em que vivem os homens.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural.

Há morais específicas para grupos sociais, como, por exemplo, um partido político. Portanto, há muitas e diversas morais.

A moral é um fenômeno social particular, que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens.

A ética é uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para balizar as ações humanas.

A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana.

A ética não é um conjunto de verdades fixas, imutáveis. A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso ocorre, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural.

Por que a ética é necessária e importante? A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem princípios humanitários fundamentais comuns a todos os povos, a humanidade já teria se despedaçado até à autodestruição.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela ONU (1948), é uma demonstração do quanto a ética é necessária e importante. Mas a ética não basta como teoria, nem como princípios gerais. Nem basta que as Constituições dos países reproduzam esses princípios (como a Constituição Brasileira o fez, em 1988). É preciso que cada cidadão e cidadã incorpore esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por eles seu comportamento.

Meus amigos:

Tenho mantido, na minha vida política, combate incessante em defesa da ética na gestão pública.

Fui autor do requerimento que criou a CPI dos corruptores, em consequência dos trabalhos das CPI do Collor-PC e do Orçamento, das quais também fui dos primeiros signatários.

Fui também o idealizador da Comissão Especial de Investigação dos atos do Poder Executivo no Governo Itamar, que, depois, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi imediatamente dissolvida.

No Senado da República, relatei o Projeto que deu origem a Lei nº 10.001 de 2000, que estabelece prioridade na apreciação pelo poder judiciário dos indícios de ilegalidades apurados por CPI. Isto, sem prejuízo de outro projeto de lei que tenho, que estabelece preferência processual para crimes contra a administração e o Erário público.

Sempre tendo em vista a ética, luto pelo fim do sigilo bancário para todos os agentes públicos: Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados, Ministro etc. Minha proposição legislativa neste sentido já foi aprovada no Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados.

Também tenho me pronunciado com frequência pelo fim da imunidade parlamentar para os crimes comuns. São centenas os processos contra parlamentares que estão suspensos em função dessa imunidade excessiva.

Apresentei vários projetos que visam dar agilidade à Justiça, entre eles, o que prevê o fim do inquérito policial, que passa a ser comandado diretamente pelo Ministério Público;

Proponho ainda a exigência de fidelidade partidária, de tal maneira que, se mudar de partido, o parlamentar deve automaticamente perder o mandato que recebeu nas urnas.

Defendo ainda, com insistência, o financiamento exclusivamente com recursos públicos para as campanhas eleitorais, que considero uma das formas mais efetivas para acabar com a corrupção.

Devo recordar que, ainda em 1998, estiveram no Senado Federal, a meu convite, dois ilustres procuradores italianos, Dr. Piercamillo Davigo e Dr. Paolo Ielo, ambos do grupo de magistrados responsáveis pela famosa operação “Mãos Limpas”. Naquela ocasião, tivemos uma verdadeira aula sobre o esforço de uma nação, por meio de todas as instituições oficiais e da sociedade civil, para combater o crime organizado, a corrupção e a impunidade. Deveríamos seguir, no Brasil, o exemplo italiano.

Minhas senhoras e meus senhores, para que se imponha definitivamente a ética no centro da consciência política desse País, temos de lutar incessantemente pelo fim da impunidade.

Infelizmente, como se sabe hoje, pessoas que praticam grandes crimes contra o patrimônio público raramente são punidas. Por isso, os crimes se repetem. Sempre digo e repito: no Brasil, só ladrão de galinha vai para a cadeia. Para os poderosos, a impunidade ainda é a regra.

Eu poderia alinhar aqui dezenas de crimes não punidos, nos últimos anos, por omissão ou inação da Justiça e do Ministério Público da União. Estes são exemplos, que afloram rapidamente, quando lembramos de denúncias e indícios de crimes que não tiveram, ainda, sua conclusão ou apuração legal:

Nos últimos quatro meses, mergulhamos numa crise profunda desencadeada a partir de uma denúncia de corrupção nos Correios. Descobriu-se, depois, que o Partido dos Trabalhadores movimentou dezenas de milhões de reais em dinheiro vivo. É o tal mensalão, que destruiu a reputação laboriosamente criada pelo PT ao longo de vinte e cinco anos.

A grande novidade no campo da ética na seara política é que o povo brasileiro não aceita mais conviver pacificamente com a corrupção.

Os meios de comunicação social do Brasil têm feito um grande trabalho ao divulgar as falcatruas com dinheiro público e ao cobrar a punição dos culpados. Mas, infelizmente, ainda impera a impunidade, em função de brechas nas leis e de autoridades omissas.

Mesmo apesar de tudo isso, sou otimista. Acho que o povo brasileiro, por meio dos seus representantes políticos, saberá dar um basta nesta situação. Já foi pior.

Acho que estamos no começo de um caminho que nos levará a uma situação melhor. Temos muito pela frente, mas já começamos a caminhar.

Muito obrigado.”

A violência no Brasil

(Pronunciamento em 7 de outubro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, muitas são as mazelas brasileiras que nos inquietam. Entre elas estão a pobreza, a fome, a desigualdade social e a má distribuição de renda. Hoje, no entanto, gostaria de tratar de um problema que, cada dia mais, vem preocupando os cidadãos brasileiros: a segurança pública.

Nos últimos anos, temos assistido a uma assustadora escalada da violência no Brasil. A violência, agora, atinge a todos: negros ou brancos, pobres ou ricos, jovens ou idosos. Tem-se a sensação de que os criminosos são cada vez mais numerosos e mais ousados. Por isso, é indispensável que o Governo adote, imediatamente, medidas eficazes para combater o crime.

De acordo com o “Mapa da Violência 4”, pesquisa realizada pela Unesco, o número de homicídios no Brasil saltou de pouco mais de 30 mil e 500, em 1993, para cerca de 49 mil e 600, em 2002. Isso representa um aumento de 62,3% em uma década! Entre os jovens de 15 a 24 anos, o número de homicídios passou de 30 para 54,5, em cada grupo de 100 mil habitantes, o que representa um aumento de quase 100%!

Números tão assustadores fazem com que o Brasil, com uma taxa de 27,1 homicídios por 100 mil habitantes, ocupe o incômodo quarto lugar no *ranking* mundial de homicídios, atrás apenas de Colômbia, El Salvador e Rússia. A pior constatação da pesquisa é que a maior parte das vítimas é composta de homens pobres, jovens, pretos e de baixa

renda. Diante de tão nefasta realidade, tenho me perguntado: que futuro poderemos assegurar para essas pessoas?

O “Mapa da Violência 4” traz, ainda, uma conclusão alarmante: a violência não é mais exclusiva das capitais, tampouco das regiões metropolitanas. Entre 1999 e 2002, o número de assassinatos cresceu 8% no interior, contra 1,6% nas capitais e 2,4% nas regiões metropolitanas. Infelizmente, o crescimento econômico de cidades do interior, além de atrair trabalhadores em busca de emprego, trouxe também a chaga da criminalidade.

Para ter uma idéia da interiorização da violência, as duas cidades com maior número de homicídios por 100 mil habitantes do Estado de São Paulo, em 2004, foram, pela ordem, Sumaré e Hortolândia. Os municípios, que ficam na região de Campinas, sequer integram a região metropolitana da capital, São Paulo.

Dados estarrecedores não cessam de aparecer! Segundo levantamento do Ministério da Saúde, divulgado no ano passado, 40,3% das mortes por causas externas, registradas em 2003 no Sistema Único de Saúde, tratavam-se de homicídios. Em 1980, os assassinatos eram apenas 19,8% das mortes por causas externas, o que traduz o crescimento alarmante da violência no Brasil.

Muito me preocupam, também, as estatísticas da violência no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Em 2002, o Rio Grande ocupava a décima oitava posição no *ranking* brasileiro dos homicídios; mas entre os jovens de 15 a 24 anos, entretanto, a colocação era a décima sexta! O povo rio-grandense não pode suportar uma taxa de 18,3 homicídios por 100 mil habitantes!

Algo precisa ser feito, e com urgência! Combater a violência com políticas públicas adequadas e eficazes é um clamor de toda a sociedade; atacar o problema de frente, e com coragem, é o mínimo que se espera das autoridades deste País, sejam federais, estaduais ou municipais.

Não podemos aceitar que brasileiros e brasileiras percam suas vidas em razão de motivos fúteis, banais! Não podemos mais aceitar que brasileiros e brasileiras percam suas vidas, qualquer que seja o motivo!

Não existe problema sem causa; mas também não existe problema sem solução! Assim, delimitar as causas do crescimento da criminalidade é condição indispensável à formulação de políticas públicas que possibilitem seu combate.

Podemos afirmar, com serenidade, que o aumento exponencial da violência, testemunhado por todos nós nos últimos tempos, não possui causa única. Deve-se, entretanto, a uma série de fatores que, agindo juntos, convergiram para a verdadeira situação de calamidade que vivemos hoje em dia.

Entre os inúmeros fatores, três foram decisivos para pintar o atual quadro da criminalidade no Brasil: elevado crescimento demográfico, persistente estagnação econômica e urbanização acelerada. Esses ingredientes formaram uma combinação explosiva, que atuou no País a partir da década de 60, facilitando sobremodo o incremento dos níveis de violência.

O Brasil dos anos 60 possuía, segundo o IBGE, uma população de aproximadamente 70 milhões de pessoas, das quais quase 39 milhões viviam no campo. Em 2000, nossa população havia saltado para cerca de 170 milhões de pessoas, das quais cerca de 32 milhões habitavam a zona rural.

A conclusão é que, nos dias de hoje, menos pessoas vivem no campo do que em 1960! Em compensação, o número de habitantes da zona urbana saltou de pouco mais de 31 milhões, em 1960, para quase 138 milhões, segundo o censo de 2000. Ou seja, a população urbana cresceu 345% em quarenta anos.

Essa verdadeira explosão encontrou as cidades sem as mínimas condições de atender tamanho aumento populacional. Não foi possível construir moradia, escolas e hospitais para tanta gente. Não foi possível, também, gerar empregos para tanta gente!

Esse processo de urbanização acelerada foi completamente descontrolado, não teve um mínimo de planejamento.

Mas como se não bastasse o crescimento assustador da população e a urbanização desenfreada, ainda tivemos de enfrentar a estagnação econômica!

Depois do chamado “Milagre Econômico”, ocorrido na década de 70, o Brasil enfrentou mais de duas décadas de paralisia, em que

a economia não foi capaz de gerar empregos para contrabalançar o crescimento demográfico.

A década de 80, de tão pífia em termos econômicos, ficou conhecida como “década perdida”. Os anos 90 começaram com inflação galopante, domada pelo Plano Real às custas de qualquer possibilidade de crescimento em níveis satisfatórios. Além disso, o social foi relegado ao último plano, com os sucessivos cortes orçamentários patrocinados pelo receituário do FMI.

Crescimento demográfico, estagnação econômica e urbanização desordenada transformaram o Brasil do século XXI no Brasil da violência, no Brasil da criminalidade. Isso aconteceu porque esses três ingredientes desaguarão na principal causa da marginalidade: a exclusão social.

A desagregação da família, o desmonte do sistema educacional público e a cultura, disseminada pela mídia, de que é vencedor quem tudo possui, levou legiões de jovens excluídos para a criminalidade, como se ela fosse a saída para todos os seus problemas.

Mas como resistir às garras do crime? O Estado está ausente: não fornece educação e saúde de qualidade; muito menos promove a geração de empregos. A família está desestruturada, perdida na ausência de valores morais. A mídia prega a cultura do ter, e não do ser. A continuar como está, o que podemos esperar para o futuro do nosso País?

É preciso agir, e agir já! Acredito que, em primeiro lugar, é imperioso atuar em duas frentes: a prevenção e a repressão. Ambas são extremamente necessárias: de nada adiantaria prevenir, sem, no entanto, reprimir a criminalidade já instalada; do mesmo modo, de nada adiantaria reprimir, sem prevenir o crime. Separar repressão de prevenção seria nadar contra a maré.

Falar em repressão é falar dos enormes problemas enfrentados pela estrutura policial e carcerária do Brasil. Infelizmente, tornou-se lugar-comum comentar sobre o despreparo e o desaparecimento de nossas polícias. Do mesmo modo, todos conhecemos as péssimas condições dos presídios brasileiros. Mesmo assim, é preciso insistir no assunto. Assim, ele não cai no esquecimento; só assim, podemos aventar soluções!

Os números do Sistema Penitenciário Brasileiro, Senhor Presidente, são ruins. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, a população carcerária do Brasil atingiu, em 2004, os 340 mil presos. No entanto, são apenas 195 mil as vagas disponíveis nos presídios. Há, portanto, um déficit de 145 mil vagas!

Tamanho déficit torna-se palpável por intermédio das cenas que vemos dia após dia nos telejornais: penitenciárias superlotadas, presos amontoados, como se fossem animais, e distritos policiais cheios de criminosos com sentença condenatória proferida. O problema ganha proporções assustadoras quando consideramos a estimativa para a população carcerária brasileira no ano de 2006 chegará aos 500 mil presos.

Estima-se, ainda, que existam no País de 250 a 300 mil mandados de prisão que não são executados por falta de vagas nos presídios. Isso significa que existem de 250 a 300 mil criminosos à solta nas ruas das pequenas e grandes cidades brasileiras. Não é a toa que os índices de criminalidade só fazem crescer, ano após ano.

Além de um sistema penitenciário deficiente, o Brasil possui polícias despreparadas para combater a escalada da violência. O despreparo começa nas academias, onde a formação ainda segue os moldes da antiga Lei de Segurança Nacional, bem como da Doutrina de Segurança Nacional, tristes legados da ditadura militar.

Infelizmente, o cidadão é visto como potencial inimigo interno, o que dificulta o entendimento e a cooperação entre polícias e sociedade. Ademais, existe a cultura, nos meios policiais, de que informação é poder, o que impede a transparência das informações e aprofunda a visível falta de cooperação entre a Polícia Civil, Militar e Federal.

Também é claro o desaparecimento das polícias brasileiras, civis e militares, para lidar com bandidos cada vez mais armados. Faltam viaturas e armamento compatível, o que tem produzido um número de vítimas cada vez maior entre policiais em serviço. Do mesmo modo, é inegável a má remuneração percebida pelos policiais, traduzida em desânimo para continuar atuando, além do alto número de requisições para que policiais sejam cedidos a outros órgãos do Poder Público.

Tantos problemas se refletem na baixa produtividade das polícias brasileiras. Segundo estudo de José Vicente da Silva Filho, do Instituto Fernand Braudel, em menos de 3% dos cerca de 2 mil roubos ocorridos diariamente na cidade de São Paulo, os assaltantes são presos no momento do crime. Ademais, apenas 1% dos homicídios chegam a ser esclarecidos pelos trabalhos de investigação policial.

Por sua vez, do ponto de vista da prevenção, é preciso atuar em duas frentes: promover uma educação universal e de qualidade; e combater, de uma forma definitiva, a acachapante desigualdade social na qual está imersa a sociedade brasileira. Em resumo, é preciso proporcionar ao jovem e à jovem brasileira não só condições de sobreviver, mas também condições de viver e de criar, dignamente, os seus filhos.

Já dizia Victor Hugo: “Construir uma escola é destruir uma prisão”. Nada mais adequado à realidade nacional! A escola, além de transmitir o conhecimento científico, dá aos alunos o senso ético. Ela ensina moral, comportamento, regras da sociedade e o modo como funcionam as instituições. Em suma, a escola ensina cidadania.

Quando falo em educação, não me refiro apenas às universidades. Sim, é preciso ter um ensino superior de qualidade e com acesso democrático. Mas também é preciso olhar para o ensino fundamental e médio. Afinal, é nos bancos das escolas do ensino básico que se forma o caráter dos alunos. À faculdade, os jovens já chegam com valores morais definidos!

Além de educar nossa juventude, também precisamos proporcionar-lhe oportunidades. E a melhor maneira de fazê-lo é promover uma verdadeira distribuição de renda neste País, de modo a erradicar a pobreza e a desigualdade social. Para isso, somente programas emergenciais não resolvem, apesar de sua enorme importância para quem está em situação de desespero.

A melhor forma de distribuir renda é promover a geração de empregos. E a melhor forma de gerar empregos é priorizar, de forma absoluta, a política social! O nosso Brasil não suporta mais os superávits fiscais cada vez maiores; muito menos as taxas de juros situadas na estratosfera. Chega de privilegiar os rentistas!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo admitir que o Governo Lula vem tentando mudar a abordagem do combate à violência no País. O Plano Nacional de Segurança Pública, intitulado “Projeto Segurança Pública para o Brasil”, dá um passo importante em direção à mudança de paradigmas: reconhece a necessidade premente da realização de reformas sociais estruturais no Brasil. Entretanto, não prevê, em seu bojo, tais reformas, relegando-as ao âmbito de programas sociais como o Bolsa Família e o Fome Zero.

A grande proposta do Governo é a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que significará a integração dos órgãos federais, estaduais e municipais da área de segurança. Seu objetivo é pôr fim à dualidade histórica entre a Polícia Civil e a Militar, resolvendo os conflitos de competência e a duplicidade de gerenciamento, de equipamentos e de ações.

Centrado nas polícias estaduais, o SUSP estabelece também uma inédita cooperação entre Polícias Cíveis e Militares, Polícia Federal e Guardas Municipais. É uma tentativa inovadora de pôr fim aos conflitos de competência e à falta de comunicação, que tanto prejudicam o combate à criminalidade e que se refletem nos índices crescentes – e assustadores – da violência no Brasil.

O SUSP ainda prevê a criação do Conselho Consultivo de Segurança Pública, integrado por representantes da sociedade e pelos chefes e comandantes das polícias, tendo como objetivo o acompanhamento da política unificada de segurança pública. Sem sombra de dúvida, é uma iniciativa que aproxima a sociedade e os órgãos policiais, o que parecia impossível no tempo da ditadura.

Herança também dos “anos de chumbo” são os resquícios da Doutrina de Segurança Nacional, que ainda marcam a formação de nossos policiais. Mas há esperança. A criação do SUSP prevê a unificação progressiva das academias de polícia, norteadas por uma formação humanística, com prioridade para o respeito aos direitos do cidadão.

Gostaria, ainda, de destacar dois pontos, que considero fundamentais, entre os muitos outros constantes do Plano Nacional de Segurança Pública: o controle rigoroso do uso das armas de fogo; e a mudança do inquérito policial.

Será estabelecida a obrigatoriedade da apresentação de relatório sobre o uso de armas de fogo, no qual os policiais terão de descrever, detalhadamente, as circunstâncias das ocorrências com vítimas fatais. Essa medida é de suma importância para coibir os abusos ainda praticados por uma minoria de maus policiais.

Já a mudança do inquérito policial visa a aproximar a polícia do órgão a que se destina esse documento: o Ministério Público. É uma forma de aumentar a produtividade do trabalho policial, evitando que falhas cometidas no inquérito se transformem em brechas pelas quais os criminosos escapem da condenação.

Infelizmente, somente boas idéias não bastam: é preciso colocá-las em prática. A implantação do Plano Nacional de Segurança Pública vem esbarrando, sistematicamente, nos impiedosos cortes orçamentários feitos pela equipe econômica. Embora com justificativas técnicas, esses cortes são frutos da mais absoluta insensibilidade dos tecnocratas de plantão, invariavelmente pouquíssimo preocupados com os anseios e as carências da sociedade brasileira.

As atitudes do Governo Federal não deixam dúvidas de que o tema segurança pública não é prioridade da administração. Em primeiro lugar, não foi adotada a proposta do PT de tornar a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, em Secretaria de Estado ligada à Presidência da República. A promessa de campanha era, além de elevar o *status* da Senasp, trazer a Polícia Federal e a Secretaria Nacional Antidrogas para sua estrutura, a fim de obter a efetiva coordenação da política nacional de segurança.

Em segundo lugar, veio um golpe mortal. O Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, deixou as atividades de segurança pública cobertas pela Senasp de fora dos “Programas e Ações de Gerenciamento Intensivo”. Na prática, isso significou jogar a segurança pública na vala comum das áreas que sofrem contingenciamentos orçamentários!

A superlotação dos presídios continua a ser tratada como problema dos estados. Dos cinco presídios federais prometidos, apenas o de Campo Grande pode entrar em funcionamento até o final deste ano. Enquanto isso, as penitenciárias continuam abarrotadas, as delegacias idem, e as rebeliões grassam por todo o País. O Fundo Penitenciário

tem um saldo de 320 milhões de reais não investidos: o Governo tem usado os recursos para obter o malfadado superávit primário.

Igual destino foi reservado às verbas alocadas no Orçamento do ano passado. Segundo estudo da Consultoria Legislativa do Senado Federal, os principais programas de segurança pública possuíam dotação autorizada de cerca de 683 milhões de reais, dos quais apenas 252 milhões e 701 mil haviam sido pagos até o final do ano: 37% do total.

Para o SUSP havia, no Orçamento, pouco mais de 250 milhões de reais. Somente 122 milhões foram executados. A inteligência federal voltada para ações de segurança pública dispunha de poucos 3 milhões 139 mil reais. Foram gastos apenas 936 mil, menos de 30% do previsto. Os 2 milhões e 200 mil reais restantes foram para a caixa do superávit primário!

Com esse quadro, Sr. Presidente, o Plano Nacional de Segurança Pública é inexecutável!

Some-se a isso a não-eficiência dos programas sociais do Governo, e temos, diante de nossos olhos, os motivos do caos da segurança pública neste País e as razões dos índices, cada vez mais alarmantes, da violência e da criminalidade!

O Plano Nacional de Segurança Pública está repleto de boas idéias. Para obter sucesso, no entanto, é preciso que o Governo eleve a segurança pública a uma prioridade de sua gestão. Não é pedir muito. Basta escutar o clamor das ruas. Os brasileiros estão com medo.

Temos de acabar, imediatamente, com os cortes orçamentários na área de segurança. Ademais, é preciso ampliar a eficiência dos programas sociais para que eles atinjam mais pessoas, sobretudo aquelas que mais precisam. Investir em educação também é fundamental.

Os índices de violência e de criminalidade só vão situar-se em níveis aceitáveis quando o Governo priorizar, de fato, a segurança pública. Sabemos que se trata de um problema de difícil equacionamento, mas de solução possível. Basta que seja enfrentado com seriedade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O déficit habitacional brasileiro

(Pronunciamento em 11 de outubro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho hoje, aqui, tratar de um tema da maior importância. Refiro-me ao grave problema da falta de moradia. Diversas políticas habitacionais, até aqui praticadas, não foram capazes de apresentar os resultados esperados.

Até mesmo um Ministério das Cidades foi criado com o objetivo de definir novas alternativas de combate às desigualdades sociais nas grandes e médias cidades brasileiras.

Apesar disso, o velho sonho da casa própria continua cada vez mais distante para as camadas mais pobres de nossa população.

Segundo publicação do Ministério das Cidades, sob o título Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas, lançada em dezembro passado, o País convive com um déficit quantitativo total de 7,2 milhões de moradias.

Antes da divulgação desse dado, trabalhava-se com a necessidade de construção de 6,65 milhões de unidades. O novo número identifica 5 milhões 470 mil habitações nas áreas urbanas e 1 milhão 752 mil nas áreas rurais.

Quanto ao déficit qualitativo, ou seja, casas em precárias condições de habitabilidade, a própria Secretária-Executiva do Ministério das Cidades, Doutora Ermínia Maricato, em recente entrevista, estipula o estoque superior a 12 milhões de unidades.

Mais de três milhões de famílias vivem em condições de coabitação, com mais de uma família na mesma moradia.

Em habitações rústicas, produzidas com materiais de baixa qualidade e durabilidade, vivem cerca de 1,8 milhão de pessoas.

Em domicílios improvisados, grotas, tendas, grutas ou simples buracos, moram cerca de 200 mil brasileiros.

O pior de tudo é que o próprio Governo projeta que o déficit será de 12,4 milhões de unidades em 2023, sinal de que as medidas que estão sendo anunciadas pela equipe do Presidente Lula, mesmo que cumpridas, surtirão pouco efeito.

O próprio Governo reconhece que é difícil reverter a situação nos próximos vinte anos. Adianta que, a partir de agora, seriam necessários investimentos anuais da ordem de 12,4 bilhões de reais para enfrentar o problema com programas, que, na verdade, ainda estão em estágio de discussão nos ministérios e no Congresso Nacional.

Levantamento recente, realizado pelo pesquisador Luiz César Queiroz Ribeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revela que 97,2% do déficit habitacional brasileiro está concentrado nas famílias com renda de até cinco salários mínimos, ou seja, 1.300 reais.

Trata-se de pessoas que estão absolutamente fora das linhas de crédito imobiliário das instituições financeiras porque simplesmente não são capazes de pagar as prestações com juros tão elevados. Digase de passagem, em nosso País, apenas 20% dos grupos familiares que necessitam de uma moradia têm realmente condições de realizar a compra. Os 80% restantes não têm renda nem condições de assumir um financiamento por 15 anos.

Não podemos deixar de destacar que a situação dramática da habitação no Brasil tem raízes históricas e vem se agravando desde os tempos da escravidão.

Na nossa contraditória evolução socioeconômica recente destacam-se: vergonhosa concentração de renda; migração intensa; urbanização incontrolável; explosão demográfica; alto desemprego; aumento indiscriminado da violência; recessão econômica, períodos longos de inflação elevada; sucessivos planos de estabilização econômica e taxas de juros estratosféricas.

Por tudo isso, o Estado brasileiro até hoje não foi capaz de transformar em realidade o sonho de milhões de brasileiros, que é a aquisição da casa própria.

Em síntese, todos esses aspectos e mais a desorganização generalizada do Estado, o descaso, a improvisação, o clientelismo, a corrupção que sempre esteve presente nos diversos programas habitacionais e a falta de uma política de construção de moradia voltada para os mais pobres são os maiores motivos do caos que se estabeleceu no sistema como um todo e que ficou mais evidente quando da extinção do Banco Nacional da Habitação, em 1986.

Vale lembrar que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o BNH foram criados logo após o golpe militar de 1964, com a aprovação da Lei nº 4.380/64.

Desde a criação do SFH até os dias de hoje, diversos especialistas consideram que a história do financiamento habitacional brasileiro atravessou três fases distintas : de 1964 a 1982, de 1983 a 1993, e de 1994 até os dias de hoje.

No primeiro período, os recursos vinham do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dos depósitos efetuado pelas famílias em caderneta de poupança. Durante essa fase, podemos dizer que o Sistema conseguiu quase que plenamente resolver o maior sonho de consumo da classe média depois do automóvel. Financiou mais de quatro milhões de imóveis, quase todos destinados à classe média e média alta, em condições as mais vantajosas, com subsídios generosos e tratamento privilegiado na hora dos pagamentos das parcelas e quitações de saldos devedores. Mesmo assim, os calotes foram incontáveis pelo Brasil afora e a grande farra da moradia aos privilegiados terminou com a falência do Sistema, da quase totalidade das Caixas Econômicas estaduais e das associações de poupança e empréstimo. Foi um verdadeiro desperdício do dinheiro público, que provocou inclusive o fechamento do BNH, em 1986, como dissemos há pouco.

É importante destacar que, durante essa primeira etapa, os pobres não foram sequer lembrados. Apenas alguns conjuntos habitacionais foram construídos a toque de caixa para abrigar alguns contingentes, assim mesmo de maneira precária, nos lugares mais distantes, com materiais de baixa qualidade e construção deficiente, apenas para dis-

simular e manter as linhas de crédito abertas aos detentores de altas rendas.

A segunda etapa, que começa em 1983 e vai até 1993, anuncia o caos do sistema habitacional brasileiro. O período é caracterizado por uma grande confusão, por uma retração nas linhas de crédito imobiliário e, conseqüentemente, diminuição significativa no ritmo das construções de novas unidades. Além de tudo, a sociedade começou a sofrer com os primeiros impactos da severa recessão econômica que dura até hoje; com taxas inflacionárias elevadas; perdas salariais; ritmo de crescimento praticamente nulo; conjuntura política tumultuada com a morte de Tancredo Neves e volta da democracia; com o maior confisco da História do Brasil, que aconteceu no início do Plano Collor, em 1990; e com a crise institucional grave que provocou a renúncia do ex-Presidente Fernando Collor de Melo.

Em conclusão, o período, que foi extremamente tumultuado, é encerrado e logo em seguida surgiu o Plano Real, que começou a vigorar em 1º de julho de 1994.

Durante essa fase, uma das maiores novidades surgidas na política de financiamento habitacional do País foi o Plano de Equivalência Salarial nas prestações e a concessão freqüente de reajustes inferiores aos previstos nos contratos. Essa decisão, que se refletiria de maneira favorável no valor das prestações dos mutuários, logo se tornou um pesadelo para o Governo.

Com o passar dos meses, as prestações se tornaram irrisórias e era preciso compensar as perdas que estavam sendo acumuladas. Assim, o saldo devedor era coberto pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que foi criado para garantir ao mutuário a propriedade do imóvel ao fim do contrato de financiamento. Para isso, seria necessário que todas as prestações tivessem sido pagas no momento do final do contrato, mesmo havendo saldo residual.

Dessa forma, o patrimônio imobiliário da classe média e média alta, adquirido com o dinheiro do trabalhador, estava salvo. Os sem-teto mais uma vez tiveram de permanecer na lista de espera da casa própria. Essa foi a maior repercussão social do ciclo que acabamos de analisar.

Finalmente, no período que começou em 1994 e se estende até os dias de hoje, o SFH passou a funcionar com as novidades trazidas pela Lei nº 8.692, de julho de 1993, que acabou com a cobertura do FCVS para os novos contratos e suprimiu o sistema de equivalência salarial.

Convém destacar igualmente que diversos outros instrumentos legais e outras normas afins foram introduzidas com o objetivo de adequar o funcionamento do Sistema à nova realidade. Por exemplo, era preciso enxugar as carteiras públicas e privadas de financiamento e colocar, à disposição do mercado, novas linhas de crédito.

Daí surge o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), criado pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, na verdade, uma reprodução de experiência semelhante existente nos Estados Unidos.

Em síntese, diversos estudos demonstram que, em todo o período que acabamos de comentar, e que cobre quarenta anos de modelo habitacional, o SFH funcionou graças ao socorro constante de volumosos subsídios.

O pior de tudo é que esse favor com o dinheiro público sempre foi usado para beneficiar os mais ricos, em detrimento dos que até hoje não têm moradia e que representam mais de 97% do déficit habitacional, como já vimos anteriormente.

Por fim, devemos dizer igualmente que, até os dias de hoje, percentual muito pequeno dos recursos globais do SFH foi aplicado na construção de moradias de interesse social.

Dessa forma, podemos afirmar que quem está na faixa de renda entre um e cinco salários mínimos permanece à margem de todas as linhas de crédito destinadas ao setor habitacional, sejam elas públicas ou privadas. Em outras palavras, no Brasil, nunca existiu política de construção de moradia para pobre.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, inúmeras pesquisas mostram que cerca de 82% da população brasileira sobrevive em ambientes urbanos cada vez mais desestruturados, carentes das mínimas condições de infra-estrutura e expostos aos maiores perigos.

Realmente, a desagregação urbana expõe a sua verdadeira imagem quando nos deparamos com cerca de 33% da população brasileira morando em apenas doze áreas metropolitanas gigantescas.

Uma das maiores falhas do atual Governo em matéria de atendimento social aos mais carentes é justamente a dificuldade de definição de uma política de gestão integrada dos imensos espaços metropolitanos.

Desde que assumiram suas funções, os assessores mais qualificados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva continuam meio perdidos quando falam do assunto. Passados quase três anos de Governo, conseguiram apenas timidamente ultrapassar a fronteira das generalidades.

No Ministério das Cidades, de maneira muito geral, fala-se em consórcios, segundo os técnicos, saída jurídica mais viável para integrar estados, municípios, Governo Federal e iniciativa privada em uma ação conjunta para vencer os enormes desafios da exclusão social nessas imensas áreas des governadas. Entretanto, só há pouco o Governo Federal tomou a decisão de enviar, ao Congresso Nacional, Projeto de Lei visando esclarecer melhor a questão.

De qualquer maneira, caso seja aprovada, a proposta do Planalto, se aplicada corretamente, levaria pelo menos vinte anos para atender às demandas de saneamento básico e habitação, hoje existentes nos grandes aglomerados metropolitanos.

A Doutora Ermínia Maricato reconhece inclusive que, com essa iniciativa, o Governo Lula está apenas desenhando, para os próximos tempos, uma nova política nacional de habitação e de saneamento.

Diante dessa afirmação, fica bem claro que, ao longo desses mais de dois anos de mandato do Presidente Lula, os instrumentos de política habitacional em vigor continuam os mesmos e servem apenas para atender a uma parcela mais privilegiada da população, como já mencionamos em ponto anterior deste pronunciamento.

Quanto às idéias do Governo, podemos dizer que fazem parte do universo da teoria e das suposições sobre um futuro que já é visto como pouco promissor para os que não têm onde morar. Na verdade, causa surpresa a declaração de que uma nova política habitacional está simplesmente sendo desenhada e não pode ser obra apenas de um Presidente.

Diante dessa realidade, acreditamos que mais uma vez deveremos adiar o pagamento de nossa vergonhosa dívida social, que já deveria ter sido resgatada há muito. Não temos mais condições de dizer aos excluídos que os seus problemas mais elementares estão sendo

lembrados, mas só serão resolvidos daqui a vinte, trinta ou quarenta anos. Por outro lado, causa vergonha saber que temos condições de viabilizar recursos importantes para atender aos mais pobres, mas falta vontade política e definição de prioridades nessa direção.

Não podemos nos esquecer que o Brasil dispõe anualmente de 150 bilhões de reais para o social. Em contrapartida, apenas um quarto desse montante se destina ao atendimento de programas voltados para as populações mais necessitadas.

Portanto, mais de 112 bilhões de reais ficam pelo caminho e servem a outros objetivos. O resultado desta não-aplicação de verbas públicas em favor das populações que passam necessidades será, inevitavelmente, mais miséria, mais pobreza, mais desigualdade e mais dificuldade para resolver os problemas que se acumulam.

É tarefa do Governo buscar uma solução mais rápida para transformar a realidade aviltante em que está mergulhada a maior parte de nossa população. O Estado tem a obrigação de viabilizar recursos para dotar cada moradia de água tratada, coleta de esgoto e de lixo. E mais, tem a obrigação de construir escolas, comércio, praças, áreas de lazer e facilitar o transporte público nos arredores das habitações.

O Brasil terminou o século XX com 3.905 favelas espalhadas pelo seu território. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os censos de 1990 e 2000, houve um aumento de 717 favelas no País.

Segundo o levantamento, o Estado de São Paulo apareceu em primeiro lugar, com 1.548 favelas. O IBGE mostrou ainda que a região metropolitana de São Paulo concentrava 938 favelas.

Na opinião do pesquisador Doutor Luiz César Queiroz Ribeiro, existe uma forte correlação entre o crescimento das favelas nos grandes e médios centros urbanos brasileiros e a escassez de crédito habitacional.

O mesmo pensa o economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV – RJ). De acordo com ele, as dificuldades de se obter um financiamento imobiliário e a expansão dos chamados aglomerados urbanos subnormais, na classificação do IBGE, moradias improvisadas ou simplesmente favelas,

situadas notadamente em áreas definidas como precárias, revela uma interação muito forte entre as duas situações.

No Município do Rio de Janeiro, por exemplo, a cada 10% de aumento na favelização, o acesso ao financiamento habitacional cai em 2,3%. Ou seja, quanto mais favelas, menos crédito. Ele mostra igualmente que, entre 1970 e 2000, o percentual de residências financiadas no Rio caiu de 11,59% para 7,77%. No último censo demográfico do IBGE, 18,71% das casas cariocas estavam situadas em favelas.

Na imensa periferia brasileira, quase todo o corpo social está fora de qualquer controle. As ações do Estado são bastante deficientes e os mais elementares benefícios sociais são improvisados pelos próprios habitantes. Além disso, a dificuldade de acesso à terra faz da invasão uma prática comum.

Como bem sabemos, cerca de 40 milhões de brasileiros precisam de uma casa decente para morar. Não podemos mais admitir que 10% da população urbana do nosso País continue sem acesso às redes de água potável e cerca de 40% não seja servida por redes de esgotos sanitários.

Porém, para começarmos a reverter essa situação, precisamos viabilizar imediatamente os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade, que foi tão festejado neste Plenário no momento de sua votação e aprovação. Inegavelmente, se cumprido à risca, daremos sem dúvida um primeiro passo significativo para suavizar várias demandas, pois o diploma tem muito a contribuir para tornar viável o direito à terra para os que não a possuem, o direito à moradia, ao saneamento básico, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos essenciais, ao trabalho, ao lazer, enfim, à cidadania.

Todavia, tal tentativa avançaria ainda mais rápido se quatro condições básicas fossem igualmente associadas.

Em primeiro lugar, a presença mais efetiva do Estado, que tem a obrigação de assumir as suas responsabilidades com mais eficiência e assegurar o cumprimento dos programas de desenvolvimento social sob a responsabilidade da União, estados, municípios e Distrito Federal. Essa seria, aliás, uma boa oportunidade para envolver mais os estados e municípios na questão social e apoiá-los com transferências de re-

cursos necessários para poderem tocar, da melhor forma, os projetos a serem executados.

Em segundo lugar, a mobilização da sociedade e dos movimentos que defendem uma verdadeira mudança nas estruturas da sociedade brasileira.

Em terceiro lugar, a mobilização da classe política, que pode exercer um papel fundamental na defesa das proposições, na apresentação de matérias legislativas, na exigência do cumprimento das políticas públicas voltadas para os mais carentes e na fiscalização destas.

Por fim, a definição de uma política habitacional dirigida principalmente aos grandes contingentes populacionais mais carentes, mediante um sistema de crédito imobiliário não-elitista, ou seja, capaz de ser assumido integralmente pelos mutuários de renda mais modesta. Com isso, os recursos públicos seriam investidos para combater verdadeiramente a miséria e deixariam de privilegiar as camadas de rendas mais altas, como tem sido prática comum em todos os programas de financiamento habitacional até aqui idealizados.

Lamentavelmente, o Governo atual não pensa bem assim. No início de 2004, o Doutor Jorge Hereda, Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, declarou que as prioridades do Governo Lula na área eram a construção de habitações, a urbanização em regiões metropolitanas e a ampliação do mercado formal da habitação. Para tanto, anunciou a destinação de 7,4 bilhões de reais só para a habitação. Parte importante desses recursos deveriam vir do FGTS e das cadernetas de poupança. No entanto, em resposta a uma questão sobre a modalidade dos empréstimos, admitiu: “o déficit de moradia atinge uma faixa da população que não tem como tomar recursos que são onerosos. De uma maneira geral, as verbas que nós temos para investir na política habitacional são onerosas”. Assim, como todas as políticas habitacionais praticadas no passado, os programas habitacionais anunciados pelo Governo Lula, que não chegam ainda a fazer parte de um contexto de política habitacional, só servirão para agravar ainda mais o quadro atual das deficiências de moradias que acabamos de apresentar ao longo deste discurso. O maior volume de recursos continuará sendo dirigido à classe média, enquanto os pobres continuarão dependendo das migalhas que lhes são jogadas.

Em nossa opinião, o passo mais importante para a solução do crescente déficit habitacional que afeta diretamente milhões de brasileiros que ganham entre um e cinco salários mínimos depende fundamentalmente de uma mudança profunda no vergonhoso quadro da distribuição de renda; de políticas criativas para gerar anualmente os empregos necessários que a sociedade exige; de decisão governamental para iniciar a retomada do desenvolvimento econômico visando alcançar um crescimento garantido do Produto Interno Bruto (PIB); da intervenção mais branda do Comitê de Política Monetária (COPOM), que determina mensalmente a elevação da taxa básica de juros que acaba de chegar ao patamar de 19,25%; da aplicação correta dos recursos que são destinados aos programas sociais; do acesso ao crédito às populações de baixa renda para aquisição de moradia; da transparência na divulgação de dados relativos às ações habitacionais com recursos do FGTS e da Caderneta de Poupança pela CEF; e de ações pontuais que sejam realmente capazes de diminuir o tamanho do abismo que separa milhões de desafortunados do sonho da casa própria.

Lembro bem que, em seus comícios e aparições nas redes de televisão, durante a campanha eleitoral, o Presidente Lula gostava de repetir para a multidão de telespectadores que a esperança haveria de derrotar o medo.

Realmente, por alguns momentos, tivemos a impressão verdadeira de que isso iria acontecer. Finalmente, o Brasil iria mudar qualitativamente pela primeira vez em sua História, cultuando a paz, respeitando a democracia e fazendo valer o direito dos excluídos. Infelizmente, após quase três anos de Governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em sua essência, a natureza classista e segregadora do Estado continuam intactas.

Eminentes Senadoras e Senadores, ao terminar este pronunciamento, gostaria de lembrar o notável economista Celso Furtado, que, no início de fevereiro de 2003, em entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, nos levou a recordar um velho problema do nosso País que até hoje ainda não foi resolvido, a justiça social.

É importante dizer que trechos importantes de suas declarações devem continuar soando como um alerta para todos nós e, principalmente, para os atuais dirigentes do Brasil.

Segundo Celso Furtado, “(...) percebe-se que ainda não está explícito o itinerário que o Brasil pretende seguir em seu projeto nacional. O problema brasileiro não é econômico. Se fosse, você ficaria amarrado para resolver o problema a partir do Banco Central. O problema é social, você deve partir da mobilização das forças sociais, da identificação dos problemas que afligem a população (...). A verdade é que a gente vai vendo que o Brasil é um país de construção imperfeita (...). Você só pode mudar esse quadro mudando o projeto social, o estilo de desenvolvimento do Brasil, e isso é o que eu imagino que a geração nova fará (...)”.

Por tudo o que acabamos de dizer neste pronunciamento, depreende-se que o conjunto dos problemas sociais não resolvidos, que castigam diretamente a maioria da população brasileira, são todos variáveis dependentes da atual política econômica praticada em nível nacional e internacional. O caso da habitação, por exemplo, que é o sujeito focado neste discurso, não foge à regra.

Estimo que existe uma fraca correlação entre as políticas desta área, voltadas para conter o déficit existente, e a estratégia global do desenvolvimento econômico e social que está sendo seguida pelo atual Governo. Na ausência dessa articulação, mudanças importantes no perfil da oferta de moradia aos carentes e alterações significativas na estrutura urbana do País só serão possíveis quando ocorrerem reformas profundas nas condições de cidadania jurídico-política e socioeconômica do povo brasileiro. Aliás, desde o início de minhas palavras na sessão desta tarde, nesta tribuna, tive a preocupação de apontar para essa necessidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Convocação do Ministro da Agricultura

(Pronunciamento em 14 de outubro)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, é claro que tenho de iniciar com o problema da aftosa. Estamos entrando com um requerimento – o Senador Heráclito Fortes, eu, o Senador Paulo Paim e o Senador Sérgio Zambiasi – convocando o Ministro da Agricultura para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Alguém que está me assistindo poderá perguntar: mas por que é que não se convoca o Ministro da Fazenda, se é o Ministro da Fazenda que manda? Não convocamos o Ministro da Fazenda, porque estamos estudando ainda a fórmula pela qual vamos enquadrá-lo em crime de responsabilidade. Não convocamos o Ministro da Fazenda, porque ele não vem. Não vem, não dá satisfação, não liga. O máximo que faz é, atendendo a um telefonema da Presidência da Comissão, pedir que os membros da Comissão falem com seu assessor, com seu chefe de gabinete. Uma vez, fizemos uma briga na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e fomos incorporar... Aí S. Ex^a recebeu. Mas foi uma coisa muito especial. Vamos ter de entrar... Eu pretendo entrar com ação de crime de responsabilidade, porque é uma humilhação, uma desmoralização o que o Ministério da Fazenda está fazendo com o Congresso Nacional, não atendendo nossas convocações.

Então, vamos urgir com o Ministro da Agricultura. Até porque, no caso, o Ministro da Agricultura é quem vai dar explicação. O Ministro da Fazenda, já sabemos, cortou, não deu. Porque a aftosa já é algo que está sob controle absoluto, não existe mais o problema da

aftosa. A não ser quando não há cuidado, a não ser quando não há fiscalização, a não ser quando não há a devida preparação naquilo que se deve fazer para evitar que venha a aftosa. É por isso que o mundo não só suspende a importação de gado do Brasil, como ri. Ri e debocha. E o Presidente Lula, lá no exterior, culpa os produtores do Brasil. Ele poderia ter ficado calado. Porque os produtores do Brasil, até naquilo que podem não ter feito, o Governo errou na falta de fiscalização. Isso sem falar que as notícias dadas pelo Ministério da Agricultura foram de que o dinheiro veio muito menos do que deveria ter vindo.

O Ministro da Fazenda, com a maior tranqüilidade, cortou, contingenciou a verba oferecida pelo Congresso Nacional, não se dando conta de que ali era a Casa prioritária, que, ali, o que ele fazia podia causar um efeito negativo, multiplicado não sei por quanto, que é que está acontecendo.

E não venha o Ministro da Fazenda, e não venha o Presidente da República querer culpar o Ministro da Agricultura, que é dos homens mais competentes e mais sérios, mais responsáveis deste Governo, e que tem tido uma atitude exageradamente elegante, porque está em uma luta constante com o Ministro da Fazenda. E o Ministro da Fazenda faz o que bem quer. Volta e meia, sabemos das decisões da Fazenda por um subalterno dele. E o Ministro da Agricultura vai saber pelo jornal.

Eu soube de um fato em que o líder da pecuária no Rio Grande do Sul, um deputado de São Borja, telefonou para ele dizendo: “Olhe, nós conseguimos isso lá”. E o Ministro da Agricultura disse: “Mas que bom! Eu ainda não sabia. Não me comunicaram ainda. Vou telefonar para ver se está exato”.

A crise na pecuária não é urucubaca não. Aliás, em termos de urucubaca, com todo o respeito e carinho que tenho pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente deveria invocar algumas escolas baianas para orientar o Governo. Agora, eu não sei onde a urucubaca entra quando o Presidente Lula chama os homens do PL, do PP e do PTB para fecharem o segundo turno da Presidência da Câmara dos Deputados. Não sei onde a urucubaca entra quando o Presidente acerta com os parlamentares 500 milhões de emendas para votarem no candidato do Governo. Não sei onde entra a urucubaca quando em todas

as críticas que se faziam ao Governo procurava se ressaltar: “Mas o Lula não sabia! Mensalão? Mas o Lula não sabia!”. A eleição que aconteceu na Câmara dos Deputados para a Presidência, “Mas o Lula não sabia!”. Só que, agora, na eleição do atual Presidente, o Lula sabia. Por que o Lula sabia? Porque foi ele quem fez. Foi ele quem chamou o Deputado Fleury, conversou com o Deputado Fleury, que, no segundo turno, votaria no candidato do Governo. Ele não retiraria a candidatura, disse que não retiraria. Tudo bem, não retira. E no segundo turno? Foi ele quem chamou e conversou com o Partido Liberal, acertando a segunda votação. Foi ele quem falou e conversou com os membros do PP, prometendo um ministério para o PP depois da votação.

Quando me lembro do Tarso Genro, presidente atual do Partido, falando em refundar o PT, em usar métodos de moralização, botando para fora o que tem que ser posto para fora, e fundamentando o partido na honorabilidade e na seriedade, eu fico a me perguntar: este é o novo PT, o que o Lula está comandando e que elegeu o presidente da Câmara?

E agora vem o Dr. Lula botar no jornal que a culpa é dos produtores. Embora as manchetes digam que, realmente, pecuaristas seriam os culpados, mas pecuaristas do Movimento dos Sem-Terra, que mensalmente trariam do Paraguai, de contrabando, sem fiscalização nenhuma, 500 cabeças de gado. Provavelmente, ali no Mato Grosso, nesse gado, estaria o foco da aftosa.

E pagamos um preço alto, Sr. Presidente. Para nós, do Rio Grande do Sul – não falo em urucubaca –, está dando tudo errado mesmo. Tivemos a seca do ano passado, a deste ano, a pior dos últimos 40 anos, que acabou com a nossa soja, com o nosso milho. A importação de arroz da Argentina, do Uruguai, praticamente está liquidando nossos produtores, ameaçados de ver acabar a mais moderna, a mais bem-sucedida cultura agrícola de todos os tempos no Brasil: a agricultura irrigada do Rio Grande do Sul, que está definhando a olhos vistos.

Agora, a nossa carne é atingida. Estávamos com toda ela praticamente vendida, e agora vem o embargo e atinge o nosso Rio Grande do Sul. Não sei. Palavra que não consigo entender o que ocorreu. Se o combate à febre aftosa estava toda sob controle, se não havia ne-

nhum foco, se havíamos conseguido liberar a exportação para o mundo todo... Era para ser mantido assim.

Não podia passar pela cabeça de integrantes do Ministério da Fazenda diminuir um centavo sequer. Pelo contrário, se precisarem de mais, tem mais! E não venha dizer que o agricultor tal, o produtor tal, irresponsável, sem-vergonha, pegou o dinheiro e aplicou não sei onde, quis economizar, e, economizando, não fez a aplicação. Para isso tem a fiscalização do Governo, tem a fiscalização veterinária, tem um esquema montado há mais de 100 anos para fazer esse controle. Então, o Governo também é responsável pelo que aconteceu. Porque isso não acontece do dia para a noite. E a fiscalização anda e vê, olha, verifica, analisa a vacina para ver se ela é correta. Isso é feito rotineiramente pela fiscalização. Rotineiramente! Então não tem mais febre aftosa, está liberado, vão para casa festejar? Não! Não tem mais? Está liberada? A fiscalização aí é que entra. E entra para garantir que não venha mais.

Sr. Presidente, estou dando entrada a um requerimento, com a assinatura de V. Ex^a. A idéia, justiça seja feita, é do nosso querido Heráclito Fortes, minha, dos Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Sérgio Zambiasi, visando convidar, com urgência urgentíssima, o Ministro da Agricultura a comparecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós achamos que V. Ex^a, da Presidência, agora mesmo, poderia tomar as providências. Acredito que o Presidente da nossa Comissão vai concordar, pois nós, que somos membros, já concordamos. V. Ex^a poderia telefonar ao Ministro da Agricultura e saber se, segunda, terça-feira, ou assim que for possível, ele poderia vir conversar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, se me permitir, esta Presidência atende o seu pedido de imediato e vai pedir que se faça o contato para que o requerimento de V. Ex^a, com o endosso de todos os Senadores, seja encaminhado ao Ministro da Agricultura.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Enquanto aguardávamos a elaboração da convocação, eu tive o cuidado de ligar para o Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, que se encontra em Pernambuco, e ele não só louvou a iniciativa, como também pediu para que seja considerado como subscritor. Achou a idéia fundamental. Então, Sr. Presidente, essas providências, dentro do caráter emergencial que requer o fato, devem ser tomadas. O Senador Sérgio Guerra me disse que desse toda cobertura e toda prioridade, pois é solidário com esta questão, por considerá-la gravíssima. O Ministro da Agricultura merece ser ouvido para explicar as providências tomadas, o que foi feito e/ou poderá ser feito para que o Brasil não sofra com os prejuízos, que, se não houver de imediato uma ação, poderá vir a ter. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência dará o encaminhamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço V. Ex^a pela feliz intermediação, sendo que, agora, o Senador Paulo Paim tomará as providências não apenas de fato, mas também de direito, uma vez que o Presidente da Comissão da Agricultura concorda com o requerimento. Quer dizer, V. Ex^a ia fazer de fato um pedido nosso. Mas, a esta altura, é um pedido de fato e de direito, porque o Presidente concorda.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é um dos homens públicos deste País de mais experiência. Foi extraordinário Governador de Estado, com visão de futuro. Gostaria que V. Ex^a relembresse o valor da Emater. Emater! Os profissionais da Emater, que são, via de regra, veterinários, engenheiros agrônomos, estão com os salários defasados, iguais aos dos professores! O direito é igual para todos, e, quando se fala em aumentos salariais, todos têm de ser discutidos aqui, e não alguns privilegiados que vêm e pressionam este Poder, que se acocora e concede. Estes também estão no mesmo patamar dos professores, os engenheiros agrônomos, os veterinários, que formavam aquela instituição que salvaguardou a produção do campo, a Emater.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem razão V. Ex^a, mas tenho certeza de que a Emater, um órgão estadual, e a fiscalização veterinária do Ministério da Agricultura farão o que for possível, e, se não fizeram mais, não é por que não estão ganhando mais! Nessa parte, não fizeram mais porque não tiveram a cobertura, a fiscalização, a obrigatoriedade do Governo para fazerem o seu trabalho.

Sr. Presidente, quero dizer a V Ex^a que, ao contrário do Senador Heráclito Fortes, torci pelo Líder Tarso Genro. Rezei para que ele ganhasse a Presidência do PT, porque achei que ele faria realmente um trabalho.

Quero dizer, com toda a franqueza e com todas as letras, que não interessa a ninguém o esfacelamento do PT. Quem pensa que interessa está enganado. Pode, como o Senador Cristovam Buarque, sair do PT, e acho que não lhe restava outro caminho; mas que é importante que fique um PT em condições de manter um Partido com o mínimo de seriedade é importante.

O Tarso Genro queria isso. Largar o Ministério da Educação e, com a cobertura do Presidente da República, que lhe deu apoio total, sair para organizar o Partido foi um gesto de coragem. Mas o apoio do Presidente da República parou no meio do caminho. Quando se determinou que, para fazer um novo PT, tinha de se partir do princípio de um novo diretório, com gente nova, em que alguns tinham que estar fora, o Presidente da República não concordou e deixou o Sr. Tarso Genro falando sozinho. E entrou o que hoje foi eleito.

Passei a torcer por Raul Pont, porque conheço-o do Rio Grande do Sul, e dizem que foi dos melhores prefeitos do PT em Porto Alegre. É um radical? É, mas menos radical do que era o conjunto do PT, que imaginávamos tanta coisa e deu no que deu. Então, não há que se imaginar que o Raul Pont não poderia ser porque era um radical. Não. Era um homem que queria mudar. Ele fez 48,6%; perdeu por 2%. Ele argumenta que perdeu porque não tinha dinheiro, não tinha condições; ele teve de viajar em aviões de carreira. Como teve de observar os horários dos aviões de carreira, não deu tempo para viajar por todos os estados, como precisaria ter feito. Eu torci pela vitória dele, porque isso significaria mudanças.

Não sei o que vai acontecer. Não consegui entender a declaração do Presidente Lula, que praticamente se solidarizou com os deputados do PT que estão sendo processados. Concordo que o Presidente Lula não deve criticar, cobrar dos parlamentares que estão no limbo, que estão sendo processados pela Comissão de Ética. Ele que se mantenha fora. Mas daí a receber em palácio, daí a dar solidariedade... Eu não entendo. Sinceramente, eu não entendo.

Já o Sr. Aldo Rebelo, por quem eu tenho o maior carinho e o maior respeito... Eu nunca me esqueço daquela eleição anterior, quando as esquerdas não se acertaram. Eu recebi, no meu gabinete, o comando do PCdoB, tendo à frente o seu presidente, que, há tão pouco tempo, se afastou, uma das figuras históricas e heróicas do PCdoB. Lá estava ele, o Deputado Haroldo Lima e o pessoal do PCdoB me convidando para eu autorizar um nome para levarem ao conselho das oposições, como candidato do PCdoB, já que eles tinham decidido que cada partido levaria um candidato. O PDT levaria um, o PCdoB levaria um, os partidos de Oposição. Agradei e fiquei emocionado. Eu lhes disse que aquilo, para mim, era um mérito e uma honra que eu nunca esperava merecer, mas apelei a eles que não levassem o nome, porque eu tinha certeza de que eles iriam criar um atrito muito grande com o Brizola – o Brizola jamais iria aceitar – e que era melhor eles se comporem de outra maneira, como eles fizeram.

Digo isso para dizer como tenho respeito pelos líderes do PCdoB, entre os quais o Aldo Rebelo, que tem sido um homem sério, digno, correto. Correto como Deputado, correto como Líder, correto como ministro. E tenho certeza haverá de ser correto como presidente. Mas a escolha dele para presidente é uma posição delicada, porque ele foi testemunha de defesa do ex-Chefe da Casa Civil. Aliás, ele teve um gesto de elegância com o ex-chefe da Casa Civil, que passou todo o tempo o boicotando, dificultando o seu trabalho no ministério. E ele, num gesto de grande elegância, aceitou, foi lá e fez a defesa. E ele disse – e acho que ele está correto, o Sr. Presidente da Câmara – que terá coragem para absolver quem ele acha que deva ser absolvido, como terá coragem para condenar quem ele acha que deva ser condenado.

Penso que está correto. Mas a verdade é que há uma interrogação com relação ao procedimento do PT na decisão do Plenário da Câmara

dos Deputados. E dentro desse contexto é que o Presidente Lula toma uma posição que não deveria tomar. Ele deveria ficar na sua imparcialidade, fora da questão. No entanto, ele entra na questão e dá a sua solidariedade aos parlamentares que estão sendo julgados, e que a Câmara dos Deputados haverá de julgar no momento exato.

Não sei o que será do final do Governo Lula e o que acontecerá com o PT. O episódio da última eleição da Presidência da Câmara me deixa angustiado nesse sentido. O que sei, Sr. Presidente, é que resta muito de expectativa do que o PT poderá fazer, resta muito pouco de expectativa do que o Lula poderá fazer. Eu, no meu otimismo permanente e na minha esperança e na minha fé, confio que o Lula encontre um caminho para se recuperar perante a sociedade. E volto a dizer: aquela montanha de voto que ele teve na eleição é um patrimônio dele, mas é um patrimônio que, de repente, pode vir a desaparecer.

Nós do PMDB sofremos isso quando tivemos uma vitória fantástica de 26 governadores e maioria de quase dois terços na Câmara e no Senado pelo MDB; dois anos depois, Dr. Ulysses fez 3% para Presidente da República. Quando fomos ver, onde estava nosso patrimônio? Na indecisão do MDB. A falta de coragem, de firmeza do MDB fez com que um homem da estatura do Dr. Ulysses, o herói da resistência, o “Sr. Diretas”, fizesse 3% para Presidente da República.

O PT, com o Lula, não fez tantos votos quanto fez o PMDB na eleição da derrota do Dr. Ulysses. Por isso, o Lula ainda tem tempo, mas não tem todo o tempo; e a cada dia se diminuem os votos que ainda são seus. O que vai fazer? Não sei. O que está fazendo é muito ruim.

Muito obrigado, Sr. Presidente

Referendo sobre comercialização de armas

(Pronunciamento em 17 de outubro)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, sempre fui dos que lutaram, desde o início da minha vida parlamentar, para que o País tivesse no plebiscito e no referendo uma das suas formas mais legítimas de governar.

Há emendas minhas, inclusive, determinando que até os ministros poderiam ser submetidos a referendo. Acho que a forma mais bonita de governar, a mais democrática, é auscultar-se a opinião pública. A melhor forma também de educar um povo, de politizar um povo é permitindo-lhe opinar sobre como vai ser a vida do seu País.

Por isso acho muito importante o referendo que vem aí. Embora, com todo o respeito, alguma coisa me diga que algo está faltando. Eu não sei. Eu concordo que o Senador Renan trabalhou, esforçou-se, fez um trabalho democrático, mas, vendo a imprensa, a televisão e a opinião pública, parece-me que há uma indefinição, há uma interrogação, há uma dúvida! Diria, a rigor, que não se está devidamente preparado para votar quando não se sabe em que se vai votar no próximo domingo! A favor da paz, todos somos! A favor da vida, todos somos! A favor de um mundo sem armas, todos somos! Contra a violência, ainda mais num País como o Brasil, onde a violência aumenta, agride, ofende toda a sociedade, todos somos!

Mas o que há nesse projeto e nesse debate que soa tão estranho? Primeiro, foi quando apareceram na televisão os debates com os artistas da Globo, levando para um lado, como se fosse propaganda de

novela, como se fosse a propaganda do Lula para Presidente da República, feita pelo Duda Mendonça! E se deu mal! Inclusive as mudanças que houve no resultado das pesquisas se deve à forma como a propaganda foi feita. Uma coisa é fazer uma propaganda: “beba isso, tome aquilo!”; outra coisa é algo da profundidade, do significado do desarmamento, com uma propaganda chocha como a que foi feita!

Vejo também a posição de ilustres membros da Igreja Católica e entendo! Claro que entendo! Como é que nós, cristãos, vamos ser contra a defesa da vida? Como é que nós, cristãos, vamos ser a favor do armamento? Como é que nós, cidadãos – e não precisa ser cristão –, que temos civismo, sentimento, princípio de seriedade, de respeito à coisa pública, que amamos o nosso semelhante como filho de Deus, com direitos inalienáveis à vida em primeiro lugar, como vamos aceitar assim, sem mais nem menos, o que acontece? Mas, não sei.

O que sei é que, primeiro, o Brasil é o País da impunidade. Pode ser o criminoso mais violento ou o ladrão mais extremado, para a cadeia, só vai ladrão de galinha. Agora, o coitadinho do Maluf está lá preso, porque falou em galinha há dois meses. Está preso, 30 anos depois, quando ele já devia estar solto depois de cumprir 30 anos de cadeia. E dizem que está preso porque o Governo precisa colocar o Maluf na cadeia, porque o Governo precisa interferir na loja grã-fina e botar na cadeia os empresários de São Paulo, a empresária de São Paulo, porque o Governo precisa rever as contas do PSDB lá de não sei quando, para que o PT não fique só na vitrine. Vamos misturar isso aí. Vamos colocar mais gente. Esse banco precisa ter mais gente. Mas eu vos digo: começar desarmando um pobre coitado que, é certo, talvez não saiba usar direito sua arma, mas começar desarmando exatamente aqueles que nenhum perigo oferecem à sociedade, quando sabemos que hoje as gangues se organizam e nos fazem lembrar o crime organizado na Itália, nos Estados Unidos, em Chicago. No Brasil, elas estão se organizando e são bem mais armadas que o próprio Exército e a própria Brigada. A imprensa publica que, em várias apreensões de armamentos em poder de criminosos, são encontradas armas que o Exército e a Polícia Civil não têm. Mas vamos desarmar a sociedade civil.

Engraçado que já vi esse filme, contando que regimes totalitários começaram desarmando a sociedade civil.

Lembro-me de quando Brizola criou a legalidade na luta contra a ditadura que viria a se instalar, mas que ali não se instalou. O Brizola distribuiu armas e apelou à sociedade civil, que veio em defesa e organizou algo – não sei direito qual era aquela força. Eu participei do movimento pela legalidade; mas, na verdade, a sociedade civil se organizou. Então essa de desarmar a sociedade sem o Governo ter uma garantia de uma medida que ele tomou até agora...

O Serginho Beira-Mar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fernandinho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fernandinho – é que Fernando é um nome que não gosto, assim, de vulgarizar.

Pois bem, está lá no Rio Grande do Sul o Governador de Santa Catarina, apavorado. “Pois é, quando eu vi, Fernandinho Beira-Mar estava lá. Nem tiveram a gentileza de me comunicar. Foi a Polícia de Santa Catarina que me avisou: “Olha, chegou aí um tal de Fernandinho Beira-Mar, que não tem onde deixar”.

E o Governo vai começar desarmando a sociedade civil?

Com relação à fábrica de armamento Taurus, ouvi aqui outro dia um Senador dizendo que recebeu dela verba para sua campanha. Eu nunca recebi, não conheço, não tenho nenhuma ligação com seus proprietários – é importante dizer isso –, não os conheço nem com eles nunca conversei. Mas sei que 80% a 90% da produção dessa fábrica é para exportação, é destinada a exportação. E o que menos a prejudicaria seria essa questão.

E também se fala – Deus me perdoe, mas se fala – que há um plano envolvendo gente muito importante – até na imprensa -; que se formaria uma imensa empresa de defesa particular que seria, como o é hoje, um plano de seguro de vida. O cidadão paga e tem a segurança particular assegurada. Isso que hoje existe representado pela elite dos grandes condomínios – que é qualquer coisa de espetacular. Outro dia, por acaso, entrei num condomínio desses em São Paulo. É qualquer coisa de espetacular! Realmente, parece ficção! E foi ali, conversando,

que eu fiquei sabendo de que há um projeto da maior importância de se criar um serviço de segurança pessoal, a preços como são hoje os seguros de vida. É verdade? Não sei. É mentira? Não sei. Mas a mim me angustia.

Podem até me dizer: “Ah, a senhora está lá na vila, em seu barraco, o que vai adiantar um revolverzinho que ela nem sabe manejar direito?”. É... Mas eu vejo a sensibilidade e o cérebro dessa pessoa. Ela está lá na favela, fechada em seu barraco, dormindo. Qual é a defesa dela? Não sei. Qual é a garantia dela? Não sei. Mas tendo embaixo do travesseiro um revólver, ela sabe que, se alguém entrar, ela poderá fazer alguma coisa. E quem entrar sabe que poderá acontecer alguma coisa. Hoje, na favela, os bandidos correm à solta, muitas vezes não se sabe se é o ladrão, o assassino ou o homem da polícia que está infiltrado. Não se sabe. Qual é a garantia dela, na favela, dormindo, se de repente arrombam a porta, entram, e ela não pode fazer nada? Com um revólver, ela também não faria nada, mas ao menos dorme descansada sabendo que tem, ao seu lado, uma tranqüilidade que o Estado não lhe pode dar. “E a garantia de segurança do Estado? Quando o Estado fornece segurança, todos estão garantidos. Quando o cidadão quiser fazer sua segurança não a terá. Só haverá segurança quando o Estado oferecer-lhe segurança.” Nota 10. É o que penso também. E quando o Estado não oferece segurança nenhuma? E quando o Estado não oferece segurança a quem quer que seja?

O Prefeito do PT foi assassinado em São Paulo. Já morreu a sétima pessoa envolvida no caso. E a Polícia ainda acha que é crime comum. Esse último suicidou-se. Cidadão na flor da idade; tudo bem, suicidou-se. E a família do ex-prefeito pede por amor de Deus proteção porque senão, dizem eles, daqui a uns dias eles serão “suicidados”; vai aparecer no jornal a notícia do suicídio deles.

Por isso, Sr. Presidente, com todo o respeito – acho que sou o Senador mais antigo, sou o mais culpado: o mal que temos no Congresso Nacional é votar correndo ou não votar. Projetos da maior importância ficam na gaveta e ficam na gaveta, e passam-se os anos, e ficam na gaveta, e não fazemos nada. De repente vem aí um projeto da floresta amazônica, e o nosso Governo manda urgência especial. Ora, mas permitir a comercialização da floresta amazônica em regime de

urgência especial? Onde estamos? Foi o caso desse projeto. De repente votamos, votamos e eu sou um dos culpados. Mas quero dizer, para meu drama de consciência, que prefiro votar contra...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi o Renan que mandou cortar. O Renan é fogo!

Votando contra o desarmamento, eu não estou encerrando a questão. Acho que devemos voltar ao debate e apresentar, sim, um plano objetivo, concreto de desarmamento e de combate à insegurança, em que o Estado apareça dizendo o que pretende fazer, porque até agora não fez nada.

Essa história de desarmar para ver como é que fica... Desarmar para ver como é que fica? No meu apartamento de Senador, tenho uma boa segurança. No meu apartamento em Petrópolis, as minhas irmãs, que têm uma loja embaixo, têm segurança. Não tenho problema, mas a minha empregada, que, em Porto Alegre, sai às oito e meia da noite e vai para a sua favela, onde chega às 22h30min e, depois de descer do ônibus, ainda caminha mais 500 metros, sinceramente não sei...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Darei o aparte a V. Ex^a e também à nossa Senadora, futura Presidente, que já não me trata muito bem como antigamente. Senão, S. Ex^a vai ficar magoada.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Também quero um aparte. Eu já não ia pedir para não atrapalhar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É impressionante como estamos sentindo a repercussão da candidatura da Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho, dê mais um tempo ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Heloísa Helena, pode ficar à vontade.

A *Sr^a Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – É só para aumentar um pouco o tempo de S. Ex^a, já que o Senador Leonel Pavan também quer usar da palavra. Eu não ia pedir o aparte para não atrapalhar o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a nunca atrapalha. O PT é que não entendeu que V. Ex^a nunca atrapalha, e aí cometeu o erro que cometeu.

A *Sr^a Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – É generosidade de V. Ex^a. Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. Um dos momentos mais emocionantes que vivenciei nessa tribuna foi quando V. Ex^a disse que eu talvez pudesse ser sua filha. Eu fiquei muito emocionada, até porque não tive pai – ele morreu quando eu era bebê, tinha três meses. Às vezes fico me perguntando: se tivesse tido pai, eu teria sofrido tanto assim? Não que minha mãe não tenha sido uma mulher maravilhosa, uma guerreira, que foi pai e mãe em todos os sentidos de nossa vida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a tivesse sido minha filha, eu seria muito melhor, tenho certeza absoluta.

A *Sr^a Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – Se qualquer outra pessoa nesta Casa estivesse fazendo esse discurso, ele poderia soar de outra forma, mas V. Ex^a, ao fazê-lo, traz um rigor ético muito importante, porque ninguém aqui pode falar de falta de solidariedade humana em relação a V. Ex^a, que é um franciscano, um cristão exemplar. V. Ex^a é uma pessoa por quem todos nós temos a maior admiração, justamente por aquilo que V. Ex^a encarna: a ética, a solidariedade, os princípios mais belos que os cristãos trazem em suas almas, em seus corações. É por isso que, ao trazer esse debate, eu me senti à vontade para fazer um aparte. Eu não consigo acompanhar muito a televisão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não perde muito.

A *Sr^a Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – Nesse fim de semana, no sábado, após o resultado da pesquisa, acompanhei aquelas inserções, para saber o que a campanha publicitária do referendo estava, de alguma forma, dizendo ao povo, o que podia esclarecer ou não, até porque,

como sou da área de Estatística, trabalhei com muito rigor nessa área na universidade, em planejamento de serviços públicos, e sei exatamente como se manobra uma estatística. Há pessoas terríveis que conseguem manobrar a estatística em vários setores. Por exemplo, quando falam em crimes e dizem que 2% dos homicídios são por motivos fúteis, pegam 2% dos crimes identificados e, como desses 2% mais de 70% ocorreram por motivo fútil, passam a dizer: 70% dos homicídios são por motivo fútil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Setenta por cento de dois.

A Sr^a *Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – Sim. Depois, em relação às armas: “As armas foram apreendidas de cidadãos de bem”. Todo mundo sabe que as armas AR-15 e Uzi nenhum cidadão de bem pode comprar numa loja, mas, sim, pelo crime organizado, por meio do tráfico.

Depois começa o debate desqualificado de uma frente contra a outra. Uma diz assim: “A Frente que vota ‘não’ é a da bala, pois recebeu dinheiro da indústria da bala”. Quem vota “não”, por sua vez, diz que vota “sim” a turma da bala, formada pelos que recebem propina das empresas de segurança e que, portanto, estão lá. Às vezes, um fica entre o fascistóide e o demagógico. Você fica até com dificuldade, porque um lado fica explorando a dor de quem perdeu um filho, vítima de arma de fogo – e ninguém queira me ensinar o que significa essa dor, porque eu perdi meu irmão mais velho assassinado com um balaço de 12, e, como era filho de pobre, ninguém pôde descobrir quem o matou. Do mesmo jeito que eu posso ter pavor em relação a isso, eu encontro uma mãe que diz assim: “É, Heloísa, se eu tivesse uma arma em casa, eu não ia atirar em ninguém, porque eu não ia querer matar ninguém, mas eu dava um tiro para cima, talvez o socorro chegasse mais perto, e a minha filhinha pequena não tivesse sido estuprada, e o meu filho não tivesse sido assassinado, porque correu para socorrê-la.” Então, é um debate que está sendo feito de forma muito esquisita. É desrespeitoso, desqualificado, oscilando entre o fascistóide e o demagógico e, de fato, não diz o que está acontecendo, porque já é proibido o porte de arma que levaria ao crime fútil no trânsito e outros mais. Do mesmo

jeito, aí V. Ex^a diz assim: “Não, não tem uma política de segurança”. E também não adianta fazer uma propaganda esta semana dizendo que o Governo vai aprovar um Fundo Constitucional de Segurança Pública, que vai ser aprovado pelos senadores da bancada do “sim”, que vão aprovar o fundo de segurança e resolver o problema. Na última semana! Não façam uma coisa dessas, porque é um desrespeito para com todas as pessoas. É desrespeito à dor de todas as pessoas que vivenciaram uma experiência extremamente difícil. No meu Estado, Alagoas... Eu fico pensando, Senador Pedro Simon, eu não quero ter arma em casa, primeiro, porque isso não dá certo. Eu não quero ter arma em casa. Mas eu também fico pensando... Por exemplo, estou tentando fazer uma casa para eu morar. Ninguém acredita nisso, porque a maioria dos políticos são ladrões. Eu vou ter de morar em um bairro mais afastado, que não vai ter a firma de vigilância na porta, não vai ter a polícia militar, como nós temos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Palácio da Alvorada, conforme o caso.

A Sr^a *Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – Mas a probabilidade é de eu voltar para Alagoas. Então, veja só: mais de 90% dos políticos de Alagoas andam armados até os dentes. Eu não agüento essa conversa. Mais de 90% dos políticos de Alagoas, independentemente de Estatuto do Desarmamento, de qualquer coisa, andam armados até os dentes, com Uzi, com metralhadora, com AR-15. Debocham de qualquer um, andando para cima e para baixo armados até os dentes. Eu fico imaginando: já pensou em mim, em uma casa meio isolada? O cabra vai saber que eu não tenho nada em casa, nem uma faquinha velha, nem teria coragem de fazer uma coisa como essa. Então, esses são pontos que o debate, oscilando entre o fascistóide e o demagógico, acaba fazendo com que fiquemos o tempo todo repensando. É por isso que parte importante da população está dizendo “não”. Eu nunca imaginei isso, porque há uma propaganda tão grande e tão furiosa pelo “sim” que eu tinha certeza absoluta de que o “sim” ia ganhar. E no P-SOL há pessoas que votam “sim” e são pessoas maravilhosas, honestas e de bom coração, do mesmo jeito que há pessoas maravilhosas, honestas e de bom coração que votam “não”. E não tenho certeza de que há pes-

soas corruptas, honestas, cínicas, dissimuladas e mentirosas na frente do “sim” e do “não”. É óbvio que há dos dois lados também. Então, a nossa posição é esta: respeitamos os nossos militantes, parlamentares ou dirigentes que votam “sim” e os que votam “não”, porque sabemos que, por mais que os argumentos sejam antagônicos, vemos que são marcados pela honestidade e por um coração cheio de solidariedade, tanto dos que votam “não” como dos que votam “sim”. Mas, não poderia deixar de parabenizar V. Ex^a por trazer o debate, com a autoridade moral e cristã de quem pode fazê-lo. Do pouco que vi nesses dias – meu Deus! –, isso não está educando nada. Ora é a exploração da dor, ora é a exploração da violência; ora é a concepção de que se tem que matar todo mundo, ora a concepção de que o que resolve é desarmar, quando não é. Então, acabamos perdendo a oportunidade de fazer um grande debate sobre a área de segurança pública. Existe a necessidade de mudanças estruturais profundas, para que a criança seja acolhida e, aos cinco, seis anos de idade, não vá ser olheira do narcotráfico e, portanto, vá para a marginalidade como último refúgio. Então, todo este debate acabou se perdendo numa disputa que nada de inocente tem. Absolutamente, nada de inocente! Ora uns dizem que os outros são da turma da bala, outros que é da turma da bola, e que é propina para um lado e para o outro, o facistóide e o demagógico, e acaba não se esclarecendo a população como se deveria. Portanto, quero saudar a forma como V. Ex^a traz este debate à Casa, com toda a autoridade moral e cristã de quem, de fato, pode fazê-lo. Porque existem muitas pessoas que lutam pela paz, pela vida vivida em plenitude, em toda a sua dignidade, que podem, sim, votar “não” e que podem, sim, votar “sim”, inspiradas pelas convicções mais belas e honestas do que o cinismo e a dissimulação de, muitas vezes, pessoas que pregam alguma coisa e efetivamente não fazem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a e agradeço ao Presidente a gentileza de ter permitido que o aparte se alongasse, pela importância e pelo significado do mesmo. V. Ex^a foi muito feliz quando fez essa análise. Eu concordo com V. Ex^a que não podemos dizer que quem está comigo, quem defende o “não” é o que está correto e quem está do outro lado está errado. Também conheço

muita gente, a começar por irmãos meus do comando da Igreja, que estão se manifestando, gente que defende a posição de que se deve apoiar o desarmamento. Eu respeito, porque os fundamentos estão corretos, o conteúdo está correto, a fórmula de apresentar está correta. A única coisa equivocada que vejo é a maneira com que esta questão foi posta perante a Nação.

Tenho o maior respeito e carinho pelo Senador Renan Calheiros. A culpa não é dele, a culpa é de nós todos, que deixamos que a coisa fluísse. Nós não tivemos a competência e a capacidade de dar a esta matéria o conteúdo e a seriedade que ela merecia.

Vamos ser sinceros: a população vai se manifestar, sem saber, com condições profundas, a maneira de votar, porque a forma como está sendo apresentada é muito estranha! Alguns dizem, por exemplo: “Não precisa votar, você vai continuar com direito a ter a sua arma, você vai ficar com a sua arma em casa. Estão dizendo que você vai perder a arma? Não vai perder?”. Então, está havendo uma confusão, as pessoas não estão se entendendo.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Diz que é para desarmar, depois diz que é para ficar com a sua arma...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na verdade, é para desarmar, mas você pode continuar com a sua arma. Ninguém vai tirar sua arma.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, acho que ninguém mais do que nós aqui queremos a paz. Nós somos contra a violência. E V. Ex^a, como cristão, tem sempre orientado para a paz, contra a violência. Eu não tenho me manifestado até agora sobre “sim” ou “não”, mas vou responder aqui a uma pergunta que há pouco alguém me fez por telefone. Esta pergunta é uma dúvida de milhares de brasileiros. Muitos acham que se passar o “não”, vai ser permitido usar armas de fogo em táxi, nos caminhões... Muitos pensam isso. O Estatuto do Desarmamento é rigoroso. Se passar o “não”, não vai ser permitido usar arma. Apenas vai se permitir ter arma, com o documento de porte, em casa. E mais: na própria casa, se for sua; não alugada. O porte de arma no nome de fulano de tal tem de ser o nome do dono da casa também. O Estatuto é rigoroso: tem de ter acima de 25 anos,

uma folha corrida decente. Então, o “não” não libera a arma à vontade. Estou respondendo aqui, porque esta campanha não está bem clara, está confusa, não tem cores partidárias. Um tenta confundir o outro, “direito de resposta”, não sei o quê. Isso é uma vergonha! A campanha precisava dizer o que o Estatuto prevê, o que rege o Estatuto. Isso precisaria ser esclarecido à população brasileira. Este tema é importante e é bom que haja uma discussão mais ampla. A campanha vai acabar nos próximos dias. Acabada a campanha, ainda vão continuar as dúvidas na opinião pública. Ainda. O “sim” tem uma motivação: é desarmar todos, menos os bandidos; o “não” não libera a arma também. Não vai se permitir usar arma na rua, não, o Estatuto não permite. Nós já fizemos aqui uma reforma. O Estatuto do Desarmamento prevê isso. Então é só para deixar bem claro: nem “não” nem “sim” vai permitir que armas sejam usadas nas ruas. Agora, se for o “sim”, acho que os bandidos vão ter, aí sim, um direito maior do que as pessoas civilizadas deste País têm.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a gentileza do aparte e a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Estou dizendo que só estou falando hoje. Meu amigo, o Senador Zambiasi, lembra que o jornal Zero Hora publicou, na semana passada, uma pesquisa feita com a bancada. E eu fui praticamente o único dos senadores que disse que estava indeciso. Eu não estava indeciso. Eu não queria falar. Eu não queria falar, dar um palpite assim sem mais nem menos. Mas cheguei à conclusão de que o pior que eu poderia fazer era deixar uma matéria destas ser votada. Depois, procurariam nos Anais a minha participação: e o Pedro Simon, o que fez? E eu não falar nada?

Eu acho que a obrigação que eu tinha era de falar, e é o que estou fazendo. Lamento que não possa fazer melhor, lamento que não possa esclarecer melhor, que não possa orientar melhor. Mas eu tinha a obrigação de dizer o que estou dizendo aqui.

Eu concordo com a Senadora Heloísa Helena quando diz: “As pessoas pensariam que o Simon, pelo que é, pelo seu estilo, seria do voto contra o desarmamento; e, no entanto, vem se posicionar contrário”. Quero repetir que, realmente, sou contra o desarmamento. Tenho

defendido que temos de lutar na ONU. Quando o Brasil quer entrar para o Conselho de Segurança, eu digo: nós devíamos extinguir o Conselho de Segurança e extinguir todo armamento atômico. Temos de fazer o movimento no sentido de que, anualmente, nos próximos quinze anos, um percentual do que é gasto em armas pelas nações mais ricas seja gasto em produção de alimentos com as nações mais pobres.

Eu sou a favor de tudo que signifique pacificação. Eu também sou a favor deste plano, deste projeto de desarmamento, desta tese. Só que estou vendo que está começando pelo outro lado, está começando pelo coitado, que é o que apanha e não tem nada a oferecer. Num país onde cada um tem a sua vantagem – o policial tem, o ladrão tem, o assassino tem, nós temos –, daquele que não tem nada, de repente, lhe tiram o próprio nada.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Pedro Simon, eu não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e tomar apenas mais um minuto neste debate que, pelo que vejo, está sendo feito à luz do bom senso, sem emocionalismo. Este é um dos grandes problemas, ao se trazer uma questão desta envergadura para uma decisão no próximo domingo. Eu me pronunciei há poucos dias e entendia que o referendo talvez fosse precipitado neste momento. Temos uma das leis mais rigorosas do mundo, o Estatuto do Desarmamento, que votamos aqui. E ele já é um processo de desarmamento com resultados realmente impressionantes. Informações da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul nos revelam que no ano passado foram recolhidas 3,5 mil armas exatamente a partir da utilização dos instrumentos do Estatuto do Desarmamento. Há poucos dias, na condição de Presidente da Comissão do Mercosul, estive em Buenos Aires, Senador Simon. Sempre que há oportunidade de discutir questões de interesse do Mercosul, colocamos esses temas de relevância que envolvem pelo menos os quatro países-membros, então abordei a questão do desarmamento. Como a Argentina vê essa questão? Como

o Paraguai vê essa questão? Como o Uruguai vê essa questão? Nos três países, a venda é absolutamente livre para cidadãos residentes. Temos centenas de quilômetros de fronteira seca lá no Estado, e o *Zero Hora* de hoje mostra, em reportagem, a facilidade de aquisição de uma arma ali do outro lado da fronteira. Então, repito o que disse em pronunciamento há poucos dias: para um projeto deste ter sucesso, ele não pode ser apenas brasileiro, tem que ser no mínimo sul-americano. Por esses milhares de quilômetros de fronteira desguarnecida que temos entra de tudo, até febre aftosa, imagine arma. Precisamos trabalhar um processo de comunicação que nos leve a fazer com que todos os países do Cone Sul estejam comprometidos com essa mesma proposta. Por isso, não digo que amanhã não se aprove o desarmamento, porém, há que se criar um processo de conscientização para que a população receba mais informações sobre o Estatuto, que, se bem utilizado, bem aplicado, já produz resultados extremamente positivos. Encerro e agradeço a generosidade do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, e a oportunidade de fazer este aparte neste momento precioso desta tarde ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço à Senadora Heloísa Helena a elegância e a categoria com que mostrou as divergências pequenas que temos. S. Ex^a realmente é aquilo que digo quando as pessoas me perguntam: ela é brava mesmo? Eu digo: Não, ela é fantástica no convívio diário.

Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, porque apresentou algo importante do qual não me dei conta: como ficará a metade sul do Rio Grande do Sul e a zona da fronteira? E do Paraná? E de Santa Catarina? E de Mato Grosso? Como será a convivência em Santana do Livramento, que são dois países e uma cidade só? É algo que não foi discutido nem analisado. É algo a mais que deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Candidatura própria do PMDB

(Pronunciamento em 18 de outubro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em Porto Alegre, neste final de semana, ocorreu uma reunião muito importante do meu Partido. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro houve por bem acatar uma decisão da sua Convenção no sentido de ter candidatura própria à Presidência da República. Esse candidato será escolhido por meio de uma votação prévia, a ser realizada em todo o Brasil, no dia 13 de março do próximo ano.

Para fazer um debate mais amplo e mais completo da matéria, designamos uma comissão do Partido para fazer um estudo, tendo à frente uma equipe do maior gabarito, estando o Professor Lessa em primeiro lugar, que elaborou um documento intitulado “Pré-Programa de Governo para Mudar o Brasil”. Esse documento, elaborado após longo estudo e debate, está sendo distribuído no Brasil inteiro. E todas as entidades partidárias: diretório nacional, estadual, municipal, senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores, secretários de Estado – estão coordenando um debate para apresentação de propostas de emenda ao programa, que vão ser discutidas.

Em Porto Alegre, foi muito bonito. Primeiro, na Faculdade de Economia, durante um dia inteiro, reunimo-nos – estudantes, professores, intelectuais, lideranças partidárias –, apresentando uma série de propostas e de estudos, que será uma proposta do PMDB do Rio Grande do Sul para ser discutida junto com o documento do Professor Lessa. De noite foi uma reunião, um verdadeiro *show* com representantes: lá estava o Garotinho, lá estava o Governador do Paraná, o Go-

vernador de Santa Catarina; lá estava o presidente nacional do partido; lá estava o nosso candidato e Governador Germano Rigotto.

Fizemos um profundo e imenso debate sobre esta matéria. Reuniões como essa o PMDB já realizou aqui em Brasília, já realizou no Paraná, onde o Governador Requião fez uma reunião espetacular com centenas de milhares de pessoas; realizou em Santa Catarina, onde o Governador Luiz Henrique também fez uma reunião extraordinária; realizou em São Paulo, onde o Governador Quéricia fez um seminário de grandes proporções, e será realizado até março do ano que vem em todas as capitais do nosso País.

Amanhã, às onze horas, o Governador Garotinho vai registrar a sua candidatura para a prévia. Será o primeiro candidato que oficializará a candidatura como candidato do PMDB à prévia do Governo do Estado. O Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, já está em campanha, já determinou a oficialização da sua candidatura e será o segundo candidato certo nas eleições da prévia do PMDB. Está absolutamente garantido que o Governador Jarbas Vasconcelos é uma terceira figura a representar o Partido na prévia que teremos para a escolha do candidato do PMDB à Presidência da República.

É certa a participação do ex-Presidente Itamar Franco nas próximas eleições. Não se sabe se será à Presidência da República. Há um movimento muito grande no PMDB para que S. Ex^a volte e seja novamente nosso candidato à Presidência da República, ou ao Senado ou ao Governo de Minas Gerais. Acho isso um momento importante na vida do PMDB.

Eu, Sr. Presidente, tenho debatido intensamente, com muita mágoa e tristeza, os rumos que o meu partido tomou nos últimos tempos. Um partido com a nossa história, com a nossa biografia, um partido dedicado, como foi, à construção da democracia neste País, um partido com a história identificada com o nosso povo e com a nossa gente, com páginas memoráveis dedicadas à política brasileira, não podia viver momentos como viveu nos últimos tempos, praticamente relegado a um partido de segunda linha, um partido de linha auxiliar, sem a importância e o significado que merece. Foi assim nas eleições passadas.

Eu próprio tinha um movimento apoiando a minha candidatura à Presidência da República. Percorri o Brasil inteiro. O outro candidato era o Presidente Itamar Franco, também candidato a disputar a prévia no PMDB. Percorremos o Brasil inteiro. Na hora da convenção, o partido já tinha feito um acordo fechando a Vice-Presidência, com a candidatura de José Serra à Presidência.

Na anterior eleição, nós concorremos praticamente sem candidato. Agora, houve um movimento crescente no PMDB, que defendeu a tese de que deveríamos dar força para o PT. Sempre defendemos a governabilidade. Sempre defendemos, no PMDB, que não deveríamos nos engrossar ao PFL, ao PSDB, ao PT, para fechar na Oposição, porque se isso acontecesse e o Governo do PT ficasse com minoria na Câmara e no Senado, seria muito difícil o Governo do Lula ir adiante.

Por isso, defendíamos dar apoio à governabilidade, mas não participar do Governo, fomos contrários a participar do Governo. Realizamos uma convenção e, por imensa maioria, decidiu-se não participar do Governo. Mesmo assim, o PMDB participa do Governo. Mas, a essa altura dos acontecimentos, a participação é mais uma participação pessoal. Digamos assim que o Presidente Lula convidou e as pessoas aceitaram e estão hoje no ministério, honrando os cargos e merecendo respeito. Mas não houve convenção do PMDB indicando; não houve reunião da Executiva Nacional do PMDB, nem do Diretório Nacional, nem da bancada do PMDB aqui, no Senado Federal, nem da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados. Mas chegamos a uma convivência pacífica. Lá estão ministros que honram os quadros do PMDB e, embora não representando oficialmente o Partido, estão desempenhando o seu papel. Mesmo assim, fica claro e esclarecido que o PMDB tem um compromisso com a sua candidatura, com uma candidatura própria à Presidência da República no ano que vem.

Este trabalho que estamos fazendo já tem um programa definido. Nós nos reunimos todo final de semana, ao mesmo tempo, no “Fala PMDB”, em algum lugar do Brasil ou em vários lugares, em várias cidades de vários estados do Brasil, Este trabalho tem exatamente por finalidade apresentarmos uma proposta que seja concreta e objetiva e que tenha o cheiro do povo brasileiro, no sentido de analisar e debater o que pretendemos para o nosso País.

Acho que é o melhor que poderíamos fazer, e não ficar nesta tese de “quanto pior, melhor”, ficar nesta briga entre PT, PSDB e PFL, com o PT querendo mostrar que tudo que possa ter acontecido de errado não é tão errado quanto o que aconteceu no Governo Fernando Henrique, e o PSDB querendo mostrar os erros e os equívocos cometidos no Governo do PT. Acho que, em parte, isso faz parte da nossa obrigação de criticar. Mas não podemos ficar apenas nisso. Temos obrigação de apresentar alguma proposta, alguma idéia do que queremos, do que pretendemos.

Eu não nego que a melancolia que acolheu o povo brasileiro com o Governo do PT foi muito grande. Eu não nego que a expectativa foi tão intensa que o tamanho da diferença entre o que se esperava e o que aconteceu serviu para aumentar a tristeza e a mágoa profunda que a sociedade brasileira tem hoje com a representação do PT.

Acho que coisas boas o Presidente Lula poderá fazer até o final do seu Governo. Acho que alterações poderão ser efetuadas. Acho difícil, hoje, que o Governo do PT, do Presidente Lula, consiga corresponder à expectativa que o povo tinha dele.

Ainda quando estourou a crise, quando a crise veio à tona, achávamos que o Presidente Lula e que o próprio Presidente do Partido, Tarso Genro, poderiam tomar providências enérgicas, duras e radicais no sentido de refazer o Governo – como dizia o Sr. Ministro Tarso Genro, refundar o PT – e que algo concreto e objetivo fosse feito para que o próprio PT eliminasse o que de errado tivesse no seu Governo e que fatos novos viessem a acontecer.

O fato novo, na minha opinião, foi a eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados. A eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados foi feita ao estilo em que o PT vem governando. Lá estiveram um milhão de emendas liberadas para a votação. Convidado pelo Presidente Lula, lá estive com ele o candidato do PTB a Presidente no primeiro turno, para apoiá-lo no segundo. Lá estive com ele o Presidente do PP, com a garantia de um novo Ministério. Lá estive com ele a representação do PL, com garantia de apoio no segundo turno. Foi o que aconteceu, exatamente o que aconteceu. O PT, na votação do segundo turno, na vitória do Presidente da Câmara

dos Deputados, foi o mesmo PT da eleição do ex-presidente da Câmara dos Deputados, que renunciou, e o mesmo PT do mensalão a que estamos assistindo.

Por isso, acho que o PMDB, desligando-se apenas da crítica pela crítica e tentando apresentar uma proposta que seja concreta e objetiva, está fazendo um grande papel e está buscando ocupar um espaço, que é esse espaço vazio da angústia da sociedade brasileira, principalmente da mocidade. A mocidade votou – mas votou tranqüila – no PT, com uma expectativa imensa na candidatura Lula, mas hoje se queda, viúva, inerte, perguntando o que fazer e para onde caminhar. Pois eu acho que é exatamente olhar para frente, discutir propostas novas, discutir saída para a crise.

E a campanha do ano que vem não pode ter dois pólos: o PSDB e o PFL mostrando erros, os crimes, os fatos graves, os fracassos, as irresponsabilidades, as promessas não cumpridas do PT, o que é verdade, absoluta verdade; e o PT, na sua campanha, trazendo à tona os oito anos de governo do Sr. Fernando Henrique, revendo o que foram as privatizações, o escândalo da privatização da Vale do Rio Doce por US\$3 bilhões; o que foi a votação da emenda da reeleição e a que preço ela foi votada na Câmara dos Deputados, falando das privatizações e dos bilhões recebidos das privatizações e perguntando onde foi parar aquele dinheiro. E tudo é verdade.

Não será nessa discussão de quem é o pior, de quem começou primeiro, que nós vamos encontrar uma proposta para o Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, concederei.

Por isso eu acho, Sr. Presidente, que no momento em que o PMDB se propõe a reunir todos os seus quadros, que se propõe a fazer palestras e seminários em todas as universidades – eu mesmo tenho sido convidado e tenho procurado aceitá-las – com propostas para o nosso País, eu acho que é por aí que devemos caminhar.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a fala da trajetória de seu Partido, que, muitas vezes, se irmanou com o Partido dos Trabalhadores. São muitos aqueles do PMDB que, no Ministério do Presidente Lula, estão colaborando e dando o melhor de seus esforços. E V. Ex^a faz uma análise dos grandes valores de seu partido que cogitam serem candidatos à Presidência da República. E fala como começa o seu partido e as lideranças, como V. Ex^a, a percorrerem o País e a colocarem em debate quais seriam as principais proposições que devem ser levadas adiante. Quero cumprimentar o seu partido por essa iniciativa que considero importante. É possível que venha o PMDB, novamente, a definir uma aliança com o Presidente Lula, senão no primeiro, mas no segundo turno, dependendo de como vai evoluir. Mas há uma coisa que considero importante e que gostaria de aqui registrar: salvo engano meu, foi o PMDB, no Rio Grande do Sul, quem, pela primeira vez, na História brasileira, definiu o seu candidato a governador, por meio de prévia, com a participação de todos os filiados. E, para a escolha do candidato à Presidência da República, foi o Partido dos Trabalhadores o primeiro que realizou uma prévia com essa finalidade. Em 17 de março de 2002, dois candidatos se apresentaram, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e eu próprio. Cerca de 172 mil filiados no Brasil inteiro compareceram, e o Presidente Lula teve uma definição fortíssima, com 84,4% dos votos, enquanto eu tive 15,6% dos votos. Mas tenho certeza de que essa prévia contribuiu, e muito, para que se fortalecesse a legitimidade da então candidatura do Presidente Lula. Caso o PMDB venha realizar essa prática em âmbito nacional, quero registrar que considero muito saudável, considero inclusive que V. Ex^a, ao lado dos nomes que citou como possíveis pré-candidatos, também seria obviamente um dos que mais respeito granjeia em toda a opinião pública brasileira, entre o povo brasileiro e entre seus colegas aqui. Mas eu gostaria de lhe perguntar, Senador Pedro Simon: caso se realize a prévia pelo PMDB, será por todos os filiados do PMDB nacionalmente? E quantos são hoje os filiados do PMDB? Agradeço se V. Ex^a puder me dar essas duas informações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa é uma discussão que, ao que sei, não está definitiva. O certo, Presidente Renan Calheiros, é que participarão da prévia do diretório municipal de vereadores

para cima. Não sei se a decisão será no sentido de que votarão todos os filiados. Esta decisão, pelo que sei, não foi tomada ainda. A decisão é de que membros do diretório municipal para cima participarão da escolha. Se participarão ou não os filiados do PMDB, todos, até olho com simpatia, embora não considere isso da maior importância no momento em que todos os partidos terão um percentual igual, que é a sua participação política, os seus vereadores, os seus membros do diretório municipal, membros do diretório estadual, delegados municipais, delegados estaduais. Mas a decisão de que serão todos os filiados do Partido, honestamente até agora, não.

Agradeço a V. Ex^a. Realmente foi bonito o seu gesto. Embora com a antipatia do comando partidário, embora sabendo que não ganharia, porque havia uma candidatura natural que, durante três pleitos, havia se preparado, V. Ex^a achou, e na minha opinião acertadamente, que a sua candidatura na prévia daria uma sustentação democrática, um sentido participativo de conjunto. E foi o que aconteceu. V. Ex^a valorizou a prévia, valorizou o pleito e a candidatura Lula.

Penso que estamos neste caminho, um caminho que me parece realmente importante e correto. A essa altura, há uma unanimidade no partido no sentido de que vamos ter prévia, independentemente dos pensamentos de A, B ou C, de gostar ou não do presidente do partido, independentemente dos que preferem o Garotinho ou o Rigotto, o Itamar ou o Jarbas Vasconcelos, dos que preferem o Senador Renan Calheiros.

Os números variam muito, mas o que é muito bacana e bonito é que, ainda ontem, na sexta-feira, no Rio Grande do Sul, o Garotinho fez questão de dizer que era candidato, mas, se ganhasse o Germano Rigotto, ele faria questão de votar nele. Outro dia, no Paraná, o Governador Requião dizia absolutamente a mesma coisa. Há um sentido de entendimento de se selecionar um nome, mas o nome terá o apoio total.

O PMDB está caminhando, sem dissidência, sem rompimento. Não estamos querendo romper com ninguém. O Senador Renan Calheiros explica muito bem que estaremos dando, até o final, a governabilidade ao Governo do Presidente Lula. O MDB não faltará com essa governabilidade. Tudo aquilo que for bom para ser votado nesta Casa

terá o nosso voto, o nosso apoio, mas isso não impede que tenhamos o nosso candidato na hora oportuna.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a parece ser o primeiro Senador do nosso Partido a falar das prévias decididas pela Comissão Executiva Nacional em duas reuniões, por unanimidade. Eu tive a felicidade de participar das duas. Mas eu quero ressaltar o que V. Ex^a acabou de falar: essa harmonia, esse espírito democrático que está reinando no PMDB no sentido da aceitação das candidaturas. Isso vai oxigenar o Partido. V. Ex^a faz bem em ocupar a tribuna. Na sua biografia, que é tão grande, só está faltando que V. Ex^a se inscreva nas prévias, porque vai valorizá-las. V. Ex^a é fortíssimo candidato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Retribuo a V. Ex^a, que, mais do que eu, fortaleceria essas prévias. E V. Ex^a tem prioridade e teria o nosso apoio com muito carinho e muito respeito.

Mas eu fico feliz em ver o Presidente Renan na Presidência, agora. Digo, na presença de V. Ex^a, Presidente Renan, que o partido vive um momento importante. Eu sou uma pessoa com absoluta independência e, na minha longa vida política, acho que tenho o direito de ter uma posição própria. Mas ressalto que V. Ex^a, na condução dessa questão, tem o meu respeito. Eu acho que V. Ex^a, o Presidente Sarney, o nosso ilustre Presidente Nacional do Partido, o Senador Suassuna, nós estamos em um momento – diz muito bem V. Ex^a, querido Tebet – muito feliz. Repare V. Ex^a em que posição interessante e importante está o MDB nesta Casa.

Somos o maior partido. Somos o maior partido da Câmara, somos o maior Partido em número de governadores, em número de prefeitos, em número de deputados federais, estaduais e de vereadores. Somos o partido que tem mais história e mais biografia. Temos mais compromissos com a história brasileira. Vivemos um momento de ostracismo de que não é digno o MDB. Vivemos uma fase em que não trilhamos o caminho que deveríamos.

Hoje, olho o plenário da Câmara e do Senado. As CPI estão funcionando por causa do PSDB, do PFL. Mas, basicamente, porque o

MDB concordou. Se o MDB tivesse ficado em uma posição de, juntamente com a maioria, com o PT, não concordar, não havia CPI. Viveríamos, nessa hora em que estamos vivendo, com esses fatos gravíssimos, sem a CPI. Lá na CPI temos um Relator brilhante, que é o bravo companheiro Garibaldi Alves Filho, temos um Presidente brilhante, que é o Presidente da Comissão do Mensalão, temos relatores, presidentes, membros. Nossa atitude tem sido de independência. O PT tem que ser ouvido? Vamos ouvi-lo. Envolve o Governo antigo do PSDB, que tem que ser ouvido? Vamos ouvi-lo. Não somos contra o PT, nem contra o PSDB; nem a favor do PT, nem a favor do PSDB. Somos a favor da busca da verdade.

O Governo do PT, no que tange ao MDB, não se pode queixar jamais de que lhe tenha faltado sinceridade, simpatia e apoio. Lamentavelmente, não o apoio para os equívocos que têm acontecido. E se preparando para o futuro, para a eleição do ano que vem. Não estamos nos preparando para ver o que tem de errado no PT, ou o que teve de errado no PSDB. Estamos nos preparando para apresentar nossa proposta e ver no meio desse contexto geral, desde o Governo Sarney, passando pelo Itamar, pelos oito anos do Fernando Henrique e pelo próprio Presidente Lula, o nosso meio-campo. Por isso começamos o nosso programa com humildade, apresentando uma proposta de um governo voltado para a sociedade brasileira.

Acho que temos condições, Sr. Presidente. Se o MDB, como o maior Partido, traçar a linha, temos condições de fazer com que a eleição do ano que vem não seja uma guerra entre PT e PSDB, para cada um dizer do outro o que fez de pior: não, eu fiz isso, mas você fez aquilo.

Tivemos um exemplo disso na eleição passada, no Rio Grande do Sul, em que dois candidatos – um estava com 43% e o outro estava com 38% – passaram o tempo todo se digladiando, e o nosso Rigotto, que começou com 1,5%, terminou se elegendo governador com uma plataforma, com uma bandeira de dignidade, de seriedade e de respeitabilidade.

Acho que o MDB, no momento em que apresentar uma candidatura nesse sentido, pensando no Brasil, poderá inclusive dar a linha do discurso da campanha, a linha da trajetória da campanha, e sem querer

poderá influenciar no PT, no PSDB, no PFL, para que as tristezas, as mágoas, os ressentimentos, as coisas ruins sejam analisadas, mas que elas não sejam o topo da nossa campanha do ano que vem, mas, pelo contrário, apesar das mágoas, tristezas, desgostos, que tenhamos coragem e dignidade de tocar adiante como o nosso partido está fazendo.

Felicito V. Ex^a, o Presidente do meu partido, o Líder Ney Suassuna, o Senador José Sarney, os candidatos Garotinho, Rigotto, Jarbas Vasconcelos, o Presidente Itamar, os homens que estão se colocando à disposição para essa grande caminhada que teremos pela frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Análise do Sistema Educacional Brasileiro

(Pronunciamento em 21 de outubro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o que raramente faço farei agora: lerei meu pronunciamento de hoje, e assim farei pela importância que a ele dou, pela análise que apresenta de um dos assuntos que considero da maior importância neste País, que é o problema da educação.

Difícil e complexo é o processo de construção de uma Nação. Trata-se de algo que se estende no tempo, sujeito a idas e vindas, em cujo desenrolar êxitos e fracassos se alternam. Não por outra razão, acredito que uma das mais significativas lições oferecidas pela civilização contemporânea é que, com determinação, força de vontade e clareza de objetivos, o projeto nacional se materializa a despeito das inúmeras dificuldades.

Nada mais fácil e simples, no entanto, do que promover a destruição de uma Nação ou impedir que ela se concretize como tal. Em meio a tantas formas possíveis de se chegar a esse trágico resultado, uma se sobressai: nas condições históricas do mundo de hoje, basta impedir o acesso da população ao conhecimento, mediante a ausência de um adequado sistema educacional, para que a essência do que se entende por Nação deixe de existir.

Afinal, Nação não se confunde com Estado. Tampouco se resume a território, com fronteiras definidas e asseguradas. Ainda que se identifique também com esses conceitos, a Nação os supera em termos de amplitude, alicerçada que está nos sentimentos coletivos de quem se

julga pertencente à mesma comunidade. São homens e mulheres que se aproximam pela língua, pelo passado, pelas crenças e pelos valores comuns. É dessa aproximação que brota e se fortalece o sentimento da nacionalidade.

Onde impera a extrema desigualdade e a exclusão se torna ostensiva e permanente, as possibilidades de existência de uma Nação acabam por se restringir aos aspectos formais, não mais do que aos aspectos formais. Nesse caso, parcelas expressivas da sociedade ficam à margem dos processos decisórios e, quando muito, neles são admitidos na condição de meros coadjuvantes, facilmente manipulados.

Essa tem sido, desgraçadamente, a marca registrada da História do Brasil.

Mesmo que se leve na devida conta que o País não ficou parado no tempo, ainda que se admita a ocorrência de inegáveis transformações ao longo de sua trajetória histórica, o Brasil luta com absurdas dificuldades para se tornar uma autêntica Nação. Na base e no fundo desse drama, avulta a inacreditável, incompreensível e inaceitável incapacidade de oferecer aos seus filhos a educação de qualidade, sem a qual a plenitude da cidadania jamais será conquistada.

Essa realidade imoral e aética, que nasce como modelo da exploração colonial imposto pela metrópole portuguesa, substantivamente não se altera com a conquista da independência política. Justamente por assim ser, chegamos ao século XXI ostentando altas taxas de analfabetismo absoluto e outras ainda mais agressivas de analfabetismo funcional – que é a situação de milhões de brasileiros, os quais, mesmo conhecendo as letras e conseguindo assinar o nome, não se sentem aptos a redigir um mísero bilhete ou a entender o sentido de uma frase por mais simples que ela seja.

Jogar a responsabilidade desse drama no passado colonial é cômodo e fácil, aparentemente correto, mas tangencia o foco principal. Com isso, acalenta-se a desculpa salvadora para quem, tendo a oportunidade de solucionar o problema, outra coisa não fez senão fugir dele ou, na melhor das hipóteses, enfrentou-o de maneira acovardada e mesquinha.

Longe de mim, Sr. Presidente, desconhecer o peso da estrutura colonial que, por mais de três séculos, marcou a inserção do Brasil na chamada civilização ocidental. Nesse particular, sabe-se que nossa experiência foi ainda mais traumática que a das nossas vizinhas, as colônias espanholas. Diferentemente delas, que chegaram a possuir universidades, a vigilância extremada do regime absolutista português impediu-nos de conhecer esse tipo de instituição durante a colonização. Pior ainda: com a expulsão dos jesuítas, determinada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, desestruturou-se o precário sistema de educação então existente, praticamente toda ele de caráter confessional, sem que nada fosse colocado em seu lugar.

Ora, fez-se a independência política em 1822, mas mantiveram-se intactas as estruturas básicas que sustentavam o esquema da colonização. Assim, ao lado de uma economia basicamente agroexportadora de relações sociais de produção majoritariamente assentadas na mão-de-obra escrava e na descomunal concentração fundiária, o nascente Estado Nacional brasileiro independente permaneceu insensível à melhoria das condições de vida da maioria da população, que continua marginalizada em termos educacionais.

A substituição do regime monárquico pelo republicano, que coincide, grosso modo, com a chegada do século XX, não foi suficiente para alterar esse quadro de agrura e exclusão. Em termos relativos, os estratosféricos índices de analfabetismo permaneceram de pé, o que se comprova, facilmente, pela diminuta porcentagem de eleitores – já que o direito ao voto estava condicionado ao saber ler e escrever – e pela existência de escolas voltadas quase que exclusivamente para os filhos da elite.

Esse é o cenário, Sr^{as} e Srs. Senadores, no qual transcorre o drama social brasileiro em boa parte do século XX. É a partir de 1930, com o projeto nacional modernizador da Era Vargas, a despeito do seu viés altamente centralizador, quando não claramente ditatorial, como se viu de maneira inequívoca durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, que o quadro começa a ser alterado. Foi preciso que acontecesse um movimento armado, da dimensão daquele que permitiu a chegada de Vargas ao poder, para que se criasse, no âmbito do Estado, um ministério voltado para a educação. Afinal, o que prevalecia no País era a velha tese

sintetizada na célebre expressão atribuída ao Presidente Washington Luís, segundo a qual a “questão social era caso de polícia!”

O movimento conhecido como “Escola Nova”, surgido nesse contexto histórico, agregou pessoas desejosas de ver o Brasil passado a limpo e dar as costas ao arcaísmo de um passado antinacional e socialmente excludente. Gestava-se, pois, um outro tipo de educação, bem mais comprometida com as demandas da contemporaneidade e voltada para os mais amplos setores da sociedade. Pena que em nosso País, tradicionalmente, a velocidade das transformações seja quase sem exceção inversamente proporcional às necessidades sociais que as suscitam.

Não obstante isso, o Brasil se move. Impressiona observar o que aconteceu conosco a partir da segunda metade dos anos 40. Coincidentemente, era o fim da Segunda Grande Guerra, que mudara radicalmente o mapa do poder, e da Era Vargas, que lançara os fundamentos da modernização econômica do País. Ao mesmo tempo em que a economia iniciava um novo processo de desenvolvimento crescentemente assentado em tecnologias inovadoras, o Brasil começava a avançar em termos industriais, processo que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda seu mais eloqüente símbolo.

Punha-se em marcha, naquele momento, no Brasil, um dos mais espantosos processos de urbanização que o mundo contemporâneo já assistiu. Para ter idéia do significado do fenômeno, basta atentar para os dados produzidos por dois censos gerais realizados pelo IBGE. Atentem, Sr^{as} e Srs. Senadores: em 1950, algo em torno de 70% da população brasileira estava localizada no campo. Em 1950, 70% da população brasileira estava localizada no campo. Em apenas cinco décadas, atesta o censo de 2000, o quadro mais que se inverteu, e a população urbana atinge a impressionante marca de 82% do total dos habitantes – 1950, 70% no campo; 2000, 18% no campo.

Creio que a melhor imagem de que se pode fazer uso para definir o que estava acontecendo com o Brasil nesse período é a frase consagrada pela historiografia nacional: “Um País em movimento”. Movimento incessante, ininterrupto, que modifica radical e celeremente a fisionomia do Brasil. Num curto espaço de tempo, milhões e milhões de brasileiros afastam-se dos campos e abandonam os “grotões”

– como assim os chamava o saudoso Presidente Tancredo Neves – e chegam aos centros urbanos em busca de uma vida melhor.

São milhões e milhões de brasileiros que agora ganham visibilidade. Nas cidades, esse enorme contingente de homens e mulheres passa a apresentar suas demandas, a princípio intuitiva e desorganizadamente, a seguir, com crescente densidade política. São demandas que se expressam na luta por moradia, emprego, habitação, transporte, assistência à saúde e, coroando a tudo, por acesso à educação.

Havia uma certeza entre aqueles brasileiros que, afastando-se das seculares más condições encontradas no campo, buscavam na cidade a possibilidade de encontrar uma vida melhor: a escola, identificada como templo sagrado do saber, haveria de abrir as portas de um futuro mais promissor para seus filhos. Por meio dela, seus descendentes haveriam de escapar à condenação de uma vida pequena, sem perspectiva, com a qual seus antepassados e eles próprios estiveram enredados desde sempre.

Impossível entender, em toda sua extensão, a riqueza de conteúdo, o clima de efervescência vivido pelo Brasil entre meados de 1950 e, principalmente, em princípios da década de 60, se não atentarmos para esse pano de fundo no qual pontificava o magnífico cenário do movimento social, demográfico, econômico, político e cultural. O País vivia, então, a inédita e bendita experiência de ser agente da sua própria história. Momento glorioso no qual o silêncio, que parecia eterno, dava lugar a um debate apaixonado. Nas grandes e nas pequenas cidades, nos campos, em todos os lugares, enfim, sentia-se o gosto de uma incipiente cidadania. Nas palavras de um atento estudioso de nossa História, “o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente...”

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Fico embevecido com os discursos de V. Ex^a. Precisávamos ter mais memórias no Senado. V. Ex^a tem sido a memória política do Senado. Sempre que estamos em algum dilema ou em alguma situação embaralhada, V. Ex^a lembra os exemplos do passado e rememora os casos vividos. Isso nos dá uma

orientação. Tenho muita pena de um país com memória pequena. V. Ex^a tem sido a memória do nosso Senado. Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, nobre Líder. Nesse sentido, Sr. Presidente, entendo o que aconteceu em 1964 como algo bem mais profundo do que simples golpe militar. Na interrupção da normalidade institucional, com a deposição do Presidente João Goulart, sacramentava-se a vitória de um entre os dois projetos de Brasil postos em discussão naquele contexto da acentuada polarização ideológica. Vencia o projeto da modernização conservadora do País, em razão do qual se admitiria, sem maiores escrúpulos, a adoção do autoritarismo político. Da “ditadura envergonhada” à “ditadura escancarada”, na já consagrada conceituação de Elio Gaspari, tênueria seria a fronteira entre ambos os estágios.

Resulta desse regime autoritário, de seu próprio projeto de modernização do Brasil, a decisão política que atinge em cheio a educação brasileira, de cujos efeitos socialmente perversos somos vítimas até hoje. De fato, ao se ver impelido a optar entre o financiamento da infraestrutura essencial à consecução do sonho dourado – ou de pura megalomania, diria alguém – de um Brasil grande potência e o da expansão de um sistema educacional digno de nome, em condição de responder aos desafios da realidade contemporânea, o regime militar não titubeou: jogou todas as suas fichas na primeira alternativa, de que seriam exemplos notáveis as inúmeras empresas estatais que vieram à luz.

Tinha início, naquele momento, um processo de conseqüências funestas para a Nação, das quais ainda não nos libertamos e que, pelo visto, estamos longe de superar. Refiro-me ao fato de que se buscou nos ombros largos do professorado o esteio para sustentar a inadiável expansão do sistema educacional brasileiro.

O Estado decidiu-se pelo que considerava mais fácil, optando por subtrair do salário dos professores os recursos necessários à construção e ao equipamento dos prédios escolares. Começava, então, o absurdo processo de desvalorização social do professor, ao atingir violentamente sua remuneração. A ditadura foi finalmente derrotada, o País redemocratizou-se plenamente em termos políticos, mas, passados tantos anos do fim daquela longa noite de arbítrio, pouco ou quase

nada se conseguiu avançar na direção do efetivo reconhecimento do professor.

Derrotado pelos salários aviltantes, o professor dos diversos níveis da educação básica se viu compelido a duplicar, quiçá triplicar, sua jornada de trabalho. Não é necessário ser especialista para imaginar o que isso representa para a diminuição de sua auto-estima e pela perda de qualidade de seu trabalho. À grande quantidade de horas em sala de aula, soma-se o tempo despendido com preparação, correção de trabalhos, cadernos e provas, reuniões pedagógicas e administrativas e as mais diversas tarefas. Desse conjunto, compreende-se, com mais nitidez, o estado lastimável em que se encontra o profissional da educação em nosso País.

Deploro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as oportunidades perdidas para a real solução do grave problema educacional brasileiro. No passado recente, a despeito de todas as condições políticas favoráveis e de uma inédita reeleição, o Governo Fernando Henrique pouco avançou nessa direção. Em oito anos, restou, naquilo que é verdadeiramente essencial, a adoção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o conhecido Fundef.

Claro que foi um avanço, mas muito aquém do necessário. Ainda que a adoção desse mecanismo financeiro tenha propiciado aumento salarial de professores, isso se deu apenas naquelas regiões nas quais a remuneração docente atingia as raias do ridículo ou da inconstitucionalidade, muitas vezes inferior ao próprio salário mínimo. Acima de tudo, não se pode esquecer que o Fundef é um fundo contábil, cuja função – meritória, por certo, mas insuficiente – sempre foi a de organizar com mais racionalidade os recursos financeiros já existentes – e não novos recursos.

Em outras palavras, o Fundef, tão diligentemente alardeado pela publicidade oficial – esta, sim, regada com a abundância de recursos sonogados à educação propriamente dita –, não significou, jamais, um centavo a mais do Governo Federal para o financiamento do ensino fundamental, que dirá da educação básica! Parece que estamos condenados a robustecer a educação apenas pela via da retórica, caminho que os governos tendem a percorrer com mínimas variações de trajeto.

Agora mesmo, Sr. Presidente, acompanhamos os esforços do Ministério da Educação para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb. A princípio, um óbvio avanço em relação ao que foi instituído à época dos tucanos, quando nada por duas razões fundamentais: a ampliação de sua abrangência, não mais se fixando apenas no nível da escolaridade obrigatória, o fundamental, mas voltando-se para os três níveis da educação básica – a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio –; além disso, outra novidade digna de louvor, que é a introdução de dinheiro novo da União para o financiamento do sistema educacional.

Todavia, duas observações iniciais, ambas de enorme significado, merecem ser feitas. A primeira refere-se à insensibilidade, já tantas vezes provada e comprovada, da tal “área econômica” do Governo Federal, absolutamente refratária a qualquer proposta de ampliação dos investimentos federais na área da social, como é o caso da educação. Na lógica implacável desses “donos” do dinheiro público, é preferível garantir o superávit para o pagamento de uma dívida colossal, jamais auditada e provavelmente cheia de impropriedades, a capacitar minimamente o sistema educacional para oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros os instrumentos necessários ao exercício digno da vida pessoal, do desempenho profissional e da cidadania consciente.

Quanto tempo se gastou nos embates entre a equipe do MEC e os “doutos” representantes da “área econômica”? Ao final, chega-se à proposta, em condições de ser encaminhada ao exame do Congresso Nacional, cautelosa e prudente, o que é atestado pela decisão de escalonar o montante de recursos adicionais a serem repassados pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Ainda assim, quando tudo parecia sacramentado entre os próprios agentes do Governo Federal, ensaia-se, uma vez mais, a possibilidade do retrocesso, ante o temor do setor econômico com o desequilíbrio das contas públicas. Francamente, não há “realismo mágico” que possa concorrer com o realismo concreto do Poder Público financeiro em nosso País!

O segundo aspecto problemático presente na proposta do MEC para a nova forma de financiamento da educação brasileira consiste no fato de que algo como 75% dos recursos orçamentários do Tesouro

para o Ministério seriam reservados para a manutenção e o desenvolvimento da educação superior, fundamentalmente voltados para as instituições federais.

Longe de mim questionar o apoio federal ao ensino superior público. Indago-me, no entanto, se tal decisão, ainda que correta e respaldada pelo texto constitucional, é intrinsecamente justa ante o universo coberto – ou que deveria ser coberto – pela educação básica. Temo que, uma vez mais, nos esforcemos para tapar o sol com a peneira e, neste caso, repetirmos o equívoco monstruoso de não jogar todas as fichas na educação básica. Afinal, na situação de penúria em que se encontram, estados e municípios, sobre os quais recaem as responsabilidades de oferta da educação básica, em relação à qual a União atua apenas de modo suplementar, previsivelmente não terão recursos em volume suficiente para dar cabo da missão.

Que estranha maldição é essa que impede nossos governantes de enxergar a realidade? Que estranhos desígnios são esses que insistem em fazer do Poder Executivo uma entidade alheia à realidade, incapaz de aprender algo com as lições do passado?

Não fosse assim, saberiam perfeitamente bem que um vizinho nosso, a Argentina, fez sua revolução educacional na década de 1880, em razão da qual se consolidou como Nação educada, culta e próspera, mantendo por décadas a condição de um dos dez países mais ricos do mundo. A Argentina, com a sua reforma educacional, de 1880, é até hoje um país culto.

Não fosse assim, lembrariam que o Japão fez de sua Era Meiji, a partir dos anos 1860, o rito de passagem para a modernidade, realçada, entre outras medidas, pela universalização de um sistema educacional de qualidade. Foi tomando decisões dessa natureza que o velho Japão feudal deu lugar ao país que assombrou o mundo no século XX.

Não fosse assim, teriam em mente a experiência protagonizada pela Coreia do Sul no pós-Segunda Guerra Mundial. Ao optar pelo investimento maciço na educação básica, os sul-coreanos deixaram definitivamente para trás um passado acanhado e sem maiores perspectivas e encantaram o mundo com sua prodigiosa capacidade de produzir e inovar.

Não fosse assim, procuraríamos entender a trajetória de um outro país bem próximos do nosso, o Chile, que se refez da longa e traumática experiência da sanguinária ditadura de Pinochet, recobrou a plenitude democrática e incorporou, fazendo-a avançar, uma política educacional racional e de bons resultados.

Enfim, a História Contemporânea está cheia de exemplos a esse respeito. Não se conhece, a rigor, nos dias de hoje, caso algum de nação próspera e socialmente mais equilibrada que não tenha resolvido, na base e como premissa, a estratégica questão educacional. Por tudo isso e pelo que apresentamos ainda hoje, podemos afirmar que, no campo da educação, infelizmente, ainda não ultrapassamos o século XIX. Cronologicamente no alvorecer do século XXI, carecemos de uma revolução educacional que nos faça contemporâneos de nosso próprio tempo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recuso-me a acreditar não haver saída para a tragédia da educação brasileira. Em primeiro lugar, que se compreenda ser impossível dotar um país de um sistema educacional inclusivo e de qualidade sem o aporte de recursos compatíveis com a dimensão da empreitada. Não, não estou inovando. O grande Tavares Bastos, em *A Província*, obra clássica que a excelente Comissão Editorial do Senado teve a sensibilidade de reeditar, em seu libelo contra o caráter unitário do Império brasileiro, teve a inspiração de cobrar do Poder Público a atenção para com a educação pública, não sem antes reiterar que a montagem, a manutenção e o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade custa caro, muito caro, mas nada pode substituí-lo. Pelo visto, a advertência mais que centenária do bravo Tavares Bastos ainda está à procura de ouvidos que possam escutá-la e compreendê-la...

Não há, pois, chance alguma de êxito para um correto projeto nacional de educação que não disponha de recursos suficientes. Insistir no contrário é enganar a sociedade, é postergar para sempre um futuro que não chega nunca. O dinheiro existe. A questão central, que faz de todas as outras peças acessórias, é tomar a decisão política de encaminhá-lo para a educação, único meio historicamente comprovado de construir, nas condições ditadas pelo mundo contemporâneo, uma autêntica Nação.

A esse respeito, ousou fazer uma proposta, que pode assustar à primeira vista. Federalista que sempre fui, adversário contumaz das práticas político-administrativas centralizadoras, as quais identifico quase sempre como sinônimo de abjeto autoritarismo, pergunto-me se algo não está errado com o federalismo republicano brasileiro, sobretudo este com o qual convivemos nas últimas décadas. Enquanto as unidades da Federação andam à míngua, de pires na mão, em face da voracidade arrecadadora da União, inversamente proporcional à sua disposição para repartir o bolo, sobre elas recaem as responsabilidades inerentes à oferta da Educação Básica.

Penso, sinceramente, que talvez fosse oportuna uma espécie de “moratória federativa” na área educacional. Assim, por um tempo consensualmente acertado entre as partes, a União substituiria seu papel coadjuvante em relação à Educação Básica por uma ação mais consistente, direta e supostamente eficaz. Desse modo, para além de políticas, programas e projetos, o Governo Federal, sempre em parceria e de forma pactuada com estados e municípios, teria a missão de agir mais diretamente nos sistemas estaduais e municipais de educação.

Imagino, Sr. Presidente, que a ação federal, neste momento, é de fundamental importância, a começar pela implantação de uma política nacional de valorização do magistério, em que necessariamente fossem atendidos aos aspectos cruciais, como o da remuneração e o da formação – hoje, abaixo da crítica! – inicial e continuada dos professores. Não vejo como estados e, principalmente, municípios possam, isolada e solitariamente, dar conta dessa tarefa inadiável. Vislumbro, inclusive, a chancela da República na certificação desses e dos demais profissionais da educação, passo decisivo para a valorização e o reconhecimento social dos educadores.

Relativamente à remuneração, não vejo outra forma para superar, de imediato, o inaceitável cenário atual. Planilha elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a aguerrida CNTE, mostra como é grande a parcela de docentes cujo salário mensal oscila entre R\$300,00, R\$400,00,00 e R\$500,00. Confirmei esses dados ao ter acesso ao portentoso trabalho produzido pelo escritório local da Unesco, *O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*, recentemente publicado, que informa a

existência de expressivo contingente de educadores em nosso País que ganham até dois salários mínimos mensais.

De igual modo, essa presença incisiva da União será vital para que a rede física das escolas seja recuperada e, quando e onde necessário, ampliada. Não é crível imaginar bom desempenho escolar com prédios caindo aos pedaços, sem os equipamentos necessários em bom estado, com bibliotecas inexistentes ou insuficientes, sem a disponibilidade e a plena utilização de modernos recursos didáticos e, acima de tudo, sem profissionais motivados, respeitados em sua dignidade, e adequadamente remunerados e bem formados, tanto para iniciarem a carreira como para nela permanecerem serem atualizados.

Em educação, como em tudo na vida, as inovações são sempre bem-vindas. Contudo, não carece a reinvenção da roda. Assusta-me, por exemplo, saber que o MEC se prepara para gastar uma fábula com a realização da avaliação dos estudos brasileiros um a um, escola por escola. Meu Deus! A concretização desse desatino é a prova cabal de que, para o atual Governo, são inúteis as técnicas de pesquisa que tanto se desenvolveram nos últimos anos, são inconfiáveis as amostras estatísticas!

Ora, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o conhecido e respeitado SAEB, nos oferece seguras informações acerca das mazelas de nosso sistema educacional, indicando seus pontos mais críticos. A exemplo da enorme dificuldade que nossos estudantes têm no manejo das operações matemáticas básicas e na compreensão da língua portuguesa. Ainda é tempo, imagino, de o Governo recuar diante dessa idéia e dar destinação mais razoável aos recursos de que dispõe para a educação.

Encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, pedindo escusas pela extensão que o texto acabou por assumir. Moveu-me, tão-somente, a indignação frente a um quadro histórico desabonador, e que, no limite, põe em risco nossa sobrevivência como Nação.

Apóio-me em verdades cruéis, dolorosas, que precisam ser enfrentadas. Não há mais como se conformar com a existência de cerca de 24 milhões de brasileiros analfabetos, fora os analfabetos funcionais. Não dá para admitir que menos de um quarto da população brasileira estude. É de estarrecer que cerca de 44% de nossa população

tenham concluído apenas a terceira série do ensino fundamental. Que um quarto dos brasileiros que vive nos campos não tenha escolaridade alguma e, quando a tem, não passa de um ano de estudo. Que pouco mais de 3% da população tenham concluído curso superior. Que acintosa é a defasagem entre idade e a série escolar! Que vergonhosos são os índices da evasão e da repetência nessas escolas!

Chega! Que assumamos coletivamente a missão de dotar o Brasil de um sistema educacional a altura das nossas necessidades, dos nossos melhores sonhos, da esperança mais bela que sempre nos impulsionou. Repetindo Tancredo no discurso da posse frustrada, vale lembrar Tiradentes: “Se todos quisermos, podemos fazer deste País uma grande Nação!”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço desculpa pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ao contrário, Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, V. Ex^a permite que não apenas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, como também todos os telespectadores e o povo brasileiro tenham a oportunidade de ouvi-lo e vê-lo da forma mais correta, mais didática, inclusive para o conhecimento da nossa população.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mandato do Senador Capiberibe

(Pronunciamento em 25 de outubro)

Senhor Presidente, em primeiro lugar, felicito V. Ex^a pelo seu espírito público, pela abertura do debate, pela discussão, pela sessão realmente bonita de que estamos participando agora.

Com todo respeito, Senhor Presidente, não vejo outra saída. V. Ex^a, com seu espírito aberto, haverá de entender que não temos outra saída, senão mandar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fazendo isso, não estaremos tomando decisão alguma. Se tudo o que V. Ex^a diz é correto, se o relatório de V. Ex^a é correto, se a explicação da Assessoria Jurídica é correta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania terá de dizer: “É isso o que está aí.”. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não vai inventar e de lá virá para o Plenário. Duvido que o Plenário tenha a coragem de dizer que o mandato não está cassado se se chegar à conclusão de que está. O que queremos é dar o direito a S. Ex^a de se defender.

Senhor Presidente, a Câmara já tomou uma decisão. Como fica isso? A esposa dele, Deputada Federal, foi cassada. O processo foi encaminhado para a Comissão para ser feito o estudo e ela ter sua defesa. No Senado, não. Por que duas medidas diferentes, sendo que a primeira foi a da Câmara? Se ainda a nossa fosse a primeira e, depois de termos dito que já está cassado, a Câmara se reunisse e decidisse que haveria recurso, tudo bem, mas a Câmara se reuniu primeiro e disse que há recurso. Por que a Câmara fez isso e o Senado não vai fazer, se a Constituição e a decisão do Supremo são as mesmas? Por que queremos ser mais realistas que o rei? Será criado um incidente, porque são

duas decisões completamente opostas. Alguém está completamente errado. Vamos criar uma crise de poder em que a Câmara tomou uma decisão errada, absurda, e o Senado agiu certo, ou o contrário? Para a opinião pública, para o bom senso, vai parecer o contrário, porque isso mostra que a Câmara deu a liberalidade. Deu a chance de mostrar e não vai mostrar? Não mostre, mas dê a chance de mostrar. Dois ou três dias a mais não vão alterar o caso, mas não se deve impedir que, depois do apelo dramático feito, aqui, pelo Senador e por sua esposa, aplique-se um artigo que está na Constituição. Se está certo ou se está errado, não sei, mas está na Constituição que há amplo direito de defesa. V. Ex^a é que vai dizer: “Não, mas isso se aplica lá não sei onde?” V. Ex^a pode estar certo. E a Consultoria Jurídica dirá: “Isso se aplica no caso onde não há cassação no Supremo.”? V. Ex^a e a Consultoria Jurídica do Senado podem dizer isso, mas cabe a nós recorrermos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O que ela disser estará dito, ninguém mais poderá falar nada e o Plenário decidirá.

Creio que vamos criar um ambiente que não entendo. Vou falar com toda a sinceridade: parece que estamos cassando o Senador, quando não é isso o que está acontecendo. Parece que nos antecipamos e resolvemos cassar o Senador e não é isso o que está acontecendo. Há uma decisão do Supremo e queremos cumpri-la, mas dando a S. Ex^a a oportunidade de defesa.

Como disse o nobre companheiro Senador: “É a primeira vez que é cassado um Senador baseado nessa lei ordinária.” Se é assim, é natural que se crie um impasse e que essa decisão se confronte com o artigo da Constituição que diz caber amplo direito de defesa. Para resolver essa dúvida, encaminhe-se para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por que a Presidência vai assumir para si um ônus que não é seu? Por que vamos assumir um ônus que não é nosso? Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o meu voto pode ser favorável ou contrário ao Senador, mas será a favor da lei e daquilo que deve ser feito.

Por isso, apelo ao seu bom senso, Sr. Presidente. Não vamos criar um incidente entre a Câmara e o Senado. Aquela Casa decidiu em primeiro lugar e, agora, é a nossa vez. Vamos seguir o mesmo caminho e enviar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim, estará resolvido. É o apelo que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Memória de João Paulo II

(Pronunciamento em 25 de outubro)

Senhor Presidente, Senador Renan Calheiros, Eminentíssimo Sr. Cardeal D. José Freire Falcão, Eminentíssimo Sr. Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, Reverendíssimo Sr. Arcebispo Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico, representante do Santo Padre no Brasil e Decano do Corpo Diplomático, Reverendíssimo Sr. Dom Odilo Pedro, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Reverendíssimo Sr. Dom João Braz de Aviz, Arcebispo de Brasília, Reverendíssimo Sr. Dom Heitor Sales, Arcebispo Emérito de Natal, Excelentíssimo Sr. Pawel Kulka Kulpiowski, Embaixador da República da Polônia, Excelentíssimo Sr. Fouad El-Khoury, Embaixador da República Libanesa, Excelentíssimo Sr. Ali Diab, Embaixador da República Árabe da Síria, Excelentíssimo Sr. Manuel Estuardo Roldan Barillas, Embaixador da República da Guatemala, Reverendíssimo Sr. Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, Reverendíssimo Monsenhor José Leite Nogueira, da Nunciatura Apostólica, Ilustríssimo Sr. Robson Lopes, Presidente da Sociedade São Vicente de Paula, ilustríssimos representantes das Embaixadas, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, a sessão de hoje é verdadeiramente especial. Estamos reunidos aqui para prestar homenagem à memória de um dos homens mais fascinantes do nosso tempo, o Papa João Paulo II.

O polonês Karol Wojtyła, nascido no dia 18 de maio de 1920, na pequena cidade de Wadowice, faleceu em 2 de abril de 2005, em Roma, na Itália, após um longo calvário.

Pessoalmente, acredito que o Papa optou por passar seus últimos dias recolhido a seu apartamento, no Vaticano, porque não queria ficar indo aos hospitais. Buscou evitar que os médicos pudessem prolongar artificialmente sua vida.

Foi uma extensa e frutífera trajetória. Foi a mais rica existência humana que se pode imaginar. Aliás, ele costumava a dizer que a fé sem obras é nula. Independentemente de crença religiosa ou posicionamento ideológico, a figura carismática do Papa João Paulo II chamou para si a atenção dos quatro cantos do mundo.

Sua simplicidade, sua solidariedade para com os oprimidos, a firmeza de suas convicções e até mesmo o sofrimento físico nos últimos dias de vida fizeram com que granjeasse o respeito de todos. Suas últimas imagens, a de um homem de inquebrantável vontade que não se deixava abater pela doença, ficaram gravadas para sempre em todos os corações e mentes dos habitantes deste planeta.

Eu gostaria, inicialmente, de forma bastante breve, de destacar aqueles que me parecem ser os pontos fundamentais na atuação do Papa João Paulo II.

Sem dúvida, um dos aspectos mais luminosos do seu pontificado foi a sua atuação diplomática, muitas vezes silenciosa, de grande eficácia. Sem contar com forças armadas, sem derramamento de sangue, ele conseguiu algo que se considerava impossível: a reunificação da Europa. Hoje não se vê mais qualquer possibilidade de conflagração generalizada naquele continente.

Um outro aspecto que merece encômios é a imensa obra literária que ele nos legou. Deixou-nos um conjunto gigantesco de documentos doutrinários que abrange todos os âmbitos da cultura e que analisa todos os temas polêmicos da atualidade.

Outro ponto culminante de sua atuação foi o empenho que mostrou no sentido de aprofundar o ecumenismo. Na Encíclica *Ut Unum Sint*, ele nos aponta o caminho do ecumenismo como algo de que não se pode fugir. A declaração conjunta católico-luterana sobre a justificação por fé e graça é uma das realizações mais impressionantes neste campo.

Outro legado igualmente importante foi o da universalização da presença da Igreja. Com sua peregrinação pelos cinco continentes,

João Paulo II deu grande visibilidade à Igreja Católica. Falando em mais de cem idiomas, ele deixou claro que nenhuma problemática humana lhe era desconhecida. Suas Exortações Apostólicas desenharam um panorama completo da situação e das tarefas mais prementes em cada continente.

Do mesmo modo, destaco as canonizações e as beatificações realizadas por João Paulo II, que superaram o conjunto dos papas que o antecederam. Em artigo de jornal, diz o Padre Jesus Hortal: “Foram 482 canonizações feitas por ele, contra 302 promovidas por todos os seus predecessores; e 1.338 beatificações. O modelo de santidade proposto à veneração dos fiéis não ficou restrito aos povos católicos da velha Europa, nem aos sacerdotes e religiosos, mas se estendeu a todos os povos, a todas as idades e a todas as condições sociais. O Papa Wojtyła, com o reconhecimento de tantos que foram atingidos pela graça de Deus, demonstrou que literalmente vivemos no meio de santos”.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ao nascer, o futuro papa recebeu o nome do pai, Karol Wojtyła, oficial reformado do exército polonês, católico, de hábitos reservados. Sua mãe, Emilia, era uma dona-de-casa de saúde frágil, melancólica, que não se conformava com a morte de uma filha, recém-nascida, em 1914.

A infância e a juventude de Karol foram marcadas pela tragédia familiar. Em 1929, pouco antes de completar o nono aniversário, ele perdeu a mãe, vítima de doença. Seu irmão mais velho morreria dois anos depois, com escarlatina. A morte do pai ocorreu semanas antes que completasse 22 anos.

Quando ficou sozinho, sem parentes, já era universitário em Cracóvia e sonhava com uma carreira artística. Participava de encenação de peças teatrais e escrevia poemas. Embora demonstrasse profunda devoção religiosa, não pretendia ser sacerdote. Julgava que serviria melhor à Igreja atuando como leigo católico.

Sua vocação sacerdotal iria surgir logo depois da invasão da Polônia pelas tropas de Adolf Hitler, quando a Igreja Católica começou a ser perseguida. Os nazistas fecharam os seminários e assassinaram padres e freiras. Mesmo assim, a Igreja continuou a formar sacerdotes em seminários clandestinos. Karol Wojtyła, que trabalhava durante o

dia como operário numa fábrica de soda cáustica, freqüentava um desses seminários à noite.

Ordenado padre em princípio de novembro de 1946, Karol Wojtyla demonstrou de imediato sua grande capacidade intelectual, fato que chamou a atenção do Arcebispo de Cracóvia Adam Stefan, que se tornou seu protetor.

Sua carreira na Igreja foi meteórica. Aos 38 anos tornou-se bispo e foi nomeado auxiliar na Arquidiocese de Cracóvia. Em 1963, ascendeu ao cargo de arcebispo na mesma cidade. Sua atuação foi marcante em vários aspectos, notadamente no que se referia ao trabalho de conscientização dos jovens e dos operários. Enfrentando o regime comunista, jamais recuou do trabalho dedicado à integração dos leigos nas tarefas pastorais; à promoção do apostolado juvenil e vocacional; à construção de templos, e à formação religiosa dos operários. Rapidamente, o arcebispo de Cracóvia tornou-se uma referência religiosa e política no seu país.

Karol Wojtyla começa a surgir para o mundo durante o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, que se realizou entre 1962 e 1965. Aos 45 anos, teve naquele Sínodo intensa participação, particularmente nas comissões encarregadas de elaborar a Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* e a Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*.

O grupo a que pertencia Karol Wojtyla conseguiu se impor nos debates no Vaticano II com a proposta de uma nova visão moral e religiosa, que pregava a abertura imediata do diálogo com as outras religiões, condição essencial para redefinir os rumos da Igreja Católica e adaptá-los à nova realidade social global. No final, o Concílio acatou a bandeira do ecumenismo e do diálogo entre as religiões; inovou as práticas litúrgicas, com a abolição do latim nas missas, e pavimentou o terreno para que os episcopados nacionais ganhassem bem maior autonomia.

Já como papa, na homilia de 25 de janeiro de 1985, João Paulo II assim se pronunciou: “Para mim, que tive a graça especial de participar e colaborar ativamente em seu desenvolvimento, o Vaticano II foi sempre, e é de modo particular nestes anos de meu pontificado, o ponto de referência constante de toda a minha ação pastoral, com

o compromisso responsável de traduzir suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, em cada Igreja e em toda a Igreja. Devemos recorrer incessantemente a essa fonte”.

Srs. Parlamentares, Srs. Convidados, em 1978, depois da morte de Paulo VI, e após o brevíssimo pontificado de João Paulo I, chegou ao trono de São Pedro um dos mais carismáticos líderes da milenar história da Igreja Católica.

Em 16 de outubro daquele ano, o Cardeal polonês Karol Wojtyla foi eleito papa, quebrando uma tradição de quase quinhentos anos de escolher pontífices de origem italiana.

Em 22 de outubro de 1978, aconteceu sua investidura com o nome de João Paulo II.

Ao ser entronizado no principal posto da Igreja Católica, disse em seu discurso: “Não temam! Abram as portas para Cristo! Abram as fronteiras de Estados, de sistemas políticos e econômicos, dos amplos domínios da cultura e da civilização!”.

O Papa João Paulo II foi antes de tudo um humanista, preocupado com a vida, com a fé, com a felicidade e com a liberdade do homem. Por isso, sempre repetia em suas pregações que se sentia atingido por qualquer ameaça contra o homem, contra a família e contra a Nação. Costumava dizer igualmente que o respeito à vida era fundamento de qualquer outro direito, inclusive o da liberdade.

Sobre a violência, lembrava sempre que a simples ausência da guerra não significava a conquista da paz verdadeira. Para ele, a paz só se efetiva em sua totalidade quando vem acompanhada de igualdade, verdade, justiça e solidariedade. Em sua opinião, a Igreja tinha entre seus deveres mais importantes o engajamento a favor da justiça e da paz. Tinha a firme convicção de que os jovens em todo o mundo reuniam todas as possibilidades para promover esses valores. Dizia o papa que, ao se preparar um homem novo para assumir as grandes responsabilidades sociais, estava aberto o caminho da fraternidade. Assim, a preparação da juventude foi ponto central do seu pontificado.

João Paulo II reconhecia que as nações desenvolvidas têm compromisso moral, histórico e de civilização com os habitantes em países em desenvolvimento da América Latina, da Ásia e da África, cujas riquezas foram pilhadas pelos colonizadores, cujas populações foram

dizimadas ou simplesmente escravizadas. Entendia que o mundo ocidental, que havia construído seu progresso com as matérias-primas tiradas dos povos dominados, deveria ajudar as nações em desenvolvimento a superarem os horrores das guerras, da fome, das doenças e das tragédias climáticas.

Em sua defesa intransigente da paz, da justiça, da liberdade e da fraternidade, João Paulo II foi um advogado dos pobres, dos oprimidos, dos explorados, dos perseguidos pelos regimes autoritários e dos deserdados. Sua autoridade moral contra a indiferença e a arrogância e suas atitudes em favor da dignidade do homem já teriam sido suficientes para elevá-lo ao mais alto degrau da grandeza. Mas João Paulo II era ainda maior na fé, na obediência ao Cristo, na sua coragem ao enfrentar serenamente os inúmeros contratempos da vida, na sua imensa tolerância e na sua extraordinária cultura.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, distintos convidados, em muitas etapas de sua vida, João Paulo II despertou a consciência do mundo contra o arbítrio, contra a violência e praticou o perdão com toda a força do seu coração. Um desses momentos que mexeu com a sua vida e com a sua consciência foi durante os anos terríveis do nazismo.

Em 1939, no instante em que os alemães começaram a bombardear a cidade polonesa de Wawel, o sacerdote Karol ajudava a missa na catedral da cidade. Daí para frente, as cenas de violência que se seguiram contra a população indefesa, o desrespeito aos direitos mais elementares dos seres humanos e os gritos de sofrimento e de dor que ecoavam do Gueto de Varsóvia, aguçaram sua repulsa ao regime de Adolf Hitler.

Em 1998, inconformado com a omissão de sua Igreja frente ao Holocausto, João Paulo II pediu perdão aos judeus e afirmou que faltou aos cristãos resistência, determinação e coragem espiritual para enfrentar o massacre nazista.

Igualmente doloroso e ao mesmo tempo chocante foi o encontro que teve com a morte em 1981, no dia 13 de maio daquele ano, em plena Praça de São Pedro, repleta de fiéis, enquanto abençoava a todos do alto de um carro aberto, o Papa João Paulo II foi atingido por um tiro vindo da multidão, disparado por um turco. Levado às pressas

ao hospital, foi submetido a duas delicadas cirurgias. O pistoleiro foi preso em flagrante e levado à prisão. Dois anos depois, sem ódio, sem rancor, o Papa surpreendeu o mundo ao visitar o autor do atentado em sua cela. Conversaram longamente e, ao final, o criminoso recebeu o perdão. Antes disso, em nenhum momento conhecido da história da Igreja Católica existia qualquer registro da ida de um Pontífice a uma cela de prisão para conversar com um detento.

O Papa João Paulo II sempre foi um defensor das liberdades democráticas e crítico dos governos autoritários em todo o mundo. Segundo o próprio Mikahil Gorbachev, ex-Presidente da antiga União Soviética, João Paulo II teve papel decisivo na queda do Muro de Berlim, na vitória do Sindicato Solidariedade contra o regime comunista da Polônia e na virada radical que aconteceu no resto da Europa Oriental.

Usando seu carisma, sua respeitabilidade e sua imensa capacidade de convencimento, João Paulo II prestou um grande serviço à humanidade ao evitar derramamento de sangue no ocaso do comunismo na Europa Oriental.

Sr. Presidente, desde os primórdios da Igreja Católica, o Papa é chefe espiritual e político. Depois que o Primado de Roma foi estabelecido, no século IV, e o catolicismo ganhou um centro de decisão e de poder, os Papas viram as suas atribuições serem ampliadas. Dessa maneira, como os reis e os príncipes de antigamente, os Papas, desde aquele momento até os dias de hoje, passaram a fazer alianças políticas estratégicas e a contar com territórios e soldados. Aliás, o Vaticano e a Guarda Suíça são os maiores exemplos do símbolo desse poder. Em suma, acabam exercendo funções políticas; uns mais, outros menos. João Paulo II foi, sem dúvida nenhuma, também um grande articulador político. No entanto, o centro mesmo de seu pontificado foi a defesa da integridade da Igreja Católica.

Certos pensadores julgam, por contraditório, que possa parecer que os argumentos morais da tradição dogmática da Igreja Católica foram os eixos que permitiram a João Paulo II mudar o foco da questão católica em nível mundial. Vitorioso no embate contra o comunismo, pôde continuar proferindo um discurso transformador e crítico do sistema capitalista.

Assim, em 1993, em visita que fez à Universidade de Riga, na Letônia, surpreendeu todos os presentes ao afirmar que, depois da derrocada histórica do comunismo, tinha grandes dúvidas sobre a validade do capitalismo como instrumento capaz de resolver os problemas materiais mais imediatos dos homens. Em seguida, não hesitou em dizer que as sementes da verdade presentes no programa socialista não deveriam ser destruídas e muito menos esquecidas. Com aquelas declarações surpreendentes, João Paulo II fez alusão ao desemprego, ao amparo dos pobres e ao enorme abismo que insistia em aumentar entre o mundo habitado pelos ricos e o resto, onde vegetava uma imensa maioria de despossuídos.

Convém destacar que, em quase todos os seus pronunciamentos sobre o bem-estar dos homens, João Paulo II nunca esqueceu de manifestar a sua indignação a respeito das disparidades econômicas e sociais existentes entre o Norte e o Sul. Todavia, ao mesmo tempo, não hesitava na defesa intransigente de princípios morais que julgava intocáveis. O Papa enalteceu a civilização da vida e do amor, o valor da família e a importância do matrimônio entre o homem e a mulher, segundo os preceitos defendidos pela Igreja.

Senhoras e senhores Senadores, João Paulo II foi um Papa viajante, um verdadeiro peregrino, que falava muitos idiomas e que dominava como ninguém os meios de comunicação. Aliás, dizem que sua excepcional capacidade de se comunicar fora adquirida na juventude, quando ele atuara num grupo de teatro amador. Por isso, muitos o chamavam carinhosamente de Papa da Mídia e Papa do Jato.

Durante todo o seu pontificado e praticamente até bem perto de sua morte, viajou o mundo inteiro e deu quase trinta voltas ao redor da Terra. Em 26 anos e meio como Papa, João Paulo II saiu 104 vezes da Itália. Só no Brasil, esteve em três ocasiões: 1980, 1991 e 1997. No total, visitou 129 países e percorreu mais de 1 milhão e 200 mil quilômetros. Durante o seu Papado foram quase mil encontros com governantes. Nos países em que chegava, fazia questão de beijar o solo e falar a língua dos habitantes.

Em suas aparições, João Paulo II lembrava um santo, com sua postura singela, com a voz segura e suave, com o olhar penetrante, sincero e cativante. Nos encontros pastorais gigantescos que comandou,

ele transmitia força, segurança, tranqüilidade e confiança. Passou a ser chamado de João de Deus pelos católicos brasileiros.

Apesar dessa atividade estafante que exigia grande resistência física, não descuidava do plano intelectual. Redigiu 14 encíclicas, 11 constituições, 15 exortações e 45 cartas apostólicas. Vale destacar que as encíclicas são redigidas originalmente em latim, assim como todos os outros documentos do Vaticano. São textos papais extensos, que exigem grande erudição e reflexão sobre os temas abordados.

A última imagem do Papa João Paulo II, registrada poucos dias antes de sua morte, foi muito pungente, capaz de arrancar lágrimas no mais frio dos homens. Da janela do seu apartamento privado, com uma expressão de dor, o velho Pontífice fazia um esforço enorme para se comunicar com a multidão que lotava a Praça de São Pedro. Poucas vezes um silêncio tão grande tomou conta de tantas pessoas.

Enfim, o fundamental a se dizer de João Paulo II é que ele foi o homem público mais importante do Século XX e do início deste século. Seguramente, ele será incluído na galeria dos grandes Líderes pacifistas, como Mahatma Gandhi, e na das figuras religiosas de maior grandeza, como Madre Teresa de Calcutá ou João XXIII.

Era o que tinha a dizer com relação a esse santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Afastamento do Senador Capiberibe

(Pronunciamento em 28 de outubro)

Situação estranha, Senhor Presidente! Ficou todo o Senado, toda a Câmara e o Supremo de um lado, e o Presidente Renan, do outro. Que situação mais fantástica é essa? Que nem essa eu nunca tinha visto! Tivemos uma sessão aqui inédita, a unanimidade dizendo que S. Ex^a tinha amplo direito de defesa, que estava na Constituição. Está ali na Constituição! A unanimidade dos Líderes, dos Senadores, pedindo: “Remeta-se à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e se dê a S. Ex^a ampla oportunidade de defesa”. Vide o exemplo da Câmara dos Deputados: a mulher dele, também cassada, recebeu a decisão e lhe foi dada ampla oportunidade de defesa, continuando Deputada. Líderes de todos os Partidos – do PT, do PMDB, do PSDB, do PFL, de todos os Partidos –: “Ouça-se a Câmara!” V. Ex^a, no exercício da Presidência, como Presidente, despachando, pedindo, tomou a decisão, amplo direito de defesa, e enviou para o Presidente para e S. Ex^a falar. E S. Ex^a chega aqui, há um requerimento na sua frente pedindo: ouça-se a Comissão de Constituição e Justiça. Eu fui meio agredido por S. Ex^a, que me acusando de demagogia ou coisa que o valha, porque eu dizia: ouça a Comissão, ouça a Comissão, Sr. Presidente. Eu disse isso dez vezes. S. Ex^a usou a Presidência de maneira indevida dizendo: “Eu, se for o caso de defender, sei defender melhor do que V. Ex^a, com mais argumentos do que V. Ex^a, com mais autoridade”. Eu até concordo que sim. Eu acho que o Senador Renan tem muito mais competência do que eu. Eu sou um pobre “senadorzinho” que nasci no PMDB, não saí do PMDB, não sei nem olhar para os lados. O Senador Renan bri-

Iha onde está, brilhou no PCdoB, brilhou com o Collor, como Líder do Collor, brilhou no Governo do Fernando Henrique como Ministro, está brilhando agora com o PT, como Presidente do Senado indicado pelo PT. S. Ex^a é brilhante, mas também erra! É o segundo erro que S. Ex^a fez. É a segunda vez que o Supremo se insurge. Aquela CPI que nós pedimos para criar, a CPI dos Bingos. Se tivesse sido criada a CPI dos Bingos, não teria acontecido nada disso que está acontecendo, porque foi a primeira vez. No caso do Waldomiro, pegava o chefe de gabinete do Chefe da Casa Civil, pegava o segundo homem da Casa Civil. Se fosse feita aquela CPI há um ano e meio atrás, antes dessas outras, essas não teriam acontecido. Pois bem, o Dr. Renan junto com os outros Líderes baixaram uma nota dizendo: “Não tem CPI quando os Líderes não aceitarem”.

Está na Constituição que um terço da Casa tem o direito de constituir uma CPI. É o direito da Minoria, e tinha um terço. O Presidente José Sarney mandou que os Líderes fizessem a indicação. Eles se reuniram e deram uma nota: “Não sai CPI quando nós não quisermos”. E o Supremo Tribunal, por 9 a 1, mandou criar a CPI que, por coincidência, nobre Presidente e Senador, a sua Comissão só foi criada porque essa decisão do Supremo – de 9 a 1 – foi tomada dois dias antes de criar a sua porque a sua ia ser rejeitada. Os Líderes iam se reunir, novamente, para dizer: “Não tem CPI”. E, aí, veio o Supremo e, por 9 a 1, disse: “Tem CPI”.

Agora vem uma decisão dessa. Cá entre nós, ela é humilhante para o Senado. Ela humilha o Senado, quer dizer, de repente, vem o Supremo Tribunal e pergunta a nós, Senadores: “O que vocês fizeram? Vocês não deram o amplo direito de defesa? Vivemos na época do AI-5 em que o cassado não pode nem fazer o discurso de defesa?” Se a Constituição diz que “tem amplo direito de defesa”, tem amplo direito de defesa. No que consiste, eu nem sei. Para a figura do Senador que já foi cassado no Supremo o que é amplo direito de defesa? Não sei. Manda para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá, eles vão se reunir, vão discutir, vão analisar, vão debater. Mas o que diz o Dr. Renan, na sua genialidade, que não admite controvérsia? “Ordem do Supremo se cumpre; não se discute. Eu estou cumprindo. Não tem o que discutir. Eu estou cumprindo”. E está, aí, cumpriu e levou um

“chapuletaço” desse, mas o “chapuletaço” não é só nele; é em toda a Casa. Quem errou foi ele, sozinho – eu digo sozinho, porque a Mesa não estava com ele, os Líderes não estavam com ele, a Casa não estava com ele. Ele errou sozinho. Eu não me lembro de, em um caso como esse, alguém errar sozinho, nem com tanta empáfia como ele. Estava na Mesa, tinha um requerimento pedindo para ir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tinha uma decisão de V. Ex^a, e ele, no meio disso, não deu bola para ninguém. Não reuniu a Mesa, não mandou à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, não ouviu o Plenário e comunicou: “V. Ex^a está cassado”. A resposta está aqui.

Eu levo o meu abraço ao Presidente do Senado e levo a solidariedade da Casa a S. Ex^a. Essas coisas acontecem com cada um. Aconteceu com ele. Essas coisas fazem bem, porque, às vezes, precisamos passar por essas situações para aprender. Eu, pelo menos, na minha vida, aprendo muito mais quando perco do que quando ganho. Tenho aprendido muito mais quando faço bobagem e me chamam a atenção, mostrando-me que errei, do que quando há vaidade, quando todo mundo bate palmas para nós. Acho que é um gesto, mas temos de manifestar nossa solidariedade a S. Ex^a. Entenda ele que isso acontece, mas ele tem o Senado a seu lado, dando-lhe apoio e estímulo. Vamos refazer, vamos dar amplo direito ao Senador Capiberibe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caixa dois é crime

(Pronunciamento em 28 de outubro)

Agradeço, com muita emoção, a manifestação de V. Ex^a, se bem que eu devo desconfiar um pouco de V. Ex^a. Eu acho que a reação da mocidade se deve aos generosos elogios que V. Ex^a deve ter feito ao meu nome antes de citá-lo e aí ocasionou...

Mas quero dizer uma coisa, Presidente, e quero repeti-la porque é importante: nessas horas difíceis que estamos vivendo, é impressionante como a TV Senado é assistida. Olha, principalmente no aeroporto de São Paulo por onde passa o Brasil inteiro. Ficamos duas horas esperando para trocar de avião, e o Brasil inteiro transita por ali. A TV Senado é assistida à unanimidade pelas pessoas, que, quando falam dela, o seu nome é o primeiro a ser citado, pela coragem de dizer as coisas. E eles dizem uma coisa muito interessante: “pois é, aquele tal de Mão Santa cita uns filósofos, umas pessoas de que a gente nunca viu falar. Mas ele fala de uma maneira que a gente entende o que os caras estão dizendo porque ele deve traduzir.”

Acho que V. Ex^a presta um favor muito grande a este Congresso. V. Ex^a apoiou o Presidente Lula, apoiou abertamente, divergiu do partido, que não tinha candidato, e apoiou o Presidente Lula. E não só apoiou o Presidente Lula como elegeu o Governador do PT do PI, que, se não fosse o seu apoio, jamais teria sido eleito.

Os primeiros pronunciamentos de V. Ex^a, como, aliás, o de todos, eram da maior esperança, da maior expectativa, olhando para o futuro do Brasil. V. Ex^a aqui, no Senado, foi o primeiro a começar a divergir. No início, muito timidamente, apontando no sentido de que as coisas

mudassem: “Olha, está acontecendo isso. Assim que eu vi. Não está certo. Alguém deve avisar o Presidente Lula de que não está certo”. E V. Ex^a foi falando, foi falando. E não nego que fiquei quieto, que não entrei. Torcia, rezava tanto para que o Lula e o PT dessem certo, porque era importante para o Brasil. Era uma cartada que jogamos, a cartada mais significativa dos últimos tempos: um homem de esquerda, jovem, progressista, íntegro, honesto, um partido de trabalhadores que durante 25 anos era o campeão da moral, da dignidade, da seriedade. Achava que era um caminho.

Quando fui citado como possível ministro, sempre disse que não levei essa idéia adiante, porque achava que não deveria ser. Mas, disse ao Lula, na minha casa, jantando comigo: “Lula, o Brasil inteiro está contigo. Os que votaram em ti e os que não votaram em ti, os que gostavam de ti e os que não gostavam de ti. Porque, hoje, há uma expectativa. Todo mundo quer que dê certo; e todo mundo acha que contigo pode dar certo. Escolhe o que tem de mais capaz, Lula. Não dou, sou uma pessoa... Mas, tens que escolher os notáveis. Tu tens autoridade para fazer um Pacto de Moncloa, como foi feito na Espanha; tu tens milhões de votos, tu fostes consolidado no teu prestígio pelo Brasil inteiro. Agora tu, do alto da vitória, podes chamar a sociedade inteira e fazer um entendimento para o Brasil. Governa com o povo, governa com todos”. O homem vai fazer acordo com fulano, com beltrano, comprou o PP, o PMDB, o PTB e colocar dinheiro para lá, para cá?! Coisa que ele não precisava fazer.

Mas, V. Ex^a desde o início avisou. Levei tempo. V. Ex^a me procurava: “Senador Simon, as pessoas estão se queixando, e o Simon não diz nada?” Lembra? E o Simon não diz nada sobre essas coisas que estão acontecendo? Eu ficava até encabulado, mas levei tempo para falar, porque estava angustiado. Foi uma época em que falei nos bastidores, falei com vários líderes do PT, falei com ministros do PT, fui falar com Lula, falei com o Chefe da Casa Civil; fui falar diretamente aquilo que podia, falei com V. Ex^a e pedi recado a V. Ex^a, que era Líder na época. Vamos fazer, em vez de ir para a tribuna falar... Eu estava angustiado, porque achava que as coisas podiam e deviam mudar. Mas não mudaram e estamos vivendo este momento hoje.

Eu acho que, com relação a essas CPI, temos de ter capacidade para conduzi-las com a categoria necessária. Tudo começou com um erro dos Líderes da Maioria, quando não deixaram instalar a primeira CPI. Se a CPI que pedimos para instalar, a CPI dos Bingos, tivesse sido instalada naquela ocasião, dois anos antes, muita coisa não teria acontecido. Se tivéssemos tirado o Sr. Waldomiro do seu cargo de Subchefe do Gabinete da Casa Civil e tivéssemos instalado uma CPI para esse assunto, o ambiente de firmeza, de potência de que nada poderia atingi-los não teria existido. Eles diriam: se pegaram o subchefe da Casa Civil, vamos ver o que vai acontecer.

Mas o que fizeram os Líderes da Maioria? Publicaram uma nota dizendo: não vai haver CPI. Só vai haver CPI quando nós quisermos. Quer dizer, violentaram o texto da Constituição, que diz que, quando 1/3 dos parlamentares pede para instalar uma CPI, ela tem de ser instalada. Nós esperamos durante um ano e três meses para ganhar essa questão no Supremo. O Supremo mandou instalar a CPI um ano e três meses depois!

Uma coisa muito engraçada – Deus existe! – foi que, quando o Supremo mandou criar a segunda CPI, os Líderes da Maioria estavam se reunindo para não permitir que isso acontecesse. Não queriam deixar que fosse instalada, mas a decisão do Supremo mandou instalar. Agora temos três CPI em funcionamento. O PSDB está criando a quarta. Há uma quinta parada: a CPI das privatizações, que ainda não foi instalada.

Meu bravo Presidente devemos ter a preocupação de tratar esta questão com o devido respeito e com a devida tranqüilidade até que se chegue ao final.

O Lula não foi feliz na declaração de ontem nos jornais. Ele disse que é muito melhor trabalhar na iniciativa privada do que na pública, porque o operário que trabalha na iniciativa privada ganha mais, ganha em dia e não tem CPI para atrapalhar. Meu Deus do céu! Não há CPI para atrapalhar porque, na iniciativa privada, não é preciso CPI: se há um problema, o dono manda o trabalhador para a rua. No entanto, ele fez essa afirmativa infeliz.

Precisamos levar essa CPI com muito cuidado.

O Supremo parece que está fazendo uma guerra de nervos com o Congresso. Esse problema do Sr. José Dirceu já está indo quase ao exagero. Quando há uma demonstração destas – 13 a 1 na Comissão de Ética; três a quatro quintos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania –, é porque a decisão está tomada. Vem o Tribunal e manda fazer de novo. É claro que, com mais dez dias, o julgamento do ex-Chefe da Casa Civil vai levar um mês e meio a mais, e os outros 15 na fila estão esperando. Não consigo entender aonde o Supremo quer chegar com essas medidas.

Por outro lado, parece-me que temos uma responsabilidade imensa na condução dessa CPI. Vou ser muito claro. Vou dizer algo com a maior sinceridade. Quando a CPI iniciou, era um furacão em cima do PT. Realmente, foram tantos erros, tantos absurdos, tanta irresponsabilidade que não sei como o PT não caiu. Com relação ao Lula, faço justiça. No Congresso Nacional, ninguém nunca pensou até hoje no *impeachment* do Lula, nem a grande imprensa, nem o PSDB, nem o PFL, nem o PMDB. Não falo no militar porque os militares golpistas da época do Dr. Jango, do Dr. Getúlio hoje não existem mais, graças a Deus. O tempo foi passando, e o PT, diabolicamente, levantou uma tese: é caixa 2. E todo mundo fez caixa 2. O PSDB respondeu e debateu: caixa 2 é uma coisa, o que está acontecendo é outra. E foi nessa discussão.

Caixa 2 é coisa grave, coisa séria, mas o que estamos investigando é muito mais sério que isso. Caixa 2 é irregular e é crime. Caixa 2 é o candidato a Governador, a Deputado, a Prefeito usar um dinheiro por fora e não registrar ou porque o empresário que financiou não quis recibo e não quis aparecer, ou sei lá eu por quê. Porém, o que aconteceu é muito mais. Temos de ver os fundos de pensão; temos de ver o Banco do Brasil; temos de ver os Correios; temos de ver as verbas das Prefeituras; temos de ver as empreiteiras; temos de ver essas malas de dinheiro, essas remessas para o exterior, essa vinda de dólares do exterior. O que tem de ser apurado é muito sério. Continuo com medo de que a CPI termine só nisto: cassam 15 Parlamentares e acaba; não muda nada. A bandalheira continua e no ano que vem teremos tudo de novo.

O PT lançou mão de caixa 2 – era a saída que ele tinha –, e caixa 2 todos usaram, o Lula falou isso na Europa. Caixa 2 é lastimável, muito lastimável, mas, infelizmente, faz parte da história da política brasileira.

O PSDB, a grande contra-facção do PT no debate, começou a avançar e foi batendo no PT. Caiu o Chefe da Casa Civil, o Presidente do Partido, o Tesoureiro, o Secretário-Geral, dois diretores do Banco do Brasil, três diretores dos Correios, vários diretores da Hidrelétrica de Furnas, da Caixa Econômica e uma infinidade de pessoas foi demitida pura e exclusivamente por conta dessa questão.

Eis que aparece um fato com uma pessoa que considero das mais dignas e sérias: o Senador de Minas Gerais Eduardo Azeredo. Tenho um carinho muito grande por S. Ex^ª. Eu era amigo de seu pai, que era um dos mais íntimos amigos de Tancredo Neves. E, nessa confusão, o próprio tesoureiro da campanha de Azeredo naquela eleição anterior disse à CPI que usou caixa 2, mas que o Azeredo não sabia de nada. Como o Lula disse que não sabia de nada – o Lula disse que não sabia de nada –, o Azeredo não sabia de nada. Mas o tesoureiro da campanha do PSDB afirmou que usou caixa 2. Aí vem o PSDB e afasta o Presidente do Partido. Em manchete nacional, faz-se uma tremenda injustiça com o Presidente do PSDB, que não merecia. E colocam nosso querido Azeredo assim como o Presidente do PT: “caiu mais um do caixa 2”. E botaram as fotografias e os nomes: Chefe da Casa Civil, Presidente do PT, Secretário-Geral do PT, Tesoureiro do PT, Diretor de Furnas, Diretor dos Correios, não sei o que, e o Azeredo, Presidente do PSDB. O PSDB, irritadíssimo – e com razão em minha opinião –, resolve então criar a CPI do Caixa 2. O que o PSDB quer? O PSDB quer, meu amigo e meu irmão Alvaro Dias, fazer uma distinção que seja clara entre o que é caixa 2 e o que são as outras coisas que aconteceram. O caixa 2 é o que teria acontecido com a campanha de Azeredo, embora ele não soubesse, mas o seu tesoureiro disse que usou o dinheiro na campanha e que não registrou. Isso seria o caixa dois, mas o dinheiro dos Correios em que botaram a mão, isso não é caixa dois. O cidadão chegava a Brasília e lhe diziam: “Olha você vai ao hotel tal e peça para ir ao quarto tal. Você diga que veio buscar a encomenda”. Aí o cara chega lá, entra no hotel e diz: “Eu vim buscar

a encomenda”. “Então, o senhor suba até o apartamento tal”. Lá está a D. Simone, com um pacote de dinheiro e o entrega ao cidadão. Isso não é caixa dois; isso é crime! Isso é crime! “Foi o partido que deu”. Mas que partido que deu? O que a D. Simone tem a ver com o PT? Desde quando o nono andar, ou não sei o quê, é a sede do PT? Ou, então, “vai ao *shopping* center, 9º andar, na sede do Banco Rural e apanha o dinheiro que está à sua disposição”. Isso é crime! Esse cidadão não pode voltar para o seu Estado e dizer: “Não, eu peguei o dinheiro do PT nacional. É o caixa dois”.

Então, o que o PSDB quer nessa nova CPI é caracterizar o caixa dois e diferenciá-lo do crime. Quer dizer, a CPI dos Correios continua a investigar a corrupção – pelo menos a corrupção maior, por assim dizer –, e a CPI do caixa dois ficaria investigando o caixa dois.

Agora, nós estamos nessa situação. Muita coisa pode acontecer, como aconteceu na CPI do Banestado, de que eu participei. Eu acho que foi pela minha atuação, pela briga – por eu ter apresentado um voto em separado –, que a ilustre Liderança do meu Partido não me colocou mais nas novas CPI. Desde que eu estou aqui no Senado, eu participei de todas as CPI e, modéstia à parte, tive bom desempenho em todas elas.

A CPI que resultou no *impeachment* e a CPI dos Anões do Orçamento foram feitas no meu gabinete. As decisões e os debates aconteceram no meu Gabinete. O que houve na CPI do Banestado? Houve uma rixa entre o PSDB e o PT. O Relator, o Sr. José Mentor, estava ali para não deixar apurar nada que envolvesse o Banco Rural, nada que envolvesse uma série de entidades, nada que envolvesse a direção do Banco Central daquela época. Ele teve a coragem de fazer um parecer final que não citava o Banco Rural, que não citava a direção do Banco Central e incriminava a direção anterior, do PSDB, mas, sobre a da época, nada dizia. Aí o Senador Antero Paes, com categoria, com correição – ele era Presidente –, fez um voto em separado. Mas a sua paixão era de tal ordem que no voto em separado ele botou o outro lado – pôs o Banco Rural, pôs o presidente do Banco Central, pôs o que estava acontecendo hoje, mas deixou para lá o que tinha acontecido anteriormente. Foi quando apresentei o terceiro voto, onde somei esses dois. Eu peguei o que estava no voto do Relator – disse que tudo

aquilo era verdade – e o que estava no voto do presidente, porque tudo aquilo também era verdade, e somei. O que aconteceu? Terminou o prazo e não se chegou à conclusão nenhuma.

Há pouco foi aprovado um requerimento meu na Comissão dos Correios, por unanimidade, no sentido de pegar o arquivo da CPI do Banestado e levá-lo para ser apreciado na CPI dos Correios. Não precisaria convocar ninguém, não precisaria chamar ninguém. Bastaria a assessoria técnica verificar os documentos porque estão ali.

Pela primeira vez, a Justiça americana mandou para nós, as contas da CC-5, mostrando os recursos enviados ilegalmente para os Estados Unidos. Estão lá. As remessas de dólares, decorrentes da venda de armas e de drogas, estão ali. É verdade, isso foi ruim, porque a imprensa chegou a citar nomes de Parlamentares, de políticos importantes. Foi um crime. Então foi um deus-nos-acuda. E o que aconteceu? Ninguém mais deixou prorrogar a CPI. A rigor, ninguém estava com muita vontade de prorrogá-la. E encerrou-se a CPI sem parecer. E os documentos estão trancados ali. Não sei se não os roubaram. Espero que não. Acredito que a Segurança do Senado tenha um cofre-forte para guardar os documentos. O medo que tenho é que agora isso aconteça de novo.

Vão pedir para depor na semana que vem os Parlamentares que foram acusados – e parece que é verdade – de ganhar dinheiro com a emenda da reeleição. Todo o Brasil sabe que, na emenda da reeleição, muita gente votou ganhando muita coisa. Nós pedimos uma CPI, e não deixaram criá-la. Agora, quando criaram a CPI, o PSDB foi inteligente e não quis investigar só os Deputados que foram comprados agora pelo PT ou não sei o quê. Não. Criaram a CPI da Compra de Votos. Ficou aberta, genérica. Baseado nisso, o PSDB está convocando alguns dos casos da votação da emenda da reeleição.

O PT quer convocar o ex-Presidente do PSDB para e responder à acusação frontal de caixa dois. O PSDB está respondendo. Se mantiverem essa convocação, o PSDB vai convocar o filho e o irmão do Lula para se explicarem. Um deverá explicar a empresa que manteve com uma empresa do Governo e outro o escritório que teria para agenciar encontros a fim de facilitar contatos com o Governo.

Estou sentindo que os fatos estão sendo conduzidos para, daqui a pouco, parar tudo. Se ficassem os que estão aí...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já fez uso da palavra por trinta minutos, mas esta Presidência vai conceder-lhe mais cinco minutos, porque o pronunciamento de V. Ex^a é um dos mais importantes da História do Brasil no Senado da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Alvaro Dias, eu gostaria de ouvir o seu pensamento sobre o que estou falando, porque V. Ex^a é um dos grandes Líderes deste País. Estou dizendo, Senador Alvaro Dias, apenas o seguinte: tenho medo de que, de repente, dessa confusão, se chegue a uma conclusão: não, tu tiras isso que eu tiro isso... E que terminem sendo cassados esses deputados que estão aí, que não têm mais saída, mas apurar o que ocorre com os fundos de pensão, apurar realmente o que há de corrupção, sequer, meu amigo Alvaro, fazer as reformas políticas e na legislação, para que isso não se repita, não aconteça. E nós vamos fazer um papel muito triste.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é especialista no assunto e eu comungo desse trauma de expectativa que há relativamente às conclusões. A sociedade exige muito mais do que nós podemos fazer em matéria de investigação. Porque há uma distorção do conceito de CPI. A meu ver, o que essas CPI fizeram é suficiente para um relatório conclusivo de muita força, indiciando muita gente, reunindo provas materiais, provas documentais e testemunhais, com indícios extremamente comprometedores, que podem ser o subsídio necessário para que a autoridade responsável pela investigação, o Ministério Público, possa atuar em profundidade e com eficiência, responsabilizando civil e criminalmente os envolvidos. Essa distinção do que é caixa dois e do que é corrupção no Governo é fundamental e V. Ex^a frisou com muita competência. O propósito de uma CPI do Caixa Dois é exatamente esse. Que a CPI atende a uma expectativa do País, não há dúvida. Agora, a oportunidade é que deve ser definida pelas lideranças. Temos de concluir os trabalhos das CPI já instaladas e, depois, abriríamos espaço para a instalação de uma outra CPI, que

também é importante, porque a corrupção na administração pública quase sempre começa na campanha eleitoral, começa com a corrupção eleitoral. Então, há necessidade de o Congresso não só investigar, mas, sobretudo, propor uma legislação que possa combater a corrupção eleitoral. Imagino, Senador Pedro Simon, que já temos elementos suficientes nas atuais CPI para um relatório conclusivo encaminhado ao Ministério Público. Na França, por exemplo, a CPI se instala para convocar a autoridade responsável. Assim que o Ministério Público começa a agir, a CPI encerra as suas atividades, mesmo sem conclusão, porque já cumpriu o seu papel. Aqui queremos mais e até obtemos mais, mas podemos concluir, sem necessidade de ficarmos meses e meses prolongando essa atividade extenuante, sob o ponto de vista até da opinião pública, que estaremos cumprindo o nosso dever se o relatório final for competente, for um relatório de força, for implacável em relação aos indícios e indiciar as pessoas que devem ser indiciadas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, eu fico muito feliz em ver o pronunciamento de V. Ex^a, porque V. Ex^a fez um pronunciamento imparcial, nem anti-PT, nem pró-PSDB. E é muito importante que pensemos como V. Ex^a está falando. O mal é nos apaixonarmos nessa hora, o mal é nos agarrarmos em um lado e seguir naquilo. Isso não é um mal, não é um absurdo, porque a gente se apaixona. Sou do meu partido, de repente estamos naquela questão e um chama o outro, quer dizer, um fala e eu respondo. A uma ação vem uma reação.

V. Ex^a levantou uma tese muito importante. Seria muito importante que V. Ex^a conseguisse que essa tese o seu partido apresentasse. No momento em que o PSDB apresentar essa tese, o PT vai ficar sem condição de não querer aceitá-la, e aí nós caminharemos no bom sentido.

O que me assusta, Sr. Presidente, é que estamos chegando ao fim de outubro, início de novembro, e não há sinal na Câmara dos Deputados de votar nada com relação à reforma mínima, à microrreforma para as eleições do ano que vem. Olha que o Senado votou duas. Uma, espetacular: voto distrital, voto por legenda, diminuição de partidos, programa de televisão ao vivo, dinheiro público de campanha. O que tinha de melhor, aprovamos. Está lá, na Câmara dos Deputados. Por

iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, quando se chegou à conclusão de que aquela emenda não dava mais para ser aprovada, a emenda era inconstitucional, fizemos uma microrreforma, que foi aprovada por unanimidade. Todos os Líderes de todos os partidos concordaram. Eu, Pedro Simon, não abro mão da minha emenda do dinheiro público de campanha, mas para essa eleição concordamos que vamos cortar. Vamos cortar o *showmício*, o programa de televisão tem que ser ao vivo... Vamos cortar uma série de coisas, que já é um caminho. Está lá. Também não votaram.

Agora, tem a reforma do Senador Tasso Jereissati. Emenda não podemos fazer, porque o prazo termina no dia 30 de outubro. Podemos reformar a Constituição até 15 de dezembro. Também não querem.

Olha, meu amigo Mão Santa, eu pretendo, se o Partido me der a legenda, ser candidato ao Senado. Como é que vou ser candidato ao Senado? A única coisa que sei que vou fazer é que, naquele espaço de televisão que vou ter, vou escrever atrás: 15 – Senador Pedro Simon. E vou falar. Porque tudo que eu usar não dá para entender, porque não tem mais controle, não tem mais orientação e não se sabe como é nem como não é. Tu podes ser até prejudicado por alguém que não goste de ti e que atrapalhe a tua vida!

Como vamos fazer a eleição do ano que vem, meu Deus do céu? Como vamos fazer campanha no ano que vem? Essa é uma coisa humilhante. Humilhante, Presidente!

Vamos pedir, por favor, para o Tribunal Superior Eleitoral baixar, por conta deles, legislar – o que eles não podem fazer –, mas eles farão por releixo nosso, e ainda teremos que aplaudir, porque o Tribunal fez aquilo que não tivemos capacidade, competência, decência em fazer.

Ainda há um resquício de tempo. A Câmara Federal ainda pode fazer. É o apelo dramático que eu faço, Sr. Presidente.

Quanto a nós aqui, que tenhamos luzes suficientes para até o dia 15 de dezembro, como disse bem o Senador Alvaro Dias, concluirmos, como podemos concluir. O que se tem de acrescentar ao que disse o Senador Alvaro Dias é o seguinte: no Brasil, a CPI faz toda a investigação, mas a CPI não denuncia; a CPI conclui. Isso chama muita atenção por causa das cassações de mandatos. Cassar mandatos, nós cassamos – de Presidente, Governadores, Senadores, Ministros –,

agora, botar na cadeia não botamos ninguém na cadeia. E mexer com empresário, com o Delúbio, não podemos fazer nada. O máximo que podemos fazer é concluir a CPI: o Sr. Delúbio é criminoso, cometeu os crimes tais e tais e merece ir para a cadeia, e mandamos para a Procuradoria-Geral da República. E a Procuradoria-Geral apresenta a denúncia e a leva para o Supremo Tribunal; e o Supremo Tribunal julga. É só isso que podemos fazer.

Por isso é que quando o povão diz que a nossa CPI terminou em *pizza*, muitas vezes está cometendo uma injustiça conosco. Não digo agora, com o atual Procurador-Geral da República e o seu antecessor. Os dois do Governo Lula são nota dez, mas o do Governo Fernando Henrique era um “arquivador geral”. Tudo ficava arquivado lá. Nós fazíamos os projetos, chegávamos às conclusões as mais claras e precisas, envolvendo governadores do nosso partido, envolvendo prefeitos, envolvendo as pessoas mais importantes, e ficava tudo na gaveta do Procurador-Geral. Ele não denunciava nem arquivava. Podia arquivar, dizer: “Não vejo nada aqui. Arquive-se”. Seria uma decisão. Mas não. O relatório ficava na gaveta dele, e nós com a fama de fazedores de *pizza*.

Mas estamos vivendo um momento diferente. Se há algo de positivo no Governo do PT, nota dez, são os dois Procuradores: o anterior e o atual. Denunciaram o Jader, Presidente do PMDB; denunciaram o Antonio Carlos, denunciaram o Presidente do Banco Central, denunciaram o Senador que era Ministro da Previdência. Eles estão denunciando para valer. Então, não dá para dizer que está terminando em *pizza*.

Concordo mais uma vez com o Senador Alvaro Dias. Devemos concluir o relatório da nossa CPI bem feito, fazer as conclusões e enviar à Procuradoria. Não podemos fazer mais do que o que está feito. Não podemos saber quem matou lá em Santo André, nem quem roubou em Santo André. O que poderíamos fazer está feito. É o típico caso que já se pode concluir e partir para outra questão.

Queira Deus que saiamos bem dessa CPI, Sr. Presidente, porque a CPI é o que tem de mais importante no Brasil, que é o País da impunidade.

O querido Ministro Carlos Velloso é uma das pessoas mais dignas e mais corretas que conheço. Ele deu o *habeas corpus* para o Sr. Maluf e para seu filho – que eu respeito, não quero discutir –, mas ele diz que estava comovido porque pai e filho na mesma sala era algo de horrível. Mas será que o Ministro Velloso não sabe como são as prisões no Brasil, como são as cadeias no Brasil, que têm centenas de pessoas, pai, filho, avô, inimigo, homossexual, tarado, tudo? Em um lugar onde cabem cem pessoas, há quinhentas.

Por isso, Sr. Presidente, a CPI tem valor. O Brasil é o País da impunidade. Só vai para a cadeia ladrão de galinha. Quando não é ladrão de galinha, como o Maluf, fica trinta dias e já está solto. Por isso, a CPI é importante. Ela aponta e começa cortando sempre na sua carne, cassando os parlamentares. Que vá adiante, se Deus quiser. Que saibamos concluí-la e, com esse procurador, que tenhamos condições de que os culpados parem na cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Análise da Política Agrícola

(Pronunciamento em 31 de outubro)

Senhor Presidente, Senhores e Senhores Senadores, sou um homem de profundas convicções religiosas e considero a agricultura como uma atividade que permite ao ser humano partilhar com Deus a Criação. É por seu intermédio que a humanidade obtém da terra os alimentos necessários à sua sobrevivência. Como bem disse o Papa João XXIII, “no trabalho agrícola, o homem é, depois de Deus, o principal artífice da produção: o trabalho do agricultor é, por isso, uma forma de colaboração quase direta com a obra de Deus e grandemente honra quem o realiza”.

Mas, Sr. Presidente, a agricultura no Brasil não tem merecido a devida atenção, e o respeito, por parte do Poder Público. Prova disso são as constantes manifestações de agricultores a que temos assistido, não só no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que, recentemente, enfrentou uma das mais duras secas de sua história, mas também em diversas outras unidades da Federação.

Muitas vezes subi a esta tribuna para tratar deste tema, que tanto me preocupa, e sobre o qual pude agir mais diretamente quando fui Ministro da Agricultura. Hoje, retorno a este assunto, para chamar a atenção desta Casa e do Governo Federal para a situação da agricultura no Brasil. Ao fazê-lo, associo-me a outros deputados e senadores que, recentemente, também clamaram em prol da melhoria das condições de nossa agricultura.

Antes, se V. Ex^{as} me permitem, gostaria de fazer um breve retorno à História, a fim de contextualizar os problemas enfrentados pelo Setor.

O início de nossa colonização, como sabemos, foi marcado pelo sistema de capitanias hereditárias, extensas faixas de terra concedidas pelo Rei de Portugal, para que fossem exploradas pelos donatários. Seu maior objetivo era a extração do pau-brasil e, mais tarde, a produção de cana-de-açúcar em larga escala, sob o regime de monocultura escravocrata. Durante quase 300 anos, nosso País foi um mero fornecedor de açúcar aos mercados europeus, com uma pequena agricultura de subsistência.

Após essa fase, iniciou-se, em meados do século XIX, o ciclo do café, do qual o trabalho assalariado e os imigrantes foram a mola propulsora. Naquele momento, podemos dizer que surgiu o sistema agrícola brasileiro, com as primeiras políticas governamentais voltadas à valorização do preço do café no mercado internacional, prática esta que perdurou até o limite imposto pela crise de 1929.

Nos anos 30, com a era Vargas, o Brasil passa a ser influenciado pelo pensamento industrial-desenvolvimentista, que buscava a superação da natureza primário-exportadora, característica da economia do País. Foi, então, colocado em prática o chamado “modelo de substituição de importações”, que visava produzir dentro de nossas fronteiras o que vinha de fora. Esse processo se estendeu por várias décadas, levando à consolidação do parque industrial brasileiro, à urbanização, e à instalação de indústrias de máquinas e insumos agrícolas, o que possibilitou a modernização conservadora da agricultura brasileira e sua progressiva mecanização.

Até o início da década de 60, não tínhamos nada parecido com uma política agrícola consistente. Havia apenas ações isoladas de governo tratando do assunto. Um dos primeiros esboços nesse sentido foi a Lei nº 4.504, de 1964 – o chamado Estatuto da Terra.

Os governos militares que se seguiram procuravam, a seu modo, tirar o Brasil do subdesenvolvimento. Na década de 70, foi criada, então, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que propiciou o desenvolvimento de novas tecnologias e a consequen-

te expansão da agricultura brasileira, diversificando ainda mais a pauta de produtos agrícolas, que ganharam competitividade internacional.

Vieram os anos 80 e, com eles, profundas dificuldades para a agricultura brasileira. Em função da crise econômica da época, o crédito rural foi duramente afetado, e muitos agricultores chegaram, mesmo, à inadimplência.

No início da década de 90, assistimos à edição da Lei nº 8.171, de 1991, que dispõe sobre a política agrícola nacional. Ela representou um significativo avanço em termos jurídicos, tratando da agricultura em todos os seus momentos: do plantio à distribuição final da safra. Entretanto, na execução dessa política, o Poder Público, muitas vezes, atua a reboque dos fatos, como bombeiro, “apagando um fogo aqui, outro ali”.

Um exemplo disso, Sr. Presidente, já foi objeto de pronunciamento meu nesta Casa: é a situação dos plantadores de arroz do Rio Grande do Sul, que tiveram enorme prejuízo, tanto pela dura seca que se abateu sobre a região, quanto pela concorrência dos países do Mercosul. Agora, há uma necessidade urgente de definição, por parte do Governo, quanto à compra da produção excedente de 1,5 milhão de toneladas, para que não haja prejuízo ainda maior. Se houvesse uma política agrícola consistente e integrada neste País, Senhor Presidente, fatos como estes seriam de extrema raridade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que não apenas de boas intenções devem estar munidos os governantes, mas principalmente de ações concretas para implementá-las. E é precisamente para isso que quero alertar o Governo.

O agronegócio brasileiro é uma fonte importantíssima de riquezas para o País. Não fosse o seu excelente desempenho, estaríamos amargando uma crise econômica sem precedentes em nossa História. Ele é o responsável por cerca de 30% do PIB nacional e é também um dos maiores empregadores deste País, o que demonstra ainda a forte dependência de nossa economia com relação ao setor rural. Apesar de sua importância estratégica, ele sofre de sérios problemas que não têm sido enfrentados a contento.

Em primeiro lugar, refiro-me ao volume de recursos controlados pelo Governo, ofertados ao agricultor como crédito rural, que corres-

ponde a menos de um quarto do valor da produção agropecuária brasileira e representa apenas 50% do que foi concedido em 1975 – 51,7 bilhões de reais, segundo dados do Banco Central. Os exemplos internacionais sugerem financiamentos rurais próximos ao valor bruto da produção. Dificilmente o produtor consegue obter no banco todos os recursos necessários ao financiamento da sua atividade a taxas oficiais de 8,75%, sendo obrigado a complementar o empréstimo com outros a juros livres de mercado, onde prevalece o império da usura, com taxas de juro que beiram o surrealismo.

Além disso, os gargalos de infra-estrutura comprometem o resultado da colheita e sua distribuição aos centros consumidores. Refiro-me, de modo mais direto, ao chamado “Custo Brasil” – estradas mal conservadas, armazéns e portos deficientes e onerosos.

Outro problema crítico é a produção de gêneros primários ainda com baixo valor agregado, o que pode prejudicar o desempenho de nosso comércio internacional. É preciso agregar valor aos produtos primários regionalmente, já que a localização da agroindústria é decidida, em especial, pela disponibilidade da matéria-prima.

Não poderia deixar de mencionar aqui a ausência efetiva de um sistema de seguro rural que beneficie o setor produtivo. Apesar de já havermos aprovado, nesse sentido, a Lei nº 10.823, de 2003, o seguro rural ainda não foi implantado. Quero lembrar, Sr. Presidente, que os Estados Unidos destinarão cerca de US\$8,2 bilhões, nos próximos seis anos, ao seu programa de seguro rural. Na Espanha, os gastos anuais são de 500 milhões de euros, e o subsídio ao prêmio do seguro é de 50%, podendo atingir até 80% em caso de catástrofes. O Chile subsidia o prêmio do seguro rural em até 80%, e a Colômbia, entre 20% e 40%. Não é possível pensar em agricultura sem oferecer garantias mínimas ao produtor, relegando-o à própria sorte e às intempéries climáticas.

Há ainda uma questão séria que temos de enfrentar, com altivez e serenidade, no fórum competente das negociações internacionais. Trata-se do protecionismo dos mercados agrícolas pelos países ricos. Nada mais nefasto para o comércio mundial do que o *dumping* praticado por eles na exportação de excedentes domésticos da produção agrícola.

Agregue-se a isso o fato de que esses países destinam bilhões de dólares anuais ao subsídio de suas exportações agrícolas, e impõem diversas barreiras tarifárias e não-tarifárias, que afetam principalmente o segmento de carnes e de frutas tropicais.

A esse respeito, Sr. Presidente, quero também dizer que os Estados Unidos, após a aprovação da nova Farm Bill em 2002, estão destinando algo em torno de US\$17 bilhões por ano em subsídios ao setor agrícola, no período de 2002 a 2007, o que contraria os acordos firmados na Organização Mundial do Comércio (OMC), no sentido de eliminar os subsídios domésticos ou de exportação. A nova Farm Bill trará prejuízos aos produtores brasileiros de algodão, milho e soja, prejuízos da ordem de US\$2,2 bilhões anuais, segundo estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os Estados Unidos e também a União Européia, por intermédio da Política Agrícola Comum (PAC), subsidiam fortemente sua produção agropecuária, o que significa não apenas subsídio às exportações, mas também suporte de mercado ajuda direta ao produtor e destinação de recursos ao desenvolvimento rural. Esses gastos chegaram, em 2002, à espantosa cifra de US\$43 bilhões, e tendem a crescer, à medida que outros países sejam incorporados à Comunidade Européia.

Nesse mesmo contexto, há ainda a questão das elevadas tarifas de importação aplicadas aos produtos brasileiros no mercado norte-americano. Cito aqui apenas dois exemplos: o suco de laranja brasileiro paga 44,7% sobre o preço de exportação, e nosso óleo de soja, 19,1%, enquanto outros países gozam ou de tarifas menores ou de isenção.

Além disso, temos de olhar com atenção, quando falamos de agricultura no Brasil, para a questão das relações de emprego e de previdência social. Sabemos que o setor rural, historicamente, vem sendo marginalizado, quanto a esses aspectos, em relação aos segmentos urbanos. É por isso que, hoje, segundo dados do IBGE, cerca de 350 mil empregadores rurais não recolhem para o sistema da previdência social a parcela de sua responsabilidade. Essa situação levará um enorme contingente de trabalhadores do campo à mais completa indigência quando da época de sua aposentadoria. A rotatividade da mão-de-obra na lavoura, e o emprego de crianças e adolescentes são ainda, outros fatos que precisam ser duramente combatidos pelas autoridades.

Se a tributação excessiva penaliza a economia como um todo, ela é particularmente perversa com o setor rural, com reflexos não só no mercado interno, mas também em nossas exportações. Insumos, máquinas, mão-de-obra, produção, comercialização agropecuária e transporte sofrem efeitos diretos e indiretos decorrentes da cobrança de impostos. O Fisco atinge todo o complexo produtivo rural, antes e depois da porteira. O impacto conjunto do ICMS, do PIS/Cofins e das Contribuições Previdenciárias atinge valores expressivos no custo das cestas alimentares, é altamente regressivo e prejudica as famílias de menor renda.

Falar em agricultura no Brasil, Sr. Presidente, sem falar da Embrapa é uma tarefa quase impossível. Essa valorosa empresa que, ao longo de todos estes anos, se constituiu numa “ilha de excelência” do Governo Federal, tem gerado expressivos resultados em pesquisa, convertidos em maior produção, renda e emprego. Entretanto, nos últimos 10 anos, houve um verdadeiro “sucateamento” do sistema público de pesquisa agropecuária, que passa por seu pior momento em termos financeiros. Os sucessivos cortes orçamentários conduziram à paralisação de diversos projetos importantes, comprometendo anos de investimentos já realizados.

Igualmente grave é a questão fundiária em nosso País, questão esta que possui uma íntima relação com o desempenho da agricultura, afetada não só pelo tamanho das propriedades rurais, como também pelos freqüentes conflitos no campo. Como sabemos, nosso País apresenta uma das mais concentradas estruturas fundiárias do mundo, com largas extensões de terra, nem sempre produtivas, que precisa ser definitivamente equacionado, por constituir motivo de insegurança e inquietude na lavoura. O risco da produção agrícola como resultado da disputa por terras pode comprometer, no longo prazo, os níveis de competitividade internacional já alcançado pela agricultura brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como se pode ver, a agricultura brasileira inspira cuidados urgentes. Não basta, apenas, destinar R\$1 bilhão aos produtores, para saldarem suas dívidas com fornecedores de insumos, como foi feito recentemente pelo Governo. Isso é importante, mas é insuficiente, até porque o volume total da dívida dos agricultores com a iniciativa privada está avaliado em 7 bilhões de reais. Chamo a aten-

ção para esse número porque o financiamento privado responde por significativa parcela do crédito rural, e um alto índice de inadimplência dos produtores pode comprometer a obtenção de novos financiamentos para o plantio.

Uma das medidas que podemos adotar, e que está ao nosso alcance fazê-lo, é a repactuação e o alongamento das dívidas oriundas de operações de crédito rural, proposta essa que, aliás, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, na forma do PLS nº 517, de 2003, de autoria do nobre Senador César Borges. Ela contempla a elevação do teto previsto na Lei nº 10.696/2003, que passaria de R\$35 mil para R\$100 mil, e prevê também o aumento do limite de financiamento para custeio, que passaria de R\$5 mil, para R\$30 mil. São medidas, a meu ver, acertadas, mas que também não resolvem o problema da agricultura brasileira no médio e no longo prazo.

É preciso, Sr. Presidente, que haja a definição de uma política para a agricultura, mas uma política moderna, inteligente, integrada às demais políticas de governo, que permita a nossa agricultura caminhar a passos largos rumo à competitividade, à lucratividade e à segurança. Não temos de pensar na agricultura neste ou naquele governo, mas sim transformá-la numa política de Estado, por sua importância estratégica para nossa economia.

Para isso, considero fundamental a participação do Senado da República. A recém-instalada Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que nasceu de projeto de minha autoria, cumpre um papel fundamental nesse sentido. É preciso ouvir a sociedade e os especialistas na matéria e resgatar, ao mesmo tempo, a preponderância do Poder Legislativo na formulação das linhas mestras das políticas públicas brasileiras.

Com este pronunciamento, desejo instigar a todos nesta Casa a discutirem sobre a agricultura nacional, pois é dos debates e do jogo democrático que advirão as soluções de que tanto necessitamos.

Na minha modesta concepção, uma política para a agricultura do Brasil, como venho defendendo, deve contemplar os seguintes pontos:

Implantação do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia, com a extensão das ferramentas e dos benefícios dessa tecnologia

aos pequenos e médios produtores. Com isso, estaremos atuando de modo a prevenir prejuízos decorrentes dos fatores ambientais e climáticos;

Combate feroz ao chamado “Custo Brasil”, com a recuperação da malha viária, a modernização dos portos, a ampliação da capacidade de armazenamento, sem descuidar da redução da carga tributária e de uma política cambial e de juros adequada ao Setor.

Integração da política agrícola à política de comércio exterior, de infra-estrutura e de energia, a fim de evitar “surpresas” como a importação de produtos concorrentes, a preços bem inferiores aos praticados em nosso mercado. É preciso que a agricultura brasileira incorpore em sua matriz energética o biodiesel, o álcool e a energia solar, em virtude do esgotamento do petróleo, hoje imprescindível para o funcionamento das máquinas agrícolas.

Fortalecimento da agricultura familiar e sustentável, focalizada na agregação de valor ao produto rural, garantido ao pequeno produtor o adequado acesso à tecnologia, ao financiamento e aos meios necessários para distribuição de sua colheita.

Sólida política financeira destinada à ampliação das linhas de crédito, à garantia do preço mínimo e ao custeio do seguro rural.

Exploração de novos nichos de mercado, como a agricultura orgânica, que movimentou em todo o mundo, só no ano passado, cerca de 26,5 bilhões de dólares.

Não poderia deixar de incluir, Sr. Presidente, no bojo desta proposta, uma reforma agrária moderna, estratégica para o País, integrada aos setores produtivos. Esse, talvez, nosso maior desafio!

Conclamo, aqui, o Governo Federal e todos nós, parlamentares, a pensarmos, juntos, uma sólida e consistente política para a agricultura brasileira. Temos todo o potencial para nos transformarmos no “celeiro do mundo”. A nós, a tarefa de fazer do sonho uma realidade. Vamos fazê-lo!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Campanha eleitoral de 2006

(Pronunciamento em 1^o de novembro)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, na verdade, o que a Senadora Heloísa Helena quis dizer nesta tribuna? Prestei atenção ao seu pronunciamento desde o início. O que S. Ex^a quis dizer?

Que coisa interessante uma Líder da competência, da capacidade da Senadora Heloísa Helena, de repente, vir aqui, como se fosse professora, para nos dar uma aula para dizer o que é o PT!

O mais importante é que, na verdade, ficamo-nos perguntando: é o PT o que diz a Senadora? Em caso negativo, gostaria que a Senadora por Santa Catarina, que topa a parada, dissesse o que é o PT. Seria muito interessante isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT – SP) – Eu posso falar.

A Sr. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Você não fala nada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não seria conveniente que fosse o Senador Eduardo Suplicy a fazer tal discurso, porque, quando se refere ao PT, S. Ex^a fala o que é o PT que gostaria que fosse – e estamos todos de acordo com isso. Aliás, foi uma pena S. Ex^a não ter ganhado aquela prévia do Lula, que na época parecia um absurdo. Caso isso tivesse ocorrido, hoje as coisas estariam bem diferentes.

O que é o PT? A maior organização partidária que semeou a maior esperança na vida do Brasil. A maior organização que teve origem, povo, idéias, conteúdo, que sacudiu, que mexeu, que veio das bases clericais, das bases sindicais, do bairro, da vila, que reunia gente, discutia e analisava, que apresentava propostas, idéias. Foi o PT. Os ou-

tros partidos – até o meu PMDB – o velho PTB, tinham grandes nomes como Alberto Pasqualini, um homem fantástico, extraordinário. Suas idéias daquela época valeriam hoje para o mundo inteiro. Mas o Pasqualini não era o PTB. Era uma pessoa que pouca gente no PTB conseguia apoiar. O PTB se identificava mais com as idéias do Sr. Leonel Brizola, que, na verdade, eram as idéias da época, da situação em que ele se encontrava. O PT, não. E olha que o PT tinha um punhado de intelectuais, jovens, cientistas e religiosos, que eu ficava com inveja.

Eu... O PMDB do Rio Grande do Sul me olhava com certa mágoa: “Por que tu não vais para lá então?” Porque eu pensava que o PT estava a caminho de fazer uma transformação social no Brasil. Eu achava. Mas, agora, acho que tem razão a Senadora Heloisa. Eu não dou as respostas que S. Ex^a dá, mas eu fico nas perguntas. Afinal de contas, o que é o PT? Qual é o papel do PT? O que ele representa? Teríamos de perguntar hoje quem é o PT. Frei Betto não tem mais nada que ver com o PT. Se pegarmos a linha progressista da Igreja, a igreja dos índios, etc. e tal, ela não tem mais nada a ver com o PT. Se pegarmos um punhado de líderes de primeira grandeza – a Heloísa Helena aqui, mais lá na Câmara dos Deputados –, não têm mais nada a ver com o PT. Quem ficou? E o que defende quem ficou?

De repente, ainda hoje, uma notícia espetacular. O que se esperava completar até o fim do ano se completou hoje. Quer dizer, o arrocho fiscal mais espetacular da História do Brasil. E eu, que passei anos aqui falando mal do Delfim! O Delfim era quase um socialista, comparado ao Ministro que está lá hoje.

O que quer o PT? Que coisa impressionante! O PT foi a memória ética deste País; foi o partido que apontou. Às vezes, ele era rígido demais, era duro, e eu era favorável. Às vezes, os procuradores, o Francisco, vinham com uma linha ultra-radical e eu era favorável, porque achava que tinha de ser feito assim. Afinal, somos um país em que só vai para cadeia ladrão de galinha; um país em que não acontece nada, nada, nada, nada; um país em que as instituições são de mentirinha...

Cá entre nós, com todo o respeito, e o nosso Congresso Nacional? Se olharmos, acho que não há, no mundo, parlamentar quem tenha as vantagens que temos. O Senado é uma maravilha, com televisão, memorial... Temos o que há de melhor no Parlamento no mundo inteiro.

Mas o que decidimos? O que conseguimos votar? O que conseguimos resolver a favor do social e a favor da ética, da dignidade e da seriedade neste País? Olhem que muito parlamentar é homem de bem, homem sério, homem responsável, mas caímos num faz-de-conta, de mentirinha, que é o que, de certa forma – perdoem-me –, está acontecendo agora com a CPI. Eu me nego a comparecer à CPI, porque é um absurdo. O cara mente com a cara mais deslavada, e o Supremo Tribunal Federal se dá ao desprazer de conceder um *habeas corpus* para o cara vir aqui e não precisar dizer a verdade! Eu nunca vi em outro lugar do mundo acontecer coisa dessa natureza. O Congresso Nacional não pode prender, não pode matar, não pode fazer coisa nenhuma. Ele vem e fala. É só isso que pode acontecer. Não, ele vem com um *habeas corpus*, que não precisa dizer a verdade. Num país em que já ninguém diz a verdade, o cara ainda vem com um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não precisa dizer a verdade. Ele diz: “Mas eu já não dizia, não sei por que está me dando isso”. Então, o que estamos fazendo, o que queremos e para onde nós vamos?

O Lula está numa posição igual à de Fernando Henrique Cardoso. Lá pela tantas, Fernando Henrique queria a reeleição. Para que, não sei, mas queria a reeleição. E passou a viver em função da reeleição. Parou tudo e comprou votos, tantos quantos necessários, na Comissão da reeleição e fez a reeleição.

O Lula agora começou a etapa da reeleição, numa situação muito pior que a de Fernando Henrique. Porque Fernando Henrique, quando estava na etapa da reeleição, não estava no chão como está o Lula. Pois o Lula agora liberou a sua gente para trabalhar pela reeleição.

Olha, penso que, se este Congresso tivesse realmente peso e autoridade, que coisa boa se terminássemos com a reeleição, se tivéssemos categoria e classe para fazer um referendo! Não fizemos um referendo para as armas? Vamos fazer um referendo para ver se o povo quer reeleição ou não quer. Esse seria um referendo sério, para valer.

Olha, meus irmãos, esse negócio de Cuba, em primeiro lugar, sempre ouvi falar disso. Cá entre nós, sempre ouvi falar que Cuba havia remetido dinheiro. Acho quase impossível que alguém prove alguma coisa hoje. Passado esse tempo, acho realmente impossível provar-se algo, pois já existem muitas irregularidades em relação ao

Governo. Havendo essas irregularidades em relação a este Governo e aos governos anteriores, tenho medo de que ocorra um baita acordão, e vamos ficar falando sozinhos. Vamos chegar aqui, de repente...

É claro que vão cassar o Chefe da Casa Civil e essas pessoas que estão nos jornais, porque também... O cara vai até a sede do Banco Rural, num *shopping center*, no nono andar, para pegar dinheiro, ou vai a um quarto de hotel, ao quarto da secretária, para pegar dinheiro com a mala. Tinha de ser e vai ser cassado. Agora, fora isso, quanto aos assuntos mais sérios, com mais conteúdo, mais profundidade, tenho medo de que haja um grande acordão: “Não convoque o Fulano, e nós não convocamos o filho do Presidente”, “Tira fora o filho do Presidente, e nós tiramos fora o Fulano de Tal”, “Não entre nesse terreno, e nós não entramos naquele”.

Essa situação é exatamente a mesma que ocorreu na Comissão do Banestado. O Sr. Deputado José Mentor teve a coragem de apresentar um relatório final que não mencionava o Banco Rural e não tinha uma vírgula sobre o atual Presidente do Banco Central. O Banco Central era uma organização 1.000%. Demolia o Fernando Henrique, demolia o Banco Central do Governo anterior e trazia horrores do Governo anterior. Porém, sobre o atual Governo, não havia nada. Aí vem o Presidente da Comissão e faz um voto em separado. E pega a outra metade. Tudo aquilo que o Mentor botou fora, ele buscou do lixo e fez o parecer dele. E tudo aquilo que o Mentor tinha posto, ele tirou fora. Então, nós temos dois pareceres que se complementam. O que eu fiz? Eu peguei os dois pareceres e disse: eu quero dizer que o Sr. Mentor tem razão, tudo o que ele diz é verdade. E quero dizer que o Presidente da Comissão também tem razão, tudo o que ele diz é verdade. Por isso, estou apresentando este parecer aqui. O que se fez? Pegaram os três, botaram no lixo, e a Comissão não concluiu nada.

E o dossiê? Foi o maior dossiê da história do Congresso Nacional. Foi a primeira vez que conseguimos que a Justiça americana enviasse para nós caixas com os comprovantes das CC-5. E dizem que os primeiros nomes são nomes conhecidíssimos, inclusive nesta Casa, por isso não andou. Por isso não andou! Estão lá na gaveta, se é que não roubaram. E não se fez nada.

Na verdade, houve um grande acórdão. Do Presidente do Banco do Brasil do Fernando Henrique passou-se uma perna em cima, e do atual Presidente do Banco Central, do Presidente Lula, passou-se uma perna em cima. Eu sinto no ar um cheiro de que essas coisas vão acontecer.

Mais agressivo que fica o tom, mais dura que fica a matéria, eu sinto no ar que essas coisas vão acontecer. Eu até estou vendo um *gran finale*, que é uma grande e bonita reconciliação como começou o Governo.

O Governo começou com um grande entendimento do Fernando Henrique e da sua equipe de transição com o Lula. Vai acontecer aqui. Vamos encerrar, e esses indecentes senadores e deputados que pegaram dinheiro, essa coisa toda, esses estão fora. Agora, o Governo não. O Governo é sério. Os Correios são uma instituição séria. Os fundos de pensão são instituições mais do que sérias. A Petrobras, pelo amor de Deus, é uma instituição seriíssima. Os parentes do Governo, do Presidente, estão acima do bem e do mal.

E não é que no PSDB também há gente muito séria. Gente séria! O Fernando Henrique é seriíssimo. Aliás, o Lula deve até dizer: “Ô, Fernando, eu copiei o teu governo, eu copiei o teu governo e procurei até melhorá-lo um pouco; eu até tive mais elogio do que tu no Banco Mundial; eu até tive muito mais elogio do que tu do Fundo Monetário; eu paguei muito mais juros do que tu; tu achavas que era o líder mundial do pagamento de juros da dívida, pois eu paguei muito mais do que tu”. Esse é o Governo do Dr. Lula – campeão de pagamento de dívida.

Eu não sei quem é o PT e o que quer o PT. Eu confiei na tese do Tarso Genro. Achei-o um pouco aventureiro, um pouco sonhador. O que ele queria? Ele queria fazer uma lavagem interna. Vamos nos reunir e fazer uma depuração, uma autocrítica aberta, e o que tem de se dizer que se diga, o que tem de se colocar para fora se bote, e o que tem de expulsar que se expulse. Vamos recriar o PT, se é alguma coisa realmente importante, porque reconhecer as culpas antes de ser apeado do Governo e fazer a moralização por dentro é algo importante.

Coitado do meu amigo Tarso, ficou falando sozinho. Pelo que ele falava, dava a entender que tinha a cobertura total do Lula, que tinha

conversado com o Lula, que lhe dizia: esse é o caminho. De repente, quando se falou em tirar o José Dirceu, tiraram o Tarso.

E o PT é esse que está aí. Tem coisa interessante. Há duas figuras que vejo com o maior respeito: Maria do Rosário e Raul Pont. Um é primeiro vice, o outro, secretário, terceiro vice. Quero ver o que Raul Pont e Maria do Rosário vão fazer nessa Executiva. Quais são as propostas do Sr. Raul Pont e da Sr^a Maria do Rosário? Não tenho a mínima idéia. Sinceramente, não tenho a mínima idéia. Sei que o Sr. Raul Pont não é homem de levar desaforo para casa. Ele é de uma linha enérgica, dura. O seu linguajar é respeitoso, mas no limite da tolerância. Não sei para onde ele vai, o que vai dizer, o que vai apresentar. Só sei que estamos caminhando num sentido: na eleição do ano que vem, não vamos ter de buscar a terceira via, vamos ter de buscar a segunda via, porque vamos ter a primeira via A e a primeira via B. E vai haver uma certa disputa. O Fernando Henrique vai querer defender a primeira linha A, que o PSDB começou primeiro, e aí o Lula vai responder: “Não, a primeira linha A é o PT, que é quem está no poder. Se eu estou no poder, sou a primeira linha”. Mas os dois representam a mesma coisa.

Outro dia eu vi o programa do PT. Achei corajoso o programa do PT, mas corajoso mesmo! Não foi o Duda quem fez. Não sei quem fez. Mas quem fez não tomou conhecimento de nada do que está acontecendo no Governo, pois foi no Governo mais íntegro, mais sério, mais puro, mais honesto, mais decente e mais digno que se começou a mostrar as realizações do Governo. O Governo que mais construiu casa popular, que mais distribuiu bolsas de estudo, que mais olhou para o social, que mais fez não sei o que foi o do PT. Quando vi aquele programa, passei a entender. Vamos ter uma eleição no ano que vem com a mesma cara-de-pau da eleição passada. Os partidos vão defender as mesmas idéias, com a mesma cara-de-pau e com a mesma firmeza.

Olha, eu não creio que isso chegue a um resultado. Eu estou rezando para que o meu MDB, com todos os seus erros e equívocos, consiga apresentar – e ele tem nome de respeito –, em uma prévia, uma terceira via. E eu espero que a Esquerda – V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena; V. Ex^a, bravo Senador Cristovam Buarque – faça o que nunca fez: se entender. Entender-se no sentido de oferecer uma proposta com

o mínimo de conteúdo. E, nessa altura, não precisa ser uma proposta mágica.

Eu me lembro das palavras do Primeiro-Ministro da Espanha Adolfo Suárez, no início do socialismo de seu governo, quando ele tinha uma credibilidade enorme e teve uma reeleição espetacular. Ele dizia em seu discurso inaugural que, candidatando-se novamente, conseguiria a maioria no Congresso para ser primeiro-ministro. O povo, diz ele, não quer milagre; o povo não quer que se prometam coisas espetaculares. Já encerro, Sr. Presidente.

O povo não quer que se saia em uma corrida rumo à felicidade e ao desenvolvimento social. O que o povo quer é que a gente seja firme no falar e que o passo seja para a frente. Ainda que devagar, mas sem recuar, para a frente. É o que o meu partido está fazendo, dizia ele. É o que, de certa forma, a gente terá de fazer.

Prometer Fome Zero, Lula já prometeu; prometer 15 milhões de empregos, Lula já prometeu; prometer não sei quantos milhões de habitações, Lula já prometeu. Creio que ninguém vai conseguir prometer mais do que Lula, nem Sua Excelência mesmo. Bandalheira e vigarice ninguém conseguirá fazer mais do que se está fazendo agora.

Creio que o povo haverá de ter um sentimento de abrir os olhos para conseguir ver além da mentira, além da hipocrisia e da falsidade de uma imensa maioria de políticos brasileiros. Confio nisso, Sr. Presidente.

A imprensa está dizendo que, hoje, o candidato do PSDB está com 40% e o candidato do PT está com 40%. Que os dois, em si, resolveram o problema. Já assisti a esse filme no Rio Grande do Sul. Já sei qual é o resultado. É muito provável que o resultado seja o mesmo para o Brasil. Cada um falará do outro a pura verdade. Tudo o que o PT disser do PSDB é verdade. Tudo o que o PSDB disser do PT é verdade.

Muito obrigado e agradeço pela tolerância de V. Ex^ã.

O Congresso Nacional e as eleições

(Pronunciamento em 3 de novembro)

Senhor Presidente, o tempo está passando e o que me inquieta é que não vejo a preocupação necessária deste Congresso em se preparar para as eleições do ano que vem. Vejo os candidatos de mangas arregaçadas. O Presidente da República, o Presidente Lula, hoje, no jornal, dá uma ordem pela primeira vez desde que assumiu: “Ministros, gastem dinheiro, principalmente em obras que se completem até o ano que vem”. É, candidato à reeleição é assim mesmo.

Mas como serão as eleições do ano que vem? Com toda essa onda de escândalos, de manchetes, de absurdos que estão acontecendo, como será a eleição no ano que vem? Não vejo nenhuma preocupação.

Modéstia à parte, o Senado fez o seu papel. Primeiro, votamos uma lei, quase completa: reforma eleitoral e reforma política. Criamos a campanha eleitoral com os gastos públicos de campanha, mantivemos e determinamos com firmeza os percentuais que cada partido terá de cumprir nas próximas eleições, fizemos com que os programas de televisão sejam feitos ao vivo, sem produção de empresa publicitária, criou-se o distrito eleitoral... Enfim, medidas importantíssimas foram tomadas.

Ela foi para a Câmara, que não fez nada nos dois anos em que ela está lá. Aí, por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, por unanimidade, esta Casa votou o que chamamos de “um remendão de urgência”, o mínimo necessário, mas importante. Não dava para criar, porque tinha de ser por Constituição, o gasto público de campanha,

mas se cortou de tal maneira, restringiu-se de tal maneira o dinheiro eleitoral que melhorou muito.

Primeiro, estabeleceu-se que cada candidato tinha de ter uma única conta pessoal. Quer dizer, afastou-se o caixa dois. Se, de repente, aparecer dinheiro daqui, dinheiro de lá, sem que se saiba de quem era o dinheiro, é crime e quem paga é o candidato. O candidato é o responsável por tudo que se gasta em sua campanha.

Depois se decidiu que o programa de televisão tinha de ser ao vivo. Metade do que se gasta em uma campanha, que é o dinheiro da publicidade, desaparece. E aquela história de se inventar um candidato bonitinho, bacana, etc. e tal, como fez o Sr. Duda Mendonça nas últimas eleições, isso não tem mais. A campanha é ao vivo!

E foi aprovada mais uma série de princípios da maior importância. A Câmara não votou... Terminou o prazo no dia 30 de setembro. Fizeram-se apelos dramáticos; fomos, em comissão, à Câmara falar ao Presidente e aos líderes da importância de que aquilo fosse votado. Não votaram!

Então, estamos hoje em uma situação pior do que a da eleição passada. Na eleição passada, não sabíamos dos desmandos, dos absurdos, do que estava acontecendo e do que poderia acontecer, e agora já sabemos, mas estamos sem meios de poder evitar.

O Tribunal Superior Eleitoral vai argumentar que a Casa não funciona, que o Congresso não legisla e vai legislar, como fez na eleição passada, quando criou, absurdamente, o voto vertical, de presidente a vereador, criando a vinculação do voto. Até hoje cremos que foi uma violência do Tribunal, mas ainda não fizemos nada.

O Presidente do Supremo está dizendo que provavelmente fará alguma coisa no que for o mínimo da necessidade ética para que as coisas não se restrinjam a repetir o que aconteceu no ano passado. E estamos aqui, com telefones grampeados, com o Relator da CPI dos Correios apresentando uma versão completamente nova, mostrando que o dinheiro que estava nessas contas todas era de publicidade do Banco do Brasil, provando cabalmente. Estão lá cinqüenta jornalistas, a quem eles estão distribuindo os números. Até estou com os dados na minha mesa e peço que eles sejam transcritos para os *Anais* da Casa. Demonstrem que todo o dinheiro veio da verba de publicidade.

O Banco do Brasil, pela primeira vez na sua história, adiantou verba de publicidade. Quer dizer, adiantou a verba de publicidade por conta de publicidade que vai ser feita no ano que vem. Isso não existe. Publicidade ou existe ou não existe. Não é uma obra para a qual se dá dinheiro a fim de que ela seja adiantada. A publicidade é feita e é paga; se não é feita, não é paga. Pois agora ela já foi paga para ser feita no ano que vem.

Esse dinheiro que vem de uma empresa cujo dono é o Brasil, embora haja outros bancos, foi parar na conta do PT. Está provado agora de onde veio o dinheiro, o fantasma dos empréstimos e a montanha do dinheiro. Isso vai ficar assim? E não vai acontecer nada? Não vamos alterar, não vamos modificar nada para as eleições do ano que vem? Essa é a pergunta que se faz.

Vejo o Presidente da República numa posição muito igual à do Fernando Henrique quatro anos atrás. Não adiantava a gente falar daqui. Eu até pedi para criar uma CPI para apurar o escândalo que foi a compra de votos para votar a emenda da reeleição. Ninguém deu bola. Ninguém tomou conhecimento. Ninguém, mas ninguém tomou nenhum conhecimento, porque o Fernando Henrique só estava preocupado com a reeleição.

Vi aqui o escândalo que foi a venda da Vale do Rio Doce, um patrimônio público dos mais importantes do mundo, a segunda empresa mais rica em minério. A Vale do Rio Doce e o Brasil sentaram-se à mesa para discutir o problema do minério no mundo inteiro. Deram de presente. Venderam por R\$3 bilhões, dinheiro que o BNDES deu.

O Fernando Henrique, preocupado com a reeleição, não tomou nenhum conhecimento. É o que se vê com o nosso amigo Presidente Lula agora. Ele não está preocupado; nenhuma preocupação.

Olha que tive muito boa impressão do Chefe-de-Gabinete do Presidente Lula. Tive a melhor das impressões. Mas, cá entre nós, o que os dois irmãos do Prefeito assassinado de Santo André falam dele é coisa muito séria. Esses dois irmãos não têm rixa, não há dinheiro em jogo, não há absolutamente nada. No entanto, o homem permanece.

Fui Líder do Governo Itamar quando a CPI dos Anões do Orçamento pediu para ser ouvido o Chefe da Casa Civil. Ele veio depor, mas antes renunciou à Casa Civil. Ele veio depor como cidadão e não

como Chefe da Casa Civil. Não encontraram uma vírgula contra ele, foi aplaudido na Comissão, e voltou para a Casa Civil. O Chefe permanece Chefe-de-Gabinete da Presidência da República.

Agora, o Lula recebe o Presidente americano. Que manchete que me doe o coração hoje! Quando eu sento para tomar o café de manhã, estão ali o *Correio Braziliense* e sua capa: “Os americanos estão chegando”. Meu Deus do céu, me deu um frio! Quando ouvimos “Os americanos chegaram lá”, quando eles estão chegando, é para tomar conta. E a manchete era esta: “Os americanos estão chegando”. Até eu me dar conta de que era o Bush que vinha... Que seja muito bem-vindo, que tenha uma boa presença entre nós. Nós o receberemos com muita alegria... Mas a manchete foi muito – eu diria – maliciosa, porque visou atingir um pouco o sentimento do brasileiro, que olhava e que dizia: “Realmente está chegando”.

É a maior preparação que Brasília já teve. Nem no tempo dos militares, da ditadura militar – e na ditadura militar andar em Brasília era um terror, porque os ministros e ditadores tinham um medo terrível do povo –, nunca houve uma operação que nem esta que está aí.

Segundo o *Correio Braziliense*, para não criar maiores problemas, a segurança do Brasil deixou que o comando da segurança fosse feito pelo comando de segurança americano. Isso, em tese, feriria a soberania do Brasil, porque quem deveria comandar a segurança do Brasil seria o Governo brasileiro. Mas o Governo brasileiro deixou, e está chegando aí uma operação fantástica.

Vem um Presidente para cuidar da América Latina, para discutir uma aproximação com a América Latina, para vender a Alca, com possibilidade de aceitação, fica um dia em Mar del Plata e um dia em Brasília. Um dia, em termos: chega no final da tarde de sábado em Brasília, dorme, conversa de manhã, come o churrasco e vai embora. Em Mar del Plata, eu não sei como será a reunião. Dizem que o churrasco será gaúcho. Espero que sim. Fosse o Presidente Sarney, talvez servisse uma comida nordestina. Mas acho que, com o Lula, o churrasco deverá ser gaúcho.

Que o Lula tenha a coragem de chegar para o Presidente e dizer: “Presidente, o Brasil está pagando esses juros de dívida externa, que é uma loucura, Presidente. Nós estamos aqui sofrendo fome, miséria, in-

justiça. Nós estamos aqui com as estradas sem recuperação, nós estamos com o País parado, e somos o campeão do mundo de remessas de dinheiro para o Banco Mundial”. O próprio Banco Mundial reconhece isso. “Presidente Bush, já pagamos adiantado os juros da dívida deste ano. Não esperamos chegar ao fim do ano. Estamos em dia. Cofre vazio, salário zero, empreendimentos zero, mas já pagamos todos os juros, os juros mais altos do mundo.”

O Governo norte-americano está vivendo a fase mais difícil da sua história. Respeito muito o povo norte-americano, porque tem suas idéias pessoais, seu pensamento, mas possui uma imprensa que se considera dona do mundo e faz orientação do mundo inteiro.

Quando fui aos Estados Unidos fazer conferências, pude observar que era difícil eles entenderem, porque muitos se consideram a salvação do mundo, pois criam todos os avanços científicos na Medicina, na tecnologia, na agricultura. Tudo o que há de avanço no mundo é o norte-americano que sustenta. Já a fome, o atraso e a miséria do mundo são produzidos pelo sul-americano. Eles não têm consciência do outro lado. Representam um pedacinho da população do mundo, mas são praticamente donos do mundo.

Entretanto, o povo norte-americano está vivendo uma hora dramática como nunca. Já estava vivendo isso, porque ficou provado que o Presidente Bush mentiu à nação nas referências ao que teria o Presidente do Iraque em preparação de armas de extermínio em massa.

Ficou provado que aquele brasileiro, o Bustani, que não queria que se fizesse isso e que foi demitido tinha razão. Não encontraram nada. Está provado agora que mentiram, que falsificaram à nação americana dados para fazer o que fizeram. Isso está nos jornais de toda a América. Por isso, o Presidente Bush está enfrentando o momento mais difícil da sua trajetória. Perante a pergunta: “É caso de *impeachment?*”, 55% do povo diz que é.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu já lhe darei a palavra.

Mas o triste é que, junto com essa notícia de hoje com relação ao Iraque, está vindo uma notícia com relação ao Vietnã. Os historiadores do Vietnã, daquela guerra, estão mostrando que lá também foram apresentados dados falsos; que a intenção naquele momento do americano era colocar os pés ali, no Extremo Oriente, para controlar o expansionismo da China, para facilitar o crescimento do Japão, para estar ali, ao lado da Rússia, do outro lado; enfim, que os dados apresentados não eram verdadeiros. Baseado em dados falsos, o americano levou o mundo inteiro a imaginar que eles estavam fazendo uma guerra patriótica em defesa da liberdade no mundo. Isso está nas manchetes de agora. E os americanos estão apavorados com essas duas notícias.

Uma coisa interessante de salientar: invejo a nação americana pelo sentido que o povo americano tem da verdade e da seriedade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza, Senador, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

As nações e os governos podem ir, mas que não falhem com a verdade. Falsear a verdade o povo não aceita. É o que está acontecendo agora.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria também de um aparte, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, seu pronunciamento é muito oportuno para o País, porque V. Ex^a mostra a preocupação que é de toda a História do Brasil. Eu era menino e vi o Franklin Delano Roosevelt aqui, conversando com Getúlio, para participar pela luta democrática contra Hitler e contra Mussolini, e nos doou até uma siderúrgica.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que o Lula se lembre agora de que o Dr. Getúlio, para concordar que o Brasil entrasse na guerra, fez o americano construir a Siderúrgica de Volta Redonda. O Brasil entrou no mundo do aço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, vou dar mais dois minutos para V. Ex^a concluir, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Viemos com Franklin Delano, mas vamos ao mais recente. Bill Clinton era quase uma figura franciscana – daquela que se carrega – de paz. Ele conseguiu levar a paz à Europa, no fenômeno da Rússia, da divisão (Bósnia, Sérvia, Croácia). A Irlanda, com a luta religiosa, ele foi lá. Ele foi ao Oriente Médio, fez Yasser Arafat e Yitzhak Rabin se beijarem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ganharam o Prêmio Nobel.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, daí a recepção que o País deu a eles. Estou simbolizando Franklin Delano Roosevelt e Bill Clinton, mas todos levavam essa mensagem. No momento, a simbologia de Bush é de guerra, de destruição. Temos de ter muita cautela, porque isso não traduz o sentimento do povo brasileiro, que é um povo cristão e pacífico, e V. Ex^a o simboliza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas vamos esclarecer. O Presidente Bush vem ao Brasil num momento de estratégia política. O Pacto das Américas vai se reunir na Argentina, em Mar del Plata. E o Presidente Bush, num gesto inteligente, achou que não deveria ir à Argentina e não passar pelo Brasil. É aquela velha tradição da rixa, etc. e tal. Então, ele fez questão. É um gesto que devemos acatar e receber com simpatia, porque ele não vai passar por cima do Brasil. Vai descer no Brasil.

Mas, neste momento, o que eu quero dizer é que na situação difícil em que se ele se encontra, no desgaste que está...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No desgaste em que ele está...

É que estou me referindo a US\$1 trilhão. Veja que é muito dinheiro.

No desgaste em que está, é o momento em que o Presidente pode chegar e dizer: “Presidente, V. Ex^a poderia interferir nesse sentido, porque metade do que vamos pagar de juros, nos próximos cinco anos, com interferência da ONU, com fiscalização internacional, vamos aplicar no desenvolvimento, na fome, na educação, na saúde. Que durante um espaço de tempo isso seja feito, Sr. Presidente. V. Ex^a, que está percorrendo, buscando o desenvolvimento da América Latina, V. Ex^a, que veio à reunião, faça isso, Sr. Presidente. O que vamos pagar já vai ser um mar. Estamos pagando metade dos juros e vamos ser o país que mais vai continuar pagando ao Banco Mundial e às organizações mundiais”. Este é o momento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Pedro Simon, peço a V. Ex^a que conclua o pronunciamento, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o momento que Lula deve aproveitar. É o apelo que fazemos daqui. O Bush está em uma situação difícil e está com vontade de fazer alguma coisa que simbolize alguma simpatia pela América Latina. Acho que esse é o gesto. E Lula tem autoridade e condições para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encontro Lula X Bush

(Pronunciamento em 4 de novembro)

Senhores Senadores, de certa forma, justiça seja feita, o atual Itamaraty está tendo um comportamento respeitável. Não digo o Governo, mas digo o Ministro das Relações Exteriores.

Volto a esta tribuna por um desencargo de consciência. Meu amigo Lula, você não pode perder a oportunidade de, amanhã, no churrasco, conversar com o Presidente Bush. Não caia na infantilidade de insistir na importância de o Brasil fazer parte do Conselho de Segurança: “Olha, Presidente Bush, contamos com o seu voto”. Já perdemos o voto da Argentina, já perdemos o voto do Chile, já perdemos o voto da América Latina. Não sei se é importante – pode até ser –, mas para o Brasil seria mais importante se estivéssemos na presidência da FAO, se estivéssemos na presidência do Banco Mundial. Pretendíamos emplacá-la e não conseguimos. Nem a presidência do Banco Interamericano. Achávamos que seria nossa, mas na hora não conseguimos.

Seria importante se a CNBB, se a OAB, se o Congresso e os partidos de Oposição fizessem chegar ao Presidente Bush esta mensagem: o Brasil, no mundo, é o País mais cruelmente tratado, mais injustiçado, mais violentado em sua economia; é aquele que paga os juros mais altos com relação à sua dívida. Nunca houve um país que pagou taxas de juros tão elevadas como as que o Brasil está pagando ao Banco Mundial. O Brasil paga taxas de juros ao Banco Mundial que equivalem a mais do que o dobro do que paga o país que está em segundo lugar. O segundo país em pagamentos percentuais de juros paga menos da metade do que paga o Brasil. Por quê? Não sei. Qual é

a razão? Não sei. Fixam taxas porque o Brasil é um país perigoso, porque investir no Brasil é duvidoso. Fixam fórmulas por meio das quais o Japão não paga nada de juros, a Europa não paga nada, e o Brasil paga uma taxa que é um escândalo!

Nós verificamos coisas estranhas. Guaribas tem fome. Mais de duas mil crianças estão há dez meses sem merenda escolar. A campanha de Lula de combate à fome escolheu como primeira cidade a ser atendida, como cidade prioritária, como cidade padrão, Guaribas. Está aqui no jornal: fome, miséria e crianças sem nada, sequer a merenda!

Este é o Brasil. E amanhã Lula vai falar com o Presidente Bush no pior momento político do Presidente americano, desde que foi eleito numa eleição fraudulenta – parece mentira, mas isso aconteceu nos Estados Unidos –, quando na revisão de votos o candidato democrata estava em véspera de ganhar, a Suprema Corte suspendeu a recontagem e deu ganho ao Sr. Bush. Foi reeleito não por causa da sua capacidade – que ele tem –, mas por causa da infantilidade do candidato democrata na hora do debate.

Nos Estados Unidos, não há programa de televisão “colorido”, não há os Dudas Mendonças, que preparam os candidatos e formam a personalidade deles. Lá, o programa é ao vivo.

Enquanto o Bush disse o que pensava, dura e asperamente, Deus o enviou – ele fala com Deus! – e lhe disse: “Nós temos de terminar com os agentes do mal: a Síria, o Irã, o Iraque; temos de acabar com esses agentes do mal. Vou invadir o Iraque para terminar com o demônio que lá está!”.

Enquanto o Bush falava claramente que era contra o aborto e tudo o mais, enquanto todas as pesquisas diziam que o Bush estava no chão, que já estava derrotado, o candidato democrata pensou: “Estou bem com as pesquisas, estou bem com todo mundo”. “O que o senhor acha da intervenção no Iraque?” “Pois é, não sei, vou ver, vou pensar”. “O que o senhor acha do aborto?” “Pois é, não sei, depende, vou ver, vou pensar”. Ele foi tão infeliz, foi tão irresponsável que irritou o povo americano, que pensou: “Prefiro esse Bush, que diz o que pensa agora, do que o outro, que não diz agora o que ele pode fazer depois”. Por isso, ele ganhou.

Mas, hoje, ele está no chão. Anteontem, 55% das pesquisas falaram em *impeachment* do Presidente Bush, porque ele mentiu. E algo sério para o povo americano é o Presidente mentir à nação.

O Nixon renunciou porque mentiu, quando disse que a escuta feita no Partido Democrático, no caso Watergate, não era do seu conhecimento e não tinha sido encomendada por ele. Mas ele sabia. Quando ficou provado que ele sabia, ele renunciou, para não ser cassado.

Agora, a CIA está mostrando que os americanos sabiam que o Saddam não tinha nada de armas de destruição em massa. O embaixador brasileiro dizia que não havia nada, que deixassem a ONU provar isso, e a ONU provaria. O americano fez esse diplomata ser demitido da entidade que cuidava da proliferação de armas de destruição em massa. Ele foi demitido, e a ONU foi desmoralizada.

O Conselho da ONU disse: “Não é para intervir”. França e Alemanha disseram: “Não é para intervir”. E ele interveio. Agora, a CIA está mostrando que o documento era mentiroso, que era falso, que o americano já sabia que não havia armamentos de destruição em massa no Iraque. Usaram aquilo para tentar destruir – como destruíram – o Iraque.

A imprensa americana está exigindo o *impeachment* do Sr. Bush, porque ele mentiu à nação e a levou a uma guerra destrutiva como essa, sem razão de ser.

Essa notícia está aparecendo juntamente com outra, que veio com 50 anos de atraso: a intervenção americana no Vietnã foi mentirosa. Não houve os fatos que determinaram o americano intervir no Vietnã. O que diz a CIA, por intermédio de documentos secretíssimos daquela época, publicados agora, é que o americano interveio porque precisava ter, ali, no Vietnã, forças para cuidarem, de um lado, da China; de outro, da União Soviética e, ainda, proteger o Japão.

Essas duas notícias estão causando os reflexos de um furacão nos Estados Unidos, e o Bush está vivendo, repito, a sua crise maior na Presidência da República.

O Presidente Lula disse, de uma maneira imprópria, de uma maneira infeliz, “que os brasileiros devem deixar o pessimismo no banheiro e sair à rua com otimismo”. Digo que, no domingo, Sua Excelência deve ser realmente muito otimista, firme, enérgico. Que peça um estudo à área econômica e mostre que estamos pagando tantos

bilhões de dólares em dívidas de juros. Não queremos moratória; não queremos fazer como a Argentina, que não pagou e não aconteceu nada com ela. O País está vivendo muito bem, obrigado!

Queremos um diálogo, queremos mostrar a situação de miséria e de fome do nosso povo e queremos que, dessa importância fantástica de mais de 100 bilhões que enviamos de juros – só de juros, sem tocar no principal –, um terço dessa quantia, que é cerca de 50 bilhões, durante 10 anos, seja aplicada, com a fiscalização da ONU, com a fiscalização da FAO, com a fiscalização do Banco Mundial ou de quem quiser, no combate à fome e no desenvolvimento da educação e da infra-estrutura.

Senhor Presidente, creio que um projeto como esse, uma proposta como essa, que leva em conta o pensamento do Brasil inteiro, é importante. Essa proposta não é nova, porque o próprio Presidente Lula, na ONU, no ano passado, falou sobre ela. O próprio Papa João Paulo II falou dela quando se dirigiu à ONU, que dever-se-ia conceder um empréstimo às nações para que elas combatessem a fome e a miséria. O próprio Presidente do Tesouro americano disse que seria justo e compreensível que uma parte desses juros – que o Brasil tem pago com tanta fidelidade – fosse destinada a equacionar o problema social. O próprio Presidente do Banco Mundial fez essa afirmativa.

É muito importante para nós fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, porque, no Conselho de Segurança, tem de haver países como o Brasil, como a China, como a Índia; países que são importantes e que não se justifica que não façam parte. Tudo bem! Mas um Brasil passando fome, um Brasil com uma miséria como essa! Se nos derem esses 60 bilhões por ano para serem aplicados, daqui a 10 anos nossa economia estará tão forte e tão pujante que provavelmente entraremos naturalmente para o Conselho da ONU.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Senadora.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Senador Pedro Simon, tenho uma convivência com V. Ex^a de longa data dentro do PMDB. Cada vez

que V. Ex^a assoma a esta tribuna – e não apenas no plenário do Senado –, a sua presença tem um significado muito grande para este País, principalmente neste momento tão conturbado, em que temos tanta carência de lideranças fortes, capazes de nos indicar um rumo. Sinto-me até intimidada, Senador, aqui, deste meu lugar, sentada, ouvindo V. Ex^a; não só agora, mas durante esses anos todos, em que aprendi, na nossa militância, a admirá-lo pelo seu posicionamento. Cada vez que V. Ex^a assoma a esta tribuna para expor idéias, pensamentos tão pertinentes, tão importantes, o momento é muito importante. E, hoje, nesta manhã de sexta-feira, as colocações de V. Ex^a, de uma certa forma, me remeteram, em devaneio, a uma outra época e me lembrei de uma outra figura que conseguia, ao assomar à tribuna, parar praticamente todos os movimentos dentro deste plenário, que foi o Senador Brossard. V. Ex^a hoje tem um significado muito forte neste País. É uma referência nacional que devemos respeitar e enaltecer. Não faço aqui nenhum jogo de rasga-seda, apenas gostaria de, neste momento, prestar a V. Ex^a – não só pelo que diz hoje, mas em todos os seus pronunciamentos – a homenagem que merece.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o carinho e o afeto de V. Ex^a, que ditaram a gentileza de seu aparte.

Penso que, realmente, existem momentos em que não podemos nos deixar levar pela paixão, que nos conduz a um lado só. Agora, estamos vivendo isso. A manchete do *Correio Braziliense* – que é de uma capacidade e de uma competência muito grande, principalmente em suas manchetes – de ontem... Quando fui tomar café, olhei e me assustei. A manchete era esta: “Os americanos estão chegando”. Eu disse: Meu Deus, será que eles estão invadindo e eu não sei de nada? Quer dizer, a primeira reação foi essa. Depois, eu me acalmei. É o Presidente que está chegando.

Hoje, a manchete do *Correio Braziliense* diz isto: “Olha só quem pagou o mensalão: o BB”. Essa é a manchete que deve estar empolgando o Brasil hoje. O Relator da CPMI dos Correios conseguiu um fato extraordinário: mostrar – como falei desta tribuna ontem – que o Banco do Brasil, ninguém mais do que o Banco

do Brasil, é a primeira fonte provada do mensalão. Inclusive, para propaganda não feita, mas prevista de ser feita, o Banco do Brasil, algo que nunca fez na vida dele, adiantou dinheiro ao cidadão para o cidadão dar para o PT. A primeira fonte de financiamento se chama Banco do Brasil – e o diretor do PT que agora está gozando os capitais de férias.

Esta é a manchete de hoje. A manchete de amanhã será: “Fora, Bush”, que acho normal. Na Argentina, já apareceram milhares de “Fora, Bush”. Acho normal. A convite meu, o Bush não viria ao Brasil, não tem motivo. Mas, devemos reconhecer que nem ele vem porque quer, nem o Presidente Lula o convidou. Ele veio participar, na Organização dos Estados Americanos, de uma reunião da Cúpula das Américas na Argentina, em Mar Del Plata, e não quis criar um caso de diplomacia – visitar a Argentina e não passar pelo Brasil. Ele, que ainda não veio ao Brasil nenhuma vez, desde o seu primeiro mandato, resolveu chegar aqui sábado à noite. E vai parar Brasília sábado à noite. O hotel vai ficar fechado sábado à noite, o espaço aéreo... Eu, por exemplo, vou amanhã de manhã para Porto Alegre, porque, se não for, estou liquidado. O espaço aéreo de Brasília estará fechado, para ele dormir no hotel e, no outro dia, comer um churrasco. Sai do churrasco, pega o avião e vai embora.

Acho que o que temos de fazer é cobrar do Presidente Bush uma posição em termos de suavizar a dívida externa brasileira. Sei que a TV Senado é assistida por milhares e milhares de brasileiros. Enviem uma correspondência para o Presidente do Brasil, mandem uma correspondência ao Palácio do Planalto. Mandem individualmente. Os deputados estaduais e federais, empresários, estudantes, jovens, mandem, para que tenha um mar de mensagens entre hoje e domingo no Palácio do Planalto, pedindo ao Presidente Lula: cobre do Presidente Bush um corte no pagamento dos juros, para ser aplicado na miséria do povo brasileiro.

Acho que, se fizessemos isso, se a CNBB pedisse para que suas entidades fizessem isso, se a CUT, os cidadãos e a OAB fizessem isso, se houvesse um mar de manifestação, teria um peso muito importante. Seria amanhã e domingo aqui no Palácio, mas repercutiria no mundo inteiro. Repercutiria no Congresso do Brasil, na Assembléia Geral das

Nações Unidas, onde, dentro em pouco, Lula falará em nome do Brasil. Acho que causaria uma repercussão muito importante se parássemos um pouco de olhar para os graves problemas que estamos vivendo e olhássemos um pouco para o maior de todos os problemas, que é a nossa dívida externa.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu estava ouvindo V. Ex^a do meu gabinete e vim até aqui para me solidarizar com V. Ex^a pelo discurso que faz na manhã de hoje, principalmente neste momento em que V. Ex^a faz a sugestão muito oportuna para que todos nós, todos os que podemos falar em nome do Parlamento e do Brasil, como as associações e a CNBB, mandemos uma mensagem para realmente sairmos dessa imensa e impagável dívida, que sufoca o povo brasileiro. Não podemos nos conformar! É o que V. Ex^a está dizendo. Que sobre alguma coisa para se aplicar aqui. Podemos gerar empregos. Os R\$10 bilhões que o Presidente Lula prometeu são viáveis no campo, no programa do biodiesel. V. Ex^a sabe que podemos empregar 10 milhões de famílias no campo, produzindo o óleo necessário ao País. Parabenizo V. Ex^a pela oportuna colocação que faz e o cumprimento pelo discurso que faz nesta manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a. Senhor Presidente, insisto ao telespectador para que passe uma mensagem – que hoje é tão fácil, simples e até gratuita – ao Presidente da República, apelando, você, estudante; você, operário; você, empresário; você, intelectual; você, deputado; você, bispo, para que ele defenda os interesses do Brasil e faça chegar ao “senhor do mundo”, o Sr. Presidente Bush, imperador de tudo e de todos, que este País, num crescendo, crescendo, vai iniciar a caminhada, exigindo um tratamento justo, e que apenas um terço do pagamento dos juros da dívida externa, realmente impagável – e não estamos discutindo isso, queremos continuar pagando os juros –, fique aqui. E que não fique à disposição do Brasil para aplicar aqui em mensalão ou em coisa que o valha, mas que haja fiscalização externa na aplicação no social, na fome, na agricultura, na educação e na infra-estrutura.

Essa oportunidade é real. Creio que essa chance não pode ser perdida. Exatamente no momento em que o Presidente Bush está no chão na sua credibilidade, ele vai receber com muito respeito.

E nessa hora que, cá entre nós, o Lula está em baixa, de paulada mais paulada, de repente, receber uma mensagem de apoio no sentido de que ele nos representa numa medida positiva, acho que fará bem ao Presidente. Fará bem para o Presidente receber, fará bem para o Presidente chamar o Presidente Bush e mostrar que está recebendo do Brasil inteiro esse pedido. Apenas isto: de R\$150 bilhões, que um terço fique no Brasil. Nós, que hoje estamos chorando porque o que era para ser gasto na infra-estrutura, R\$3,8 bilhões, está encalhado, e está encalhado porque não temos nada para aplicar em lugar nenhum, a não ser na dívida.

No tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu dizia que o Sr. Ministro da Fazenda queria ganhar um quadro do tamanho da parede do lado externo do Banco Mundial, por ter sido o maior herói, o que deu mais lucro àquele banco em toda a sua história. Ainda bem que o banco não o fez. Porque, se tivesse feito, agora teria de retirar o quadro, porque o Sr. Palocci está ganhando longe.

Quem diria que o Ministro da Fazenda do PT estaria deixando para trás o Ministro da Fazenda do Sr. Fernando Henrique? Quem diria? O Ministro da Fazenda do Sr. Fernando Henrique, que, convém que se diga, é um homem que eu respeitava por seu tom de seriedade – ele era conservador, ele era aquilo, mas ele era aquilo.

Amanhã poderá ser domingo, um dia muito importante. Eu gostaria, realmente, se a carne do churrasco fosse gaúcha, mas não há obrigação para isso. Hoje temos no Brasil inteiro uma carne melhor que a outra. Só que não há carne-de-sol. Se fosse o Sarney, era capaz de querer fazer um churrasco de carne-de-sol, e aí ia complicar.

O vinho pode ser do Rio Grande do Sul, para o americano ver, já que americano que se preza só toma vinho da Califórnia. O consumo de vinho nos restaurantes mais importantes é de vinho da Califórnia. Você vai a Nova York, em Washington, em qualquer restaurante, o mais grã-fino, o vinho mais caro é o da Califórnia. Depois vêm os vinhos da França, da Alemanha, da Itália, da Espanha. Eles valorizam o que é deles.

Podem até servir o vinho da Califórnia, para servir à vaidade do Sr. Bush, mas nosso Presidente deve entregar uma proposta neste sentido: “Presidente Bush, eu agora estou indo para a Assembléia Geral das Nações Unidas, e lá a Venezuela é importante, a Colômbia é importante, a América Latina é importante, o mercado latino-americano, Mercosul, é importante, mas a tese que vou levantar é que o Brasil precisa que um terço do que ele está pagando de juros da dívida externa fique no Brasil, pelo prazo de dez anos, para o nosso desenvolvimento.

Faça isso, Presidente, talvez seja o primeiro gesto que realmente ficará na história de V. Ex^a.

Muito obrigado.

Criação da Super Receita

(Pronunciamento em 18 de novembro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ficamos aqui nesta sexta-feira – tínhamos compromissos inadiáveis em Porto Alegre –, para votar esta medida provisória. Pretendia votar contrariamente, porque achava – e continuo achando – que é uma provocação uma matéria dessa importância e desse significado ser enviada por medida provisória. É uma humilhação para o Congresso Nacional que a Câmara dos Deputados se debruce nessa matéria o tempo que quiser e nos deixe ficar aqui um final de semana para votar.

Preparei-me para debater e analisar essa matéria, mas parece que não haverá *quorum*. É triste a medida provisória. Quando vejo medida provisória, é a única vez em que olho para trás, vejo a ditadura militar e sinto que temos algo hoje que era pior do que quando funcionava a ditadura militar. A ditadura militar tinha o decreto-lei, que era mandado para cá. Se não o votávamos, era considerado aprovado – o que era um escândalo. Aprovado, estava aprovado, não tinha mais o que fazer. A medida provisória vem e se repete. E o Governo, de uma maneira impatriótica, acomodou-se. É muito melhor votar uma medida provisória do que mandar para cá um projeto de lei que possa ser debatido, analisado, discutido. Então, o Governo achou ótimo. E não é este Governo. O Governo Fernando Henrique e os anteriores se viciaram nisso. Medida provisória: dois ministros conversam, no final da tarde, e decidem que é interessante. Baixam uma medida provisória e telefonam para o *Diário Oficial*. Estancam o *Diário Oficial* para mandar uma medida provisória. No dia seguinte, está no *Diário Oficial* e

vira lei. Todo mundo tem de cumprir. O Congresso Nacional chega a ser supérfluo. Para que o Congresso Nacional? O Congresso Nacional atrapalha, porque atrapalha esse negócio de ter de discutir, debater, de ter de ouvir o povo, a sociedade. Então, estamos nesta realidade, esta triste realidade de hoje, em que uma decisão política que se deve tomar, por falta de *quorum*, não será tomada e, conseqüentemente, cairá a medida provisória.

Eu estava aqui para – não escondo o meu pensamento – votar contra. Alguém disse: “Não, não vai”. Vou e voto contra. Estou satisfeito com a decisão, mas lamentando a fórmula.

Mas estou aqui, neste momento, para lamentar profundamente: cadê a CPI do Mensalão? O que aconteceu? Mas, de repente, não mais que de repente, sai no jornal: vence amanhã o prazo. Eu não vi o bravo Presidente Amir Lando – um homem competente, que foi o extraordinário Relator da CPI do *Impeachment* – falar, não o vi conversar. Não ouvi o Relator dizer uma palavra. De repente, amanhã vai vencer. Pus-me a campo, comecei a assinar. A informação que eu tinha era a de que havia mais assinaturas do que as necessárias. Acho que dividiram, e uma das assinaturas falava em 120 dias e outras assinaturas falavam em 30 dias.

Eu achei – e não é a primeira vez que eu discordo do ilustre Secretário-Geral da Mesa – que, se há assinaturas com 120 dias e há assinaturas com 30 dias, estava prorrogada por 30 dias, porque os que queriam 30 dias não aceitavam 120; agora, os que queriam 120 poderiam aceitar os 30 dias e, depois, durante os 30 dias, pedir mais 30 dias. Mas, de repente, morreu a CPI. O engraçado é que não vejo meu querido amigo Amir Lando. Achei que ele estaria aqui para falar, protestar. Abri os jornais e não vi nada. Acabou a CPI.

Não nego que houve um exagero de CPI. Nós criamos a primeira, que foi aquela que se originou da gravação em que o Waldomiro foi flagrado recebendo dinheiro e dizendo que dava dinheiro para governadores e candidatos. Quando pedimos aquela CPI, no início do Governo, e que as lideranças da Maioria nesta Casa negaram, não deixaram criar e o Presidente do Senado não criou, não designou os nomes que deveria designar, o Senador Jefferson Péres e eu entramos no Supremo, que nos deu ganho de causa por nove a um. Mas passou

um ano e nove meses e, durante esse tempo, os escândalos se multiplicaram, porque a decisão das lideranças de dizerem que só haveria CPI quando quisessem foi um *habeas corpus* para quem quisesse fazer corrupção. E fizeram. E saiu uma CPI. Havia a nossa, que estava indo bem, mas resolveram criar a do Mensalão.

A CPI dos Correios deixou para a CPI do Mensalão o levantamento das contas dos parlamentares que receberam o dinheiro – R\$9 milhões um, não sei quantos milhões outro –, mas a CPI do Mensalão não fez esse levantamento, não abriu as contas e não pediu a verificação das contas daqueles parlamentares que receberam uma montanha de dinheiro, como o então Líder do PMDB do Paraná, que, graças a Deus, renunciou e que faça bom proveito. Ele pegou uma montanha de dinheiro para ele? Não. Houve mais gente. Não o convocaram para depor, não abriram as contas dele para ver quem mais recebeu dinheiro. O boato que anda por aí, a calúnia que anda por aí – acho que o boato e a calúnia são verdadeiros – são os de que o arrego foi feito para a CPI não funcionar, para não abrirem as contas. E fica no que está aí. Os que foram pegos com a mão na botija, os que foram lá no 9º andar, na sede do Banco Rural e pegaram o dinheiro, os que foram no apartamento do banco com a secretária do empresário mineiro e pegaram mala de dinheiro estão aí e provavelmente serão cassados. Mas o presidente do PL, que pegou uma montanha de dinheiro – nem me lembro do valor –, talvez para distribuí-la à sua bancada, é deixado quieto, não se quebra o sigilo das contas dele e não se investiga onde foi parar o dinheiro.

É muito feia a decisão da CPMI do Mensalão de não fazer o trabalho que deveria fazer. Assim como a atitude do PT, que criou a comissão sob o argumento de que queria verificar compras de votos que existiriam além das compras de votos de hoje, como no caso da emenda da reeleição do Presidente Fernando Henrique, mas também ficou quieto. Não ouvi protesto do PT, não ouvi protesto do PSDB, não ouvi protesto do PFL e vejo o PMDB acomodado. Começo a desconfiar que, afora o nosso bravo Chefe da Casa Civil – que Deus o ajude, relegado que foi à própria sorte pelo PT e por Lula –, o presidente do PTB, que fez a denúncia e foi o primeiro a ser cassado, e mais alguns que estão aí, ninguém mais será tocado. Ficarão tudo por isso mesmo.

Os fundos de pensão, o Banco do Brasil, Furnas, Petrobras, o dinheiro público que veio de lá, tudo vai ficar por aí. Lamentavelmente, este momento gravíssimo da política brasileira, que poderia dar ensejo à afirmação e à transformação da sociedade e da política do País, vai ser desperdiçado.

Justiça seja feita: o Senado votou. Votamos uma emenda constitucional de reforma partidária e eleitoral por meio da qual se criava verba pública de campanha; estabelecia-se que a propaganda de televisão só poderia ser feita ao vivo; criava-se a fidelidade partidária; reunia-se o quadro de número de partidos; reduzia-se a participação econômica na campanha eleitoral falando-se até em voto distrital ou em lista partidária. O projeto foi à Câmara, os meses se passaram, e a Câmara Federal não fez nada.

Por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, esta Casa – é importante lembrar que o fez por unanimidade – votou um remendo sabendo que era remendo, mas sem abrir mão da reforma profunda que votamos. Assim fez como que para dizer: “A nossa reforma constitucional não pode mais ser votada porque a Câmara Federal ainda não votou”. A Câmara deveria ter votado e mandado de volta para esta Casa para ser aprovada antes do dia 30 de outubro.

Votamos uma alteração no processo eleitoral por meio do qual reduzíamos os gastos de campanha, proibíamos os comícios, obrigávamos que os programas de televisão fossem transmitidos ao vivo, estabelecíamos que cada candidato tivesse uma conta com seu respectivo número. Com essa última medida, o caixa dois desapareceria, porque nessa conta apareceriam todas as contribuições recebidas; não seria como agora, quando surgem inúmeras informações sobre doações de campanha irregulares e fica por isso mesmo. Votamos um projeto muito bom, mas a Câmara o engavetou.

Dizem que a Câmara não gosta que o Senado vote iniciativas, que a Câmara acha que o Senado é uma casa revisora e quem tem de dar a palavra final é a Câmara. Então por que a Câmara não mandou um projeto próprio para cá? Por que a Câmara não aproveitou um projeto seu sobre o assunto e o mandou para cá? Garanto que, se tivesse feito isso, em 48 horas nós o teríamos devolvido à Câmara.

O que lamento é que aquilo que eu imaginava que pudesse acontecer – que esse quadro de melancolia, esse quadro dramático que vive o Brasil, ao final, serviria de adubo para favorecer o surgimento de uma nova realidade – não está acontecendo. No ano que vem vamos para uma eleição igual à que houve. Nossa única salvação é o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral exorbitar de suas funções, ir além do que ele tem direito, e, em vez de regulamentar apenas, legisle, faça um pouco daquilo que o Senado não fez. Aí pode ser que ele melhore um pouco. O resto já está, não temos o que fazer.

Com relação ao espírito das lideranças partidárias para apurar, hoje começou o enterro. Hoje se enterrou a CPI do Mensalão, e não é um enterro qualquer. Embora sem choro nem vela, sem caixão nem viúva para chorar, sem uma palavra, tem muitos responsáveis ali. Eu não tenho dúvida de que ela não morreu naturalmente: muita gente costurou a sua morte, até fingindo assinar. Uns queriam 30 dias, outras queriam 120 dias. Em minha opinião, a posição de quem queria 30 poderia prevalecer, porque teríamos pelo menos mais um mês. Não aceitaram e morreu a CPI do Mensalão. Jogaram uma pá de cal no escândalo que estamos vivendo. E desta vez parece que o Congresso Nacional, em vez de selecionar e sair com dignidade, como saiu no *impeachment* de Collor, como saiu da CPI dos Anões do Orçamento, vai fingir, vai fingir muito bem – vai cassar o Chefe da Casa Civil, já cassou o Presidente do PT, do PTB e fará mais algumas coisas –, e o resto vai ficar como está.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Resgate da ética e da dignidade

(Pronunciamento em 24 de novembro)

Senhor Presidente, Srs. Parlamentares, o *JB*, tradicional jornal que tem uma história magnífica no jornalismo brasileiro, realizou na segunda-feira, com a *Gazeta Mercantil*, no Rio de Janeiro, um seminário diferente dos tradicionais, um seminário para o qual convidaram representações da sociedade civil, tendo por objetivo alternativas de moralização da política como um caminho para melhorar a auto-estima da sociedade brasileira. O tema do seminário era “Resgatando a Dignidade: Ética, Estado e Sociedade”.

O episódio, evidentemente, foi marcado por críticas ao Governo, à sociedade brasileira, aos governos antecessores ao atual. Mas o importante a salientar era o espírito determinante de realização do seminário: o que vamos fazer? Como vamos sair desse dia a dia em que vínhamos de tão longo tempo? Parece que estamos dentro desse redemoinho do qual não temos condição nem capacidade de dele nos afastar.

Interessante a publicação que o jornal fez. Impressionante a palestra do ex-Presidente Itamar Franco, em que analisa, com base na experiência que teve como Presidente da República, o que fazer e como fazer para retomar o caminho da dignidade e da ética. Interessante o pronunciamento do hoje meu companheiro Delfim Netto, principalmente a análise que faz dos números, mostrando que crescer mesmo, nos últimos vinte anos, o Brasil cresceu foi naqueles dois anos de Itamar Franco. E mostra os números. Ele faz a apresentação do Governo

Sarney, do Governo Collor, do Governo Itamar, do Governo Fernando Henrique e do Governo Lula. É interessante essa análise.

O Senador Jefferson Péres fez uma análise dura dos segmentos da sociedade, da formulação do dia-a-dia, como e o que podemos fazer para alterar esta realidade; o Ministro Humberto Souto, com sua experiência de Deputado e de Ministro do Tribunal de Contas; esse homem extraordinário por quem tenho um carinho especial, o Dr. Dalmo Dallari, com suas experiências, com sua história dentro da Igreja e sua participação dentro do movimento do PT. Eu nunca o tinha visto falar, mas era um admirador extraordinário do Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, que fez um pronunciamento de uma rigidez, mostrando a responsabilidade da OAB e da sociedade brasileira para sairmos deste imobilismo de assistir sem participar, de assistir sem inovar, sem mudar, sem modificar, olhando e vendo o País passar.

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Luiz Fux, a dignidade das relações entre Estado e sociedade; a Ministra Nilcéa Freire, sobre o problema das mulheres; Sidney Possuelo, indigenista; Frei David; Stédile, falando sobre o problema dos sem-terra na realidade de hoje; Orlando Diniz; o Professor Jorge Alberto Costa e Silva, membro da Academia Nacional de Medicina, psiquiatra, que faz uma análise que considero da maior importância, quando fala que a neurociência demonstrou recentemente que existe uma região no cérebro responsável pela formação dos valores éticos, e está localizada no córtex frontal, onde os circuitos neuronais se formam entre os 10 e 25 anos de idade. Qual é a influência do que está ocorrendo, nessa etapa, nessa época de formação, sobre a mocidade que assiste a tudo pela televisão? Qual é a influência que ocorre na formação dessa gente? Esse psiquiatra deu realmente um *show* nesse sentido. Como a nossa mocidade interpreta o dia-a-dia? Como a nossa mocidade interpreta as novelas de televisão, o que elas mostram, o que elas orientam e o que elas estimulam? Como a nossa mocidade lê os jornais do dia-a-dia, mostrando que parte da sociedade é bilionária e parte morre de fome por não ter o que comer? Como o cérebro dessa gente se forma? Como elas vão se preparar para o dia de amanhã? Repito, é interessante a análise feita: “A neurociência demonstrou recentemente que existe uma região no cérebro responsável pela formação dos valores éticos”.

Existe uma região no cérebro responsável pela formação dos valores éticos, localizada no córtex frontal, onde os circuitos neuronais se formam. A formação ética do cidadão ocorre exatamente entre os 10 e 25 anos de idade.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Entre os 10 e 25 anos, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Entre 10 e 25 anos. Ainda não chegou à idade da Senadora Ideli Salvatti.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Estávamos comentando como é importante este assunto e como descuidamos disso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou vendo o trabalho e o desenvolvimento de S. Ex^a, e como vem progredindo. Estou otimista, porque ela ainda não chegou aos 25 anos, mas já está avançando.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, como sempre, é um prazer escutá-lo, sobretudo quando traz um tema como este. Eu me atrevo, por meio de um pequeno aparte, a dar uma opinião. Primeiramente, V. Ex^a pergunta como fica a cabeça desse pessoal vendo esta realidade. Pergunto: como fica a cabeça desse pessoal vendo esta realidade sem que tenha tido uma boa escola que o forme e que lhe permita criar um filtro de análise da realidade? Esta é a grande tragédia brasileira: não só o que se vê desses programas, mas também a incapacidade, a falta de formação para se ver bem. Além disso, Sr. Senador, V. Ex^a se refere como ver essa riqueza diante da pobreza. Creio que hoje se começa a ver com naturalidade – não mais com a indignação de quem deseja consertar a desigualdade, mas com a naturalidade de quem a aceita. Tenho a impressão de que o fim do socialismo no mundo tirou de voga a idéia da luta de classes, mas colocou no lugar a luta de egoísmos, que é mais grave do que a primeira. A luta de

classes permitia o diálogo e a guerrilha, se fosse possível, para que um vencesse o outro. A luta de egoísmos impede a generosidade de alguns lutarem pelos outros. Por isso, felicito V. Ex^a, e acredito que o tema deveria ser discutido aqui durante dias e dias. Vale a pena gastar tempo para discutir como a nossa juventude vê a realidade brasileira hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Senado está realizando um simpósio sobre Celso Furtado. Fui às lágrimas com a retrospectiva que fizeram sobre o Celso, sobre a vida dele, e fiquei comovido com o discurso de Waldir Pires. Realmente, ele está sofrendo a morte de sua querida Iolanda.

A Maria da Conceição Tavares fez um pronunciamento que anotei pelo seu significado. Ela diz que é uma perdedora, que tem 78 anos e que, desde os 18 anos, está acostumada a perder. É claro que, nessa perda, inclui o PT, ao qual se filiou, e o MDB, ao qual era afiliada e por quem era apaixonada, e se desiludiu. Ela diz que não só no Brasil e na América Latina, mas no mundo, estamos caminhando para trás no que concerne às relações entre capital e trabalho, capital e Estado e Estado e cidadãos. O que chamam de flexibilização dos direitos trabalhistas e da movimentação de capitais e a redução e a privatização das políticas de saúde e previdência social constituem, diz ela, políticas regressivas, que retomam padrões primitivos, como acontece com o retorno ao modelo agrário exportador.

Na verdade, Sr. Presidente, acho que está na hora... No meio de toda essa confusão que estamos vivendo, que nos deixa realmente preocupados, no sentido de como vamos sair disso? Eu não sei. Torço para o Palocci, porque acho que, nos debates que está travando, embora eu não seja da sua política econômico-social, pelo menos ele respira um tom de seriedade que este Governo não tem.

Eu gosto da Dilma...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Senador. V. Ex^a pode não segui-lo, mas quando S. Ex^a esteve na reunião em nossa Comissão, disse que V. Ex^a era o ídolo dele. E disse mais, que sempre se dirigiu na vida política mirando e procurando V. Ex^a como exemplo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por isso que gosto dele. Acho o estilo, a seriedade dele... Houve um deputado brilhante na Câmara dos Deputados, que fez um aparte que achei grosseiro. Ele é competente, falou, mas saiu do normal e abusou. Fiquei assistindo pela televisão com pena do Ministro. Mas não sei, de repente o Ministro demoliu o deputado. O deputado, que já é magrinho, foi ficando mais magrinho, quase desapareceu.

Eu gosto da Dilma Rousseff, porque ela tem padrão, tem estilo. Ela está lutando, está tendo garra. Eu gostei, por exemplo, quando a Ministra Dilma não se meteu na escolha do Presidente da Câmara dos Deputados. Quem fez a movimentação foi o Lula. Quem chamou o candidato do PTB foi o Presidente. Quem chamou o candidato do PP, quem ofereceu o Ministério foi o Lula diretamente. Isso foi feito no gabinete dele. Ela não se movimentou.

Eu vejo que alguém tem de fazer alguma coisa, porque estamos nos arrastando.

Eu não sei se sou ou não candidato ao Senado. Não sei nem se o PMDB do Rio Grande do Sul vai me dar ou não legenda, porque lá não há as alianças que são necessárias. Eu tenho, como Presidente do partido, a obrigação de colocar à disposição o cargo do Senado, para fazer uma aliança, para que o governador seja do PMDB. Para ser governador, eu não tenho mais idade nem disposição.

Mas há outra coisa. Talvez V. Ex^{as} não acreditem, mas o que me leva a continuar na política é só uma coisa: eu tenho vergonha de sair, porque parece que eu estou fugindo. Sair agora? Quando eu olho para mim, lembro que eu tinha vinte e cinco anos, era um guri! Estou trabalhando noite e dia, dia e noite, pensando que é para o bem do meu País, e está tudo pior agora. O que eu posso dizer? Eu fui ministro da Agricultura e o que melhorou? Eu fui governador do Rio Grande do Sul e o que melhorou? Eu fui deputado estadual durante dezesseis anos e o que melhorou? Sou senador da República há vinte anos e o que melhorou? O que hoje está melhor do que no tempo de Juscelino, quando eu estava começando? O que hoje é melhor? O que há de melhor na ética, na moral, na dignidade, no conteúdo, no contexto da sociedade que se deva aos políticos? O que a classe política fez para melhorar?

As mulheres estão conquistando um espaço muito maior? Sim. Por causa da classe política? Não, simplesmente porque elas estão conquistando. Repito: elas estão conquistando. O Banco do Brasil não poderia se dar ao luxo de não aceitar mulher em seu quadro nem a Justiça brasileira. Como a Igreja Católica, não poderiam se dar ao luxo de dizer que mulher não entra no Banco do Brasil nem pode ser juíza ou promotora. Isso passou. Hoje há mulheres nesses órgãos. Essa evolução foi natural. Fico pensando nisso.

Vejo ali o Senador Antonio Carlos Magalhães, homem polêmico, muito polêmico, que tem muitos amigos, mas alguns adversários. O que ouço falar de S. Ex^a é que o Senador é um homem sério no Governo do Estado. Na política, alguns discutem, mas outros dizem que ele é sério. Os homens que colocou no Governo, os governadores que apoiou fizeram um Governo sério. A equipe que conseguiu montar é séria. Isso é algo importante que não se consegue fazer no Brasil. Em alguns lugares, isso acontece, mas, no contexto brasileiro, não.

Se pudessemos fazer, paralelamente ao Senado, um clube de formação da sociedade brasileira, onde discutíssemos como é e como poderia ser...

Há tantas coisas que podemos discutir, votar... Sinto-me mal quando pego um projeto de lei frio; muda ali, não adianta; uma vírgula aqui, e sabe-se que vão interpretar como querem. O tribunal interpreta como bem entende, na hora de fazer. Aliás, o Sarney dizia uma coisa muito importante, quando fui ministro dele. S. Ex^a, quando assinava, dizia: “O que mais me dói é ver que estou assinando aqui uma importância ‘x’ para uma entidade social e vou saber que, no final, 10% chega lá, o resto fica no meio do caminho”. Mais ou menos, é isso que acontece.

Então, como vamos mudar isso?

Hoje, nos Estados Unidos, é Dia de Ação de Graças. No Brasil, também, mas, nos Estados Unidos, hoje é o dia mais festivo. Há coisas fantásticas que aparecem. Apareceu, na televisão, o Bush soltando dois perus, porque hoje é o dia em que todo americano come peru. Então, ele solta dois perus, que vão direto para o zoológico da Califórnia. Ganharam a liberdade, quer dizer, foram salvos da morte. Mas hoje é um dia em que eles cultivam a pátria deles. O americano tem amor

pela terra dele. Cá entre nós, o argentino tem amor pela terra dele. O argentino tem um orgulho até exagerado pela terra dele. É aquela história com que brincamos, não vou dizer aqui, senão o Embaixador termina escrevendo uma carta para cá. Em um país, não sei qual foi, diz-se que se o comprássemos pelo que eles valem e o vendêssemos pelo que eles pensam que valem, ficaríamos milionários.

Mas, no Brasil, não tem isso. E agora até no futebol. Conseguiram avacalhar o campeonato brasileiro. O técnico da Ponte Preta, time que vai jogar com o Corinthians, renunciou porque não quis escalar os reservas, porque a Ponte Preta vai colocar os reservas para perder certo para o Corinthians. O que é isso, meu Deus do céu? Com que valores estamos vivendo? Alguém já disse que os juízes, para falar como eles estão falando, devem estar ouvindo as nossas CPI, e, como ouvem as pessoas falarem lá, eles também estão falando: eu errei, eu nem me dei conta de que errei, mas eu não queria errar. Eu na hora acertei e fui ver que errei.

Temos de fazer alguma coisa. Não é possível nos acomodarmos à frieza de votar os projetos de lei que sabemos que não têm peso, não têm consistência, e o Congresso Nacional fica reduzido a não sei o quê. E aí volto à pergunta do psiquiatra. Meu filho está com 12 anos. O que ele está aprendendo? No Colégio Mackenzie, recebeu alguns bilhetinhos perguntando quanto o pai dele recebe de mensalão. E ele veio falar comigo, perguntando. Mas esta é a realidade. Este é o Brasil em que estamos vivendo.

A imprensa – e é natural no mundo inteiro – já tem uma questão de só publicar o que é ruim. Tu tens dez qualidades e dois defeitos. Tuas dez qualidades, tu morres com ela, teus dois defeitos estão na manchete de jornal.

Outro dia, um jornal do Rio Grande do Sul botou em manchete, como se fosse uma grande coisa, o Sr. Pedro Simon fazendo a barba e as unhas na barbearia do Senado. E da maneira como estava, parecia que era um grande escândalo. Eu disse: “Não, vocês estão enganados, se a barbearia do Senado é a mais barata do Brasil, é um barbeiro sério, eu estou ali”. Quem não faz as unhas? Aliás, eu sempre fiz as minhas unhas, só que hoje não enxergo mais. Minha mulher é que não deixa mais, quando vou ver sai sangue de tudo quanto é lado. Aí minha mu-

lher me proibiu de cortar as unhas. Mas apareceu uma manchete como se fosse um escândalo o Pedro Simon estar cortando o cabelo e fazendo as unhas na barbearia do Senado. Ainda se fosse um salão de luxo, não sei mais o quê... Então, já é colocado o lado negativo.

Tenho um projeto de lei, como eu gostaria que ele fosse aprovado! Cada estação de televisão, uma hora em horário nobre por dia, tem de ter um programa voltado para a ética, para a moral, para a dignidade e para a família. Cada um vai escolher o que quiser, uma novela, um programa educativo, o que quiser, mas durante uma hora esses jovens de até 19 anos vão assistir a um programa que lhes dê orientação; vão ver que há coisas diferentes, que tem outro lado.

Muito obrigado.

Votação do Orçamento da União

(Pronunciamento em 12 de dezembro)

Agradeço a Deus poder estar aqui após uma cirurgia que foi longa para mim, porque durante três anos eu a adiei. Cirurgia de coluna é sempre assim: sempre há um médico contrário. Dez eram favoráveis à cirurgia e um, contra. E eu ficava do lado daquele que era contra. Até que, certo dia, o que era contra mudou de idéia. Então, não tendo mais desculpa, tive de me submeter à cirurgia. Hoje me arrependo de não ter sido operado antes. Encorajo a todos os telespectadores da TV Senado e que têm problema como o meu, que tenham coragem e façam cirurgia, pois hoje ela é muito mais simples do que parece e o alívio é qualquer coisa de extraordinário.

Voltando a esta Casa, fiz questão de vir ao plenário, porque, nos dias que antecederam a cirurgia até quando fui operado e depois no resguardo, pude ver, a distância, o momento e a situação que estamos vivendo e, aos poucos, distanciando-me desta Casa, ali no hospital, identificando-me com os enfermeiros, médicos e funcionários, pude sentir que no Brasil, hoje, há realmente uma interrogação, uma angústia no sentido de saber o que acontecerá com a nossa gente. Há no Brasil um sentido de que todos se angustiam esperando que esses dias que estamos vivendo passem.

É interessante salientar que, durante os meus 50 anos de vida pública, atravessei muitas crises e as vi sempre se radicalizarem, uma parte com ódio e a outra parte defendendo. Foi assim com o Dr. Getúlio em 1954, quando os partidários de Lacerda o odiavam ao máximo e o povo o amava. Foi assim em 1964, quando o povo queria bem ao

PTB e ao próprio Jango, mas Lacerda e a UDN os odiavam. Hoje não há isso. Hoje há uma frustração muito grande, uma mágoa muito grande. Não vemos vencido e muito menos vencedor. Não vejo ninguém contente com o que está acontecendo.

Estive em São Paulo, falei com pessoas ilustres, importantes, eleitores do José Serra, adversários tradicionais do PT de São Paulo, e não havia euforia, não havia vitória, não havia alegria, não havia contentamento e não havia torcida para que as coisas dessem mal com relação ao Governo do Senhor Lula. Pelo contrário, havia uma preocupação: “Mas, será que isso não vai passar? Será que não vamos atravessar essa crise? Será que haverá um retrocesso?”

Por isso, inclusive, com todo o respeito ao Senhor Presidente, acho que ele não foi feliz quando, lá no Uruguai, disse que a Oposição tramava um golpe contra Sua Excelência, tramava a derrubada do Presidente. Não é isso o que sentimos e vemos. Que haja um sentimento de radicalização, é compreensível. Mas não vejo, no PSDB, no PFL, nos empresários, na grande imprensa, nos militares, em ninguém, um grupo que esteja buscando, torcendo, ou olhando com simpatia a deposição do Senhor Lula. Pelo contrário. Sinto uma preocupação no sentido de que o Governo se consolide, que chegue ao seu final, que atravesse esta crise, e que tenhamos uma transmissão tranqüila, ou do Lula para o Lula, se for reeleito; ou do Lula para o presidente que o suceder, se outro for eleito.

Por isso, no momento em que o Presidente, lá no Uruguai, deu aquela declaração tão dura, dizendo que o PFL e o PSDB estavam em um movimento tentando derrubá-lo, tentando o seu afastamento, estranhei, como também quando o PT, no sábado, na reunião em São Paulo, confirmou o depoimento e disse que essa era a impressão do Diretório Nacional do Partido. E a vitória foi justa, se não me engano, 36 a 35 votos, diferença de um único voto apenas. Somente um membro do Diretório era contrário à decisão de divulgar nota dizendo que a Oposição está querendo dar um golpe. Um voto apenas deu a vitória. E é estranho que, entre os favoráveis a essa posição, estivesse o Líder Aloizio Mercadante, que tem tido uma atuação excepcional nesta Casa, pela sua competência e pela sua capacidade. O Governo tem enormes dificuldades, mas ele vem levando, defendendo e tendo bri-

lhante atuação, num trabalho excepcional. Tanto que, apesar de toda a crise e das dificuldades, ele vem numa atuação crescente perante o eleitorado de São Paulo e com a sua candidatura cada vez mais afirmativa a governador do Estado. Mas o próprio Senador Mercadante diz que alguns – não são todos – realmente têm essa posição golpista.

Sinceramente não creio. Não tenho muita simpatia pelo PSDB nem pelo PFL, não me identifico com as correntes que fazem oposição ao PT, sinto-me numa posição de independência, de aprovar quando está bom e lamentar quando está errado, mas não vejo no PFL e no PSDB, nem na grande imprensa, nem em ninguém o desejo de que as coisas se compliquem e de que o Presidente seja afastado.

É bom dizermos, Sr^a Presidente, que toda esta crise que estamos vivendo nasceu dentro do Governo. Ela começou com o ilustre Deputado e então Presidente do PTB, com a sua entrevista-bomba no jornal **Folha de S.Paulo**, com a sua denúncia feita da tribuna da Câmara dos Deputados, com a sua apresentação pedindo a cassação do mandato do Deputado que era Chefe da Casa Civil. Após isso, vários integrantes do Governo repetiram essas acusações. Os parlamentares da Oposição não fazem mais que repetir, transmitir, ler nos jornais posições e afirmativas feitas por gente do Governo.

Por isso, acho que fará muito melhor o Governo se deixar de lado essa linha, se não caminhar por essa linha de fazer, no plenário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, um debate com alguns sendo chamados de golpistas e outros, de corruptos ou coisa que o valha.

Estamos num caminho complicado, em que temos de buscar a verdade. Nunca vivemos uma hora tão difícil. Faço política há muito tempo – lá se vão cinqüenta anos. Vivemos horas difíceis, muito difíceis. Não é dessa dificuldade que estou falando agora. Nós não temos uma crise institucional. Não vejo nada que atinja o mandato do Presidente Lula. Não vejo nada que nos leve a ter preocupação com que o Sr. Lula chegue ao final do seu mandato; ele vai chegar ao final do seu mandato. Não vejo nada no sentido de que os militares venham com qualquer movimento; nunca estiveram tão tranquilos. Não vejo nada no sentido de os empresários criarem um movimento como os que criaram em 1954 e 1964. Não vejo um incendiário como Carlos Lacerda querendo pôr fogo no circo e derrubar o Governo.

Vejo o contrário: nós vamos chegar, tranqüilamente, ao final do Governo Lula. Cabe ao Lula e cabe à Oposição que este final de Governo seja mais tranqüilo, mais sereno. A Oposição não pode impedir que o Governo do Lula, nesse seu último ano, faça as obras que ele acha que deve fazer. Que as faça! Já vem fazendo tarde. Por isso, apelo à Oposição: sinceramente, penso que deixarmos de votar o Orçamento não é a verdadeira oposição. Votar o Orçamento é obrigação nossa. Talvez seja a função mais importante. Existem Parlamentos no mundo que só se reúnem para votar o Orçamento. Ele é o que há de mais importante, de mais significativo, embora não tenha o peso que deveria ter e não seja imperativo, como quer o Senador Antonio Carlos Magalhães. É apenas uma sugestão, e o Presidente cumpre aquilo que quer e não cumpre o que não quer.

Creio que os nobres Líderes da Oposição, do PSDB e do PFL, deveriam votar o Orçamento até o dia 15, mas também acho que não devemos encerrar as nossas atividades. Não estamos em condições de fazer o recesso parlamentar tradicional, de 15 de dezembro a 15 de fevereiro. Soaria muito mal perante a opinião pública se, de repente, saíssemos daqui e fôssemos para as nossas casas deixando a situação como está, numa interrogação. É muito tranqüilo, não temos motivo para não fazer a autoconvocação. Não é uma convocação extraordinária feita no sentido de nos trazer de volta porque estamos em nossos estados, viajando, com o Congresso Nacional fechado. Não é isso. Vamos continuar, vamos prorrogar os trabalhos e fazer a convocação extraordinária.

E, por não ser nada de extraordinário, que o Congresso Nacional faça a autoconvocação, abrindo mão da ajuda de custo dos parlamentares. Nesta hora em que estamos trabalhando para que as comissões parlamentares de inquérito apurem o que ocorreu de errado – a imagem do Congresso Nacional já está muito ruim perante a opinião pública –, nem fica bem ouvir dizerem por aí que estamos trabalhando aqui para ganhar uma ajuda de custo a mais ou uma ajuda de custo a menos.

Então, façamos isso: amanhã, às 10 horas, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e os líderes das duas Casas vão se reunir; que eles tomem a decisão de fazer a convocação

extraordinária, e que ela seja feita com os parlamentares abrindo mão da sua ajuda de custo.

Se não continuarmos os trabalhos, ficará uma situação muito estranha – não sei nem se, juridicamente, é possível; o Senador Sarney está aqui e pode responder – a CPI trabalhar enquanto o Congresso está fechado. Pelo que estão falando, talvez seja possível juridicamente, mas seria uma situação meio estranha a CPI estar trabalhando e nós estarmos parados.

O Presidente da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, que vem tendo uma atuação das mais importantes, acha que, fechado o Congresso, a Comissão de Ética deve fechar também e só reabrir adiante.

Por isso, acho que devemos continuar o nosso trabalho rotineiramente. É claro que podemos fazer uma semana de recesso entre o Natal e o Ano-Novo, mas podemos ficar aqui por mais algum tempo, até janeiro, até essa situação ficar mais tranqüila, mais calma.

Acho que devemos estudar isso, Sr. Presidente, e caminhar nessa linha. As comissões parlamentares de inquérito estão caminhando, os seus resultados estão aparecendo, e já não sinto aquela paixão radical que tornava o clima na Comissão Parlamentar de Inquérito irrespirável, com os dois grupos apaixonados, atirando-se pedras reciprocamente, sem ter conteúdo, sem ter idéia, sem ter finalidade.

Por isso, fiz questão de vir aqui hoje, embora ainda esteja, de certa forma, de licença para tratamento de saúde, porque a reunião e a decisão serão amanhã, e creio que deveríamos continuar aqui, reunidos, abrindo mão da ajuda de custo, levando adiante o trabalho dessas comissões. E, ainda que não haja outra atividade, o Congresso reaberto estará para que as comissões possam trabalhar com a tranqüilidade necessária.

As comissões caminham para um final positivo. Como sempre acreditei, elas não se fixaram na imagem do Presidente. Não vejo elementos, pela apuração até aqui verificada, que levem a um pedido de *impeachment* do Presidente. Não vejo! E o que é mais importante: não sinto, de um grupo ou de outro, a intenção de se forçar um pedido de *impeachment*. Não é isso que está em jogo.

Portanto, vamos aproveitar e fazer um apelo ao Presidente Lula e ao Diretório Nacional do PT, que levaram para esse lado, da intenção golpista da Oposição... E isso vai ter resposta por parte do PFL e do PSDB, porque fizeram afirmativas que devem ter resposta; mas, nessa resposta, já nos encaminhamos para a normalidade, e não para o caminho do debate entre os que quereriam o golpe e os que não quereriam o golpe.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a da alegria que temos em recebê-lo, depois de superadas todas as dúvidas de V. Ex^a em relação a fazer ou não a cirurgia. Então, superada essa dúvida, espero que V. Ex^a resolva, de uma vez por todas, o seu problema de saúde.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sobre esse tema, Senador, quero dizer que estive na reunião do PT e que, por alguns instantes, o PT teve, com justa razão, a preocupação de haver interesse de golpe, não sei se de golpe, por assim dizer, mas o interesse de afastar o Presidente da República de suas funções. Quanto a isso, eu acho que o PT, pelo menos em alguns instantes, em dias passados, chegou a essa conclusão. Acho também que pensar assim hoje não cabe mais. Tenho a mesma observação de V. Ex^a, mas me irmanei com os colegas do PT há alguns dias e achei, realmente, que havia algum interesse. Dos militares, não vi nenhuma manifestação também, assim como de parte de diversos setores da sociedade, mas cabia, naquele momento, uma interpretação naquela direção. Acho que o Presidente Lula, ao dizer isso, poderia estar reacendendo uma coisa que, no meu entender, já está em declínio, por já não existir mais essa preocupação. Acredito que a nota do PT foi no sentido talvez de fazer um chamamento à militância de seu partido para fazer uma reflexão aprofundada neste final de ano. Acredito que o PT está necessitando disso mesmo. Vamos entrar o

próximo ano com maiores dificuldades – até entendo isso – e temos de nos preparar fortemente para o que vai acontecer em mudanças ou não na regulamentação eleitoral, se vai ou não haver profundas reformas políticas, mas acredito que o meu partido tenha, neste momento, de fazer essa reflexão. Não sei se deveria transformar a preocupação em documento, mas havia mesmo a preocupação sobre indicativos de afastar o Presidente Lula, e eu me irmanei aos colegas nessa preocupação. Quanto à autoconvocação do Congresso, também acho que seria necessária, até mesmo porque vejo que algumas das CPI já têm material suficiente para encerrar o seu trabalho. A CPI dos Correios hoje chega à conclusão de que já está nos detalhes e que não precisará continuar trabalhando até o final do mês de janeiro. A autoconvocação seria necessária para podermos encerrar isso e para votarmos o Orçamento em tempo hábil. Parabenizo V. Ex^a pela preocupação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com muita alegria, Presidente.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador, vou ficar fora do debate levantado por V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a contribuiria muito para este debate, Senador.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Não, mas V. Ex^a ficará mais esclarecido com o meu ponto de vista e satisfeito, agora. Quando vi nossa Presidente anunciar a sua volta, tive vontade de apartear a Mesa para me associar às alegrias de toda a Casa pelo restabelecimento de V. Ex^a, um dos senadores mais brilhantes, sempre presente em todos os debates, que tem prestado excelentes e grandes serviços ao Brasil, ao Parlamento nacional. Portanto, cabe a todos estarmos alegres e satisfeitos pelo seu restabelecimento e plena forma para participar dos nossos debates e engrandecer esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sarney. Fui um dos 80 senadores que assinaram o manifesto de solidariedade a V. Ex^a. Tive a alegria e a felicidade de conhecer o Memorial Nacional, em São Luís do Maranhão, uma obra feita, de modo especial, da vida toda de V. Ex^a. O patrimônio de V. Ex^a, as obras que estavam na sua residência, as obras que V. Ex^a acumulou nos seus 50 anos de vida pública, os presentes, tudo está ali e é patrimônio do Brasil. Aliás, trata-se de um patrimônio extraordinário, um memorial o mais lindo possível.

Quanto tive a honra de ser Ministro de V. Ex^a, lembro que trouxe o atual Governador, cria de V. Ex^a, para a Comissão do Plano do Leite, depois para o Ciac. Ele foi ministro, vice-governador da Governadora Roseana e, por fim, Governador.

A vida é assim: oferece oportunidades, e nem sempre colhemos o que plantamos.

Penso que o Governador procura ser muito sincero, e aprendi a gostar dele, como V. Ex^a. Quando V. Ex^a foi Presidente, ele, Ministro dos Transportes, foi ao Rio Grande do Sul e fez, por determinação de V. Ex^a, um convênio conosco – eu, governador daquele Estado – para que as estradas não continuassem como estavam, numa situação difícil, e para que pudéssemos encontrar uma fórmula de fazer com que ficassem como ficaram no final.

Dirijo-me a ele, a esta altura, porque sou seu amigo e porque tenho respeito por ele. O resto da discussão, a causa política, se ele vai ser candidato à reeleição, se a nossa querida Roseana também vai ser, é outra questão. Deixe o memorial fora. Deixe o Memorial fora porque ele é um patrimônio de todo o Brasil. É uma grande realização do Brasil. Eu olho o Memorial, que tive a honra de visitar, de conhecer detalhe por detalhe, e fico com inveja de, no Rio Grande do Sul, não termos feito, até agora, um memorial para o Dr. Getúlio, que foi, durante 20 anos, Presidente da República. Nada, a não ser algumas coisas que estão lá no Palácio do Catete, que nem mesmo deles são, mas do Palácio do Catete, onde ele morou todo esse tempo e que por lá ainda ficaram. Mas nós, no Rio Grande do Sul, não temos absolutamente nada em homenagem à memória do Dr. Getúlio Vargas e, muito menos, do Dr. João Goulart.

Quando vejo aquela obra ali feita, que não é nada mais do que, de um lado, as realizações, os escritos, os atos de V. Ex^a; e, de outro, o que foi o Brasil nos cinco anos que V. Ex^a presidiu este País, faço um apelo ao Governador. Se S. Ex^a atendesse ao apelo feito pelos senadores na sua quase unanimidade e fizesse um gesto muito bonito, anulando, revogando a lei que, por pressão de S. Ex^a, foi votada pela Assembléia Legislativa, seria algo altamente positivo e concreto, que somaria à sua biografia, independentemente do que possa ocorrer no futuro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, sempre generoso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo que estamos encerrando mais um ano. Foi um ano com dias difíceis e fáceis. A humanidade atravessou horas dramáticas, como a guerra do Iraque. Aliás, neste milênio ainda não vimos nada de positivo, de concreto, que fizesse deste terceiro milênio o milênio da paz e da justiça, como imaginávamos. Que esta Casa, neste final de ano, neste final de legislatura, possa trabalhar até o final e durante o recesso. Que levemos adiante os trabalhos das Comissões Parlamentares, que tentemos dar um sentido de paz e de justiça, buscando a verdade, para chegarmos onde espero que haveremos de chegar.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr^a Presidente.

Um governo em permanente crise

(Pronunciamento em 13 de dezembro)

Senhor Presidente, falamos ontem aqui sobre a importância de o Congresso Nacional não encerrar seus trabalhos no próximo dia 15. Na minha opinião, isso pode ser feito por convocação extraordinária, estabelecendo as Mesas da Câmara e do Senado que os parlamentares não receberão remuneração extra por essa convocação.

Disse e repito que não vejo como, nesta hora tão significativa, o Congresso não estar reunido, ficarmos na base do diz-que-diz-que, como se nada estivesse acontecendo.

Ontem, lamentei a manifestação do Presidente Lula no Uruguai, ao dizer que a Oposição era golpista. Eu argumentava que absolutamente eu não tinha essa impressão. Golpistas eram a UDN, os militares, o Lacerda, em 1954, quando derrubaram Getúlio Vargas, levando-o ao suicídio. Golpistas eram a UDN, o Lacerda, os militares, quando, em 1964, depuseram o Governo legítimo do Sr. João Goulart.

Agora não vejo isso. Vejo um governo em crise. Crise essa resultante, diga-se de passagem, de fatos oriundos dentro do Governo e denunciados à Nação por integrantes do Governo. Começou pelo ex-Deputado Roberto Jefferson e vem-se repetindo até agora por vários representantes do Governo.

Por isso é importante que o Senado e a Câmara estejam reunidos. Acho que é irracional perante a Nação que não se reúnam neste momento. É evidente que não vai ser numa hora desta, em que se discute tanto a crise quanto a corrupção existente na Nação, que nos vamos reunir recebendo uma contribuição extra, até porque não estamos em

casa e seremos convocados extraordinariamente. Nós vamos continuar o nosso trabalho e não teremos nenhuma despesa a mais.

Hoje, quero chamar atenção – e acho muito importante – para as manchetes dos jornais sobre a decisão do Presidente Lula de avaliar a independência do Banco Central. O Presidente estaria reconhecendo que há exagero nessa independência, em que as decisões são tomadas pelo Banco Central praticamente à revelia de toda a Nação. E estranhamente a notícia afirma que o Presidente Lula estaria insistindo na redução das taxas de juros neste mês, mas o Banco Central estaria respondendo negativamente, porque não iria alterar o termo da lenta e gradual diminuição nas taxas de juros.

Estranha autonomia essa, em que o Banco Central se autoriza a ser dono da política econômica, age e funciona com uma independência total! Eu não sei o que mais eles querem de independência!

Acredito que o Presidente Lula não deve ficar apenas com uma declaração, porque fica até mal para nós, brasileiros, o Presidente da República insistir para o Presidente do Banco Central diminuir as taxas de juros e S. Ex^a dizer que não fará isso porque acha que não deve.

Um homem como o Sr. Henrique Meirelles, processado no Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República – processo aceito pelo Supremo e que está em pleno andamento –, não poderia estar na presidência do Banco Central. Deveria, pelo menos, afastar-se enquanto não houvesse a decisão a respeito do seu comportamento no Banco Central.

O Sr. Meirelles, único estrangeiro que foi presidente mundial de um banco americano, o Banco de Boston, aposentou-se naquela instituição com uma quantia fabulosa em dólares, que, oficialmente, é desconhecida. A Casa pediu, em ofício, a cópia dos termos da aposentadoria, porque a informação que se tem é que, com a aposentadoria altíssima que ele teria recebido, S. Ex^a só poderia trabalhar em outro lugar com o conhecimento e o consentimento do Banco de Boston. Isso implicaria dizer que, antes de ser Presidente do Banco Central, antes de ter o seu nome aprovado pelo Senado Federal, o Banco de Boston concordou com sua nomeação.

Esse homem deveria estar afastado há muito tempo, mas lá está. E não só está como ainda discorda publicamente do Presidente da Re-

pública, dizendo que não diminuirá mais do que 0,5% ou coisa parecida as taxas de juros, porque essa é a política que acha certa para o Brasil.

É por isso também, Sr. Presidente, que acho irracional o Senado e a Câmara entrarem em recesso no dia 15. Sem receber remuneração, abrindo mão dela, se for o caso, devemos estar aqui.

Faço um apelo à Oposição: pelo amor de Deus, nunca vi lógica em se fazer oposição crítica ou qualquer tipo de ação não votando o Orçamento, peça básica que nos leva a estar aqui. O Orçamento já está desmoralizado, humilhado, ridicularizado, é um Orçamento de faz-de-conta, que o próprio Governo não respeita quando não cumpre as emendas aprovadas pelos parlamentares. Mas daí a não votarmos o Orçamento, usarmos esse argumento para não nos afastarmos daqui, para não encerrarmos os trabalhos do Congresso, para mim não serve, Sr. Presidente.

Vamos votar o Orçamento na hora exata. Não vale o argumento apresentado pela imprensa de que a Oposição não quer votar o Orçamento porque ele está muito gordo, pois, no último ano do seu mandato, o Governo teria deixado verbas e mais verbas para serem aplicadas eleitoralmente, em ano eleitoral, em obras a serem feitas. Acho que não é por aí, Sr. Presidente.

O Governo que faça as obras que bem entender, é obrigação dele fazê-las. Somará com isso? Que bom! Que bom somar com obras positivas! Mas não creio que, a esta altura, serão obras positivas que servirão para conduzir aos trilhos da normalidade, com perspectiva de futuro político, até de reeleição, o Governo do Presidente Lula.

Será a sua atuação ética? Serão as respostas que o Governo der às crises que já aconteceram e às que estão acontecendo? Será o comportamento do Governo na realidade brasileira? Será um reestudo e uma retomada de posição, como queria o presidente interino do PT, o Sr. Tarso Genro, para que o partido reconheça seu erro e seu equívoco de um lado e, de outro, esteja disposto a se reafirmar, a se rearticular, a apresentar uma plataforma nova, íntegra e justa? Isso sim, mas daí a não querermos aprovar o Orçamento, porque com ele o Governo fará obras podendo ganhar prestígio e credibilidade, é argumento que não

me serve, Sr. Presidente. Não sou do Governo, não o apóio, mas não é com argumentos dessa natureza que votarei contra ele.

Sei que hoje os líderes se reuniram com a Mesa, mas não decidiram ainda sobre a convocação. Mas a informação que tenho é de que há uma simpatia por parte das lideranças dos partidos em continuar os trabalhos do Congresso Nacional. As Mesas ficaram de se reunir amanhã, porque há antipatia por parte do Presidente da República nessa prorrogação, nessa continuação de nossas atividades. Mas não é o Presidente da República quem vai atuar, quem vai orientar, quem vai dirigir os trabalhos do Congresso Nacional. O Congresso Nacional deve-se reunir, deve prorrogar os trabalhos ou deve-se convocar por iniciativa própria ou pelo Presidente – não importa! –, não ganhando nada para isso, e deve incluir nas suas atribuições a continuidade dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito e da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, que não podem, em hipótese nenhuma, ter seus trabalhos interrompidos.

Trago aqui, Sr. Presidente, a minha palavra e o meu apelo, nesta hora em que, de um lado, está um projeto de reeleição e em que, do outro, estão projetos de volta ao poder de outro partido, o que é absolutamente normal e racional em um regime democrático. Mas não se podem colocar em jogo as instituições. Não devemos colocar em jogo as nossas instituições para satisfazer as nossas vontades pessoais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, felicitando o Presidente Lula quando falou em reavaliar a independência do Banco Central e quando, finalmente, bateu na mesa e determinou que os juros têm de baixar. Se Sua Excelência o diz, não será o Presidente do Banco Central que dirá “não”!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900

Brasília – DF

OS nº 07237/2005

O ano de 2005 foi de grave e persistente crise política. Após as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, sobre a existência de um vasto esquema de corrupção no governo, vulgarmente chamado “mensalão”, teve início um grande imbróglio. Ao longo do ano, Pedro Simon foi 86 vezes à Tribuna do Senado Federal; em nada menos que 22 de seus pronunciamentos o senador tratou da crise gerada pela corrupção.

Em maio, o senador Pedro Simon foi à Tribuna para saudar a decisão do STF que obrigou a Presidência do Senado a indicar membros da CPI dos Bingos. A reação do STF fora provocada pelos senadores Jéferson Perez e Pedro Simon, que recorreram àquele tribunal quando, em meados de 2004, o então presidente do Senado, José Sarney, se recusou a indicar membros para aquela CPI, depois que os líderes partidários haviam feito o mesmo. Esse atraso, segundo o senador gaúcho, favoreceu, e muito, o agravamento da corrupção no governo. Se a CPI tivesse sido instalada ainda em 2004, logo depois das denúncias contra o então braço direito do ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz – flagrado achacando um empresário de jogos eletrônicos –, a falta de ética no trato da coisa pública não teria se arraigado tanto no governo do Partido dos Trabalhadores.

